



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1135

Segunda-feira - 10 de Dezembro de 2012

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos	1
Arroio Trinta	2
Biguaçu	2
Braço do Trombudo	13
Caçador	20
Camboriú	34
Campo Alegre	35
Canoinhas	68
Capinzal	73
Catanduvas	74
Chapadão do Lageado	80
Concórdia	87
Cordilheira Alta	89
Corupá	94
Curitibanos	96
Forquilha	96
Fraiburgo	97
Gaspar	109
Governador Celso Ramos	131
Guaramirim	131
Herval d'Oeste	132
Ibiam	132
Imbituba	132
Iomerê	134
Ipumirim	138
Joaçaba	139
Lages	142
Lebon Regis	146
Leoberto Leal	147
Lindóia do Sul	152
Massaranduba	152
Meleiro	155
Monte Carlo	164
Navegantes	165
Nova Trento	168
Palhoça	168
Paulo Lopes	168
Pinheiro Preto	171
Porto Belo	172
Porto União	173
Rio do Sul	174
Salto Veloso	177
São Bento do Sul	180
São Lourenço do Oeste	186
São Pedro de Alcântara	186
Schroeder	187
Timbó	298
Turvo	304

Videira	305
Vitor Meireles	308

Consórcios

ARIS	308
CINCO	309
CIS/AMUREL	310

Antônio Carlos

PREFEITURA

Extrato de Segundo Termo Aditivo ao Contrato N° 148/2012

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Segundo Termo Aditivo ao Contrato: nº. 148/2012; Origem: Tomada de Preços nº. 014/2012 - Processo Licitatório nº. 104/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: CONPESA Construção Pesada Ltda; Objeto: aditar o prazo do presente contrato, que consiste na execução de serviços de Terraplenagem, Drenagem e Pavimentação Asfáltica do trecho final da Rua Dos Imigrantes - Antônio Carlos/SC, Estaca 0pp até 10,539m; Prazo do aditivo: Fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias, de 07/12/2012 á 05/01/2013.

Antônio Carlos, 06 de Dezembro de 2012.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Autorizo a empresa "DIARIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS". DOM a publicar o Extrato de Termo Aditivo.

Antônio Carlos, 06 de Dezembro de 2012.

Atenciosamente:
MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Portaria N° 529/2012.

PORTARIA N° 529/2012.

Cessa Portaria.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Danilo Murilo Chagas da Silva e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Artigo 1º - Cessar, Portaria nº 502/2012 de 07 de novembro de 2012, de retornando as suas atividades laborais, a partir de 10 de dezembro de 2102, a servidora ACT, MARIA APARECIDA FRAGA ROSA, ocupante do cargo de ENFERMEIRO.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,
em 07 de dezembro de 2012.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 10 de dezembro de 2012.

MAURO CEZAR DA SILVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

Arroio Trinta

PREFEITURA

Decreto Nº 1506, de 23 de Novembro de 2012.

DECRETO Nº 1506, de 23 de novembro de 2012.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item III da Lei nº 1.502 de 08/10/2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$17.770,47 (Dezessete mil setecentos e setenta reais e quarenta e sete centavos), nas dotações orçamentárias a seguir discriminadas:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
03.01.10.301.1001.2019 MAN. DAS ATIVIDADES DA SAÚDE
33710000-0102-000 Aplicações Diretas R\$ 1.400,00
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 1.400,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
03.01.10.301.1001.2021 MAN. DA ATENÇÃO BÁSICA
31900000-0164-010 Aplicações Diretas R\$ 8.599,14
31900000-0164-012 Aplicações Diretas R\$ 7.771,33
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 16.370,47

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

§1º. R\$ 8.599,14 (Oito mil quinhentos e noventa e nove reais e quatorze centavos), por conta do excesso de arrecadação, na Fonte 00064 - Atenção Básica, Destinação dos Recursos 010 - Programa Saúde da Família.

§2º. R\$ 7.771,33 (Sete mil setecentos e setenta e um reais e trinta e três centavos), por conta do excesso de arrecadação, na Fonte 00064 - Atenção Básica, Destinação dos Recursos 012 - Agentes Comunitários de Saúde.

§ 3º. R\$ 1.400,00 (Um mil e quatrocentos reais) por conta da anulação parcial da seguinte dotação:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
03.01.10.301.1001.2019 MAN. DAS ATIVIDADES DA SAÚDE
33400000-0102-000 Transferência a municípios R\$ 1.400,00
TOTAL ANULADO R\$ 1.400,00

Art. 3º Este decreto entra e vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 23 de novembro de 2012.
CLAUDIO SPRICIGO
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 23 de novembro de 2012.

NELSON CAMPAGNIN
Secretário Municipal de Administração

Biguaçu

PREFEITURA

Lei Nº 3289/2012

LEI Nº 3289, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2012
INSTITUI NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO O "DIA DA FAMÍLIA NA ESCOLA", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica instituído o "Dia da Família na Escola", nas unidades educacionais da rede municipal de ensino do Município de Biguaçu, tendo como objetivo estimular e incrementar a participação das famílias, dos estudantes e da comunidade nas questões e problemas do ambiente escolar.

Art. 2º - O Poder Executivo envidará todos os esforços no sentido de realizar as atividades relacionadas às comemorações do "Dia da Família na Escola", as quais deverão ser realizadas, no mínimo, uma vez por semestre, em data a ser fixada pela Secretaria Municipal de Educação, obedecendo aos seguintes critérios:

I - as atividades serão realizadas somente nas dependências das escolas e deverão contar com a participação dos estudantes, familiares, diretores, professores e demais funcionários para a mais perfeita integração;

II - as atividades serão precedidas de avisos dentro e fora das salas de aula, com ampla divulgação na comunidade escolar, com convites por meio de cartazes elaborados preferencialmente pelos próprios alunos.

Art. 3º - As atividades de que trata o artigo anterior consistirão de:
I - palestras de interesse dos alunos e familiares, sobre profissões, esportes, trabalho, lazer, drogas e outros assuntos da atualidade, sempre acompanhados de debates;

II - exposição de trabalhos dos alunos, com incentivos às artes, esportes, ciência e literatura;

III - apresentações artísticas e culturais como teatro, dança, coral e outras de interesse da comunidade escolar.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Biguaçu, 06 de novembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Lei nº 3289/2012, de 06/11/2012
Sancionada em 06/11/2012

Reg. e publ.n/data

ROBERTA BORBA RODRIGUES
Gerente de Protocolo e Expediente

Decreto Nº 252/2012

DECRETO Nº 252/2012 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2012.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2012

José Castelo Deschamps, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3.156/2011, Considerando, que o Município assinou convênio com o Ministério das Cidades para construção de 35 abrigos de passageiros no município de Biguaçu,

Considerando, que na prestação de contas faz-se necessário a devolução dos recursos não utilizados, inclusive oriundos do rendimento de aplicações,

Considerando, que o rendimento de aplicação dos recursos do convênio, no valor de R\$ 1.997,88, não foi utilizado e deverá ser devolvido,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 1.997,88 (Um mil novecentos e noventa e sete reais e oitenta e oito centavos), por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso: 0.1.81.000118 , a dotação abaixo indicada:

26. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
2601	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	1.997,88
2601.28	Encargos Especiais	1.997,88
2601.28.845	Transferências	1.997,88
2601.28.845.0000	Encargos Especiais	1.997,88
2601.28.845.0000.0006	Devolução de Recursos de Convênio	1.997,88
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	1.997,88
3.3.20.00	Transferências à União	1.997,88
0.1.81.000118	Rendimento de Aplicação de Recursos Vinculados	1.997,88

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Biguaçu, 29 de novembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal
Reg.publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS
Escriturária

Decreto Nº 253/2012

DECRETO Nº 253/2012 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2012.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º da Lei Municipal nº 3156/2011 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 13 da Lei Municipal nº 3174/2011 - Lei Orçamentária para 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2012, Lei Municipal nº 3174/2011:

0201. Gabinete do Prefeito

CÓDIGO AÇÃO/GRUPO DE DESPESA VALOR

0201.04.122.0001.2002 Manutenção do Gabinete do Prefeito
1.400,00

ANULA:

3.1.90.00/0.1.00.000000 Pessoal e Encargos Sociais 1.400,00

SUPLEMENTA:

3.3.90.00/0.1.00.000000 Outras Despesas Correntes 1.400,00

0203. CONTROLADORIA GERAL

CÓDIGO AÇÃO/GRUPO DE DESPESA VALOR

0203.04.124.0001.2004 Manutenção da Controladoria Geral
1.200,00

ANULA:

3.1.90.00/0.1.00.000000 Pessoal e Encargos Sociais 1.200,00

SUPLEMENTA:

3.1.91.00/0.1.00.000000 Pessoal e Encargos Sociais 1.200,00

0205. GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

CÓDIGO AÇÃO/GRUPO DE DESPESA VALOR

0205.04.131.0001.2006 Manutenção da Gerência de Comunicação
1.100,00

ANULA:

3.3.90.00/0.1.00.000000 Outras Despesas Correntes 1.100,00

SUPLEMENTA:

3.1.90.00/0.1.00.000000 Pessoal e Encargos Sociais 1.100,00

0301. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CÓDIGO AÇÃO/GRUPO DE DESPESA VALOR

0301.04.122.0002.1002 Reestruturação Física e Funcional do Prédio da Administração 3.000,00

ANULA:

3.3.90.00/0.1.82.000128 Outras Despesas Correntes 3.000,00

SUPLEMENTA:

4.4.90.00/0.1.82.000128 Investimentos 3.000,00

0401. SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CÓDIGO AÇÃO/GRUPO DE DESPESA VALOR

0401.04.123.0002.2014 Manutenção da Secretaria de Finanças
2.700,00

ANULA:

3.1.90.00/0.1.00.000000 Pessoal e Encargos Sociais 2.700,00

SUPLEMENTA:

3.1.91.00/0.1.00.000000 Pessoal e Encargos Sociais 2.700,00

0701. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CÓDIGO AÇÃO/GRUPO DE DESPESA VALOR
0701.12.361.0003.2019 Manutenção do Ensino Fundamental
36.000,00

ANULA:

3.3.50.00/0.1.01.000000 Transferências a Instituições sem Fins
Lucrativos 10.000,00

3.3.90.00/0.1.01.000000 Outras Despesas Correntes 26.000,00

SUPLEMENTA:

3.1.90.00/0.1.01.000000 Pessoal e Encargos Sociais 16.000,00

3.1.91.00/0.1.01.000000 Pessoal e Encargos Sociais 20.000,00

CÓDIGO AÇÃO/GRUPO DE DESPESA VALOR

0701.12.361.0003.2020 Remuneração dos Profissionais do Magis-
tério em Efetivo Exercício - Ensino Fundamental 28.800,00

ANULA:

3.1.90.00/0.1.12.000000 Pessoal e Encargos Sociais 28.800,00

SUPLEMENTA:

3.1.91.00/0.1.12.000000 Pessoal e Encargos Sociais 28.800,00

CÓDIGO AÇÃO/GRUPO DE DESPESA VALOR

0701.12.361.0003.2023 Manutenção do Transporte Escolar
17.400,00

ANULA:

3.1.90.00/0.1.01.000000 Pessoal e Encargos Sociais 17.400,00

SUPLEMENTA:

3.1.91.00/0.1.01.000000 Pessoal e Encargos Sociais 13.000,00

3.3.90.00/0.1.01.000000 Outras Despesas Correntes 4.400,00

CÓDIGO AÇÃO/GRUPO DE DESPESA VALOR

0701.12.363.0003.2024 Manutenção do Centro de Educação Pro-
fissional 42,55

ANULA:

3.1.90.00/0.1.01.000000 Pessoal e Encargos Sociais 42,55

SUPLEMENTA:

3.1.91.00/0.1.01.000000 Pessoal e Encargos Sociais 42,55

CÓDIGO AÇÃO/GRUPO DE DESPESA VALOR

0701.12.365.0003.2026 Oferta de Merenda Escolar - Ensino In-
fantil 2.536,65

ANULA:

3.1.91.00/0.1.00.000000 Pessoal e Encargos Sociais 2.100,00

3.3.90.00/0.1.00.000000 Outras Despesas Correntes 436,65

SUPLEMENTA:

3.1.90.00/0.1.00.000000 Pessoal e Encargos Sociais 2.536,65

CÓDIGO AÇÃO/GRUPO DE DESPESA VALOR

0701.12.365.0003.2027 Manutenção do Ensino Infantil 37.935,11

ANULA:

3.1.90.00/0.1.01.000000 Pessoal e Encargos Sociais 6.535,11

3.1.91.00/0.1.01.000000 Pessoal e Encargos Sociais 25.000,00

4.4.90.00/0.1.01.000000 Investimentos 6.400,00

SUPLEMENTA:

3.3.50.00/0.1.01.000000 Transferências a Instituições sem Fins
Lucrativos 37.935,11

CÓDIGO AÇÃO/GRUPO DE DESPESA VALOR

0701.12.366.0003.2029 Manutenção da Educação de Jovens e
Adultos 400,00

ANULA:

3.1.90.00/0.1.01.000000 Pessoal e Encargos Sociais 400,00

SUPLEMENTA:

3.3.90.00/0.1.01.000000 Outras Despesas Correntes 400,00

1001. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENV. URBANO E TRANS-
PORTES

CÓDIGO AÇÃO/GRUPO DE DESPESA VALOR

1001.26.782.0007.2078 Manutenção da Secretaria de Desenvolvi-
mento Urbano e Transportes 170,00

ANULA:

3.1.90.00/0.1.00.000000 Pessoal e Encargos Sociais 170,00

SUPLEMENTA:

3.1.91.00/0.1.00.000000 Pessoal e Encargos Sociais 170,00

CÓDIGO AÇÃO/GRUPO DE DESPESA VALOR

1001.15.452.0009.2088 Manutenção dos Serviços de Trânsito
21.691,00

ANULA:

3.3.90.00/0.1.16.000000 Outras Despesas Correntes 21.691,00

SUPLEMENTA:

4.4.90.00/0.1.16.000000 Investimentos 21.691,00

1401. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENV. ECON. E INOV. TEC-
NOLÓGICA

CÓDIGO AÇÃO/GRUPO DE DESPESA VALOR

1401.22.661.0007.2073 Manutenção da Secretaria de Desenvolvi-
mento Econômico e Inovação Tecnológica 1.000,00

ANULA:

3.3.50.00/0.1.00.000000 Transferências a Instituições sem Fins
Lucrativos 1.000,00

SUPLEMENTA:

3.1.91.00/0.1.00.000000 Pessoal e Encargos Sociais 1.000,00

1501. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESP., TURISMO E
LAZER

CÓDIGO AÇÃO/GRUPO DE DESPESA VALOR

1501.27.122.0005.2044 Manutenção da Secretaria de Cultura, Es-
porte, Turismo e Lazer 4.500,00

ANULA:

3.1.90.00/0.1.00.000000 Pessoal e Encargos Sociais 4.000,00

3.3.90.00/0.1.00.000000 Outras Despesas Correntes 500,00

SUPLEMENTA:

3.1.91.00/0.1.00.000000 Pessoal e Encargos Sociais 4.500,00

1601. SECRETARIA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

CÓDIGO AÇÃO/GRUPO DE DESPESA VALOR

1601.04.122.0002.2012 Manutenção da Secretaria de Integração
Regional 1.400,00

ANULA:

3.1.90.00/0.1.00.000000 Pessoal e Encargos Sociais 1.400,00

SUPLEMENTA:

3.3.90.00/0.1.00.000000 Outras Despesas Correntes 1.400,00

2301. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CÓDIGO AÇÃO/GRUPO DE DESPESA VALOR

2301.08.243.0006.2050 Manutenção de Ações Sócio-Educativas
1.010,83

ANULA:

3.1.91.00/0.1.00.000000 Pessoal e Encargos Sociais 1.010,83

SUPLEMENTA:

3.3.90.00/0.1.00.000000 Outras Despesas Correntes 1.010,83

CÓDIGO AÇÃO/GRUPO DE DESPESA VALOR

2301.08.243.0006.2052 Manutenção dos Serviços de Abrigo Insti-
tucional - PSE 10.000,00

ANULA:

3.1.90.00/0.1.00.000000 Pessoal e Encargos Sociais 10.000,00

SUPLEMENTA:

3.3.90.00/0.1.00.000000 Outras Despesas Correntes 10.000,00

CÓDIGO AÇÃO/GRUPO DE DESPESA VALOR

2301.08.244.0006.2053 Funcionamento e Manutenção do FMAS
19.995,00

ANULA:

3.1.90.00/0.1.00.000000 Pessoal e Encargos Sociais 1.458,90
 3.1.91.00/0.1.00.000000 Pessoal e Encargos Sociais 1.036,10
 3.3.90.00/0.2.37.000198 Outras Despesas Correntes 17.500,00
SUPLEMENTA:
 3.3.90.00/0.1.00.000000 Outras Despesas Correntes 2.495,00
 4.4.90.00/0.2.37.000198 Investimentos 17.500,00

CÓDIGO AÇÃO/GRUPO DE DESPESA VALOR

2301.08.244.0006.2063 Execução de Serviços de Proteção Social Especial 3.465,00

ANULA:

3.3.50.00/0.2.38.000156 Transferências a Instituições sem Fins Lucrativos 3.465,00

SUPLEMENTA:

3.3.90.00/0.2.38.000156 Outras Despesas Correntes 3.465,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 29 de novembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg. publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

Decreto Nº 260/2012

DECRETO Nº 260/2012 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2012.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 15 da Lei Municipal nº 3.174/2011, DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 109.304,62 (cento e nove mil trezentos e quatro reais e sessenta e dois centavos) a ação do orçamento abaixo identificada, por conta da contratação de Operação de Crédito junto a AGÊNCIA DE FORMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA/BADESC, conforme segue:

0901. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

CÓDIGO AÇÃO/GRUPO DE DESPESA VALOR

0901.15.451.0009.1043 Pavimentação de Ruas 109.304,62

4.4.90.00/0.1.82.000096 Investimentos 109.304,62

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 05 de dezembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg. publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

Decreto Nº 261/2012

DECRETO Nº 261/2012 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2012.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º da Lei Municipal nº 3156/2011 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 13 da Lei Municipal nº 3174/2011 - Lei Orçamentária para 2012, DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2012, Lei Municipal nº 3174/2011:

0701. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CÓDIGO AÇÃO/GRUPO DE DESPESA VALOR

0701.12.361.0003.2023 Manutenção do Transporte Escolar 30.000,00

ANULA:

3.1.90.00/0.1.01.000000 Pessoal e Encargos Sociais 30.000,00

SUPLEMENTA:

3.3.90.00/0.1.01.000000 Outras Despesas Correntes 30.000,00

2101. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓDIGO AÇÃO/GRUPO DE DESPESA VALOR

2101.10.301.0004.2035 Ações de Saúde da Família 396.000,00

ANULA:

3.3.90.00/0.2.28.000179 Outras Despesas Correntes 396.000,00

SUPLEMENTA:

3.1.90.00/0.2.28.000179 Pessoal e Encargos Sociais 396.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 06 de dezembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg. publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

Decreto Nº 262/2012

DECRETO Nº 262/2012 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2012.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2012

José Castelo Deschamps, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3.156/2011, DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 159.715,00 (cento e cinquenta e nove mil setecentos e quinze reais) por conta do provável excesso de arrecadação nas seguintes fontes de recursos: 0.1.06.000000; 0.2.28.000179; 0.2.38.000156 e 0.2.38.000175.



PEGAS
 Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

0701. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**CÓDIGO AÇÃO/GRUPO DE DESPESA VALOR**

0701.12.365.0003.2027 Manutenção do Ensino Infantil 5.000,00
3.3.90.00/0.106.000000 Outras Despesas Correntes 5.000,00

2101. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**CÓDIGO AÇÃO/GRUPO DE DESPESA VALOR**

2101.10.301.0004.2035 Ações de Saúde da Família 116.600,00
3.1.90.00/0.2.28.000179 Pessoal e Encargos Sociais 116.600,00

2301. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**CÓDIGO AÇÃO/GRUPO DE DESPESA VALOR**

2301.08.244.0006.2063 Execução de Serviços de Proteção Social Especial 38.115,00
3.3.90.00/0.2.38.000156 Outras Despesas Correntes 10.395,00
4.4.90.00/0.2.38.000175 Investimentos 27.720,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 06 de dezembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Reg. publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS
Escriturária

Decreto Nº 263/2012

DECRETO Nº 263/2012 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2012.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2012

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3.156/2011, DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), por conta do superávit financeiro apurado no balanço do exercício de 2011 na fonte de recurso 0.6.32.000000, a dotação abaixo indicada:

1801. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE BIGUAÇU**CÓDIGO AÇÃO/GRUPO DE DESPESA VALOR**

1801.09.272.0000.0001 Pagamento de Inativos e Pensionistas 300.000,00
3.3.90.00/0.6.32.000000 Outras Despesas Correntes 300.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 06 de dezembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Reg. publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS
Escriturária

Portaria Nº 2808 de 19 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2808 de 19 de novembro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza

temporária, do (a) funcionário (a), JOSEFA VITOR DE BARROS, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse JOSEFA VITOR DE BARROS, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde e jornada de 40 horas semanais, no período de 12/11/2012 a 28/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 12/11/2012.

Biguaçu, 19 de novembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2810 de 19 de Novembro de 2012

PORTARIA nº 2810 de 19 de novembro de 2012

Nomeia Bruna de Miranda Lourenço, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Setor Interno, na Procuradoria Geral do Município, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Bruna de Miranda Lourenço, brasileiro(a), inscrito no CPF 059.465.239-10, para exercer o cargo em comissão de Chefe de Setor Interno, nível CC-5, na Procuradoria Geral do Município, a partir de 01/11/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/11/2012.

Biguaçu, 19 de novembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Portaria Nº 2910/2012

PORTARIA Nº 2910/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), HELENA CATARINA DA SILVA, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9510/2012 em anexo no período de 26/11/2012 a 10/12/2012.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2911/2012

PORTARIA Nº 2911/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANNA CAROLINA SCHVEITZER DA LUZ, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR III (30 HORAS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9545/2012 em anexo no período de 26/11/2012 a 23/02/2013.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2912/2012

PORTARIA Nº 2912/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SANDRA REGINA LISBOA SOARES, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR II (30 HORAS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9307/2012 em anexo no período de 20/11/2012 a 19/12/2012.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2913/2012

PORTARIA Nº 2913/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), DIOGENES MOREIRA HEERDT, ocupante do Cargo temporário de MÉDICO DA FAMÍLIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9574/2012 em anexo no período de 26/11/2012 a 10/12/2012.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2914/2012

PORTARIA Nº 2914/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), DAYANE BEATRIZ DA SILVA

PAGLIUSO, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9343/2012 em anexo no período de 19/11/2012 a 21/11/2012.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2915/2012

PORTARIA Nº 2915/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), FABIO FREIBERGER, ocupante do Cargo efetivo de VIGIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9275/2012 em anexo no período de 14/11/2012 a 30/11/2012.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2916/2012

PORTARIA Nº 2916/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARLUS TAVARES GERBER, ocupante do Cargo temporário de MÉDICO DE EMERGÊNCIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9570/2012 em anexo no período de 22/11/2012 a 06/12/2012.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2917/2012

PORTARIA Nº 2917/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CLAUDETE MARIA STEIL PEREIRA, ocupante do Cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9595/2012 em anexo no período de 28/11/2012 a 27/12/2012.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2918/2012

PORTARIA Nº 2918/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), LISIANE MARIA DA SILVA MACEDO, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR II (40 HORAS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9485/2012 em anexo no período de 23/11/2012 a 27/12/2012.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2919/2012

PORTARIA Nº 2919/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JANAINA VIEIRA, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9474/2012 em anexo no período de 19/11/2012 a 23/11/2012.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2920/2012

PORTARIA Nº 2920/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CARLOS AUGUSTO RIBEIRO DA ROCHA, ocupante do Cargo efetivo de VIGIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9553/2012 em anexo no período de 26/11/2012 a 30/11/2012.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2921/2012

PORTARIA Nº 2921/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SIRLENE DE MELO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR II (30 HORAS) - SECRETARIA

MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9549/2012 em anexo no período de 26/11/2012 a 10/12/2012.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2922/2012

PORTARIA Nº 2922/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CRISTIANE DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR II (20 HORAS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9475/2012 em anexo no período de 23/11/2012 a 12/12/2012.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2923/2012

PORTARIA Nº 2923/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIA ANGÉLICA RODRIGUES DOS SANTOS, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR III (30 HORAS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9332/2012 em anexo no período de 20/11/2012 a 29/11/2012.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2923/2012

PORTARIA Nº 2923/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIA ANGÉLICA RODRIGUES DOS SANTOS, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR III (30 HORAS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9332/2012 em anexo no período de 20/11/2012 a 29/11/2012.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2924/2012

PORTARIA Nº 2924/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANNA CAROLINA SCHVEITZER DA LUZ, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR III (30 HORAS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9336/2012 em anexo no período de 18/11/2012 a 02/12/2012.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2925/2012

PORTARIA Nº 2925/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ROSANA CERQUEIRA DA SILVA, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR II (30 HORAS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9368/2012 em anexo no período de 21/11/2012 a 25/11/2012.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2926/2012

PORTARIA Nº 2926/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), TOMAZ BECHE ESTIVALETE, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR III (30 HORAS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme atestado em anexo, no período de 19/11/2012 a 24/11/2012.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2927 de 04 de Dezembro de 2012

PORTARIA nº 2927 de 04 de dezembro de 2012

Concede Demissão ao (a) Servidor (a) Camila Leidens Silvello, ocupante do cargo temporário de Enfermeira da Família, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de

julho de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Demissão ao (a) servidor (a) Camila Leidens Silvello, detentor do cargo de provimento temporário de Enfermeira da Família, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 14/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a partir de 14/12/2012.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2928 de 04 de Dezembro de 2012

PORTARIA nº 2928 de 04 de dezembro de 2012

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), FATIMA APARECIDA SCHMITZ MARIA, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse FATIMA APARECIDA SCHMITZ MARIA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação e jornada de 40 horas semanais, no período de 28/11/2012 a 27/03/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 28/11/2012.

Biguaçu, 04 de dezembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2931/2012

PORTARIA Nº 2931/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ARLETE ANDRADE, ocupante do Cargo efetivo de ESCRITURÁRIO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9600/2012 em anexo no período de 26/11/2012 a 24/01/2013.

Biguaçu, 06 de dezembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2932/2012

PORTARIA Nº 2932/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), EDINEI TEREZA GABRIELA APPI, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE) - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9701/2012 em anexo no período de 28/11/2012 a 27/03/2013.

Biguaçu, 06 de dezembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2933/2012

PORTARIA Nº 2933/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), LUSIANIA PEREIRA VARGAS, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR II (30 HORAS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9481/2012 em anexo no período de 23/11/2012 a 22/12/2012.

Biguaçu, 06 de dezembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2934/2012

PORTARIA Nº 2934/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), FABIO FREIBERGER, ocupante do Cargo efetivo de VIGIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9702/2012 em anexo no período de 29/11/2012 a 28/03/2013.

Biguaçu, 06 de dezembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2935/2012

PORTARIA Nº 2935/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARISTELA GUIMARÃES DE

FARIA, ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9597/2012 em anexo no período de 26/11/2012 a 05/12/2012.

Biguaçu, 06 de dezembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2936/2012

PORTARIA Nº 2936/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), HERTO LUNARDELLI JUNIOR, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9652/2012 em anexo no período de 27/11/2012 a 01/12/2012.

Biguaçu, 06 de dezembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2937/2012

PORTARIA Nº 2937/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), IEDA LUZ DE MIRANDA, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE) - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9697/2012 em anexo no período de 28/11/2012 a 26/01/2013.

Biguaçu, 06 de dezembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2938/2012

PORTARIA Nº 2938/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), LUCIANE ROCHA DE CARVALHO FLORENÇO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR I (30 HORAS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9395/2012 em anexo no período de 29/11/2012 a 20/12/2012.

Biguaçu, 06 de dezembro de 2012.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2939/2012

PORTARIA Nº 2939/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), LUCIMAR MARIA TOMAZ BERNARDO, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9540/2012 em anexo no período de 26/11/2012 a 30/11/2012.

Biguaçu, 06 de dezembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2940/2012

PORTARIA Nº 2940/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), EDEGAR CHIQUETTI, ocupante do Cargo efetivo de MOTORISTA II - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9625/2012 em anexo no período de 27/11/2012 a 11/12/2012.

Biguaçu, 06 de dezembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2941/2012

PORTARIA Nº 2941/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), GRAZIELA IVONE PATRICIO, ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9634/2012 em anexo no período de 28/11/2012 a 11/12/2012.

Biguaçu, 06 de dezembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2942/2012

PORTARIA Nº 2942/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SOLANGE SALETE DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9594/2012 em anexo no período de 27/11/2012 a 30/11/2012.

Biguaçu, 06 de dezembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2943/2012

PORTARIA Nº 2943/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), KATIA DE ANDRADE, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR II (30 HORAS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 9543/2012 em anexo no período de 27/11/2012 a 06/12/2012.

Biguaçu, 06 de dezembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2944 de 06 de Dezembro de 2012

'PORTARIA nº 2944 de 06 de dezembro de 2012

ERRATA:

Na portaria 1717/2012, de admissão do servidor Arlindo João Goulart Filho, ocorreu um equívoco quanto à data de término do contrato.

Portaria 1717 de 05 de julho de 2012:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ARLINDO JOÃO GOULART FILHO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de CALCETEIRO, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, a partir de 02/07/2012 a 31/12/2012.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ARLINDO JOÃO GOULART FILHO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de CALCETEIRO, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, a partir de 02/07/2012 a 01/07/2013.

Biguaçu, 06 de dezembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2945 de 06 de Dezembro de 2012

PORTARIA Nº 2945 de 06 de dezembro de 2012

ERRATA:

Na portaria 565/2012, de admissão da servidora Maura Filomena Martins de Castro, ocorreu um equívoco quanto à data de término do contrato.

Portaria 565 de 15 de fevereiro de 2012:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MAURA FILOMENA MARTINS DE CASTRO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA, com regência de classe e jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 09/02/2012 a 21/12/2012.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MAURA FILOMENA MARTINS DE CASTRO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA, com regência de classe e jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 09/02/2012 a 03/04/2012.

Biguaçu, 06 de dezembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2946 de 06 de Dezembro de 2012

PORTARIA nº 2946 de 06 de dezembro de 2012

ERRATA:

Na portaria 2886/2012, de licença maternidade da servidora Solange de Souza Maximiano, ocorreu um equívoco quanto ao nome da servidora.

Portaria 2886 de 30 de novembro de 2012:
CONCEDER, Licença Maternidade à funcionária, SOLANGE MARIA MAXIMIANO, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE) - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 29/11/2012 a 28/05/2013.

Passa a ter a seguinte redação:

CONCEDER, Licença Maternidade à funcionária, SOLANGE DE SOUZA MAXIMIANO, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE) - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 29/11/2012 a 28/05/2013.

Biguaçu, 06 de dezembro de 2012.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2947 de 06 de Dezembro de 2012

PORTARIA nº 2947 de 06 de dezembro de 2012

Exonera o(a) Servidor(a) Luiz Donizete Antunes, ocupante do cargo comissionado de Diretor de Escola Básica, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Luiz Donizete Antunes, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Diretor de Escola Básica, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Educação, inscrito(a) na matrícula funcional nº 10154, a partir de 03/12/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/12/2012.

Biguaçu, 06 de dezembro de 2012.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Aviso de Pregão Presencial 224/2012 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 224/2012 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E ELETROELETRÔNICOS PARA APARELHAMENTO DA NOVA SEDE DA CITRAN BIGUAÇU.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 19 dezembro, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 19 dezembro, 2012, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019, 8020.

Biguaçu, 6 de dezembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Errata ao Aviso de Pregão Presencial Nº 179/2012-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
DIREÇÃO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS
ERRATA AO AVISO DE EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 179/2012-FMS

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de almoço para atender os funcionários da Secretaria Municipal de Saúde de Biguaçu.

No Aviso do Edital de Licitação em epígrafe, realizar a seguinte alteração:

Onde se lê:

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Biguaçu - Santa Catarina, situada na Rua Coronel Teixeira de Oliveira, nº 243, centro, Biguaçu, informa que se encontra aberta licitação na modalidade pregão presencial, com a finalidade de selecionar propostas objetivando a contratação de empresa especializada no fornecimento de almoço para atender os funcionários da Secretaria Municipal de Saúde de Biguaçu cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

LEIA-SE:

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Biguaçu - Santa Catarina, situada na Rua Coronel Teixeira de Oliveira, nº 243, centro, Biguaçu, informa que se encontra aberta licitação na modalidade Pregão Presencial, com a finalidade de selecionar propostas objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MARMITAS, DE ACORDO COM O CARDÁPIO EM ANEXO, PARA ATENDER OS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE, LOTADOS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA 24h E DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL(CAPS), cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo II que acompanha o Edital.

ONDE SE LÊ: Recebimento das Propostas até às 14 horas do dia 18/12/2012.

LEIA-SE:

Recebimento das Propostas: a partir do dia 10/12/2012 até às 15 horas do dia 20/12/2012, nas dependências da Secretaria

Municipal de Saúde, localizada na Rua Coronel Teixeira de Oliveira, 243 - Centro - Biguaçu - SC, Secretaria Municipal de Saúde, Setor de Compras e Licitações.

As demais cláusulas do Edital permanecem inalteradas.

Biguaçu, 10 de dezembro de 2012
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Saúde

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Extrato de Contrato 48/2012

EXTRATO DE CONTRATO 48/2012

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Extrabit Mineração Ltda.
CNPJ sob o nº 09.465.889/0001-57, Sito a Rua Panamá, 223
Cidade de Indaial - SC

Objeto: Serviços de detonação de cascalheira

Valor: R\$ 44.200,00 (quarenta e quatro mil, duzentos reais).

Vigência: 31.12.2012

Data da assinatura: 06.12.2012
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

Edital Processo Seletivo 4/2012

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA O PERÍODO DE FÉRIAS Nº 004/2012

A Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37 da Constituição Federal, resolve tornar pública a abertura das inscrições ao Processo Seletivo de provas e de provas e títulos para contratação temporária para o período de férias.

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo será regido por este Edital, seus Anexos, eventuais retificações e/ou aditamentos, e será realizado sob a responsabilidade da organizadora Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes.

1.2. É de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar todas as publicações referentes a este processo.

1.3. O regime jurídico dos servidores públicos temporários da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo é o contido no Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, Lei Complementar 097/2011 de 08.07.2011 e Lei Complementar 107/2012 de 11.04.2012.

II - DAS FUNÇÕES, DAS VAGAS, DOS REQUISITOS, DA CARGA HORÁRIA, DO VENCIMENTO MENSAL E LOTAÇÕES:

CARGO PÚBLICO	REMUNERAÇÃO INICIAL R\$	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VAGAS	REQUISITOS PARA PROVIMENTO	TAXA DE INSCRIÇÃO
Professor de Educação Infantil e Séries iniciais – Habilitado	2.045,88	40h	10	Ensino Superior Completo em Pedagogia	40,00
Professor de Educação Infantil e Séries iniciais – Não Habilitado	1.451,00	40h	CR	Ensino médio completo em magistério e ou cursando a 3ª fase de pedagogia	30,00
Auxiliar de Serv. Gerais-Mer./ Serv	822,14	44h	02	Certificado de conclusão Ensino Fundamental/ Séries Iniciais de 1ª a 4ª série.	20,00

2.1. A coordenação, organização e aplicação do Processo Seletivo ficarão sob a responsabilidade da organizadora Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes, com a supervisão da Comissão Especial do Processo Seletivo.

2.2. O conteúdo programático consta no anexo I deste Edital.

2.3. As atribuições das funções constam do Anexo II deste Edital.

III - DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições deverão ser efetuadas, única e exclusivamente, pela internet no endereço www.noroesteconcursos.com.br no período de 04 DE DEZEMBRO A 18 DE DEZEMBRO DE 2012.

3.1.2. Segue quadro com data e horário de aplicação das provas:

Provas objetivas:

Cargos	Data	Horários
		Abertura dos portões: 07:00 Fechamento dos portões: 07:45 Início da aplicação das provas: 08:00
Todas as funções	29/12/2012	

3.1.3. Não será permitida inscrição pelos correios, fac-símile, condicional ou fora do prazo estabelecido.

3.1.4. A organizadora Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes não se responsabilizará por solicitação de inscrição via Internet não recebida por motivo de ordem técnica de computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

3.2. Para inscrever-se, o candidato deverá:

3.2.1. Acessar o site www.noroesteconcursos.com.br durante o período de inscrição, descrito no item 3.1 deste edital;

3.2.2. Localizar, no site, o "link" correlato ao Processo Seletivo da Prefeitura do Município de Braço do Trombudo - SC;

3.2.3. Ler completamente o edital, preencher total e corretamente a ficha, e fazer a opção pela função para a qual pretende concorrer;

3.2.4. Imprimir o boleto bancário;

3.2.5. Efetuar o pagamento da inscrição através do boleto, autenticando-o em qualquer agência da rede bancária no valor da taxa de inscrição, até um dia útil após a data de encerramento das inscrições.

3.2.6. Para o pagamento da taxa de inscrição somente poderá ser utilizado o boleto bancário gerado na inscrição. Prestar atenção para o horário bancário.

3.2.7. OS CANDIDATOS QUE NÃO TIVEREM ACESSO À INTERNET PODERÃO USAR UM COMPUTADOR QUE SERÁ DISPONIBILIZADO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO, SITO A PÇA DA INDEPENDÊNCIA, 25 – CENTRO – BRAÇO DO TROMBUDO/SC - CEP 89178.000, NOS SEGUINTE HORÁRIOS: DAS 8:00 ÀS 12:00 E DAS 13:30 AS 17:30 DURANTE O PERÍODO ESTABELECIDO NO ITEM 3.1 DESTE EDITAL.

3.3. O candidato será responsável por qualquer erro e/ou omissão, bem como pelas informações prestadas na ficha de inscrição.

3.4. O candidato que fizer qualquer declaração falsa, inexata ou, ainda, que não possa satisfazer todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada e, em consequência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado nas provas e que o fato seja constatado posteriormente.

3.5. Antes do recolhimento do valor da inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para tomar posse da função, se aprovado, pois o valor, uma vez recolhido, não será restituído em hipótese alguma.

3.6. É única e exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos oficiais deste Processo Seletivo que será feita em mural na Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo - SC, no site do Município <http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br> e no site www.noroesteconcursos.com.br ..

IV - DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS - PNE

4.1. As pessoas PNE que pretendem fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal e pela Lei Nº 7.853/89, é assegurado o direito de inscrição para as funções em Processo Seletivo, cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras.

4.1.1. Em obediência ao disposto no art. 37, § 1º e 2º do Decreto 3.298 de 20/12/99 que regulamenta a Lei 7853/89, ser-lhes-á reservado o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas existentes para cada função, individualmente, das que vierem a surgir ou que forem criadas no prazo de validade do presente Processo Seletivo.

4.1.1.1. Se na aplicação do percentual resultar número fracionado igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), estará formada 01(uma) vaga para o PNE. Se inferior a 0,5 (cinco décimos) a formação da vaga ficará condicionada à elevação da fração para o mínimo de 0,5 (cinco décimos), caso haja aumento do número de vagas para o emprego ou função.

4.1.2. Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas a PNE, estas serão preenchidas pelos demais candidatos, com

estrita observância da ordem classificatória.

4.1.3. Consideram-se pessoas PNE aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal Nº 3.298/99.

4.1.4. As pessoas PNE, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal Nº 3.298/99, particularmente em seu art. 40, participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, e a nota mínima exigida para todos os demais candidatos. Os benefícios previstos no artigo 40, §§ 1º e 2º, deverão ser requeridos por escrito, durante o período das inscrições, através de ficha de inscrição especial.

4.1.5. O candidato deverá encaminhar via SEDEX para a organizadora SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO VALE DO BANDEIRANTES, no endereço: Rua Coripeu de Azevedo Marques, 65 - Jd. Santo Antônio - CEP: 87030-250- Maringá - PR, até o último dia de inscrição, na via original ou cópia reprográfica autenticada:

a) Laudo Médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação de prova.

b) Solicitação de prova especial, se necessário.

c) A não solicitação de prova especial eximirá a organizadora de qualquer providência.

4.1.6. Serão indeferidas as inscrições na condição especial de PNE, dos candidatos que não encaminharem dentro do prazo e forma prevista no presente Edital o respectivo laudo médico.

4.1.7. Aos deficientes visuais (cegos), serão oferecidas provas no sistema Braille e suas respostas deverão ser transcritas também em Braille. Os referidos candidatos deverão levar para esse fim, no dia da aplicação da prova, reglete e punção, podendo ainda, utilizar-se de soroban. Aos deficientes visuais (amblíopes) serão oferecidas provas ampliadas, com tamanho e letra correspondente a corpo 24.

4.1.8. O candidato que não atender ao solicitado no subitem 4.1.5 deste edital, não será considerado portador de necessidades especiais, não poderá impetrar recurso em favor de sua situação, bem como não terá sua prova especial preparada, seja qual for o motivo alegado.

4.1.9. Ao ser convocado para investidura na função pública, o candidato deverá se submeter a exame médico oficial ou credenciado pela Prefeitura, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente ou não, e o grau de deficiência capacitante para o exercício da função. Será eliminado da lista de PNE o candidato cuja deficiência assinalada na Ficha de Inscrição não se constate, devendo o mesmo constar apenas na lista de classificação geral.

4.1.10. Será excluído do Processo Seletivo o candidato que tiver deficiência considerada incompatível com as atribuições do emprego, bem como aquelas conceituadas pela medicina especializada, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos e legislação aplicável à espécie, e que constituam inferioridade que implique em grau acentuado de dificuldade para integração social.

4.1.11. Não serão considerados como deficiência os distúrbios passíveis de correção.

4.1.12. Após o ingresso do candidato portador de necessidades especiais, a mesma não poderá ser argüida para justificar a concessão de readaptação do emprego, e de aposentadoria por invalidez.

V - DAS ETAPAS DO PROCESSO**5.1. O Processo Seletivo será constituído das seguintes etapas:**

5.1.1. 1ª ETAPA – PROVA ESCRITA OBJETIVA – para todos as funções, de caráter seletivo, eliminatório e classificatório.

VI - DAS PROVAS**6.1. DA PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA**

6.1.1. A Prova Objetiva de múltipla escolha conterá questões das áreas de conhecimento, conforme estabelecido no quadro de provas.

6.1.2. As questões da Prova Objetiva de serão de múltipla escolha sendo apenas uma alternativa correta.

6.1.3. Os conteúdos das provas constam do Anexo I deste Edital.

6.2. DO JULGAMENTO DAS PROVAS OBJETIVAS

6.2.1. A nota da prova objetiva será obtida pela multiplicação do número de acertos em cada disciplina pelo peso de cada questão.

6.2.2. À Prova Objetiva será atribuído valor máximo de 100 (cem) pontos.

6.2.3. À Prova Objetiva será atribuído o seguinte resultado:

a) APROVADO: o candidato alcançou o mínimo de 50% (cinquenta por cento) da pontuação total da Prova Objetiva.

b) REPROVADO: o candidato não alcançou o mínimo de 50% (cinquenta por cento) da pontuação total da Prova Objetiva, acarretando em sua eliminação do Processo Seletivo.

c) AUSENTE: o candidato não compareceu para realizar a Prova Objetiva, acarretando em sua eliminação do Processo Seletivo.

6.2.4. A pontuação relativa à(s) questão(ões) eventualmente anulada(s) será(ão) atribuída(s) a todos os candidatos do respectiva função daquela questão, presentes à prova.

6.3. QUADRO DE PROVAS OBJETIVAS

PROVA OBJETIVA			
CARGOS	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR DE CADA QUESTÃO
Professor de Educação Infantil e Séries iniciais – Habilitado e Não Habilitado	Língua Portuguesa	10	2
	Matemática	10	2
	Informática	10	1
	Conhecimentos Específicos	10	5

PROVA OBJETIVA			
CARGOS	ÁREA DE CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR DE CADA QUESTÃO
Auxiliar de Serv. Gerais - Mer./Serv.	Língua Portuguesa	10	5
	Matemática	10	5

VI - DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

6.1. As Provas serão aplicadas nas datas e horários estipulados no subitem 3.1.2 deste Edital na cidade de Braço do Trombudo - SC, com duração máxima de 3:00h (três horas), incluso o tempo para preenchimento do cartão-resposta.

6.1.1. As datas das provas objetivas poderão ser alteradas por necessidade da administração. Havendo alteração da data prevista, será publicada com antecedência mínima de 8 (oito) dias úteis, ou a qualquer tempo em caso de calamidade pública.

6.1.2. A confirmação da data e as informações definitivas sobre horário e local para a realização das provas serão divulgadas oportunamente por meio de Edital de Convocação, no site oficial do Município <http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br> e no site www.noroesteconcursos.com.br.

6.2. Os portões dos locais de prova serão fechados 15 (quinze) minutos antes do horário de início da aplicação das provas – Horário de Brasília, NÃO SERÁ PERMITIDO O INGRESSO DE CANDIDATOS NO LOCAL DE PROVAS APÓS ESTE HORÁRIO.

6.3. Caso o número de candidatos exceda a oferta de lugares nas escolas localizadas na cidade, a organizadora do Processo Seletivo e a Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo poderão alterar horários das provas ou até mesmo dividir a aplicação das provas em mais de uma data, conforme subitem 6.1.1 deste edital, cabendo aos candidatos a obrigação de acompanhar as publicações oficiais e através dos sites <http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br> e www.noroesteconcursos.com.br.

6.4. COMPORTAMENTO - As provas serão individuais, não sendo tolerada a comunicação com outro candidato, nem utilização de livros, notas, impressos, celulares, calculadoras e similares. Reserva-se à Comissão Fiscalizadora e de Acompanhamento do Processo Seletivo e aos Fiscais, o direito de excluir da prova e eliminar do restante das provas o candidato cujo comportamento for considerado inadequado, bem como tomar medidas saneadoras e restabelecer critérios outros para resguardar a execução individual e correta das provas.

6.5. Em caso de necessidade de amamentação durante a realização das provas, a candidata deverá levar um acompanhante que terá local reservado para esse fim e que será responsável pela guarda da criança, além do fato de que o horário despendido com amamentação NÃO será acrescido do tempo total para realização das provas.

6.6. Não haverá sob qualquer pretexto ou motivo segunda chamada para a realização das provas. Os candidatos deverão comparecer no mínimo 1 (uma) hora antes do horário marcado para o início das provas, após os portões serem fechados não sendo permitida a entrada de candidatos retardatários.

6.7. A Correção da Prova Objetiva será feita pelo sistema de Leitura Ótica, pelo que não serão computadas questões não assinadas, ou que contenham emendas ou rasuras, ou que tenham sido respondidas a lápis, ou, ainda, que contenham mais de uma alternativa assinalada.

6.8. No início das provas o candidato receberá seu Cartão de Respostas, o qual deverá ser assinado e ter seus dados conferidos e, em hipótese nenhuma, haverá substituição em caso de erro ou rasura do candidato.

6.9. O candidato que, eventualmente, necessitar alterar algum dado, fazer alguma reclamação ou sugestão deverá procurar a sala de coordenação no local em que estiver prestando a prova.

6.10. Não haverá prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova em virtude de afastamento, por qualquer motivo, de candidato da sala de prova.

6.11. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a

este Processo Seletivo, os quais serão afixados nos quadros de aviso da Prefeitura, no site oficial do Município <http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br> e www.noroesteconcursos.com.br, devendo ainda manter-se atualizado.

6.12. O local e horário de realização das provas serão divulgados oportunamente nos endereços eletrônicos <http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br> e no site www.noroesteconcursos.com.br ..

6.13. Só será permitida a realização da prova em data, local e horário estabelecidos.

6.14. Somente será admitido na sala de prova o candidato que apresentar um dos documentos discriminados no item 7.15 deste capítulo, desde que permita, com clareza, a sua identificação.

6.15. O candidato deverá comparecer ao local designado, com antecedência mínima de 1 (uma) hora, munido de caneta azul ou preta, e de UM DOS SEGUINTE DOCUMENTOS NO ORIGINAL:

- Cédula de Identidade - RG;
- Carteira de Órgão ou Conselho de Classe;
- Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- Certificado Militar;
- Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei 9.503/97 (com foto);
- Passaporte.

6.16. Não será aceito protocolo ou cópia dos documentos citados, ainda que autenticada, ou qualquer outro documento diferente dos anteriormente definidos.

6.17. Não será admitido na sala de prova o candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o seu início.

6.18. As provas objetivas (escritas) desenvolver-se-ão através de questões de múltipla escolha, na forma estabelecida no presente Edital.

6.19. Em caso de anulação de questões, por duplicidade de respostas, falta de alternativa correta ou qualquer outro motivo, estas serão consideradas corretas para todos os candidatos e, os pontos correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que não os obtiveram, independente de recurso.

6.20. Durante as provas, não serão permitidas: consultas bibliográficas de qualquer espécie; utilização de máquina calculadora, agendas eletrônicas ou similares, telefone celular, BIP, "WALK-MAN" ou qualquer material que não seja o estritamente necessário para a realização das provas. Os aparelhos "celulares" deverão ser desligados e deixados sobre a mesa do fiscal de sala até o término da prova.

6.21. Após adentrar a sala de provas e assinar a lista de presença, o candidato não poderá, sob qualquer pretexto, ausentar-se sem autorização do Fiscal de Sala, podendo sair somente acompanhado do Fiscal Volante, designado pela Comissão Fiscalizadora e de Acompanhamento do Processo Seletivo.

6.22. O candidato só poderá retirar-se do local de aplicação das provas, após 1 (uma) hora do horário previsto para o início das mesmas e constante do presente edital, devendo entregar ao Fiscal de Sala o respectivo Cartão de Respostas.

6.23. O Cartão de Respostas, cujo preenchimento é de inteira responsabilidade do candidato, é o único documento válido para a correção eletrônica e deverá ser entregue no final ao fiscal de sala, juntamente com o Caderno de Questões.

6.24 Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas ou à assinatura, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras ópticas, prejudicando o desempenho do candidato.

6.25. Exemplares dos cadernos de questões estarão disponíveis no departamento de recursos humanos da Prefeitura para consulta aos interessados, durante o período de recursos.

VII - DOS RECURSOS

7.1 Caberá interposição de recursos devidamente fundamentados, perante a organizadora do processo Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do primeiro dia subsequente à data do (a):

- a) Indeferimento do pedido de isenção;
- b) As inscrições indeferidas;
- c) Questões das Provas e Gabarito Preliminar;
- d) Resultados das Provas, desde que se refira a erros de cálculo das notas.

7.2. O recurso deverá ser encaminhado via SEDEX para a organizadora SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO VALE DO BANDEIRANTES, no endereço: Rua Coripeu de Azevedo Marques, nº 65 - Jd. Santo Antônio - CEP: 87.030-250 - Maringá - PR, com as seguintes especificações:

- Nome do candidato;
- Número de inscrição;
- Número do documento de identidade;
- Cargo para o qual se inscreveu;
- A questão objeto de controvérsia, de forma individualizada;
- A fundamentação ou o embasamento, com as devidas razões do recurso.

7.3 Quanto aos recursos contra questões da prova e gabarito preliminar, deverá ser elaborado um recurso para cada questão, sob pena de sua desconsideração, e os mesmos deverão conter indicação do número da questão, da prova e anexar cópia da bibliografia mencionada também sob pena de sua desconsideração, conforme modelo no Anexo IV deste edital.

7.4 Não serão aceitos recursos encaminhados, via fax e/ou via eletrônica, devendo ser digitado ou datilografado e estar embasado em argumentação lógica e consistente. Em caso de contestação de questões da prova, o candidato deverá se pautar em literatura conceituada e argumentação plausível.

7.5 Os recursos inconsistentes serão indeferidos e os encaminhados fora dos prazos serão desconhecidos.

7.6 Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito. A Banca Examinadora constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos, não cabendo recurso a outra autoridade nem recurso adicional pelo mesmo motivo.

7.7 As respostas aos recursos interpostos serão afixadas no site da Prefeitura <http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br> e no site www.noroesteconcursos.com.br ..

VIII - DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

8.1. Será aplicada prova de títulos aos candidatos das funções de Professor.

8.2. Serão considerados os títulos obtidos na área específica do cargo na seguinte conformidade:

ESPECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	VALOR
DOCTORADO	15 (QUINZE) PONTOS – MÁXIMO 1 TÍTULO
MESTRADO	10 (DEZ) PONTOS – MÁXIMO 1 TÍTULO
ESPECIALIZAÇÃO	5 (CINCO) PONTOS – MÁXIMO 1 TÍTULO

8.3. Somente serão aceitos títulos de especialização lato sensu com carga horária igual ou superior a 360 (trezentos e sessenta) horas.

8.4. Serão pontuados como títulos, Certificados em papel timbrado da instituição, contendo assinatura e identificação do responsável e a respectiva carga horária, que ateste a conclusão do curso.

8.5. A somatória total dos títulos não poderá ultrapassar 20 (vinte) pontos.

8.6. Sobre a nota obtida pelos candidatos aprovados na prova objetiva serão somados os pontos referentes aos títulos para a classificação final.

8.7. Os pontos dos títulos serão contados apenas para efeito de "classificação" e não de "aprovação".

8.8. Os candidatos inscritos deverão protocolar até 30 minutos após a realização das provas objetivas, CÓPIA REPROGRAFADA AUTENTICADA EM CARTÓRIO de eventuais títulos que possuam. Não serão considerados títulos apresentados, por qualquer outra forma, fora do dia determinado e estes deverão ser entregues em envelope identificado com nome, cargo e identificação, conforme modelo :

T Í T U L O S	CONCURSO PÚBLICO Nº 004/2012
	Prefeitura Municipal de BRAÇO DO TROMBUDO-SC.
	Cargo:
	Nome do Candidato: RG nº :

8.9 Não serão aceitos protocolos de documentos referentes a títulos.

8.10. Somente serão considerados os títulos entregues em cópia reprográfica autenticada em cartório.

8.11. Não haverá segunda chamada para entrega de títulos, qualquer que seja o motivo de impedimento do candidato que não os apresentou no dia e formas determinado

IX - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.1. Os candidatos serão classificados em ordem decrescente da pontuação final.

9.2. Os candidatos classificados serão enumerados em duas listas, sendo uma geral (todos os candidatos aprovados) e outra especial. (portadores de deficiência).

9.3. Não ocorrendo inscrição neste Processo Seletivo aprovação de candidatos portadores de deficiência, será elaborada somente a Lista de Classificação Final Geral.

9.4 - Na classificação entre candidatos com igual número de pontos, serão fatores de preferência os seguintes:

a - Idade igual ou superior a 60 anos, nos termos da Lei Federal 10.741/2003, entre si e frente aos demais, dando-se preferência

ao de idade mais elevada.

b - Maior idade considerando ano, mês e dia de nascimento.

c- Maior nota na prova de Conhecimentos Específicos

d - Maior nota na prova de Língua Portuguesa

9.5. Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios acima, o desempate se dará através de sorteio público.

XI - DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NA FUNÇÃO

10.1. São requisitos básicos para investidura na função público:

10.1.1. Aprovação neste Processo Seletivo ;

10.1.2. Nacionalidade brasileira;

10.1.3. O gozo dos direitos políticos;

10.1.4. A quitação das obrigações eleitorais e, se do sexo masculino, também com as obrigações militares;

10.1.5. Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício da função, comprovando estar em dia com o órgão regulamentador da profissão, quando for o caso;

10.1.6. Idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da posse;

10.1.7. Ser aprovado em exame médico pré-admissional;

10.1.8. Apresentar laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença CID, bem como a provável causa da deficiência, conforme declarado no ato da inscrição;

10.1.9. O candidato que, no decorrer do processo desistir da ocupação da vaga, será automaticamente eliminado deste Processo Seletivo, salvo os casos que o candidato aprovado solicitar para que fique na última colocação.

XI - DA CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS

11.1. Os candidatos serão convocados por ordem crescente da classificação.

11.2. A convocação para contratação será feita pelos meios oficiais da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Por ocasião da contratação deverão ser apresentadas cópias dos seguintes documentos:

CPF;

Título de Eleitor;

Carteira de Identidade RG;

Carteira de Trabalho CTPS

Certificado de Escolaridade ou Diploma;

Histórico Escolar;

Registro Profissional (Carteira do Conselho de Classe ou Órgão da Categoria);

Carteira Nacional de Habilitação – CNH (se Motorista);

Certificado Militar (se homem);

Declaração de Não Acumulação de Cargo (Caso haja o acúmulo, apresentar Certidão do Órgão Empregador, contendo o Regime Jurídico, a carga horária e o horário de trabalho, com firma

reconhecida);

1 Foto 3X4

Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 18 Anos;

Certidão Negativa de antecedentes criminais da esfera federal, estadual e da Comarca onde reside.

Declaração de Bens.

12.2. Para efeito de sua contratação fica o candidato sujeito à aprovação em exame médico admissional segundo a natureza e especificidade da função, respectiva área de atuação e à apresentação, no prazo legal, dos documentos que lhe foram exigidos.

12.3. A inscrição implica na aceitação por parte do candidato de todos os princípios, normas e condições do Processo Seletivo, estabelecidas no presente Edital e na legislação municipal e federal pertinente.

12.4. A inexistência das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificados posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade da declaração.

12.5. A Organizadora bem como o órgão realizador do presente certame não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes ao Processo Seletivo.

12.6. Após 180 (cento e oitenta) dias da divulgação oficial do resultado final do Processo Seletivo, as Folhas de Respostas serão digitalizadas, pela organizadora realizadora do certame público, podendo após serem incineradas e mantidas em arquivo eletrônico, com cópia de segurança, pelo prazo de 05 (cinco anos).

12.7. O candidato obriga-se a manter atualizado seu endereço para correspondência, junto ao órgão realizador, após o resultado final.

12.8. A validade do presente Processo Seletivo será de 07.01.2013 à 03.02.2013.

12.9. A convocação para admissão dos candidatos habilitados obedecerá rigorosamente à ordem de classificação.

12.10. Ficam impedidos de participarem do certame aqueles que possuam com qualquer dos sócios da organizadora relação de parentesco disciplinada nos artigos 1591 a 1595 do Novo Código Civil.

12.11. Todos os casos omissos, problemas ou questões que surgirem e que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e Lei Orgânica Municipal serão dirimidos em comum pela organizadora e pela Prefeitura Municipal, através da Comissão Fiscalizadora e de Acompanhamento do Processo Seletivo.

12.12. A Homologação do Processo Seletivo poderá ser efetuada por cargo, individualmente, ou pelo conjunto de funções constantes do presente Edital, a critério da Administração.

12.13. Os vencimentos constantes do presente Edital são referentes ao da data do presente Edital.

12.14. Caberá ao Prefeito Municipal a homologação dos resultados deste Processo Seletivo.

12.15. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais atualizações ou retificações, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado no site oficial do município <http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br> e no site www.noroesteconcursos.com.br.

www.noroesteconcursos.com.br ..

12.16. A Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo – SC e a organizadora se eximem das despesas com viagens e estadas dos candidatos para comparecimento em quaisquer das fases deste Processo Seletivo.

12.17. As informações sobre o presente Processo Seletivo, até a publicação da classificação final, serão prestadas pela organizadora SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO VALE DO BANDEIRANTES por meio do Telefone 0xx(44) 3265-6743 de segunda a sexta-feira das 8h às 17h, sendo que após a competente homologação serão de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo - SC.

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital que será afixado no mural do Paço Municipal, no site oficial do município <http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br>, e da organizadora www.noroesteconcursos.com.br.

Braço do Trombudo, 03 de Dezembro de 2012.

NILDO MELMESTET

Prefeito Municipal em Exercício

ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LÍNGUA PORTUGUESA:

CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL E ALFABETIZADO: Textos: Interpretação de textos. Significado das palavras. Sinônimos e antônimos. Homônimos e parônimos. Fonética e fonologia: Identificação de vogais, semivogais e consoantes. Letras e fonemas. Identificação de encontros vocálicos e consonantais. Dígrafos. Separação de sílabas. Classificação das palavras quanto ao número de sílabas. Acentuação gráfica: princípios básicos (regras), classificação das palavras quanto à posição da sílaba tônica. Classe de palavras (classes gramaticais). Tipos de sujeito e predicado. Tipos de verbos.

CARGOS DE ENSINO MÉDIO/TÉCNICO E NÍVEL SUPERIOR: Textos: Interpretação de textos. Ortografia: Uso das letras. Uso dos acentos gráficos. Pontuação: Uso dos sinais de pontuação. Fonética e fonologia: Letras e fonemas. Identificação de vogais, semivogais e consoantes. Identificação de encontros vocálicos e consonantais. Separação de sílabas. Classificação dos vocábulos pelo número de sílabas. Classificação dos vocábulos pela posição da sílaba tônica. Morfossintaxe: Classes de palavras. Flexão do nome e do verbo. Emprego de pronomes, preposições e conjunções. Relações entre as palavras. Concordância verbal e nominal. Frase (definição, ordem direta e inversa). Oração e período. Termos da oração (sujeito e predicado, predicado verbal, nominal e verbo-nominal, verbos transitivos, intransitivos, de ligação e seus complementos, adjunto adnominal e adverbial). Classificação de orações (coordenadas e subordinadas). Vozes do verbo (ativa, passiva e reflexiva). Colocação dos pronomes oblíquos. Uso da crase. Significação das palavras. Homônimos e parônimos. Sinônimos e antônimos. Linguagem figurada. Identificação e interpretação de figuras de linguagem.

MATEMÁTICA

CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL E ALFABETIZADO: Operações fundamentais: adição, subtração, multiplicação e divisão. Operações com frações. Frações. Expressões algébricas - Fatoração. Regra de três. Raiz quadrada. Juro simples. Razão e proporção. Produtos notáveis. Teoria dos conjuntos e unidades. Sistema métrico decimal. Potenciação e radiciação. Porcentagem. Geometria.

Grandezas proporcionais. Equações e sistema de equações. Problemas.

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO, TÉCNICO E SUPERIOR: Conjunto: Teoria dos conjuntos, símbolos lógicos, pertinência, representação, igualdade, desigualdade e inclusão. Subconjuntos: Reunião, intersecção, conjunto vazio, diferença, complementar. Conjuntos Numéricos: Conjunto (N) dos números naturais; Conjunto (Z) dos números inteiros; Conjunto (Q) dos números racionais; Conjunto (I) dos números irracionais; Conjunto (R) dos números reais, intervalos reais. Funções: Produto Cartesiano, relação binária, diagrama de flechas, gráfico cartesiano, domínio, contradomínio e imagem de uma função, domínio de uma função real/função inversa e função composta. Função Polinomial do 1º Grau: Função crescente e decrescente, raiz ou zero de uma função do 1º Grau; estudo dos sinais da função do 1º Grau, gráfico. Inequações, sistemas de inequações, inequação-produto, inequação quociente. Função Polinomial do 2º Grau: Gráfico, raízes ou zeros da função quadrática; vértice da parábola; conjunto, imagem, estudo dos sinais. Função logarítmica; logaritmo; propriedades operatórias; mudança de base; equações logarítmicas; inequações logarítmicas. Trigonometria; trigonometria no triângulo retângulo e no círculo; funções trigonométricas; relações trigonométricas. Progressões: sequência ou sucessão; progressão aritmética; progressão geométrica.

INFORMÁTICA:

Conceitos. Periféricos de um Computador. Hardware. Software. Utilização do Sistema Operacional Windows XP. Configurações Básicas do Windows XP. Aplicativos Básicos (bloco de notas, calculadora, Paint, WordPad). Instalação, configuração e utilização: Processador de Textos Microsoft Word (a partir da versão 2000) e Planilha Eletrônica Excel (a partir da versão 2000). Recursos Básicos e utilização do Adobe Reader (Adobe Reader 7.0). Configuração de Impressoras. Noções básicas de Internet (Internet Explorer a partir da versão 6.0) Noções básicas de Correio Eletrônico – Outlook.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E SÉRIES INICIAS (HABILITADO E NÃO HABILITADO): Reflexões sobre novos olhares de alfabetização, letramento, As relações entre ensino e aprendizagem na sala de aula, A Metodologia nas áreas do conhecimento, A importância do jogo na educação, Análise e interpretação de textos, A leitura, A Literatura Infantil - 1ª ao 5ª ano, O comportamento infantil - 7 a 10 anos, A criança e as normas escolares. Critérios para seleção dos conteúdos de ensino. - Planejamento de atividades de ensino. Critérios para análise e seleção de livros didáticos e outros recursos. Metodologia do Ensino e Conteúdos Básicos de: Estudos Sociais, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Educação Artística, Educação Física/Recreação e Alfabetização. Tecnologias Audiovisuais e informática voltada à Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais. Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Braço do Trombudo – SC – Lei Complementar 09/99 de 17.11.99.

ANEXO II

DAS ATRIBUIÇÕES DAS FUNÇÕES

Professores de Educação Infantil e Séries Iniciais (Habilitado e Não Habilitado): Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico, sugerindo objetivos gerais e específicos, propostas pedagógicas, definindo metodologias, estratégias de ensino, temas transversais, interdisciplinares, entre outros, de modo a cumprir com a legislação vigente, definindo um projeto atrativo e aplicável a unidade de ensino. Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo

o Projeto Político Pedagógico da Escola. Zelar pela aprendizagem dos alunos. Preparar as aulas, definindo metodologias de ensino, criando atividades de acordo com o conteúdo e objetivos, pesquisando, analisando e selecionando material didático e para-didático, dentro da legislação educacional vigente. Ministrando aulas, relacionando os conteúdos às diversidades pessoais e regionais dos alunos, bem como orientar os alunos no processo de construção da leitura, escrita, conceitos de ciências naturais, noções de tempo e espaço, atividades artísticas, corporais, entre outras, de acordo com a legislação educacional vigente. Cumprir os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional. Efetuar registros burocráticos pedagógicos, preenchendo em formulários específicos, dados acerca dos conteúdos e atividades ministradas, ocorrências diversas, frequência do aluno, resultado do processo de ensino-aprendizagem, conceitos, notas, entre outros, conforme normas e padrões preestabelecidos. Planejar o curso de acordo com as diretrizes educacionais, estabelecendo conteúdos mínimos por série, atividades periódicas, cronograma, estratégias, entre outros a fim de ajustar o mesmo com o Projeto Político Pedagógico. Definir critérios e avaliar os alunos, acompanhando o trabalho diário, aplicando instrumentos diversos de avaliação, refletindo sobre aspectos qualitativos e quantitativos, participando de reuniões de conselho de classe, corrigindo trabalhos, a fim de poder acompanhar as etapas do desenvolvimento perceptivo-motor dos mesmos. Organizar eventos e/ou atividades sociais, culturais e pedagógicas, traçando os objetivos do evento, preparando roteiros e instrumentos para registro, instruindo os alunos a participar, bem como solicitando autorização da direção da escola para a realização do mesmo. Elaborar e executar a programação referente à regência de classe e atividades afins, através de pesquisas e plano de ação, de modo a atender as normas preestabelecidas. Manter atualizado no diário de classe, os registros escolares relativos às suas atividades específicas, bem como as ocorrências e ou informações prestadas aos pais e à Coordenação Pedagógica e Direção. Participar de cursos encontros, seminários, com a finalidade de promover a contínua formação e o aperfeiçoamento profissional, bem como de Conselhos de Classe, Reuniões Pedagógicas, entre outros. Participar dos processos de eleição desencadeados na unidade escolar, conselhos de classe, bem como realizar atividades relacionadas com serviço de apoio técnico. Manter permanentemente contato com pais e alunos, juntamente com a coordenação, de modo a mantê-los informados quanto ao desempenho do aluno. Planejar e implementar a recuperação paralela garantindo ao aluno novas oportunidades de aprendizagem estabelecendo estratégias de recuperação dos alunos de menor rendimento. Conhecer e respeitar as leis constitucionais da Educação e as normas da unidade escolar, com o intuito de cumprir com a legislação vigente. Zelar pelo cumprimento dos princípios de ética profissional, tanto nos aspectos referentes à intimidade e privacidade dos usuários e profissionais, quanto no que se refere aos seus outros direitos inalienáveis. Representar, quando designado, a Secretaria Municipal, Fundação ou Autarquia em que está lotado. Realizar outras atribuições compatíveis com sua especialização profissional. Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação. Ministrando treinamento, palestra e/ou aula de aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação. Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, emitindo pareceres e/ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município.

Auxiliar de Serviços Gerais – Mer./ Serv.: Atividade de nível auxiliar, de natureza operacional e de menor grau de complexidade, abrangendo trabalhos de cozinha, limpeza e outras atividades correlatas.

Caçador

PREFEITURA

Decreto Nº 5.411

DECRETO Nº 5.411, de 27 de novembro de 2012.

Suplementa dotações orçamentárias do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2012, por conta de anulação e excesso de arrecadação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 2.954/2012, DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias abaixo especificadas, do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício 2012, na importância total de R\$ 3.237.000,00 (três milhões duzentos e trinta e sete mil reais):

02.02 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
04.123.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria da Administração
3.1.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
Soma R\$ 200.000,00
02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
15.452.0020.2.071- Manutenção da Secretaria de Infraestrutura
3.1.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 340.000,00
Soma R\$ 340.000,00
02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
12.361.0011.2.045 - Manutenção da Secretaria de Educação
3.1.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 600.000,00
3.1.91.00.0000 - Aplicações Diretas-Oper.Intra Orçamentárias . R\$ 63.000,00
12.361.0011.2.046 - Aplicação dos Recursos do Fundeb 60%
3.1.90.00.0018 - Aplicações Diretas R\$ 1.500.000,00
3.1.91.00.0018 - Aplicações Diretas-Oper.Intra Orçamentárias . . R\$ 150.000,00
12.361.0011.2.049 - Manutenção do Transporte
3.3.90.00.0019 - Aplicações Diretas R\$ 140.000,00
12.365.0011.2.055 - Manutenção da Educação Infantil
3.1.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 164.000,00
3.1.91.00.0000 - Aplicações Diretas-Oper.Intra Orçamentárias R\$ 80.000,00
Soma R\$ 2.697.000,00
TOTAL R\$ 3.237.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações especificadas no artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes anulação de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 1.587.000,00 (um milhão e quinhentos e oitenta e sete mil reais), abaixo descritas e excesso de arrecadação no valor de R\$ 1.650.000,00 (um milhão e seiscentos e cinquenta mil reais):

02.01- GABINETE DO PREFEITO.
04.122.0002.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito
3.1.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
04.122.0002.2.070 - Regularização de terrenos Distrito de Taquara Verde
3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 49.836,90
Soma R\$ 149.836,90
15.452.0020.1.057 - Construção e Manutenção de Abrigos para

Passageiros

3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 33.500,00
4.4.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 78.100,00
Soma R\$ 111.600,00
02.04 - DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
0.181.0004.2.019 - Manutenção da Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança Pública
3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
Soma R\$ 50.000,00
02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
12.361.0011.2.049 - Manutenção do Transporte Escolar
3.3.90.00.0001 - Aplicações Diretas R\$ 580.000,00
Soma R\$ 580.000,00
02.09 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUÁRIA E DO ABASTECIMENTO
20.606.0026.2.091 - Manutenção da Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento
3.1.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
3.1.91.00.0000 - Aplicações Diretas-Oper Intra-Orçamentárias . . R\$ 80.000,00
Soma R\$ 180.000,00
14.05 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
14.06 - Divisão de Limpeza de Praças e Jardins
18.541.0011.2.029 - Manutenção de Praças, Jardins e Trevos
3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 515.563,10
Soma R\$ 515.563,10
TOTAL R\$ 1.587.000,00
Excesso de Arrecadação R\$ 1.650.000,00
TOTAL GERAL R\$ 3.237.000,00
(três milhões e duzentos e trinta e sete mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 27 de novembro de 2012.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

Decreto Nº 5.412

DECRETO Nº 5.412, de 27 de novembro de 2012.

Suplementa e anula dotação orçamentária do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2012, em favor do Fundo Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 2.955/2012, DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo especificada, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal, exercício de 2012, em favor do Fundo Municipal de Saúde, na importância total de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais):

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0008.2.037- Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
3.1.90.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 500.000,00
TOTAL R\$ 500.000,00
(quinhentos mil reais).

Art. 2º Para atender as suplementação orçamentária realizada na forma disposta no artigo anterior, será utilizada recursos provenientes da anulação da dotação orçamentária abaixo discriminada, na importância de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais):

14.05 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
14.06-18.541.0016.2.009 - Divisão de Limpeza de Praças e Jardins
3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 500.000,00



TOTAL R\$ 500.000,00
(quinhentos mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre- se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 27 de novembro de 2012.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

Decreto Nº 5.413

DECRETO Nº 5.413, de 27 de novembro de 2012.

Suplementa e anula dotação orçamentária do Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2012, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 2.956/2012, DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias abaixo especificadas, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal, exercício de 2012, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social, na importância total de R\$ 574.000,00 (quinhentos e setenta e quatro mil reais):

05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.244.0005.2.194 - Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social

3.1.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 534.000,00

3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Soma R\$ 574.000,00

TOTAL R\$ 574.000,00

(quinhentos e setenta e quatro mil reais).

Art. 2º Para atender as suplementações orçamentárias realizada na forma disposta no artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação de dotações orçamentárias abaixo discriminadas, na importância de R\$ 574.000,00 (quinhentos e setenta e quatro mil reais):

13.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

13.392.0019.2.069 - Manutenção do Departamento de Cultura

3.3.50.00.0000 - Trans. a Instituições Privadas sem fins lucrativos
R\$ 291.590,67

Soma R\$ 291.590,67

12.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE

27.812.031.2.109 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes

3.1.90.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 282.409,33

Soma R\$ 282.409,33

TOTAL R\$ 574.000,00

(quinhentos e setenta e quatro mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre- se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 27 de novembro de 2012.

IMAR ROCHA
Prefeito Municipal.

Resolução 19/2012 CMAS Retificação

RESOLUÇÃO Nº19 / CMAS

Dispõe sobre o processo de inscrição das Entidades de Assistência Social no Conselho Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador, em reunião ordinária realizada no dia 14 de novembro de 2012, às 14 horas, nas dependências da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei do Conselho Municipal de Assistência Social nº2.869, de 22 de dezembro de 2011, considerando:

Considerando os artigos 3º e 9º da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 6.308, de 14 de dezembro de 2007, Art. 4º que regulamenta o art. 3º da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993/LOAS, e normatiza o conceito de entidade de assistência social;

Considerando a Lei nº 12.101 que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e a isenção de contribuições para a seguridade social; e as alterações incluídas pela Lei nº 12.453/2012 e 12.712/2012.

Considerando a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

Considerando a Resolução CNAS nº 16, de 05 de maio de 2010, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do Distrito Federal. e suas alterações dadas pelas resoluções CNAS nº 27/2011, 13/2011, 10/2011 e 33/2010.

Considerando que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais prestados por entidades e organizações de assistência social deverão estar em consonância com o conjunto normativo da Política Nacional de Assistência Social em vigor e suas Normas Operacionais Básicas, visando garantir padrões de qualidade na prestação de serviços e nas condições de trabalho; Considerando a Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador nº 18/2011, que define os parâmetros municipais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Caçador SC.

Resolve:

1º. Aprovar a inscrição das entidades de Assistência Social que atuam de acordo com os parâmetros da Política Nacional de Assistência Social no Município de Caçador, abaixo identificadas:

ENTIDADES COM SEDE NO MUNICIPIO DE CAÇADOR

ENTIDADE	NÍVEL DE PROTEÇÃO	ATIVIDADE	PARECER
Associação Maria Rosa-AMAR	-Proteção social básica -Proteção social especial de média complexidade -Proteção social especial de alta complexidade	-Projeto Ação Social com grupo -Projeto Arco Iris -Projeto Psiquê -Projeto Extremoso -Serviço de Acolhimento Institucional para mulheres em situação de violência " Casa Abrigo Maria Rosa".	Favorável

ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COM ATUAÇÃO PREPONDERANTE EM OUTRA ÁREA, MAS QUE ATUA TAMBÉM NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

ENTIDADE	NÍVEL DE PROTEÇÃO	ATIVIDADE	PARECER
Associação Caçadoreense de Educação Infantil e Assistência Social - ACEIAS	-Proteção social básica -Proteção social especial de alta complexidade	-Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos 06 a 15 anos -Serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes- " Casa Lar". -Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora. -Projeto promoção a cidadania	Favorável

Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Caçador-APAS	-Proteção Social Básica -Proteção Social Especial de média complexidade	-Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos 0 a 6 anos -Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos 6 a 15 anos. -Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos 15 a 17 anos -Programa de promoção da integração ao mundo do trabalho. -Projeto Serviço Social na APAS. -Projeto Surdo Cidadão. -Projeto Psicologia aplicada na APAS. -Serviço de Proteção Social Especial de média complexidade para pessoas com deficiência auditiva suas famílias	Favorável
Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador	-Proteção Social Básica	-Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos de 6 a 15 anos. -Projeto Bombeiro Mirim	Favorável
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE	-Proteção Social Básica -Proteção Social Especial de média complexidade	-Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos 0 a 6, 06 a 15 e 15 a 17 anos. -Serviço de Proteção Social Especial de Media complexidade para pessoas com deficiência intelectual idosos e suas famílias. -Serviços de convivência e fortalecimento de vínculos a partir de 17 anos	Favorável
Associação Brasileira de Educação e Cultura-ABEC Centro Social Marista Caçador CESMAR	-Proteção Social Básica	-Serviços de convivência e fortalecimento de vínculos. -Projeto Cidadania -Projeto de Atenção a Família	Favorável com ressalva de se adequar as orientações expedidas pela comissão do CMAS e acompanhar a adequação no prazo de 3 meses.

2º. Delibera sobre o cancelamento das inscrições das entidades

que não atendem os critérios da Política Nacional de Assistência Social, abaixo identificadas:

- 1.Colégio Cenecista Marcos Olsen
- 2.Associação Marcos Olsen
- 3.Fundação Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe-FUNIARP
4. Associação esporte clube Flamengo-AFHAGO

3º. Delibera sobre o pedido de novas inscrições para as entidades, abaixo identificadas, tendo como base as orientações expedidas pelo Decreto nº. 6.308/2007 que regulamenta o art. 3º da Lei 8.742, de 7 dezembro de 1993/LOAS, e normatiza o conceito de entidade de assistência social e a Resolução CNAS nº 16, de 05 de maio de 2010, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do Distrito Federal:

Solicitaram inscrições:

Foram Deferidas:

ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL COM ATUAÇÃO TAMBÉM NESSE MUNICÍPIO:

Fundação projeto pescar FRAMEPORT	-Proteção social básica	-Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos 15 a 17 anos -Projeto de Integração ao mundo do trabalho	Favorável com ressalva de se adequar as orientações expedidas pela comissão do CMAS e acompanhar a adequação no prazo de 3 meses.
Fundação projeto pescar –Câmara de Dirigentes Lojistas-CDL	-Proteção social básica	-Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos 15 a 17 anos -Projeto de Integração ao mundo do trabalho	Favorável com ressalva de se adequar as orientações expedidas pela comissão do CMAS e acompanhar a adequação no prazo de 3 meses.

Caçador, 14 de novembro de 2012.

TERESINHA APARECIDA WAMES COELHO DE SOUZA
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social CMAS

Portaria Nº 22.146

PORTARIA Nº 22.146, de 22 de novembro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 29, § 1º, na Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004-Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, RESOLVE:

NOMEAR os Servidores Públicos Municipais, para comporem Comissão de Avaliação de Estágio Probatório dos funcionários abaixo relacionados, especificando: código, nome do servidor avaliado, cargo e membros da comissão, conforme segue:

Cód.	Servidor Avaliado	Cargo	Membros da Comissão
10048	Aloir Ferreira de Almeida	Aux. de Serviços e Obras Públicas	Aldair José de Lima, Antonio Voitch e Julio Cesar Ferreira
10451	Antonio Vanderlei Moreira	Aux. Serviços Agrícolas e Florestais	Aldair José de Lima, Antonio Voitch e Julio Cesar Ferreira
11076	Edina Aparecida Domingues	Aux. Serviços Gerais	Aldair José de Lima, Antonio Voitch e Julio Cesar Ferreira
10483	Eliane Yuki Uehara	Aux. Serviços Agrícolas e Florestais	Aldair José de Lima, Antonio Voitch e Julio Cesar Ferreira
10047	Gilmar Alves	Aux. Serviços Obras Publicas	Aldair José de Lima, Antonio Voitch e Julio Cesar Ferreira
10486	Hemerson Bach Castilho	Aux. Serviços Agrícolas e Florestais	Aldair José de Lima, Antonio Voitch e Julio Cesar Ferreira
10050	João Antonio dos Santos	Aux. Serviços e Obras Publicas	Aldair José de Lima, Antonio Voitch e Julio Cesar Ferreira
9907	João Carlos Ferreira dos Santos	Aux. Serviços e Obras Públicas	Aldair José de Lima, Antonio Voitch e Julio Cesar Ferreira
11103	Julio Cesar Recalcatti	Aux. Serviços Gerais	Aldair José de Lima, Antonio Voitch e Julio Cesar Ferreira
10482	Luiz Carlos Teixeira	Aux. Serviços Agrícolas e Florestais	Aldair José de Lima, Antonio Voitch e Julio Cesar Ferreira
10554	Mauricio de Oliveira	Aux. Serviços Agrícolas e Florestais	Aldair José de Lima, Antonio Voitch e Julio Cesar Ferreira
10772	Maxsure França	Aux. Administrativo	Aldair José de Lima, Antonio Voitch e Julio Cesar Ferreira
9693	Moacir Cardoso	Aux. Serviços Gerais	Aldair José de Lima, Antonio Voitch e Julio Cesar Ferreira
10487	Rosinei Aparecida Pereira Cardozo	Aux. Serviços Agrícolas e Florestais	Aldair José de Lima, Antonio Voitch e Julio Cesar Ferreira
9493	Salete Aparecida Adamio	Aux. Serviços Agrícolas e Florestais	Aldair José de Lima, Antonio Voitch e Julio Cesar Ferreira
10917	Sergio Borges	Aux. Serviços Obras Públicas	Aldair José de Lima, Antonio Voitch e Julio Cesar Ferreira

11072	Taisa Pelentier de Oliveira	Aux. Serviços Gerais	Aldair José de Lima, Antonio Voitchach e Julio Cesar Ferreira
10484	Vinicius Alexandre Soares	Aux. Serviços Agrícolas e Florestais	Aldair José de Lima, Antonio Voitchach, Julio Cesar Ferreira
11061	Walmir Richter	Aux. Serviços Gerais	Aldair José de Lima, Antonio Voitchach, Julio Cesar Ferreira
10806	Joseleia Ribeiro	Aux. Administrativo	Denise Chiarello Hartmann, Vilmar José Carneiro e Pedro Antonio Masiero
10950	Liziane Prandini	Assistente Administrativo	Denise Chiarello Hartmann, Vilmar José Carneiro e Pedro Antonio Masiero

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração,
em 26 de novembro de 2012.
CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário Da Administração.

Portaria Nº 22.155

PORTARIA Nº 22.155, de 26 de novembro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, de conformidade com o art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 136, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

COLOCAR a disposição do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Caçador o Servidor Público Municipal FERNANDO SCOLLARO, ocupante do cargo de Técnico Tributário, com 35 horas semanais, com ônus para o Município de Caçador, a contar de 12 de novembro de 2012.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração,
em 26 de novembro de 2012.
CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.

Portaria Nº 22.156

PORTARIA Nº 22.156, de 26 de novembro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, nos termos do art. 124, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, licença prêmio, a que fazem jus, especificando código, nome,

cargo, secretaria de lotação, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec.	Período Aquisição	Período Gozo
1048	Claudete Garcia Godinho	Auxiliar Enfermagem	006	24/06/07 a 24/06/12	26/11/12 a 23/02/13 - 3 meses
1306	Marlei Kehler	Auxiliar Enfermagem	006	16/08/07 a 16/08/12	22/10/12 a 19/01/13 - 3 meses
6301	Nilo Sergio Luiz Amorin	Engenheiro Civil	006	06/02/06 a 06/02/11	03/12/12 a 01/01/13 - 2 meses

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração,
em 26 de novembro de 2012.
CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.

Portaria Nº 22.157

PORTARIA Nº 22.157, de 26 de novembro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER retorno da Licença Sem Vencimentos, concedida ao Servidor Público Municipal CARLOS EMILIO FINGER, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços e Obras Públicas, lotado na Secretaria de Infra-Estrutura, com carga horária de 44h semanais, a partir de 01 de dezembro de 2012.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração,
em 26 de novembro de 2012.
CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.

DENISE CHIARELLO HARTMANN
Secretária De Infraestrutura.

Portaria Nº 22.162

PORTARIA nº 22.162, de 28 de novembro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, nos termos do art. 179, da Lei Complementar nº 056/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados nas diversas Secretarias Municipais, o pagamento do serviço extraordinário, HORAS EXTRAS, prestados durante o meses de outubro e novembro de 2012, especificando código, nome dos servidores, Secretaria e quantidade de horas, conforme segue:

Cód.	Nome	Secretaria	Nº horas
1866	VILMAR LEZAM	ADMINISTRAÇÃO	56,00
1964	ADELAR GERALDO PIRAN	INFRA-ESTRUTURA	60,00
1836	ADELDIR BARP	INFRA-ESTRUTURA	60,00
2027	EDEZIO RECALCATTI	INFRA-ESTRUTURA	43,00
1210	IVANIR BASEGGIO	INFRA-ESTRUTURA	60,00
888	JOSE OSNI BATISTA	INFRA-ESTRUTURA	38,44
1827	ODAIR SANTANA	INFRA-ESTRUTURA	60,00
2650	ODINEY LEITE	INFRA-ESTRUTURA	60,00
8612	ELIZENI BATISTA AMARAL	ASSISTENCIA SOCIAL	36,00
830	ELOIR DO CARMO C. ANTUNES	ASSISTENCIA SOCIAL	48,00
7740	EUNICE LINHARES FLECK	ASSISTENCIA SOCIAL	40,00
4081	FATIMA ROZANA G. DAMACENO	ASSISTENCIA SOCIAL	60,00
11361	JULIO CESAR GOES	ASSISTENCIA SOCIAL	23,00
2529	LUCIA RIBEIRO LUZ CAVALETTI	ASSISTENCIA SOCIAL	36,00
7746	SANTINA PIACENTINI	ASSISTENCIA SOCIAL	60,00
4953	CAMILO PAGANINI	EDUCAÇÃO	60,00
1993	PARCIVAL A. PINZINGHER	EDUCAÇÃO	92,00
7981	LAURITA AP.FAUSTINO AIMI	SAÚDE	38,00
11890	JORGE JAIR M.BORGES	SAÚDE	26,00
8413	CLAUDETE Mª B. CORRENTE	SAÚDE	30,00
10102	ROSA MERI COLUZZI	SAÚDE	36,00
10766	EDINA FERREIRA LOPES	SAÚDE	13,00
7674	PATRICIA K. DA CRUZ	SAÚDE	9,00
11886	PAULA F.ZITKIEVICZ	SAÚDE	36,00
8331	MONICA MICHELE WITIUK	SAÚDE	40,00
1179	VILMA DE SOUZA M. JARSCHEL	SAÚDE	40,00
405	LUCIANO COLUZZI	SAÚDE	36,32
11032	LUIZ ANTONIO WANCIW	SAÚDE	40,00
10457	KATIA CILENE BRONNER	SAÚDE	12,00
10831	KATIA POSSAMAI	SAÚDE	22,00
3273	MARIA ESTELA CAVICHIOLI	SAÚDE	31,00
11240	ANA LUCIA M. KLETTKE	SAÚDE	16,00
11192	DORACI MARIA RUPPEL	SAÚDE	28,00
11186	GICELY U.LAISMAN	SAÚDE	12,00
11189	JOÃO B.BRASIL NETO	SAÚDE	22,00
11810	ANA PAULA SIMIONI	SAÚDE	18,00
10796	LURDES DOS SANTOS	SAÚDE	14,00
135	SUELI TEREZINHA BUENO	SAÚDE	40,00
10787	JULIANA APª CORDEIRO	SAÚDE	6,00
11055	LUCIANA APª CRISTALDO	SAÚDE	12,00
9393	MARIA HELENA M. MAGALHAES	SAÚDE	36,00
10788	AIRES ROBERTA DA ROSA	SAÚDE	5,00
7739	ALICE LORENI G. LAFAVERA	SAÚDE	40,00
11056	CARLA RIBEIRO	SAÚDE	22,00
364	DELMA LETICIA DRI FICAGNA	SAÚDE	35,00
3745	ERENILDA AMERICANO	SAÚDE	27,00
7824	MAICON SGARBOSSA	SAÚDE	40,00

7784	MARA RUBIA CORDEIRO	SAÚDE	40,00
11350	NICOLLI COMEL	SAÚDE	32,00
10764	SANDRA APª CORREIA	SAÚDE	18,00
10785	VAGNER GONÇALVES	SAÚDE	18,00
11105	WALTER SYRILLO DAS NEVES	SAÚDE	60,00
10455	WILLIAN CASTILHO PINTO	SAÚDE	18,00
967	LEILA ALVES SPEGGIORIN	SAÚDE	40,00
2497	VILMAR GOES	SAÚDE	60,00
10485	HELIO LUIZ WIRSCHUM	SAÚDE	35,00
3852	MARCIA DE ARAUJO MATTIA	SAÚDE	24,00
856	PAULO CESAR JARSCHEL	SAÚDE	60,00
11347	THIAGO AUGUSTO DUARTE	SAÚDE	25,40
1857	ADENIR ZOTTO	SAÚDE	60,00
2512	ALTINO INACIO CARNEIRO	SAÚDE	60,00
1453	ALVARO SANTOS DE CASTRO	SAÚDE	28,51
1214	MARCIO BASSANI	SAÚDE	60,00
1849	VALDECI V. DE ALVARENGA	SAÚDE	60,00
749	VALDECIR JOSE P. DA SILVA	SAÚDE	60,00
1535	VILMAR MIGUEL DOBNER	SAÚDE	60,00
7708	DEISE C. F. BOURCSCHIEIT	SAÚDE	30,00
3437	SAYONARA GALINA	SAÚDE	36,00
11815	DEYSE APARECIDA HEINE	SAÚDE	20,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração,
em 28 de novembro de 2012.
CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.

Portaria Nº 22.163

PORTARIA Nº 22.163, de 28 de novembro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, mais o previsto no art. 29, § 5º e 6º da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

SUSPENDER o período de avaliação de Estágio Probatório das Servidoras Públicas Municipais abaixo relacionadas, em razão de terem estado em licença maternidade, conforme consta:

Nome	Cargo	Período de Afastamento
Deisiane Santa Telles	Agente Administrativo	01/03/2012 a 27/08/2012
Vivian de Lemos Estrovispy	Assistente Administrativo	21/03/2012 a 16/09/2012

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Secretário da Administração,
em 28 de novembro de 2012.
CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.

Portaria Nº 22.164

PORTARIA Nº 22.164, de 30 de novembro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do



Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 29, § 1º, na Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

NOMEAR os Servidores Públicos Municipais, para comporem Comissão de Avaliação de Estágio Probatório dos funcionários abaixo relacionados, especificando: código, nome do servidor avaliado, cargo e membros da comissão, conforme segue:

Cód.	Servidor Avaliado	Cargo	Membros da Comissão
10458	Ademilson Fernandes	Fiscal de Obras	Liliane Maria Cury, Arion Marçal Santos e Newton Marçal Santos
05	Carine Marcon	Engenheiro Civil	Arion Marçal Santos, Newton Marçal Santos e Pedro Antonio Masiero
10	Fábio André Huçulak	Técnico em Desenho	Liliane Maria Cury, Donizete Alves dos Santos e Newton Marçal Santos
08	Walmir Rigo	Arquiteto	Arion Marçal Santos, Newton Marçal Santos e Pedro Antonio Masiero
13	Carolina Fruet de Lima	Engenheiro Civil	Arion Marçal Santos, Newton Marçal Santos e Pedro Antonio Masiero
9467	Silmara Lemes dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais	Ireni Aparecida Macedo, Elena Graci Grabasch Carneiro e Irini Milan
10488	Gilmar Antonio Gonçalves	Auxiliar de Serviços Gerais	Donizete Alves dos Santos, Newton Marçal Santos e Edson Pohlenz

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração, em 30 de novembro de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.

Portaria Nº 22.165

PORTARIA nº 22.165, de 30 de novembro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, e de conformidade com o art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 99, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados na Secretaria de Educação, licença para tratamento de saúde, conforme atestados médicos apresentados, especificando: código, nome, dias de afastamento e período, conforme segue:

Cód.	Nome	Dias de afastamento	A contar de
10185	Maria Elena Pereira Alves	10	19/11/2012
206	Rosely Aparecida Sorgatto	30	19/11/2012
12007	Suely Aparecida Schultz	15	20/11/2012

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Secretário da Administração,
em 30 de novembro de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.

ALDONIR ANCIUTTI

Secretário de Educação.

Portaria Nº 22.166

PORTARIA Nº 22.166, de 30 de novembro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, de conformidade com o art. 114, da Lei complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e com nova redação dada pela Lei Complementar nº 137/2008,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, especificando: código, nome, cargo, secretaria e data do início da licença, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec.	Data Início
11498	Marcia Alves da Luz	Merendeira Escolar	005	19/11/2012

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração,
em 30 de novembro de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.

ALDONIR ANCIUTTI

Secretário de Educação.

Portaria Nº 22.169

PORTARIA nº 22.169, de 30 de novembro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, lotados em diversas Secretarias Municipais, o pagamento do ADICIONAL NOTURNO, prestados durante os meses de outubro e novembro de 2012, especificando: código, nome e nº de horas prestadas, conforme segue:

Cód.	Nome	Secretaria	Nº Horas
1857	ADENIR ZOTTO	SAÚDE	12,00
7739	ALICE LORENI GOMES DE LAFAVERA	SAÚDE	116,00
2512	ALTINO INACIO CARNEIRO	SAÚDE	21,00
11240	ANA LUCIA MANGIDISKI KLETTKE	SAÚDE	80,00
11810	ANA PAULA SIMIONI	SAÚDE	11,00
8413	CLAUDETE MARIA BENTO CORRENTE	SAÚDE	20,00
7708	DEISE CRISTINA F. BOURCSCHIT	SAÚDE	4,00

364	DELMA LETICIA DRI FICAGNA	SAÚDE	35,00
11192	DORACI MAIA RUPPEL	SAÚDE	80,00
11189	JOÃO BERTHIER B. NETO	SAÚDE	80,00
11890	JORGE JAIR DE MOURA BORGES	SAÚDE	2,00
11032	LUIZ ANTONIO WANCIW	SAÚDE	4,00
7824	MAICON SGARBOSSA	SAÚDE	13,00
7784	MARA RUBIA CORDEIRO	SAÚDE	1,00
1214	MARCIO BASSANI	SAÚDE	61,00
8331	MONICA MICHELE WITIUK	SAÚDE	2,00
11350	NICOLI COMEL	SAÚDE	25,00
11886	PAULA FRANCIELLY ZITKIEVICZ	SAÚDE	14,00
10764	SANDRA APARECIDA CORREIA	SAÚDE	11,00
3437	SAYONARA GALINA	SAÚDE	2,00
11347	THIAGO AUGUSTO DUARTE	SAÚDE	102,00
10785	VAGNER GONÇALVES	SAÚDE	6,00
1849	VALDECI VIEIRA DE ALVARENGA	SAÚDE	34,00
749	VALDECIR JOSE PEREIRA DA SILVA	SAÚDE	28,00
11105	VALTER SYRILO DAS NEVES	SAÚDE	28,00
1179	VILMA DE SOUZA MELLO JARSCHER	SAÚDE	46,00
2497	VILMAR GOES	SAÚDE	23,00
1535	VILMAR MIGUEL DOBNER	SAÚDE	36,00
10455	WILLIAN CASTILHO PINTO	SAÚDE	64,00
1866	VILMAR LEZAN	ADMINISTRAÇÃO	7,00
1964	ADELAR GERALDO PIRAN	INFRA-ESTRUTURA	31,00
1836	ADEL CIR BARP	INFRA-ESTRUTURA	73,00
888	JOSÉ OSNI BATISTA	INFRA-ESTRUTURA	15,00
1827	ODAIR SANTANA	INFRA-ESTRUTURA	112,00
2650	ODINEY LEITE	INFRA-ESTRUTURA	24,00
830	ELOIR DO CARMOCORREIA ANTUNES	ASSIST. SOCIAL	16,00
7740	EUNICE LINHARES FLECK	ASSIST. SOCIAL	3,00
4081	FATIMA ROSANA DAMACENO	ASSIST. SOCIAL	120,00
3384	LUCIMERI APARECIDA VIEIRA DA SILVA	ASSIST. SOCIAL	240,00
7746	SANTINA PIACENTINI	ASSIST. SOCIAL	120,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração,
em 30 de novembro de 2012.
CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.

Portaria Nº 22.170

PORTARIA Nº 22.170, de 03 de dezembro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, de conformidade com o art. 114, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto

dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e com nova redação dada pela Lei Complementar nº 137/2008,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada, 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade, especificando: código, nome, cargo, secretaria e data do início da licença, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Sec.	Data Início
598	Marcele Guzela	Professor 5ª a 8ª	016	03/12/2012

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração,
em 03 de dezembro de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.

ALDONIR ANCIUTTI
Secretário de Educação.

Portaria Nº 22.171

PORTARIA Nº 22.171, de 04 de dezembro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, e de conformidade com o art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 99, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados na Secretaria de Educação, licença para tratamento de saúde, conforme atestados médicos apresentados, especificando: código, nome, dias de afastamento e período, conforme segue:

Cód.	Nome	Dias de afastamento	A contar de
357	Ana Maria Candi-do Constantino	25	27/11/2012
216	Iraci dos Santos	30	26/11/2012
2945	Rosilene Zardo	20	27/11/2012
3557	Sidneia Dominiak	60	26/11/2012
12007	Sueli Aparecida Schultz	30	04/12/2012

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Secretário da Administração,
em 04 de dezembro de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.

ALDONIR ANCIUTTI
Secretário de Educação.

Portaria Nº 22.172

PORTARIA Nº 22.172, de 04 de dezembro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, nos termos do art.

79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 166, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER as Servidoras Públicas Municipais abaixo relacionadas, 01 (um) vencimento mínimo do serviço público como auxílio-natalidade, em virtude do nascimento de seus filhos, especificando nome, cargo e dia do nascimento, conforme segue:

Nome	Cargo	Dia nascimento
Márcia Alves da Luz	Merendeira Escolar	20/11/2012
Tatiane Aparecida Polo	Professor 1ª a 4ª	19/11/2012

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração,
em 04 de dezembro de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.

ALDONIR ANCIUTTI
Secretário de Educação.

Portaria Nº 22.173

PORTARIA Nº 22.173, de 04 de dezembro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, nos termos do art. 124, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, licença prêmio, a que faz jus, especificando código, nome, cargo, secretaria de lotação, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Sec.	Período Aquisição	Período Gozo
828	Bernadete Maria Ribeiro dos Santos	Professor 1ª a 4ª	016	02/02/1998 a 02/02/2003	24/09/2012 a 23/10/2012

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração,
em 04 de dezembro de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.

ALDONIR ANCIUTTI
Secretário de Educação.

Portaria Nº 22.174

PORTARIA Nº 22.174, de 04 de dezembro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, e de conformidade com o art. 76, inciso I, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e nos termos do art. 58, da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006 e suas alterações,

RESOLVE:

DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 93/2006 e suas alterações, o Tempo de Serviço/Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, da Servidora Pública Municipal ADRIANA VALÉRIA CECILIATO AZAMBUJA, ocupante do cargo de Professor de Educação Física, previsto no Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, correspondente 553 (quinhentos e cinquenta e três) dias, ou 1 (um) ano, 06 (seis) meses e 08 (oito) dias, conforme Certidão de Tempo de Contribuição protocolada sob o nº 20022010.1.00051/12-0, fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, datada de 03 de dezembro de 2012.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração,
em 04 de dezembro de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.

Portaria Nº 22.175

PORTARIA Nº 22.175, de 04 de dezembro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

RESCINDIR, a pedido, os contratos em caráter temporário dos Servidores Públicos Municipais da Secretaria de Educação, abaixo relacionados, especificando: nome, cargo e data da rescisão, conforme segue:

Nome	Cargo	Data rescisão
Silmara Margarete da Costa Matos	Servente Educação	27/11/2012
Simone Eger	Professor 1ª a 4ª	30/11/2012

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração,
em 04 de dezembro de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.

ALDONIR ANCIUTTI
Secretário de Educação.

Portaria Nº 22.176

PORTARIA Nº 22.176, de 04 de dezembro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

RESOLVE:

PRORROGAR OS CONTRATOS, por tempo determinado, dos(as) cidadãos(ãs), a seguir relacionados, para atuarem junto às Unidades de Ensino da Secretaria de Educação, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, escola de atuação, motivo e período da prorrogação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref	CH	Local de Atuação	Razão	Período
Daniele Jociane Fortunato	Professora Ed. Infantil	1.3/A	20	EMEB Hilda G. de Souza	Vaga excedente, face rescisão de Simone Eger	30/11/2012 a 21/12/2012
Gisele de Almeida	Professora Ed. Infantil	1.3/A	40	EMEB Hilda G. de Souza	VV. Sidneia Dominiak - lic. trat. Saúde	30/11/2012 a 21/12/2012
Marisa Berto	Merendeira Escolar	1.5/A	44	EMEB Esperança	Vaga excedente, face aposentadoria Leonilda Rissardi da Luz	24/11/2012 a 21/12/2012
Regeane Aparecida Machado do Prado	Professora Ed. Infantil (Pré-escolar)	1.3/A	20	EMEB Vereda dos Trevos	VV. Iraci dos Santos - lic. trat. saúde	28/11/2012 a 21/12/2012
Sonia Andrea Rambo	Professor 2º ao 5º	1.3/A	20	EMEB Vereda dos Trevos	VV. Iraci dos Santos - lic. trat. saúde	28/11/2012 a 21/12/2012
Veroni da Costa Varella Carvalho	Merendeira Escolar	1.5/A	44	CMEI Pierina Adami	v.v. Márcia Alves da Luz - licença maternidade	18/11/2012 a 21/12/2012

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração,
em 04 de dezembro de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.

ALDONIR ANCIUTTI
Secretário da Educação.

Portaria Nº 22.177

PORTARIA Nº 22.177, de 04 de dezembro de 2012.

O O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, de conformidade com o art. 60 da Lei Complementar 056 de 20/12/2004 - Estatuto do Servidor Público Municipal de Caçador.

RESOLVE:

REMOVER POR PERMUTA, a Servidora Pública Municipal ANDRÉIA ANCIUTTI, ocupante do cargo de Professora, lotada na EMEB Nossa Senhora Salete, com 20 (vinte) horas semanais, turno vespertino, para a EMEB Irmão Venâncio José e desta para aquela TEREZINHA CASTANHEIRO ANCIUTTI, ocupante do cargo de Professora, com 20 (vinte) horas semanais, a partir de 02 de janeiro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração,
em 04 de dezembro de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.

ALDONIR ANCIUTTI
Secretário da Educação.

Portaria Nº 22.178

PORTARIA Nº 22.178, de 04 de dezembro de 2012.

O O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, de conformidade com o art. 60 da Lei Complementar 056 de 20/12/2004 - Estatuto do Servidor Público Municipal de Caçador.

RESOLVE:

REMOVER POR PERMUTA, a Servidora Pública Municipal LUCIANE

DO CARMO PADILHA, ocupante do cargo de Professora, lotada na EMEB Cerro Branco, com 20 (vinte) horas semanais, turno matutino, para a EMEB Irmão Venâncio José e desta para aquela TEREZINHA CASTANHEIRO ANCIUTTI, ocupante do cargo de Professora, com 20 (vinte) horas semanais, a partir de 02 de janeiro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração,
em 04 de dezembro de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.

ALDONIR ANCIUTTI
Secretário da Educação.

Portaria Nº 22.179

PORTARIA Nº 22.179, de 04 de dezembro de 2012.

O O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, de conformidade com o art. 60 da Lei Complementar 056 de 20/12/2004 - Estatuto do Servidor Público Municipal de Caçador.

RESOLVE:

REMOVER POR PERMUTA, a Servidora Pública Municipal JOCIANE REGINA SCAPINELLI ZARDO, ocupante do cargo de Professora, lotada na EMEB Henrique Julio Berger, com 20 (vinte) horas semanais, para a EMEB Padre José Chamot e desta para aquela MARIA ANTONIA FABIANI PADILHA, ocupante do cargo de Professora, com 20 (vinte) horas semanais, a partir de 02 de janeiro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração,
em 04 de dezembro de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.

ALDONIR ANCIUTTI
Secretário da Educação.

Portaria Nº 22.180

PORTARIA Nº 22.180, de 04 de dezembro de 2012.

O O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através

do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, de conformidade com o art. 60 da Lei Complementar 056 de 20/12/2004 - Estatuto do Servidor Público Municipal de Caçador.

RESOLVE:

REMOVER POR PERMUTA, a Servidora Pública Municipal SIMONE FIGUEIREDO DOS REIS, ocupante do cargo de Professora, lotada na EMEB Morada do Sol com 30 (trinta) horas semanais, para a EMEB Vereda dos Trevos, somente com 09 (nove) horas semanais e desta para aquela MARCOS ADELMO DOS REIS, ocupante do cargo de Professor, com 09 (nove) horas semanais, a partir de 02 de janeiro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração,
em 04 de dezembro de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.

ALDONIR ANCIUTTI
Secretário da Educação.

Portaria Nº 22.181

PORTARIA Nº 22.181, de 04 de dezembro de 2012.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 5.238, de 23 de maio de 2012, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº 22.140, de 22/11/2012, que prorrogou os contratos, por tempo determinado, de diversos cidadãos, no que se refere ao período da prorrogação da servidora abaixo descrita, passando a constar:

Nome	Cargo	Ref	CH	Local de Atuação	Razão	Período
Soeli de Souza Batista	Servente da Educação	1.5/A	44	EMEB Pierina Perret	VV Marinice Chaves, Licença tratamento de Saúde	03/11/2012 a 21/12/2012

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário da Administração,
em 04 de dezembro de 2012.

CARLOS VILMAR RIBEIRO
Secretário da Administração.



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br

Editais de Notificação

Editais de Notificação de Infração de Trânsito nºs 1519 a 1521/2012

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 053 1519/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXV0268	54148634D	5568/0	22/10/2012	181 * XIX
LYM0426	54148409D	5460/0	11/10/2012	181 * IX
MDQ7567	54148813D	5541/2	09/11/2012	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 6 DE DEZEMBRO DE 2012

EZEQUIEL MÁRCIO COLAÇO

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1520/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAO4507	55482369C	6920/0	02/07/2012	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 6 DE DEZEMBRO DE 2012

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1521/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IHM9331	54147975D	5541/2	26/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MGK3685	55475765C	6050/1	20/06/2012	R\$ 191,53	208
MKM2804	54148471D	5541/2	30/08/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

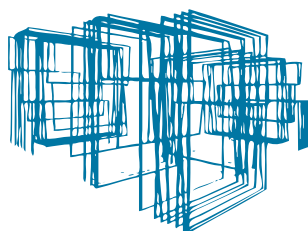
TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 6 DE DEZEMBRO DE 2012

EZEQUIEL MÁRCIO COLAÇO

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO

1 / 1



**Programa de
Gestão de Obras**



www.ciga.sc.gov.br

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Camboriú

PREFEITURA

PR 10/12 - FMAS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/2012- FMAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (CESTA BÁSICA) PARA SEREM DISTRIBUÍDAS AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, DEVIDAMENTE CADASTRADAS E ACOMPANHADAS PELO SETOR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Inicialá às 14:00 horas do dia 20 (vinte) de Dezembro de 2012, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 06 de Dezembro de 2012.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Resumo Contrato

RESUMO DE CONTRATO

ADITIVO

FMS

Sétimo Termo Aditivo

Contrato nº 022/2010

Processo Tomada de Preço Nº. 001/2010

Contratado: PRIME EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME

Data: 03/06/2011

Prazo: 03 de agosto de 2011

Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade devido à impossibilidade de concluir algumas alterações que foram realizadas no projeto inicial conforme ofício nº550/2011 da Secretaria Saúde, sendo assim, as partes resolvem aditar o prazo contratual por mais 60 (sessenta), vigorando até 03 de agosto de 2011.

JOHN LENON TEODORO

Secretário De Administração

Resumo Contrato

RESUMO DE CONTRATO

ADITIVO

FMS

Oitavo Termo Aditivo

Contrato nº 022/2010

Processo Tomada de Preço Nº. 001/2010

Contratado: PRIME EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME

Data: 28/07/2011

Prazo: 31 de dezembro de 2011

Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade em virtude de intempéries que impossibilitam a

efetiva execução dos serviços nos prazos ajustados, dificuldade na alocação de mão de obra especializada e alguns serviços adicionais, as partes resolvem aditar o prazo contratual até 31 de dezembro de 2011.

JOHN LENON TEODORO

Secretário de Administração

Resumo Contrato

RESUMO DE CONTRATO

ADITIVO

FMS

Nono Termo Aditivo

Contrato nº 022/2010

Processo Tomada de Preço Nº. 001/2010

Contratado: PRIME EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME

Data: 22/12/2011

Prazo: 30 de março de 2012

Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade em virtude de intempéries que impossibilitaram a efetiva conclusão da obra, as partes resolvem aditar o prazo contratual até 30 de março de 2012 para que possa ocorrer essa finalização.

JOHN LENON TEODORO

Secretário de Administração

Resumo Contrato

RESUMO DE CONTRATO

ADITIVO

FMS

Décimo Primeiro Termo Aditivo

Contrato nº 022/2010

Processo Tomada de Preço Nº. 001/2010

Contratado: PRIME EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME

Data: 23/03/2012

Prazo: 31 de março de 2013

Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade, as partes resolvem aditar o prazo contratual de 31 de março de 2012 até 31 de março de 2013 em virtude da necessidade da aprovação do projeto "As Built" junto a Vigilância Sanitária Estadual e Caixa Econômica Federal, conforme memorando SMPU nº 0255/2012.

JOHN LENON TEODORO

Secretário de Administração

Resumo Contrato

RESUMO DE CONTRATO

ADITIVO

FMS

Quarto Termo Aditivo

Contrato nº 026/2010

Processo Concorrência Pública Nº. 001/2010

Contratado: ENGETOM CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA

Data: 29/05/2012

Prazo: 31 de dezembro de 2012

Objeto: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem prorrogar o prazo contratual de

31 de maio de 2012 até 31 de dezembro de 2012, em virtude de alterações a serem executadas na obra solicitadas pela Secretaria Municipal de Saúde, bem como para que se proceda ao fechamento das medições e prestações de contas relativos ao contrato, conforme solicitação e justificativa da empresa e Secretaria de Planejamento Urbano através do engenheiro responsável pela obra.

JOHN LENON TEODORO
Secretário de Administração

Resumo Contrato

RESUMO DE CONTRATO
ADITIVO
PMC

Quarto Termo Aditivo
Contrato nº 062/2011
Processo Tomada de Preço Nº. 002/2011
Contratado: VOGELSANGER PAVIMENTAÇÃO LTDA
Data: 21/12/2011
Prazo: 30 de junho de 2012

Objeto: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem prorrogar o prazo contratual até o dia 30 de junho de 2012 para a aprovação do Projeto "As Built", medições e prestação de contas junto a Caixa Econômica Federal, conforme solicitação do Secretário de Planejamento Urbano em anexo.

JOHN LENON TEODORO
Secretário de Administração

Retificação dos Decretos N.º 1.551/2012 e N.º 1.554/2012

Retificação dos Decretos n.º 1.551/2012 e n.º 1.554/2012

Considerando o erro de digitação na ementa dos Decretos n.º 1.551/2012 e n.º 1.554/2012, publicados no dia 05/12/2012, edição n.º 1132, págs. 12 e 13, do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, retifica-se a ementa dos referidos Decretos, com a seguinte redação:

DECRETO N.º 1.551/2012

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 17 da Lei n.º 2.373 de 04/11/2011-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.350 de 19/08/2011-LDO.

DECRETO N.º 1.554/2012

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 17 da Lei n.º 2.373 de 04/11/2011-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.350 de 19/08/2011-LDO.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,
Em, 06 de dezembro de 2012.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

Decreto N.º 7.372 de 23 de Novembro de 2012

Gabinete do Prefeito

DECRETO N.º 7.372 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2012

HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 03 DA COMISSÃO DE DEFINIÇÃO DA TABELA DE TAXA DE DEPRECIACÃO/AMORTIZAÇÃO/EXAUSTÃO DOS BENS MÓVEIS PÚBLICOS MUNICIPAIS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar a Resolução nº 03 da Comissão Municipal de definição da Tabela de Taxa de depreciação/amortização/exaustão dos Bens Móveis Públicos Municipais, Resolução anexa, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
23 de novembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 23/11/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

RESOLUÇÃO Nº 03 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012.

DEFINE A TABELA DE TAXA DE DEPRECIACÃO/AMORTIZAÇÃO/EXAUSTÃO.

A Comissão de definição da tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão, Srs. MARIA CRISTINA MARCINIACK MUNHOZ, LILIAN TEREZINHA BARTSCH, ZURITA MARIA PACHECO RUCKL, JOSÉ LUIS SILVA, JOSÉ CARLOS NENEVE CORDEIRO, ADRIANA APARECIDA PYKOSZ RUSZACK E JARBAS JORGE CATONI, para deliberar sobre a incumbência que lhes foi atribuída através do Decreto nº 7.339 de 08 de novembro de 2012, para proceder sobre a definição da tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão conforme Decreto Municipal nº 7.199, de 18 de julho de 2012, e da vida útil dos bens móveis.



Programa de Gestão Tributária



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

RESOLVE:

Art.1º) A comissão definiu que os bens móveis sejam depreciados os bens até o ano de dois mil e nove, fixando a tabela nos seguintes percentuais: dez por cento para o grupo A) dos mobiliários, utensílios, eletrodomésticos, material médico, hospitalares e odontológicos para as contas (17732, 17733, 17735, 17748, 18844, 18847, 18848) para o grupo B) vinte por cento para o grupo B) dos equipamentos de informática para as contas (17750, 17751), vinte por cento para o grupo C) dos veículos para as contas (17758, 17761), vinte por cento para o grupo D) das máquinas e tratores para as contas (18845, 18846), dez por cento para o grupo E) dos instrumentos musicais para a conta (17744), cinco por cento para o grupo F) coleção de materiais bibliográficos para a conta (17739) e dez por cento para o grupo G) outros bens para as contas (17731, 17734, 17736, 17742, 17743, 17747, 17753, 17754, 17772, 18849, 18852)

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 21 de Novembro de 2012.

ADRIANA APARECIDA PYKOSZ RUSZACK

MARIA CRISTINA MARCINIACK MUNHOZ

LILIAN TEREZINHA BARTSCH

ZURITA MARIA PACHECO RUCKL

JOSÉ LUIS SILVA

JARBAS JORGE CATONI

JOSE CARLOS NENEVE CORDEIRO

Decreto Nº 7.388 de 04 de Dezembro de 2012

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 7.388 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012

HOMOLOGA RESOLUÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DE BEM PÚBLICO MÓVEL PARA FINS DE LEILÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar a Resolução nº 02 da Comissão Municipal Provisória de Avaliação de Bens Públicos Móveis, Resolução anexa, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de novembro de 2012.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
04 de dezembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
04/12/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

**RESOLUÇÃO Nº 02 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2012
DECLARA IMPRESTÁVEIS OS BENS MÓVEIS QUE MENCIONA**

A Comissão Municipal Provisória de Seleção, Avaliação, Destinação, Doação e Incineração de Bens Imprestáveis ao Serviço Público Municipal de Campo Alegre, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto nº 4.364/2006.

RESOLVE:

Art.1º) Declarar imprestáveis ao serviço Público Municipal os Bens mencionados nos Anexos, parte integrantes desta Resolução.

Parágrafo Único – Os bens são provenientes de vários órgãos da Administração Pública Municipal, identificados e avaliados pela Comissão, declarados imprestáveis e não possuem valor de mercado em razão de seu péssimo estado de conservação, por este motivo serão incinerados ou enviados para destinação final em local apropriado, na forma da legislação (Aterro Sanitário ou outros).

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre, 12 de Novembro de 2012.

A COMISSÃO MUNICIPAL PROVISÓRIA DE DOAÇÃO E DESTINAÇÃO
DE BENS IMPRESTÁVEIS.

LILIAN TEREZINHA BARTSCH

ROSANA EMILIA GREIPEL

JOSÉ CARLOS NENEVÊ CORDEIRO

MARIA CRISTINA MARCINIACK MUNHOZ

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

ATA DA REUNIÃO COMISSÃO PROVISÓRIA DE DOAÇÃO E DESTINAÇÃO DE BENS IMPRESTÁVEIS AO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

Aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze, reuniram-se na Prefeitura Municipal os membros da Comissão Provisória de Doação e destinação de Bens imprestáveis ao Serviço Público Municipal os Srs. LILIAN TEREZINHA BARTSCH JOSÉ CARLOS NENEVÊ CORDEIRO, MARIA CRISTINA MARCINIACK MUNHOZ E ROSANA EMÍLIA GREIPEL para deliberar sobre a incumbência que lhes foi atribuída através do Decreto nº 4.364 de 03 de Outubro de 2006, para que seja selecionado, avaliado, destinado, doado ou incinerado os Bens que considerarem imprestáveis ao serviço público municipal sendo: Ferro velho, livro, informática, mobiliários em geral, aparelhos equipamentos e utensílios gerais, e outros bens móveis. Dando início aos trabalhos os membros da comissão fizeram um levantamento minucioso destes bens conforme vai discriminado em relação em Anexo, estes bens não possuem valor de mercado, devido ao seu péssimo estado de conservação não havendo condições de serem reaproveitados, sendo assim os membros da Comissão declararam os Bens relacionados imprestáveis ao serviço Público Municipal. Prossequindo os trabalhos foi Redigida a Resolução a ser enviado ao Exmo. Prefeito Municipal, encerrando assim os trabalhos da referida Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião com a lavratura desta ata que vai assinada por todos os presentes.

LILIAN TEREZINHA BARTSCH

ROSANA EMILIA GREIPEL

JOSÉ CARLOS NENEVÊ CORDEIRO

MARIA CRISTINA M. MUNHOZ

ANEXO

(Parte Integrante da Resolução nº 02).

RELAÇÃO DOS BENS MÓVEIS DECLARADOS IMPRESTÁVEIS

AO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

Nº DO BEM	DESCRIÇÃO	VALOR
1	MICROCOMPUTADOR COMPLETO	1,00
18	KAVO ROLL-AIR 3 9800209	1,00
19	KAVO INTRAMATIC MICROMOTOR 181D INTE	1,00
20	KAVO INTRA CONTRA ANGULO 9811106	1,00
28	KM LIGHT CURE UNIT 50R 220V (APR.FOTOPO	1,00
29	CUBA INOX C/ TAMPA	0,01
30	CUBA INOX C/ TAMPA	0,01
31	CUBA INOX C/ TAMPA	0,01
40	CUBA RIM	0,01
41	CUBA RIM	0,01
42	ESTOJO C/ TAMPA INOX	0,01
43	ESTOJO C/ TAMPA INOX	0,01
44	ESTOJO C/ TAMPA INOX	0,01
45	ESTOJO C/ TAMPA INOX	0,01
49	TAMBOR INOX	0,01
50	ESTOJO INOX	0,01
165	AMALGAMADOR AUTOMATICO	1,00
215	APARELHO DE PRESSÃO	0,01
216	APARELHO DE PRESSÃO	0,01
217	ESTETOSCÓPIO	0,01
218	ESTETOSCÓPIO	0,01
220	APARELHO DE PRESSÃO	0,01
221	APARELHO DE PRESSÃO	0,01
222	ESTETOSCÓPIO	0,01
223	ESTETOSCÓPIO	0,01
226	FOTOPOLIMERIZADOR KM-100	1,00
235	BALANÇA	0,01
276	CUBA INOX	0,01
277	CUBA INOX	0,01
313	OTOSCÓPIO	0,01
314	OTOSCÓPIO	0,01
315	CANETA ODONTOLOGICA ALTA ROTACAO	0,01
330	ALBUM SERIADO COM FIGURAS	0,01
331	BONECO EM TECIDO	0,01
332	SEIOS EM TECIDO	0,01
339	AQUECEDOR MALLORY	0,10
350	BANCO 3 LUGARES	0,10
351	BANCO 3 LUGARES	0,01
366	FICHARIO DE MESA	0,01
376	ESTETOSCÓPIO	0,01
377	ESTETOSCÓPIO	0,01
378	OTOSCÓPIO	0,01
379	TESOURA IRIS	0,01
384	APARELHO DE PRESSÃO	0,01
386	APARELHO DE PRESSÃO	0,01
387	REGUA ANTROPOMETRICA	0,01
391	APARELHO FOTO POLIMERIZACAO	1,00

395	AQUECEDOR MALLORY	0,01
416	IMPRESSORA HP	1,00
417	MICROCOMPUTADOR COMPLETO	1,00
419	CADEIRA GIRATÓRIA	0,01
425	APARELHO DE PRESSÃO	0,01
426	APARELHO DE PRESSÃO	0,01
427	APARELHO DE PRESSÃO	0,01
428	APARELHO DE PRESSÃO	0,01
429	BALANÇA DE BANHEIRO	0,01
437	APARELHO DE GLICOMETRO	0,01
438	APARELHO DE GLICOMETRO	0,01
448	MICROCOMPUTADOR COMPLETO	1,00
22004	TELEFONE CELULAR	0,01
22005	TELEFONE CELULAR	0,01
22006	GRAVADOR CD	0,01
22007	MONITOR LCD 17"	1,00
22010	CONTRA ANGULO.	0,01
22013	CELULAR	1,00
22015	CELULAR	1,00
22016	CÂMARA	0,01
22039	MALETA PRIMEIROS SOCORROS	0,01
22142	IMPRESSORA HP	1,00
22143	MICROCOMPUTADOR COMPLETO	1,00
22069	LUMINARIA FLEXIVEL - CASTOR	0,01
22079	PINÇA	0,01
22080	MANOMETRO	0,01
22081	MONOMETRO	0,01
22082	MANOMETRO	0,01
22083	MANOMETRO	0,01
22084	MANOMETRO	0,01
22095	OTOSCÓPIO	0,01
22096	OTOSCÓPIO	0,01
22097	OTOSCÓPIO	0,01
22098	OTOSCÓPIO	0,01
22099	OTOSCOPIO	0,01
22100	ESTETOSCÓPIO	0,01
22101	ESTETOSCÓPIO	0,01
22102	ESTETOSCÓPIO	0,01
22103	ESTETOSCÓPIO	0,01
22104	ESTETOSCÓPIO	0,01
22105	BALANÇA	0,01
22141	BANCO	0,01
22150	CADEIRA SECRETARIA	0,01
22167	MONITOR ADVANTAGE GLICEMI	0,10
22177	BICICLETA	0,01
22178	BICICLETA	0,01
22179	BICICLETA	0,01
22180	BICICLETA	0,01
22181	BICICLETA	0,01
22182	BICICLETA	0,01
22184	LANTERNA TIPO CANETA	0,01
22185	LANTERNA TIPO CANETA	0,01
22194	CUBA RIM	0,01
22195	CUBA RIM	0,01

22196	BANDEJA INOX	0,01
22197	BANDEJA INOX	0,01
22198	LIXEIRA COM PEDAL	0,01
22199	LIXEIRA COM PEDAL	0,01
22200	LIXEIRA	0,01
22205	TERMOMETRO COM CABO	0,01
22210	APARELHO TELEFONE	0,01
22217	ANDAR DE ALUMINIO	0,01
22227	BANCO 3 LUGARES	0,01
22238	KIT OXIGENIO	0,01
22242	LIVRO DO CID	0,01
22248	PLACA ADAPTADORA	0,01
22249	SWIT 16 PORTAS	0,01
22254	BICICLETA	0,01
22257	ESFIGMANOMETRO	0,01
22258	ESFIGMANOMETRO	0,01
22259	ESFIGMANOMETRO	0,01
22260	ESTIGMANOMETRO	0,01
22261	ESTIGMANOMETRO	0,01
22270	APARELHO DE PRESSÃO	0,01
22271	APARELHO DE PRESSÃO	0,01
22272	APARELHO DE PRESSÃO	0,01
22273	APARELHO DE PRESSÃO	0,01
22274	APARELHO DE PRESSÃO	0,01
22275	APARELHO DE PRESSÃO	0,01
22276	APARELHO DE PRESSÃO	0,01
22281	ESTETOSCÓPIO	0,01
22282	OTOSCOPIO	0,01
22283	SUORTE DE INJEÇÃO	0,01
22292	GRADE PROTEÇÃO BUTIÃO GÁS	0,01
22293	GRADE PROTEÇÃO BUTIÃO GÁS	0,01
22294	GRADE PROTEÇÃO BUTIÃO GÁS	0,01
22295	GRADE DE PREOTECÇÃO	0,01
22296	GRADE DE PREOTECÇÃO	0,01
22304	CADEIRA GIRATÓRIA	0,01
22329	ESTABELIZADOR	0,01
22339	RECARREGADOR DE PILA	0,01
22340	FICHARIO	0,01
22341	FICHARIO	0,01
22347	APARELHO DE PRESSÃO	0,01
22348	APARELHO DE PRESSÃO	0,01
22381	ARQUIVO	0,01
22387	APARELHO DE PRESSÃO	0,01
22388	APARELHO DE PRESSÃO	0,01
22439	MONITOR LCD 17"	1,00
22441	HUB	0,10
22449	ESFIGMANOMETRO	0,01
22450	ESFIGMANOMETRO	0,01
22451	ESFIGMANOMETRO	0,01
22452	ESFIGMANOMETRO	0,01
22453	ESFIGMANOMETRO	0,01
22454	ESFIGMANOMETRO	0,01
22455	ESTETOSCOPIO	0,01
22456	ESTETOSCÓPIO	0,01

22457	ESTETOSCOPIO	0,01
22458	ESTETOSCÓPIO	0,01
22459	ESTETOSCOPIO	0,01
22467	NEGATOSCÓPIO	0,01
22468	NEGATOSCÓPIO	0,01
22471	OTOSCÓPIO	0,01
22476	ESFIGMANOMETRO	0,01
22477	ESFIGMANOMETRO	0,01
22478	ESTETOSCOPIO	0,01
22479	ESTETOSCÓPIO	0,01
22480	MALEA DE SOCORRO	0,01
22481	MALETA DE SOCORRO	0,01
22482	MALETA DE SOCORRO	0,01
22485	NEGATOSCÓPIO	0,01
22510	BANCO	0,01
22528	HUB	0,10
22539	APARELHO DE PRESSÃO	0,01
22540	APARELHO DE PRESSÃO	0,01
22541	APARELHO DE PRESSÃO	0,01
22542	APARELHO DE PRESSÃO	0,01
22543	APARELHO DE PRESSÃO	0,01
22544	APARELHO DE PRESSÃO	0,01
22545	ESTETOSCOPIO	0,01
22546	ESTETOSCÓPIO	0,01
22547	ESTETOSCOPIO	0,01
22548	ESTETOSCÓPIO	0,01
176	VALOR R\$	19,09

ANEXO

(Parte Integrante da Resolução nº 02)

RELAÇÃO BENS MÓVEIS DECLARADOS IMPRESTÁVEIS AO
SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

Nº BEM	DESCRIÇÃO	VALOR
7354	COLECAO DCL C/ 15 VOLUMES	0,01
7355	COLECAO DCL C/ 15 VOLUMES	0,01
7356	COLECAO DCL C/ 15 VOLUMES	0,01
7409	LIVRO FILOSOFIA - O MUNDO DE SOFIA PARA O ENSI	0,01
7566	COLECAO: EDUCACAO ARTISTICA NO COTIDIA-NO ESCO	0,01
7567	COLECAO: EDUCACAO ARTISTICA NO COTIDIA-NO ESCO	0,01
7568	COLECAO: EDUCACAO ARTISTICA NO COTIDIA-NO ESCO	0,01
7569	COLECAO: EDUCACAO ARTISTICA NO COTIDIA-NO ESCO	0,01
7570	COLECAO: EDUCACAO ARTISTICA NO COTIDIA-NO ESCO	0,01
7571	COLECAO: EDUCACAO ARTISTICA NO COTIDIA-NO ESCO	0,01
7572	LIVRO: COLECAO O DIA A DIA DO PROFESSOR.	0,01
7573	LIVRO: COLECAO O DIA A DIA DO PROFESSOR.	0,01
7574	LIVRO: COLECAO O DIA A DIA DO PROFESSOR.	0,01
7575	LIVRO: COLECAO O DIA A DIA DO PROFESSOR.	0,01
7576	LIVRO: COLECAO O REAL DO COTIDIANO P/ ORIENT.	0,01
7577	LIVRO: COLECAO-O REAL DO COTIDIANO P/ ORIENTA	0,01



7578	LIVRO: COLECAO-O REAL DO COTIDIANO P/ ORIENTA	0,01
7579	LIVRO: COLECAO-O REAL DO COTIDIANO P/ ORIENTA	0,01
7580	LIVRO: COLECAO-O REAL DO COTIDIANO P/ ORIENTA	0,01
7581	LIVRO: COLECAO - PINTANDO O SETE - EDUCACAO E	0,01
7582	LIVRO: COLECAO - PINTANDO O SETE - EDUCACAO E	0,01
7583	LIVRO: COLECAO - PINTANDO O SETE - EDUCACAO E	0,01
7584	LIVRO: COLECAO - PINTANDO O SETE - EDUCACAO E	0,01
7585	LIVRO: COLECAO - PINTANDO O SETE - EDUCACAO E	0,01
7586	LIVRO: COLECAO - PINTANDO O SETE - EDUCACAO E	0,01
7587	LIVRO: COLECAO - PINTANDO O SETE - EDUCACAO E	0,01
7588	LIVRO: COLECAO - PINTANDO O SETE - EDUCACAO E	0,01
7589	LIVRO: COLECAO - PINTANDO O SETE - EDUCACAO E	0,01
7590	LIVRO: COLECAO - PINTANDO O SETE - EDUCACAO E	0,01
7591	LIVRO: COLECAO - PEDAGOGIA DA ALEGRIA P/ ORIEN	0,01
7592	LIVRO: COLECAO - PEDAGOGIA DA ALEGRIA P/ ORIEN	0,01
7593	LIVRO: COLECAO - PEDAGOGIA DA ALEGRIA P/ ORIEN	0,01
7594	LIVRO: COLECAO - PEDAGOGIA DA ALEGRIA P/ ORIEN	0,01
7595	LIVRO: COLECAO - PEDAGOGIA DA ALEGRIA P/ ORIEN	0,01
7596	LIVRO: COLECAO - PEDAGOGIA DA ALEGRIA P/ ORIEN	0,01
7928	GLOBO TERRESTRE 30 cm PEDESTAL DE PLASTICO.	0,01
7929	GLOBO TERRESTRE 30 cm PEDESTAL DE PLASTICO.	0,01
7945	COLECAO DA BARSIA SISTEMA CULTURAL MULTIMIDIA	0,01
8247	COLECAO DIA A DIA DO PROFESSOR - 1 E 2 SERIE	0,01
8248	COLECAO DIA A DIA DO PROFESSOR - 1 E 2 SERIE	0,01
8249	COLECAO DIA A DIA DO PROFESSOR - 1 E 2 SERIE	0,01
8250	COLECAO DIA A DIA DO PROFESSOR - 1 E 2 SERIE	0,01
8251	COLECAO DIA A DIA DO PROFESSOR - 1 E 2 SERIE	0,01
8252	COLECAO DIA A DIA DO PROFESSOR - 1 E 2 SERIE	0,01
8253	COLECAO DIA A DIA DO PROFESSOR - 1 E 2 SERIE	0,01
8254	COLECAO DIA A DIA DO PROFESSOR -3 E 4 SERIE 8	0,01
8255	COLECAO DIA A DIA DO PROFESSOR -3 E 4 SERIE 8	0,01
8256	COLECAO DIA A DIA DO PROFESSOR -3 E 4 SERIE 8	0,01
8257	COLECAO DIA A DIA DO PROFESSOR -3 E 4 SERIE 8	0,01

8258	COLECAO DIA A DIA DO PROFESSOR -3 E 4 SERIE 8	0,01
8259	COLECAO DIA A DIA DO PROFESSOR -3 E 4 SERIE 8	0,01
8260	COLECAO DIA A DIA DO PROFESSOR -3 E 4 SERIE 8	0,01
8306	COLECAO PINTANDO O 7.	0,01
8307	COLECAO PINTANDO O 7.	0,01
8308	COLECAO PINTANDO O 7.	0,01
8309	COLECAO PINTANDO O 7.	0,01
8310	COLECAO PINTANDO O 7.	0,01
8311	COLECAO PINTANDO O 7.	0,01
8312	COLECAO PINTANDO O 7.	0,01
8313	COLECAO PINTANDO O 7.	0,01
8314	COLECAO PINTANDO O 7.	0,01
8315	COLECAO PINTANDO O 7.	0,01
8316	COLECAO PINTANDO O 7.	0,01
8317	COLECAO PINTANDO O 7.	0,01
8318	COLECAO PINTANDO O 7.	0,01
8319	COLECAO PINTANDO O 7.	0,01
8320	COLECAO PINTANDO O 7.	0,01
8321	COLECAO PINTANDO O 7.	0,01
8322	COLECAO PINTANDO O 7.	0,01
8323	COLECAO PINTANDO O 7.	0,01
8324	COLECAO PINTANDO O 7.	0,01
8325	COLECAO PINTANDO O 7.	0,01
8326	COLECAO EDUCACAO FISICA NO COTIDIANO.	0,01
8327	COLECAO EDUCACAO FISICA NO COTIDIANO.	0,01
8328	COLECAO EDUCACAO FISICA NO COTIDIANO.	0,01
8329	COLECAO EDUCACAO FISICA NO COTIDIANO.	0,01
8330	COLECAO EDUCACAO FISICA NO COTIDIANO.	0,01
8331	COLECAO EDUCACAO FISICA NO COTIDIANO.	0,01
8332	COLECAO EDUCACAO FISICA NO COTIDIANO.	0,01
8333	COLECAO EDUCACAO FISICA NO COTIDIANO.	0,01
8334	COLECAO EDUCACAO FISICA NO COTIDIANO.	0,01
8335	COLECAO EDUCACAO FISICA NO COTIDIANO.	0,01
8336	COLECAO EDUCACAO FISICA NO COTIDIANO.	0,01
8337	COLECAO EDUCACAO FISICA NO COTIDIANO.	0,01
8338	COLECAO EDUCACAO FISICA NO COTIDIANO.	0,01
8339	COLECAO EDUCACAO FISICA NO COTIDIANO.	0,01
8340	COLECAO EDUCACAO FISICA NO COTIDIANO.	0,01
8341	COLECAO EDUCACAO FISICA NO COTIDIANO.	0,01
8342	COLECAO EDUCACAO FISICA NO COTIDIANO.	0,01
8343	COLECAO EDUCACAO FISICA NO COTIDIANO.	0,01
8344	COLECAO EDUCACAO FISICA NO COTIDIANO.	0,01
8345	COLECAO EDUCACAO FISICA NO COTIDIANO.	0,01
8346	COLECAO EDUCACAO ARTISTICA NO COTIDIANO.	0,01
8347	COLECAO EDUCACAO ARTISTICA NO COTIDIANO.	0,01
8348	COLECAO EDUCACAO ARTISTICA NO COTIDIANO.	0,01
8349	COLECAO EDUCACAO ARTISTICA NO COTIDIANO.	0,01
8350	COLECAO EDUCACAO ARTISTICA NO COTIDIANO.	0,01
8351	COLECAO EDUCACAO ARTISTICA NO COTIDIANO.	0,01
8352	COLECAO EDUCACAO ARTISTICA NO COTIDIANO.	0,01

8353	COLECAO EDUCACAO ARTISTICA NO COTIDIA-NO.	0,01
8354	COLECAO EDUCACAO ARTISTICA NO COTIDIA-NO.	0,01
8355	COLECAO EDUCACAO ARTISTICA NO COTIDIA-NO.	0,01
8356	COLECAO EDUCACAO ARTISTICA NO COTIDIA-NO.	0,01
8357	COLECAO EDUCACAO ARTISTICA NO COTIDIA-NO.	0,01
8358	COLECAO EDUCACAO ARTISTICA NO COTIDIA-NO.	0,01
8359	COLECAO EDUCACAO ARTISTICA NO COTIDIA-NO.	0,01
8360	COLECAO EDUCACAO ARTISTICA NO COTIDIA-NO.	0,01
8361	COLECAO EDUCACAO ARTISTICA NO COTIDIA-NO.	0,01
8362	COLECAO EDUCACAO ARTISTICA NO COTIDIA-NO.	0,01
8363	COLECAO EDUCACAO ARTISTICA NO COTIDIA-NO.	0,01
8364	COLECAO EDUCACAO ARTISTICA NO COTIDIA-NO.	0,01
8365	COLECAO EDUCACAO ARTISTICA NO COTIDIA-NO.	0,01
8617	LIVRO PROCESSO DE ALFABETIZACAO.	0,01
8618	LIVRO ATIVIDADES NA PRE ESCOLA.	0,01
8619	LIVRO PSICOMOTRICIDADE - EDUCACAO E REEDUCACA	0,01
8658	LIVRO O DIALOGO ENTRE O ENSINO E APREN-DIZAGEM	0,01
8659	LIVRO O CONSTRUTISMO NA SALA DE AULA. SOA PAU	0,01
8660	LIVRO ALFABETIZACAO, LEITURA E ESCRITA. SONIA	0,01
8661	LIVRO LETRAMENTO: UM TEMA EM TRES GENE-ROS. MA	0,01
22494	LIVRO LITERATURA E REDACAO.	0,01
22495	LIVRO ESTRATEGIAS DE LEITURAS	0,01
22496	LIVRO LEITURA SIGNIFICATIVA.	0,01
22497	LIVRO ESPACO PEDAGOGICO DO PRE.	0,01
22498	LIVRO ESCRITA E ALFABETIZACAO.	0,01
23059	KIT DE MEMORIZACAO COM MANUAL E 2 CDS.	0,01
23062	LIVRO MOTIVACAO CAMINHO PARA O SUCESSO	0,01
23063	LIVRO VENCENDO ELEICOES NOVA INTELIGEN-CIA PUBLICA	0,01
23064	LIVRO MOTIVACAO E REVOLUCAO ESPERITUAL	0,01
23065	CDS MOTIVACAO- MENSAGENS E LEIS AUREAS	0,01
23069	COLECAO DE PEDAGOTECA PCNS CONTENDO 03 LIVROS E 03 FITAS DE VIDEO	0,01
23207	COLECAO DE LIVRO LUDICA DE ENSINAR COM 9 VOLUMES	0,01
23749	LIVRO PRATICA E OBJETIVA.	0,01
23750	LIVRO PRATICA E OBJETIVA.	0,01
23751	LIVRO PRATICA E OBJETIVA.	0,01
23752	LIVRO PRATICA E OBJETIVA.	0,01
23753	LIVRO PRATICA E OBJETIVA.	0,01
23754	LIVRO PRATICA E OBJETIVA.	0,01
23755	LIVRO PRATICA E OBJETIVA.	0,01
23756	LIVRO PRATICA E OBJETIVA.	0,01
23757	LIVRO PRATICA E OBJETIVA.	0,01
23758	LIVRO ARTE NO COTIDIANO ESC.	0,01

23759	LIVRO ARTE NO COTIDIANO ESC.	0,01
23760	LIVRO ARTE NO COTIDIANO ESC.	0,01
23761	LIVRO ARTE NO COTIDIANO ESC.	0,01
23762	LIVRO ARTE NO COTIDIANO ESC.	0,01
23763	LIVRO ARTE NO COTIDIANO ESC.	0,01
23764	LIVRO ARTE NO COTIDIANO ESC.	0,01
23765	LIVRO ARTE NO COTIDIANO ESC.	0,01
23766	LIVRO ARTE NO COTIDIANO ESC.	0,01
23767	LIVRO PEDAGOGIA DE PROJETOS INDICPLINA-RES 5 E 8 SERIE.	0,01
23768	LIVRO TECNICA DE CONTAS HISTORIAS.	0,01
23769	LIVRO TECNICA DE CONTAS HISTORIAS.	0,01
23770	LIVRO TECNICA DE CONTAS HISTORIAS.	0,01
23771	LIVRO TECNICA DE CONTAS HISTORIAS.	0,01
23772	LIVRO TECNICA DE CONTAR HISTORIAS.	0,01
23773	LIVRO TECNICA DE CONTAS HISTORIAS.	0,01
23774	LIVRO TECNICA DE CONTAS HISTORIAS.	0,01
23775	LIVRO TECNICA DE CONTAS HISTORIAS.	0,01
23776	LIVRO TECNICA DE CONTAS HISTORIAS.	0,01
23777	LIVRO MANEIRA LUDICA DE ENSINAR.	0,01
23778	LIVRO MANEIRA LUDICA DE ENSINAR.	0,01
23779	LIVRO MANEIRA LUDICA DE ENSINAR.	0,01
23780	LIVRO MANEIRA LUDICA DE ENSINAR.	0,01
23781	LIVRO MANEIRA LUDICA DE ENSINAR.	0,01
23782	LIVRO MANEIRA LUDICA DE ENSINAR.	0,01
23783	LIVRO MANEIRA LUDICA DE ENSINAR.	0,01
23784	LIVRO MANEIRA LUDICA DE ENSINAR.	0,01
23785	LIVRO MANEIRA LUDICA DE ENSINAR.	0,01
23786	LIVRO MANEIRA LUDICA DE ENSINAR 3 SERIE.	0,01
23787	LIVRO MANEIRA LUDICA DE ENSINAR 3 SERIE.	0,01
23788	LIVRO MANEIRA LUDICA DE ENSINAR 3 SERIE.	0,01
23789	LIVRO MANEIRA LUDICA DE ENSINAR 3 SERIE.	0,01
23790	LIVRO MANEIRA LUDICA DE ENSINAR 3 SERIE.	0,01
23791	LIVRO MANEIRA LUDICA DE ENSINAR 3 SERIE.	0,01
23792	LIVRO MANEIRA LUDICA DE ENSINAR 3 SERIE.	0,01
23793	LIVRO MANEIRA LUDICA DE ENSINAR 3 SERIE.	0,01
23794	LIVRO MANEIRA LUDICA DE ENSINAR 3 SERIE.	0,01
23795	LIVRO MANEIRA LUDICA DE ENSINAR 4 SERIE.	0,01
23796	LIVRO MANEIRA LUDICA DE ENSINAR 4 SERIE.	0,01
23797	LIVRO MANEIRA LUDICA DE ENSINAR 4 SERIE.	0,01
23798	LIVRO MANEIRA LUDICA DE ENSINAR 4 SERIE.	0,01
23799	LIVRO MANEIRA LUDICA DE ENSINAR 4 SERIE.	0,01
23800	LIVRO MANEIRA LUDICA DE ENSINAR 4 SERIE.	0,01
23801	LIVRO MANEIRA LUDICA DE ENSINAR 4 SERIE.	0,01
23802	LIVRO MANEIRA LUDICA DE ENSINAR 4 SERIE.	0,01
23803	LIVRO MANEIRA LUDICA DE ENSINAR 4 SERIE.	0,01
23804	LIVRO DE NUMEROS DO MARCELO.	0,01
23805	LIVRO DE NUMEROS DO MARCELO.	0,01
23806	LIVRO DE NUMEROS DO MARCELO.	0,01
23807	LIVRO DE NUMEROS DO MARCELO.	0,01
23808	LIVRO DE NUMEROS DO MARCELO.	0,01
23809	LIVRO DE NUMEROS DO MARCELO.	0,01
23810	LIVRO DE NUMEROS DO MARCELO.	0,01
23811	LIVRO DE NUMEROS DO MARCELO.	0,01
23812	LIVRO DE NUMEROS DO MARCELO.	0,01
23813	LIVRO DE NUMEROS DO MARCELO.	0,01
23814	LIVRO HISTORIA DE ARANHA.	0,01

23815	LIVRO HISTORIA DE ARANHA.	0,01
23816	LIVRO HISTORIA DE ARANHA.	0,01
23817	LIVRO HISTORIA DE ARANHA.	0,01
23818	LIVRO HISTORIA DE ARANHA.	0,01
23819	LIVRO HISTORIA DE ARANHA.	0,01
23820	LIVRO HISTORIA DE ARANHA.	0,01
23821	LIVRO HISTORIA DE ARANHA.	0,01
23822	LIVRO HISTORIA DE ARANHA.	0,01
23823	LIVRO AQUELE GENIO O LEONARDO.	0,01
23824	LIVRO AQUELE GENIO O LEONARDO.	0,01
23825	LIVRO AQUELE GENIO O LEONARDO.	0,01
23826	LIVRO AQUELE GENIO O LEONARDO.	0,01
23827	LIVRO AQUELE GENIO O LEONARDO.	0,01
23828	LIVRO AQUELE GENIO O LEONARDO.	0,01
23829	LIVRO AQUELE GENIO O LEONARDO.	0,01
23830	LIVRO AQUELE GENIO O LEONARDO.	0,01
23831	LIVRO AQUELE GENIO O LEONARDO.	0,01
23832	LIVRO QUEM ME DERA.	0,01
23833	LIVRO QUEM ME DERA.	0,01
23834	LIVRO QUEM ME DERA.	0,01
23835	LIVRO QUEM ME DERA.	0,01
23836	LIVRO QUEM ME DERA.	0,01
23837	LIVRO QUEM ME DERA.	0,01
23838	LIVRO QUEM ME DERA.	0,01
23839	LIVRO QUEM ME DERA.	0,01
23840	LIVRO QUEM ME DERA.	0,01
23841	LIVRO LA VEM O ANO NOVO.	0,01
23842	LIVRO LA VEM O ANO NOVO.	0,01
23843	LIVRO LA VEM O ANO NOVO.	0,01
23844	LIVRO LA VEM O ANO NOVO.	0,01
23845	LIVRO LA VEM O ANO NOVO.	0,01
23846	LIVRO LA VEM O ANO NOVO.	0,01
23847	LIVRO LA VEM O ANO NOVO.	0,01
23848	LIVRO LA VEM O ANO NOVO.	0,01
23849	LIVRO LA VEM O ANO NOVO.	0,01
23850	LIVRO A ESCOLINHA DO MAR.	0,01
23851	LIVRO A ESCOLINHA DO MAR.	0,01
23852	LIVRO A ESCOLINHA DO MAR.	0,01
23853	LIVRO A ESCOLINHA DO MAR.	0,01
23854	LIVRO A ESCOLINHA DO MAR.	0,01
23855	LIVRO A ESCOLINHA DO MAR.	0,01
23856	LIVRO A ESCOLINHA DO MAR.	0,01
23857	LIVRO A ESCOLINHA DO MAR.	0,01
23858	LIVRO A ESCOLINHA DO MAR.	0,01
23859	LIVRO NOSSO AMIGO VENTINHO.	0,01
23860	LIVRO NOSSO AMIGO VENTINHO.	0,01
23861	LIVRO NOSSO AMIGO VENTINHO.	0,01
23862	LIVRO NOSSO AMIGO VENTINHO.	0,01
23863	LIVRO NOSSO AMIGO VENTINHO.	0,01
23864	LIVRO NOSSO AMIGO VENTINHO.	0,01
23865	LIVRO NOSSO AMIGO VENTINHO.	0,01
23866	LIVRO NOSSO AMIGO VENTINHO.	0,01
23867	LIVRO NOSSO AMIGO VENTINHO.	0,01
23868	MAPA BRASIL POLITICO.	0,01
23869	MAPA BRASIL POLITICO.	0,01
23870	MAPA SIST. ESQUELETICO.	0,01
23871	MAPA SIST. ESQUELETICO.	0,01

23872	MAPA SIST. ESQUELETICO.	0,01
23873	MAPA SIST. ESQUELETICO.	0,01
23874	MAPA SIST. ESQUELETICO.	0,01
23875	MAPA SIST. ESQUELETICO.	0,01
23876	MAPA SIST. ESQUELETICO.	0,01
23877	MAPA SIST. ESQUELETICO.	0,01
23878	MAPA SIST. ESQUELETICO.	0,01
23879	MAPA SIST. RESPIRATORIO.	0,01
23880	MAPA SIST. RESPIRATORIO.	0,01
23881	MAPA SIST. RESPIRATORIO.	0,01
23882	MAPA SIST. RESPIRATORIO.	0,01
23883	MAPA SIST. RESPIRATORIO.	0,01
23884	MAPA SIST. RESPIRATORIO.	0,01
23885	MAPA SIST. RESPIRATORIO.	0,01
23886	MAPA SIST. RESPIRATORIO.	0,01
23887	MAPA SIST. RESPIRATORIO.	0,01
23888	MAPA SIST. URINARIO.	0,01
23889	MAPA SIST. URINARIO.	0,01
23890	MAPA SIST. URINARIO.	0,01
23891	MAPA SIST. URINARIO.	0,01
23892	MAPA SIST. URINARIO.	0,01
23893	MAPA SIST. URINARIO.	0,01
23894	MAPA SIST. URINARIO.	0,01
23895	MAPA SIST. URINARIO.	0,01
23896	MAPA SIST. URINARIO.	0,01
23897	MAPA A CELULA.	0,01
23898	MAPA A CELULA.	0,01
23899	MAPA A CELULA.	0,01
23900	MAPA A CELULA.	0,01
23901	MAPA A CELULA.	0,01
23902	MAPA A CELULA.	0,01
23903	MAPA A CELULA.	0,01
23904	MAPA A CELULA.	0,01
23905	MAPA A CELULA.	0,01
23906	MAPA MUNDI POLITICO.	0,01
23907	MAPA AS AMERICAS POLITICO.	0,01
23908	MAPA ECOSSISTEMA.	0,01
23909	MAPA CICLO DO OXIGENIO.	0,01
23910	LIVRO LE COM CRE.	0,01
23911	LIVRO LE COM CRE.	0,01
23912	LIVRO LE COM CRE.	0,01
23913	LIVRO LE COM CRE.	0,01
23914	LIVRO LE COM CRE.	0,01
23915	LIVRO LE COM CRE.	0,01
23916	LIVRO LE COM CRE.	0,01
23917	LIVRO LE COM CRE.	0,01
23918	LIVRO LE COM CRE.	0,01
23919	LIVRO O MENINO DE OLHO D'AGUA.	0,01
23920	LIVRO O MENINO DE OLHO D'AGUA.	0,01
23921	LIVRO O MENINO DE OLHO D'AGUA.	0,01
23922	LIVRO O MENINO DE OLHO D'AGUA.	0,01
23923	LIVRO O MENINO DE OLHO D'AGUA.	0,01
23924	LIVRO O MENINO DE OLHO D'AGUA.	0,01
23925	LIVRO O MENINO DE OLHO D'AGUA.	0,01
23926	LIVRO O MENINO DE OLHO D'AGUA.	0,01
23927	LIVRO O MENINO DE OLHO D'AGUA.	0,01
23928	LIVRO A CASA DO MEU AVO	0,01

23929	LIVRO A CASA DO MEU AVO	0,01
23930	LIVRO A CASA DO MEU AVO	0,01
23931	LIVRO A CASA DO MEU AVO	0,01
23932	LIVRO A CASA DO MEU AVO	0,01
23933	LIVRO A CASA DO MEU AVO	0,01
23934	LIVRO A CASA DO MEU AVO	0,01
23935	LIVRO A CASA DO MEU AVO	0,01
23936	LIVRO A CASA DO MEU AVO	0,01
23937	LIVRO SAI SUGEIRA.	0,01
23938	LIVRO SAI SUGEIRA.	0,01
23939	LIVRO SAI SUGEIRA.	0,01
23940	LIVRO SAI SUGEIRA.	0,01
23941	LIVRO SAI SUGEIRA.	0,01
23942	LIVRO SAI SUGEIRA.	0,01
23943	LIVRO SAI SUGEIRA.	0,01
23944	LIVRO SAI SUGEIRA.	0,01
23945	LIVRO SAI SUGEIRA.	0,01
23946	LIVRO POEMA PARA BRINCAR.	0,01
23947	LIVRO POEMA PARA BRINCAR.	0,01
23948	LIVRO POEMA PARA BRINCAR.	0,01
23949	LIVRO POEMA PARA BRINCAR.	0,01
23950	LIVRO POEMA PARA BRINCAR.	0,01
23951	LIVRO POEMA PARA BRINCAR.	0,01
23952	LIVRO POEMA PARA BRINCAR.	0,01
23953	LIVRO POEMA PARA BRINCAR.	0,01
23954	LIVRO POEMA PARA BRINCAR.	0,01
23955	LIVRO O MENINO QUE ADIVINHA.	0,01
23956	LIVRO O MENINO QUE ADIVINHA.	0,01
23957	LIVRO O MENINO QUE ADIVINHA.	0,01
23958	LIVRO O MENINO QUE ADIVINHA.	0,01
23959	LIVRO O MENINO QUE ADIVINHA.	0,01
23960	LIVRO O MENINO QUE ADIVINHA.	0,01
23961	LIVRO O MENINO QUE ADIVINHA.	0,01
23962	LIVRO O MENINO QUE ADIVINHA.	0,01
23963	LIVRO O MENINO QUE ADIVINHA.	0,01
23964	LIVRO O SEGREDO DO VIOLONISTA	0,01
23965	LIVRO O SEGREDO DO VIOLONISTA	0,01
23966	LIVRO O SEGREDO DO VIOLONISTA	0,01
23967	LIVRO O SEGREDO DO VIOLONISTA	0,01
23968	LIVRO O SEGREDO DO VIOLONISTA	0,01
23969	LIVRO O SEGREDO DO VIOLONISTA	0,01
23970	LIVRO O SEGREDO DO VIOLONISTA	0,01
23971	LIVRO O SEGREDO DO VIOLONISTA	0,01
23972	LIVRO O SEGREDO DO VIOLONISTA	0,01
23973	LIVRO DEZENOVE POEMAS DESENGONÇADOS.	0,01
23974	LIVRO DEZENOVE POEMAS DESENGONÇADOS.	0,01
23975	LIVRO DEZENOVE POEMAS DESENGONÇADOS.	0,01
23976	LIVRO DEZENOVE POEMAS DESENGONÇADOS.	0,01
23977	LIVRO DEZENOVE POEMAS DESENGONÇADOS.	0,01
23978	LIVRO DEZENOVE POEMAS DESENGONÇADOS.	0,01
23979	LIVRO DEZENOVE POEMAS DESENGONÇADOS.	0,01
23980	LIVRO DEZENOVE POEMAS DESENGONÇADOS.	0,01
23981	LIVRO DEZENOVE POEMAS DESENGONÇADOS.	0,01
23982	LIVRO POESIA A GENTE INVENTA.	0,01
23983	LIVRO POESIA A GENTE INVENTA.	0,01
23984	LIVRO POESIA A GENTE INVENTA.	0,01
23985	LIVRO POESIA A GENTE INVENTA.	0,01

23986	LIVRO POESIA A GENTE INVENTA.	0,01
23987	LIVRO POESIA A GENTE INVENTA.	0,01
23988	LIVRO POESIA A GENTE INVENTA.	0,01
23989	LIVRO POESIA A GENTE INVENTA.	0,01
23990	LIVRO POESIA A GENTE INVENTA.	0,01
23991	LIVRO COLECAO FABULAS 1	0,01
23992	LIVRO COLECAO FABULAS 1	0,01
23993	LIVRO COLECAO FABULAS 1	0,01
23994	LIVRO COLECAO FABULAS 1	0,01
23995	LIVRO COLECAO FABULAS 1	0,01
23996	LIVRO COLECAO FABULAS 1	0,01
23997	LIVRO COLECAO FABULAS 1	0,01
23998	LIVRO COLECAO FABULAS 1	0,01
23999	LIVRO COLECAO FABULAS 1	0,01
24000	LIVRO COLECAO FABULAS 2	0,01
24001	LIVRO COLECAO FABULAS 2	0,01
24002	LIVRO COLECAO FABULAS 2	0,01
24003	LIVRO COLECAO FABULAS 2	0,01
24004	LIVRO COLECAO FABULAS 2	0,01
24005	LIVRO COLECAO FABULAS 2	0,01
24006	LIVRO COLECAO FABULAS 2	0,01
24007	LIVRO COLECAO FABULAS 2	0,01
24008	LIVRO COLECAO FABULAS 2	0,01
24009	LIVRO O PEIXE PIXOTE.	0,01
24010	LIVRO O PEIXE PIXOTE.	0,01
24011	LIVRO O PEIXE PIXOTE.	0,01
24012	LIVRO O PEIXE PIXOTE.	0,01
24013	LIVRO O PEIXE PIXOTE.	0,01
24014	LIVRO O PEIXE PIXOTE.	0,01
24015	LIVRO O PEIXE PIXOTE.	0,01
24016	LIVRO O PEIXE PIXOTE.	0,01
24017	LIVRO O PEIXE PIXOTE.	0,01
24018	LIVRO ROMEU E JULIETA.	0,01
24019	LIVRO ROMEU E JULIETA.	0,01
24020	LIVRO ROMEU E JULIETA.	0,01
24021	LIVRO ROMEU E JULIETA.	0,01
24022	LIVRO ROMEU E JULIETA.	0,01
24023	LIVRO ROMEU E JULIETA.	0,01
24024	LIVRO ROMEU E JULIETA.	0,01
24025	LIVRO ROMEU E JULIETA.	0,01
24026	LIVRO ROMEU E JULIETA.	0,01
24027	LIVRO MENINA BONITA DO LAÇO DE FITA.	0,01
24028	LIVRO MENINA BONITA DO LAÇO DE FITA.	0,01
24029	LIVRO MENINA BONITA DO LAÇO DE FITA.	0,01
24030	LIVRO MENINA BONITA DO LAÇO DE FITA.	0,01
24031	LIVRO MENINA BONITA DO LAÇO DE FITA.	0,01
24032	LIVRO MENINA BONITA DO LAÇO DE FITA.	0,01
24033	LIVRO MENINA BONITA DO LAÇO DE FITA.	0,01
24034	LIVRO MENINA BONITA DO LAÇO DE FITA.	0,01
24035	LIVRO MENINA BONITA DO LAÇO DE FITA.	0,01
24036	MAPA CICLO DO NITROGENIO	0,01
24037	MAPA CICLO DA AGUA	0,01
24038	LIVRO O PEGA PEGA.	0,01
24039	LIVRO O PEGA PEGA.	0,01
24040	LIVRO O PEGA PEGA.	0,01
24041	LIVRO O PEGA PEGA.	0,01
24042	LIVRO O PEGA PEGA.	0,01

24043	LIVRO O PEGA PEGA.	0,01
24044	LIVRO O PEGA PEGA.	0,01
24045	LIVRO O PEGA PEGA.	0,01
24046	LIVRO O PEGA PEGA.	0,01
24047	LIVRO DAS IDIOTAS SENTADAS.	0,01
24048	LIVRO DAS IDIOTAS SENTADAS.	0,01
24049	LIVRO DAS IDIOTAS SENTADAS.	0,01
24050	LIVRO DAS IDIOTAS SENTADAS.	0,01
24051	LIVRO DAS IDIOTAS SENTADAS.	0,01
24052	LIVRO DAS IDIOTAS SENTADAS.	0,01
24053	LIVRO DAS IDIOTAS SENTADAS.	0,01
24054	LIVRO DAS IDIOTAS SENTADAS.	0,01
24055	LIVRO DAS IDIOTAS SENTADAS.	0,01
24056	LIVRO O CACHORRO QUE SABIA DAR RISADA	0,01
24057	LIVRO O CACHORRO QUE SABIA DAR RISADA	0,01
24058	LIVRO O CACHORRO QUE SABIA DAR RISADA	0,01
24059	LIVRO O CACHORRO QUE SABIA DAR RISADA	0,01
24060	LIVRO O CACHORRO QUE SABIA DAR RISADA	0,01
24061	LIVRO O CACHORRO QUE SABIA DAR RISADA	0,01
24062	LIVRO O CACHORRO QUE SABIA DAR RISADA	0,01
24063	LIVRO O CACHORRO QUE SABIA DAR RISADA	0,01
24064	LIVRO O CACHORRO QUE SABIA DAR RISADA	0,01
24065	LIVRO OS GEMEOS CORINTIANOS, AUTOR: FLORA, EDITORA: ATICA.	0,01
24066	LIVRO OS GEMEOS CORINTIANOS, AUTOR: FLORA, EDITORA: ATICA.	0,01
24067	LIVRO OS GEMEOS CORINTIANOS, AUTOR: FLORA, EDITORA: ATICA.	0,01
24068	LIVRO OS GEMEOS CORINTIANOS, AUTOR: FLORA, EDITORA: ATICA.	0,01
24069	LIVRO OS GEMEOS CORINTIANOS, AUTOR: FLORA, EDITORA: ATICA.	0,01
24070	LIVRO OS GEMEOS CORINTIANOS, AUTOR: FLORA, EDITORA: ATICA.	0,01
24071	LIVRO OS GEMEOS CORINTIANOS, AUTOR: FLORA, EDITORA: ATICA.	0,01
24072	LIVRO OS GEMEOS CORINTIANOS, AUTOR: FLORA, EDITORA: ATICA.	0,01
24073	LIVRO OS GEMEOS CORINTIANOS, AUTOR: FLORA, EDITORA: ATICA.	0,01
24074	LIVRO A FADA QUE TINHA IDEIAS, AUTOR: ALMEIDA, EDITORA: ATICA.	0,01
24075	LIVRO A FADA QUE TINHA IDEIAS, AUTOR: ALMEIDA, EDITORA: ATICA.	0,01
24076	LIVRO A FADA QUE TINHA IDEIAS, AUTOR: ALMEIDA, EDITORA: ATICA.	0,01
24077	LIVRO A FADA QUE TINHA IDEIAS, AUTOR: ALMEIDA, EDITORA: ATICA.	0,01
24078	LIVRO A FADA QUE TINHA IDEIAS, AUTOR: ALMEIDA, EDITORA: ATICA.	0,01
24079	LIVRO A FADA QUE TINHA IDEIAS, AUTOR: ALMEIDA, EDITORA: ATICA.	0,01
24080	LIVRO A FADA QUE TINHA IDEIAS, AUTOR: ALMEIDA, EDITORA: ATICA.	0,01
24081	LIVRO A FADA QUE TINHA IDEIAS, AUTOR: ALMEIDA, EDITORA: ATICA.	0,01
24082	LIVRO A FADA QUE TINHA IDEIAS, AUTOR: ALMEIDA, EDITORA: ATICA.	0,01
24083	LIVRO O HOMEM NO SOTÃO, AUTOR: AZEVEDO, EDITORA: ATICA.	0,01
24084	LIVRO O HOMEM NO SOTÃO, AUTOR: AZEVEDO, EDITORA: ATICA.	0,01

24085	LIVRO O HOMEM NO SOTÃO, AUTOR: AZEVEDO, EDITORA: ATICA.	0,01
24086	LIVRO O HOMEM NO SOTÃO, AUTOR: AZEVEDO, EDITORA: ATICA.	0,01
24087	LIVRO O HOMEM NO SOTÃO, AUTOR: AZEVEDO, EDITORA: ATICA.	0,01
24088	LIVRO O HOMEM NO SOTÃO, AUTOR: AZEVEDO, EDITORA: ATICA.	0,01
24089	LIVRO O HOMEM NO SOTÃO, AUTOR: AZEVEDO, EDITORA: ATICA.	0,01
24090	LIVRO O HOMEM NO SOTÃO, AUTOR: AZEVEDO, EDITORA: ATICA.	0,01
24091	LIVRO O HOMEM NO SOTÃO, AUTOR: AZEVEDO, EDITORA: ATICA,	0,01
24092	LIVRO QUARTO MAGICO, AUTOR: MELO EDITORA: ATICA, COLEÇÃO BARRA-M	0,01
24093	LIVRO QUARTO MAGICO, AUTOR: MELO EDITORA: ATICA, COLEÇÃO BARRA-M	0,01
24094	LIVRO QUARTO MAGICO, AUTOR: MELO EDITORA: ATICA, COLEÇÃO BARRA-M	0,01
24095	LIVRO QUARTO MAGICO, AUTOR: MELO EDITORA: ATICA, COLEÇÃO BARRA-M	0,01
24096	LIVRO QUARTO MAGICO, AUTOR: MELO EDITORA: ATICA, COLEÇÃO BARRA-M	0,01
24097	LIVRO QUARTO MAGICO, AUTOR: MELO EDITORA: ATICA, COLEÇÃO BARRA-M	0,01
24098	LIVRO QUARTO MAGICO, AUTOR: MELO EDITORA: ATICA, COLEÇÃO BARRA-M	0,01
24099	LIVRO QUARTO MAGICO, AUTOR: MELO EDITORA: ATICA, COLEÇÃO BARRA-M.	0,01
24100	LIVRO QUARTO MAGICO, AUTOR: MELO EDITORA: ATICA, COLEÇÃO BARRA-M.	0,01
24110	LIVRO A CASA DA FLORESTA, AUTOR: ARCHIPO, EDITORA ATICA.	0,01
24111	LIVRO A CASA DA FLORESTA, AUTOR: ARCHIPO, EDITORA ATICA.	0,01
24112	LIVRO A CASA DA FLORESTA, AUTOR: ARCHIPO, EDITORA ATICA.	0,01
24113	LIVRO A CASA DA FLORESTA, AUTOR: ARCHIPO, EDITORA ATICA.	0,01
24114	LIVRO A CASA DA FLORESTA, AUTOR: ARCHIPO, EDITORA ATICA.	0,01
24115	LIVRO A CASA DA FLORESTA, AUTOR: ARCHIPO, EDITORA ATICA.	0,01
24116	LIVRO A CASA DA FLORESTA, AUTOR: ARCHIPO, EDITORA ATICA.	0,01
24117	LIVRO A CASA DA FLORESTA, AUTOR: ARCHIPO, EDITORA ATICA.	0,01
24118	LIVRO A CASA DA FLORESTA, AUTOR: ARCHIPO, EDITORA ATICA.	0,01
24119	LIVRO AS ROUPAS NOVAS DO IMPERADOR,	0,01
24120	LIVRO AS ROUPAS NOVAS DO IMPERADOR,	0,01
24121	LIVRO AS ROUPAS NOVAS DO IMPERADOR,	0,01
24122	LIVRO AS ROUPAS NOVAS DO IMPERADOR,	0,01
24123	LIVRO AS ROUPAS NOVAS DO IMPERADOR,	0,01
24124	LIVRO AS ROUPAS NOVAS DO IMPERADOR,	0,01
24125	LIVRO AS ROUPAS NOVAS DO IMPERADOR,	0,01
24126	LIVRO AS ROUPAS NOVAS DO IMPERADOR,	0,01
24127	LIVRO AS ROUPAS NOVAS DO IMPERADOR,	0,01
24128	LIVRO CATARINA MALAGUETA, AUTOR: PORTO, EDITORA ATICA.	0,01
24129	LIVRO CATARINA MALAGUETA, AUTOR: PORTO, EDITORA ATICA.	0,01

24130	LIVRO CATARINA MALAGUETA, AUTOR: PORTO, EDITORA ATICA.	0,01
24131	LIVRO CATARINA MALAGUETA, AUTOR: PORTO, EDITORA ATICA.	0,01
24132	LIVRO CATARINA MALAGUETA, AUTOR: PORTO, EDITORA ATICA.	0,01
24133	LIVRO CATARINA MALAGUETA, AUTOR: PORTO, EDITORA ATICA.	0,01
24134	LIVRO CATARINA MALAGUETA, AUTOR: PORTO, EDITORA ATICA.	0,01
24135	LIVRO CATARINA MALAGUETA, AUTOR: PORTO, EDITORA ATICA.	0,01
24136	LIVRO CATARINA MALAGUETA, AUTOR: PORTO, EDITORA ATICA.	0,01
24137	LIVRO CARA OU COROA, AUTOR: SABINO, EDITORA: ATICA COLEÇÃO.	0,01
24138	LIVRO CARA OU COROA, AUTOR: SABINO, EDITORA: ATICA.	0,01
24139	LIVRO CARA OU COROA, AUTOR: SABINO, EDITORA: ATICA.	0,01
24140	LIVRO CARA OU COROA, AUTOR: SABINO, EDITORA: ATICA.	0,01
24141	LIVRO CARA OU COROA, AUTOR: SABINO, EDITORA: ATICA.	0,01
24142	LIVRO CARA OU COROA, AUTOR: SABINO, EDITORA: ATICA.	0,01
24143	LIVRO CARA OU COROA, AUTOR: SABINO, EDITORA: ATICA.	0,01
24144	LIVRO CARA OU COROA, AUTOR: SABINO, EDITORA: ATICA.	0,01
24145	LIVRO CARA OU COROA, AUTOR: SABINO, EDITORA: ATICA.	0,01
24146	LIVRO A VASSOURA ENCANTADA, AUTOR: ALLSBUR, EDITORA: ATICA.	0,01
24147	LIVRO A VASSOURA ENCANTADA, AUTOR: ALLSBUR, EDITORA: ATICA.	0,01
24148	LIVRO A VASSOURA ENCANTADA, AUTOR: ALLSBUR, EDITORA: ATICA.	0,01
24149	LIVRO A VASSOURA ENCANTADA, AUTOR: ALLSBUR, EDITORA: ATICA.	0,01
24150	LIVRO A VASSOURA ENCANTADA, AUTOR: ALLSBUR, EDITORA: ATICA.	0,01
24151	LIVRO A VASSOURA ENCANTADA, AUTOR: ALLSBUR, EDITORA: ATICA.	0,01
24152	LIVRO A VASSOURA ENCANTADA, AUTOR: ALLSBUR, EDITORA: ATICA.	0,01
24153	LIVRO A VASSOURA ENCANTADA, AUTOR: ALLSBUR, EDITORA: ATICA.	0,01
24154	LIVRO A VASSOURA ENCANTADA, AUTOR: ALLSBUR, EDITORA: ATICA.	0,01
24157	LIVRO A ARCA DE NOÉ	0,01
24158	LIVRO A ARCA DE NOÉ	0,01
24159	LIVRO A ARCA DE NOÉ	0,01
24160	LIVRO A ARCA DE NOÉ	0,01
24161	LIVRO A ARCA DE NOÉ	0,01
24162	LIVRO A ARCA DE NOÉ	0,01
24163	LIVRO A ARCA DE NOÉ	0,01
24164	LIVRO A ARCA DE NOÉ	0,01
24165	LIVRO A ARCA DE NOÉ	0,01
24166	LIVRO FESTA DA CRIANÇA	0,01
24167	LIVRO FESTA DA CRIANÇA	0,01
24168	LIVRO FESTA DA CRIANÇA	0,01
24169	LIVRO FESTA DA CRIANÇA	0,01
24170	LIVRO FESTA DA CRIANÇA	0,01

24171	LIVRO FESTA DA CRIANÇA	0,01
24172	LIVRO FESTA DA CRIANÇA	0,01
24173	LIVRO FESTA DA CRIANÇA	0,01
24174	LIVRO FESTA DA CRIANÇA	0,01
24227	LIVRO CATARINA MALAGUETA.	0,01
24228	LIVRO CATARINA MALAGUETA.	0,01
24229	LIVRO CATARINA MALAGUETA.	0,01
24230	LIVRO CATARINA MALAGUETA.	0,01
24231	LIVRO CATARINA MALAGUETA.	0,01
24232	LIVRO CATARINA MALAGUETA.	0,01
24233	LIVRO CATARINA MALAGUETA.	0,01
24234	LIVRO CATARINA MALAGUETA.	0,01
24235	LIVRO CATARINA MALAGUETA.	0,01
24236	LIVRO SERAFINA E A CRIANÇA	0,01
24237	LIVRO SERAFINA E A CRIANÇA	0,01
24238	LIVRO SERAFINA E A CRIANÇA	0,01
24239	LIVRO SERAFINA E A CRIANÇA	0,01
24240	LIVRO SERAFINA E A CRIANÇA	0,01
24241	LIVRO SERAFINA E A CRIANÇA	0,01
24242	LIVRO SERAFINA E A CRIANÇA	0,01
24243	LIVRO SERAFINA E A CRIANÇA	0,01
24244	LIVRO SERAFINA E A CRIANÇA	0,01
24245	LIVRO SERAFINA E O CASAMENTO	0,01
24246	LIVRO SERAFINA E O CASAMENTO	0,01
24247	LIVRO SERAFINA E O CASAMENTO	0,01
24248	LIVRO SERAFINA E O CASAMENTO	0,01
24249	LIVRO SERAFINA E O CASAMENTO	0,01
24250	LIVRO SERAFINA E O CASAMENTO	0,01
24251	LIVRO SERAFINA E O CASAMENTO	0,01
24252	LIVRO SERAFINA E O CASAMENTO	0,01
24253	LIVRO SERAFINA E O CASAMENTO	0,01
24254	LIVRO SERAFINA PRIMEIRAS	0,01
24255	LIVRO SERAFINA PRIMEIRAS	0,01
24256	LIVRO SERAFINA PRIMEIRAS	0,01
24257	LIVRO SERAFINA PRIMEIRAS	0,01
24258	LIVRO SERAFINA PRIMEIRAS	0,01
24259	LIVRO SERAFINA PRIMEIRAS	0,01
24260	LIVRO SERAFINA PRIMEIRAS	0,01
24261	LIVRO SERAFINA PRIMEIRAS	0,01
24262	LIVRO SERAFINA PRIMEIRAS	0,01
24263	LIVRO SERAFINA SEM ROTINA	0,01
24264	LIVRO SERAFINA SEM ROTINA	0,01
24265	LIVRO SERAFINA SEM ROTINA	0,01
24266	LIVRO SERAFINA SEM ROTINA	0,01
24267	LIVRO SERAFINA SEM ROTINA	0,01
24268	LIVRO SERAFINA SEM ROTINA	0,01
24269	LIVRO SERAFINA SEM ROTINA	0,01
24270	LIVRO SERAFINA SEM ROTINA	0,01
24271	LIVRO SERAFINA SEM ROTINA	0,01
24272	LIVRO JOANA BANANA	0,01
24273	LIVRO JOANA BANANA	0,01
24274	LIVRO JOANA BANANA	0,01
24275	LIVRO JOANA BANANA	0,01
24276	LIVRO JOANA BANANA	0,01
24277	LIVRO JOANA BANANA	0,01
24278	LIVRO JOANA BANANA	0,01
24279	LIVRO JOANA BANANA	0,01

24280	LIVRO JOANA BANANA	0,01
24281	LIVRO O DIARIO ESCONDIDO DE SERAFINA	0,01
24282	LIVRO O DIARIO ESCONDIDO DE SERAFINA	0,01
24283	LIVRO O DIARIO ESCONDIDO DE SERAFINA	0,01
24284	LIVRO O DIARIO ESCONDIDO DE SERAFINA	0,01
24285	LIVRO O DIARIO ESCONDIDO DE SERAFINA	0,01
24286	LIVRO O DIARIO ESCONDIDO DE SERAFINA	0,01
24287	LIVRO O DIARIO ESCONDIDO DE SERAFINA	0,01
24288	LIVRO O DIARIO ESCONDIDO DE SERAFINA	0,01
24289	LIVRO O DIARIO ESCONDIDO DE SERAFINA	0,01
24309	LIVRO O CURUMIM, AUTORA INGRID BIESE-MEYER BELLINGHAUSEN MARCA: DCL.	0,01
24310	LIVRO O CURUMIM, AUTORA INGRID BIESE-MEYER BELLINGHAUSEN MARCA: DCL.	0,01
24312	LIVRO O CURUMIM, AUTORA INGRID BIESE-MEYER BELLINGHAUSEN MARCA: DCL.	0,01
24313	LIVRO O CURUMIM, AUTORA INGRID BIESE-MEYER BELLINGHAUSEN MARCA: DCL.	0,01
24314	LIVRO O CURUMIM, AUTORA INGRID BIESE-MEYER BELLINGHAUSEN MARCA: DCL.	0,01
24315	LIVRO O CURUMIM, AUTORA INGRID BIESE-MEYER BELLINGHAUSEN MARCA: DCL.	0,01
24316	LIVRO O CURUMIM, AUTORA INGRID BIESE-MEYER BELLINGHAUSEN MARCA: DCL.	0,01
24318	LIVRO VAMOS CRIAR COM 10 VOLUMES AUTORA: SABINE LOHF MARCA: DCL	0,01
24319	LIVRO VAMOS CRIAR COM 10 VOLUMES AUTORA: SABINE LOHF MARCA: DCL.	0,01
24321	LIVRO VAMOS CRIAR COM 10 VOLUMES AUTORA: SABINE LOHF MARCA: DCL.	0,01
24322	LIVRO VAMOS CRIAR COM 10 VOLUMES AUTORA: SABINE LOHF MARCA: DCL	0,01
24323	LIVRO VAMOS CRIAR COM 10 VOLUMES AUTORA: SABINE LOHF MARCA: DC	0,01
24324	LIVRO VAMOS CRIAR COM 10 VOLUMES AUTORA: SABINE LOHF MARCA: DCL	0,01
24325	LIVRO VAMOS CRIAR COM 10 VOLUMES AUTORA: SABINE LOHF MARCA: DCL	0,01
24326	LIVRO VAMOS CRIAR COM 10 VOLUMES AUTORA: SABINE LOHF MARCA: DCL	0,01
24327	LIVRO QUEM VÊ CARA NÃO VÊ CORAÇÃO AUTORA: FATIMA MIGUEZ MARCA DCL	0,01
24328	LIVRO QUEM VÊ CARA NÃO VÊ CORAÇÃO AUTORA: FATIMA MIGUEZ MARCA DCL	0,01
24330	LIVRO QUEM VÊ CARA NÃO VÊ CORAÇÃO AUTORA: FATIMA MIGUEZ MARCA DCL	0,01
24331	LIVRO QUEM VÊ CARA NÃO VÊ CORAÇÃO AUTORA: FATIMA MIGUEZ MARCA DCL	0,01
24332	LIVRO QUEM VÊ CARA NÃO VÊ CORAÇÃO AUTORA: FATIMA MIGUEZ MARCA DCL	0,01
24333	LIVRO QUEM VÊ CARA NÃO VÊ CORAÇÃO AUTORA: FATIMA MIGUEZ MARCA DCL	0,01
24334	LIVRO QUEM VÊ CARA NÃO VÊ CORAÇÃO AUTORA: FATIMA MIGUEZ MARCA DCL	0,01
24335	LIVRO QUEM VÊ CARA NÃO VÊ CORAÇÃO AUTORA: FATIMA MIGUEZ MARCA DCL	0,01
24336	LIVRO PERTO DOS OLHOS, PERTO DO CORAÇÃO.	0,01
24338	LIVRO PERTO DOS OLHOS, PERTO DO CORAÇÃO.	0,01
24339	LIVRO PERTO DOS OLHOS, PERTO DO CORAÇÃO.	0,01
24340	LIVRO PERTO DOS OLHOS, PERTO DO CORAÇÃO.	0,01

24341	LIVRO PERTO DOS OLHOS, PERTO DO CORAÇÃO.	0,01
24342	LIVRO PERTO DOS OLHOS, PERTO DO CORAÇÃO.	0,01
24343	LIVRO PERTO DOS OLHOS, PERTO DO CORAÇÃO.	0,01
24344	LIVRO PERTO DOS OLHOS, PERTO DO CORAÇÃO.	0,01
24345	LIVRO EM BOCA FECHADA NÃO ENTRA MOSCA	0,01
24346	LIVRO EM BOCA FECHADA NÃO ENTRA MOSCA	0,01
24348	LIVRO EM BOCA FECHADA NÃO ENTRA MOSCA	0,01
24349	LIVRO EM BOCA FECHADA NÃO ENTRA MOSCA	0,01
24350	LIVRO EM BOCA FECHADA NÃO ENTRA MOSCA	0,01
24351	LIVRO EM BOCA FECHADA NÃO ENTRA MOSCA	0,01
24352	LIVRO EM BOCA FECHADA NÃO ENTRA MOSCA	0,01
24353	LIVRO EM BOCA FECHADA NÃO ENTRA MOSCA	0,01
24354	LIVRO COM O CORAÇÃO NA MÃO AUTORA: FATIMA MIGUEZ MARCA DCL	0,01
24355	LIVRO COM O CORAÇÃO NA MÃO AUTORA: FATIMA MIGUEZ MARCA DCL	0,01
24357	LIVRO COM O CORAÇÃO NA MÃO AUTORA: FATIMA MIGUEZ MARCA DCL	0,01
24358	LIVRO COM O CORAÇÃO NA MÃO AUTORA: FATIMA MIGUEZ MARCA DCL	0,01
24359	LIVRO COM O CORAÇÃO NA MÃO AUTORA: FATIMA MIGUEZ MARCA DCL	0,01
24360	LIVRO COM O CORAÇÃO NA MÃO AUTORA: FATIMA MIGUEZ MARCA DCL	0,01
24361	LIVRO COM O CORAÇÃO NA MÃO AUTORA: FATIMA MIGUEZ MARCA DCL	0,01
24362	LIVRO COM O CORAÇÃO NA MÃO AUTORA: FATIMA MIGUEZ MARCA DCL	0,01
24363	LIVRO BRASIL, OLHAR DE ARTISTA AUTORA: KATIA CANTON MARCA: DCL	0,01
24364	LIVRO BRASIL, OLHAR DE ARTISTA AUTORA: KATIA CANTON MARCA: DCL	0,01
24366	LIVRO BRASIL, OLHAR DE ARTISTA AUTORA: KATIA CANTON MARCA: DCL	0,01
24367	LIVRO BRASIL, OLHAR DE ARTISTA AUTORA: KATIA CANTON MARCA: DCL	0,01
24368	LIVRO BRASIL, OLHAR DE ARTISTA AUTORA: KATIA CANTON MARCA: DCL	0,01
24369	LIVRO BRASIL, OLHAR DE ARTISTA AUTORA: KATIA CANTON MARCA: DCL	0,01
24370	LIVRO BRASIL, OLHAR DE ARTISTA AUTORA: KATIA CANTON MARCA: DCL	0,01
24371	LIVRO BRASIL, OLHAR DE ARTISTA AUTORA: KATIA CANTON MARCA: DCL	0,01
24372	LIVRO CAMINHOS DA MAGIA AUTORA: ROSEANA MURRAY MARCA DCL	0,01
24373	LIVRO CAMINHOS DA MAGIA AUTORA: ROSEANA MURRAY MARCA DCL	0,01
24374	LIVRO CAMINHOS DA MAGIA AUTORA: ROSEANA MURRAY MARCA DCL	0,01
24375	LIVRO CAMINHOS DA MAGIA AUTORA: ROSEANA MURRAY MARCA DCL	0,01
24376	LIVRO CAMINHOS DA MAGIA AUTORA: ROSEANA MURRAY MARCA DCL	0,01
24377	LIVRO CAMINHOS DA MAGIA AUTORA: ROSEANA MURRAY MARCA DCL	0,01
24378	LIVRO CAMINHOS DA MAGIA AUTORA: ROSEANA MURRAY MARCA DCL	0,01
24379	LIVRO CAMINHOS DA MAGIA AUTORA: ROSEANA MURRAY MARCA DCL	0,01

24380	LIVRO CAMINHOS DA MAGIA AUTORA: ROSEANA MURRAY MARCA DCL	0,01
24381	LIVRO PAISAGENS BRASILEIRAS AUTORA: FATI-MA MIGUEZ MARCA: DCL	0,01
24382	LIVRO PAISAGENS BRASILEIRAS AUTORA: FATI-MA MIGUEZ MARCA: DCL	0,01
24384	LIVRO PAISAGENS BRASILEIRAS AUTORA: FATI-MA MIGUEZ MARCA: DCL	0,01
24385	LIVRO PAISAGENS BRASILEIRAS AUTORA: FATI-MA MIGUEZ MARCA: DCL	0,01
24386	LIVRO PAISAGENS BRASILEIRAS AUTORA: FATI-MA MIGUEZ MARCA: DCL	0,01
24387	LIVRO PAISAGENS BRASILEIRAS AUTORA: FATI-MA MIGUEZ MARCA: DCL	0,01
24388	LIVRO PAISAGENS BRASILEIRAS AUTORA: FATI-MA MIGUEZ MARCA: DCL	0,01
24389	LIVRO PAISAGENS BRASILEIRAS AUTORA: FATI-MA MIGUEZ MARCA: DCL	0,01
24455	ATLAS GEOGRAFICO ESCOLAR.	0,01
24456	ATLAS GEOGRAFICO ESCOLAR.	0,01
24457	ATLAS GEOGRAFICO ESCOLAR.	0,01
24458	ATLAS GEOGRAFICO ESCOLAR.	0,01
24459	ATLAS GEOGRAFICO ESCOLAR.	0,01
24460	ATLAS GEOGRAFICO ESCOLAR.	0,01
24461	ATLAS GEOGRAFICO ESCOLAR.	0,01
24462	ATLAS GEOGRAFICO ESCOLAR.	0,01
24463	ATLAS GEOGRAFICO ESCOLAR.	0,01
24464	ATLAS GEOGRAFICO ESCOLAR.	0,01
24465	ATLAS GEOGRAFICO ESCOLAR.	0,01
24466	ATLAS GEOGRAFICO ESCOLAR.	0,01
24467	ATLAS GEOGRAFICO ESCOLAR.	0,01
24468	ATLAS GEOGRAFICO ESCOLAR.	0,01
24469	ATLAS GEOGRAFICO ESCOLAR.	0,01
24470	ATLAS GEOGRAFICO ESCOLAR.	0,01
24471	ATLAS GEOGRAFICO ESCOLAR.	0,01
24472	ATLAS GEOGRAFICO ESCOLAR.	0,01
24473	ATLAS GEOGRAFICO ESCOLAR.	0,01
24474	ATLAS GEOGRAFICO ESCOLAR.	0,01
24475	ATLAS GEOGRAFICO ESCOLAR.	0,01
24476	ATLAS GEOGRAFICO ESCOLAR.	0,01
24477	ATLAS GEOGRAFICO ESCOLAR.	0,01
24478	ATLAS GEOGRAFICO ESCOLAR.	0,01
24479	ATLAS GEOGRAFICO ESCOLAR.	0,01
24480	ATLAS GEOGRAFICO ESCOLAR.	0,01
24481	ATLAS GEOGRAFICO ESCOLAR.	0,01
24482	ATLAS GEOGRAFICO ESCOLAR.	0,01
24483	ATLAS GEOGRAFICO ESCOLAR.	0,01
24685	DICIONÁRIO ESCOLAR INGLES/PORTUGUES -MICHAELIS PEQUENO	0,01
24686	DICIONÁRIO ESCOLAR INGLES/PORTUGUES -MICHAELIS PEQUENO	0,01
24687	DICIONÁRIO ESCOLAR INGLES/PORTUGUES -MICHAELIS PEQUENO	0,01
24688	DICIONÁRIO ESCOLAR INGLES/PORTUGUES -MICHAELIS PEQUENO	0,01
24689	DICIONÁRIO ESCOLAR INGLES/PORTUGUES -MICHAELIS PEQUENO	0,01
24690	DICIONÁRIO ESCOLAR INGLES/PORTUGUES -MICHAELIS PEQUENO	0,01
24691	DICIONÁRIO ESCOLAR INGLES/PORTUGUES -MICHAELIS PEQUENO	0,01

24692	DICIONÁRIO ESCOLAR INGLES/PORTUGUES -MICHAELIS PEQUENO	0,01
24693	DICIONÁRIO ESCOLAR INGLES/PORTUGUES -MICHAELIS PEQUENO	0,01
24694	DICIONÁRIO ESCOLAR INGLES/PORTUGUES -MICHAELIS PEQUENO	0,01
24695	DICIONÁRIO ESCOLAR INGLES/PORTUGUES -MICHAELIS PEQUENO	0,01
24696	DICIONÁRIO ESCOLAR INGLES/PORTUGUES -MICHAELIS PEQUENO	0,01
24697	DICIONÁRIO ESCOLAR INGLES/PORTUGUES -MICHAELIS PEQUENO	0,01
24698	DICIONÁRIO ESCOLAR INGLES/PORTUGUES -MICHAELIS PEQUENO	0,01
24699	DICIONÁRIO ESCOLAR INGLES/PORTUGUES -MICHAELIS PEQUENO	0,01
24700	DICIONÁRIO ESCOLAR INGLES/PORTUGUES -MICHAELIS PEQUENO	0,01
24701	DICIONÁRIO ESCOLAR INGLES/PORTUGUES -MICHAELIS PEQUENO	0,01
24702	DICIONÁRIO ESCOLAR INGLES/PORTUGUES -MICHAELIS PEQUENO	0,01
24703	DICIONÁRIO ESCOLAR INGLES/PORTUGUES -MICHAELIS PEQUENO	0,01
24704	DICIONÁRIO ESCOLAR INGLES/PORTUGUES -MICHAELIS PEQUENO	0,01
24705	DICIONÁRIO ESCOLAR INGLES/PORTUGUES -MICHAELIS PEQUENO	0,01
24706	DICIONÁRIO ESCOLAR INGLES/PORTUGUES -MICHAELIS PEQUENO	0,01
24707	DICIONÁRIO ESCOLAR INGLES/PORTUGUES -MICHAELIS PEQUENO	0,01
24708	DICIONÁRIO ESCOLAR INGLES/PORTUGUES -MICHAELIS PEQUENO	0,01
24709	DICIONÁRIO ESCOLAR INGLES/PORTUGUES -MICHAELIS PEQUENO	0,01
24710	DICIONÁRIO ESCOLAR INGLES/PORTUGUES -MICHAELIS PEQUENO	0,01
24711	DICIONÁRIO ESCOLAR INGLES/PORTUGUES -MICHAELIS PEQUENO	0,01
24712	DICIONÁRIO ESCOLAR INGLES/PORTUGUES -MICHAELIS PEQUENO	0,01
24713	DICIONÁRIO ESCOLAR INGLES/PORTUGUES -MICHAELIS PEQUENO	0,01
24714	DICIONÁRIO ESCOLAR INGLES/PORTUGUES -MICHAELIS PEQUENO	0,01
24715	DICIONÁRIO ESCOLAR INGLES/PORTUGUES -MICHAELIS PEQUENO	0,01
24716	DICIONÁRIO ESCOLAR INGLES/PORTUGUES -MICHAELIS PEQUENO	0,01
24717	DICIONÁRIO ESCOLAR INGLES/PORTUGUES -MICHAELIS PEQUENO	0,01
24718	DICIONÁRIO ESCOLAR INGLES/PORTUGUES -MICHAELIS PEQUENO	0,01
24719	DICIONÁRIO ESCOLAR INGLES/PORTUGUES -MICHAELIS PEQUENO	0,01
24720	DICIONÁRIO ESCOLAR INGLES/PORTUGUES -MICHAELIS PEQUENO	0,01
24721	DICIONÁRIO ESCOLAR INGLES/PORTUGUES -MICHAELIS PEQUENO	0,01
24722	DICIONÁRIO ESCOLAR INGLES/PORTUGUES -MICHAELIS PEQUENO	0,01
24723	DICIONÁRIO ESCOLAR INGLES/PORTUGUES -MICHAELIS PEQUENO	0,01
24724	DICIONÁRIO ESCOLAR INGLES/PORTUGUES -MICHAELIS PEQUENO	0,01

[illegible]

24791	DICIONÁRIO ESCOLAR INGLES/PORTUGUES -MICHAELIS PEQUENO	0,01
24792	DICIONÁRIO ESCOLAR INGLES/PORTUGUES -MICHAELIS PEQUENO	0,01
24793	DICIONÁRIO ESCOLAR INGLES/PORTUGUES -MICHAELIS PEQUENO	0,01
24794	DICIONÁRIO ESCOLAR INGLES/PORTUGUES -MICHAELIS PEQUENO	0,01
25204	LIVRO ENCICLOPÉDIA MULTIMÍDIA HOOPS 12 VOLUMES + DVD'S EM 3 IDIOMAS	0,01
	TOTAL	8.20

Item	Nº DO BEM	DESCRIÇÃO	VALOR
	11	BANDEJA INOX	0,01
	46	IMPRESSORA	1,00
	91	ESTANTE DE MOGNO	0,01
	116	LIVRO DÍVIDA ATIVA	0,01
	125	LIXEIRO	0,01
	129	MESA	0,01
	140	CADEIRA GIRTÓRIA	0,01
	141	LIXEIRO	0,01
	173	BANQUETA DE DESENHO	0,01
	205	MESA PRETA DE MADEIRA.	0,01
	210	MESA PRETA DE MADEIRA.	0,01
	245	DISTRIBUIDOR DE ADUBO	1,00
	280	CADEIRA	0,01
	308	EQUIPO ODONTOLÓGICO	1,00
	318	BANDEJA	0,01
	320	FICHARIO DE MESA	0,01
	328	ARQUIVO DE AÇO	0,01
	334	ARQUIVO DE MESA	0,01
	336	FOCO COM HASTE	0,01
	337	MESA DE EXAMES	1,00
	340	MARMITA	0,01
	341	TAMBOR INOX	0,01
	342	TAMBOR INOX	0,01
	356	CADEIRA	0,01
	359	CADEIRA ESTOFADA	0,01
	370	MARMITA PEQUENA	1,00
	371	CUBA INOX PEQUENA	1,00
	372	BACIA INOX PEQUENA	1,00
	373	BACIA INOX	1,00
	374	CUBA RIM	1,00
	375	CUBA RIM	1,00
	376	CUBA RIM	1,00
	378	BALANÇA PEDIATRICA	1,00
	380	MARMITA	0,01
	392	PORTA AGULHA	0,01
	402	PINÇA	0,01
	403	PINÇA	0,01
	404	PINÇA	0,01
	405	PINÇA	0,01
	410	TENTACANULA	0,01
	411	TENTACANULA	0,01
	412	CABO BISTURI	0,01
	413	CABO BISTURI	0,01

414	CABO BISTURI	0,01
425	TESOURA	0,01
426	TESOURA	0,01
433	PINÇA	0,01
434	PINÇA	0,01
435	PINÇA	0,01
436	PINÇA	0,01
437	PINÇA	0,01
438	PINÇA	0,01
439	PINÇA	0,01
440	PINÇA	0,01
441	PINÇA	0,01
442	PINÇA	0,01
443	PINÇA	0,01
444	PINÇA	0,01
445	PINÇA	0,01
446	PINÇA	0,01
447	PINÇA	0,01
448	PINÇA	0,01
449	PINÇA	0,01
450	PINÇA	0,01
451	PINÇA	0,01
452	PINÇA	0,01
453	PINÇA	0,01
454	PINÇA	0,01
455	PINÇA	0,01
456	PINÇA	0,01
457	PINÇA	0,01
458	PINÇA	0,01
459	PINÇA	0,01
460	PINÇA	0,01
461	PINÇA	0,01
465	PINÇA	0,01
466	PINÇA	0,01
467	PINÇA	0,01
468	PINÇA	0,01
469	PINÇA	0,01
470	PINÇA	0,01
471	PINÇA	0,01
472	PINÇA	0,01
473	PINÇA	0,01
474	PINÇA	0,01
476	PINÇA	0,01
478	NEBOLIZADOR	0,01
486	BANDEJA INOX	0,01
506	INALADOR	0,01
517	BIOMBO	0,01
525	OTOSCÓPIO	0,01
528	ALVIOLOTOMO	0,01
529	ALVIOLOTOMO	0,01
530	FORCEPS	0,01
531	FORCEPS	0,01
532	FORCEPS	0,01
533	FORCEPS	0,01

534	FORCEPS	0,01
536	FORCEPS	0,01
537	FORCEPS	0,01
538	FORCEPS	0,01
539	FORCEPS	0,01
540	FORCEPS	0,01
541	FORCEPS	0,01
542	FORCEPS	0,01
543	FORCEPS	0,01
544	FORCEPS	0,01
545	FORCEPS	0,01
546	FORCEPS	0,01
547	FORCEPS	0,01
548	FORCEPS	0,01
549	FORCEPS	0,01
550	FORCEPS	0,01
551	FORCEPS	0,01
552	FORCEPS	0,01
553	FORCEPS	0,01
554	FORCEPS	0,01
555	FORCEPS	0,01
556	FORCEPS	0,01
557	FORCEPS	0,01
558	FORCEPS	0,01
559	FORCEPS	0,01
560	FORCEPS	0,01
561	FORCEPS	0,01
562	FORCEPS	0,01
563	FORCEPS	0,01
564	FORCEPS	0,01
565	FORCEPS	0,01
566	FORCEPS	0,01
567	FORCEPS	0,01
568	FORCEPS	0,01
569	FORCEPS	0,01
573	ALAVANCA	0,01
574	ALAVANCA	0,01
575	ALAVANCA	0,01
576	ALAVANCA	0,01
577	ALAVANCA	0,01
578	ALAVANCA	0,01
579	ALAVANCA	0,01
588	BRUNIDOR	0,01
589	BRUNIDOR	0,01
590	BRUNIDOR	0,01
591	BRUNIDOR	0,01
592	BRUNIDOR	0,01
593	BRUNIDOR	0,01
598	EXTRATOR DE TARTARO	0,01
599	EXTRATOR DE TARTARO	0,01
600	EXTRATOR DE TARTARO	0,01
601	EXTRATOR DE TARTARO	0,01
602	EXTRATOR DE TARTARO	0,01
603	EXTRATOR DE TARTARO	0,01

604	EXTRATOR DE TARTARO	0,01
605	EXTRATOR DE TARTARO	0,01
606	EXTRATOR DE TARTARO	0,01
607	EXTRATOR DE TARTARO	0,01
608	EXTRATOR DE TARTARO	0,01
609	EXTRATOR DE TARTARO	0,01
610	EXTRATOR DE TARTARO	0,01
611	EXTRATOR DE TARTARO	0,01
612	EXTRATOR DE TARTARO	0,01
622	ESCARIADOR DUPLO	0,01
623	ESCARIADOR DUPLO	0,01
624	ESCARIADOR DUPLO	0,01
625	ESCARIADOR DUPLO	0,01
626	ESCARIADOR DUPLO	0,01
627	ESCARIADOR DUPLO	0,01
650	PINÇA CLINICA	0,01
651	PINÇA CLINICA	0,01
652	PINÇA CLINICA	0,01
653	PINÇA CLINICA	0,01
654	PINÇA CLINICA	0,01
655	PINÇA CLINICA	0,01
656	PINÇA CLINICA	0,01
657	PINÇA CLINICA	0,01
658	PINÇA CLINICA	0,01
659	PINÇA CLINICA	0,01
660	PINÇA CLINICA	0,01
661	PINÇA CLINICA	0,01
662	PINÇA CLINICA	0,01
663	PINÇA CLINICA	0,01
664	PINÇA CLINICA	0,01
665	ESPELHO BUCAL	0,01
666	ESPELHO BUCAL	0,01
667	ESPELHO BUCAL	0,01
668	ESPELHO BUCAL	0,01
669	ESPELHO BUCAL	0,01
670	ESPELHO BUCAL	0,01
671	ESPELHO BUCAL	0,01
672	ESPELHO BUCAL	0,01
673	ESPELHO BUCAL	0,01
677	ESPELHO BUCAL	0,01
694	CABO PARA ESPELHO	0,01
698	PORTA AGULHAS	0,01
699	PORTA AGULHAS	0,01
700	PORTA AGULHAS	0,01
701	PORTA AGULHAS	0,01
702	PORTA AGULHAS	0,01
703	TESOURA RETA	0,01
704	TESOURA RETA	0,01
705	TESOURA RETA	0,01
706	TESOURA RETA	0,01
707	TESOURA RETA	0,01
709	SERINGA CRPULE	0,01
710	SERINGA CRPULE	0,01
711	SERINGA CRPULE	0,01

712	SERINGA CRPULE	0,01
713	SERINGA CRPULE	0,01
714	SERINGA CRPULE	0,01
715	SERINGA CRPULE	0,01
716	SERINGA CRPULE	0,01
717	SERINGA CRPULE	0,01
721	CURETA CIRURGICA	0,01
722	CURETA CIRURGICA	0,01
740	BANDEJA PEQUENA	0,01
741	BANDEJA PEQUENA	0,01
742	BANDEJA PEQUENA	0,01
743	BANDEJA PEQUENA	0,01
744	BANDEJA PEQUENA	0,01
760	ESTUFA AD	3,00
764	TAMBOR INOX	0,01
765	CARTEIRA	0,01
776	CANETA ALTA ROTAÇÃO	0,01
777	SERINGA DE AR	0,01
783	CUSPIDEIR	0,01
799	BANCO ESTOFADO	0,01
802	BEBEDOURO	0,01
808	OTOSCÓPIO	0,01
810	OTOSCÓPIO	0,01
815	TAMBOR	0,01
830	BALCÃO	0,01
831	ARMARIO	0,01
840	MARMITA METÁLICA	0,01
841	MARMITA METÁLICA	0,01
842	MARMITA METÁLICA	0,01
843	MARMITA METÁLICA	0,01
844	MARMITA METÁLICA	0,01
845	MARMITA METÁLICA	0,01
865	PINÇA	0,01
866	PINÇA	0,01
867	PINÇA	0,01
868	PINÇA	0,01
869	PINÇA	0,01
870	PINÇA	0,01
1048	AQUECEDOR	0,01
1050	MASTRO	0,01
1051	MASTRO	0,01
1082	CADEIRA	0,01
1093	CADEIRA	0,01
1094	CADEIRA	0,01
1097	CADEIRA	0,01
1105	CADEIRA	0,01
1114	CADEIRA	0,01
1115	CADEIRA	0,01
1123	ENCERADEIRA	0,01
1128	CADEIRA MARELLI FIXA	0,01
1154	ESTUFA P/ XEROX	0,01
1156	AQUECEDOR	0,10
1172	ARQUIVO DE AÇO	0,10
1187	AÇUCAREIRO	0,01

1188	BANDEJA INOX	0,01
1190	CARTEIRA	0,01
1206	CARTEIRA	0,01
1219	CADEIRA	0,01
1248	SOFA CAMA	0,01
1292	CADEIRA	0,01
1295	CADEIRA	0,01
1303	CADEIRA	0,01
1318	CARTEIRA	0,01
1347	CADEIRA	0,01
1353	CADEIRA	0,01
1354	CADEIRA	0,01
1358	CADEIRA	0,01
1382	CARTEIRA	0,01
1403	CADEIRA	0,01
1415	CARTEIRA	0,01
1449	CADEIRA ESCOLAR	0,01
1456	CADEIRA	0,01
1457	CADEIRA	0,01
1466	CADEIRA	0,01
1468	CADEIRA	0,01
1492	CADEIRA	0,01
1471	CADEIRA ESCOLAR	0,01
1521	PANELA DE PRESSÃO	0,01
1522	DICIONARIO	0,01
1523	ENCICLOPÉDIA DELTA	0,01
1525	COLEÇÃO HISTÓRIAS E LENDAS	0,01
1531	DUPLICADOR MANUAL	0,10
1535	LIQUIDIFICADOR	0,01
1538	ARMARIO ESCOLAR	0,10
1539	MESA PROFESSOR	0,01
1541	ESTANTE DE METAL	0,01
1577	CADEIRA	0,01
1596	CARTEIRA	0,01
1617	CARTEIRA	0,01
1623	ESTANTE 2 CORPOS	0,01
1624	DICIONARIO	0,01
1630	MASTRO	0,01
1631	MASTRO	0,01
1632	MASTRO	0,01
1633	FOGÃO ECONOMICO	1,00
1634	COL. BRINCANDO E APREN- DENDO	0,01
1635	COL. BRINCANDO E APREN- DENDO	0,01
1637	CADEIRA	0,01
1642	CARTEIRA	0,01
1647	CARTEIRA	0,01
1652	CARTEIRA	0,01
1669	CADEIRA	0,01
1677	CADEIRA	0,01
1684	CADEIRA	0,01
1687	CADEIRA	0,01
1704	QUADRO	0,01

1707	CADEIRA	0,01
1709	CADEIRA	0,01
1734	CADEIRA	0,01
1745	CADEIRA	0,01
1750	CADEIRA	0,01
1782	MESA FORMICA	0,10
1823	ESTANTE.	0,01
1831	ENCICLOPÉDIA DELTA	0,01
1839	BALCÃO P/ PIA	0,10
1840	PIA DE MARMORE	0,01
1856	BATEDEIRA	0,01
1860	LIQUIDIFICADOR	0,01
1861	EXPREMEDOR	0,01
1874	CADEIRINHA DE PRÉ	0,01
1900	BALCÃO P/ PIA	0,10
1905	CADEIRA	0,01
1908	CADEIRA	0,01
1912	CADEIRA	0,01
1914	CADEIRA	0,01
1915	CADEIRA	0,01
1917	CADEIRA	0,01
1923	CADEIRA	0,01
1926	CADEIRA	0,01
1927	CADEIRA	0,01
1929	CADEIRA	0,01
1933	CADEIRA	0,01
1938	CARTEIRA	0,01
1939	CARTEIRA	0,01
1941	CARTEIRA	0,01
1943	CARTEIRA	0,01
1944	CARTEIRA	0,01
1946	CARTEIRA	0,01
1948	CARTEIRA	0,01
1958	CARTEIRA	0,01
1960	CARTEIRA	0,01
1963	CARTEIRA	0,01
1968	CARTEIRA	0,01
1971	CARTEIRA	0,01
1973	QUADRO DE GIZ	0,01
1977	ESTANTE MADEIRA	0,01
1980	MASTRO	1,00
1981	MASTRO	1,00
1983	MASTRO	1,00
1984	CADEIRINHA DE PRE	0,01
1986	CADEIRINHA DE PRE	0,01
1987	CADEIRINHA DE PRE	0,01
1988	CADEIRINHA DE PRE	0,01
1990	CADEIRINHA PRÉ	0,01
1991	CADEIRINHA PRÉ	0,01
1992	CADEIRINHA PRÉ	0,01
1994	CADEIRINHA PRÉ	0,01
2000	ENCICLOPÉDIA DELTA	0,01
2001	ENCICLOPÉDIA HIST.	0,01
2004	DICIONARIO	0,01

2005	DICIONARIO	0,01
2006	COLEÇÃO LIVROS 3VOL.	0,01
2007	COLEÇÃO LIVROS 6 VOL.	0,01
2008	ENCICLOPÉDIA ED. BASICA 3 VOL.	0,01
2009	ENCICLOPÉDIA DID. SABER	0,01
2016	LIQUIDIFICADOR	0,10
2034	CARTEIRA	0,01
2035	CARTEIRA	0,01
2047	CARTEIRA	0,01
2050	CARTEIRA	0,01
2052	CARTEIRA	0,01
2063	CADEIRA	0,01
2064	CADEIRA	0,01
2065	CADEIRA	0,01
2071	CADEIRA	0,01
2072	CADEIRA	0,01
2073	CADEIRA	0,01
2081	CADEIRA	0,01
2117	CADEIRA	0,01
2145	ENCICLOPEDIA E DICIONARIO	0,01
2146	DICIONARIO	0,01
2217	DICIONARIO	0,01
2219	MASTRO	0,01
2260	CADEIRA	0,01
2263	DICIONARIO	0,01
2268	DICIONARIO	0,01
2269	PANELEIRO TRES PORTAS	0,01
2295	CADEIRA	0,01
2298	CADEIRA	0,01
2328	CARTEIRA	0,01
2340	CARTEIRA	0,01
2380	BALCÃO P/ PIA	0,01
2382	ARMARIO DE PAREDE	0,01
2388	MESINHA DE PRE	0,01
2460	MASTRO	0,01
2461	MASTRO	0,01
2462	MASTRO	0,01
2464	DICIONARIO	0,01
2465	DICIONARIO	0,01
2466	DICIONARIO	0,01
2467	BALCÃO PARA PIA	0,01
2472	COLEÇÃO BRINC E APREN- DENDO	0,01
2473	COLEÇÃO HISTORIA 30 VOL.	0,01
2476	CARTEIRA	0,01
2484	CARTEIRA	0,01
2493	CARTEIRA	0,01
2497	CARTEIRA	0,01
2511	CADEIRA	0,01
2517	CADEIRA	0,01
2527	CADEIRA	0,01
2547	CADEIRA	0,01
2548	CARTEIRA	0,01
2551	CARTEIRA	0,01

2553	CARTEIRA	0,01
2560	CADEIRA	0,01
2561	CADEIRA	0,01
2563	CADEIRA	0,01
2564	CADEIRA	0,01
2570	CADEIRA	0,01
2575	CARTEIRA	0,01
2591	CADEIRA	0,01
2623	MESA DE MADEIRA	0,01
2708	CARTEIRA	0,01
2722	CARTEIRA	0,01
2723	CARTEIRA	0,01
2726	CARTEIRA	0,01
2733	CARTEIRA	0,01
2734	CARTEIRA	0,01
2748	CADEIRA	0,01
2750	CADEIRA	0,01
2758	CADEIRA	0,01
2776	DICIONARIO	0,01
2783	DICIONARIO	0,01
2785	MESA DE PROFESSOR	0,10
2815	MICROCOMPUTADOR	1,00
2820	DICIONARIO	0,01
2823	ENCICLOPEDIA DICIONARIO	0,01
2832	FOGÃO A GÁS	0,01
2842	BANCO GRANDE	0,01
2844	QUADRO	0,01
2879	CADEIRINHA DE PRE	0,01
2918	CARTEIRA	0,01
2935	CARTEIRA	0,01
2939	CARTEIRA	0,01
2961	CARTEIRA	0,01
2962	CARTEIRA	0,01
2967	CADEIRA	0,01
2986	CADEIRA	0,01
2994	CADEIRA ESCOLAR	0,01
2998	ARMARIO	0,10
3004	MASTRO	0,01
3005	MASTRO	0,01
3006	DICIONARIO AURELIO	0,01
3007	DICIONARIO	0,01
3008	ENCICLOPÉDIA	0,01
3010	COLETOR DE MADEIRA	0,01
3021	CADEIRA ESCOLAR	0,01
3022	CADEIRA ESCOLA	0,01
3030	PRATELEIRA DE MADEIRA	0,01
3038	ARMARIO	0,01
3039	CARTEIRA	0,01
3073	MESA	0,01
3113	FOGÃO A LENHA	0,10
3134	ARMARIO DE FORMICA BRANCO OITO PORTAS	0,10
3135	ARMARIO FORMICA BRANCO COM OITO ORTAS	0,10

3137	ARMARIO FORMICA BRANCO COM OITO PORTAS	0,10
3180	CADEIRA	0,01
3195	MESA DE MADEIRA	0,01
3239	BALCAO COZINHA FORMICA BRANCA C/AZUL.	0,01
3240	BALCAO COZINHA FORMICA BRANCA C/AZUL.	0,01
3241	BALCAO COZINHA FORMICA BRANCA C/AZUL.	0,01
3242	BALCAO COZINHA FORMICA BRANCA C/AZUL.	0,01
3261	PRATELEIRA	0,01
3278	COL. BRIC. E APRENDENDO 4 VOL.	0,01
3282	CADEIRA DE BEBE	0,01
3285	CARIMBOS 50 PEÇAS	0,01
3289	COL. QUATRO ESTAÇÕES 4 VOL.	0,01
3292	ESTANTE	0,01
3294	ESTANTE	0,01
3296	ESTANTE	0,01
3334	CADEIRA	0,01
3337	CADEIRA	0,01
3348	CADEIRA	0,01
3392	CARTEIRA	0,01
3400	CARTEIRA	0,01
3404	CARTEIRA	0,01
3405	CARTEIRA	0,01
3446	FOGÃO A GÁS	0,10
3432	CARTEIRA	0,01
3449	CADEIRA	0,01
3454	CADEIRA	0,01
3470	CARTEIRA	0,01
3488	CADEIRA	0,01
3490	QUADRO	0,01
3535	FOGÃO ECONOMICO	0,10
3537	COL .BIBELÔ 11VOL.	0,01
3540	CADEIRINHA	0,01
3545	ARMARIO PARA PIA	0,01
3546	CUBA PARA PIA	0,10
3547	MINI DICIONARIO	0,01
3548	COLEÇÃO MARAVILHOSA INFANTIL	0,01
3549	COL. BRIC. APRENDENDO 4 VOL.	0,01
3550	COL. SUPER LEGAL 12 VOL.	0,01
3563	BACÃO DE COZINHA	0,01
3586	ARMARIO DUAS PORTAS	0,10
3600	CADEIRINHA DE PRE	0,01
3603	CADEIRINHA DE PRE	0,01
3605	CADEIRINHA DE PRE	0,01
3606	CADEIRINHA DE PRE	0,01
3607	CADEIRINHA DE PRE	0,01
3608	CADEIRINHA DE PRE	0,01
3610	CADEIRINHA DE PRE	0,01
3611	CADEIRINHA DE PRE	0,01

3612	CADEIRINHA DE PRE	0,01
3613	CADEIRINHA PRE	0,01
3614	CADEIRINHA DE PRE	0,01
3616	CADEIRINHA PRE	0,01
3617	CADEIRINHA DE PRE	0,01
3618	CADEIRINHA DE PRE	0,01
3619	CADEIRINHA DE PRE	0,01
3620	CADEIRINHA DE PRE	0,01
3622	CADEIRINHA DE PRE	0,01
3625	CADEIRINHA DE PRE	0,01
3626	CADEIRINHA DE PRE	0,01
3630	CADEIRINHA DE PRE	0,01
3638	BERÇO	0,01
3639	BERÇO	0,01
3640	BERÇO	0,01
3641	BERÇO	0,01
3642	BERÇO	0,01
3690	MESA DE REFEITÓRIO	0,01
3691	MESA DE REFEITÓRIO	0,01
3693	MESA REFEITÓRIO	0,01
3696	BANCO REFEITORIO	0,01
3698	BANCO REFEITORIO	0,01
3699	BANCO REFEITORIO	0,01
3700	BANCO REFEITORIO	0,01
3701	BANCO REFEITORIO	0,01
3703	CHIQUEIRINHO INFANTIL	0,01
3704	MAQUINA DE CORTAR GRAMA	1,00
3706	GUARDA ROUPA	0,10
3710	FERRO DE PASSAR ROUPA	0,01
3728	CARTEIRA	0,01
3738	CARTEIRA	0,01
3743	CARTEIRA	0,01
3759	CARTEIRA	0,01
3764	CARTEIRA ESCOLAR.	0,01
3767	CARTEIRA ESCOLAR.	0,01
3776	CARTEIRA	0,01
3778	CARTEIRA	0,01
3779	CARTEIRA	0,01
3781	CARTEIRA	0,01
3793	CARTEIRA	0,01
3794	CARTEIRA	0,01
3925	ESTANTE MOGNO	0,01
3937	CADEIRA	0,01
3952	CADEIRA	0,01
3953	CADEIRA	0,01
3961	CADEIRA	0,01
3965	CADEIRA	0,01
3969	CADEIRA	0,01
3979	CADEIRA	0,01
3980	CADEIRA	0,01
3988	CADEIRA ESCOLAR	0,01
3995	CADEIRA	0,01
4030	CADEIRA	0,01
4031	CADEIRA	0,01

4034	CADEIRA	0,01
4035	CADEIRA	0,01
4038	CADEIRA	0,01
4063	CADEIRA	0,01
4064	CADEIRA	0,01
4162	QUADRO	0,01
4212	ARMARIO MADEIRA	0,01
4226	APARELHO TELEFONE	0,10
4297	TAMBOR DE ESTERELIZAÇÃO	0,01
5855	GLUCOMETER	0,01
5856	TELEFONE	0,10
5857	LIVRO PORTUGUES INSTRUMENTAL	0,01
5880	RODA DE OMERO	0,01
5884	INFRAVERMELHO	0,01
5897	CADEIRA	0,01
5924	AQUECEDOR	1,00
6001	TELEFONE	0,01
6033	LIXEIRO	0,01
6034	LIXEIRO	0,01
6035	LIXEIRO	0,01
6073	APARELHO TOCA FITA	1,00
6076	CADEIRA	0,01
6077	CADEIRA GIRATÓRIA	0,01
6084	CAMARA FOTOGRAFICA	0,10
7001	CANETA BAIXA ROTAÇÃO	0,01
7006	CARTEIRA	0,01
7021	CARTEIRA	0,01
7023	MAQUINA DE CORTAR GRAMA	0,10
7024	CAVALETE	0,01
7041	CADEIRINHA PRE	0,01
7045	CADEIRINHA PRE	0,01
7057	MESA PEQUENA	0,01
7082	BELICHE	0,01
7083	BELICHE	0,01
7084	GUARDA ROUPA	0,01
7115	BALCÃO DE PIA E TAMPA INOX	0,10
7124	CAMARA FOTOGRAFICA	0,10
7127	VIDEO CASSETE	0,10
7128	ANTENA PARABOLICA	0,10
7129	CADEIRA	0,01
7133	CADEIRA	0,01
7134	CADEIRA	0,01
7136	CADEIRA GIRATÓRIA	0,01
7192	TELEVISÃO	1,00
7197	VIDEO CASSETE	0,10
7206	ANTENA PARABOLICA	1,00
7209	ESTABILIZADOR	0,50
7212	IMPESSORA	2,00
7213	ESTABILIZADOR	0,10
7224	ARMÁRIO	0,10
7300	CADEIRA GIRATÓRIA	0,10
7310	LIVRO ICMS	0,01
7321	MICROCOMPUTADOR	1,00
7323	IMPESSORA	1,00

7340	MICROCOMPUTADOR	2,00
7346	BOMBA SUBMERSA	0,10
7353	LIVRO SOCORRO TELEF. CHAMANDO	0,01
7359	FOGÃO A GÁS	1,00
7371	TV	1,00
7376	RETROPROJETOR	1,00
7383	REFRIGERADOR	3,00
7387	FOGÃO A GÁS	1,00
7401	LIVRO DE LICITAÇÃO	0,01
7405	LIVRO CORRESPONDENCIA	0,01
7407	MOTOBOMBA	0,10
7411	ARMARIO	0,10
7413	MESA	0,10
7419	ARMARIO	0,10
7423	REFRIGERADOR	2,00
7426	LIQUIDIFICADOR	0,10
7468	BANCO	0,10
7470	ARMARIO	0,10
7471	ARMARIO ESCOLAR	0,10
7473	BOMBA SUBMERSA	0,10
7476	SOFTWARE	0,50
7524	FOGAREIRO	0,01
7565	TELEFONE	0,01
7665	LIQUIDIFICADOR	0,10
7669	FOGÃO A GÁS	1,00
7672	ENCERADEIRA	0,10
7683	ARQUIVO	0,10
7724	COPIADORA	5,00
7729	BOMBA SUBMERSA	0,10
7735	TELEVISÃO	1,00
7750	VIDEO CASSETE	0,10
7752	LIQUIDIFICADOR	0,10
7819	POLTRONA FIXA AZUL	0,01
7821	POLTRONA AZUL	0,01
7885	MAQUINA DE CORTAR GRAMA	0,50
7886	BATEDEIRA	0,10
7890	BATEDEIRA	0,10
7892	BATEDEIRA	0,10
7900	GLOBO TERRESTRE DE PLAS- TICO	0,01
7901	GLOBO TERRESTRE DE PLAS- TICO	0,01
7902	GLOBO TERRESTRE DE PLAS- TICO	0,01
7903	GLOBO TERRESTRE DE PLAS- TICO	0,01
7904	GLOBO TERRESTRE DE PLAS- TICO	0,01
7905	GLOBO TERRESTRE DE PLAS- TICO	0,01
7906	GLOBO TERRESTRE DE PLAS- TICO	0,01
7907	GLOBO TERRESTRE DE PLAS- TICO	0,01
7908	GLOBO TERRESTRE DE PLAS- TICO	0,01

7909	GLOBO TERRESTRE DE PLAS- TICO	0,01
7910	GLOBO TERRESTRE DE PLAS- TICO	0,01
7911	GLOBO TERRESTRE DE PLAS- TICO	0,01
7912	GLOBO TERRESTRE DE PLAS- TICO	0,01
7913	GLOBO TERRESTRE DE PLAS- TICO	0,01
7914	GLOBO TERRESTRE DE PLAS- TICO	0,01
7915	GLOBO TERRESTRE DE PLAS- TICO	0,01
7916	GLOBO TERRESTRE DE PLAS- TICO	0,01
7917	GLOBO TERRESTRE DE PLAS- TICO	0,01
7918	GLOBO TERRESTRE DE PLAS- TICO	0,01
7919	GLOBO TERRESTRE DE PLAS- TICO	0,01
7920	GLOBO TERRESTRE DE PLAS- TICO	0,01
7921	GLOBO TERRESTRE DE PLAS- TICO	0,01
7922	GLOBO TERRESTRE DE PLAS- TICO	0,01
7923	GLOBO TERRESTRE DE PLAS- TICO	0,01
7924	GLOBO TERRESTRE DE PLAS- TICO	0,01
7925	GLOBO TERRESTRE DE PLAS- TICO	0,01
7926	GLOBO TERRESTRE DE PLAS- TICO	0,01
7927	GLOBO TERRESTRE DE PLAS- TICO	0,01
7928	GLOBO TERRESTRE DE PLAS- TICO	0,01
7935	MICROCOMPUTADOR	3,00
7938	NOBREAK	0,50
7939	HUB	0,10
7949	IMPRESSORA	1,00
7950	IMPRESSORA	2,00
7954	LAVA JATO	1,00
7959	MAQUINA DE CORTAR GRAMA	1,00
7961	MAQUINA DE CORTAR GRAMA	1,00
7965	PANELA DE PRESSÃO	0,01
8017	MESA COLETIVA	0,01
8029	MESA COLETIVA	0,01
8030	MESA ESCOLAR	0,01
8036	MESA COLETIVA	0,01
8038	MESA COLETIVA	0,01
8039	MESA COLETIVA	0,01
8040	MESA COLETIVA	0,01
8126	CADEIRA DE PRE	0,01
8127	CADEIRA DE PRE	0,01
8129	CADEIRA DE PRE	0,01
8130	CADEIRA DE PRE	0,01
8158	CADEIRA DE PRE	0,01

8159	CADEIRA DE PRE	0,01
8160	CADEIRA DE PRE	0,01
8165	CADEIRA DE PRE	0,01
8202	ARMARIO	0,10
8204	ARMÁRIO	0,10
8205	ARMARIO	0,10
8210	ARMARIO ESCOLAR	0,10
8217	CADEIRA DE PRE	0,01
8218	CADEIRA DE PRE	0,01
8244	CÔMODA	0,01
8267	FILTRO	0,10
8270	CAIXA D'AGUA DE FIBRA	0,01
8279	ARMARIO PARA PIA	0,01
8280	CUBA PARA PIA	0,10
8281	PANELA DE PRESSÃO	0,01
8282	PANELÃO	0,01
8372	APARELHO FAX	2,00
8380	CADEIRA DE REFEIÇÃO	0,01
8381	CADEIRA DE REFEIÇÃO	0,01
8382	CADEIRA DE REFEIÇÃO	0,01
8389	FILTRO PURIFICADOR	0,10
8391	FILTRO PURIFICADOR	0,10
8392	FILTRO PURIFICADOR	0,10
8407	BOMBA SUBMERSA	0,10
8427	SUORTE TV	0,01
8429	MAQUINA DE ESCREVER	1,00
8443	MICROCOMPUTADOR	2,00
8451	MICROCOMPUTADOR	2,00
8512	CADEIRA	0,01
8540	CADEIRA	0,01
8598	CADEIRA	0,01
8605	ESTANTE	0,10
8609	BANCO	0,01
8624	ARQUIVO	0,10
8637	SUORTE DE PAREDE PARA TV E VIDEO.	0,01
8647	BAU	0,01
8648	BAGAGEIRO	0,01
22110	ASPIRADOR	1,00
22117	CAIXA DE AGUA	0,01
22123	LUMINARIA	0,10
22124	LUMINARIA	0,10
22131	BEBEDOURO	0,10
22200	BOMBA SUBMERSA	0,10
22202	CADEIRA GIRATORIA	0,10
22214	PERSIANA	0,10
22215	SANEFA	0,01
22216	PERSIANA	0,01
22217	SANEFA	0,01
22219	CADEIRA DE PLASTICO	0,10
22231	CADEIRA DE PLASTICO	0,10
22310	CADEIRA DE PLASTICO	0,10
22317	CADEIRA DE PLASTICO	0,10
22320	CADEIRA DE PLASTICO	0,10
22339	COMODA	0,01

22340	LIVRO	0,01
22341	LIVRO	0,01
22342	COL. DE LIVROS INFANTIS	0,01
22356	WIMDONS	0,10
22358	GABINETE	0,10
22373	WIMDONS	0,01
22374	TELEFONE	0,10
22378	RADIO	0,10
22380	RADIO	0,10
22431	DRIVE	0,01
22448	ESTABELIZADOR	0,10
22493	BEBEDOURO	0,10
22515	CADEIRA	0,01
22531	CADEIRA	0,01
22548	CADEIRA	0,01
22549	CADEIRA	0,01
22550	CADEIRA	0,01
22551	CADEIRA	0,01
22553	CADEIRA	0,01
22555	CADEIRA	0,01
22556	CADEIRA	0,01
22557	CADEIRA	0,01
22558	CADEIRA	0,01
22559	CADEIRA	0,01
22560	CADEIRA	0,01
22561	CADEIRA	0,01
22562	CADEIRA	0,01
22563	CADEIRA	0,01
22565	CADEIRA	0,01
22569	CADEIRA	0,01
22570	CADEIRA	0,01
22573	MICROCOMPUTADOR	1,00
22576	WIMDONS	1,00
22579	CADEIRA PLASTICA	0,01
22580	CADEIRA PLASTICA	0,01
22586	CADEIRA PLASTICA COM APOIO COR BRANCA	0,01
22587	CADEIRA PLASTICA COM APOIO COR BRANCA	0,01
22588	CADEIRA PLASTICA COM APOIO COR BRANCA	0,01
22589	CADEIRA PLASTICA COM APOIO COR BRANCA	0,01
22590	CADEIRA PLASTICA COM APOIO COR BRANCA	0,01
22592	CADEIRA PLASTICA COM APOIO COR BRANCA	0,01
22594	CADEIRA PLASTICA COM APOIO COR BRANCA	0,01
22595	CADEIRA PLASTICA COM APOIO COR BRANCA	0,01
22596	CADEIRA PLASTICA COM APOIO COR BRANCA	0,01
22598	CADEIRA PLASTICA COM APOIO COR BRANCA	0,01
22604	CADEIRA PLASTICA COM APOIO COR BRANCA	0,01
22605	CADEIRA PLASTICA COM APOIO COR BRANCA	0,01

22609	CADEIRA PLASTICA COM APOIO COR BRANCA	0,01
22610	CADEIRA PLASTICA COM APOIO COR BRANCA	0,01
22611	CADEIRA PLASTICA	0,01
22632	ESTANTE DE AÇO	0,01
22633	ESTANTE DE AÇO	0,01
22634	ESTANTE DE AÇO	0,01
22635	ESTANTE DE AÇO	0,01
22636	ESTANTE DE AÇO	0,01
22637	ESTANTE DE AÇO	0,01
22638	ESTANTE DE AÇO	0,01
22639	ESTANTE DE AÇO	0,01
22640	ESTANTE DE AÇO	0,01
22641	ESTANTE DE AÇO	0,01
22642	ESTANTE DE AÇO	0,01
22643	PANDEIRO	0,01
22655	CORNETA	0,01
22656	CORNETA	0,01
22657	CORNETA	0,01
22658	CORNETA	0,01
22659	CORNETA	0,01
22672	ESTANTE DE MADEIRA	0,01
22673	ESTANTE DE MADEIRA	0,01
22674	ESTANTE DE MADEIRA	0,01
22675	ESTANTE DE MADEIRA	0,01
22676	ESTANTE DE MADEIRA	0,01
22677	ESTANTE DE MADEIRA	0,01
22678	ESTANTE DE MADEIRA	0,01
22679	ESTANTE DE MADEIRA	0,01
22680	ESTANTE DE MADEIRA	0,01
22681	ESTANTE DE MADEIRA	0,01
22685	CORNETA	1,00
22686	CLARINETE	1,00
22687	CLARINETE	1,00
22692	CORNETÃO	1,00
22693	PISTÃO	1,00
22701	PISTÃO	1,00
22702	PISTÃO	1,00
22703	PISTÃO	1,00
22704	PISTÃO	1,00
22719	CLARINETE	1,00
22720	CLARINETE	1,00
22721	CLARINETE	1,00
22728	GANZA	0,01
22733	FOGÃO	1,00
22736	SANDUICHEIRA	0,01
22740	MESA FORMICA	0,01
22741	CADEIRA DE MADEIRA	0,01
22742	CADEIRA DE MADEIRA	0,01
22743	ESTANTE	0,01
22744	TRAVE DE FUTEBOL	0,10
22745	TRAVE DE FUTEBOL	0,10
22748	PORTA BICICLETA	0,01

22757	ENCICLOPÉDIA CLASSICA JACKSON	0,01
22758	LIVRO GUERRA SEculo	0,01
22770	ESCRIVANINHA	0,01
22771	ESTANTE DE MADEIRA	0,01
22772	ESTANTE DE MADEIRA	0,01
22773	ESTANTE DE MADEIRA	0,01
22783	COLEÇÃO ERICO VERISSIMO	0,01
22784	COLEÇÃO NABA NENÊ	0,01
22801	ENCICLOPEDIA GINASIAL	0,01
22802	COLEÇÃO APRENDENDO A LER	0,01
22808	COLEÇÃO COLETANIA PEDAGOGICA	0,01
22811	LIVRO DIDATICO	0,01
22814	COLEÇÃO CONHECIMENTOS GERAIS	0,01
22816	ENCICLOPEDIA MEDICA DO LAR	0,01
22820	PSICOLOGIA E RELACOES HUMANAS	0,01
22821	PSICOLOGIA E RELACOES HUMANAS	0,01
22822	ATLAS UNIVERSAL CODEX	0,01
22823	ATLAS UNIVERSAL CODEX	0,01
22824	DICIONARIO ILUSTRADO	0,01
22825	DICIONARIO ILUSTRADO	0,01
22826	DICIONARIO ILUSTRADO	0,01
22828	COLECAO VICTOR HUGO COM 16 VOL.	0,01
22836	COLEÇÃO VICTOR HUGO	0,01
22841	DICIONARIO	0,01
22845	LIVRO DE HISTORIA	0,01
22846	LIVRO DE HISTORIA	0,01
22847	LIVRO DE HISTORIA	0,01
22848	LIVRO DE HISTORIA	0,01
22850	LIVRO CRIANÇA FAMILIA E ESCOLA	0,01
22851	LIVRO CRIANÇA FAMILIA E ESCOLA	0,01
22853	OBRAS IMORTAIS BIBLI. DO EST. 8 V	0,01
22862	LITERATURA LUSO BRASILEIRA COM 3 V	0,01
22863	PANORAMA DO CONTO BRAILSIERO 3 V	0,01
22866	COLECAO JOSE ALENCAR COM 16 VOL	0,01
22872	GEO ATLAS	0,01
22873	GEO ATLAS	0,01
22878	ATLAS GEOG. MELHORAMENTOS	0,01
22879	NOVO ATLAS ESCOLAR HIST.	0,01
22881	ENCICLOPEDIA JUVENIL COM 16 VOL.	0,01
22882	EDUCAÇÃO FISICA COM 3 VOLUMES	0,01
22884	COLETANEA DE AUDITORIA GOVERN.	0,01
22885	CURSO DE ESTUDOS SOCIAIS COM 3 VOL.	0,01

22886	ENCICLOP.NAC. ED. MORAL CÍVICA	0,01
22887	COLECAO OITENTA COM 7 VOLUMES	0,01
22888	COL. O CONTINENTE DAS LAGENS 3 VOL	0,01
22889	COL. OS FORJADORES DO MUNDO MODE	0,01
22894	ENCICLOPEDIA DA CIVILIZACAO DA ARTE EM 3 V	0,01
22895	LISA MATEMATICA NA ESC. ELEMEN	0,01
22896	MATEMATICA GINASIAL 5 VOLUMES	0,01
22897	EXPERIENCIAS EM MATEMATICA 7 VOL	0,01
22901	ENSINO FUND. SEGUNDO GRAU COM 5 V	0,01
22906	ENCICLOPEDIA DE PESQUISAS COM 3 VOL	0,01
22907	COLECAO HISTORIAS DE SANTA CAT4 V	0,01
22908	COL. HISTORIA DE NOSSA HIST. 7 VOL	0,01
22912	COL. HISTORIA DA CIVILIZACAO 4 VOL	0,01
22913	COLECAO HISTORIA UNIVER-SAL COM 7 VOLUMES	0,01
22914	COLECAO A MARCHA DO HOMEM 4 V	0,01
22917	COLECAO HISTORIAS DO BRASIL 4 VOL.	0,01
22918	LIVRO DA HISTORIA UNIVER-SAL	0,01
22919	LIVRO DA HISTORIA UNIVER-SAL	0,01
22920	COLECAO SELECOES DA HISTORIA COM 4 VOLUMES	0,01
22921	COL. HIST. DA INDEPEND DO BRASIL	0,01
22924	CARTILHA DO AGRICULTOR 4 VOL.	0,01
22926	ENCICLOPEDIA JUVENIL COM 16 VOL.	0,01
22931	COLECAO SEXO, SAUDE E MENTE 3 VOL	0,01
22932	ENCICLOP. EDUCACAO SEXUAL 4 VOL	0,01
22933	AMOR E SEXO COM 3 VOLUMES	0,01
22937	LIVRO EDUCAÇÃO EM MASSA	0,01
22942	COLECAO PESQUISANDO E APRENDENDO	0,01
22951	LIVRO FUNDACAO CATARINENSE DA CULTURA	0,01
22952	LIVRO FUND. CATARINENSE DA CULT	0,01
22953	LIVRO FUND. CATARINENSE DA CULT.	0,01
22954	LIVRO FUND. CATARINENSE DA CULT.	0,01
22956	LIVRO FUND. CATARINENSE DA CULT.	0,01
22960	LIVRO FUND. CATARINENSE DA CULT.	0,01

22962	LIVRO FUND. CATARINENSE DA CULT.	0,01
22966	LIVRO FUNDACAO CATARINENSE DA CULTURA	0,01
22968	LIVRO FUNDACAO CATARINENSE DA CULTURA	0,01
22970	LIVRO FUNDACAO CATARINENSE DA CULTURA	0,01
22972	COLECAO ARITMETICA COM. E FINANCEIRA.	0,01
22973	LISA BIBLIOTECA MOD. E ECONOMIA	0,01
22975	COLECAO CONTAB. MODERNA TECNICA	0,01
22976	BIBLIOTECA DE CIENCIAS CONTABEIS	0,01
22982	LIVRO DE DIREITO DO URBANISMO	0,01
22984	CODIGO COMERCIAL BRASILEIRO	0,01
22990	COL. CIVILIZACAO BRASIL. O HOMEM E TECNICA	0,01
22991	COLECAO GRAMATICA COM 3 VOLUMES	0,01
22995	COLECAO PESQUISAS BRASIL COM 3 VOLUMES	0,01
23001	COLECAO PROJETO EURO-BRASIL COM 15 VOL.	0,01
23002	DICIONARIO	0,01
23003	DICIONARIO MOR.	0,01
23004	DICIONARIO MOR.	0,01
23005	DICIONARIO MOR.	0,01
23014	DICIONARIO	0,01
23015	DICIONARIO	0,01
23016	DICIONARIO	0,01
23019	MINI DICIONARIO LINGUA PORTUGUESA E EST	0,01
23020	MINI DICIONARIO LINGUA PORTUGUESA E EST	0,01
23021	MINI DICIONARIO DA LINGUA PORTUGUESA EST.	0,01
23025	NOVO DICIONARIO AURELIO	0,01
23026	NOVO DICIONARIO AURELIO	0,01
23027	NOVO DICIONARIO AURELIO	0,01
23028	DICIONARIO	0,01
23029	NOVO DICIONARIO AURELIO	0,01
23030	NOVO DICIONARIO AURELIO	0,01
23031	NOVO DICIONARIO AURELIO	0,01
23032	DICIONARIO	0,01
23033	DICIONARIO	0,01
23034	DICIONARIO	0,01
23035	DICIONARIO	0,01
23036	ATLAS GEOGRAFICO MUNDIAL	0,01
23037	ATLAS UNIVERSAL CODEX	0,01
23038	ATLAS BARSA	0,01
23040	COLECAO MATEMATICA PASSO A PASSO	0,01
23041	FITA DE VIDEO CASSETE	0,01
23042	FITA DE VIDEO CASSETE	0,01
23043	FITA DE VIDEO CASSETE	0,01
23044	FITA DE VIDEO CASSETE	0,01

23045	FICHARIO DE MESA	0,01
23047	LIVRO EU VOCE NO MAR	0,01
23049	ENCICLOPEDIA OS DIREITOS DA CRIANÇA	0,01
23086	CADEIRA PRÉ	0,01
23097	CADEIRA PRÉ	0,01
23172	CORTINA EM TECIDO	0,01
23173	CORTINA EM TECIDO	0,01
23174	PERSIANA TECIDO 100% POLIESTER	0,01
23175	PERSIANA TECIDO 100% POLIESTER	0,01
23176	PERSIANA TECIDO 100% POLIESTER	0,01
23177	PERSIANA TECIDO 100% POLIESTER	0,01
23178	PERSIANA TECIDO 100% POLIESTER	0,01
23179	PERSIANA TECIDO 100% POLIESTER	0,01
23180	PERSIANA TECIDO 100% POLIESTER	0,01
23181	PERSIANA TECIDO 100% POLIESTER	0,01
23182	PERSIANA TECIDO 100% POLIESTER	0,01
23183	PERSIANA TECIDO 100% POLIESTER	0,01
23184	PERSIANA TECIDO 100% POLIESTER	0,01
23185	PERSIANA TECIDO 100% POLIESTER	0,01
23186	PERSIANA TECIDO 100% POLIESTER	0,01
23187	PERSIANA TECIDO 100% POLIESTER	0,01
23188	PERSIANA TECIDO 100% POLIESTER	0,01
23189	PERSIANA TECIDO 100% POLIESTER	0,01
23190	PERSIANA TECIDO 100% POLIESTER	0,01
23191	PERSIANA TECIDO 100% POLIESTER	0,01
23192	PERSIANA TECIDO 100% POLIESTER	0,01
23193	BANCO DE CANTO	0,01
23194	BALCÃO DE COZINHA	0,01
23195	CORTINA TECIDO 48% POLIESTER	0,01
23196	CORTINA TECIDO 48% POLIESTER	0,01
23197	CORTINA TECIDO 48% POLIESTER	0,01
23198	CORTINA TECIDO 48% POLIESTER	0,01
23200	COLEÇÃO LUDICA	0,01
23201	COLEÇÃO LUDICA	0,01
23203	COLEÇÃO LUDICA	0,01
23205	COLEÇÃO LUDICA	0,01
23206	COLEÇÃO LUDICA	0,01
23217	CADEIRA	0,01
23219	CADEIRA	0,01

23256	PLACAR PARA VOLEI	1,00
23257	PLACAR PARA TENIS DE MESA	1,00
23262	TELEFONE	0,01
23280	MACACO DE VEÍCULO	0,01
23281	QUADRO PINTADO	0,01
23282	QUADRO PINTADO	0,01
23283	QUADRO PINTADO	0,01
23284	QUADRO PINTADO	0,01
23288	MESA COLETIVA	0,01
23292	MESA COLETIVA	0,01
23299	CADEIRA DE PRE	0,01
23300	CADEIRA DE PRE	0,01
23301	CADEIRA DE PRE	0,01
23303	CADEIRA DE PRE	0,01
23308	CADEIRA DE PRE	0,01
23309	CADEIRA DE PRE	0,01
23316	CADEIRA DE PRE	0,01
23320	CADEIRA DE PRE	0,01
23322	CADEIRA DE PRE	0,01
23323	CADEIRA DE PRE	0,01
23324	CADEIRA DE PRE	0,01
23325	CADEIRA DE PRE	0,01
23333	MAQUINA CORTAR GRAMA	1,00
23340	ADAPTADOR	0,10
23341	CADEIRA DE PRE	0,01
23353	PANELA DE PRESSÃO	0,01
23354	TAPETE PERSONALIZADO TAMANHO	0,01
23359	MAQUINA CORTAR GRAMA	3,00
23360	MICROCOMPUTADOR	2,00
23362	RADIO	0,10
23363	RADIO	0,10
23364	MINI SYTEM	0,50
23369	MESA EM MADEIRA	0,01
23370	MESA DE JACARANDÁ	0,01
23392	CADEIRA C/ RODA	0,01
23393	CADEIRA C/ RODA	0,01
23405	CADEIRA ALTA DE CAIXA	0,01
23422	BANCO DE EUCALIPTO 2 LUGARES	0,01
23423	BANCO DE EUCALIPTO 2 LUGARES	0,01
23424	BANCO DE EUCALIPTO 2 LUGARES	0,01
23425	BANCO DE EUCALIPTO 2 LUGARES	0,01
23426	BANCO DE EUCALIPTO 2 LUGARES	0,01
23428	PAINEL EM MADEIRA DE PINUS	0,01
23429	PAINEL EM MADEIRA DE PINUS	0,01
23430	PAINEL EM MADEIRA DE PINUS	0,01
23432	PAINEL EM MADEIRA DE PINUS	0,01
23433	PAINEL EM MADEIRA DE PINUS	0,01

23434	PAINEL EM MADEIRA DE PINUS	0,01
23435	PAINEL EM MADEIRA DE PINUS	0,01
23436	PAINEL EM MADEIRA DE PINUS	0,01
23437	PAINEL EM MADEIRA DE PINUS	0,01
23438	PAINEL EM MADEIRA DE PINUS	0,01
23439	PAINEL EM MADEIRA DE PINUS	0,01
23440	PAINEL EM MADEIRA DE PINUS	0,01
23441	PAINEL EM MADEIRA DE PINUS	0,01
23442	PAINEL EM MADEIRA DE PINUS	0,01
23443	PAINEL EM MADEIRA DE PINUS	0,01
23444	PAINEL EM MADEIRA DE PINUS	0,01
23445	PAINEL EM MADEIRA DE PINUS	0,01
23446	PAINEL EM MADEIRA DE PINUS	0,01
23447	PAINEL EM MADEIRA DE PINUS	0,01
23468	TAPETE SISAL	0,01
23601	ESTANTE EDR 1.98X92X30 C/06 CINZA.	0,01
23602	ESTANTE EDR 1.98X92X30 C/06 CINZA.	0,01
23612	TELEFONE	0,10
23650	SUPORTE AGUA MINERAL	0,01
23659	HUB	0,10
23660	SCANNER	1,00
23702	ESTABILIZADOR	0,10
23706	ALGEMAS	0,01
23735	CADEIRA SECRET. FIXA	0,10
23737	CADEIRA SECRET. FIXA	0,10
23738	CADEIRA SECRET. FIXA	0,10
24179	CADEIRA GIRATÓRIA	0,01
24182	BOMBA SUBMERSA	0,10
24198	MICROCOMPUTADOR	2,00
24199	MONITOR	1,00
24210	CADEIRA	0,01
24222	FOGÃO INDUSTRIAL	1,00
24298	ESTABILIZADOR	0,10
24302	CHAVE DE RODA	0,01
24303	MACACO DE VEÍCULO	0,01
24304	MODEM	0,10
24407	SUPORTE PARA AGUA	0,01
24408	TAPETE PERSONALIZADO	0,01
24409	TAPETE VINIL	0,01
24425	BERÇO	0,01
24426	BERÇO	0,01
24427	TECLAO YAMAHA	3,00
24431	MESA OPERADORA	2,00
24439	IMPESSORA	1,00

24443	FOGÃO INDUSTRIAL	1,00
24484	BOMBA SUBMERSA	0,10
24485	ANTENA EXTERNA	0,01
24487	BOMBA SUBMERSA	0,10
24512	CADEIRA GIRATÓRIA	0,10
24518	TELEFONE	0,10
24520	GRAVADOR DVD	0,10
24521	LIVRO MINI AURELIO	0,01
24522	LIVRO 3 EM 1 CONSTITUIÇÃO	0,01
24523	LIVRO - A ARTE DA GUERRA P/ QUEM MEXEU	0,01
24524	LIVRO - A ARTE DA FELICIDADE - DALAI LAMA	0,01
24525	LIVRO - A CAIXA PRETA DE DARWIN-MICHAL	0,01
24526	LIVRO - A DANÇA - ORIAH MOUNTAIN DREAMER	0,01
24527	LIVRO - A DIETA DO TIPO SANGUINEO	0,01
24528	LIVRO - A ÉTICA PROTESTANTE E O ESPIRITO	0,01
24529	LIVRO - A FEIJIADA QUE DERUBOU O GOVERNO	0,01
24530	LIVRO - A HORA DA VERDADE - JAN CARLZON	0,01
24531	LIVRO - A MULHER QUE ESCREVEU A BIBLIA	0,01
24532	LIVRO - A NOVA DIETA VOLUCIONARIA	0,01
24533	LIVRO - A VIDA O UNIVERSO E TUDO MAIS	0,01
24534	LIVRO - APRENDENDO A LIDAR COM A RIVA	0,01
24535	LIVRO - ARTEMIS FOWL O MENINO PRODÍGIO	0,01
24536	LIVRO - AS NECESSIDADES ESSENCIAIS DAS CRIAN.	0,01
24537	LIVRO - BRIDGETT JONES: NO LIMITE DA RAZÃO	0,01
24538	LIVRO- CAETANO LETRA SÓ - CAETANO VELOSO	0,01
24539	LIVRO - COLEÇÃO TIME DE FUTEBOL COM 12 EX.	0,01
24540	LIVRO - COMO VENDER QUALQUER COISA	0,01
24541	LIVRO - CONFISSÕES DE UM HOMEM SINCERO	0,01
24542	LIVRO - CRIANDO CRIANÇAS - DENISE ZIMPEK T.	0,01
24543	LIVRO - CRIANDO MENINOS - STEVE BIDDULPER	0,01
24546	LIVRO - DESCOBRINDO A LITERATURA	0,01
24547	LIVRO - DINHEIRO OS SEGREDOS DE QUEM TEM	0,01
24548	LIVRO - É PRECISO ALGO MAIS - ELISA MASSELLI	0,01
24550	LIVRO - ENERGIZE-SE VIRGINIA NOWICKI	0,01
24554	LIVRO - FENG SHUI E A ASTROLOGIA	0,01
24555	LIVRO - FORTALEZA DIGITAL - DAM BROWN	0,01

24557	LIVRO - GALERA VOU MEDAR BEM	0,01
24559	LIVRO - HISTORIAS PARA AQUECER O CORAÇÃO	0,01
24561	LIVRO - JORNADA SOB O VEU - SHIRLEY PALMER	0,01
24564	LIVRO - MÃES-FILHAS UMA RELAÇÃO A TRÊS	0,01
24565	LIVRO - MILAG PRATICOS PARA MARTE E VEM	0,01
24566	LIVRO - NO BOSQUE DO ESPELHO	0,01
24567	LIVRO- NUNCA DESISTA DE SEUS SONHOS -	0,01
24568	LIVRO - O CODIGO DA BIBLIA II CONTAGEM REG	0,01
24569	LIVRO - O CORPO NO LIMITE	0,01
24570	LIVRO - O HOMEM QUE CONFUNDIU SEU TRAB.	0,01
24571	LIVRO - O INSACIAVEL HO-MEM ARANHA	0,01
24572	LIVRO - O MAPA QUE MUDOU O MUNDO	0,01
24573	LIVRO - O MUNDO DE SOFIA - JOSTEIN GAADER	0,01
24574	LIVRO - O PRESENTE - SPENCE JOHSON	0,01
24575	LIVRO - O QUE É ISSO CAMPANHEIRO?	0,01
24576	LIVRO - O QUE ESTA ACONTECE AI EM BAIXO	0,01
24577	LIVRO - O VENDEDOR PIT-BUL - LUIS PAULO LUPPA	0,01
24578	LIVRO - OS CAMINHOS DO CORAÇÃO	0,01
24579	LIVRO - PEDAGOGIA DO AMOR (GRANDE)	0,01
24580	LIVRO - PENS. POSITIVO É COISA P/ PESSIMISTA	0,01
24581	LIVRO - PIPPI A BORDO - ASTRID LINDGREN	0,01
24582	LIVRO - PIPPI NOS MARES DO SUL	0,01
24583	LIVRO - PS EU TE AMO - CECILIA AHERN	0,01
24584	LIVRO - QUANDO A VIDA ESCOLHE	0,01
24585	LIVRO - QUANDO É PRECISO VOLTAR	0,01
24586	LIVRO - QUARTO DO DESPEJO	0,01
24587	LIVRO - SEU FUTURO EM DIREITO	0,01
24588	LIVRO - SORRIA! VOCÊ ESTÁ SENDO FILMADO -	0,01
24589	LIVRO - TALENTO PARA SER FELIZ	0,01
24590	LIVRO - TÉCNICA DE YOGA - DR M L GHAROTE	0,01
24591	LIVRO - UM DIA DAQUELES	0,01
24592	LIVRO - UMA MENTE INQUIETA	0,01
24593	LIVRO - VOCÊ É DO TAMANHO DOS SESU SONHOS	0,01
24594	LIVRO - VOZES NO VERÃO - ROSAMUNDE PILCHER	0,01

24595	LIVRO - INCOMODADA FICAVA SUA AVÔ	0,01
24596	LIVRO - A VIDA O UNIVERSO E TUDO MAIS	0,01
24597	LIVRO MUNDO DE SOFIA	0,01
24605	LIVRO BILU E O INVERNO	0,01
24623	LIVRO	0,01
24630	LIVRO MEUS POEMAS PREFERIDOS	0,01
24652	LIVRO URSINHO AZUL	0,01
24653	LIVRO URSINHO AZUL	0,01
24655	MODEM	0,01
24660	HUB	0,10
24664	MONITOR	1,00
24665	MICROCOMPUTADOR	1,00
24666	MODEM	1,00
24670	HUB	0,10
24671	MICROCOMPUTADOR	2,00
24672	ESTABELIZADOR	0,10
24681	FOGÃO INDUSTRIAL	1,00
24808	HUB	0,01
24820	GRAVADOR DVD	0,10
24821	GRAVADOR DVD	0,10
24822	GRAVADOR DVD	0,10
24823	GRAVADOR DVD	0,10
24824	GRAVADOR DVD	0,10
24825	GRAVADOR DVD	0,10
24826	GRAVADOR DVD	0,10
24827	GRAVADOR DVD	0,10
24828	GRAVADOR DVD	0,10
24829	GRAVADOR DVD	0,10
24830	GRAVADOR DVD	0,10
24831	GRAVADOR DVD	0,10
24852	VENTILADOR	0,01
25853	VENTILADOR	0,01
24854	VENTILADOR	0,01
24855	VENTILADOR	0,01
24856	VENTILADOR	0,01
24857	VENTILADOR	0,01
24858	VENTILADOR	0,01
24859	VENTILADOR	0,01
24860	VENTILADOR	0,01
24861	VENTILADOR	0,01
24862	VENTILADOR	0,01
24863	VENTILADOR	0,01
24864	VENTILADOR	0,01
24865	VENTILADOR	0,01
24866	VENTILADOR	0,01
24867	VENTILADOR	0,01
24868	VENTILADOR	0,01
24869	VENTILADOR	0,01
24870	VENTILADOR	0,01
24878	CARINHO DE FERRO	0,01
24879	DRIVE	0,01
24880	FERRO PASSAR	0,01

	24885	ATLAS	0,01
	24992	TELEFONE	0,10
	25016	MAQUINA CALCULAR	0,10
	25028	TROMPETE	2,00
	25029	TROMPETE	2,00
	25069	TENDA DE PRAIA TAMAMNHO 2.40 X 2.40 M	0,01
	25070	TENDA DE PRAIA TAMAMNHO 2.40 X 2.40 M	0,01
	25071	TENDA DE PRAIA TAMAMNHO 2.40 X 2.40 M	0,01
	25072	TENDA DE PRAIA TAMAMNHO 2.40 X 2.40 M	0,01
	25097	PERFURADOR	0,01
	25131	DRIVE	0,01
	25134	BOTIJÃO CRIOGENICO	2,00
	25136	VENTILADOR	0,01
	25137	VENTILADOR	0,01
	25141	DRIVE	0,10
	25147	LUMINARIA	0,01
	25149	LIVRO BRINCANDO DE SU- CATA	0,01
	25150	LIVRO	0,01
	25151	LIVRO	0,01
	25152	LIVRO	0,01
	25153	LIVRO	0,01
	25154	LIVRO	0,01
	25155	LIVRO	0,01
	25156	LIVRO	0,01
	25157	LIVRO	0,01
	25158	LIVRO	0,01
	25159	LIVRO	0,01
	25160	LIVRO	0,01
	25161	CADEIRÃO INFANTIL	0,01
	25169	ESTANTE REVISTEIRA	0,01
	25190	TENDA GAZEBO 3 X 3 3002 BEL FIX	0,01
	25191	TENDA GAZEBO 3 X 3 3002 BEL FIX	0,01
	25195	LANTERNA	0,01
	25196	LANTERNA	0,01
	25197	LANTERNA	0,01
	25198	LANTERNA	0,01
	25207	LIVRO DINAMICA	0,01
	25208	LIVRO SETES HABITOS	0,01
	25209	LIVRO VADE MECUN	0,01
	25218	AUTOTRANSFORMADOR	0,10
	25225	NOBREAK	0,10
	25414	MODEM	0,01
	25415	MODEM	0,01
	25416	MODEM	0,01
	25418	MODEM	0,01
	25427	VENTILADOR	0,01
	25428	VENTILADOR	0,01
	25437	BERÇO	0,01
	25440	BERÇO	0,01
	25441	BERÇO	0,01

	25442	BERÇO	0,01
	25443	BERÇO	0,01
	25444	BERÇO	0,01
	25471	MODEM	0,10
	25481	GRAVADOR DVD	0,01
	25496	SAXOFONE	2,00
	25515	MODEM	0,01
	25528	MODEM	0,01
	25543	FOGÃO INDUSTRIAL	1,00
	25569	MICROCOMPUTADOR	2,00
	25580	MONITOR	1,00
	25594	ESTABILIZADOR	0,10
	25611	TELEFONE	0,01
	25612	HD	0,01
	25613	MODEM	0,01
	25615	HUB	0,01
	25620	CAMARA	1,00
	25683	GRAVADOR DVD	0,10
	25703	MAQUINA CORTAR GRAMA	3,00
	25705	DRIVE	0,10
	25714	TELEFONE	0,01
	25715	TELEFONE	0,01
	25719	LIVRO - ACAMPANDO COM PAPAI	0,01
	25720	LIVRO - ALEGRIA PURA	0,01
	25721	LIVRO - ALÉM DO ARCO IRIS - FAPI	0,01
	25722	LIVRO - A ANEMONIA	0,01
	25723	LIVRO - AVENTURAS DO CA- MELO CARRANCUDO	0,01
	25724	LIVRO - A BELA ADORMECIDA	0,01
	25725	LIVRO - BICHARRADA DE LETRAS	0,01
	25726	LIVRO - BONEQUINHO DE MASSA	0,01
	25727	LIVRO - A BRIGA DA PORTA C/ A PAREDE	0,01
	25728	LIVRO - O REI AZUL BULUNGA	0,01
	25729	LIVRO - O CARAMUJO MARI- NHO	0,01
	25730	LIVRO - O CENARIO DA MOR- TE - F. RIVIERE	0,01
	25731	LIVRO - CLASSICOS JUVENIS - BEN HUR	0,01
	25732	LIVRO - COMO NASCE O PA- VAO - EU BRAIDO	0,01
	25733	LIVRO - CONTOS CLASSICOS	0,01
	25734	LIVRO - OS CORAIS - DITROA FTD	0,01
	25735	LIVRO - O CORAL DO REMI- NHOCA - MA REGINO	0,01
	25736	LIVRO - A CORUJA CURIOSA - LIACOCCA	0,01
	25737	LIVRO - O CRAVO E A LAGAR- TA - EDITORA FTD	0,01
	25738	LIVRO - A CRIAÇÃO DO MUN- DO - C RAGACHE	0,01
	25739	LIVRO - HIST. CONTADAS DEBAIXO DE UMA CEREJA	0,01
	25740	LIVRO - DEISE DESAPARECEU	0,01

25741	LIVRO - DESVENTURA DE EMA SERIEMA	0,01
25742	LIVRO - DO TAMANHO DO MUNDO	0,01
25743	LIVRO - DOUTRO ROMEU CAPULETO EXECUTIVO	0,01
25744	LIVRO - O FINAL DA HISTORIA MI PINSKY	0,01
25745	LIVRO - A GRECIA - A QUESMNEL	0,01
25746	LIVRO - O HOMEM QUE COMIA FOGO	0,01
25747	LIVRO - O JACARÉ E O SAPO - LIACCOCCA	0,01
25748	LIVRO - A LADEIRA DA SAUDADE	0,01
25749	LIVRO - A LETREIRA DO DR. ALFABETO	0,01
25750	LIVRO - LIBELULA - RO TINOCO	0,01
25751	LIVRO - MAPAS E CAMINHOS - KAT PETTY	0,01
25752	LIVRO - A MENTIROSA - BERTOCHI EDITROA FTD	0,01
25753	LIVRO - MOLECAGENS DO VOVO - TRIGO, MAR	0,01
25754	LIVRO - A MULHER E O CAPEITA - MARTINS -	0,01
25755	LIVRO - NAA - ALBERGARIA - EDITORA FTD	0,01
25756	LIVRO - O NOIVO DA CUTIA - SANTOS JO	0,01
25757	LIVRO - A OBRA RIMA - RABELOGA - EDITRO	0,01
25758	LIVRO - OLAF O ESQUILO DO NORTE	0,01
25759	LIVRO - OTO E O CONTROLE REMOTO -	0,01
25760	LIVRO - O OURIÇO DO MAR - EDITORA FTD	0,01
25761	LIVRO - PALAVRAS DIAMENTES - BERNARDINO	0,01
25762	LIVRO - O PRINCIPE E O DRAGÃO - BERNARDINO	0,01
25763	LIVRO - O REI CARECA - MACHADO	0,01
25764	LIVRO - ROBIN HOOD - PEARSON	0,01
25765	LIVRO - O SEGREDO DA RAINHA - FARIA EDM.	0,01
25766	LIVRO - O SIRI E A EMA SERIEMA	0,01
25767	LIVRO - SR. JACARÉ E A AGUA SUJA	0,01
25768	LIVRO - O TAMOIN E A ONÇA - VILAS BOAS	0,01
25769	LIVRO - TEM CACHORRO NO SALME	0,01
25770	LIVRO - TEM GRAÇAS NO BOTTICELLI	0,01
25771	LIVRO - TEM GRAÇAS NO BOTTICELLI	0,01
25772	LIVRO - VIDA NO JARDIM - JAKIEVICIU	0,01
25775	TRAVE DE FUTEBOL	1,00

25776	TRAVE DE FUTEBOL	1,00
25780	LIVRO O MENINO E A ROLINHA	0,01
25836	FOGÃO	1,00
25845	MODEM	0,10
25892	SWITCH	0,01
25893	SWITCH	0,01
25894	SWITCH	0,01
25908	MODEM	0,10
25915	FURADEIRA	0,10
25924	MODEM	0,01
25926	MODEM	0,01
26028	MESA PLASTICA	0,01
26034	MESA PLASTICA	0,01
26038	MESA PLASTICA	0,01
26042	MESA PLASTICA	0,01
26079	MESA PLASTICA	0,01
26094	BALANÇA	0,10
26096	TELEFONE	0,10
26098	RELÓGIO DE PAREDE	0,01
26099	RELOGIO DE PÁREDE	0,01
26100	CARRINHO DE MÃO	0,01
26114	ANTENA PARABOLICA	0,50
26115	RADIO	0,10
26116	FORNO ELETRICO	1,00
26142	MODEM	0,01
26144	IMPESSORA	1,00
26146	MODEM	0,01
26147	MODEM	0,01
26186	DRIVE	0,01
26251	DRIVE	0,10
26276	SWITCH	0,01
TOTAL DE ITENS	1385	Total R\$ R\$ 153,73

ANEXO (Parte Integrante da Resolução nº 02)

RELAÇÃO DOS BENS MÓVEIS DECLARADOS IMPRESTÁVEIS AO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL

Nº BEM	DESCRIÇÃO	VALOR
5852	SINDICANCIA E PROCESSO DA FAZENDA PUBLICA	0,01
5853	LIVRO O SERVIDOR PUBLICO	0,01
5933	LIVRO: ARVORES BRASILEIRAS.	0,01
6006	LIVRO: CODIGO MINERACAO ANOTADO	0,01
6020	LIVRO: DIREITO MUNICIPAL POSITIVO.	0,01
6022	LIVRO: DIREITO MUNICIPAL EXPLICADO.	0,01
6023	LIVRO: CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRACAO.	0,01
6024	LIVRO: DIREITO URBANISTICO BRASILEIRO.	0,01
7088	LIVRO: COMENTARIO DO CODIGO MINERACAO.	0,01
7089	LIVRO: MANUAL AMBIENTAL.	0,01
7097	MANUAL EXEC. ORCAMENTARIA.	0,01

7160	LIVROS COLETANEA DE PENSADORES.	0,01
7161	LIVROS COLETANEA DE PENSADORES.	0,01
7162	LIVROS COLETANEA DE PENSADORES.	0,01
7163	LIVROS COLETANEA DE PENSADORES.	0,01
7164	LIVROS COLETANEA DE PENSADORES.	0,01
7165	LIVROS COLETANEA DE PENSADORES.	0,01
7166	LIVROS COLETANEA DE PENSADORES.	0,01
7167	LIVROS COLETANEA DE PENSADORES.	0,01
7168	LIVROS COLETANEA DE PENSADORES.	0,01
7169	LIVROS COLETANEA DE PENSADORES.	0,01
7170	LIVROS COLETANEA DE PENSADORES.	0,01
7171	LIVROS COLETANEA DE PENSADORES.	0,01
7172	LIVROS COLETANEA DE PENSADORES.	0,01
7173	LIVROS COLETANEA DE PENSADORES.	0,01
7174	LIVROS COLETANEA DE PENSADORES.	0,01
7175	LIVROS COLETANEA DE PENSADORES.	0,01
7176	LIVROS COLETANEA DE PENSADORES.	0,01
7177	LIVROS COLETANEA DE PENSADORES.	0,01
7178	LIVROS COLETANEA DE PENSADORES.	0,01
7179	LIVROS COLETANEA DE PENSADORES.	0,01
7180	LIVROS COLETANEA DE PENSADORES.	0,01
7181	LIVROS COLETANEA DE PENSADORES.	0,01
7182	LIVROS COLETANEA DE PENSADORES.	0,01
7183	LIVROS COLETANEA DE PENSADORES.	0,01
7184	LIVROS COLETANEA DE PENSADORES.	0,01
7185	LIVROS COLETANEA DE PENSADORES.	0,01
7186	LIVROS COLETANEA DE PENSADORES.	0,01
7187	LIVROS COLETANEA DE PENSADORES.	0,01
7188	LIVROS COLETANEA DE PENSADORES.	0,01
7190	LIVRO INTR. A TEORIA GERAL DA ADMINISTRACAO.	0,01
7218	LIVRO A VIDA SECRETA DAS PLANTAS.	0,01
7219	LIVRO SENSACIONAIS 50 PLANTAS MEDICIANAIS	0,01
7220	LIVRO VIAGEM DO DESCOBRIMENTO.	0,01
7301	CURSO DIRIETO CONSTITUCIONAL POSITIVO/15ª ED.	0,01
7302	LIVRO: COMUNICACAO NO DIREITO BRASILEIRO	0,01
7305	LIVRO: ELEMENTOS DIREITO MUNI-CIPAL	0,01
7306	LIVRO: MANDADO DE SEGURANCA	0,01
7307	LIVRO: CURSO DIREITO ADMINISTRA-TIVO	0,01
7308	LIVRO: DIRIETO MUNICIPAL BRASI-LEIRO	0,01
7394	LIVRO: PRINCIPIO CONSTITUCIONAL DO PROCESSO	0,01
7395	LIVRO: DEFESA PREFEITOS E VEEA-DORES	0,01
7396	LIVRO: LIMINAR MANDADO DE SEGU-RANCA	0,01
7397	LIVRO: DTA ADMINISTRACAO	0,01
7398	LIVRO: PRATICA PROCESSO ADMINIS-TRATIVO.	0,01
7399	LIVRO: LEG. AMBIENTAL DO EST. SANTA CATARINA.	0,01
7400	LIVRO: ESTUDOS DE DIREITO ADMI-NISTRATIVO	0,01
7402	LIVRO CONT. JURISDICIONAL DA CONSTI.	0,01

7403	LIVRO: DEFESA DO INFRATOR NO TRANSITO	0,01
7440	LIVRO: MUNICIPALIZACAO DO TRAN-SITO	0,01
7441	LIVRO: DIREITO ADMINISTRATIVO	0,01
7442	LIVRO: DIREITO PREVIDENCIARIO	0,01
7443	LIVRO: DO ATO ADMINISTRATIVO COMPLEXO	0,01
7444	LIVRO: CONTROLE DA ADMINISTRA-CAO PUBLICA	0,01
7445	LIVRO: TOMBAMENTO E SEU REGIME JURIDICO	0,01
7446	REVISTA: DIREITO MUNICIPAL JN e C	0,01
7447	LIVRO: DIREITO PUBLICO	0,01
7448	LIVRO: REFLEXOES S/ DIREITO PUBLICO	0,01
7449	LIVRO: COMENTARIO S/ DIREITO ADMINISTRATIVO	0,01
7450	LIVRO: O ESPIRITO DAS LEIS	0,01
7451	LIVRO: ESTUDOS DE DIREITO ADMI-NISTRATIVO	0,01
7453	LIVRO: TEORIA GERAL DO DIREITO	0,01
7454	LIVRO: CONSTITUICAO FEDERAL	0,01
7455	LIVRO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL	0,01
7456	REVISTA: DIREITO MUNICIPAL JN e C - VOL 2	0,01
7457	LIVRO: DIREITO E A VIDA DOS DIREI-TOS - VOL. 2	0,01
7458	LIVRO: CONSTITUICAO FEDERAL VISTA PELO STF	0,01
7459	LIVRO: CODIGO PROCESSO CIVIL - COMENTADO	0,01
7460	LIVRO: A FORCA DAS DECISOES TRIB. DE CONTAS	0,01
7461	LIVRO: PRATICA DE DIREITO ADMI-NISTRATIVO	0,01
7462	LIVRO - REFORMAS: ADMINISTRATI-VA, PREVIDENC.	0,01
7489	LIVRO COLECAO-A MANEIRA LUCIDA DE ENSI. C/9	0,01
7490	LIV. COLECAO O REAL DO CONSTRUTI-VISMO C/6 V	0,01
7491	LIVRO COLECAO - O DIA A DIA DO PROFESSOR.	0,01
7492	LIVRO COLECAO - O DIA A DIA DO PROFESSOR.	0,01
7493	LIVRO COLECAO - O DIA A DIA DO PROFESSOR.	0,01
7494	LIVRO COLECAO - O DIA A DIA DO PROFESSOR.	0,01
7495	LIVRO COLECAO - O DIA A DIA DO PROFESSOR.	0,01
7496	LIVRO COLECAO - O DIA A DIA DO PROFESSOR.	0,01
7497	LIVRO COLECAO - O DIA A DIA DO PROFESSOR.	0,01
7498	LIVRO COLECAO - O DIA A DIA DO PROFESSOR.	0,01
7499	LIVRO COLECAO - O DIA A DIA DO PROFESSOR.	0,01
7500	LIVRO COLECAO - O DIA A DIA DO PROFESSOR.	0,01
7501	LIVRO COLECAO - O DIA A DIA DO PROFESSOR.	0,01

7502	LIVRO COLECAO - O DIA A DIA DO PROFESSOR.	0,01
7503	LIVRO COLECAO - O DIA A DIA DO PROFESSOR.	0,01
7504	LIVRO COLECAO - O DIA A DIA DO PROFESSOR.	0,01
7505	LIVRO COLECAO - O DIA A DIA DO PROFESSOR.	0,01
7506	LIVRO COLECAO - O DIA A DIA DO PROFESSOR.	0,01
7507	LIVRO COLECAO - O DIA A DIA DO PROFESSOR.	0,01
7508	LIVRO: COLECAO O DIA A DIA DO PROFESSOR.	0,01
7509	LIVRO: COLECAO O DIA A DIA DO PROFESSOR.	0,01
7510	LIVRO: COLECAO O DIA A DIA DO PROFESSOR.	0,01
7511	LIVRO: COLECAO O DIA A DIA DO PROFESSOR.	0,01
7512	LIVRO: COLECAO O DIA A DIA DO PROFESSOR.	0,01
7513	LIVRO: COLECAO O DIA A DIA DO PROFESSOR.	0,01
7514	LIVRO: COLECAO O DIA A DIA DO PROFESSOR.	0,01
7515	LIVRO: COLECAO O DIA A DIA DO PROFESSOR.	0,01
7516	LIVRO: COLECAO O DIA A DIA DO PROFESSOR.	0,01
7517	LIVRO: COLECAO O DIA A DIA DO PROFESSOR.	0,01
7518	LIVRO: COLECAO O DIA A DIA DO PROFESSOR.	0,01
7519	LIVRO: COLECAO O DIA A DIA DO PROFESSOR.	0,01
7520	LIVRO: COLECAO O DIA A DIA DO PROFESSOR.	0,01
7521	LIVRO: COLECAO O DIA A DIA DO PROFESSOR.	0,01
7522	LIVRO: COLECAO O DIA A DIA DO PROFESSOR.	0,01
8293	COLECAO DIA A DIA DO PROF.NA PRE-ESCOLA.	0,01
8294	COLECAO DIA A DIA DO PROF.NA PRE-ESCOLA.	0,01
8295	COLECAO DIA A DIA DO PROF.NA PRE-ESCOLA.	0,01
8296	COLECAO DIA A DIA DO PROF. NA PRE-ESCOLA.	0,01
8297	COLECAO DIA A DIA DO PROF. NA PRE-ESCOLA.	0,01
8298	COLECAO DIA A DIA DO PROF. NA PRE-ESCOLA.	0,01
8299	COLECAO DIA A DIA DO PROF. NA PRE-ESCOLA.	0,01
8300	COLECAO DIA A DIA DO PROF. NO MATERNAL.	0,01
8301	COLECAO DIA A DIA DO PROFESSOR NO MATERNAL.	0,01
8302	COLECAO DIA A DIA DO PROFESSOR NO MATERNAL.	0,01
8303	COLECAO DIA A DIA DO PROFESSOR NA PRE-ESCOLA.	0,01
8304	COLECAO DIA A DIA DO PROFESSOR NA PRE-ESCOLA.	0,01

8305	COLECAO DIA A DIA DO PROFESSOR NA PRE-ESCOLA.	0,01
23746	COLEÇÃO O DIA A DIA DO PROF. NA PRE ESCOLA.	0,01
23747	COLEÇÃO O DIA A DIA DO PROF. NA PRE ESCOLA.	0,01
25199	LIVRO - ENCIC. GRANDE BARSÁ 2005 STANDARD	0,01
	TOTAL	1,31

Decreto Nº 7.390 de 04 de Dezembro de 2012

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.390 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012
HOMOLOGA RESOLUÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL
DE DEFINIÇÃO DA TABELA DE TAXA DE
DEPRECIACÃO /AMORTIZACÃO/EXAUSTÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar a Resolução nº 04 da Comissão de definição da Tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão Resolução anexa, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28 de novembro de 2012.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
04 de dezembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
04/12/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

RESOLUÇÃO Nº 04 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2012.
DEFINE A TABELA DE TAXA DE DEPRECIACÃO/AMORTIZACÃO/
EXAUSTÃO.

A Comissão de definição da Tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão, Srs. MARIA CRISTINA MARCINIACK MUNHOZ, LILIAN TEREZINHA BARTSCH, ZURITA MARIA PACHECO RUCKL, JOSÉ LUIS SILVA, JOSÉ CARLOS NENEVE CORDEIRO, ADRIANA APARECIDA PYKOSZ RUSZACK E JARBAS JORGE CATONI, para deliberar sobre a incumbência que lhes foi atribuída através do Decreto nº 7.339 de 08 de novembro de 2012, para proceder sobre a definição da tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão conforme Decreto Municipal nº 7.199, de 18 de julho de 2012, e da vida útil dos bens móveis.

RESOLVE:

Art. 1º. A comissão definiu que os bens móveis sejam depreciados os bens do Fundo Municipal de Saúde até o ano de dois mil e nove, fixando a tabela nos seguintes percentuais: dez por cento para o grupo dez por cento para o grupo A), dos mobiliários, utensílios, eletrodomésticos, material médico, hospitalares e odontológicos para as contas (12393,12394,12396,12410,12416), para o grupo

B), vinte por cento para o grupo B), dos equipamentos de informática, Maquinas Inst. e utensílios d Escritório para as contas (12411,12412), cinco por cento para o grupo C), coleção de materiais bibliográficos para a conta (12400) e dez por cento para o grupo D), outros bens para as contas , Equipamentos Proteção Seg. e Socorro (12404,12445), vinte por cento para o grupo E) dos veículos diversos para as conta (12419)

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 28 de Novembro de 2012.
ADRIANA APARECIDA PYKOSZ RUSZACK

MARIA CRISTINA MARCINIACK MUNHOZ

LILIAN TEREZINHA BARTSCH

ZURITA MARIA PACHECO RUCKL

JOSÉ LUIS SILVA

JARBAS JORGE CATONI

JOSE CARLOS NENEVE CORDEIRO

ATA DA COMISSÃO DEFINIÇÃO DA TABELA DE TAXA DE DEPRE-
CIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO/EXAUSTÃO.

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze, reuniram-se na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, os membros da Comissão de definição da tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão, Srs. MARIA CRISTINA MARCINIACK MUNHOZ, LILIAN TEREZINHA BARTSCH, ZURITA MARIA PACHECO RUCKL, JOSÉ LUIS SILVA, JOSÉ CARLOS NENEVE CORDEIRO, ADRIANA APARECIDA PYKOSZ RUSZACK E JARBAS JORGE CATONI, para deliberar sobre a incumbência que lhes foi atribuída através do Decreto nº 7.339 de 08 de novembro de 2012, para proceder sobre a definição da tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão conforme Decreto Municipal nº 7.199, de 18 de julho de 2012, e da vida útil dos bens móveis do Fundo Municipal de Saúde. A comissão definiu que os bens móveis sejam depreciados os bens até o ano de dois mil e nove, fixando a tabela nos seguintes percentuais: (dez por cento para o grupo A), dos mobiliários, utensílios, eletrodomésticos, material médico, hospitalares e odontológicos para as contas (12393,12394,12396 ,12410,12416), para o grupo B), vinte por cento para o grupo B), dos equipamentos de informática, Maquinas Inst. e utensílios d Escritório para as contas (12411,12412), cinco por cento para o grupo C), coleção de materiais bibliográficos para a conta (12400) e dez por cento para o grupo D), outros bens para as contas , Equipamentos Proteção Seg. e Socorro (12404,12445), vinte por cento para o grupo E) dos veículos diversos para as conta (12419). Prosseguindo os trabalhos foi regida a Resolução a ser enviada ao Senhor Prefeito Municipal para homologação. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião com a lavratura desta ata que vai assinada por todos os presentes.

ADRIANA APARECIDA PYKOSZ RUSZACK

MARIA CRISTINA MARCINIACK MUNHOZ

LILIAN TEREZINHA BARTSCH

JOSÉ LUIS SILVA

ZURITA MARIA PACHECO RUCKL

JOSE CARLOS NENEVE CORDEIRO

JARBAS JORGE CATONI

Decreto Nº 7.391 de 04 de Dezembro de 2012

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.391 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012

HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 05 DA COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DE BEM PÚBLICO MÓVEL PARA FINS DE LEILÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar a Resolução nº 05 da COMISSÃO PROVISÓRIA DE AVALIAÇÃO DE BENS PÚBLICOS MÓVEIS, Resolução anexa, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
04 de dezembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
04/12/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito

COMISSÃO PROVISÓRIA DE AVALIAÇÃO DE BENS PÚBLICOS MÓ-
VEIS.

RESOLUÇÃO Nº 05 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012

AVALIA BENS PÚBLICOS MÓVEIS PARA FINS DE LEILÃO

A Comissão Municipal Provisória de Avaliação de Bens Públicos Móveis de Campo Alegre, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto nº 7.382 de trinta de Novembro de 2012.

RESOLVE:

Art.1º. Aprovar o valor mínimo de lance para fins de Leilão do Bem Público, descrito no Decreto nº 7.382 de trinta de novembro de dois mil e doze, um veículo Marca VW/GOL 1.6, 5 PORTAS 100CV- ANO/2006/MOD/2007, COR PREDOMINANTE BRANCA - CHASSI Nº 9BWCBO5WX7T022185 - CÓDIGO RENAVAL Nº 895088860 -PLACA MDV 8876. BEM Nº 25014, sendo avaliado o valor mínimo de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), este Bem é Imprestável ao Serviço Público Municipal.

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 04 de Dezembro de 2012.

LILIAN TEREZINHA BARTSCH

JARBAS JORGE CATONI

FRANCISCO OSNI DE LIMA

RINALDO DE SOUZA

JOACIR STINGLIN MENDES

COMISSÃO MUNICIPAL PROVISÓRIA AVALIAÇÃO DE
BENS PÚBLICOS MÓVEIS.

ATA REUNIÃO DA COMISSÃO PROVISÓRIA DE AVALIAÇÃO DE
BENS MÓVEIS IMPRESTÁVEIS AO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

Aos quatro dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e doze, reuniram-se na garagem da Prefeitura Municipal os membros da Comissão Provisória de Avaliação de Bens Públicos Móveis, os Srs. LILIAN TEREZINHA BARTSCH, JARBAS JORGE CATONI, RINALDO DE SOUZA, FRANCISCO OSNI DE LIMA e JOACIR STINGLIN MENDES, para deliberar sobre a incumbência que lhes foi atribuída através do Decreto nº 7.382 de trinta de novembro de dois mil e doze, ou seja, de avaliar os Bens Públicos Móveis que considerarem imprestáveis ao Serviço Público Municipal sendo: Um veículo Marca VW/GOL 1.6, 5 PORTAS 100CV- ANO/2006/MOD/2007, COR PREDOMINANTE BRANCA - CHASSI Nº 9BWC05WX7T022185 CÓDIGO RENAVAL Nº 895088860 - PLACA MDV 8876. BEM Nº 25014. Dando início aos trabalhos, os membros da comissão foram até Delegacia da Polícia Militar para verificar o estado do bem, foi constatado que será necessário uma pintura geral no veículo, uma vez que a pintura é personalizada para a Polícia Militar. A comissão avaliou o bem com o valor mínimo de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), para que seja feito Processo Licitatório Modalidade Leilão. Prosseguindo os trabalhos foi redigida a Resolução a ser enviado ao Exmo. senhor Prefeito Municipal, para homologação. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião com a lavratura desta ata que vai assinada por todos os presentes.

LILIAN TEREZINHA BARTSCH JARBAS JORGE CATONI

RINALDO DE SOUZA FRANCISCO OSNI DE LIMA

JOACIR STINGLIN MENDES

Decreto Nº 7.392 de 06 de Dezembro de 2012

DECRETO Nº 7.392 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2012

REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 3.597 DE 20 DE MAIO DE 2010, QUE DISPÕE SOBRE A INSPEÇÃO HIGIÊNICO-SANITÁRIA DOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhe são conferidas por Lei, em especialmente o Artigo 71 Inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei Municipal nº 3.597, de 20 de Maio de 2010,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º O Serviço de Inspeção Municipal realizará a inspeção higiênico-sanitária dos produtos de origem animal e vegetal, de competência da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, nos termos da Lei Municipal nº 3.597 de 20 de maio de 2010.

Art.2º A inspeção higiênico-sanitária dos produtos de origem animal e vegetal, será exercida em todo o território do Município de Campo Alegre, em relação às condições de produção, extração, pré-processamento, processamento, seleção, beneficiamento, elaboração e industrialização a serem preenchidas pelos produtores rurais, indústrias e estabelecimentos que venham utilizar em qualquer etapa matérias-primas acima relacionadas exclusivamente no comércio municipal.

Art.3º A implantação do Serviço de Inspeção Municipal observará as prioridades da saúde animal, vegetal, meio ambiente e das populações rural e urbana.

Art.4º Ficará o Serviço de Inspeção Municipal responsável pelo cumprimento de todas as normas e das demais que serão implantadas por meio de dispositivos legais no que se refere o artigo 2º desde decreto.

Parágrafo único - Este regulamento abrangerá os seguintes itens:

- a) cadastro e classificação do estabelecimento;
- b) requerimento e projeto para funcionamento;
- c) higiene dos locais para realização das etapas de trabalho;
- d) inspeção e reinspeção de toda a matéria-prima a serem trabalhadas;
- e) registro de rótulos, carimbos e embalagens;
- f) análises laboratoriais de águas e matérias-primas exigidas para a higiene na elaboração dos produtos;
- g) trânsito de matérias-primas, produtos e/ou subprodutos;
- h) embalagem, rotulagem e/ou carimbagem dos produtos conforme origem;
- i) demais detalhes que assegurem toda e qualquer acréscimo a qualidade, sanidade e conservação dos respectivos produtos;

Art.5º A inspeção higiênico-sanitária a ser realizada pelo Serviço de Inspeção Municipal deverá ser de forma permanente.

Art.6º Os produtos de origem animal e vegetal "in natura" ou derivados, deverão atender todos os padrões de sanidade, identidade e qualidade previstos na legislação federal, estadual e municipal.

Parágrafo único - Os estabelecimentos cadastrados e registrados junto ao Serviço de Inspeção Municipal ficam sujeitos às demais legislações aplicáveis.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL

Art.7º O Serviço de Inspeção Municipal, ficará a cargo de pessoal técnico de nível superior e/ou médio do quadro administrativo do Poder Executivo Municipal com funções correlatas, em número adequado às necessidades de serviço, ou através da contratação de profissional habilitado, obedecendo a legislação vigente.

§ 1º - Poderá ser oferecido treinamento ao pessoal técnico, sob supervisão e apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Secretaria de Estado da Saúde e Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, dentre outros.

§ 2º - O Serviço de Inspeção Municipal deverá dispor de meios para cadastro e registro de dados estatísticos, referentes a todas as ações realizadas, conforme exigências sanitárias legais.

Art.8º O Serviço de Inspeção Municipal regulamentará os modelos de cadastros, expedição de registros, embalagens, rótulos e carimbos em regulamentação posterior a este Decreto Municipal, conforme as exigências legais e dos serviços.

CAPÍTULO III

DA APROVAÇÃO DO PROJETO E OBTENÇÃO DE REGISTRO DE ESTABELECIMENTO

Art.9º Os estabelecimentos de produtos de origem animal e vegetal devem apresentar os documentos e projetos de que trata o Art. 11 deste decreto e solicitar registro no Serviço de Inspeção Municipal e, serão submetidos à inspeção higiênico-sanitária prévia, desde a origem até a comercialização, especialmente:

- a) os estabelecimentos rurais que utilizem matéria-prima de origem animal e vegetal para comercialização no município de Campo Alegre;
- b) os estabelecimentos comerciais e industriais que utilizem matéria-prima de origem animal e vegetal para o consumo humano e animal;
- c) os postos e entrepostos que armazenem, manipulem, conservem, distribuam ou acondicionem produtos de origem animal e vegetal;

Art.10 O registro de estabelecimento e o número de registro no

Serviço de Inspeção Municipal, somente serão conferidos àqueles que apresentarem a requerimento de registro acompanhada do respectivo projeto, na forma definida neste decreto.

Art.11 O processo de solicitação de registros junto ao S.I.M, deverá ser encaminhado através dos seguintes documentos:

- I - Requerimento ao Serviço de Inspeção Municipal;
- II - Formulário de solicitação de inspeção prévia do S.I.M.;
- III - Croquis de localização e situação;
- IV - plantas baixas de prédios e pavimentos;
- V - Plantas hidrossanitárias com memorial sobre tratamento de águas, destino de esgotos e tratamento de efluentes;
- VI - Cronograma de execução para registro provisório;
- VII - Análise química, física e biológica das águas a serem utilizadas.
- VIII - Licença Ambiental expedida pela FATMA.

Parágrafo único - Após liberação prévia pelo S.I.M e aprovação de projetos e cronograma de execução será fornecida a liberação para início de quaisquer obras.

Art.12 A concessão de registro será deferida em caráter provisório até a conclusão de obras ou melhorias em instalações, de acordo com cronograma de execução apresentado e, atendendo os seguintes requisitos:

- I - as etapas do cronograma não poderão ultrapassar 12 meses;
- II - a conclusão final da implantação do projeto não poderá ultrapassar 24 meses;
- III - a vistoria prévia do S.I.M determinará as mínimas condições para início do funcionamento do estabelecimento;
- IV - Preenchimento e entrega dos formulários anexos fornecidos pelo Serviço de Inspeção Municipal;

Art.13 O Registro definitivo de inspeção higiênico-sanitária será concedido aos estabelecimentos que estiverem devidamente de acordo com a Lei Municipal nº 3.597, de 20 de maio de 2010.

CAPITULO IV DA INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

Art.14 O abate de animais e a obtenção de leite para o consumo público, ou para matéria-prima, na elaboração ou fabricação de derivados para o comércio no Município de Campo Alegre estarão sujeitos as seguintes condições:

§ 1º - O abate, a elaboração e a industrialização de carnes e leite só poderão ser realizados no Município em estabelecimentos registrados na União, Estado ou Município, obtendo assim livre trânsito de acordo com os referidos registros.

§ 2º - Os animais e matérias-primas que serão utilizados para a elaboração, produção e comércio de produtos, deverão obrigatoriamente, serem submetidos a inspeção prévia de acordo com o Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal-RIISPOA, conforme a Lei Federal nº 1.283/50 e pelo órgão fiscalizador competente.

§ 3º - As carnes, leites e seus derivados deverão estar acompanhados de documentação fiscal e sanitária pertinentes, para identificação de origem, procedência e destino.

CAPITULO V DA INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL

Art.15 A produção, a extração, o pré-processamento, o processamento, a seleção, beneficiamento, elaboração e industrialização de produtos de origem vegetal para o consumo público e produção de matéria-prima para elaboração de matérias-primas a serem comercializadas no Município de Campo Alegre estarão sujeitos as

seguintes condições:

§ 1º - A elaboração de produtos de origem vegetal para o consumo público e comércio só poderão ser realizados no Município em estabelecimentos registrados na União, Estado ou Município, obtendo assim livre comércio e trânsito de acordo com os referidos registros.

§ 2º - Todos os vegetais que serão utilizados para a elaboração, produção e comércio de produtos deverão, obrigatoriamente, serem submetidos a inspeção prévia de acordo com o as Leis Estaduais nº 11.069/98 e 13.238/04 e Decreto 3.657.

§ 3º - Todos os produtos de origem vegetal "in natura", pré-processados, processados, selecionados ou produtos elaborados com matéria-prima afim, deverão estar acompanhados de documentação fiscal e sanitária permanente, para identificação de origem, procedência e destinos.

§ 4º - O Serviço de Inspeção Municipal exigirá, rigorosamente, o cumprimento de todas as normas sanitárias, higiênicas e de transporte para esses produtos, conforme regulamenta a Lei Federal nº 7.802/89.

CAPITULO VI DA IMPLANTAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS

Art.16 Os regulamentos que determinarão as condições de implantação, localização e abastecimento de águas, tratamento de efluentes e esgotos e, demais exigências de proteção da saúde, meio ambiente e higiene, estão dispostas nas Leis Federais nº 1.283/50 e nº 7.802/89, além das demais a serem implantadas prevendo a proteção da saúde humana, animal, vegetal e do meio ambiente.

Art.17 A requisição de vistoria prévia e vistoria definitiva estarão condicionados aos projetos de engenharia ou de reformas de conformidade com as atuais normas técnicas exigidas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina - CREA/SC e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina - CAU/SC, bem como as determinações mínimas na Lei Federal nº 1.283./50.

CAPITULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.18 Os produtos de origem animal e vegetal registrados no Serviço de Inspeção Municipal, serão devidamente rotulados e carimbados, conforme as determinações legais e, embalados, conforme as Leis vigentes e o Código de defesa do Consumidor.

Art.19 Todos os produtos de origem animal e vegetal deverão ter suas respectivas formulações aprovadas previamente pelo S.I.M.

Art.20 Os modelos oficiais para o registro, certificação, rotulagem, carimbagem e embalagem de produtos, serão definidos pelo Serviço de Inspeção Municipal, sempre que se fizer necessário, obedecendo normas federais e estaduais.

Art.21 Toda e qualquer produção, elaboração, industrialização e transporte de produtos de origem animal e vegetal, sem registro em órgãos federais, estaduais e municipais, serão considerados clandestinos, sujeitando-se a apreensão e seus responsáveis às penas da lei.

Art.22 O comércio em geral e restaurantes que comercializem produtos de origem animal ou vegetal, só poderão fazê-lo com produtos registrados no Serviço de Inspeção Municipal, Estadual ou Federal.

Art.23 O Serviço de Fiscalização Municipal, procederá as medidas legais de proteção a saúde da população, exigindo a documentação fiscal e higiênico-sanitária pertinentes aos produtos destinados

ao comércio no Município de Campo Alegre.

Art.24 O Serviço de Inspeção Municipal, deverá promover juntamente com demais órgãos conveniados ou não, a melhoria das condições de trabalho, saúde, higiene e comercialização de seus produtos através da organização de atividades educacionais, treinamentos, atualização e especialização, sempre que se fizerem necessários para a promoção do bem-estar e saúde de produtores e consumidores.

Art.25 Os produtos de origem animal e vegetal que não apresentarem documentação fiscal, higiênico-sanitária ou condições para qualquer utilização, sofrerão apreensão e serão doados a instituições de caridade e amparo aos necessitados, após inspeção de técnico do S.I.M, se considerados aptos para o consumo humano.

Art.26 A obtenção do registro e alvará emitidos pelo S.I.M., dar-se-á mediante o pagamento de taxa, na forma da Legislação Municipal pertinente, desde que cumpridos os requisitos da Lei e deste Decreto.

Parágrafo único - A taxa incidente para a emissão do registro e alvará de que trata o caput, será aquela prevista na legislação como Taxa de Vistoria, sem prejuízo de outros tributos incidentes.

Art.27 Sempre que se fizer necessário, o presente regulamento, deverá ser revisto, atualizado ou modificado, conforme parecer oficial da União, Estado ou Município.

Art.28 Os casos omissos a este regulamento serão resolvidos de acordo com a Legislação Estadual e Federal vigente.

Art.29 As despesas decorrentes deste Decreto, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art.30 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
06 de dezembro de 2012.
VILMAR GROSSKOPF
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE
Secretária Municipal de Administração Interina

Registrado e publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:
06/12/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR
Chefe de Gabinete do Prefeito



**VISÃO ESTRATÉGICA E
INTEGRAÇÃO GOVERNAMENTAL,
INOVAÇÃO DOS MODELOS DE GESTÃO**

**CENTROSUL – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA
28, 29 E 30 DE JANEIRO DE 2013**

Canoinhas

PREFEITURA

Decreto Nº. 233/2012

DECRETO Nº. 233/2012

"NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER"

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e da Lei Municipal nº. 3.926 de 09/12/2005; RESOLVE:

NOMEAR

Art.1º. Ficam nomeados os membros efetivos com igual número de suplentes, abaixo relacionados, para comporem o CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER, pelo período de 02 (dois) anos, como segue:

I - ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS:

ASSOCIAÇÃO DOS PACIENTES ONCOLÓGICOS DE CANOINHAS

Efetivo: Cristiane Arrabar

Suplente: Jane Cristina Dranka

ASSOCIAÇÃO DOS GRUPOS DE GERAÇÃO ALTERNATIVA DE RENDA - AGGAR

Efetivo: Marlene de Fátima Taborda

Suplente: Paulina Borges Martins

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DAMA

Efetivo: Amanda Damasceno Farinella

Suplente: Rosana Gonçalves Damasceno

HOSPITAL SANTA CRUZ

Efetivo: Mozéle Silveira

Suplente: Cristine Ribeiro Isphair Mazieiro

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SUBSEÇÃO DE CANOINHAS:

Efetivo: Cristiane Pereira dos Santos

Suplente: Fernanda de Assis

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO CONTESTADO - UnC

Efetivo: Célia Pereira Gomes

Suplente: Miriam Leopoldina Herbst de Lima

II - ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA FAMÍLIA

Efetivo: Jaqueline Conceição

Suplente: Rosilene Schulka Jaremczuk

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

Efetivo: Viviane Maria Bueno Borges de Souza

Suplente: Simone Mery Adur

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Efetivo: Giane Pontarolo

Suplente: Mayara Padilha da Silva

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Efetivo: Flávia Lúcia Haensch

Suplente: Iara Lúcia Artner Leandro Leite



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Efetivo: Isabella Murara Vieira

Suplente: Janine Ribeiro Isphair Watzko

ASSESSORIA JURÍDICA

Efetivo: Keiny Rodrigo Burgardt

Suplente: Douglas Antônio Conceição

Art.2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de novembro de 2012.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 22/11/2012.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº. 234/2012

DECRETO Nº. 234/2012

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 0022 de 16/01/2008 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art.1º- Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 4.556,70m² (Quatro mil e quinhentos e cinquenta e seis metros e setenta decímetros quadrados), procedido por NOELI TEREZINHA OLESCOVICZ, situado à Rua Erasmo Schmidt Júnior, no Bairro Alto da Tijuca, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº. 21.426, ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 01 com área de 3.141,50m², lote nº 02 com área de 412,00m², lote nº 03 com área de 501,60m² e lote nº 04 com área de 501,60m², conforme requerimento protocolado sob nº. 6423/2012.

Art.2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de novembro de 2012.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 27/11/2012.

DALSON LUIS SALOMON

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 017/2012

PORTARIA Nº 017/2012

RICARDO PEREIRA MARTIN, Presidente da Fundação Municipal de Esportes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 3.869/2005 e através da Portaria nº 481/2008, RESOLVE:

EXONERAÇÃO

Art.1º- Fica exonerada BRUNA SZCZYGIEL KOHLER, comissionada no cargo de Diretora de Esportes, junto à Fundação Municipal de Esportes, a partir de 14/12/2012.

Art.2º - Fica exonerado GERSON DOBROSCHINSKEI, comissionado no cargo de Gestor Desportivo, junto à Fundação Municipal de Esportes, a partir de 14/12/2012.

Art.3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º- Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de dezembro de 2012.

RICARDO PEREIRA MARTIN

Presidente da Fundação Municipal de Esportes

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Fundação Municipal de Esportes em 05/12/2012.

Portaria Nº. 16/2012

PORTARIA Nº. 16/2012

RICARDO PEREIRA MARTIN, Presidente da Fundação Municipal de Esportes, nomeado através da Portaria nº 481/2008, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 3.869/2005, RESOLVE:

RETIFICAR PORTARIAS

Fica retificado o Art. 1º da Portaria nº. 01/2012 para contratação temporária dos profissionais aprovados no processo seletivo previsto no Edital 003/FME/2011 a seguir relacionados:

I - "CARLA REGINA FIGURA", na função de Professora de Ginástica, com 40 horas, com 3º grau habilitado, registro no CREF/SC 8327G/SC junto à Fundação Municipal de Esportes, pelo período de 22/02/2012 a 14/12/2012".

III - "DIMAS ANTONIO CHAGAS", na função de Integrador de Futebol do Interior, com 40 horas, com 3º grau habilitado, registro no CREF/SC 11313G/SC junto à Fundação Municipal de Esportes pelo período de 22/02/2012 a 14/12/2012".

Fica retificado o Art. 1º da Portaria nº. 03/2012 para contratação temporária dos profissionais aprovados no processo seletivo previsto no Edital 001/FME/2012 a seguir relacionados:

I - "CLEIDE DE FÁTIMA KANZLER", na função de Professora Técnica de Futebol de Salão, com 40 horas, com 3º grau habilitado, registro no CREF/SC 3483G/SC junto à Fundação Municipal de Esportes, pelo período de 05/03/2012 a 14/12/2012".

II - "MARCELO DARCI BORGES MUNIZ", na função de Professor Técnico de Tênis de Campo, com 20 horas, com 2º grau não habilitado, Registro no CREF/SC nº 4503-P/SC, junto a Fundação Municipal de Esportes pelo período 05/05/2012 à 14/12/2012".

Fica retificado o Art. 1º da Portaria nº. 05/2012 para contratação temporária dos profissionais aprovados no processo seletivo previsto no Edital 003/FME/2011 a seguir relacionados:

I - "JOSÉ ROBERTO KRZESINSKI FILHO", na função de Professor Técnico de Voleibol, com 20 horas, com 3º grau habilitado, registro no CREF/SC 012967G/SC junto à Fundação Municipal de Esportes, pelo período de 18/04/2012 a 14/12/2012".

Art.1º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.2º- Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de dezembro de 2012.

RICARDO PEREIRA MARTIN

Presidente da Fundação Municipal de Esportes

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Publicação do Edital de Concorrência Pública Nº 12/2012

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 137/2012

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 12/2012

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 18 de janeiro de 2013, às 14h15min, a abertura das propostas para CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM TRAJETOS DE DIFÍCIL ACESSO E DE CARÁTER EXCEPCIONAL. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Publicação do Edital de Pregao Presencial Nº 70/2012

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 136/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 70/2012

O Município de Canoinhas - SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 21/12/2012, às 10h05min, a abertura das propostas para Registro de preços de refeições em porções, embaladas em recipientes descartáveis de alumínio, tipo Marmitex, destinadas às Secretarias e Fundos Municipais. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Publicação do Edital de Tomada de Preços Nº 35/2012

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 135/2012

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º PMC 35/2012

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito

à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 16 de janeiro de 2013, às 14h15min, a abertura das propostas para CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TREINAMENTOS E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL DO PROGRAMA PROJovem TRABALHADOR. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Edital de Processo Seletivo Para Contratação Temporária Nº 06/SMS/2012

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Nº 06/SMS/2012

O Prefeito Municipal de Canoinhas-SC, torna público que se encontram abertas as inscrições ao Processo Seletivo para Contratação Temporária de médicos para atuarem junto à Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com as Leis Municipais nos 3.869 de 24/08/2005, 4.207 de 10/09/2007 e 4.829 de 10/10/2011.

I – DAS VAGAS, HABILITAÇÕES, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO

O número de vagas a serem preenchidas através deste Processo Seletivo compreende:

Nº DE VAGAS	FUNÇÃO	REQUISITOS	REMUNERAÇÃO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	TIPO DE PROVA
01	Odontólogo - Periodontia	- Graduação em Odontologia; - Registro no respectivo Conselho Profissional.	R\$ 3.690,23	40 horas	Objetiva
01	Agente Comunitário de Saúde - Estratégia de Saúde da Família (ESF) (Bairro Alto das Palmeiras)	- Graduação Nível Médio ou equivalente; - Comprovante de Residência no bairro Alto das Palmeiras.	R\$ 622,00	40 horas	Objetiva

II – DAS INSCRIÇÕES

2.1 As inscrições serão realizadas entre 10 à 17 de dezembro de 2012, das 08h às 12h, na Secretaria Municipal de Saúde, situada à Rua Felipe Schmidt nº 10 – Centro, Canoinhas-SC.

2.2 O candidato deverá preencher o requerimento de inscrição e o Cartão de Identificação, com letra de forma, de forma clara e sem rasuras. O requerimento de inscrição poderá ser efetuado pelo próprio candidato ou através de procurador com poderes específicos.

2.3 Ao preencher e assinar a respectiva ficha de inscrição, o candidato receberá no ato, o Cartão de Identificação com a indicação de seu número, sem o qual não terá ingresso no recinto onde se realizarão as provas.

2.4 No ato da inscrição o candidato deverá apresentar documento de identificação (RG e CPF), acompanhados das respectivas cópias; comprovante da graduação exigida para o cargo, comprovante do registro no respectivo Conselho Profissional, quando for o caso, e comprovante de residência para o cargo de Agente

Comunitário de Saúde.

2.6 Havendo inscrições indeferidas é facultado ao candidato a interposição de recurso dirigido à Comissão Organizadora do presente Processo Seletivo, no prazo de dois dias úteis após a publicação das relações das inscrições deferidas.

2.7 Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento da inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sobre qualquer condição ou pretexto.

III – DOS REQUISITOS PARA ASSUMIR O CARGO E DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA A CONTRATAÇÃO

3.1 Ter idade mínima de 18 anos;

3.2 Estar em dia com as obrigações eleitorais e militares (para candidatos do sexo masculino);

3.3 No ato da contratação o candidato deverá apresentar a seguinte documentação além dos já apresentados para a inscrição:

3.3.1 Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;

3.3.2 Declaração de bens que constituem seu patrimônio;

3.3.3 Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;

3.3.4 Cédula de Identidade (RG);

3.3.5 CPF (Cadastro de Pessoas Físicas);

3.3.6 Comprovante de regularidade de inscrição no CPF;

3.3.7 Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais;

3.3.8 Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso;

3.3.9 Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso;

3.3.10 Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino;

3.3.11 Número de inscrição no PIS/PASEP;

3.3.12 Fotografia 3X4 recente;

3.3.13 Comprovante de residência atual;

3.3.14 Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

3.4 O prazo de vigência da contratação para os demais cargos será de (01) um ano, em conformidade com as disposições contidas na Lei Municipal nº 3.869/2005, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período conforme parágrafo único do Artigo 4º da Lei Municipal nº 3.869/2005, ou até a realização de concurso público (caso ocorra antes).

IV – DAS ATRIBUIÇÕES

4.1 Odontólogo - Periodontia

Prestar atendimento odontológico na área de periodontia; Prestar atendimento odontológico rotineiro, diagnosticando e tratando das afecções da boca, dentes e região maxilofacial, utilizando processos clínicos ou cirúrgicos para promover e recuperar a saúde bucal; Participar de campanhas preventivas; Manter em bom estado os aparelhos e instrumentos de sua utilização; Executar quaisquer outras atividades correlatas à sua função; Realizar procedimentos no tratamento de gengivas e tecidos de suporte; Identificar fatores de risco para as doenças relacionadas à periodontia; Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

4.2 Agente Comunitário de Saúde

Realizar mapeamento de sua área; Identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco; Cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro; Identificar áreas de risco; Realizar ações e atividades no nível de suas competências, nas

áreas prioritárias da Atenção Básica; Estar sempre bem informado e informar aos demais membros da equipe, sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situações de risco; Realizar por meio de visita domiciliar, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade; Orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, realizando encaminhamentos conforme situação apresentada; Desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças; Promover a educação e a mobilização comunitária, visando o desenvolvimento de ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente; Identificar parceiros e recursos existentes na comunidade, que possam ser potencializados pela equipe; Traduzir para a Equipe a dinâmica social da comunidade, suas necessidades, potencialidades e limites; Auxiliar a equipe na promoção e proteção da saúde; Notificar aos serviços de saúde as doenças que necessitam vigilância; Estimular a participação comunitária; Atuar no controle das doenças epidêmicas; Acompanhar as condições de saúde das crianças, gestantes, hipertensos, diabéticos, entre outros; Prestar orientações sobre cuidados com a higiene; Realizar orientações de saúde à população de maneira integral; Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

V – DA REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA

5.1 A prova escrita será realizada no dia 20 de dezembro de 2012, com início às 08h30min e término às 12h, nas dependências da Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Saúde, situada à Rua Felipe Schmidt nº 10 - Centro, neste município de Canoinhas - SC;

5.2 As provas serão compostas de 20 questões objetivas que versarão sobre português, políticas de saúde e conhecimentos específicos do cargo, cujo conteúdo programático é parte integrante deste Edital (Anexo I);

5.3 Será atribuída nota 0 (zero) à resposta que, na grade de respostas estiver em desconformidade com as instruções, não estiver assinalada, que contiver mais de uma alternativa assinalada, emenda, rasura ou alternativa marcada a lápis, ainda que legível;

5.4 Não serão atribuídos pontos a questões divergentes do gabarito, que apresentarem rasura, duplicidade de resposta (mesmo que uma delas esteja correta), ou que estiverem em branco;

5.5 Na realização da Prova não é permitido pedir esclarecimentos sobre o enunciado das questões ou modo de resolvê-las;

5.6 Ao final das provas escritas, os três últimos candidatos deverão permanecer no recinto, juntamente com os fiscais;

5.7 Será excluído do Processo Seletivo candidato que:

Tornar-se culpado por incorreção ou descortesia para com qualquer dos fiscais, executores e seus auxiliares ou autoridades presentes;

For surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato ou terceiros, bem como se utilizando de livros, notas, impressos ou equipamentos não permitidos;

Ausentar-se do recinto da prova sem o acompanhamento do fiscal; Usar telefone celular no local da prova, ou qualquer outro meio de comunicação;

Perturbar, de qualquer forma, a ordem dos trabalhos;

Permanecer no local após a conclusão e entrega da prova.

5.8 No mesmo dia, após a realização das provas, serão divulgados os gabaritos em mural específico no próprio local de realização das provas;

5.9 A divulgação da classificação dos candidatos dar-se-á no dia 27 de dezembro de 2012, junto à Prefeitura Municipal de Canoinhas.

VI – DA CLASSIFICAÇÃO GERAL

6.1 Serão considerados classificados aqueles que obtiverem nota igual ou superior a 4,0 (quatro) pontos na prova objetiva;

6.2 Os candidatos aprovados serão classificados em listas nominais na ordem decrescente de acordo com a nota obtida;

6.3 Em caso de igualdade de notas na classificação, terá preferência o candidato de maior idade e, persistindo o empate, o candidato com maior número de dependentes.

VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 O candidato deverá apresentar-se, no ato da prova, munido do cartão de inscrição e documento original que possibilite sua identificação;

7.2 O candidato que não apresentar o cartão de inscrição e documento de identificação ou ainda, não comparecer no local e hora determinados, perderá o direito de realizar a prova, estando automaticamente desclassificado;

7.3 Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala deverão entregar a prova ao mesmo tempo e retirar-se, todos juntos da sala;

7.4 As inscrições poderão ser feitas por procuração, com poderes específicos, devidamente registrada em cartório, devendo o procurador apresentar, além dos documentos do candidato, documento que possibilite sua própria identificação;

7.5 Após a divulgação do resultado final (nota final), o candidato terá dois dias úteis para apresentar recurso, desde que fundamentado, endereçado à Comissão Organizadora e protocolado junto à Secretaria Municipal de Saúde, sendo facultado ao candidato, durante este prazo, examinar a sua prova mediante a fiscalização;

7.6 Os pontos relativos às questões eventualmente anuladas, serão atribuídos a todos os candidatos participantes;

7.7 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo;

7.8 A habilitação e classificação neste Processo Seletivo não assegura o candidato o direito de ingresso automático no programa especificado neste Edital;

7.9 O requerimento da inscrição implica no conhecimento e aceitação, pelo candidato, de todos os prazos estabelecidos neste Edital. O candidato que fizer sua declaração falsa ou inexata e que não satisfizer as condições exigidas, poderá ter sua inscrição cancelada e declarados nulos todos os atos dela decorrentes.

Canoinhas, 07 de dezembro de 2012.

LEOBERTO WEINERT
Prefeito Municipal

ANEXO I

1. COMUM A TODOS OS CARGOS

1.1 LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura, compreensão e interpretação de textos; conhecimentos linguísticos gerais e específicos relativos à leitura e produção de textos; conhecimento gramatical de acordo com o padrão culto da língua; estrutura fonética: encontros vocálicos e consonantais, dígrafos, divisão silábica, ortografia, acentuação tônica e gráfica; classes de palavra: classificação, flexões nominais e verbais, emprego; teoria geral da frase e sua análise: orações, períodos e funções sintáticas; sintaxe de concordância: concordância nominal e verbal (casos gerais e particulares); crase; colocação de pronomes: próclise, mesóclise e ênclise; pontuação: emprego dos sinais de pontuação; novo acordo ortográfico.

1.2 POLÍTICAS DE SAÚDE

Organização dos serviços de saúde no Brasil; Sistema Único de Saúde: princípios e diretrizes, Controle social; Indicadores de Saúde; Sistema de vigilância epidemiológica, Endemias e epidemias: situação atual, medidas de controle e tratamento, Modelo Assistencial, Planejamento e programação local de saúde, Política Nacional de Humanização; Constituição Federal de 1988 – Título VIII, Capítulo II, Seção II, Artigos de 196 a 200, Da Saúde, Lei Federal nº 8.080 de 19/09/1990, Lei Federal nº 8.142 de 26/12/1990,

NOB/96 e NOAS 01 e 02), Política Nacional de Atenção Básica à Saúde- Portaria 648/2006, Portaria nº 399 - Pacto de Gestão; Estratégia de Saúde da Família (ESF) e Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde (EACS); Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa para o SUS – ParticipaSUS.

2. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

2.1 ODONTÓLOGO - PERIODONTIA

Anatomia macroscópica e microscópica do periodonto; Materiais e instrumentais utilizados em periodontia; Afição de instrumentos em periodontia; Instrumentação periodontal; Exames clínicos e radiográficos em periodontia; Importância da função mastigatória para o periodonto; Mecanismos de defesa da gengiva; Características clínicas da gengivite; Epidemiologia das doenças gengival e periodontal; Classificação das doenças periodontais; Doenças gengivais da infância; Periodontite juvenil; Microbiologia periodontal; Papel do cálculo e da placa na doença periodontal; Envolvimento de furca nas doenças periodontais; Trauma oclusal; Tratamento periodontal de pacientes com doenças sistêmicas; Plano de tratamento em periodontia; Controle químico e mecânico da placa dental; Antibioticoterapia em periodontia; Tratamento das doenças gengivais agudas; Tratamento dos abscessos periodontais; Tratamento endodôntico- periodontal associado; Princípios da cirurgia periodontal; Curetagem gengival, gengivectomia e gengivoplastia; Espaço biológico; Cirurgias ósseas ressectivas e reconstrutivas; Retalhos periodontais; Regeneração óssea guiada; Efeitos das condições sistêmicas sobre o periodonto; Manutenção periodontal; Estética periodontal; Problemas periodontais a cargo do Clínico Geral.

2.2 AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Atribuições do Agente Comunitário de Saúde; Noções básicas sobre as principais doenças de interesse para a Saúde Pública: Diarréia, Cólera, Dengue, Doença de Chagas, Esquistossomose, Febre Tifóide, Meningite, Tétano, Sarampo, Tuberculose, Hepatite Hanseníase, Difteria, Diabetes Mellitus, Hipertensão Arterial, Raiva, Leishmaniose; Doenças Sexualmente Transmissíveis; Métodos Anticoncepcionais; Noções básicas sobre: higiene corporal, higiene da água e higiene dos alimentos; Noções sobre: vacinas, imunização, período de incubação, portador, transmissibilidade; Ciclo menstrual, gestação, parto, aborto, puerpério, pré-natal; Noções sobre desenvolvimento humano: nutrição, aleitamento materno; Coleta do lixo, tratamento adequado do lixo, reciclagem do lixo, classificação do lixo; Poluição ambiental e desmatamento.



Capinzal

PREFEITURA

Contrato Nº 34/2012 - FMASC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 34/2012 - FMASC

Pregão Eletrônico Nº 000026/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2012

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal

CONTRATADA: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA M

OBJETO: Aquisição de brinquedos para organização de uma brinquedoteca, para manutenção das atividades do Serviço Sócio Educativo e programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, desenvolvido no Centro de Apoio à Criança e ao Adolescente - CECON e no Centro de Convivência Comunitário - CCC de Vila União.

VALOR R\$: 3.394,00

VIGÊNCIA: 03/12/2012 ate 31/12/2012

Contrato Nº 35/2012 - FMASC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 35/2012 - FMASC

Pregão Eletrônico Nº 000026/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2012

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal

CONTRATADA: PEGASUS ATACADISTA LTDA ME

OBJETO: Aquisição de brinquedos para organização de uma brinquedoteca, para manutenção das atividades do Serviço Sócio Educativo e programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, desenvolvido no Centro de Apoio à Criança e ao Adolescente - CECON e no Centro de Convivência Comunitário - CCC de Vila União.

VALOR R\$: 3.130,56

VIGÊNCIA: 03/12/2012 ate 31/12/2012

Contrato Nº 36/2012 - FMASC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 36/2012 - FMASC

Pregão Eletrônico Nº 000026/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2012

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal

CONTRATADA: VERONICA MARIA FERREIRA DE ALBUQUERQUE

OBJETO: Aquisição de brinquedos para organização de uma brinquedoteca, para manutenção das atividades do Serviço Sócio Educativo e programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, desenvolvido no Centro de Apoio à Criança e ao Adolescente - CECON e no Centro de Convivência Comunitário - CCC de Vila União.

VALOR R\$: 1.610,10

VIGÊNCIA: 03/12/2012 ate 31/12/2012

Contrato Nº 37/2012 - FMASC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 37/2012 - FMASC

Pregão Eletrônico Nº 000026/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2012

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Assistência Social de Capinzal

CONTRATADA: INFANTUS BRINQUEDOS E PRESENTES LTDA ME

OBJETO: Aquisição de brinquedos para organização de uma brinquedoteca, para manutenção das atividades do Serviço Sócio Educativo e programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, desenvolvido no Centro de Apoio à Criança e ao Adolescente - CECON e no Centro de Convivência Comunitário - CCC de Vila União.

VALOR R\$: 3.076,92

VIGÊNCIA: 03/12/2012 ate 31/12/2012

Termo Aditivo 001/2012 - Contrato Superior 0003/2010 - FMSC

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO 001/2012

CONTRATO SUPERIOR 0003/2010 - FMSC

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL

CONTRATADA: OXIGENIO COM. DE GASES ATMOSFERICOS LTDA

OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é o acréscimo no valor do contrato original de R\$ 13.587,50 (treze mil quinhentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos, conforme justificativa em anexo.

VALOR R\$: 13.587,50

VIGÊNCIA: 30/11/2012 A 31/12/2012

Termo Aditivo 001/2012 - Contrato Superior 0184/2012

EXTRATO DE COTRATO

TERMO ADITIVO 001/2012

CONTRATO SUPERIOR 0184/2012

Processo Licitatório Nº 0111/2012

Tomada de Preço p/Obras e Serviços de Engenharia Nº 0009/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: ANDRADE CONSTRUcoes LTDA

OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a supressão de R\$ 326.941,82 (Trezentos e vinte e seis mil, novecentos e quarenta e um reais e oitenta e dois centavos) e acréscimo valores de R\$ 82.172,18 (Oitenta e dois mil, cento e setenta e dois reais e dezoito centavos) referente aos serviços constantes na planilha em anexo, cujo valor total da supressão é de R\$ 244.769,64 (Duzentos e quarenta e quatro mil, setecentos e sessenta e nove reais e sessenta e quatro centavos) conforme planilhas e justificativa em anexo.

VALOR R\$: 244.769,64

VIGÊNCIA: 30/11/2012 A 31/12/2012

Termo Aditivo 004/2012 - Contrato Superior 0248/2011

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO 004/2012

CONTRATO SUPERIOR 0248/2011

Tomada de Preço p/Obras e Serviços de Engenharia Nº 0145/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: ANDRADE CONSTRUcoes LTDA

OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação do prazo de vigência do contrato até o dia 30 de dezembro de 2012, conforme planilhas e justificativa em anexo.

VALOR R\$: 0,00

VIGÊNCIA: 30/10/2012 A 30/11/2012

Catanduvas

PREFEITURA

Lei Nº 2.384, de 5 de Dezembro de 2012.

LEI Nº 2.384, de 5 de dezembro de 2012.

"DÁ NOVA REGULAMENTAÇÃO AO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, REVOGA LEIS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município, que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte LEI:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE de Catanduvas-SC, é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, atribuições do Município, de acordo com a Lei Federal nº 8.060/90, suas alterações e demais normas disciplinadoras.

§ 1º Caracteriza-se Permanente, porque uma vez criado, não mais se acaba, havendo apenas a renovação dos conselheiros a cada quatro anos; Autônomo, porque toma decisões e age sem interferência de qualquer órgão ou poder, somente devendo respeito à Lei, à Constituição Federal, e aos superiores interesses da criança e do adolescente e, por conseguinte, de toda a sociedade; Não Jurisdicional, porque não pertence ao Poder Judiciário, e não exerce suas funções, pois não lhe cabe apreciar e julgar os conflitos de interesse.

§ 2º Fica autorizada a criação de outros núcleos de Conselho Tutelar, dependendo da necessidade, a serem instalados a critério do CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sempre com a aprovação da Câmara Municipal de Vereadores, que determinará a competência geográfica de cada um.

Art. 2º Fica assegurado ao CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE dispor de dependências físicas, mobiliário e de todos os recursos materiais e humanos necessários ao seu funcionamento.

Art. 3º O Conselho Tutelar será composto de cinco (5) membros e igual número de suplentes, com mandato de quatro (4) anos, permitida uma (1) recondução, mediante novo processo de escolha.

CAPÍTULO II

DO PROCESSO DE ESCOLHA, DIPLOMAÇÃO E POSSE

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Art. 4º De acordo com o que estabelece a Lei Federal nº 8.069, suas alterações, demais disposições legais, o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar se dará de acordo com a presente Lei e realizado sob a responsabilidade do CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a fiscalização do Ministério Público.

Art. 5º Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos pelo voto facultativo, direto e secreto, de todos os eleitores inscritos

em Catanduvas-SC, cujo processo se dará pelas normas a serem baixadas através de resolução expedida pelo CMDCA.

§ 1º O primeiro processo de escolha nacionalmente unificado dos conselheiros tutelares, dar-se-á no dia 4 de outubro de 2015 (primeiro domingo do mês).

§ 2º A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

Art. 6º O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada quatro (4) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, de acordo com o disposto na Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

Art. 7º Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar será exigido o preenchimento dos seguintes requisitos:

- I - reconhecida idoneidade moral;
- II - idade igual ou superior a vinte e um (21) anos;
- III - residir no município de Catanduvas-SC, há pelo menos dois anos;
- IV - formação no ensino médio (2º grau) ou curso superior nas áreas da educação, saúde ou serviço social;
- V - reconhecida experiência de no mínimo dois (2) anos nas áreas da educação, saúde e serviço social, na defesa ou no atendimento de crianças e adolescentes.

SEÇÃO II

Dos Requisitos, do Registro e das Impugnações

Art. 8º Sessenta (60) dias antes do término do mandato dos membros do Conselho Tutelar, o Presidente do CMDCA fará publicar na imprensa local, edital de convocação de eleição do Conselho Tutelar, fixando sua data e abrindo o prazo de cinco (5) dias para inscrição dos candidatos.

Art. 9º Os pretendentes à candidatar-se às eleições do Conselho Tutelar, deverão efetuar o registro de suas candidaturas junto ao CMDCA, apresentando os documentos comprobatórios referentes aos requisitos de que trata o art. 7º da presente Lei, sendo que o requisito de que trata o art. 27, deverá ser atendido até a data da eleição.

Art. 10. Encerrado o prazo de inscrição, o Presidente do CMDCA fará publicar edital com a relação dos inscritos, abrindo o prazo de cinco (5) dias para impugnação, a partir da publicação.

§ 1º A impugnação poderá ser apresentada por qualquer cidadão ou entidade de atendimento, defesa ou promoção da criança e do adolescente e pelo Ministério Público.

§ 2º Simultaneamente à publicação e pelo prazo de cinco (5) dias, abrir-se-á vistas do processo ao Ministério Público, para a fiscalização de que trata o art. 139 da Lei Federal nº 8.069/90.

§ 3º Havendo impugnações o candidato será notificado da mesma, podendo apresentar defesa no prazo de cinco (5) dias ao CMDCA, que terá o mesmo prazo para decisão.

§ 4º Na apreciação dos documentos que acompanham o requerimento da inscrição, bem como as impugnações e defesa, o CMDCA deverá apreciá-los criteriosamente, podendo determinar diligências para elucidar aspectos relevantes.

Art. 11. Encerrados os prazos, e ao apreciar finalmente os pedidos, o Conselho Pleno, pautado no art. 7º desta Lei e demais

disposições, fará publicar Edital com as candidaturas deferidas e indeferidas.

Parágrafo único. Das decisões caberá recurso administrativo ao próprio CMDCA, que no prazo de cinco (5) dias, apreciará o recurso.

SEÇÃO III

Da Eleição, Proclamação, Diplomação e Posse dos Eleitos

Art. 12. Realizado o pleito, para cuja presidência, a critério do CMDCA, poderá ser convidada uma autoridade judiciária da Comarca, preferencialmente o Juiz de Direito, concluída a apuração, e proclamados os resultados, o presidente do CMDCA fará publicar Edital com os nomes dos Conselheiros e suplentes eleitos, com seus respectivos sufrágios.

§ 1º No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor (§ 3º, art. 139, Lei 8.069/90).

§ 2º Os Suplentes escolhidos serão os cinco (5) candidatos mais votados, imediatamente após os eleitos.

Art. 13. Os eleitos serão diplomados e tomarão posse perante o CMDCA na forma do § 2º do art. 5º da presente LEI.

CAPÍTULO III

DOS CONSELHEIROS TUTELARES

SEÇÃO I

Dos Impedimentos e da sua Competência

Art. 14. São impedidos de servir no mesmo Conselho, marido e mulher, ascendente e descendentes, sogro(a) e genro ou nora, irmãos, cunhados durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteados.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento do conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na comarca, foro regional ou distrital (parágrafo único do art. 140 da Lei 8.069/90).

Art. 15. Aplica-se ao Conselho Tutelar a regra de competência constante no art. 147 da Lei Federal nº 8.069/90.

Art. 16. Perderá o mandato automaticamente o conselheiro que for condenado por sentença irrecorrível pela prática de crime ou contravenção, ou que transferir residência para fora do município de Catanduvas-SC.

Art. 17. Perderá ainda o mandato de conselheiro tutelar, por cassação, em caso de grave desídia no cumprimento dos deveres de seu cargo, apurando-se o fato através de inquérito administrativo, instaurado pela maioria absoluta do CMDCA, e desde que haja votação favorável à cassação pela maioria qualificada de três quintos (3/5) do colegiado pleno, sendo garantida ao conselheiro a ampla defesa.

Art. 18. Em qualquer uma das hipóteses dos artigos anteriores, bem como nos casos de enfermidade permanente, morte ou renúncia, o CMDCA deverá declarar vago o cargo e convocar o suplente.

SEÇÃO II

Dos Suplentes

Art. 19. Definidos os candidatos eleitos, serão considerados suplentes todos os demais, pela ordem de votação recebida.

Art. 20. Na hipótese de vacância ou de substituição temporária por férias ou outra licença do titular, poderá, a critério do CMDCA, ser convocado a assumir o primeiro suplente e assim sucessivamente.

Art. 21. Os cinco (5) suplentes mais votados serão diplomados juntamente com os Conselheiros Tutelares.

Art. 22. Durante a substituição temporária, terá o substituto direito à mesma remuneração do substituído.

SEÇÃO III

Do Exercício da Função, dos Afastamentos Temporários e da Remuneração

Art. 23. O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante e estabelecerá a presunção de idoneidade moral (art. 135 do ECA).

Art. 24. Os conselheiros tutelares serão remunerados pelos cofres públicos municipais, nos mesmos parâmetros do professor titular MAG I, Nível 510, Referência "E", 20 horas semanais, com dedicação exclusiva, sem as vantagens de regência de classe, hora atividade, anuênio, e outras gratificações desse cargo, na atual importância de R\$ 896,83 (oitocentos e noventa e seis reais e oitenta e três centavos).

§ 1º Os conselheiros tutelares não terão direito à progressão salarial a que fazem jus os professores de carreira.

§ 2º Farão jus, porém, os conselheiros tutelares, dos seguintes direitos trabalhistas: cobertura previdenciária; gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de um terço (1/3) do valor da remuneração mensal; licença maternidade; licença paternidade; e gratificação natalina.

§ 3º O valor da remuneração mensal dos conselheiros, previsto nesta Lei, será reajustado nos mesmos índices adotados para os servidores públicos municipais.

Art. 25. Por serem os conselheiros tutelares, agentes públicos eleitos para mandatos temporários, não possuirão vínculo empregatício com o Município, tampouco adquirirão os direitos dos servidores, previstos no Estatuto. Por isso não adquirem ao término de seu mandato, qualquer tipo de indenização nem à efetivação ou estabilidade nos quadros da Administração Pública Municipal.

Art. 26. Elegendo-se algum funcionário público municipal, estes serão remunerados na forma do art. 24 e seus parágrafos.

§ 1º Havendo compatibilidade de horários, o conselheiro tutelar poderá acumular as funções de Conselheiro Tutelar com outro cargo público, desde que a carga horária total não seja superior a quarenta horas (40:00hs) semanais.

§ 2º O conselheiro eleito, sendo funcionário público, deixará de usufruir seus direitos de licença prêmio e licença remunerada, no período que exercer o mandato no Conselho Tutelar.

§ 3º Os conselheiros tutelares eleitos deverão se submeter à escala de trabalho e horários estabelecidos pelo CMDCA.

Art. 27. O funcionário público federal ou estadual que pretender se inscrever como candidato ao Conselho Tutelar deverá comprovar até a data da eleição a possibilidade de permanecer à disposição do Município, e caso eleito, poderá optar pelos vencimentos de sua origem, desde que a legislação de sua entidade lhe faculte.

Art. 28. As férias anuais dos conselheiros somente poderão ser gozadas por um (1) de cada vez.

Parágrafo único. A critério do CMDCA, na hipótese de ser convocado o suplente de conselheiro para ocupar a vaga do titular, o suplente passará a ter todos os direitos do titular, previstos na presente LEI.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO TUTELAR

Art. 29. São atribuições do Conselho Tutelar:

I - atender as crianças e adolescentes sempre que houver ameaça ou violação dos direitos reconhecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente: por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis, e em razão de sua conduta, aplicando as seguintes medidas:

- a) encaminhamento aos pais e responsáveis;
- b) orientação, apoio e acompanhamento temporário;
- c) matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- d) inclusão no programa comunitário ou oficial de auxílio à família, criança e adolescente;
- e) requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico em regime hospitalar ou ambulatorial;
- f) inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento à alcoólatras e toxicômanos;
- g) abrigo em entidade assistencial.

II - atender e aconselhar os pais ou responsáveis, e se for o caso, aplicar-lhes as seguintes medidas:

- a) encaminhamento a programa oficial ou comunitário de promoção à família;
- b) inclusão em programas de tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- c) encaminhamento a cursos ou programas de orientação;
- d) encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;
- e) obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar a sua frequência e aproveitamento escolar;
- f) obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamentos especializados;
- g) advertências.

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

- a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
- b) representar junto a autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações;

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra o direito da criança ou adolescente;

V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - providenciar medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI do Estatuto da Criança e do Adolescente, para o adolescente autor de ato infracional;

VII - expedir notificações;

VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X - representar em nome da pessoa e da família, contra programa ou programação de rádio ou televisão que desrespeitem valores éticos e sociais, bem como de programas de produtos, prática e serviços que possam ser nocivos à saúde da criança e do adolescente;

XI - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.

§ 1º O abrigo é medida provisória e excepcional utilizável como forma de transição para colocação em família substituta pela Autoridade Judiciária, não importando privação de liberdade.

§ 2º O Conselho Tutelar encaminhará ao Promotor de Justiça o estudo social e outros documentos referente à criança ou adolescente que necessitar de família substituta, bem como os dados da família candidata ao encargo, para o ajuizamento da competente ação.

§ 3º Se, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará incontinenti o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família.

Art. 30. As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 31. O Conselho Tutelar deverá no prazo de seis (6) meses, a partir da posse, elaborar e aprovar o seu Regimento Interno e eleger sua diretoria.

Art. 32. De acordo com o disposto na Resolução nº 152 do CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que deliberou os parâmetros gerais de transição para fins de regulamentação do processo de escolha dos conselheiros tutelares, e considerando que os atuais conselheiros tutelares foram empossados no ano de 2009, será realizado processo de escolha dos conselheiros tutelares para o mandato tampão, até que seja realizado o processo de escolha unificado em todo o Território Nacional, previsto para o dia 4 de outubro de 2015.

§ 1º Os Conselheiros Tutelares empossados no ano de 2013 terão mandato extraordinário e excepcional até a posse daqueles escolhidos no primeiro processo unificado, que ocorrerá no ano de 2015, conforme disposições previstas na Lei nº 12.696/12.

§ 2º O mandato dos conselheiros tutelares empossados no ano de 2013, cuja duração ficará prejudicada, não será computado para fins de participação no processo de escolha subsequente, que ocorrerá em 2015. De igual forma, e por se tratar de mandato extraordinário, poderão participar do processo de escolha, candidatos já reconduzidos em mandato anterior.

Art. 33. O processo de escolha dos conselheiros tutelares para as eleições 2012, será realizado de acordo com resolução a ser baixada pelo CMDCA, a presente Lei, e demais disposições legais próprias.

Art. 34. Os direitos previstos na presente Lei serão garantidos aos conselheiros tutelares eleitos para o mandato tampão.

Art. 35. Leis Municipais orçamentárias deverão prever recursos suficientes para a garantia dos direitos dos conselheiros tutelares, previstos na presente Lei, conforme determinação da Lei Federal nº 12.696/12.

Art. 36. As despesas decorrentes do cumprimento da presente Lei, correrão à conta de dotações próprias do Orçamento vigente do Município.

Art. 37. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 38. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as Leis Municipal nº 978, de 21/06/1993; Lei nº 1.252, de 21/01/1997; Lei nº 1.580, de 26/05/2000; Lei nº 1.721, de 21/02/2002; e Lei nº 2.055, de 24/11/2005.

Catanduvas-SC, 5 de dezembro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário Municipal de Administração

Registrada e publicada por esta Secretaria nesta data.

Lei Nº 2.385, de 5 de Dezembro de 2012.

LEI Nº 2.385, de 5 de dezembro de 2012.

"AUTORIZA ANULAÇÃO PARCIAL E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA CÂMARA MUNICIPAL"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores autorizado a proceder a ANULAÇÃO PARCIAL, na importância de R\$ 14.600,00 (Quatorze mil e seiscentos reais), das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

UNID. ORÇ. 0101 CÂMARA MUNICIPAL

031 AÇÃO LEGISLATIVA

2001 Manutenção do Poder Legislativo

31900000 Pessoal e Encargos Sociais R\$ 12.400,00

33500000 Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (ASSERV) R\$ 2.200,00

Art. 2º Com os recursos oriundos da anulação mencionada no artigo primeiro fica o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 14.600,00 (Quatorze mil e seiscentos reais), no orçamento vigente da Câmara Municipal de Vereadores, nas seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO 01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

UNID. ORÇ. 0101 CÂMARA MUNICIPAL

031 AÇÃO LEGISLATIVA

2001 Manutenção do Poder Legislativo

33900000 Aplicações Diretas R\$ 14.600,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Catanduvas-SC, 5 de dezembro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário Municipal de Administração

Registrada e publicada por esta Secretaria nesta data.

Decreto 1.862, de 4 de Dezembro de 2012.

DECRETO 1.862, de 4 de dezembro de 2012.

"ATUALIZA O ÍNDICE UFRM PARA O EXERCÍCIO DE 2013, ESTABELECE PRAZOS PARA PAGAMENTO DE IMPOSTOS E TAXAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II, VIII e XI do art. 103 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o disposto no art. 160, e art. 309 da Lei Complementar Municipal 17/2002, e Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013,

CONSIDERANDO, a variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) relativo ao período de dezembro de 2011 a novembro de 2012 em 6,9553%; e

CONSIDERANDO, a necessidade de se estabelecer um calendário para o pagamento de tributos para o próximo Exercício, conforme previsto na Legislação Municipal,

DECRETA:

Art. 1º O valor da UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal -, para o Exercício de 2013, fica estabelecido em R\$ 2,55 (dois reais e cinquenta e cinco centavos), atualizada pelos índices do IGP-M/FGV do Exercício de 2012, em 6,9553% (mais seis inteiros, noventa e cinco, cinco três pontos percentuais) referente a inflação, em atendimento ao estabelecido no art. 309 do Código Tributário Municipal.

Art. 2º Fica estabelecido como vencimento final para pagamento do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano de 2013, em cota única com desconto de quinze por cento (15%), o dia 15 de março de 2013.

Art. 3º Fica estabelecido, para pagamento parcelado do IPTU/2013, sem desconto, os seguintes vencimentos:

a) 1ª PARCELA - 15/03/2013

b) 2ª PARCELA - 15/04/2013 e

c) 3ª PARCELA - 15/05/2013

Art. 4º Fica estabelecido como vencimento final para pagamento da Taxa de Fiscalização e Funcionamento - TFF e Taxa de Vigilância Sanitária - TVS para o Exercício de 2013, em cota única e sem desconto, o dia 5 de março de 2013.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas-SC, 4 de dezembro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário de Administração

Registrado e publicado nesta data.

Decreto Nº 1.863, de 5 de Dezembro de 2012.

DECRETO Nº 1.863, de 5 de dezembro de 2012.

"PRORROGA PRAZO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO E ENTREGA DE INFRAESTRUTURA DO LOTEAMENTO IVO COVOLAN, E DÁ

OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II, VIII, e XXVI do art. 103 da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o disposto na Lei nº 2.362, de 23 de maio de 2012,

CONSIDERANDO, a existência de entraves burocráticos na tramitação do Projeto do Loteamento Ivo Covolan, tornando exíguo o prazo concedido pela Lei Municipal nº 2.362, de 23 de maio de 2012; e

CONSIDERANDO, também a necessidade de resolução de questões técnicas para a adequação do Projeto às leis que tratam do parcelamento do solo urbano, demandando tempo superior ao estabelecido na supracitada LEI,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado para mais noventa (90) dias, o prazo estabelecido no art. 3º da Lei Municipal nº 2.362, de 23 de maio de 2012, para o Loteador cumprir as obrigações constantes desta citada LEI.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 23 de novembro de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas(SC), 5 de dezembro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Secretário Municipal de Administração

Registrado e publicado nesta data.

Portaria P/5578 /12, de 30.11.12

PORTARIA P/5578 /12, de 30.11.12

"Prorroga por prazo determinado, nomeação de Luciana Antunes Fernandes Espit"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso de suas atribuições legais e com amparo no art. 2º, VII, da Lei nº 2.255, de 28 de abril de 2010, e Edital de Teste Seletivo, nº 001/12, de 30 de janeiro de 2012,

R e s o l v e

PRORROGAR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, a nomeação de Luciana Antunes Fernandes Espit, ocupante do Cargo de Agente de Copa e Higienização, Nível CE-06A (com 40:00 horas) semanais, em caráter excepcional e por prazo determinado, para substituir à Servidora Marilene Videte Canalli Gubiani, que encontra-se em Licença para tratamento de saúde - INSS, e posteriormente férias, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, com os vencimentos de lei.

Este ato prorroga o período constante na Portaria P/5565/12, elevando-o até 30 de maio de 2013.

Catanduvas, 30 de novembro de 2012

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/5565/12

Portaria P/5579/12, de 14.12.2012

PORTARIA P/5579/12, de 14.12.2012

"Exonera, em virtude de aposentadoria por tempo de serviço, concedida pelo INSS, à servidora Zilma do Carmo da Silva Pizzi", e

declara a vacância do Cargo.

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal, no uso das atribuições legais e na forma do artigo 38, I e V, c/c art. 200, da Lei Complementar nº 19, de 04 de janeiro de 2002.

R e s o l v e,

EXONERAR A PEDIDO, em virtude de aposentadoria por tempo de serviço, concedida pelo INSS, à Servidora Zilma do Carmo da Silva Pizzi, ocupante do Cargo de Professora, Nível-MG-522-F, com 40:00 (horas semanais), com efetividade no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Declarar a vacância do Cargo, nos termos do artigo 38,V, da Lei Complementar nº 19/02. Conceda-se a Indenização por Tempo de Serviço - ITS, na forma estabelecida no artigo 181, I, da Lei Complementar nº 02, de 13.05.92, observando-se os limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 19, de 04 de janeiro de 2002.

Este ato tem efeitos a partir da presente data, quando a nominada servidora deixa de exercer suas funções.

Catanduvas, 14 de dezembro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Anterior: Portaria P/5427/12

Aviso de Licitação - Processo Licitatório Nº 0103/2012 - Edital de Pregão Presencial Nº 0052/2012**AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0103/2012

EDITAL DE PREGAO PRESENCIAL Nº 0052/2012

Objeto: Constitui o objeto da presente licitação a aquisição de material escolar para distribuição gratuita nas escolas e material didático e de expediente, visando o desenvolvimento da Secretaria de Educação.

Abertura das Propostas: às 08 horas do dia 20 de dezembro de 2012.

Da disponibilização do edital: o edital está disponível no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 07 horas às 13 horas, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144 ramal 229.

Catanduvas - SC, 5 de dezembro de 2012.

Gisa Aparecida Giacomini.
Prefeita Municipal.

Editais de Contribuição de Melhoria Nº 001/2012

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 001/2012

A Exma. Sra. Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 289 e seguintes da Lei Complementar nº 17, de 17 de dezembro de 2001 (Código Tributário Municipal com alterações), faz saber a quem interessar possa, especialmente aos proprietários da Rua pavimentada, que o Município de Catanduvas, SC, baixa EDITAL DEMONSTRANDO OS CUSTOS DA OBRA, para fim de cobrança de CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ao erário, dos valores despendidos na pavimentação em paralelepípedo (drenagem pluvial, meios-fios, passeios públicos, pavimentação e sinalização) em parte da Rua

Tiradentes, trecho entre Rua Duque de Caxias e Rua Wenceslau Brás, no Bairro Centro Oeste, nesta cidade de Catanduvas(SC).

1 - DO LOCAL

Rua Tiradentes, trecho entre Rua Duque de Caxias e Rua Wenceslau Brás, no Bairro Centro Oeste, nesta cidade de Catanduvas, SC, numa área pavimentada de 2.836,64m² com extensão, largura da pista, drenagem pluvial, meios-fios, passeios públicos, pavimentação e sinalização vertical e cordões definidos no projeto da obra e constante no processo licitatório.

2 - MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

As normas para a execução dos serviços foram descritas no memorial descritivo do projeto, o qual é parte integrante do processo licitatório que selecionou a proposta mais vantajosa para execução da obra, e que compreende todas as atividades necessárias para a execução da pavimentação, resumidamente:

Serviços iniciais (terraplanagem, compactação e placas de obras);
Drenagem pluvial (escavação, bocas de lobo, tubos de concreto, reaterro de valas);

Meios-fios (pré-moldado);

Passeios Públicos, (lastro de brita, contrapiso, lajotas de concreto);

Pavimentação em paralelepípedo (base de pedrisco e reajustamento com pó de pedra);

Sinalização vertical (placas de regulamentação e identificação); e

3 - DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pelas obras, ou seja, dos imóveis confrontantes com a Rua Tiradentes, trecho entre Rua Duque de Caxias e Rua Wenceslau Brás, que foram valorizados, conforme Decreto anexo de nº 1.860, de 28 de novembro de 2012.

4 - DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Na forma do art. 289, Lei Complementar nº 17, de dezembro de 2001 com redação dada pela Lei Complementar nº 59 de 23 de dezembro de 2009, a cobrança da Contribuição de Melhoria terá como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, sendo este o seu fato gerador, computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução, financiamento e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo aos índices cadastrais junto ao Cadastro Imobiliário Urbano (testada do imóvel), laudo anexo, que será acrescida ao valor venal do mesmo.

5 - DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção para as zonas diretamente atingidas é proporcional à valorização dos imóveis, tendo como limite total o valor dos investimentos (custo da obra) (R\$ 156.820,04), e individualmente o valor da efetiva valorização ocorrida no respectivo imóvel, apurada mediante procedimento administrativo que consta no laudo anexo, levando-se em conta os índices cadastrais já referidos.

6 - PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTES

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será de R\$ 56.000,00 que de acordo com o laudo de valorização dos imóveis, parte integrante deste Edital.

Ordem	Quadra	Lote	Imóvel nº	Proprietário	Testada (m)
01	01	403P	122	ALVICIO RODRIGUES	10m

Ordem	Quadra	Lote	Imóvel nº	Proprietário	Testada (m)
02	01	403P	123	TEODORICO ALVES DRUN – Espólio	15m
03	01	403P	101	ARI OSVALDO CHAVES	15m
04	01	38P	119	GILMAR SEGALA	20m
05	01	38P	120	JOSE FAGUNDES DA SILVA	10m
06	01	38P	121	LUCIA MARIA BONOTTO	10m
07	02	122C	138	MARIA GANDIN BIANCHI	14m
08	02	122B	2791	MARIA GANDINI BIANCHI	13m
09	02	122A	139	ANGELA MARIA BROLLO BEGNINI	13m
10	02	93P	140	OTAVIO ROSA DE ANDRADE – Espólio	20m
11	02	93B	2790	MOACIR CARDOSO DA SILVA	9,2m
12	02	93A	124	FIRMINO CARDOSO DA SILVA	10,8m
13	48	430	854	GEOMAR JOVAN TONIELO	40m
14	48	425P	853	ALVINO VARGAS	24m
15	48	425P	852	TERESINHA APDA PICOLI MOTERLE	16m
16	49	420P	869	JOSE KOFFERMAN	20m
17	49	420P	868	GERVASIO RODRIGUES – Espólio	5m
18	49	420P	867	VERINHA FÁTIMA MINATTI	15m
19	49	402B	866	LUIZ DE DEUS E SILVA	20m
20	49	402A	865	JULSIMAR TITON	20m
					320 metros

7 - DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DAS OBRAS

O custo unitário e total para a realização das obras, de acordo com as benfeitorias realizadas na Rua e Edital de Licitação respectivo, está expresso na tabela abaixo:

Serviços	Metragem da obra (m²)	Custo total da obra (R\$)	Custo unitário da obra (R\$/m²)	Valor custeado pelos contribuintes R\$
Serviços iniciais (terraplanagem, compactação e placas de obras); Drenagem pluvial (escavação, bocas de lobo, tubos de concreto, reaterro de valas); Meios-fios (pré-moldado); Passeios Públicos, (lastro de brita, contrapi-so, lajotas de concreto); Pavimentação em paralelepípedo (base de pedrisco e reajustamento com pó de pedra); Sinalização vertical (placas de regulamentação e identificação); e	2.836,64	R\$ 156.820,04	R\$ 55,28	R\$ 56.000,00

8 - FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da Contribuição de Melhoria das obras referidas neste Edital será efetuado pelos contribuintes à Fazenda Municipal, obedecendo às seguintes condições:

8.1 - Pagamento à vista

A ser pago pelo contribuinte, em cota única, no prazo de 30 dias, contados da data de sua notificação nos termos do art. 299 da Lei Complementar nº 17/2001 (CTM).

8.2 - Pagamento parcelado

A ser efetuado pelo contribuinte, em até 10 (dez) prestações mensais e consecutivas, acrescidas estas, de juros de mora de 1% ao mês e atualizações pela aplicação da UFRM, nos termos do art. 299, §1º da Lei Complementar nº 17/2001 (CTM).

9 - OPÇÃO DE PAGAMENTO

Ficará a critério do contribuinte optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, dentro dos parâmetros acima.

Decorridos sessenta (60) dias contados do Lançamento da Contribuição de Melhoria de que trata este Edital, sem que haja o pagamento total, ou pedido de parcelamento da dívida, o débito será considerado vencido, para todos os efeitos legais, principalmente para inscrição em dívida ativa, em conformidade com o disposto no Código Tributário do Município.

10 - DISPOSIÇÕES GERAIS

Integra este Edital o memorial e projetos executivos das obras,

planilha orçamentária, Edital de Licitação das obras, bem como o laudo técnico com a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida.

Os proprietários dos imóveis que foram beneficiados com as obras de que trata o presente Edital, tem o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo das obras e número de prestações, de acordo com o disposto no art. 301 do CTM.

11 - DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto à Secretaria de Administração ou Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Catanduvas, SC, 04 de dezembro de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretario de Administração e Finanças

Visto Assessor Jurídico da Prefeitura Municipal de Catanduvas, Edital de Contribuição de Melhoria nº 0001/2012.

CLAUDEMIR TCHOI BUCCO

Assessor Jurídico

OAB/SC Nº9686

Registrado e publicado por esta Secretaria em ____ de dezembro de 2012.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Resultado da Prova Objetiva e de Títulos do Processo Seletivo Público Nº 08/2012/SMECE

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 08/2012/SMECE

REALIZAÇÃO: CONCURSOS SS1

JOSÉ BRAULIO INÁCIO, Prefeito Municipal de Chapadão do Lageado, por meio da Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Edital de Processo Seletivo Nº 05/2012/SMECE, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

RESULTADO DOS RECURSOS RELATIVO AO GABARITO PRELIMINAR: por terem sido julgados improcedentes os recursos impetrados, conforme Pareceres da Banca Examinadora, em nada altera o resultado anteriormente divulgado. Os pareceres estão à disposição dos candidatos na Prefeitura Municipal.

RESULTADO DA PROVA OBJETIVA E DE TÍTULOS: conforme relatório de notas, Anexo I deste Edital.

Os candidatos interessados em interpor recursos poderão fazê-lo,



nos dias 11 e 12/12/2012, em conformidade com o disposto no Capítulo VII, do EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 05/2012/SMECE, junto à Prefeitura, em horário de expediente.

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado,
07 de dezembro de 2012.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

CRISLEI SEBOLD
Secretaria Da Educação Cultura E Esportes

ANEXO I – Relatório de Notas da Prova Objetiva e de Títulos

Técnico em Informática

Inscrição	Nome	Port	Mat	Inf	Leg	Nota	Situação	Títulos	Nota Final
3500036	CLAUDOMIRO ANTUNES	8,00	2,00	20,00	4,00	34,00	Classificado	0,48	34,48
3500005	RICARDO FRANCISCO BROERING	8,00	2,00	20,00	4,00	34,00	Classificado	0,38	34,38
3500010	ROBSON JULIANO HASSE	6,00	8,00	20,00	2,00	36,00	Classificado	1,03	37,03

Professor - Área I - Educação Infantil – HABILITADO

Inscrição	Nome	Port	Mat	Inf	Leg	Ped	Nota	Situação	Títulos	Pontuação Final
3500048	BEATRIZ KARNOSKI JASPER	4,00	2,80	2,80	7,50	10,00	27,10	Eliminado	-	-
3500009	CLAUDIA LOPES SY-PRIANI	2,00	4,20	1,40	7,50	7,50	22,60	Eliminado	-	-
3500063	CLAUDINEI DA SILVEIRA	8,00	2,80	2,80	10,00	10,00	33,60	Classificado	2,88	36,48
3500011	DANIELA KRAUS	6,00	2,80	2,80	7,50	15,00	34,10	Classificado	2,64	36,74
3500058	DENISE MACHADO KLETTENBERG	8,00	2,80	2,80	7,50	10,00	31,10	Classificado	9,40	40,50
3500034	ELAINE THOLL JASPER	14,00	4,20	1,40	5,00	10,00	34,60	Classificado	9,48	44,08
3500024	ELISANGELA SEBOLD MACIEL	14,00	5,60	1,40	10,00	10,00	41,00	Classificado	2,32	43,32
3500062	ELOIZA DA SILVA	8,00	2,80	4,20	7,50	7,50	30,00	Classificado	8,92	38,92
3500031	EVILANEA DE OLIVEIRA	2,00	0,00	0,00	7,50	10,00	19,50	Eliminado	-	-
3500054	JOSIANE HEERDT FARIAS	6,00	1,40	2,80	7,50	10,00	27,70	Eliminado	-	-
3500049	JOSIANI MACHADO DE PINHO	8,00	1,40	1,40	10,00	12,50	33,30	Classificado	10,48	43,78
3500045	JULIE MARA DE OLIVEIRA	8,00	2,80	2,80	7,50	7,50	28,60	Eliminado	-	-
3500032	LUANA FRANZ DE OLIVEIRA	4,00	2,80	1,40	5,00	10,00	23,20	Eliminado	-	-
3500015	MARIA LUIZA GOEDERT JEREMIAS	6,00	0,00	0,00	2,50	7,50	16,00	Eliminado	-	-

3500020	MARINELMA RAYMUNDO	2,00	0,00	2,80	5,00	7,50	17,30	Eliminado	-	-
3500040	MARY SILVIA KERSBAUM MEDEIROS	2,00	1,40	2,80	5,00	5,00	16,20	Eliminado	-	-
3500074	NADIA CRISTINA DA LUZ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Eliminado	-	-
3500051	NARA LIGIA VIEIRA DA SILVA.	6,00	1,40	2,80	5,00	7,50	22,70	Eliminado	-	-
3500053	NEUZA SEBOLD DE ALMEIDA	2,00	0,00	2,80	7,50	10,00	22,30	Eliminado	-	-
3500071	PATRICIA MACHADO HINCKEL	6,00	2,80	4,20	7,50	10,00	30,50	Classificado	10,44	40,94
3500027	REGIANE MARQUEZ	6,00	0,00	4,20	7,50	10,00	27,70	Eliminado	-	-
3500041	RITA DE CASIA PEREIRA	4,00	0,00	1,40	2,50	5,00	12,90	Eliminado	-	-
3500050	ROBERTA PATRICIA NEUHAUS	4,00	1,40	1,40	2,50	7,50	16,80	Eliminado	-	-
3500025	VALDIRENE MOHR MARQUEZ	0,00	1,40	0,00	2,50	12,50	16,40	Eliminado	-	-
3500077	VANDERLI KRAUS MANNETI	10,00	0,00	2,80	5,00	7,50	25,30	Eliminado	-	-
3500065	VILMA RENGEL	8,00	0,00	1,40	5,00	12,50	26,90	Eliminado	-	-

Professor - Área I - Educação Infantil - NAO HABILITADO

Inscrição	Nome	Port	Mat	Inf	Leg	Ped	Nota	Situação	Títulos	Nota Final
3500039	DANIELA GUIMARAES ERN	8,00	0,00	4,20	7,50	7,50	27,20	Eliminado	-	-
3500006	DEISEANE DOS SANTOS	6,00	2,80	2,80	10,00	7,50	29,10	Eliminado	-	-
3500081	DENISE RAYMUNDO DA SILVA	8,00	4,20	2,80	7,50	12,50	35,00	Classificado	1,64	36,64
3500044	ELISANDRA SEBOLD	4,00	1,40	1,40	7,50	5,00	19,30	Eliminado	-	-
3500042	FABIANA HEERDT SCHLEMPER	8,00	0,00	4,20	7,50	10,00	29,70	Eliminado	-	-
3500035	FABIANA THOLL	4,00	0,00	4,20	5,00	12,50	25,70	Eliminado	-	-
3500059	JACIARA ERRARDT	4,00	2,80	1,40	5,00	5,00	18,20	Eliminado	-	-
3500017	JESSICA JEREMIAS	4,00	5,60	2,80	0,00	10,00	22,40	Eliminado	-	-
3500070	LUCIANA ESPINDOLA	4,00	1,40	1,40	7,50	10,00	24,30	Eliminado	-	-
3500056	MARIA ISABEL LUDVING	4,00	4,20	0,00	2,50	7,50	18,20	Eliminado	-	-
3500037	MONIQUE RAFAELA EDUARDO	10,00	5,60	1,40	7,50	5,00	29,50	Eliminado	-	-
3500061	PATRICIA PEREIRA	8,00	1,40	0,00	5,00	7,50	21,90	Eliminado	-	-
3500007	RAFAELA GUIMARAES	6,00	0,00	2,80	5,00	10,00	23,80	Eliminado	-	-

3500076	SABRINA CABRAL	4,00	0,00	4,20	2,50	0,00	10,70	Eliminado	-	-
3500022	TAINE RODE	6,00	1,40	2,80	5,00	10,00	25,20	Eliminado	-	-
3500060	VANESSA HINCKEL	6,00	1,40	1,40	7,50	7,50	23,80	Eliminado	-	-

Professor - Área II – Ensino Fundamental Anos Iniciais – HABILITADO

Inscrição	Nome	Port	Mat	Inf	Leg	Ped	Nota	Situação	Títulos	Nota Final
3500016	ALDO JERE-MIAS	2,00	2,80	2,80	5,00	10,00	22,60	Eliminado	-	-
3500046	ANDRE SE-BOLD	4,00	2,80	2,80	7,50	7,50	24,60	Eliminado	-	-
3500048	BEATRIZ KARNOSKI JASPER	4,00	2,80	2,80	7,50	7,50	24,60	Eliminado	-	-
3500009	CLAUDIA LOPES SY-PRIANI	2,00	4,20	1,40	7,50	10,00	25,10	Eliminado	-	-
3500063	CLAUDINEI DA SILVEIRA	8,00	2,80	2,80	10,00	10,00	33,60	Classificado	2,88	36,48
3500011	DANIELA KRAUS	6,00	2,80	2,80	7,50	12,50	31,60	Classificado	2,64	34,24
3500058	DENISE MACHADO KLETTEN-BERG	8,00	2,80	2,80	7,50	10,00	31,10	Classificado	9,4	40,5
3500034	ELAINE THOLL JAS- PER	14,00	4,20	1,40	5,00	7,50	32,10	Classificado	9,48	41,58
3500024	ELISANGE-LA SEBOLD MACIEL	14,00	5,60	1,40	10,00	12,50	43,50	Classificado	2,32	45,82
3500062	ELOIZA DA SILVA	8,00	2,80	4,20	7,50	7,50	30,00	Classificado	8,92	38,92
3500055	ELZA STEIN PEREIRA	2,00	1,40	1,40	5,00	10,00	19,80	Eliminado	-	-
3500031	EVILANEA DE OLIVEIRA	2,00	0,00	0,00	7,50	5,00	14,50	Eliminado	-	-
3500023	JAQUELINE LEHMKUHL	8,00	1,40	4,20	7,50	15,00	36,10	Classificado	1,04	37,14
3500054	JOSIANE HE- ERDT FARIAS	6,00	1,40	2,80	7,50	12,50	30,20	Classificado	8,76	38,96
3500045	JULIE MARA DE OLIVEIRA	8,00	2,80	2,80	7,50	12,50	33,60	Classificado	10,28	43,88
3500032	LUANA FRANZ DE OLIVEIRA	4,00	2,80	1,40	5,00	7,50	20,70	Eliminado	-	-
3500015	MARIA LUIZA GOEDERT JEREMIAS	6,00	0,00	0,00	2,50	12,50	21,00	Eliminado	-	-
3500020	MARINELMA RAYMUNDO	2,00	0,00	2,80	5,00	7,50	17,30	Eliminado	-	-
3500040	MARY SILVIA KERSBAUM MEDEIROS	2,00	1,40	2,80	5,00	7,50	18,70	Eliminado	-	-
3500051	NARA LIGIA VIEIRA DA SILVA.	6,00	1,40	2,80	5,00	7,50	22,70	Eliminado	-	-
3500053	NEUZA SEBOLD DE ALMEIDA	2,00	0,00	2,80	7,50	7,50	19,80	Eliminado	-	-
3500071	PATRICIA MACHADO HINCKEL	6,00	2,80	4,20	7,50	12,50	33,00	Classificado	10,44	43,44

3500027	REGIANE MARQUEZ	6,00	0,00	4,20	7,50	7,50	25,20	Eliminado	-	-
3500041	RITA DE CAS- SIA PEREIRA	4,00	0,00	1,40	2,50	5,00	12,90	Eliminado	-	-
3500050	ROBERTA PATRICIA NEUHAUS	4,00	1,40	1,40	2,50	5,00	14,30	Eliminado	-	-
3500025	VALDIRENE MOHR MAR- QUEZ	0,00	1,40	0,00	2,50	15,00	18,90	Eliminado	-	-
3500077	VANDERLI KRAUS MA- NETI	10,00	0,00	2,80	5,00	7,50	25,30	Eliminado	-	-
3500065	VILMA REN- GEL	8,00	0,00	1,40	5,00	10,00	24,40	Eliminado	-	-

Professor - Área II – Ensino Fundamental Anos Iniciais - NAO HABILITADO

Inscrição	Nome	Port	Mat	Inf	Leg	Ped	Nota	Situação	Títulos	Nota Final
3500039	DANIELA GUIMARAES ERN	8,00	0,00	4,20	7,50	10,00	29,70	Eliminado	-	-
3500006	DEISEANE DOS SANTOS	6,00	2,80	2,80	10,00	10,00	31,60	Classificado	2,00	33,60
3500044	ELISANDRA SEBOLD	4,00	1,40	1,40	7,50	5,00	19,30	Eliminado	-	-
3500042	FABIANA HEERDT SCH- LEMPER	8,00	0,00	4,20	7,50	10,00	29,70	Eliminado	-	-
3500035	FABIANA THOLL	4,00	0,00	4,20	5,00	12,50	25,70	Eliminado	-	-
3500075	FLADEMIR FRANZ	2,00	2,80	1,40	0,00	7,50	13,70	Eliminado	-	-
3500059	JACIARA ERRARDT	4,00	2,80	1,40	5,00	5,00	18,20	Eliminado	-	-
3500017	JESSICA JEREMIAS	4,00	5,60	2,80	0,00	12,50	24,90	Eliminado	-	-
3500070	LUCIANA ESPINDOLA	4,00	1,40	1,40	7,50	12,50	26,80	Eliminado	-	-
3500056	MARIA ISA- BEL LUDVING	4,00	4,20	0,00	2,50	5,00	15,70	Eliminado	-	-
3500037	MONIQUE RAFAELA EDUARDO	10,00	5,60	1,40	7,50	2,50	27,00	Eliminado	-	-
3500061	PATRICIA PEREIRA	8,00	1,40	0,00	5,00	7,50	21,90	Eliminado	-	-
3500038	PATRICIA ZUNINO	8,00	2,80	0,00	5,00	7,50	23,30	Eliminado	-	-
3500007	RAFAELA GUIMARAES	6,00	0,00	2,80	5,00	5,00	18,80	Eliminado	-	-
3500076	SABRINA CABRAL	4,00	0,00	4,20	2,50	2,50	13,20	Eliminado	-	-
3500022	TAINE RODE	6,00	1,40	2,80	5,00	7,50	22,70	Eliminado	-	-
3500060	VANESSA HINCKEL	6,00	1,40	1,40	7,50	7,50	23,80	Eliminado	-	-

Professor - Área III - Ensino Fundamental Artes – HABILITADO

Inscrição	Nome	Port	Mat	Inf	Leg	Ped	Nota	Situação	Títulos	Nota Final
3500045	JULIE MARA DE OLIVEIRA	8,00	2,80	2,80	7,50	10,00	31,10	Classificado	10,28	41,38
3500067	SABRINA HINCKEL DE SOUZA	8,00	2,80	4,20	2,50	10,00	27,50	Eliminado	-	-

Professor - Área III - Ensino Fundamental Artes - NAO HABILITADO

Inscrição	Nome	Port	Mat	Inf	Leg	Ped	Nota	Situação	Títulos	Nota Final
3500021	ALISSON BORGES DOS SANTOS	2,00	4,20	4,20	5,00	12,50	27,90	Eliminado	-	-
3500013	DAIANI ANDRE MEURER	4,00	0,00	1,40	7,50	2,50	15,40	Eliminado	-	-
3500081	DENISE RAYMUNDO DA SILVA	8,00	4,20	2,80	7,50	15,00	37,50	Classificado	1,64	39,14
3500047	EDILSON FAUSTINO DA MOTTA	2,00	0,00	1,40	2,50	5,00	10,90	Eliminado	-	-
3500019	SIMONE CORDEIRO DOS SANTOS	4,00	2,80	2,80	2,50	10,00	22,10	Eliminado	-	-

Professor - Área III - Ensino Fundamental Ciências – HABILITADO

Inscrição	Nome	Port	Mat	Inf	Leg	Ped	Nota	Situação	Títulos	Nota Final
3500058	DENISE MACHADO KLETTENBERG	8,00	2,80	2,80	7,50	10,00	31,10	Classificado	9,40	40,50

Professor - Área III - Ensino Fundamental Educação Física – HABILITADO

Inscrição	Nome	Port	Mat	Inf	Leg	Ped	Nota	Situação	Títulos	Nota Final
3500028	DAIANA WEBER	4,00	0,00	1,40	10,00	10,00	25,40	Eliminado	-	-
3500052	MAURO CORDEIRO DOA SANTOS	10,00	0,00	0,00	5,00	7,50	22,50	Eliminado	-	-
3500082	PAULO CESAR MARTINS	2,00	0,00	1,40	5,00	2,50	10,90	Eliminado	-	-

Professor - Área III - Ensino Fundamental Educação Física - NAO HABILITADO

Inscrição	Nome	Port	Mat	Inf	Leg	Ped	Nota	Situação	Títulos	Nota Final
3500072	DEIVID DIONI MONTEIRO	4,00	2,80	1,40	2,50	10,00	20,70	Eliminado	-	-

Professor - Área III - Ensino Fundamental Ensino Religioso – HABILITADO

Inscrição	Nome	Port	Mat	Inf	Leg	Ped	Nota	Situação	Títulos	Nota Final
3500069	DIONE KEISER STREY	8,00	4,20	1,40	10,00	7,50	31,10	Classificado	0,16	31,26

Professor - Área III - Ensino Fundamental Ensino Religioso - NAO HABILITADO

Inscrição	Nome	Port	Mat	Inf	Leg	Ped	Nota	Situação	Títulos	Nota Final
3500028	DAIANA WEBER	4,00	0,00	1,40	10,00	12,50	27,90	Eliminado	-	-

Professor - Área III - Ensino Fundamental Geografia – HABILITADO

Inscrição	Nome	Port	Mat	Inf	Leg	Ped	Nota	Situação	Títulos	Nota Final
3500013	DAIANI ANDRE MEURER	4,00	0,00	1,40	7,50	5,00	17,90	Eliminado	-	-
3500049	JOSIANI MACHADO DE PINHO	8,00	1,40	1,40	10,00	15,00	35,80	Classificado	10,48	46,28

3500071	PATRICIA MACHADO HINCKEL	6,00	2,80	4,20	7,50	12,50	33,00	Classificado	10,44	43,44
3500038	PATRICIA ZUNINO	8,00	2,80	0,00	5,00	10,00	25,80	Eliminado	-	-

Professor - Área III - Ensino Fundamental Geografia - NAO HABILITADO

Inscrição	Nome	Port	Mat	Inf	Leg	Ped	Nota	Situação	Títulos	Nota Final
3500021	ALISSON BORGES DOS SANTOS	2,00	4,20	4,20	5,00	12,50	27,90	Eliminado	-	-

Professor - Área III - Ensino Fundamental História – HABILITADO

Inscrição	Nome	Port	Mat	Inf	Leg	Ped	Nota	Situação	Títulos	Nota Final
3500054	JOSIANE HE-ERDT FARIAS	6,00	1,40	2,80	7,50	12,50	30,20	Classificado	8,76	38,96

Professor - Área III - Ensino Fundamental História - NAO HABILITADO

Inscrição	Nome	Port	Mat	Inf	Leg	Ped	Nota	Situação	Títulos	Nota Final
3500014	ARLENE DORNER BRUNETTO	6,00	1,40	1,40	10,00	15,00	33,80	Classificado	2,16	35,96
3500039	DANIELA GUIMARAES ERN	8,00	0,00	4,20	7,50	10,00	29,70	Eliminado	-	-
3500075	FLADEMIR FRANZ	2,00	2,80	1,40	0,00	7,50	13,70	Eliminado	-	-

Professor - Área III - Ensino Fundamental Inglês – HABILITADO

Inscrição	Nome	Port	Mat	Inf	Leg	Ped	Nota	Situação	Títulos	Nota Final
3500004	JULIANA MARIA LONGEN	6,00	0,00	1,40	5,00	10,00	22,40	Eliminado	-	-

Professor - Área III - Ensino Fundamental Inglês - NAO HABILITADO

Inscrição	Nome	Port	Mat	Inf	Leg	Ped	Nota	Situação	Títulos	Nota Final
3500014	ARLENE DORNER BRUNETTO	6,00	1,40	1,40	10,00	10,00	28,80	Eliminado	-	-
3500006	DEISEANE DOS SANTOS	6,00	2,80	2,80	10,00	10,00	31,60	Classificado	2,00	33,60
3500027	REGIANE MARQUEZ	6,00	0,00	4,20	7,50	10,00	27,70	Eliminado	-	-

Professor - Área III - Ensino Fundamental Matemática - NAO HABILITADO

Inscrição	Nome	Port	Mat	Inf	Leg	Ped	Nota	Situação	Títulos	Nota Final
3500075	FLADEMIR FRANZ	2,00	2,80	1,40	0,00	10,00	16,20	Eliminado	-	-

Professor - Área V - Programa Especial - Informática - NAO HABILITADO

Inscrição	Nome	Port	Mat	Inf	Leg	Ped	Nota	Situação	Títulos	Nota Final
3500021	ALISSON BORGES DOS SANTOS	2,00	4,20	4,20	5,00	7,50	22,90	Eliminado	-	-
3500014	ARLENE DORNER BRUNETTO	6,00	1,40	1,40	10,00	12,50	31,30	Classificado	2,16	33,46
3500028	DAIANA WEBER	4,00	0,00	1,40	10,00	12,50	27,90	Eliminado	-	-
3500013	DAIANI ANDRE MEURER	4,00	0,00	1,40	7,50	2,50	15,40	Eliminado	-	-

3500011	DANIELA KRAUS	6,00	2,80	2,80	7,50	15,00	34,10	Classificado	2,64	36,74
3500081	DENISE RAY-MUNDO DA SILVA	8,00	4,20	2,80	7,50	12,50	35,00	Classificado	1,64	36,64
3500062	ELOIZA DA SILVA	8,00	2,80	4,20	7,50	10,00	32,50	Classificado	8,92	41,42
3500018	GESSICA SCHMIDT	4,00	0,00	1,40	2,50	5,00	12,90	Eliminado	-	-
3500066	GIOVANI ANACLETO	10,00	7,00	2,80	7,50	12,50	39,80	Classificado	2,16	41,96
3500043	GUSTAVO PEREIRA	0,00	2,80	4,20	2,50	15,00	24,50	Eliminado	-	-
3500083	JEAN FABRICIO PAUL	4,00	1,40	4,20	0,00	10,00	19,60	Eliminado	-	-
3500049	JOSIANI MACHADO DE PINHO	8,00	1,40	1,40	10,00	15,00	35,80	Classificado	10,48	46,28
3500020	MARINELMA RAYMUNDO	2,00	0,00	2,80	5,00	7,50	17,30	Eliminado	-	-

Professor - Área VII - Programa Especial - Música - NAO HABILITADO

Inscrição	Nome	Port	Mat	Inf	Leg	Ped	Nota	Situação	Títulos	Nota Final
3500069	DIONE KEISER STREY	8,00	4,20	1,40	10,00	10,00	33,60	Classificado	0,16	33,76
3500044	ELISANDRA SEBOLD	4,00	1,40	1,40	7,50	5,00	19,30	Eliminado	-	-

Professor - Área VIII - Programa Especial - Segundo Professor - HABILITADO

Inscrição	Nome	Port	Mat	Inf	Leg	Ped	Nota	Situação	Títulos	Nota Final
3500053	NEUZA SEBOLD DE ALMEIDA	2,00	0,00	2,80	7,50	5,00	17,30	Eliminado	-	-

Professor - Área VIII - Programa Especial - Segundo Professor - NAO HABILITADO

Inscrição	Nome	Port	Mat	Inf	Leg	Ped	Nota	Situação	Títulos	Nota Final
3500037	MONIQUE RAFAELA EDUARDO	10,00	5,60	1,40	7,50	2,50	27,00	Eliminado	-	-
3500061	PATRICIA PEREIRA	8,00	1,40	0,00	5,00	10,00	24,40	Eliminado	-	-
3500022	TAINE RODE	6,00	1,40	2,80	5,00	7,50	22,70	Eliminado	-	-

Concórdia

PREFEITURA

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Eletrônico SRP Nº 1/2012 FMH

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 1/2012- FMH

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição, durante o exercício de 2013, de material de construção, para o Banco de Materiais, em atendimento das pessoas em situação de vulnerabilidade social, com base da Lei Complementar nº 75, de 09 de dezembro de 1993 e Lei nº 104 de 08 de junho de 1995, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 27/12/2012.

Abertura: dia 27/12/2012 08h30min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 06 de dezembro de 2012.

NEUSA APARECIDA DAHMER

Gestora do Fundo Mun. de Habitação e Interesse Social, em exercício



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Comunicação de Indeferimento de Recursos - Tomada de Preços Nº 64/2012 PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - SC
TOMADA DE PREÇO Nº 64/2012 - PMC

Objeto: contratação de empresa do ramo de instalação e manutenção de redes elétricas para execução de obras, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra), de instalação e manutenção de redes elétricas deste Município, de acordo com o Projeto Básico constante no Anexo "D" deste Edital.

COMUNICAÇÃO DE INDEFERIMENTO DE RECURSO

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º e 4º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, a Presidente da Comissão de Licitações torna público que na data de 07/12/2012 foi DESCONHECIDO e INDEFERIDO o recurso administrativo interposto pela licitante LÍDER MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. De consequência, fica inalterado o julgamento proferido na sessão do dia 28/11/2012, prosseguindo o processo para homologação. Fica a disposição da licitante, se tiver interesse, cópia dos pareceres, os quais devem ser solicitados e retirados junto a diretoria de compras.

Concórdia, SC, 07 de dezembro de 2012.

LEONICE PARIZOTTO CAMARGO

Presidente da Comissão de Licitações

Edital de Pregão Presencial Nº 18/2012 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2012 - FMS

Objeto: Aquisição de gasolina comum e óleo diesel comum para abastecimento dos veículos do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, quando em viagem para transporte de pacientes fora do Município de Concórdia, sendo que o estabelecimento deverá estar localizado entre os KM 85 e 190 da BR 282.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até às 10:00 do dia 26/12/2012.

Abertura: dia 26/12/2012, às 14:00.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0**49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 07 de Dezembro de 2012.

GENAIR LOURDES BOGONI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 45/2012 PMC

MUNICIPAL DE CONCORDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 45/2012 - PMC

O Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, torna público que ratificou o ato da Senhora Maira Cristiane Giuliano, Encarregada de Seção, que declarou dispensável a licitação, nos termos do inciso V do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para permissão de uso de quiosque para comercialização de artesanatos, durante o Sonho de Natal 2012, a favor da empresa MEU TRICO LÃS E LINHAS.

Concórdia, SC, 07 de dezembro de 2012.

JOSÉ ANTONIO SARETTA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 46/2012 PMC

MUNICIPAL DE CONCORDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 46/2012 - PMC

O Secretário Municipal de Transporte, torna público que ratificou o ato do Senhor Gilberto Antonio Romani, Diretor Manutenção e Mecânica, que declarou dispensável a licitação, nos termos do inciso V do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, para aquisição de cilindro de gás hélio, tipo K, com carga 5,30m³ e regulador de gás, para a XIV Parada Natalina, a favor de: OESTE GASES ATMOSFÉRICOS LTDA - EPP, no valor total de R\$ 3.730,00 (três mil setecentos e trinta reais).

Concórdia, SC, 07 de dezembro de 2012.

DIOGENES MARCHESAN

Secretário Municipal de Transporte

Extrato de Contrato N.º 6/2012

EXTRATO DE CONTRATO N.º 6/2012

CONTRATADA: BMBB SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA - ME.

OBJETO: Prestação de Serviços de Acesso a Internet

VALOR TOTAL: R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais)

FORMA DE PAGAMENTO: Mensal

PERÍODO DO CONTRATO: Janeiro a 31 de dezembro de 2013.

DATA DA ASSINATURA: 6 de dezembro de 2012.

Assinam pelo CONTRATANTE - Lucilene L. Dal Prá Lazzarotti - Diretora Presidente

Assinam pela CONTRATADA - Rafael Buratto - Sócio Administrador

Extrato Contrato 6 _2012 - PontoTelecom



**Prêmio FECAM
de Fotografia**

Retratos das riquezas de Santa Catarina
Vida, Paisagem, Gente e Cultura.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Lei Ordinária Nº 995/2012

LEI Nº 995/2012

DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DOS ANEXOS QUE INTEGRAM O PLANO PLURIANUAL - PPA 2010/2013 DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Ficam atualizados os Anexos que integram o Plano Plurianual - PPA - 2010/2013 do Município de Cordilheira Alta/SC, aprovado pela Lei Municipal nº 875 de 01 de outubro de 2009.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 07 de dezembro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Lei Ordinária Nº 996/2012

LEI Nº. 996/2012

“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam estabelecidas as diretrizes para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2013, nos termos gerais de que tratam esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu artigo 165 § 2º, na Constituição Estadual no que couber na Lei Federal nº. 4.320 de 17 de Março de 1964, na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2010/2013;

II - a estrutura e organização do orçamento;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;

V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

VI - das metas fiscais;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII - das disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2013, 2014 e 2015, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº. 101/2000 são as identificadas nos Anexos desta Lei, e que conterà ainda:

I - Prioridades e Metas;

II - Metas Anuais;

III - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

IV - Margem de Expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;

V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas;

VI - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas;

VII - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;

VIII - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;

IX - Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;

X - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

XI - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

XII - Previsão da Receita para os exercícios de 2013, 2014 e 2015;

XIII - Demonstrativo das Despesas para os Exercícios de 2013, 2014 e 2015.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2013

Art. 3º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2013 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS de que trata o artigo 2º desta LEI.

Art. 4º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2013, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - Ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - Projeto; um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - Unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma a regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta nº. 2 de 08 de agosto de 2007 que aprova a 4ª edição do Manual de Procedimentos da Receita Pública e Portaria Conjunta STN/SOF nº. 01 de 29/04/2008 que Altera o Anexo VII da Portaria Conjunta STN/SOF nº. 02, de 08/08/2007.

§ 2º - A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º - O Orçamento para o exercício financeiro de 2013 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º - A Lei Orçamentária para 2013 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº. 42/1999 Interministerial nº. 163/2001, Conjuntas nº. 2/2007 e 01/2008, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº. 08/85);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº. 08/85);

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº. 08/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº. 08/85);

V - Programa de Trabalho (adendo V da Portaria SOF nº. 08/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF nº. 08/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF nº. 08/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da II da Portaria SOF nº. 08/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF nº. 08/85);

X - Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme disposto no Artigo 12 da Lei Complementar 101/2000;

XI - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por categoria Econômica conforme disposto no Art. 22 da Lei 4.320/64;

XII - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social (Art. 165, § 5º da CF);

XIII - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Art. 5º, I da LRF).

§ 1º - Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender a Portaria nº. 42, de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial

nº. 163 de 04 de maio de 2001, Portaria Conjunta nº. 2 de 08 de agosto de 2007 e outras legislações pertinentes.

§ 2º - Os Quadros Demonstrativos da Despesa fixarão a mesma ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº. 163/2001.

§ 3º - As fontes de recursos, identificadas na despesa do orçamento fiscal e da seguridade social, deverão estar correlacionadas com as receitas orçamentárias que ingressarem no orçamento do Município.

§ 4º - Entende-se por Recursos do Tesouro para efeito de controle orçamentário, financeiro e contábil, aqueles geridos de forma centralizada pelo Tesouro do Município, que detém a responsabilidade e controle sobre as disponibilidades financeiras.

§ 5º - Entende-se por Recursos de Outras Fontes para efeito de controle orçamentário, financeiro e contábil, aqueles arrecadados de forma descentralizada, originários do esforço próprio das Unidades Orçamentárias da Administração Indireta, seja por fornecimento de bens, prestação de serviços, exploração econômica do patrimônio próprio ou oriundos de transferências voluntárias de outros entes.

Art. 8º - O orçamento do Município compreenderá a programação da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fundo de Saúde.

Art. 9º - A mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;

II - Quadro Demonstrativo dos Tributos Lançados e não Arrecadados até 2011, identificando o estoque da Dívida Ativa;

III - Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa em Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa, dos exercícios de 2009 a 2011 e fixada para 2012 e 2013;

IV - Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;

V - Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2009 a 2011;

VI - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;

VII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Destinados a Ações Públicas de Saúde;

VIII - Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 31/08/2012.

Art. 10 - A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e será de até 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 11 - O Orçamento Fiscal do Município para o exercício de 2013 e as suas execuções, obedecerão entre outros o princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo e seus Fundos.

Art. 12 - Os Fundos Municipais Terão suas Receitas especificadas no Orçamento de cada uma das Unidades, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas Relacionadas a seus Objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Art. 6º, X desta LEI.

Parágrafo Único - Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal serem delegados a servidor municipal.

Art. 13 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para o exercício de 2013, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anterior.

Art. 14 - Se a receita estimada para o exercício de 2013, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art.15 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, observado a destinação de recursos, nas seguintes despesas abaixo:

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometido;
II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
III - Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;
IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício anterior, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 16 - A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº. 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 17 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes nesta LEI.
§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e do excesso de arrecadação do exercício de 2013 e do superávit financeiro do exercício de 2012.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não comprometidos.

Art. 18 - O Orçamento para o exercício de 2013 poderá contemplar recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 2% da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício.

Parágrafo Único - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 19 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 20 - O chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

Art. 21 - Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2013, com dotações vinculadas à destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º - A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº. 101/2000.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa, identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 22 - A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2013, constante do Demonstrativo VII desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita.

§ 1º. O Prefeito Municipal poderá realizar no exercício de 2013 "Programa de Recuperação Fiscal", objetivando arrecadar os créditos inscritos ou não em dívida ativa provenientes de tributos municipais, serviços diversos, troca-troca, financiamentos habitacionais, dentre outros.

§ 2º. Os benefícios concedidos aos devedores municipais para fins de adesão ao "Programa de Recuperação Fiscal" já foram previstos nos valores da "Renúncia de Receita" de que trata o Demonstrativo VII.

§ 3º. O "Programa de Recuperação Fiscal" será objeto de Lei Municipal específica.

Art. 23 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica.

§ 1º. As entidades beneficiadas com recursos do tesouro municipal deverão prestar contas na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade do município.

§ 2º. Não se aplica o disposto deste artigo, as contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas em que o Município for associado.

Art. 24 - Para habilitar-se ao recebimento de contribuições, auxílios financeiros ou subvenções sociais, a entidade deverá apresentar declaração de funcionamento regular, por autoridades locais, e comprovante de regularidade fiscal e de sua Diretoria.

Art. 25 - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas

decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que não acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício de 2013, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do art. 24 da Lei nº. 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 26 - Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 27 - Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 28 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o Exercício de 2013 a preços correntes.

Art. 29 - O Poder Executivo Municipal é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor.

Art. 30 - Durante a execução orçamentária de 2013 o Executivo Municipal autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício corrente e constante desta LEI.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 31 - A Lei Orçamentária de 2013 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento na forma estabelecida na LC 101/2000.

Art. 32 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica.

Art. 33 - Ultrapassado o limite de endividamento definido no Art. 31 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 10 desta lei.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL

Art. 34 - O Executivo e o Legislativo Municipal poderão em 2013, mediante lei aumentar a remuneração dos servidores, e por ato administrativo, admitir pessoal em cargo em comissão na forma da lei, observada os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101/2000.

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento para 2013 ou em créditos adicionais.

Art. 35 - A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá os percentuais previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 36 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade

competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores.

Art. 37 - O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº. 101/2000:

I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;

II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

V - Disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 38 - Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Cordilheira Alta, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 39 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 40 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 41 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e devolverá para sanção até o dia 31/12/2012.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º - Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção

até o início do exercício financeiro de 2013, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2012, o Excesso ou provável Excesso de Arrecadação, a Anulação de Saldos de Dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 43 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 44 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 45 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013.

Art. 46 - Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 07 de dezembro de 2012.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto Nº 83/2012

DECRETO N º 83/2012, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2012

"INSTITUI, EM CARÁTER PRECÁRIO, EXPEDIENTE INTERNO, HORÁRIO ESPECIAL EM TURNO ÚNICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal:

Considerando que a medida possibilita uma economia de divisas provenientes da redução de gastos em custeio.

Considerando a necessidade de adequar os gastos aos limites impostos pela Lei nº 101, de 04 de maio de 2000, em especial aos Arts. 19 e 42, visando o fechamento do balanço do exercício de 2012.

Considerando a necessidade de ajustar as despesas à receita, visando o equilíbrio orçamentário.

DECRETA:

Art. 1o. Estabelecer EXPEDIENTE INTERNO para os Servidores lotados na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento - Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Cultura e Esporte, no período de 10 de dezembro de 2012 até 31 de dezembro de 2012, não havendo atendimento ao público, ressalvado os procedimentos licitatórios e os serviços que por sua natureza não permitam paralisação, que serão executados por intermédio de escalas de serviços ou plantões, estabelecidos pelos órgãos a que estiverem vinculados.

Art. 2o. Fica instituído, a partir do dia 10 de dezembro de 2012 até 31 de dezembro de 2012, HORÁRIO ESPECIAL EM TURNO ÚNICO contínuo de (6) seis horas diárias no serviço público da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, a ser cumprido no período compreendido entre às 07:00 horas e às 13:00 horas, de segunda a sexta-feira, e ficam suspensas a realização de horas extras, salvo nos casos de emergência e extrema urgência, justificando o interesse público.

Art. 3º. Os horários estabelecidos nos artigos anteriores não se aplicam aos Servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação, que manterão seu funcionamento em horário normal de acordo com o calendário escolar.

Art. 4o. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 06 de dezembro de 2012.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ata de Julgamento de Licitação - Convite 5/2012

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade de Convite para Obras e Serviços de Engenharia, de acordo com a Lei n. 8.666/93, posteriores alterações, Decreto Municipal 17/2007 e normas estabelecidas no Edital. Processo Licitatório n. 66/2012
Edital: Convite para Obras e Serviços de Engenharia n. 5/2012
Tipo: Menor preço global.

Objeto: Contratação de empresa especializada para adequação de rede elétrica e instalação de iluminação pública viária.
Entrega dos Envelopes: até às 08:45 horas do dia 17/12/2012
Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 17/12/2012
O Edital poderá ser obtido presencialmente no endereço: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou pelo site www.pmcordi.sc.gov.br no link "licitações"; Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone (49) 3358.9100.

Cordilheira Alta, SC, 07 de dezembro de 2012.
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO
Prefeito Municipal

Programa de Gestão Tributária



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Corupá

PREFEITURA

Portaria Nº 2108/2012 - Instaura Processo Administrativo Disciplinar Sumário e Nomeia Comissão Processante e Dá Outras Providências.

PORTARIA Nº 2108/2012

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR SUMÁRIO E NOMEIA COMISSÃO PROCESSANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º. DETERMINAR a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, conforme preconiza o artigo 185 e seguintes, da Lei Complementar Municipal n. 014/2009, para apurar a prática, em tese, de infração administrativa, constante no artigo 159, inciso IX, da Lei Complementar Municipal n. 014/2009, em face do servidor ADOLAR OESTEREICH, brasileiro, trabalhador braçal, portador do C.P.F. n. 429.950.609-00 e R.G n. 1266078, com matrícula no serviço público municipal de n. 9825-01, residente e domiciliado à Rua Roberto Seidel, 4167, na cidade de Corupá/SC.

Art. 2º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Processante será composta pelos servidores:

- JOSÉ WEIDNER, brasileiro, casado, motorista, portador do RG n. 715.811 e CPF n. 310.542.939-53, com matrícula profissional n. 910-03, residente e domiciliado à Rua João Tozini, na cidade de Corupá/SC - Presidente da Comissão Processante;

- DARCI RUTSATZ, brasileira, solteira, assistente pedagógica, portador do RG n. 1.587.567 e CPF n. 543.769.639-68, com matrícula profissional n. 2390-01, residente e domiciliado à Avenida Getúlio Vargas, 60, na cidade de Corupá/SC;

- SIRLENE MARIA MORAIS, brasileira, solteira, professora, portadora do RG n. 2.763.448 e CPF n. 751.474.089-91, com matrícula profissional n. 4181-02, residente e domiciliado à Rua São Miguel, 467, na cidade de Jaraguá do Sul/SC, CEP 89.254-305.

Art. 3º. Os membros acima nomeados são todos integrantes do Quadro Funcional do Município de Corupá/SC, possuindo escolaridade equivalente ou superior ao servidor indiciado.

Art. 4º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 5º. A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência à Administração Superior.

Art. 6º. Aplicar-se-á ao presente Processo Administrativo, quando omissa a legislação municipal, as disposições da Lei Federal n. 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

Art. 7º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
05 de dezembro de 2012.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 2109/2012 - Instaura Processo Administrativo Disciplinar Ordinário e Nomeia Comissão Processante e Dá Outras Providências.

PORTARIA Nº 2109/2012

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR ORDINÁRIO E NOMEIA COMISSÃO PROCESSANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º. DETERMINAR a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR ORDINÁRIO, conforme preconiza o artigo 209 e seguintes, da Lei Complementar Municipal n. 014/2009, para apurar a prática, em tese, as seguintes infrações disciplinares (encaminhadas por meio de Representação apresentada pelo Exmo. Secretário de Saúde, Sr. Ricardo Pedrini Kemer), em face do servidor Dr. JOSOÉ FORTKAMP JUNIOR, brasileiro, casado, médico, matrícula no CRM n. 3761, portador do C.P.F. n. 455.245.999-68 e R.G n. 737.273, com matrícula no serviço público municipal de n. 9803-01, residente e domiciliado à Rua Irmão Leão Magno, 687, na cidade de Jaraguá do Sul/SC, CEP 89.255-430:

a) Procedência de forma desidiosa (artigo 159, inciso XXIII da Lei Complementar Municipal n. 014/2009) no atendimento da paciente Sra. Renita Hupka, que, ao sentir fortes dores na região do abdômen, foi atendida pelo servidor indiciado, tendo este requerido exames laboratoriais e, ao analisá-los, informou que estava tudo normal. Contudo, dias após, sentindo as mesmas dores, consultou-se com a Dra. Afonsina Rocha Tejada que, ao examinar os mesmos exames laboratoriais requeridos pelo servidor indiciado, atestou infecção urinária e encaminhou para tratamento médico apropriado. Tal fato foi denunciado ao Conselho Regional de Medicina;

b) Procedência de forma desidiosa no atendimento da paciente Sra. Elcina Marquardt Nicolau, conforme artigo 159, inciso XXIII da Lei Complementar Municipal n. 014/2009. Esta, após consultar seu filho com a Dra. Ana Cecília Azevedo, pediu se a mesma poderia lhe examinar, pois ficou com dúvidas quanto à consulta realizada pelo servidor indiciado. A referida médica requereu o prontuário e, ao analisá-lo, verificou que o servidor indiciado não fez a evolução no prontuário, constando apenas a informação da técnica de enfermagem. Porém, a médica constatou que a situação da paciente era relevante e pediu encaminhamento para médico especialista;

c) Procedência de forma desidiosa, nos termos do artigo 159, inciso XXIII da Lei Complementar Municipal n. 014/2009, no que tange a sala de atendimento das consultas médicas, em que as pacientes Karine dos Santos, Luciana Rocha e Raquel Roscher informaram que há restos de comida na maca do consultório;

d) Entreter-se, durante as horas de trabalho, em conversas, leituras ou outras atividades estranhas ao serviço, nos termos do artigo 159, inciso VIII da LC Municipal n. 014/2009, ocasionando atrasos nas consultas médicas. Há informações de que o servidor indiciado registra seu horário de entrada e, logo após, lava seu

carro particular ou fica tomando café ou batendo papo no pátio do posto de saúde, além de ter a recepcionista do referido posto verificado que o servidor indiciado fica sentado na recepção, mexendo em seu celular;

e) Tratar de interesses particulares na repartição, consoante o artigo 159, inciso X da Lei Complementar Municipal n. 014/2009, conforme relato da paciente Sra. Ana Flor da Silva. Esta, ao se consultar com o servidor indiciado, relatou seu interesse em fazer uma consulta social de cardiologia. Contudo, o médico mencionou não ser necessário realizar tal consulta, pois faria o mesmo exame em seu consultório particular, em Jaraguá do Sul, pelo mesmo valor da consulta social. No dia seguinte, o referido médico indiciado, após o término de seu expediente, levou a paciente (juntamente com sua neta) ao seu consultório, com seu veículo próprio. Ao término da consulta, a paciente, não tendo o retorno almejado (com explicações acerca do seu caso), retornou de ônibus à Corupá com sua neta;

f) Valer-se do cargo para lograr proveito pessoal, nos termos do artigo 159, inciso XV da Lei Complementar Municipal n. 014/2009, conforme se aúfere dos Receituários de Controle Especial acostados à Representação, em que o servidor indiciado apresentou os mesmos à responsável, Sra. Isabel Oliari, para retirada de medicamentos. Ao analisar tais receituários, a técnica em enfermagem verificou que o servidor indiciado preencheria o campo "identificação do comprador" com R.G. não compatíveis com os nomes ali indicados ou inexistentes. Além disto, o servidor indiciado dirigiu-se à Farmácia Básica do Município, para retirar o medicamento Omeprazol, em suposto benefício da servidora Débora Schmoeller, quando esta, na verdade, não realizou consulta médica na data fornecida no receituário.

g) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato, conforme inciso II do artigo 159 da Lei Complementar Municipal n. 014/2009;

h) Deixar de comparecer ao serviço sem causa justificada, consoante inciso IX do artigo 159 da Lei Complementar Municipal n. 014/2009, vez que apresentou atestados médicos fornecidos por cirurgião-dentista, por "motivo de doença" - quando esta não pode atestar tal fato -, constatando-se que o nome da cirurgião-dentista apresenta-se, nos diversos atestados apresentados, descritos de formas diferentes (às vezes "Umetsu", outras "Umetso", e também "Paraíso" e "Paraizo").

Art. 2º. Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão Processante será composta pelos servidores:

- SIRLENE MARIA MORAIS, brasileira, solteira, professora, portadora do RG n. 2.763.448 e CPF n. 751.474.089-91, com matrícula profissional n. 4181-02, residente e domiciliado à Rua São Miguel, 467, na cidade de Jaraguá do Sul/SC, CEP 89.254-305 - Presidente da Comissão Processante;

- DARCI RUTSATZ, brasileira, solteira, assistente pedagógica, portador do RG n. 1.587.567 e CPF n. 543.769.639-68, com matrícula profissional n. 2390-01, residente e domiciliado à Avenida Getúlio Vargas, 60, na cidade de Corupá/SC;

- NORBERTO ADLER BAUMLE, brasileiro, solteiro, fisioterapeuta, portador do RG n. 2987305 e CPF n. 004.880.639-06, com matrícula profissional n. 6731-01, residente e domiciliado à Rua Vidal Ramos, na cidade de Corupá/SC.

Art. 3º. Os membros acima nomeados são todos integrantes do Quadro Funcional do Município de Corupá/SC, possuindo escolaridade equivalente ou superior ao servidor Josoé Fortkamp Júnior.

Art. 4º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 5º. A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência à Administração Superior.

Art. 6º. Desde já, arrolam-se as seguintes testemunhas, que serão ouvidas em separado, na presença do servidor indiciado:

- Ana Flor da Silva, brasileira, viúva, do lar, com RG n. 907792 e CPF n. 62203533900, residente e domiciliada à Rua Arturo Menestrina, 128 - Ano Bom - Corupá/SC, CEP 89.278-000;

- Isabel Oliari, brasileira, amasiada/união estável, técnica em enfermagem, com RG n. 2440264 e CPF n. 90201078953, residente e domiciliada à Rua Jose Henrique Hoch, 55 - João Tozini - Corupá/SC, CEP 89.278-000;

- Danieli Hannemann Berner, brasileira, casada, assistente administrativa, com RG n. 3.884.745-0 e CPF n. 026.547.149-42, residente e domiciliada à Rua: Nereu Ramos, 331 - Centro - Corupá/SC, CEP 89.278-000;

- Ricardo Pedrini Kemer, brasileiro, casado, fisioterapeuta, com RG n. 3.808.387 e CPF n. 029.000.989-80, residente e domiciliado à Rua Estrada Abílio Lunelli, 4001- Itapocu - Corupá/SC, CEP 89.278-000;

- Dra. Ana Cecília Azevedo, brasileira, casada, médica pediatra, com RG n. 1079803605 e CPF n. 441077493-04, residente e domiciliada à Rua Irmão Leão Magno, 341 - CEP: 89255-430 - Jaraguá do Sul/SC;

- Anita Aparecida Krisanski, brasileira, casada, agente comunitária de saúde, com RG n. 1580844 e CPF n.637.710.879-49, residente e domiciliada à Rua Ludovico Weller, na cidade de Corupá/SC;

- Karine dos Santos, brasileira, com RG n. 5.920.261 e CPF n. 076.008.329-09, residente e domiciliada à Rua Walter Hofmann, 144 - Bompland - Corupá/SC, CEP 89.278-000;

- Débora Schmoeller, brasileira, solteira, técnica em enfermagem, com RG n. 3865914 e CPF n. 00685830950, residente e domiciliada à Rua Henrique Fuck, 270 - Seminário - Corupá/SC, CEP 89.278-000.

Art. 7º. Aplicar-se-á ao presente Processo Administrativo, quando omissa a legislação municipal, as disposições da Lei Federal n. 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

Art. 8º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
05 de dezembro de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 2110/2012 - Prorroga o Prazo de Conclusão da Sindicância Administrativa Disciplinar N. 005/2012.

PORTARIA Nº 2110/2012

PRORROGA O PRAZO DE CONCLUSÃO DA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA DISCIPLINAR N. 005/2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009, tendo em vista os motivos apresentados pelo Sr. Presidente da Comissão de Processo constituída pela Portaria n. 2097, de 31 de outubro de 2012, publicada

no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina n. 1112, de 06 de novembro de 2012, deste Prefeito Municipal, e havendo necessidade comprovada de novas diligências,

RESOLVE:

Prorrogar os respectivos trabalhos, por trinta dias, nos termos do artigo 195, da Lei Complementar Municipal n. 014/2009.

Corupá/SC, aos 07 de dezembro de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal de Corupá

Curitibanos

PREFEITURA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC Novembro/2012

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: COMACO CONSTRUTORA E INCORPORADORA DE IMÓVEIS LTDA

CNPJ: 10.637.480/0001-50

Modalidade: CONCORRENCIA P/ OBRAS E SERV. ENGENHARIA

Numero da Licitação: 65/2012 Numero do Processo: 65/2012

Numero do Contrato/Aditivo: 361/2012

Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO ATÉ DIA 31/05/012 REFERENTE A CONSTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL (PROJETO PROINFANCIA TIPO C) NA RUA AURACÉLIA DE ANDRADE LEMOS, BAIRRO GETULIO VARGAS EM CURITIBANOS-SC, CONFORME DOCUMENTOS EM ANEXO.

Data da Assinatura:30/11/2012

Data da Publicação no Diário Oficial: 04/12/2012

Vigência:30/11/2012 A 30/05/2012

Programa de Trabalho: 07.01 12.361.0010.2.063.3.3.90.00.00.00 .00.00

Unidade Gestora/Numero: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS/ NR: 1

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 0,00

Forma de Pagamento:

Forquilha

PREFEITURA

Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 12/FMA/2012.

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo, a aquisição de forma parcelada, através de empresa do ramo pertinente, de tubos de concreto de vários diâmetros, e ter as resistências mínimas especificadas nas normas da NBR, para uso junto a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Forquilha, durante o exercício de 2013.

DATA DE ABERTURA: Dia 27 de dezembro de 2012 às 09:00h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou pelos telefones (**48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123.

Forquilha, 07 de dezembro de 2012.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 125/PMF/2012.

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo, a aquisição de forma parcelada, através de empresa do ramo pertinente, de tubos de concreto de vários diâmetros, com as resistências mínimas especificadas nas normas da NBR, para uso junto a Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano, durante o exercício de 2013.

DATA DE ABERTURA: Dia 27 de dezembro de 2012 às 08:00h.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou pelos telefones (48) 3463 8121 ou fone/fax 3463 8123.

Forquilha, 07 de dezembro de 2012.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 87/2012

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 87/2012

SETIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 220/2010

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA



PEGASO
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

CONTRADADO - RONCHI PAVIMENTAÇÕES LTDA ME

DO OBJETO - Prestação de serviços na execução de drenagem e sinalização da Avenida Euclides Bortolotto, Bairro Santa Cruz, Município de Forquilha/SC, conforme Programa GPD e Contrato 0309712-44/2009 firmado entre o Ministério das Cidades e a Prefeitura Municipal de Forquilha, compreendendo o fornecimento dos materiais, mão-de-obra, máquinas, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias, obedecendo integralmente às especificações, determinações previstas no projeto básico e projeto executivo e de acordo com a proposta da contratada.

DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução por mais 60 (sessenta) dias passando de 16/11/2012 para 15/01/2013, prorrogando automaticamente a vigência do contrato para 15/04/2013.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 12 de novembro de 2012.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 90/2012

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 90/2012

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 43/2012

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADA - OEDING CONTABILIDADE LTDA

DO OBJETO - Fica acrescido no objeto do contrato 43/PMF/2012 o valor de R\$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais) correspondente a 50 horas de serviço conforme dispõe artigo 65, parágrafo 1º da lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA -23/11/2012

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 0330/2012

DECRETO Nº 0330, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2134, de 15 de Fevereiro de 2012;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2012 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais), nas seguintes dotações:

07.00 - Secretaria de Educação Cultura e Esportes

03.00 - Esportes

27.812.0015.1.021 - Construção/Reformas de Espaços para Práticas Esportivas

4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas 0.3.0200 (270) R\$ 16.500,00

Total R\$ 16.500,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no

artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2011, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2289/2012

PORTARIA Nº 2.289, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, o servidor ADEMIR MACHADO PEREIRA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 678.848.069-91, nomeado no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2290/2012

PORTARIA Nº 2.290, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, o servidor ADMIR TRUYLIO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 296.543.789-49, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL DE GESTÃO, com carga horária de 40 horas semanais, em 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2291/2012

PORTARIA Nº 2.291, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a servidora ALESSANDRA MARIA DORNELLES DE SOUZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 005.238.349-00, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR- NÍVEL 1, com carga horária de 40 horas semanais, em 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2292/2012

PORTARIA Nº 2.292, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a servidora ANA MARIA AGUIAR, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 296.370.589-15, nomeada no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DA COORDENAÇÃO ESCOLAR, com carga horária de 40 horas semanais, em 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2293/2012

PORTARIA Nº 2.293, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a servidora CAROLINA APARECIDA MENEHINI CHECHI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 983.563.489-00, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR- NÍVEL 3, com carga horária de 40 horas semanais, em 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2294/2012

PORTARIA Nº 2.294, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a servidora CLAUDIA DE LIMA CHERET, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 059.449.959-39, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2295/2012

PORTARIA Nº 2.295, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora CLEIDIANE GONÇALVES ANTUNES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 069.346.049-03, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2296/2012

PORTARIA Nº 2.296 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a servidora DAIANE BARBOSA DE SOUZA RIBEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 013.849.820-27, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR

DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2297/2012

PORTARIA Nº 2.297, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a servidora DANIELA RODRIGUES ALVES LOPES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 037.197.659-62, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, em 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2298/2012

PORTARIA Nº 2.298, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, o servidor DEJAIR CONSTANTE RIBEIRO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 760.945.539-34, nomeado no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2299/2012

PORTARIA Nº 2.299, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas

atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, o servidor DEJAIR MACHADO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 893.394.879-15, nomeado no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR GERAL DE DEPARTAMENTO, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento Fraiburgo- SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, em 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2300/2012

PORTARIA Nº 2.300, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora DENELIZE APARECIDA MATTEUCI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 067.531.719-32, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR- NÍVEL 2, com carga horária de 40 horas semanais, em 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2301/2012

PORTARIA Nº 2.301, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor DIEGO CLAUDIO DA SILVA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 078.328.279-63, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL DE GESTÃO, com carga horária de 40 horas semanais, em 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2302/2012

PORTARIA Nº 2.302, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora ELEANE LUCIA VARELA BECHER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 773.858.539-00, nomeada no cargo de provimento em comissão de DIRETOR ESCOLAR - NÍVEL 2, com carga horária de 40 horas semanais, em 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2303/2012

PORTARIA Nº 2.303, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora ENEZITA DE MELO PERAZZOLLI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 974.220.299-00, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR- NÍVEL 3, com carga horária de 40 horas semanais, em 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2304/2012

PORTARIA Nº 2.304, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a servidora GISELI RIBEIRO DE ALMEIDA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 061.878.519-19, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2305/2012

PORTARIA Nº 2.305, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, o servidor ILDO DIAS DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 183.195.999-20, nomeado no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2306/2012

PORTARIA Nº 2.306, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, o servidor ITAMIR JOSÉ RIBEIRO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 346.635.769-15, nomeado no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2307/2012

PORTARIA Nº 2.307, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora IVETE VIECELI ZANFERARI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 928.512.239-68, nomeada no cargo de provimento em comissão de DIRETOR ESCOLAR - NÍVEL 6, com carga horária de 40 horas semanais, em 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2308/2012

PORTARIA Nº 2.308, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.
Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora JANICE APARECIDA PRESTES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 035.225.289-80, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR- NÍVEL 2, com carga horária de 40 horas semanais, em 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2309/2012

PORTARIA Nº 2.309, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.
Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, o servidor JOÃO BATISTA CAMARGO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 472.577.769-20, nomeado no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2310/2012

PORTARIA Nº 2.310, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.
Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, o servidor JOSÉ IZAIR RIBEIRO, brasileiro, separado, inscrito no CPF sob o nº 612.710.639-72, nomeado no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2311/2012

PORTARIA Nº 2.311, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.
Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora KARINE FERNANDA DE ALMEIDA LIMA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 076.618.209-60, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR- NÍVEL 3, com carga horária de 40 horas semanais, em 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2312/2012

PORTARIA Nº 2.312, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.
Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora LECIANE KARLSING DE MORAIS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 065.662.179-67, nomeada no cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIA DE UNIDADE EDUCACIONAL CLASSE 1, com carga horária de 40 horas semanais, em 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2313/2012

PORTARIA Nº 2.313, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora LECILDA GOMES RIBEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 506.174.199-49, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR- NÍVEL 2, com carga horária de 40 horas semanais, em 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2314/2012

PORTARIA Nº 2.314, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, o servidor LÉLIO BOTTCHER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 141.831.969-49, nomeado no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo- SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, em 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2315/2012

PORTARIA Nº 2.315, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a servidora LUCIANA APARECIDA LOURENZI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 032.977.959-13, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, em 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2316/2012

PORTARIA Nº 2.316, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora LUCIANE APARECIDA CAMPAGNARO DEL RE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 005.235.929-81, nomeada no cargo de provimento em comissão de DIRETOR ESCOLAR - NÍVEL 3, com carga horária de 40 horas semanais, em 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2317/2012

PORTARIA Nº 2.317, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor MAURICIO DIAS DE ASSUNÇÃO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 025.745.399-74, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, em 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2318/2012

PORTARIA Nº 2.318, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora PATRÍCIA DE CASSIA TRIBECK MACIEL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 933.536.699-49, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE

DIREÇÃO ESCOLAR- NÍVEL 1, com carga horária de 40 horas semanais, em 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2319/2012

PORTARIA Nº 2.319, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora RAQUEL TERESINHA ZANELLA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 058.761.089-10, nomeada no cargo de provimento em comissão de DIRETOR ESCOLAR- NÍVEL 1, com carga horária de 40 horas semanais, em 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2320/2012

PORTARIA Nº 2.320, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor SEBASTIÃO FURTADO DA SILVA, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob o nº 384.840.569-53, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, em 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2321/2012

PORTARIA Nº 2.321, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor SÉRGIO ANTONIO CLAUDIO DA SILVA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 324.947.500-91, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, em 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2322/2012

PORTARIA Nº 2.322, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora TEREZINHA SALETE BIERHALS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 941.986.599-15, nomeada no cargo de provimento em comissão de DIRETOR ESCOLAR - NÍVEL 2, com carga horária de 40 horas semanais, em 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2323/2012

PORTARIA Nº 2.323, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora THAÍS DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 050.534.999-00, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR- NÍVEL 2, com carga horária de 40 horas semanais, em 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2324/2012

PORTARIA Nº 2.324, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor VALDIR VERGILIO GANSALLA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 423.265.839-49, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, em 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2325/2012

PORTARIA Nº 2.325, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora VANESSA BRANDT, brasileira, convivente em união estável, inscrita no CPF sob o nº 038.575.619-47, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR- NÍVEL 2, com carga horária de 40 horas semanais, em 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2326/2012

PORTARIA Nº 2.326, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor WILMO EDUARDO WEBER KERN, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 033.611.829-56, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR ESCOLAR NÍVEL 5, com carga horária de 40 horas semanais, em 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2327/2012

PORTARIA Nº 2.327, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, o servidor WILSON DIAS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 461.156.509-25, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, em 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2328/2012

PORTARIA Nº 2.328, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora LUCILDES DALAGNOLI GAREIS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 036.387.939-07, nomeada no cargo de provimento em comissão de DIRETOR ESCOLAR - NÍVEL 4, com carga horária de 40 horas semanais, em 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2329/2012

PORTARIA Nº 2.329, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a servidora MARIA MARGARETE SOVENAR MARINHO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 598.913.869-53, nomeada no cargo de provimento em comissão de DIRETOR ESCOLAR - NÍVEL 2, com carga horária de 40 horas semanais, em

14 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2330/2012

PORTARIA Nº 2.330, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, o servidor ROJANDRO POLO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 815.425.340-20, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR ESCOLAR - NÍVEL 6, com carga horária de 40 horas semanais, em 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2331/2012

PORTARIA Nº 2.331, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, o servidor CARLOS ALBERTO MACIEL, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 724.887.279-20, nomeado no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR GERAL DE DEPARTAMENTO, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento Fraiburgo- SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, em 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2332/2012

PORTARIA Nº 2.332, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas

atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de FABIANA MALAGOLI HEINEK, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº. 037.140.349-94, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR- CIÊNCIAS E PROGRAMAS DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 07 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2333/2012

PORTARIA Nº 2.333, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato de ADELINO DE ASSIS MOTA RODRIGUES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 868.906.629-20, contratado em caráter temporário na função de AGENTE OPERACIONAL, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2334/2012

PORTARIA Nº 2.334, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor JORGE COSTA ANDRADE, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 502.546.699-72, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR GERAL DE GESTÃO, com lotação na Autarquia Municipal De Fraiburgo- SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, em 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2335/2012

PORTARIA N.º 2.335, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato de JULIANO DE JESUS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº. 048.425.989-05, contratado em caráter temporário na função de AGENTE OPERACIONAL, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo-SANE-FRAI, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2336/2012

PORTARIA Nº 2.336, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, o servidor LEONILDO SCRAMOCIM, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 296.687.439-20, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo- SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, em 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2337/2012

PORTARIA N.º 2.337, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato de LUIZ CARLOS COSTA DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 868.559.569-04, contratado em caráter temporário na função de AGENTE DE LEITURA E INSPEÇÃO, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo- SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2338/2012

PORTARIA N.º 2.338, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato de MOACIR ROSA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº. 032.578.599-61, contratado em caráter temporário na função de INSTALADOR HIDRÁULICO, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo- SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2339/2012

PORTARIA N.º 2.339, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato de PEDRO ESTEVÃO CHRIST, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 386.127.719-00, contratado em caráter temporário na função de INSTALADOR HIDRÁULICO, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo- SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2340/2012

PORTARIA N.º 2.340, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, o contrato de REGINALDO JOSÉ DE MELLO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº. 064.445.529-23, contratado em caráter temporário na função de OPERADOR DE ETA/ETE, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo-SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2341/2012

PORTARIA Nº 2.341, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a servidora MARIA RIBEIRO DOS SANTOS MORAES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 037.952.559-37, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2342/2012

PORTARIA Nº 2342, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a servidora LUCÉLIA RODRIGUES DA VEIGA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 019.513.479-60, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação ARTES, com carga horária de 20 horas semanais, em 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2343/2012

PORTARIA Nº 2.343, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a servidora DAIANE PIRES DA SILVA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o nº 071.038.059-38, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR- NÍVEL 3, com carga horária de 40 horas semanais, em 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso da Publicação Tomada de Preços Nº 0002/2012

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0002/2012 - SF

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de coleta e análise de amostras de água bruta e água tratada, efluente bruto e tratado, tipo físico-químico e bacteriológico, nas quantidades e em locais determinados, incluindo as despesas de transporte e coleta do material, a serem realizadas durante o período de janeiro a dezembro de 2013, conforme previsto nas especificações técnicas do ANEXO X do Edital. Modalidade: Tomada de Preços. Tipo: Menor Preço Global. Protocolo dos Envelopes: Até às 09:00 horas do dia 27/12/2012. Abertura do certame: No mesmo dia às 09:15 horas. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, na Av. Rio das Antas, 185. Informações pelo fone (49)3256-3000-ramais 3023/3039. E-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 07 de dezembro de 2012.

Ademir Pedro Perin - Presidente da SANEFRAI

TA 0617/2012

TERMO ADITIVO Nº 0617, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

SÉTIMO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR PRAZO DETERMINADO Nº 259/2011

O Município de Fraiburgo constante no contrato de trabalho por tempo determinado supracitado resolve alterar o prazo final do contrato para 14/12/2012.

Assim, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

Ciente em ____/____/____:

ADELINO DE ASSIS MOTA RODRIGUES

Contratado

TESTEMUNHAS:

1 _____ 2 _____

TA 0618/2012

TERMO ADITIVO Nº 0618, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.
QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 340/2011

O Município de Fraiburgo constante no contrato de trabalho por tempo determinado supracitado resolve alterar o prazo final do contrato para 14/12/2012.

Assim, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Ciente em ____/____/____:

JULIANO DE JESUS
Contratado

TESTEMUNHAS:

1 _____ 2 _____

TA 0619/2012

TERMO ADITIVO Nº 0619, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.
QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 611/2010

O Município de Fraiburgo constante no contrato de trabalho por tempo determinado supracitado resolve alterar o prazo final do contrato para 14/12/2012.

Assim, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Ciente em ____/____/____:

LUIZ CARLOS COSTA DA SILVA
Contratado

TESTEMUNHAS:

1 _____ 2 _____

TA 0620/2012

TERMO ADITIVO Nº 0620, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO POR
PRAZO DETERMINADO Nº 100/2012

O Município de Fraiburgo constante no contrato de trabalho por tempo determinado supracitado, resolve alterar o prazo final do contrato para 14/12/2012.

Assim, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Ciente em ____/____/____:

MOACIR ROSA
Contratado

TESTEMUNHAS:

1 _____ 2 _____

TA 0621/2012

TERMO ADITIVO Nº 0621, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 289/2012

O Município de Fraiburgo constante no contrato de trabalho por tempo determinado supracitado, resolve alterar o prazo final do contrato para 14/12/2012.

Assim, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Ciente em ____/____/____:

PEDRO ESTEVÃO CHRIST
Contratado

TESTEMUNHAS:

1 _____ 2 _____

TA 0622/2012

TERMO ADITIVO Nº 0622, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR PRAZO DETERMINADO Nº 290/2012

O Município de Fraiburgo constante no contrato de trabalho por tempo determinado supracitado, resolve alterar o prazo final do contrato para 14/12/2012.

Assim, firmam o presente aditivo, em duas vias, na presença de duas testemunhas.

Fraiburgo, 07 de dezembro de 2012.
NELMAR PINZ
Prefeito Municipal

Ciente em ____/____/____:

REGINALDO JOSÉ DE MELLO
Contratado

TESTEMUNHAS:

1 _____ 2 _____

Notificação de Recebimento de Recursos Federais
NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O Município de Fraiburgo-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
4/12/2012	Ministério da Educação	PNAE - Educ. Infantil	16.120,00

4/12/2012	Ministério da Educação	PNAE - Educ. Fundam.	24.420,00
4/12/2012	Ministério da Educação	PNAE - Educ. Fundamental	1.788,00
4/12/2012	Ministério da Educação	PNAE - Pré Escola	8.340,00
4/12/2012	Ministério da Educação	PNAE - Educação Jovens e Adultos	966,00
4/12/2012	Ministério da Educação	PNATE - Educ. Fundam.	18.229,70
4/12/2012	Ministério da Educação	PNATE - Educ. Infantil	1.316,12
4/12/2012	Ministério da Educação	PNATE - Ensino Médio	5.390,50

Secretaria de Finanças

Gaspar

PREFEITURA

Decreto Nº 5.266, de 07 de Dezembro de 2012.

DECRETO Nº 5.266, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012.

SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS E NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, incisos V e VI, da Lei Municipal nº 3.381, de 02 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por superávit financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS:

Órgão: 8 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS
 Unidade: 13 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS
 Funcional Programática: 00015.00451.00014 Gestão da Secretaria de Transportes e Obras
 Atividade: 2.200074 Manutenção da Secretaria de Trasp. E Obras
 Dotação: 563 3.3.1.7.1 Transferências a Consórcios Públicos
 R\$ 2.947,44

Art. 2º Fica suplementado, por excesso de arrecadação, no valor indicado, os saldos das seguintes dotações do orçamento vigente no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

Órgão: 6 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Unidade: 11 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 Funcional Programática: 00010.00301.00026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde
 Atividade: 2.200124 Ampliar e Manter as Equipes do Prog. De Agentes Comunitários em Saúde
 Dotação: 7 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas R\$ 25.800,00
 Funcional Programática: 00010.00302.00026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde
 Atividade: 2.200138 Ampl., Manter e Equip no Munic as Ações de Média e Alta Complex. Det.PPI e TFD
 Dotação: 27 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 07 de dezembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Nº 73/2012.

RESOLUÇÃO Nº 73/2012.

Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Gaspar.

O Presidente da Câmara Municipal de Gaspar,

Faz saber que o Plenário da Câmara Municipal aprovou o projeto e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Gaspar.

TÍTULO I

DA CÂMARA MUNICIPAL

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES FUNDAMENTAIS

Art. 2º O Poder Legislativo local é exercido pela Câmara Municipal.

§ 1º A Câmara Municipal tem sua sede no edifício que lhe é destinado neste Município de Gaspar.

§ 2º Na impossibilidade de seu funcionamento em sua sede, a Câmara Municipal poderá reunir-se, temporariamente, em outro local, mediante proposta da Mesa Diretora, aprovada pela maioria absoluta dos Vereadores.

§ 3º A sessão solene destinada à instalação da legislatura e posse dos Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito, e demais trabalhos, poderá ser realizada em outro local que não na sede da Câmara Municipal, bastando Resolução por parte da Mesa Diretora.

CAPÍTULO II

DA LEGISLATURA

Art. 3º A legislatura terá a duração de quatro anos, dividida em quatro sessões legislativas.

Seção I

Da Sessão Preparatória

Art. 4º Precedendo a instalação da Legislatura, os Vereadores eleitos reunir-se-ão em sessão preparatória, na última terça-feira de dezembro que antecede o início do recesso do segundo período da quarta sessão legislativa da legislatura anterior, sob a presidência do mais idoso, na sala do Plenário, às quinze horas e trinta minutos, a fim de ultimarem as providências a serem seguidas na sessão de instalação da legislatura.

§ 1º No dia da sessão preparatória a que se refere o caput deste artigo não se realizará sessão ordinária da Câmara Municipal.

§ 2º Abertos os trabalhos, o Presidente da sessão convidará um dos Vereadores eleitos para, na qualidade de Secretário, compor a Mesa Provisória.

§ 3º Composta a Mesa Provisória, o Presidente convidará os Vereadores eleitos presentes a entregarem os respectivos diplomas.

§ 4º Caso os Vereadores eleitos ainda não tenham sido diplomados,

entregarão os respectivos diplomas na sessão solene de posse e instalação da legislatura.

§ 5º A Mesa Provisória dirigirá os trabalhos da sessão de instalação da legislatura até a posse dos membros da Mesa Diretora.

Seção II

Da Sessão Solene de Posse e Instalação da Legislatura

Art. 5º A sessão solene de posse e instalação da legislatura será realizada no dia 1º de janeiro, às dezoito horas, independentemente de convocação e do número de Vereadores presentes.

Parágrafo único. A mesa dos trabalhos da sessão solene de posse e instalação da legislatura será composta pelo Vereador mais idoso, que a presidirá, pelo Vereador escolhido como secretário na sessão preparatória, pelo Prefeito e pelo Vice-Prefeito eleitos.

Art. 6º Os trabalhos da sessão solene de posse e instalação da legislatura obedecerão à seguinte ordem:

I - compromisso, posse dos Vereadores e instalação da legislatura;

II - compromisso e posse do Prefeito e Vice-Prefeito;

III - suspensão da reunião para preparativos da eleição da Mesa Diretora; e

IV - eleição da Mesa Diretora.

Art. 7º Lida a relação nominal dos Vereadores diplomados, o Presidente, de pé, no que deverá ser acompanhado por todos os Vereadores presentes, prestará o seguinte compromisso: "Comprometo-me a manter, defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição da República Federativa do Brasil, a Constituição do Estado de Santa Catarina, a Lei Orgânica do Município de Gaspar e a legislação em vigor, defendendo a justiça social, a paz e a igualdade de tratamento a todos".

§ 1º Após o compromisso, o Secretário designado para esse fim fará a chamada de cada Vereador, o qual declarará: "Assim o prometo".

§ 2º Prestado o compromisso, lavrar-se-á, em livro próprio, o respectivo termo de posse, que será assinado por todos os Vereadores.

§ 3º O Vereador que não tomar posse na sessão prevista no artigo 5º poderá fazê-lo até quinze dias depois da primeira sessão ordinária da legislatura, perante a Mesa Diretora.

§ 4º Considerar-se-á renunciado o mandato do Vereador que, salvo motivo de doença, devidamente comprovado, deixar de tomar posse no prazo do § 3º deste artigo.

Art. 8º Após a última assinatura no livro termo de posse, o Presidente da sessão solene de posse e instalação declarará empossados os Vereadores e instalada a legislatura.

Art. 9º Instalada a legislatura, proceder-se-á ao compromisso e à posse do Prefeito e Vice-Prefeito eleitos.

Parágrafo único. O compromisso a ser prestado individualmente pelo Prefeito e pelo Vice-Prefeito dar-se-á na forma do disposto no caput do artigo 7º deste Regimento Interno.

Art. 10. O Presidente da sessão solene de posse e instalação da legislatura, após empossados os Vereadores, o Prefeito e o Vice-Prefeito, dará a palavra aos seguintes oradores, nesta ordem:

I - Vereador mais votado; e

II - Prefeito.

Art. 11. Findos os pronunciamentos, o Presidente da sessão solene de posse e instalação da legislatura suspenderá a sessão para os preparativos da eleição da Mesa Diretora.

TÍTULO II

DOS VEREADORES

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS E DEVERES

Art. 12. Os direitos dos Vereadores estão compreendidos no pleno exercício de seu mandato, observados os preceitos legais e as normas estabelecidas neste Regimento Interno.

Art. 13. São deveres do Vereador, além de outros previstos na Lei Orgânica do Município:

I - comparecer, à hora regimental, nos dias designados, às sessões da Câmara Municipal, apresentando, por escrito, justificativa à Mesa Diretora, pelo não comparecimento;

II - não se eximir de trabalho algum relativo ao desempenho do mandato;

III - dar, nos prazos regimentais, pareceres ou votos, comparecendo e tomando parte nas reuniões das comissões a que pertencer;

IV - propor ou levar ao conhecimento da Câmara Municipal, medidas que julgar convenientes aos interesses do Município e de sua população;

V - impugnar medidas que lhe pareçam prejudiciais ao interesse público; e

VI - comunicar à Mesa Diretora a sua ausência do País, especificando o seu destino com dados que permitam sua localização.

CAPÍTULO II

DA PERDA DO MANDATO E DA RENÚNCIA

Art. 14. A perda do mandato do Vereador, por decisão da Câmara Municipal, dar-se-á, nos casos dos incisos I, II e VI, do artigo 22 da Lei Orgânica, mediante iniciativa da Mesa Diretora ou de partido político com representação na Casa, por deliberação de dois terços dos Vereadores.

Parágrafo único. Assegurada a ampla defesa, ao disposto neste artigo aplica-se o procedimento previsto no artigo 178 e seguintes deste Regimento Interno.

Art. 15. A perda do mandato de Vereador a ser declarada pela Mesa Diretora, de ofício, ou mediante iniciativa de qualquer de seus membros ou de partido político com representação na Câmara Municipal, com base nos incisos III, IV e V, do artigo 22 e no artigo 24 da Lei Orgânica, obedecerá às seguintes normas:

I - a Mesa Diretora dará ciência, por escrito, ao Vereador, do fato ou ato que possa implicar na perda do mandato;

II - no prazo de três dias úteis, contados da ciência, o Vereador poderá apresentar defesa;

III - apresentada ou não a defesa, a Mesa Diretora decidirá a respeito, no prazo de quarenta e oito horas; e

IV - a Mesa Diretora tornará públicas as razões que fundamentam

sua decisão.

Art. 16. Para o efeito do artigo 22, inciso II, da Lei Orgânica do Município, considera-se procedimento incompatível com o decoro parlamentar:

I - o abuso das prerrogativas asseguradas aos membros da Câmara Municipal ou a percepção de vantagens indevidas em decorrência da condição de Vereador;

II - a transgressão reiterada aos preceitos deste Regimento Interno;

III - a perturbação da ordem nas sessões da Câmara Municipal ou nas reuniões das comissões;

IV - o uso, em discursos ou pareceres, de expressões ofensivas a membros do Legislativo Municipal;

V - o desrespeito à Mesa Diretora e a prática de atos atentatórios à dignidade de seus membros;

VI - o comportamento vexatório ou indigno capaz de comprometer a dignidade do Poder Legislativo do Município; e

VII - o assédio moral na forma definida em lei.

Art. 17. A renúncia ao mandato far-se-á em ofício dirigido à Presidência da Câmara Municipal, cuja assinatura deverá ser reconhecida por autêntica em cartório.

CAPÍTULO III DAS FALTAS E DAS LICENÇAS

Art. 18. Salvo motivo justo, será atribuída falta ao Vereador que não comparecer às sessões ou às reuniões das comissões.

§ 1º Considera-se motivo justo:

I - o fato relacionado com a saúde e integridade física do Vereador ou de ascendentes, de descendentes, de cônjuge ou de companheiro e de parentes até o terceiro grau;

II - o nascimento de descendente;

III - o falecimento de ascendentes, de descendentes, de cônjuge ou de companheiro e de parentes até o terceiro grau;

IV - o casamento, até cinco dias consecutivos de sua realização;

V - o desempenho de missões oficiais da Câmara Municipal ou decorrentes do exercício do mandato, desde que aprovadas pela Mesa Diretora; e

VI - a participação em cursos e capacitações de interesse da Câmara Municipal, mediante requerimento previamente aprovado pela Mesa Diretora.

§ 2º A falta só será considerada justificada mediante a comprovação documental do motivo justo alegado.

§ 3º Considera-se ter comparecido à sessão plenária, o Vereador que assinar à folha de presença e que participar da votação de todas as proposições em pauta na ordem do dia.

Art. 19. O Vereador poderá licenciar-se:

I - por doença, devidamente comprovada, sem prejuízo de sua remuneração; e

II - para tratar de interesse particular, sem remuneração, por prazo não superior a cento e vinte dias por sessão legislativa.

§ 1º O Vereador que se licenciar para tratar de interesse particular, com assunção de suplente, não poderá reassumir o mandato antes de findo o prazo da licença ou de suas prorrogações.

§ 2º A Vereadora gestante poderá licenciar-se, por cento e oitenta dias, sem prejuízo da remuneração.

Art. 20. A investidura em cargo previsto no artigo 23, inciso I, da Lei Orgânica, independe de licença, considerando-se o investido automaticamente afastado.

Parágrafo único. No caso previsto neste artigo, o Vereador poderá optar pela remuneração do mandato.

Art. 21. O pedido de licença será feito pelo Vereador através de ofício protocolado na Secretaria da Câmara Municipal com antecedência mínima de dez dias da data do afastamento, o qual será deferido imediatamente pela Presidência.

Parágrafo único. Encontrando-se o Vereador impossibilitado, física ou mentalmente, de subscrever o ofício, poderá fazê-lo, nessa ordem, a liderança de sua bancada e a presidência do diretório municipal do partido, sempre o instruindo com atestado médico.

CAPÍTULO IV DA CONVOCAÇÃO DE SUPLENTE

Art. 22. Em caso de vaga, investidura ou licença superior a trinta dias, a Presidência da Câmara Municipal convocará imediatamente o suplente, que deverá tomar posse dentro do prazo de cinco dias úteis, salvo motivo justo.

§ 1º Considera-se motivo justo doença ou ausência do País devidamente comprovadas.

§ 2º Não localizado o suplente para a devida convocação pessoal, efetivar-se-á a convocação por edital, notificando-se a presidência do diretório municipal do partido via ofício.

§ 3º O prazo indicado no caput deste artigo será contado a partir do recebimento da convocação pelo suplente ou da publicação do edital.

Art. 23. O suplente tomará posse perante a Mesa Diretora e o termo será lido na sessão plenária imediata.

Art. 24. O suplente, quando convocado em caráter de substituição, assumirá todas as atribuições do Vereador substituído, não podendo, contudo, ser escolhido ou exercer os cargos da Mesa Diretora e de presidência de comissão.

CAPÍTULO V DAS LIDERANÇAS

Art. 25. Os Vereadores são agrupados por representações partidárias ou de blocos partidários, cabendo-lhes escolher o líder e o vice-líder.

§ 1º As representações partidárias ou de blocos partidários deverão indicar à Mesa Diretora, através de documento subscrito pela maioria de seus membros, no início de cada sessão legislativa, os respectivos líderes e vice-líderes.

§ 2º Cabe ao líder a indicação de membros de sua representação para integrarem comissões permanentes e dos respectivos substitutos, no caso de impedimento ou vacância.

§ 3º O líder será substituído, nas suas faltas, impedimentos ou ausência do recinto do Plenário, pelo respectivo vice-líder.

§ 4º É facultado ao Prefeito indicar, através de ofício dirigido à Mesa Diretora, Vereadores para exercerem a Liderança do Governo Executivo, composta de líder e vice-líder, observado o disposto no § 3º deste artigo.

TÍTULO III DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL

CAPÍTULO I DA ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA

Art. 26. No dia da sessão de instalação da legislatura, às dezoito horas, após a posse dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito, será realizada a eleição da Mesa Diretora, sob a presidência do mais idoso entre os presentes.

§ 1º Após, no máximo, trinta minutos de recesso, será reaberta a sessão e, verificada a presença da maioria absoluta, passar-se-á, imediatamente, à eleição.

§ 2º A eleição será secreta, mediante cédula única, impressa ou datilografada, dando-se a eleição para todos os cargos da Mesa Diretora num só ato de votação.

§ 3º A cédula de votação será rubricada pelo Presidente e por ele fornecida aos Vereadores à medida que forem chamados, sendo depositada em urna exposta no recinto do Plenário.

§ 4º Será nulo o voto:

I - contido em cédula não rubricada pelo Presidente;

II - que indicar mais de um nome para o mesmo cargo;

III - que contenha sinal que possa identificar o votante; ou

IV - que apresente rasuras incapazes de defini-lo.

Art. 27. A apuração será feita por três escrutinadores pertencentes a diferentes bancadas, designados pelo Presidente.

§ 1º Conhecido o resultado, o Presidente proclamará eleitos os que obtiverem maioria absoluta.

§ 2º Se o candidato não obtiver maioria absoluta, proceder-se-á, imediatamente, a nova eleição para os cargos não preenchidos na primeira, considerando-se eleito o mais votado, ou, em caso de empate, o mais idoso.

§ 3º Concorrerão no segundo escrutínio os dois Vereadores mais votados para o cargo e, se houver empate, o mais idoso.

§ 4º Consideram-se automaticamente empossados os eleitos.

Art. 28. A eleição da renovação da Mesa Diretora para o ano seguinte realizar-se-á na última sessão ordinária de dezembro da sessão legislativa anterior, específica para este fim e independentemente de convocação, devendo ser presidida pela Mesa Diretora em exercício.

Parágrafo único. A posse dos eleitos nos termos deste artigo ocorrerá automaticamente em 1º de janeiro do ano subsequente.

Art. 29. O mandato da Mesa Diretora será de um ano, permitida uma recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA E DA COMPOSIÇÃO

Art. 30. A Mesa Diretora é órgão permanente de direção administrativa e financeira do Poder Legislativo do Município.

Art. 31. Compete à Mesa Diretora, entre outras atribuições:

I - tomar todas as providências necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos;

II - designar Vereadores para missão de representação da Câmara Municipal;

III - propor ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal;

IV - promulgar emendas à Lei Orgânica;

V - dispor sobre organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções dos serviços da Câmara Municipal e a iniciativa de projeto de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, bem como a iniciativa de projeto de lei sobre a revisão geral anual ou aumento de remuneração;

VI - a iniciativa de projetos de lei dispondo sobre a abertura de créditos suplementares ou especiais, com recursos indicados pelo Executivo ou mediante anulação parcial ou total de dotações da Câmara Municipal;

VII - elaborar ou expedir, mediante ato, a discriminação analítica das dotações orçamentárias da Câmara Municipal, bem como alterá-las, quando necessário, por anulação total ou parcial de suas dotações orçamentárias;

VIII - por meio de ato, nomear, promover, comissionar, conceder gratificações, licenças, pôr em disponibilidade, exonerar, demitir, aposentar e punir servidores da Câmara Municipal, nos termos estritos da lei;

IX - expedir normas ou medidas administrativas;

X - ordenar a despesa da Câmara Municipal;

XI - devolver ao Executivo Municipal o saldo de caixa existente na Câmara Municipal, no final do exercício;

XII - prestar, anualmente, contas da gestão financeira da Câmara Municipal;

XIII - elaborar a proposta orçamentária da Câmara Municipal a ser incluída na lei orçamentária do Município;

XIV - a iniciativa de projetos de decreto legislativo e de resolução em matérias de sua competência; e

XV - dar posse aos Vereadores e Suplentes nos casos previstos na legislação.

§ 1º Os atos decorrentes das atribuições previstas nos incisos IX e X deste artigo poderão ser praticados pelo Presidente, na conformidade de diretrizes previamente estabelecidas pela Mesa Diretora.

§ 2º Segundo diretrizes previamente estabelecidas, a Mesa Diretora poderá atribuir à supervisão do Primeiro e do Segundo Secretários setores ou aspectos da gestão administrativa e financeira,

sem prejuízo do poder decisório do colegiado.

Art. 32. A Mesa Diretora será composta de um Presidente, um Vice-Presidente, um Primeiro Secretário e um Segundo Secretário.

§ 1º Na composição da Mesa Diretora, será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou blocos partidários com assento na Câmara Municipal, atendidos os critérios de proporcionalidade definidos nos parágrafos do artigo 52 deste Regimento Interno.

§ 2º No caso de vaga de cargo da Mesa Diretora, o seu preenchimento dar-se-á mediante eleição no prazo de cinco dias úteis, nos termos do disposto neste Regimento Interno.

§ 3º Não havendo candidatos a ocupar o cargo vago, fará parte da Mesa Diretora, até a nova eleição desta, o Vereador mais idoso, sucessivamente.

§ 4º Na ausência ou impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, compete ao Primeiro e Segundo Secretários, sucessivamente, a direção dos trabalhos.

§ 5º Ausentes ou impedidos os Secretários, convidará o Presidente qualquer Vereador para secretariar os trabalhos durante a reunião.

§ 6º Verificando-se a ausência ou o impedimento dos membros da Mesa Diretora para a direção dos trabalhos legislativos e administrativos e existindo número legal de Vereadores na sessão, assumirá a presidência o Vereador mais idoso presente, que escolherá entre seus pares, um membro para secretariar os trabalhos da reunião.

§ 7º Mantendo-se a situação de ausência dos membros da Mesa Diretora por três reuniões consecutivas, sem motivo justificado e aceito pelo Plenário, ficam vagos os cargos.

Art. 33. No caso de vacância de todos os cargos da Mesa Diretora, o Vereador mais idoso assumirá a presidência até nova eleição, que se realizará na forma regimental e no prazo de cinco dias úteis.

Art. 34. O Vereador ocupante de cargo na Mesa Diretora poderá dele renunciar, através de ofício a ela dirigido, que se efetivará, independentemente de deliberação do Plenário, a partir de sua leitura em sessão.

Parágrafo único. Se a renúncia for coletiva, de toda a Mesa Diretora, o ofício será levado ao conhecimento do Plenário.

Art. 35. Os membros da Mesa Diretora, isoladamente ou em conjunto, são passíveis de destituição, desde que exorbitem das atribuições a eles conferidas por este Regimento Interno, ou delas se omitam, mediante resolução aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, assegurada ampla defesa.

§ 1º O início do processo de destituição dependerá de representação subscrita por um terço dos Vereadores, necessariamente lida em Plenário por qualquer de seus signatários, com farta e circunstanciada fundamentação sobre as irregularidades imputadas.

§ 2º Oferecida a representação, constituir-se-á Comissão Processante, nos termos regimentais, aplicando-se ao procedimento, no que couber, o disposto nos artigos 182 e seguintes deste Regimento Interno.

Seção I
Do Presidente

Art. 36. O Presidente é o representante da Câmara Municipal quando ela se pronuncia coletivamente e o supervisor dos seus trabalhos e da sua ordem, nos termos deste Regimento Interno e da Lei Orgânica do Município.

Art. 37. São atribuições do Presidente:

I - representar a Câmara Municipal em juízo ou fora dele;

II - encaminhar pedido de intervenção no Município, nos casos previstos na Constituição da República Federativa do Brasil;

III - dirigir, com suprema autoridade, a polícia interna da Câmara Municipal;

IV - substituir, nos termos da Lei Orgânica, o Prefeito Municipal;

V - presidir a Mesa Diretora;

VI - quanto às sessões da Câmara Municipal:

a) abri-las, presidi-las, suspendê-las e encerrá-las;

b) manter a ordem, interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;

c) conceder a palavra aos Vereadores, a convidados especiais, visitantes ilustres e a representantes de signatários de projeto de iniciativa popular;

d) interromper o orador que se desviar da questão em debate ou faltar com o respeito devido à Câmara Municipal ou a qualquer de seus membros, adverti-lo, chamá-lo à ordem, e, em caso de insistência, cassar-lhe a palavra, podendo, ainda, suspender a sessão quando não atendido e as circunstâncias o exigirem;

e) chamar a atenção do Vereador quando esgotar o tempo a que tem direito;

f) decidir as questões de ordem;

g) anunciar a ordem do dia e submeter à discussão e à votação a matéria dela constante;

h) estabelecer o ponto da questão sobre o qual deve ser feita a votação;

i) anunciar o resultado da votação;

j) fazer organizar, sob sua responsabilidade e direção, a ordem do dia da sessão seguinte;

k) determinar a distribuição aos Vereadores e fazer a divulgação da ordem do dia, no prazo regimental; e

l) convocar sessões preparatórias, ordinárias, extraordinárias, solenes e itinerantes;

VII - quanto às proposições:

a) aceitá-las, ou, quando manifestamente contrárias à Lei Orgânica e ao Regimento Interno, recusá-las;

b) dar-lhes o encaminhamento regimental, declará-las prejudicada, determinar seu arquivamento ou sua retirada, nas hipóteses previstas neste Regimento Interno;

c) elaborar a redação final dos projetos, na conformidade do aprovado;

d) encaminhar projetos de lei à sanção do Prefeito;

e) promulgar leis, nas hipóteses previstas na Lei Orgânica; e

f) baixar resoluções e decretos legislativos, determinando a sua publicação;

VIII - quanto às comissões:

a) homologar as indicações de membros de comissões temporárias, previamente feitas pelas lideranças partidárias; e

b) homologar as indicações das lideranças partidárias para a composição das comissões permanentes, bem como para substituição de seus membros.

Art. 38. O Presidente, para ausentar-se do Município por mais de dez dias, deverá necessariamente licenciar-se do cargo.

Art. 39. Consideram-se indelegáveis as atribuições do Presidente.

Seção II Do Vice-Presidente

Art. 40. O Vice-Presidente, e em sua ausência ou impedimento o Primeiro e o Segundo Secretários, sucessivamente, substituirá o Presidente no exercício de suas funções, quando impedido ou ausente.

Seção III Dos Secretários

Art. 41. São atribuições do Primeiro Secretário, além de outras previstas neste Regimento Interno:

I - verificar e declarar a presença dos Vereadores;

II - ler a matéria do expediente;

III - anotar as discussões e votações;

IV - fazer a chamada dos Vereadores nos casos previstos neste Regimento Interno;

V - assinar, depois do Presidente, as atas das sessões plenárias;

VI - fiscalizar a elaboração das atas das sessões;

VII - fiscalizar o registro dos debates;

VIII - secretariar a Mesa Diretora; e

IX - substituir o Presidente na ausência do Vice-Presidente ou impedimento destes.

Art. 42. São atribuições do Segundo Secretário:

I - ler a ata da sessão anterior, quando solicitado;

II - até findo o pequeno expediente, acolher os pedidos de inscrição dos Vereadores para o uso da palavra no grande expediente;

III - fazer o assentamento de votos, nas eleições;

IV - cronometrar o tempo do uso da palavra; e

V - substituir o Primeiro Secretário.

CAPITULO III

DA SEGURANÇA INTERNA DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 43. A segurança do edifício da Câmara Municipal compete à Mesa Diretora, sob a direção do Presidente.

Parágrafo único. A segurança poderá ser feita pela guarda municipal, por servidores integrantes do serviço próprio da Câmara, ou por entidade contratada, habilitada à prestação de tal serviço.

Art. 44. Qualquer pessoa poderá assistir às sessões das galerias, desde que guarde silêncio e respeito, sendo compelido a sair imediatamente do edifício, caso perturbe os trabalhos com aplausos ou manifestações de reprovação e não atenda à advertência do Presidente.

Parágrafo único. Quando o Presidente não conseguir manter a ordem por simples advertências, deverá suspender a sessão, adotando as providências cabíveis.

Art. 45. Revelando-se ineficazes as providências adotadas pela presidência, aquele que perturbar a ordem dos trabalhos, desacatar a Mesa Diretora, os Vereadores ou os servidores em serviço, será detido e encaminhado à autoridade competente.

Art. 46. No recinto do Plenário, durante as sessões, só serão admitidos os Vereadores, servidores em serviço e convidados.

Art. 47. É proibido portar arma no espaço público da Câmara Municipal.

§ 1º Compete à Mesa Diretora fazer cumprir as determinações deste artigo, mandando desarmar e prender quem as transgredir.

§ 2º Relativamente a Vereador, a constatação do fato será considerada conduta incompatível com o decoro parlamentar.

TÍTULO IV DAS COMISSÕES

CAPÍTULO I DAS COMISSÕES PERMANENTES

Art. 48. As comissões permanentes têm por objetivo estudar e emitir pareceres na forma deste Regimento Interno.

Art. 49. São comissões permanentes:

I - a Comissão de Legislação, Justiça, Cidadania e Redação;

II - a Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização; e

III - a Comissão de Gestão Pública.

Seção I Da Composição

Art. 50. As comissões permanentes compor-se-ão de um terço dos membros da Câmara Municipal, excluindo-se desse cálculo o Presidente da Mesa Diretora, de forma que todas as comissões tenham o mesmo número de membros.

Parágrafo único. Cada Vereador, à exceção do Presidente da Mesa Diretora, deverá participar, obrigatoriamente, de, pelo menos, uma comissão permanente.

Art. 51. Os membros das comissões permanentes serão escolhidos para as integrar pelo período de um ano, permitida a recondução.

Art. 52. Na composição das comissões permanentes, na primeira

sessão ordinária após a eleição da Mesa Diretora ou em sessão extraordinária convocada pela presidência, os líderes, de comum acordo e observada a proporcionalidade partidária, indicarão os membros das respectivas bancadas ou blocos partidários que as integrarão.

§ 1º A participação proporcional é determinada pela divisão do número de Vereadores pelo número de membros de cada comissão, e do número de Vereadores de cada bancada ou bloco partidário pelo quociente antes obtido, indicando o inteiro do último quociente, chamado quociente partidário, o número de membros da bancada ou do bloco partidário na comissão.

§ 2º As vagas remanescentes, uma vez aplicado o critério previsto no parágrafo anterior, serão destinadas às bancadas ou aos blocos partidários levando-se em conta as frações do quociente partidário, das maiores para as menores.

§ 3º Em caso de empate na fração referida no parágrafo anterior, as vagas a serem preenchidas serão destinadas às bancadas ou aos blocos partidários ainda não representados na comissão.

Art. 53. Recebidas as indicações, o Presidente as homologará, considerando-se automaticamente empossados os membros indicados.

Art. 54. Não havendo acordo na indicação dos membros, proceder-se-á à eleição para composição das comissões permanentes, observada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos partidários.

§ 1º Todos os Vereadores, com exceção do Presidente da Câmara, serão considerados candidatos aos cargos de membro de todas as comissões permanentes da Câmara Municipal.

§ 2º A eleição far-se-á por cédula que especificará a comissão permanente para a qual estará sendo realizado o pleito e conterá o nome de todos os Vereadores da Câmara, em ordem alfabética, exceto do Presidente da Câmara Municipal.

§ 3º Realizar-se-á eleição para cada uma das comissões permanentes da Câmara Municipal, uma única vez e de forma separada, observada a ordem do artigo 49 deste Regimento Interno.

§ 4º O Vereador poderá votar em número igual ao do total de membros da comissão permanente.

§ 5º Considerar-se-á nulo o voto:

I - contido em cédula não rubricada pelo Presidente;

II - que tiver assinalado mais do que o número total de membros da comissão permanente;

III - que contenha sinal que possa identificar o votante; ou

IV - que apresente rasuras incapazes de defini-lo.

§ 6º Serão considerados eleitos os Vereadores mais votados, por partido, para uma determinada comissão permanente.

§ 7º No caso de empate, considerar-se-á eleito como membro da comissão permanente o Vereador mais idoso.

§ 8º Finda a eleição para escolha dos membros das comissões permanentes, o Presidente da Câmara Municipal proclamará o resultado final e baixará resolução homologando-o no prazo de quarenta e oito horas.

Seção II

Da Competência das Comissões Permanentes

Art. 55. Compete, em comum, às comissões:

I - realizar audiências públicas;

II - encaminhar, através da Mesa Diretora, pedidos de informação sobre matéria que lhe for submetida;

III - receber reclamações e sugestões de qualquer pessoa;

IV - solicitar a colaboração de órgãos e entidades da Administração Pública e da sociedade civil para elucidação de matéria sujeita ao seu pronunciamento; e

V - estudar qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático, podendo promover ou propor à Mesa Diretora da Câmara Municipal a promoção de conferências, seminários, palestras e exposições.

Parágrafo único. A organização e realização das audiências públicas ficarão sob encargo do requerente, salvo as audiências públicas pertinentes aos projetos do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual e da demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do Município que serão organizadas e realizadas pela Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização.

Art. 56. Compete:

I - à Comissão de Legislação, Justiça, Cidadania e Redação:

a) os aspectos constitucionais, legais, regimentais, jurídicos e de técnica legislativa de todas as proposições, salvo as exceções previstas neste Regimento Interno;

b) matéria que diga respeito ao exercício dos direitos inerentes à cidadania, à segurança pública, aos direitos do consumidor, do contribuinte e das minorias, da mulher, da criança, do adolescente, do jovem, do idoso e da pessoa com deficiência; e

c) salvo disposição em contrário, a aprovação da redação final dos projetos.

II - à Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização os aspectos econômicos e financeiros e, especialmente:

a) matéria tributária, abertura de crédito adicional, operações de crédito, dívida pública, anistias e remissões de dívidas e outras, que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município, ou repercutam no patrimônio municipal;

b) a análise, de forma privativa, dos projetos do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual e a prestação de contas do Prefeito; e

c) as atividades de controle externo previsto no artigo 61 da Lei Orgânica.

III - à Comissão de Gestão Pública:

a) matéria sobre servidores públicos, seu regime jurídico, criação, extinção e transformação de cargos, fixação ou alteração de sua remuneração, matéria que diga respeito à prestação de serviços públicos, diretamente pelo Município ou em regime de concessão ou permissão, criação, organização e atribuições dos órgãos e entidades da Administração Municipal e alienação de bens;

b) matéria que diga respeito ao ensino, ao patrimônio histórico e natural, à ciência, às artes, ao esporte, à saúde pública, à assistência social, à higiene e profilaxia sanitária, saneamento básico e ao meio ambiente;

c) matéria que diga respeito aos planos de desenvolvimento urbano, controle do uso do solo urbano, sistema viário, parcelamento do solo, edificações, realização de obras públicas e política habitacional do Município; e

d) matéria referente à agricultura, pecuária, indústria, comércio, turismo e demais relativas às atividades econômicas desenvolvidas no Município.

Parágrafo único. A enumeração das matérias deste artigo é indicativa, compreendidas na competência das diversas comissões ainda outras, correlatas ou conexas.

Art. 57. À Comissão de Legislação, Justiça, Cidadania e Redação cabe examinar a admissibilidade da matéria, do ponto de vista da constitucionalidade e da conformidade às leis, à Lei Orgânica e ao Regimento Interno.

§ 1º Se o parecer da Comissão for pela inadmissibilidade total, a proposição, após divulgação do parecer, será arquivada, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte.

§ 2º No caso do § 1º deste artigo, no prazo de cinco dias úteis contados da ciência do parecer, poderá o autor da proposição, com o apoio de um terço dos membros da Câmara Municipal, ou o Prefeito, em projetos de sua iniciativa, solicitar à Mesa Diretora que submeta o parecer à deliberação do Plenário.

§ 3º A proposição será definitivamente arquivada se o parecer da Comissão for aprovado pelo Plenário.

§ 4º Se o parecer da Comissão for rejeitado, a proposição retornará às comissões que devam se manifestar sobre o mérito.

§ 5º Se o parecer for pela inadmissibilidade parcial, a Comissão de Legislação, Justiça, Cidadania e Redação proporá emenda supressiva, se insanável, ou modificativa, se sanável a contrariedade à Constituição da República Federativa do Brasil, à Constituição do Estado de Santa Catarina, à Lei Orgânica, à legislação ou ao Regimento Interno.

CAPÍTULO II DO FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Art. 58. As comissões permanentes observarão aos seguintes preceitos:

I - as reuniões das comissões serão públicas, sendo obrigatória a realização de pelo menos uma reunião semanal;

II - deliberação por maioria simples de votos, presente a maioria absoluta dos membros da comissão;

III - o Vereador no exercício da presidência de comissão somente terá direito a voto para desempate, mas contando sua presença para efeito de quorum;

IV - prazo comum de quinze dias, contados da divulgação do parecer do Relator Geral, para:

a) ratificação do parecer do Relator Geral acerca de proposição; ou

b) emissão de novo parecer, a cargo da comissão, no caso de discordância, cujo relator será designado pelo presidente da

comissão.

V - prazo de vinte e quatro horas para que o presidente da comissão designe relator para matéria submetida ao seu exame;

VI - prazo de sete dias para que o relator da comissão apresente parecer; e

VII - prazo máximo de dois dias para vista de membro da comissão, se solicitada.

Art. 59. Na primeira reunião da comissão permanente, após sua composição, será escolhido seu presidente.

Parágrafo único. Enquanto não for escolhido o presidente, assumirá a presidência, até a escolha, o membro mais idoso, o qual, também, substituirá o presidente, em suas ausências ou impedimentos.

Art. 60. Os presidentes das comissões permanentes reunir-se-ão mensalmente com a Presidência da Câmara Municipal para adotar providências visando à rápida tramitação das proposições.

Art. 61. Observadas as hipóteses de suspensão, findo o prazo indicado no artigo 58, inciso IV, deste Regimento Interno, a matéria deverá ser encaminhada à Presidência da Câmara Municipal, com ou sem parecer, para inclusão na ordem do dia da sessão plenária imediata.

Art. 62. Projeto sujeito à apreciação do Plenário poderá ser instruído pela Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal quando solicitado via ofício por Relator Geral ou Comissão, no prazo de sete dias úteis, prorrogável, a pedido.

Parágrafo único. Na instrução da Procuradoria Jurídica poderão ser sugeridas as modificações necessárias ao projeto, oportunidade em que serão abordados os aspectos jurídicos pertinentes, os de técnica legislativa e de redação, visando sua correção.

CAPÍTULO III DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Art. 63. As comissões temporárias, que se extinguem com o término da legislatura, findo o prazo ou logo que tenham alcançado os seus objetivos, são:

I - especiais;

II - de inquérito;

III - de representação;

IV - processante; e

V - de ética.

§ 1º Na composição das comissões temporárias, adotar-se-á o critério da representação proporcional dos partidos ou dos blocos partidários.

§ 2º As comissões temporárias serão compostas por um terço dos membros da Câmara Municipal como titulares e dois suplentes, excluído do cálculo o Presidente da Mesa Diretora.

§ 3º Os membros das comissões temporárias, com exceção da Comissão Processante, serão indicados pelos respectivos líderes de bancada.

§ 4º As deliberações das comissões temporárias dar-se-ão por

maioria simples de votos, presente a maioria absoluta dos seus membros.

§ 5º O Vereador no exercício da presidência de comissão temporária somente terá direito a voto para desempate, mas contando sua presença para efeito de quorum.

Seção I Das Comissões Especiais

Art. 64. As comissões especiais, constituídas mediante requerimento aprovado pela maioria absoluta, destinam-se ao estudo da reforma ou alteração da Lei Orgânica e deste Regimento Interno, ao estudo de problemas municipais e à tomada de posição pela Câmara Municipal em assuntos de reconhecida relevância.

§ 1º A proposição indicará, fundamentadamente, a finalidade e o prazo de sua duração.

§ 2º Não será constituída comissão especial para tratar de assunto de competência específica de qualquer das comissões permanentes.

Seção II Das Comissões de Inquérito

Art. 65. As comissões de inquérito, criadas mediante requerimento de um terço dos Vereadores, independentemente de parecer e deliberação do Plenário, destinam-se à apuração de fato determinado e por prazo certo.

§ 1º Constituída a Comissão de Inquérito, cabe-lhe requisitar, por intermédio da Mesa Diretora, os servidores do quadro da Câmara Municipal necessários aos trabalhos ou a designação de técnicos e peritos que possam cooperar no desempenho das suas atribuições.

§ 2º Em sua primeira reunião, a Comissão elegerá o seu Presidente e seu Relator Geral, e se necessário vários relatores parciais.

§ 3º Até quinze dias de sua instalação, a Comissão submeterá à decisão do Plenário da Câmara Municipal, solicitação do prazo necessário à ultimização de seus trabalhos, cabendo essa decisão à Mesa Diretora, "ad referendum" do Plenário, durante o recesso legislativo.

§ 4º No exercício de suas atribuições, a Comissão poderá determinar as diligências que reputar necessárias, ouvir acusados, inquirir testemunhas, solicitar informações e requisitar documentos.

§ 5º Não se constituirá Comissão de Inquérito enquanto três ou mais estiverem em funcionamento.

Art. 66. A Comissão de Inquérito redigirá suas conclusões em forma de relatório que, conforme o caso, alternativa ou cumulativamente, conterà sugestões, recomendações à autoridade administrativa competente, terminará pela apresentação de projeto, ou concluirá pelo encaminhamento ao Ministério Público, para que este promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Seção III Das Comissões de Representação

Art. 67. As comissões de representação, constituídas para representar a Câmara Municipal em atos externos, serão designadas pelo Presidente, por iniciativa própria ou a requerimento escrito de Vereador, aprovado em Plenário.

Parágrafo único. Quando a Câmara Municipal se fizer representar em conferências, reuniões, congressos e simpósios, não

exclusivamente de Vereadores, serão preferencialmente indicados Vereadores que desejarem apresentar trabalhos relativos ao temário e membros das comissões permanentes na esfera de suas atribuições.

Seção IV Das Comissões Processantes

Art. 68. As comissões processantes destinam-se:

I - à aplicação de procedimento instaurado em face de denúncia contra Vereador, por infrações previstas na Lei Orgânica e neste Regimento Interno, cominadas com a perda do mandato;

II - à aplicação de procedimento instaurado em face de representação contra membros da Mesa Diretora da Câmara Municipal, por infrações previstas na Lei Orgânica e neste Regimento Interno cominadas com destituição; e

III - à aplicação de processo instaurado em face de denúncia contra o Prefeito ou contra o Vice-Prefeito, por infração político-administrativa.

Art. 69. As comissões processantes são constituídas por sorteio entre os Vereadores desimpedidos.

§ 1º Considera-se impedido:

I - o Vereador denunciante no caso dos incisos I e III do artigo 68; e

II - os Vereadores subscritores da representação e os membros da Mesa Diretora contra a qual é dirigida no caso do inciso II do artigo 68.

§ 2º Cabe aos membros da Comissão Processante, no prazo de quarenta e oito horas de sua constituição, eleger Presidente e Relator.

Seção V Das Comissões de Ética

Art. 70. Em caso de descumprimento, por qualquer Vereador, de deveres inerentes a seu mandato ou prática de ato que afete a sua dignidade, instituir-se-á Comissão de Ética, competente para propor à Câmara Municipal a aplicação das seguintes penalidades:

I - censura pública; e

II - perda temporária do exercício do mandato, por, no máximo, noventa dias.

Art. 71. Diante de notícia de conduta a que se refere o caput do artigo 70, de ciência própria ou mediante representação de qualquer pessoa, a Comissão concederá prazo de quinze dias para que o Vereador apresente defesa.

Art. 72. Apresentada defesa, a Comissão fará as diligências que entender necessárias para o esclarecimento dos fatos, apresentando relatório, que se concluir pela inexistência da infração determinará o arquivamento dos autos.

Art. 73. Em caso contrário, o relatório, cujas conclusões dirão sobre a penalidade cabível, será encaminhado à Mesa Diretora, que submeterá o caso ao Plenário, em sessão especialmente convocada para esse fim.

Art. 74. É garantido ao Vereador a que se imputam os fatos defesa oral, pessoalmente ou por seu advogado, na sessão de

julgamento, por, no máximo, sessenta minutos.

Art. 75. Ouvida a defesa, o Plenário deliberará, por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, em votação secreta.

CAPÍTULO IV DO RELATOR

Art. 76. São duas as espécies de Relator:

I - Geral; e

II - de Comissão.

Art. 77. O Relator Geral será aquele, após distribuição, incumbido de relatar matéria constante de projeto de lei complementar, projeto de lei ordinária, projeto de lei delegada, projeto de decreto legislativo e projeto de resolução que não tenham procedimentos especiais previstos neste Regimento Interno.

Art. 78. A distribuição da matéria ao Relator Geral observará o seguinte:

I - com exceção do Presidente da Câmara Municipal, todos os Vereadores participarão da distribuição;

II - o Vereador que receber a matéria distribuída não participará das próximas distribuições enquanto não for finalizada a sequência nominal; e

III - as propostas distribuídas a Vereador eleito para ser Presidente da Câmara Municipal serão redistribuídas.

Art. 79. O Relator Geral terá prazo de vinte dias contados da distribuição do projeto para emitir parecer, que será posteriormente divulgado às comissões permanentes que poderão ratificá-lo ou, no caso de discordância, emitir outro parecer.

Parágrafo único. Não sendo o caso de suspensão, findo o prazo do caput deste artigo sem que o Relator Geral tenha emitido parecer, caberá à Comissão de Legislação, Justiça, Cidadania e Redação exarar-lo no prazo de dez dias, cumprindo às demais comissões ratificá-lo ou emitirem outro parecer no prazo de cinco dias.

Art. 80. O Relator de Comissão é aquele escolhido entre os seus membros e incumbido de emitir parecer em nome da comissão.

Art. 81. O Vereador autor de projeto não poderá ser relator da referida matéria, salvo se subscrita por todos os Vereadores da Câmara Municipal ou da comissão da qual participe.

CAPÍTULO V DOS PARECERES

Art. 82. Parecer é o pronunciamento individual de relator ou de comissão sobre qualquer proposição ou outra matéria sujeita ao seu estudo.

Art. 83. Salvo disposição em contrário, proposições sujeitas à deliberação do Plenário serão objeto de parecer exarado por Vereador designado como Relator Geral, quando da distribuição da proposta.

Art. 84. O pronunciamento do Relator de Comissão sobre matéria que tenha que relatar será submetido, em reunião, aos demais membros da comissão e acolhido como parecer, se aprovado pela maioria simples.

§ 1º O voto, em face do pronunciamento do Relator de Comissão, poderá ser favorável, contrário ou favorável com restrições,

devendo, nos dois últimos casos, vir acompanhado, por escrito, das razões que o fundamentam, em separado.

§ 2º Voto em separado, acompanhado pela maioria da comissão, passa a constituir o seu parecer.

§ 3º Não acolhido pela maioria o voto do Relator de Comissão ou o voto em separado, novo relator será designado pelo Presidente da Comissão.

Art. 85. Somente em casos expressamente previstos neste Regimento Interno, o parecer do Relator Geral ou de Comissão poderá ser oral.

CAPÍTULO VI DOS PRAZOS

Art. 86. Salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento.

§ 1º Quando não mencionados em dias úteis, os prazos especificados neste Regimento Interno contar-se-ão em dias corridos.

§ 2º Não havendo previsão de prazo para resposta, considerar-se-á este como sendo de quinze dias úteis.

Art. 87. Suspendem-se os prazos sempre que houver pedido de informações ou documentos, diligência imprescindível ao estudo da matéria, ou pedido de instrução à Procuradoria Jurídica da Câmara, desde que solicitados por Relator Geral ou por Comissão, através da Presidência da Câmara Municipal.

§ 1º O curso do prazo suspenso recomeçará a correr, pelo que lhe restar, do primeiro dia útil seguinte ao do protocolo na Câmara Municipal da resposta do pedido de informações ou documentos, de finda a diligência, ou da conclusão da instrução da Procuradoria Jurídica.

§ 2º Caso o destinatário do pedido solicite a dilação do prazo para a resposta, este poderá ser prorrogado pela Presidência da Câmara por igual período, uma única vez, com anuência do Relator Geral ou da comissão solicitante.

§ 3º A suspensão a que se refere o caput deste artigo cessará findo o prazo previsto para resposta ou da sua prorrogação se, dentro desse prazo, o destinatário não tiver prestado as informações ou fornecido os documentos requisitados.

§ 4º As diligências deverão ser realizadas no prazo de até dez dias.

Art. 88. Os prazos em horas serão contados minuto a minuto e observarão os dias úteis de expediente da Câmara Municipal.

TÍTULO V DAS SESSÕES

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 89. As sessões da Câmara Municipal serão públicas.

§ 1º Cabe à Presidência da Mesa Diretora a determinação da pauta das sessões, observado o cumprimento do trâmite regimental das matérias.

§ 2º Para que qualquer matéria figure em pauta, deverá ser protocolada na Secretaria da Câmara Municipal com quarenta e oito horas de antecedência ao início da respectiva sessão, salvo exceções previstas neste Regimento Interno.

§ 3º A pauta da ordem do dia será divulgada até o fim do expediente da Câmara Municipal do dia anterior à respectiva sessão.

Art. 90. As sessões poderão ser preparatórias, ordinárias, extraordinárias, solenes e itinerantes.

§ 1º Preparatórias são as que precedem a instalação da legislatura.

§ 2º Ordinárias são as realizadas em datas e horários previstos neste Regimento Interno, independentemente de convocação.

§ 3º Extraordinárias são as realizadas em hora diversa da fixada para as sessões ordinárias, mediante convocação, para apreciação de matéria em ordem do dia.

§ 4º Solenes são as sessões destinadas a:

I - dar posse aos Vereadores e instalar a legislatura;

II - dar posse ao Prefeito e Vice-Prefeito;

III - comemorar fatos históricos, dentre os quais, obrigatoriamente, o aniversário de emancipação político-administrativa do Município; e

IV - proceder à entrega de honrarias e outras homenagens que a Câmara Municipal entender relevantes.

§ 5º As sessões itinerantes serão regulamentadas por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal, através de projeto de resolução iniciado pela Mesa Diretora ou por um terço dos membros da Câmara Municipal.

Art. 91. As sessões, de qualquer espécie, e as audiências públicas realizadas no recinto do Plenário da Câmara Municipal não se iniciarão após às dezenove horas.

Art. 92. As sessões ordinárias terão início às quinze horas e trinta minutos, com a duração de três horas, às terças-feiras, ficando o calendário das reuniões sob a responsabilidade da Presidência da Mesa Diretora que o divulgará no mês anterior para conhecimento dos Vereadores.

§ 1º Não havendo expediente na Câmara Municipal na terça-feira, a sessão ordinária será realizada no dia útil imediatamente seguinte.

§ 2º As quintas-feiras serão destinadas às reuniões e aos trabalhos das comissões permanentes, salvo quando necessária a realização de sessão ordinária, em razão do disposto no § 1º deste artigo, ou extraordinária.

§ 3º A última sessão ordinária de dezembro será específica para eleição da Mesa Diretora para a sessão legislativa seguinte, ou, se for o caso de instalação de uma nova legislatura, a última terça-feira de dezembro que antecede o início do recesso do segundo período da quarta sessão legislativa da legislatura anterior será destinada exclusivamente para a realização da sessão preparatória a que se refere o artigo 4º deste Regimento Interno.

Art. 93. A Câmara Municipal reunir-se-á extraordinariamente em caso de urgência ou de interesse público relevante, por convocação:

I - do Prefeito; ou

II - do Presidente da Câmara Municipal, por sua iniciativa ou a requerimento da maioria absoluta dos membros da Casa.

§ 1º O Presidente fixará com antecedência a data, a hora e a ordem do dia da sessão extraordinária, comunicando à Câmara Municipal, em sessão ou através de comunicação pessoal e escrita.

§ 2º A duração das sessões extraordinárias será a mesma das ordinárias.

Art. 94. As sessões solenes serão convocadas pela Presidência da Câmara Municipal, de ofício ou por deliberação da Câmara Municipal, a requerimento de qualquer Vereador.

§ 1º As sessões solenes serão realizadas na sede da Câmara Municipal ou em outro local a ser designado, através de resolução, pela Mesa Diretora.

§ 2º A organização e realização das sessões solenes correspondentes à instalação da legislatura e posse e à comemoração do aniversário de emancipação político-administrativa do Município serão de responsabilidade da Presidência da Câmara Municipal, enquanto que as demais ficarão sob encargo do Vereador requerente e sua assessoria.

Art. 95. O prazo de duração da sessão será improrrogável, salvo para conclusão da proposição em discussão na ordem do dia.

Art. 96. A sessão poderá ser suspensa pela presidência:

I - para preservação da ordem;

II - para entendimento sobre matéria em discussão; ou

III - a requerimento de Vereador.

Parágrafo único. O tempo de suspensão será computado na duração da sessão.

Art. 97. A sessão será encerrada:

I - à hora regimental;

II - ao término dos trabalhos;

III - por falta de quorum regimental para o prosseguimento dos trabalhos; ou

IV - em caráter excepcional, por motivo de caso fortuito ou de força maior, ou mediante deliberação plenária.

CAPÍTULO II DAS SESSÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS

Art. 98. As sessões ordinárias e extraordinárias compor-se-ão de quatro partes:

I - pequeno expediente;

II - ordem do dia;

III - grande expediente; e

IV - comunicações finais.

Seção I Do Pequeno Expediente

Art. 99. A partir da hora fixada para o início da sessão, com a presença mínima de um terço dos Vereadores que compõem a Câmara Municipal, o Presidente declarará aberta a sessão iniciando-se o pequeno expediente.

Art. 100. O pequeno expediente destina-se:

I - à aprovação da ata da sessão anterior;

II - à leitura do sumário das matérias recebidas pela Mesa Diretora sujeitas à deliberação do Plenário; e

III - ao despacho da presidência sobre os demais documentos recebidos pela Câmara Municipal não sujeitos à deliberação do Plenário.

§ 1º Encerrada a leitura do sumário das proposições, nenhuma matéria poderá ser apresentada, ressalvadas as exceções previstas neste Regimento Interno.

§ 2º A ata da última sessão da legislatura considerar-se-á aprovada quando assinada pelos membros da Mesa Diretora presentes à sessão.

Seção II Da Ordem do Dia

Art. 101. Findo o pequeno expediente, passar-se-á à ordem do dia.

§ 1º Verificada a presença da maioria absoluta dos Vereadores, dar-se-á início às discussões e votações, obedecida a ordem de preferência do artigo 159 deste Regimento Interno.

§ 2º O Primeiro Secretário procederá à leitura da súmula da matéria a ser apreciada.

§ 3º O Presidente anunciará a matéria em discussão, passando imediatamente a palavra ao Relator Geral que sobre ela se manifestará.

§ 4º Após a manifestação do Relator Geral, o Presidente anunciará que a matéria continua em discussão, que será encerrada se nenhum Vereador houver solicitado a palavra, passando-se a sua imediata votação.

Art. 102. A ordem dos trabalhos estabelecida nesta seção poderá ser alterada ou interrompida nos seguintes casos:

I - assunto urgente;

II - inversão de pauta;

III - preferência; e

IV - para posse de Vereador.

§ 1º Entende-se urgente para interromper a ordem do dia, aquilo capaz de tornar-se nulo e de nenhum efeito se deixar de ser imediatamente tratado.

§ 2º O Vereador, para tratar de assunto urgente, adotará o seguinte procedimento:

I - usará da seguinte expressão: "peço a palavra para assunto urgente"; e

II - concedida a palavra, deverá, de imediato, manifestar a urgência e, caso não o faça, terá a palavra cassada.

§ 3º A inversão da pauta da ordem do dia deverá ser solicitada através de requerimento oral, convenientemente fundamentado, procedendo-se de acordo com a deliberação plenária.

§ 4º Para que se aprecie preferencialmente qualquer matéria, deverá ser formulado requerimento oral sujeito à aprovação do Plenário.

Seção III Do Grande Expediente

Art. 103. O grande expediente terá início ao esgotar-se a pauta da ordem do dia, presente um terço dos Vereadores da Câmara Municipal, permitidos apartes.

§ 1º Cada Vereador, inscrito no livro próprio, poderá usar da palavra, por ordem de inscrição, uma única vez, durante cinco minutos, improrrogáveis, a fim de tratar de assunto de livre escolha.

§ 2º Será permitida nova inscrição ao Vereador para falar pelo tempo de três minutos, requerida findo o seu pronunciamento, retornando à tribuna, de acordo com a ordem de solicitação, após o pronunciamento dos demais Vereadores inscritos e antes das lideranças partidárias.

§ 3º A parte final do grande expediente será destinada às lideranças partidárias e do Governo Executivo, dispondo cada líder de oito minutos, observando-se, no uso da palavra, a ordem de inscrição e por último o líder do Governo Executivo.

§ 4º O líder poderá falar sobre assunto de sua livre escolha por tempo improrrogável.

§ 5º O orador poderá requerer a inserção do seu discurso em ata desde que seu pronunciamento envolva sugestão de interesse público municipal, cumprindo-lhe, no prazo de vinte e quatro horas, protocolar cópia do discurso, em meio impresso e digital, na Secretaria Administrativa da Câmara Municipal.

§ 6º A inserção do discurso em ata dependerá de decisão do Presidente da sessão, que avaliará o cumprimento do disposto no § 5º deste artigo.

Art. 104. Os dez minutos iniciais do grande expediente serão reservados à tribuna livre, espaço aberto à comunidade para manifestação sobre assunto de interesse público, a ser regulamentada por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal, através de projeto de resolução iniciado pela Mesa Diretora ou por um terço dos membros da Câmara.

Seção IV Das Comunicações Finais

Art. 105. Terminado o grande expediente, presente, no mínimo, um terço dos Vereadores, passar-se-á às comunicações finais, pelo tempo restante da sessão, permitidos apartes.

Art. 106. As comunicações finais destinam-se à manifestação de Vereadores sobre qualquer assunto não tratado na sessão.

§ 1º Nas comunicações finais o Vereador poderá fazer uso da palavra uma vez, vedada nova solicitação para falar.

§ 2º No horário destinado às comunicações finais, nenhum Vereador poderá exceder o prazo de três minutos, improrrogáveis, devendo a palavra ser solicitada do Plenário.

Art. 107. Findos os trabalhos, o Presidente declarará encerrada a sessão.

CAPÍTULO III DA ORDEM DOS DEBATES

Seção I Das Disposições Gerais

Art. 108. Os debates devem realizar-se em ordem e solenidade próprias da dignidade do Legislativo, não podendo o Vereador fazer uso da palavra sem que o Presidente a conceda.

§ 1º Os Vereadores deverão permanecer nos respectivos assentos, no decorrer da sessão.

§ 2º O orador, ao iniciar, dirigirá a palavra ao Presidente e aos demais Vereadores.

§ 3º O orador poderá falar da tribuna ou do assento.

§ 4º Nenhuma conversação será permitida no recinto do Plenário em tom que dificulte a leitura do expediente, a chamada, as deliberações da Mesa Diretora e os debates.

Seção II Do Uso da Palavra

Art. 109. O Vereador poderá falar:

I - por um minuto, para apartear;

II - por três minutos, com apartes, para:

a) retificar ou impugnar ata;

b) fazer declaração de voto;

c) fazer comunicação final;

d) formular "questão de ordem" ou "pela ordem";

e) discutir proposições em deliberação, prorrogável o tempo por igual prazo; e

f) justificar adiamento, e sua prorrogação, de discussão ou votação;

III - por cinco minutos, com apartes, para tratar de assunto de sua livre escolha durante o grande expediente, permitida a reinscrição para uso da palavra por três minutos;

IV - por cinco minutos, sem apartes, para o Relator Geral da matéria que constar da ordem do dia sobre ela discurrir; e

V - por oito minutos, com apartes, para o líder de bancada ou o líder do Governo Executivo tratar de assunto de sua livre escolha durante o grande expediente.

§ 1º O tempo de que dispuser o Vereador começará a fluir no instante em que lhe for dada a palavra.

§ 2º Quando o orador for interrompido em seu pronunciamento o prazo de interrupção não será computado no tempo que lhe cabe.

§ 3º O tempo destinado ao orador não sofrerá acréscimo em razão de aparte.

§ 4º Aplica-se o disposto no inciso II, alínea "e", deste artigo, ao uso da palavra por representante dos signatários de projeto de iniciativa popular na discussão.

Art. 110. É vedado ao Vereador desviar-se da matéria em debate quando estiver com a palavra ou quando estiver apartear.

Art. 111. O Vereador poderá ter seu pronunciamento interrompido:

I - para comunicação importante e inadiável à Câmara Municipal;

II - para recepção de visitantes ilustres;

III - por ter transcorrido o tempo regimental; ou

IV - para formulação de "questão de ordem" ou manifestação "pela ordem".

Seção III Dos Apartes

Art. 112. Aparte é a intervenção breve e oportuna ao orador, por um minuto, para indagação, esclarecimento ou contestação a pronunciamento do Vereador que estiver com a palavra.

Parágrafo único. O Vereador, para apartear, solicitará permissão ao orador, permanecendo sentado.

Art. 113. Não é permitido aparte:

I - à palavra do Presidente, quando na direção dos trabalhos;

II - quando o orador não o permitir, tácita ou expressamente;

III - paralelo ou cruzado; e

IV - nas hipóteses de uso da palavra em que não caiba aparte.

Parágrafo único. Não serão registrados em ata apartes proferidos em desacordo com as normas regimentais.

CAPÍTULO IV DA ORDEM E DAS QUESTÕES DE ORDEM

Art. 114. Em qualquer fase dos trabalhos da sessão, poderá o Vereador falar "pela ordem" para reclamar a observância de norma expressa neste Regimento Interno.

Parágrafo único. O Presidente não poderá recusar a palavra a Vereador que a solicitar "pela ordem", mas poderá interrompê-lo e cassar-lhe a palavra se não indicar desde logo o artigo regimental desobedecido.

Art. 115. Toda dúvida na aplicação do disposto neste Regimento Interno pode ser suscitada em "questão de ordem".

§ 1º É vedado formular simultaneamente mais de uma questão de ordem.

§ 2º As questões de ordem claramente formuladas serão resolvidas definitivamente pelo Presidente, imediatamente ou dentro de quarenta e oito horas.

§ 3º Não poderá ser formulada nova questão de ordem havendo outra pendente de decisão.

CAPÍTULO V DO RECURSO DAS DECISÕES DO PRESIDENTE

Art. 116. Das decisões da presidência cabe recurso ao Plenário.

Parágrafo único. O recurso não terá efeito suspensivo, salvo quando a decisão versar sobre recebimento de emenda, caso em que, o projeto respectivo terá sua votação suspensa até decisão, pelo Plenário, do recurso interposto.

Art. 117. O recurso deve ser interposto por escrito, no prazo de quarenta e oito horas contadas da decisão.

§ 1º Na hipótese do disposto no parágrafo único do artigo 116, segunda parte, o recurso poderá ser formulado oralmente, em sessão, sendo considerado deserto se até vinte e quatro horas depois do encerramento da sessão não for apresentado por escrito e protocolado na Secretaria Administrativa da Câmara Municipal.

§ 2º No prazo improrrogável de quarenta e oito horas, o Presidente poderá rever a decisão recorrida, ou, caso contrário, encaminhar o recurso à Comissão de Legislação, Justiça, Cidadania e Redação.

§ 3º No prazo improrrogável de quarenta e oito horas, a Comissão de Legislação, Justiça, Cidadania e Redação emitirá parecer sobre o recurso.

§ 4º O recurso e o parecer da Comissão serão imediatamente incluídos na pauta da ordem do dia para apreciação plenária.

§ 5º A decisão do Plenário é definitiva.

CAPÍTULO VI DAS ATAS

Art. 118. De cada sessão plenária lavrar-se-á ata resumida, da qual deverá constar uma exposição sucinta dos trabalhos, a fim de ser apreciada pelo Plenário, constando os nomes dos Vereadores presentes à hora do início da sessão e no início da ordem do dia.

§ 1º Considerar-se-á aprovada a ata que não sofrer impugnações.

§ 2º Havendo impugnação, e sendo aceita pela presidência, a ata correspondente será retificada, devendo ser apreciada pelo Plenário na sessão seguinte.

§ 3º Aprovada a ata, será assinada e rubricada pelo Presidente e Primeiro Secretário.

§ 4º Não havendo quorum para realização da sessão, será lavrada ata, nela constando o nome dos Vereadores presentes.

Art. 119. Os documentos lidos em sessão serão mencionados em resumo na ata.

TÍTULO VI DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA

CAPÍTULO I DAS PROPOSIÇÕES

Art. 120. Toda a matéria sujeita à apreciação da Câmara Municipal, de suas Comissões, da Mesa Diretora ou da Presidência tomará forma de proposição, nas seguintes espécies:

I - projetos, contendo iniciativa de emenda à Lei Orgânica, de lei complementar, de lei ordinária, de lei delegada, de decreto legislativo ou de resolução;

II - indicações;

III - requerimentos;

IV - emendas; e

V - moções.

Art. 121. Somente serão recebidas pela Mesa Diretora proposições redigidas com clareza, observada a técnica legislativa, e que não

contrariem normas constitucionais, legais e regimentais.

§ 1º A redação das proposições em que se exige forma escrita será de responsabilidade do Vereador, deverá estar acompanhada de justificativa e assinada pelo autor.

§ 2º As proposições que fizerem referência a leis ou tiverem sido precedidas de estudo, pareceres ou despachos, deverão vir acompanhadas dos respectivos textos.

Art. 122. Apresentada proposição, na mesma sessão legislativa, com matéria idêntica ou semelhante a outra em tramitação, prevalecerá a primeira apresentada.

§ 1º Idêntica é a matéria de igual teor ou que, ainda que redigida de forma diferente, dela resultem iguais consequências.

§ 2º Semelhante é a matéria que, embora diversa a forma e diversas as consequências, aborde assunto especificamente tratado em outra.

§ 3º No caso de identidade, considerar-se-á prejudicada a proposição apresentada depois da primeira, determinando a presidência ou a Comissão de Legislação, Justiça, Cidadania e Redação o seu arquivamento.

§ 4º No caso de semelhança, a proposição posterior será anexada à anterior, para servir de elemento de auxílio no estudo da matéria, pelas comissões permanentes.

Art. 123. A Presidência da Mesa Diretora manterá sistema de controle da apresentação das proposições, fornecendo ao autor comprovante de entrega em que se ateste o dia e a hora da entrada.

Parágrafo único. Não se receberá proposição, na mesma sessão legislativa, sobre matéria vencida, assim entendida:

I - aquela que seja idêntica a outra, já aprovada ou rejeitada; e

II - aquela cujo teor tenha sentido oposto ao de outra, já aprovada.

Art. 124. Ressalvadas as exceções legais e regimentais, nenhuma proposição será objeto de deliberação sem parecer de Relator Geral ou de manifestação das comissões competentes.

Art. 125. A proposição poderá ser retirada da Câmara Municipal pelo autor, em qualquer fase do seu andamento, mediante requerimento escrito ou oral à presidência.

Art. 126. Quando, por extravio ou retenção indevida, não for possível o andamento da proposição, vencidos os prazos regimentais, a Mesa Diretora fará reconstituir o processo respectivo pelos meios ao seu alcance e providenciará a sua ulterior tramitação.

Art. 127. Ao encerrar-se a legislatura, todas as proposições sobre as quais a Câmara Municipal não tenha deliberado definitivamente serão arquivadas.

Seção I Dos Projetos

Art. 128. Os projetos, com ementa elucidativa de seu objeto, serão articulados segundo a técnica legislativa, redigidos de forma clara e precisa, não podendo conter artigos com matéria em antagonismo ou sem relação entre si.

Art. 129. Nenhum projeto será discutido e votado sem que sua inclusão na pauta da ordem do dia tenha sido providenciada com

quarenta e oito horas de antecedência.

Art. 130. Na hipótese do artigo 53, § 2º, da Lei Orgânica, o projeto será incluído na ordem do dia independentemente de parecer de Relator Geral ou de manifestação de comissão.

Art. 131. Desde que os projetos estejam devidamente instruídos com o parecer do Relator Geral e com a manifestação das comissões competentes, serão incluídos na ordem do dia da sessão ordinária imediata, respeitado o prazo do artigo 129 deste Regimento Interno.

Parágrafo único. Esgotados os prazos regimentais sem que o Relator Geral ou as comissões competentes tenham exarado parecer ou manifestação, a Presidência da Mesa Diretora incluirá o projeto na ordem do dia da sessão imediata, observada a parte final do disposto no caput deste artigo.

Seção II Das Indicações

Art. 132. Indicação é a proposição escrita e fundamentada em que o Vereador sugere medidas de interesse público aos Poderes competentes.

§ 1º Não é permitido dar forma de indicação a assuntos reservados, por este Regimento Interno, para constituir objeto de requerimento.

§ 2º As indicações independem de parecer e serão despachadas diretamente pela Presidência da Mesa Diretora às quartas e sextas-feiras, no início do expediente da Câmara Municipal, desde que devidamente assinadas pelo autor e protocoladas na Secretaria da Câmara com quarenta e oito horas de antecedência.

§ 3º As indicações figurarão na pauta da sessão ordinária seguinte ao do protocolo, no pequeno expediente, observado o disposto no § 2º do artigo 89 deste Regimento Interno.

Seção III Dos Requerimentos

Art. 133. Requerimento é a proposição dirigida à Presidência ou ao Plenário, por qualquer Vereador ou comissão, sobre matéria de competência da Câmara Municipal.

§ 1º Os requerimentos, quanto à competência decisória, são:

I - sujeitos à decisão da Presidência; e

II - sujeitos à deliberação do Plenário.

§ 2º Quanto à forma, os requerimentos são:

I - orais; e

II - escritos.

§ 3º O Requerimento seguirá à deliberação da Presidência ou do Plenário independentemente de parecer.

§ 4º Somente caberá discussão dos requerimentos sujeitos à deliberação do Plenário.

Subseção I Dos Requerimentos Sujeitos à Decisão da Presidência

Art. 134. Será decidido imediatamente pela Presidência da Câmara Municipal o requerimento oral que solicite:

I - a palavra, ou sua desistência;

II - a retificação de ata;

III - a verificação de "quorum";

IV - a verificação de votação pelo processo simbólico;

V - a posse de Vereador;

VI - "pela ordem", à observância de disposição regimental;

VII - esclarecimentos sobre a ordem dos trabalhos;

VIII - a inclusão, em ordem do dia, de proposição em condições de nela figurar;

IX - a requisição de documentos existentes na Câmara Municipal sobre proposição em discussão;

X - a juntada de documentos à proposição em tramitação;

XI - a anexação de proposições semelhantes;

XII - o desarquivamento de proposição; e

XIII - a suspensão da sessão.

Art. 135. Será despachado imediatamente pela Presidência da Câmara Municipal o requerimento escrito com justificativa de Vereador pelo não comparecimento à sessão.

Art. 136. Será despachado pela Presidência da Câmara Municipal, requerimento escrito de iniciativa de um terço, no mínimo, dos Vereadores, que solicite a criação de Comissão de Inquérito e os respectivos pedidos de informações oficiais.

§ 1º Os requerimentos de informações oficiais versarão sobre atos da Mesa Diretora, do Executivo Municipal, dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta municipais, das concessionárias e permissionárias de serviço público municipal e das entidades com o Município conveniadas ou consorciadas.

§ 2º Assim que recebidas as informações solicitadas, serão elas encaminhadas à Presidência da Comissão de Inquérito.

§ 3º Não prestadas as informações no prazo previsto na Lei Orgânica, dar-se-á, do fato, ciência à Presidência da Comissão de Inquérito.

Subseção II Dos Requerimentos Sujeitos à Deliberação do Plenário

Art. 137. Dependerá de deliberação do Plenário o requerimento oral que solicite:

I - a leitura da ata da sessão anterior;

II - a audiência de comissão não ouvida sobre matéria em discussão;

III - a inversão da ordem do dia;

IV - o adiamento, e sua prorrogação, da discussão ou votação;

V - a votação da proposição por títulos, capítulos, seções, artigos e suas subdivisões;

VI - a votação em destaque;

VII - a preferência nos casos previstos neste Regimento Interno;

VIII - o encerramento da sessão na hipótese do artigo 97 deste Regimento Interno; e

IX - a votação nominal de matéria para a qual esta não é exigida.

Art. 138. Dependerá de deliberação do Plenário, o requerimento escrito que solicite:

I - a constituição de Comissão de Representação;

II - informações oficiais;

III - a realização de sessão extraordinária, solene, ou itinerante;

IV - a constituição de comissão especial;

V - licença do Prefeito;

VI - licença do cargo de Presidente da Câmara Municipal para ausentar-se do País, por mais de dez dias;

VII - a submissão à deliberação do Plenário de parecer contrário da Comissão de Legislação, Justiça, Cidadania e Redação;

VIII - a convocação de titulares da Administração Municipal; e

IX - a manifestação da Câmara Municipal sobre qualquer assunto não especificado neste Regimento Interno.

Seção IV Das Emendas

Art. 139. Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra proposição, podendo ser:

I - supressiva, a que manda erradicar qualquer parte da principal;

II - substitutiva, a que é apresentada como sucedânea de outra, em parte ou no todo, neste último caso denominando-se substitutivo geral;

III - aditiva, a que acrescenta novas disposições à principal;

IV - modificativa, a que altera a proposição principal sem modificá-la substancialmente; e

V - de redação, destinada à correção de erros de ortografia, relativos à norma culta e de técnica legislativa, bem como para ajustes necessários em decorrência da votação plenária.

Parágrafo único. Denomina-se subemenda a emenda apresentada à outra.

Art. 140. As emendas poderão ser apresentadas até quarenta e oito horas do início da sessão em cuja ordem do dia figurar a proposição principal, salvo as emendas de redação que poderão ser apresentadas até o início da sessão.

Parágrafo único. No caso de propostas que exijam dois turnos de discussão e votação, somente serão admitidas emendas no primeiro turno, salvo as emendas de redação que poderão ser apresentadas no segundo turno.

Seção V Das Moções

Art. 141. Moção é a proposição escrita e fundamentada em que é

sugerida à Câmara Municipal manifestar-se:

I - sobre ato de governo federal, estadual ou municipal, apelando, aplaudindo ou protestando; e

II - homenageando pessoa física ou jurídica que de alguma forma tenha contribuído positivamente para com o Município de Gaspar, quando será tida como moção honrosa.

§ 1º A moção será submetida à apreciação do Plenário independentemente de parecer, devendo ser incluída na ordem do dia para única discussão e votação.

§ 2º A moção honrosa será entregue ao destinatário na última sessão ordinária de cada mês, quando serão destinados, no máximo, os trinta minutos finais da sessão para esta finalidade.

§ 3º Será admitida, no máximo, a apresentação de duas moções honrosas, por mês, por Vereador.

TÍTULO VII DAS DELIBERAÇÕES

Art. 142. As deliberações da Câmara Municipal dar-se-ão em único turno de discussão e votação, salvo exceções previstas na legislação, sendo tomadas segundo o quorum legal.

CAPÍTULO I DA DISCUSSÃO

Art. 143. Discussão é o debate em Plenário sobre matéria sujeita à deliberação.

Parágrafo único. Somente serão objeto de discussão as proposições constantes da ordem do dia.

Art. 144. A discussão versará sobre o conjunto da proposição e emendas, se houver.

§ 1º A Câmara Municipal poderá decidir, a requerimento de qualquer Vereador, que a discussão se faça nos termos do artigo 137, inciso V, deste Regimento Interno.

§ 2º Tornando-se difícil o pronunciamento imediato da Câmara Municipal, pelo número e importância das emendas oferecidas, qualquer Vereador poderá requerer a remessa destas às comissões para apreciar-lhes o mérito, as quais pronunciar-se-ão em quarenta e oito horas, voltando a proposição à discussão e votação na sessão imediata após a apresentação do parecer.

Art. 145. O adiamento da discussão dar-se-á por deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer Vereador, apresentado antes do seu encerramento.

§ 1º O adiamento será proposto por tempo determinado.

§ 2º Aprovado o adiamento da discussão, poderá o Vereador requerer vista da proposição, por prazo não superior ao do adiamento, o que será imediatamente deferido pela presidência, salvo quando o adiamento destinar-se à audiência de comissão.

§ 3º Não se admitirá adiamento de discussão para os projetos em regime de urgência, salvo nas hipóteses em que o adiamento for praticável considerando-se o prazo final.

Art. 146. O encerramento da discussão dar-se-á pela ausência de oradores.

CAPÍTULO II

DA VOTAÇÃO

Art. 147. Votação é o ato complementar da discussão através do qual o Plenário manifesta sua vontade deliberativa.

§ 1º Durante o tempo destinado à votação, nenhum Vereador deixará o Plenário e, se o fizer, a ocorrência constará da ata da sessão.

§ 2º O Vereador que estiver presidindo a sessão só terá direito a voto:

I - na eleição da Mesa Diretora;

II - quando a matéria exigir, para sua aprovação, o voto favorável de dois terços ou da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal;

III - quando houver empate na votação; e

IV - nas votações secretas.

§ 3º Estará impedido de votar o Vereador que tiver sobre a matéria interesse particular seu, de seu cônjuge, de parente até terceiro grau, consanguíneo ou afim.

§ 4º O Vereador presente à sessão não poderá escusar-se de votar, devendo, porém, abster-se na forma do disposto no § 3º deste artigo.

§ 5º O Vereador impedido de votar fará a devida comunicação à Mesa Diretora, computando-se, todavia, sua presença para efeito de quorum.

§ 6º O voto será secreto:

I - na eleição da Mesa Diretora;

II - na deliberação sobre perda de mandato de Vereador;

III - na deliberação sobre aplicação de censura pública e perda temporária do exercício do mandato, no caso de descumprimento, por qualquer Vereador, de deveres inerentes a seu mandato ou prática de ato que afete a sua dignidade; e

IV - no julgamento do Prefeito por infração político-administrativa.

§ 7º Será nula a votação que não for processada nos termos deste Regimento Interno.

§ 8º Quando, no curso de uma votação, esgotar-se o tempo destinado à sessão, este será dado como prorrogado até que se conclua a votação da matéria, ressalvada a hipótese de falta de número de Vereadores para deliberação, caso em que a sessão será encerrada imediatamente.

Art. 148. A votação da proposição principal será global, ressalvados os destaques e as emendas.

§ 1º As emendas serão votadas uma a uma, antes da proposição principal, de acordo com a ordem de apresentação.

§ 2º Partes da proposição principal, ou partes de emenda, assim entendido texto integral de artigo, parágrafo, inciso ou alínea, poderão ter votação em destaque, a requerimento de qualquer Vereador, aprovado pelo Plenário.

§ 3º A parte destacada será votada separadamente, depois da votação da proposição principal ou antes dela quando a parte

destacada for de substitutivo geral.

§ 4º O requerimento de destaque deverá ser formulado antes de iniciada a votação da proposição principal, ou da emenda a que se referir.

Seção I**Do Adiamento da Votação**

Art. 149. O adiamento da votação depende de aprovação plenária, devendo o requerimento ser formulado após o encerramento da discussão.

§ 1º O adiamento será proposto por tempo determinado.

§ 2º Aprovado o adiamento da votação, poderá o Vereador requerer vista da proposição por prazo não superior ao do adiamento, pedido que será imediatamente deferido pela presidência, salvo quando o adiamento destinar-se à audiência de comissão.

§ 3º Não se permitirá adiamento de votação para projetos em regime de urgência, salvo nas hipóteses em que o adiamento for praticável considerando-se o prazo final.

Seção II**Dos Processos de Votação**

Art. 150. São três os processos de votação: simbólico, nominal e por escrutínio secreto.

Art. 151. O processo simbólico de votação consiste na simples contagem de votos favoráveis e contrários.

§ 1º O Presidente, ao anunciar a votação, determinará aos Vereadores que ocupem seus lugares no Plenário, convidando a permanecer sentados os que estiverem favoráveis à matéria, procedendo-se, em seguida à contagem e à proclamação do resultado.

§ 2º Se algum Vereador tiver dúvida quanto ao resultado proclamado, imediatamente requererá à presidência a verificação de votação.

§ 3º Nenhuma votação admite mais de uma verificação.

Art. 152. O processo nominal de votação consiste na contagem de votos favoráveis ou contrários, aqueles manifestados pela expressão "sim" e estes pela expressão "não", obtida com a chamada dos Vereadores pelo Primeiro Secretário.

§ 1º É obrigatório o processo nominal nas deliberações por maioria absoluta ou de dois terços dos Vereadores.

§ 2º A retificação de voto só será admitida imediatamente após a repetição, pelo Primeiro Secretário, da resposta de cada Vereador.

§ 3º Os Vereadores que chegarem ao recinto do Plenário após terem sido chamados, aguardarão a chamada do último nome da lista, quando o Primeiro Secretário deverá convidá-los a manifestar seu voto.

§ 4º O Presidente anunciará o encerramento da votação e proclamará o resultado.

§ 5º Depois de proclamado o resultado, nenhum Vereador será admitido a votar.

§ 6º A relação dos Vereadores que votarem a favor ou contrariamente constará da ata da sessão.

§ 7º Dependerá de requerimento aprovado pelo Plenário a votação nominal de matéria para a qual este Regimento Interno não a exija.

Art. 153. O voto de desempate do Presidente só é exercitável nas votações simbólicas e nas nominais somente quando se tratar de matéria em que não vote.

Art. 154. O processo de votação por escrutínio secreto consiste na contagem de votos depositados em urna exposta no recinto do Plenário, observado o seguinte:

I - presença da maioria absoluta dos Vereadores;

II - cédula impressa, datilografada, ou carimbada;

III - destinação, pela presidência, de cabine indevassável;

IV - chamada do Vereador para votação, recebendo da presidência cédula rubricada;

V - colocação, pelo votante, da cédula na urna, contendo o seu voto;

VI - repetição da chamada dos Vereadores ausentes;

VII - designação de Vereadores para servirem de escrutinadores;

VIII - abertura da urna, retirada das cédulas de votação, conferência de seu número com o de votantes, pelos escrutinadores;

IX - contagem dos votos pelos escrutinadores e entrega do resultado à presidência; e

X - conferência e proclamação do resultado pela presidência.

Parágrafo único. Matéria que exige votação por escrutínio secreto não admite outro processo.

Seção III Da Declaração de Voto

Art. 155. Declaração de voto é o pronunciamento do Vereador sobre os motivos que o levaram a manifestar-se contrário ou favorável à matéria votada.

Art. 156. Após a votação, o Vereador poderá fazer declaração de voto, oralmente ou por escrito, sendo, neste caso, anexado aos autos da proposição.

CAPÍTULO III DA REDAÇÃO FINAL

Art. 157. O projeto incorporado das emendas aprovadas, se houver, terá a redação final elaborada pela Presidência da Mesa Diretora no prazo de quarenta e oito horas e aprovada pela Comissão de Legislação, Justiça, Cidadania e Redação em vinte e quatro horas, salvo disposição em contrário, observado o seguinte:

I - elaboração conforme o aprovado, podendo a Presidência da Mesa Diretora realizar, sem alteração do conteúdo, correção de erros de ortografia, relativos à norma culta e de técnica legislativa, bem como ajustes necessários em decorrência da votação plenária; e

II - comunicação em Plenário.

Parágrafo único. Havendo voto contrário à aprovação da redação final da proposta, seu autor expressará, por escrito, as razões do

seu voto.

CAPÍTULO IV DA PREFERÊNCIA

Art. 158. Preferência é a primazia de discussão e votação de uma proposição sobre outra, ou outras.

Art. 159. Terão preferência para discussão e votação, na seguinte ordem:

I - proposta de iniciativa do Prefeito, cujo prazo de apreciação tenha decorrido;

II - veto;

III - projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual;

IV - proposta cuja discussão tenha sido iniciada;

V - proposta em regime de urgência, nos termos dos artigos 162 e 163 deste Regimento Interno;

VI - as contas do Prefeito;

VII - proposições em pauta, respeitada a ordem de precedência; e

VIII - demais proposições.

Art. 160. O substitutivo geral terá preferência na votação sobre a proposição principal.

Parágrafo único. Havendo mais de um substitutivo geral, a preferência dar-se-á pela ordem de apresentação das propostas.

Art. 161. As propostas de emenda serão discutidas e votadas na ordem de sua apresentação.

CAPÍTULO V DO REGIME DE URGÊNCIA

Art. 162. A requerimento escrito de um terço dos Vereadores, devidamente fundamentado, o Plenário poderá decidir pela tramitação de proposições em regime de urgência.

Art. 163. O regime de urgência implica:

I - o pronunciamento do Relator Geral sobre a proposição, no prazo de três dias úteis, contados da aprovação do regime de urgência;

II - o pronunciamento das comissões permanentes sobre a proposição, no prazo comum de dois dias úteis, contado da divulgação do parecer do Relator Geral; e

III - a inclusão da proposição na pauta da Ordem do Dia da primeira sessão ordinária seguinte ao término do prazo fixado no inciso II deste artigo, com ou sem parecer.

TÍTULO VIII DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

CAPÍTULO I DA EMENDA À LEI ORGÂNICA

Art. 164. Aplicam-se à proposta de Emenda à Lei Orgânica as normas que regem as proposições em geral, no que não contrariem o disposto neste capítulo.

Art. 165. Apresentada a proposta nos termos da Lei Orgânica, será distribuída à Comissão de Legislação, Justiça, Cidadania e Redação para emissão de parecer.

Parágrafo único. Incumbe à Comissão, preliminarmente, o exame da admissibilidade da proposta, seguindo-se os termos do disposto no artigo 57 deste Regimento Interno.

Art. 166. Somente serão admitidas emendas à proposta de que trata este capítulo desde que subscritas por um terço dos Vereadores.

§ 1º O prazo para apresentação de emendas à proposta de alteração da Lei Orgânica será de quinze dias contados da entrada oficial do projeto na Câmara Municipal, salvo emendas de redação.

§ 2º Após o prazo para apresentação de emendas, a Comissão de Legislação, Justiça, Cidadania e Redação emitirá parecer em até vinte dias.

Art. 167. Na discussão em primeiro turno, representante dos signatários da proposta de Emenda à Lei Orgânica terá primazia no uso da palavra, por quinze minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos.

§ 1º No caso de proposta do Prefeito, usará da palavra quem este indicar até o início da sessão ou, não havendo indicação, poderá usar da palavra para sustentação da proposta o Vereador Líder do Governo Executivo.

§ 2º Tratando-se de emenda popular, os signatários, no ato de apresentação da proposta, indicarão o seu representante para a sustentação oral, com legitimidade, também, para recorrer na hipótese do disposto do § 2º do artigo 57 deste Regimento Interno.

Art. 168. O referendo popular à matéria de Emenda à Lei Orgânica obedecerá ao disposto em lei.

CAPÍTULO II DO PLANO PLURIANUAL, DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DO ORÇAMENTO ANUAL

Art. 169. Aplicam-se aos projetos de lei do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, no que não contrariem o disposto neste capítulo, as regras deste Regimento Interno que regulam a tramitação das proposições em geral.

Art. 170. Recebido o projeto, será ele distribuído à Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização para emissão de parecer no prazo de vinte dias, devendo ser analisados os aspectos constitucionais e legais da matéria.

§ 1º Serão admitidas emendas ao projeto desde que protocoladas na Secretaria da Câmara Municipal em até quinze dias da divulgação em Plenário do parecer da Comissão, salvo emendas de redação.

§ 2º Findo o prazo para recebimento de emendas ao projeto, sobre elas a Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização emitirá parecer em até quinze dias, recomendando a rejeição de emenda que não observar os aspectos constitucionais e legais.

§ 3º Emitido o parecer, o projeto e as emendas, se houver, deverão ser encaminhados à Presidência da Mesa Diretora, que incluirá as propostas na ordem do dia da sessão plenária imediata.

§ 4º Ultimada a votação, caberá à Presidência da Mesa Diretora a elaboração da redação final do projeto no prazo de três dias úteis, podendo realizar, sem alteração do conteúdo, a correção de ortografia, de aspectos da norma culta e de técnica legislativa, bem

como ajustes necessários em decorrência da votação plenária.

§ 5º A Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização aprovará a redação final do projeto no prazo de quarenta e oito horas, o qual será encaminhado ao Prefeito para sanção.

CAPÍTULO III DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 171. Recebidas as contas prestadas pelo Prefeito, acompanhadas do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, a Presidência da Câmara Municipal:

I - publicará o parecer prévio no mural da Câmara Municipal;

II - afixará aviso no mural da Câmara Municipal contendo a advertência do inciso seguinte; e

III - encaminhará o processado à Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, onde permanecerá, por sessenta dias, à disposição para exame de qualquer do povo, que poderá questionar-lhe a legitimidade.

Art. 172. Terminado o prazo do inciso III do artigo 171, a Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização efetivará os seguintes procedimentos:

I - poderá, em face das questões suscitadas, promover diligências, solicitar informações à autoridade competente ou pronunciamento do Tribunal de Contas do Estado, se as informações não forem prestadas ou reputadas insuficientes;

II - converterá o processo em diligência após as providências do inciso I deste artigo, abrindo vista ao Prefeito do exercício financeiro correspondente, por trinta dias, para apresentar manifestação que julgar conveniente;

III - emitirá, após o prazo de que trata o inciso II deste artigo, parecer apreciando todo o processado no prazo de vinte dias; e

IV - encaminhará o processado, concluído o parecer, à Presidência da Mesa Diretora, e apresentará projeto de decreto legislativo recomendando a aprovação ou a rejeição das contas do Prefeito.

Art. 173. Findo os trabalhos da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, caberá à Presidência da Câmara Municipal designar sessão ordinária para o julgamento das contas, a ser realizada no prazo de até trinta dias.

§ 1º O Prefeito do exercício financeiro correspondente às contas a serem julgadas será comunicado da sessão em que se fará o julgamento, com antecedência mínima de quinze dias, para, querendo, apresentar defesa oral.

§ 2º A presidência da sessão abrirá os trabalhos e anunciará que as contas do Prefeito, devidamente examinadas pela Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, estão em discussão, abrindo o prazo de dez minutos para o Relator da Comissão se manifestar e, após, aos demais Vereadores pelo prazo de três minutos, individualmente, prorrogáveis por igual prazo.

§ 3º Encerrada a discussão, o Prefeito do exercício financeiro correspondente, ou seu procurador devidamente habilitado, poderá fazer uso da palavra, por trinta minutos, prorrogáveis por igual tempo, para defesa oral.

§ 4º Até o início da sessão de julgamento das contas, o Prefeito do exercício financeiro correspondente, ou seu procurador, poderá entregar à Presidência da Câmara Municipal, para ser anexado aos

autos, transcrição contendo os argumentos da defesa oral.

§ 5º Finalizada a defesa oral, passar-se-á à deliberação sobre as contas do Prefeito com a apreciação do projeto de decreto legislativo.

Art. 174. O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado, sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Art. 175. Se o projeto de decreto legislativo:

I - acolher as conclusões do parecer prévio do Tribunal de Contas:

a) considerar-se-á rejeitado seu conteúdo se receber o voto contrário de dois terços, ou mais, dos Vereadores, caso em que a Presidência da Mesa Diretora, acolhendo a posição majoritária indicada pelo resultado da votação, elaborará a redação final do projeto; e

b) considerar-se-á aprovado o seu conteúdo se a votação apresentar qualquer outro resultado, seguindo-se à redação final do projeto;

II - não acolher as conclusões do parecer prévio do Tribunal de Contas:

a) considerar-se-á aprovado o seu conteúdo se receber o voto favorável de dois terços ou mais dos Vereadores, seguindo-se à redação final do projeto; e

b) considerar-se-á rejeitado o seu conteúdo se a votação apresentar qualquer outro resultado, devendo a Presidência da Mesa Diretora, acolhendo as conclusões do parecer prévio do Tribunal de Contas, elaborar a redação final do projeto.

Art. 176. Do resultado da deliberação sobre as contas do Prefeito a Presidência da Mesa Diretora elaborará a redação final do projeto de decreto legislativo no prazo de quarenta e oito horas, observando:

I - a possibilidade de realizar, sem alteração do conteúdo, a correção de erros de ortografia, relativos à norma culta e de técnica legislativa, bem como ajustes necessários em decorrência da votação plenária;

II - a decisão da Câmara Municipal sobre a aprovação ou não das contas do Prefeito; e

III - a prevalência ou não do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado.

Parágrafo único. À Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização caberá aprovar a redação final do projeto no prazo de vinte e quatro horas.

CAPÍTULO IV DO JULGAMENTO DO PREFEITO MUNICIPAL POR INFRAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Art. 177. O julgamento do Prefeito e do Vice-Prefeito por infrações político-administrativas seguirá o disposto na legislação.

CAPÍTULO V DO JULGAMENTO DE VEREADORES

Art. 178. A perda do mandato de Vereador, por decisão da Câmara Municipal, nas hipóteses descritas no artigo 14 deste Regimento Interno, será processada nos termos deste capítulo.

Art. 179. Recebida a denúncia, a Presidência da Câmara Municipal, na primeira sessão ordinária que se realizar, determinará sua leitura e consultará o Plenário sobre o seu recebimento.

Parágrafo único. A denúncia deverá ter forma escrita, com exposição dos fatos e indicação das provas.

Art. 180. Decidido o seu recebimento pela maioria dos Vereadores presentes, constituir-se-á, imediatamente, Comissão Processante.

Art. 181. Ficará impedido de votar e de integrar Comissão Processante, o Vereador denunciante, convocando-se, para funcionar no processo, o seu suplente, que, por sua vez, não poderá integrar a Comissão Processante.

Parágrafo único. Se o denunciante for o Presidente da Câmara, deverá, para os atos do processo, passar a presidência ao seu substituto.

Art. 182. Instalada a Comissão, será notificado o denunciado, em cinco dias, com a remessa de cópia da denúncia e documentos que a instruírem.

§ 1º No prazo de dez dias da notificação, o denunciado poderá apresentar defesa prévia, por escrito, indicando as provas que pretende produzir e o rol de, no máximo, cinco testemunhas.

§ 2º Se o denunciado estiver ausente do Município, a notificação far-se-á por edital, publicado duas vezes no órgão de imprensa oficial do Município, ou em jornal de circulação local, com intervalo de três dias, pelo menos, exceto nos casos de licença, caso em que se aguardará o seu retorno.

Art. 183. Decorrido o prazo de defesa prévia, a Comissão Processante emitirá parecer em cinco dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia.

§ 1º Se o parecer for pelo arquivamento, será submetido à deliberação, por maioria de votos, do Plenário.

§ 2º Decidindo o Plenário ou opinando a Comissão pelo prosseguimento, passará o processo imediatamente à fase de instrução.

Art. 184. Na instrução, a Comissão Processante fará as diligências necessárias, ouvirá as testemunhas e examinará as demais provas produzidas.

Parágrafo único. O denunciado será intimado de todos os atos do processo, pessoalmente ou na pessoa de seu procurador, com antecedência de, pelo menos, vinte e quatro horas, permitindo-se a ele ou ao seu procurador, assistir a todas as reuniões ou audiências, e a formular perguntas e reperguntas às testemunhas, bem como requerer o que for de interesse da defesa.

Art. 185. Concluída a instrução, será aberta vista do processo ao denunciado para que apresente razões escritas, no prazo de cinco dias, após o que a Comissão emitirá parecer final, pela procedência ou improcedência da denúncia, encaminhando os autos à Mesa Diretora.

Art. 186. De posse dos autos, o Presidente convocará sessão extraordinária para julgamento.

§ 1º Na sessão de julgamento, o parecer final da Comissão Processante será lido integralmente e, em seguida, cada Vereador poderá usar da palavra, por quinze minutos, improrrogáveis, e, ao final, o denunciado, ou seu procurador, terá o prazo máximo de duas horas para produzir defesa oral.

§ 2º Concluída a defesa, passar-se-á imediatamente à votação por escrutínio secreto, obedecidas as regras regimentais.

§ 3º Serão tantas as votações quantas forem as infrações articuladas na denúncia.

§ 4º Se houver condenação, a Mesa Diretora baixará decreto legislativo de cassação de mandato e comunicará o juízo eleitoral da Comarca.

CAPÍTULO VI DA SUSTAÇÃO DOS ATOS NORMATIVOS DO PODER EXECUTIVO

Art. 187. Os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar poderão ser sustados por decreto legislativo proposto:

I - por qualquer Vereador; ou

II - por comissão, permanente ou especial, de ofício, ou à vista de representação de qualquer do povo, partido político ou entidade da sociedade civil.

Art. 188. Recebido o projeto, a Mesa Diretora oficiará ao Executivo solicitando que preste, no prazo de quinze dias úteis, os esclarecimentos que julgar necessários.

CAPÍTULO VII DA REFORMA OU ALTERAÇÃO REGIMENTAL

Art. 189. Aplicam-se à proposta de reforma ou alteração do Regimento Interno as normas que regem as proposições em geral, no que não contrariem o disposto neste capítulo.

Art. 190. O regimento interno só poderá ser reformado ou alterado mediante proposta:

I - da Mesa Diretora da Câmara Municipal; ou

II - de um terço, no mínimo, dos Vereadores.

Art. 191. Apresentada a proposta nos termos deste Regimento Interno, será distribuída à Comissão de Legislação, Justiça, Cidadania e Redação para emissão de parecer.

§ 1º O prazo para apresentação de emendas à proposta de reforma ou alteração do Regimento Interno será de quinze dias contados da entrada oficial do projeto na Câmara Municipal.

§ 2º Após o prazo para apresentação de emendas, a Comissão emitirá parecer em até vinte dias.

§ 3º Incumbe à Comissão, preliminarmente, o exame da admissibilidade da proposta, seguindo-se os termos do disposto no artigo 57 deste Regimento Interno.

Art. 192. Somente serão admitidas emendas apresentadas à Comissão desde que subscritas por um terço dos Vereadores.

Art. 193. Na discussão, representante dos signatários da proposta de reforma ou alteração do Regimento Interno terá primazia no uso da palavra, por quinze minutos, prorrogáveis por mais cinco minutos.

CAPÍTULO VIII DO VETO

Art. 194. Recebido o veto, as razões respectivas serão comunicadas aos Vereadores e, em seguida, encaminhado à Comissão de Legislação, Justiça, Cidadania e Redação, que deverá pronunciar-se no

prazo de vinte dias.

Parágrafo único. Findo o prazo do caput deste artigo, com ou sem parecer, o veto será apreciado em sessão única, dentro de trinta dias a contar do seu recebimento oficial pela Câmara Municipal.

Art. 195. No veto parcial, a votação se processará em separado para cada uma das disposições autônomas atingidas.

CAPÍTULO IX DA LICENÇA DO PREFEITO

Art. 196. A solicitação de licença do Prefeito, recebida como requerimento, será submetida imediatamente à deliberação plenária, na forma regimental, independentemente de parecer.

Parágrafo único. Aprovado o requerimento, considerar-se-á automaticamente autorizada a licença.

Art. 197. Durante o recesso legislativo a licença será autorizada após ouvido o Plenário da Câmara Municipal em sessão extraordinária.

CAPÍTULO X DO SUBSÍDIO DOS AGENTES POLÍTICOS

Art. 198. A Câmara Municipal fixará o subsídio dos Vereadores para a legislatura subsequente até seis meses antes do término da legislatura vigente, e do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários municipais, observada a legislação.

Parágrafo único. O Presidente da Câmara Municipal poderá receber verba de representação na forma da lei.

Art. 199. Cumprida a Mesa Diretora da Câmara Municipal apresentar o projeto de lei para fixação do subsídio e da verba de representação de que trata o artigo 198 deste Regimento Interno.

Parágrafo único. Caso a Mesa Diretora não apresente o projeto de lei até trinta dias do prazo fixado no caput do artigo 198, caberá à Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização a iniciativa do projeto.

Art. 200. No caso da não fixação do subsídio dos Vereadores na forma deste capítulo, prevalecerá o do mês de dezembro do último ano da Legislatura.

CAPÍTULO XI DA CONCESSÃO DE HONRARIAS

Art. 201. A concessão de títulos de cidadão honorário e cidadão emérito, observado o disposto neste Regimento Interno relativamente às proposições em geral, obedecerá às seguintes regras:

I - para concessão dos títulos de cidadão honorário e cidadão emérito, cada Vereador poderá apresentar apenas duas proposições por Legislatura;

II - a proposição de concessão de honraria deverá estar acompanhada de justificativa escrita, com dados biográficos suficientes para que se evidencie o mérito do homenageado;

III - será aberto o processo de votação na deliberação sobre concessão de títulos de Cidadão Honorário e de Cidadão Emérito; e

IV - na discussão, fará uso da palavra, obrigatoriamente, o autor da proposição, para justificar o mérito do homenageado.

Parágrafo único. O título de cidadão honorário destina-se,

exclusivamente, a homenagear personalidades nascidas em outras localidades e o título de cidadão emérito, exclusivamente, aos naturais de Gaspar.

Art. 202. Aprovada a proposição, a Mesa Diretora providenciará a entrega do título, na sede da Câmara Municipal ou em outro local a ser designado, em sessão solene antecipadamente convocada, determinando:

I - expedição de convites; e

II - organização do protocolo da sessão solene, tomando todas as providências que se fizerem necessárias.

§ 1º Poderá ser outorgado mais de um título em uma mesma sessão solene.

§ 2º Havendo mais de um título a ser outorgado na mesma sessão solene, ou havendo mais de um autor de projeto concedendo a honraria, os homenageados serão saudados por, no máximo, dois Vereadores, escolhidos de comum acordo, dentre os autores dos projetos de decreto legislativo respectivos, os quais serão os oradores oficiais da Câmara Municipal.

§ 3º Não havendo acordo, proferirão a saudação os líderes das duas bancadas majoritárias e, havendo mais de duas, far-se-á sorteio.

§ 4º Para falar em nome dos homenageados, será escolhido um dentre eles, de comum acordo, ou, não havendo consenso, por designação da Presidência da Câmara Municipal.

§ 5º Ausente o homenageado à sessão solene e não tendo indicado representante para o ato, o título ser-lhe-á entregue, ou a seu representante, no gabinete da presidência.

§ 6º O título será entregue ao homenageado pelo autor da proposição concedendo a honraria, durante a sessão solene.

§ 7º Não serão apresentadas, discutidas ou votadas propostas de concessão de honrarias no ano em que se realizarem eleições municipais.

§ 8º Havendo homenageado para receber título de cidadão honorário ou de cidadão emérito, as honrarias serão entregues em sessões solenes a serem realizadas nas seguintes ocasiões:

I - no mês de setembro da primeira sessão legislativa; e

II - no mês de maio da terceira sessão legislativa.

Art. 203. Os títulos, confeccionados em tamanho único, conterão:

I - o brasão do Município e do Poder Legislativo;

II - a legenda: "República Federativa do Brasil, Estado de Santa Catarina, Município de Gaspar";

III - os dizeres: "O Poder Legislativo do Município de Gaspar, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o Decreto Legislativo Municipal nº ", datado de de de confere ao Exmo. Sr. (a) o Título de de Gaspar"; e

IV - a data e as assinaturas do autor da proposição concedendo a honraria e do Presidente da Câmara Municipal.

TÍTULO IX

DA CONVOCAÇÃO DE TITULARES DE ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 204. O requerimento de convocação de titulares de órgãos da Administração Direta e de entidades da Administração Indireta municipais deverá indicar o dia, o horário e o motivo da convocação, especificando os quesitos que lhes serão propostos.

§ 1º Aprovado o requerimento, a presidência expedirá ofício ao convocado comunicando o dia e a hora para o comparecimento.

§ 2º A reunião objeto da convocação observará o horário de expediente da Câmara Municipal.

Art. 205. No dia e hora estabelecidos, a Câmara Municipal reunirá com o fim específico de ouvir o convocado, cuja duração da reunião não poderá ultrapassar o tempo de duas horas.

§ 1º Aberta a reunião, a presidência concederá a palavra ao Vereador requerente, que fará uma breve explanação sobre os motivos da convocação.

§ 2º Com a palavra, o convocado poderá dispor do tempo de quinze minutos para abordar o assunto da convocação, seguindo-se os debates referentes a cada um dos quesitos formulados.

§ 3º Observada a ordem de inscrição, os Vereadores inscritos dirigirão suas interpelações ao convocado sobre o primeiro quesito, dispondo do tempo de três minutos, sem apartes.

§ 4º O convocado disporá de dez minutos para responder, podendo ser apartado pelo interpelante.

§ 5º Adotar-se-á o mesmo critério para os demais quesitos.

§ 6º Respondidos os quesitos objeto da convocação e havendo tempo regimental, dentro da matéria da alçada do convocado, poderão os Vereadores inscritos interpellarem-no livremente, observados os prazos anteriormente mencionados.

TÍTULO X DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 206. Casos e procedimentos não previstos neste Regimento Interno serão decididos pela Mesa Diretora e tomarão forma de Resolução.

Art. 207. Esta resolução entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2013.

Art. 208. Fica revogada a Resolução nº. 25, de 19 de dezembro de 2002, que "Altera de forma global o Regimento Interno da Câmara de Vereadores do Município de Gaspar".

Câmara Municipal de Gaspar(SC), em 6 de dezembro de 2012.
ANTONIO CARLOS DALSOCHIO
Presidente da Câmara Municipal de Gaspar

Antônio Carlos Dalsochio - PT - Presidente
Raul Schiller - PMDB - Vice-Presidente
Claudionor da Cruz Souza - PSDB - 1º Secretário
José Hilário Melato - PP - 2º Secretário
Joceli Campos Lucinda - PSD
Jorge Luis Wiltuschnig - PT
José Amarildo Rampelotti - PT
Kleber Edson Wan-Dall - PMDB
Luis Carlos Spengler Filho - PP
Rodrigo Boeing Althoff - PV

Governador Celso Ramos

SAMAE

Cancelamento de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
CANCELAMENTO DE CARTA CONVITE nº 05/2012

Comunicamos o cancelamento da Carta Convite 05/2012 de acordo com o parecer contábil e jurídico do SAMAE, que não haverá suficiente disponibilidade para cumprir as exigências do Ar 42 da LC nº 101/2000 em caso da decorrente Carta Convite 05/2012 Para Serviços de Engenharia para Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Governador Celso Ramos 05 de Novembro de 2012-12-07
ARLI ARNALDO GARCIA
Diretor do SAMAE

Guaramirim

PREFEITURA

Aviso de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão Presencial - n.º 108/2012.
Tipo : Maior Lance.

Objeto : Contratação de Instituição Financeira para centralizar e processar os créditos da folha de pagamento dos servidores ativos da Prefeitura municipal de Guaramirim.

Entrega dos Envelopes: 20/12/2012 às 09:00h
Abertura dos Envelopes: 20/12/2012 às 09:00h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 07:00h às 13:00h, ou pelo fone (47) 3373-0247, ou ainda, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br.

GUARAMIRIM (SC), 07/12/2012.
NILSON BYLAARDT
Prefeito Municipal

Edital Pregao 1092012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão - Registro de Preço 109/2012
Tipo : Menor Preço - por itens

Objeto : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA UNIDADES ESCOLARES E CEI'S DO MUNICIPIO DE GUARAMIRIM
Entrega dos Envelopes: 21/12/2012 às 08:00 h
Abertura dos Envelopes: 21/12/2012 às 08:00 h
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 07:00h às 13:00h ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 07/12/2012.
NILSON BYLAARDT
Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preço

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL N.º 096/2012

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de horas de caminhão caçamba basculante e horas de retro escavadeira 4x4, com todos os complementos.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 96/2012.
Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC.

Fornecedores:

TEREZINHA VENERA ME

Vencedor do item: 03

Valor: R\$ 101.000,00 (cento e um mil reais).

L.T.WONSIEWSKI E CIA LTDA EPP

Vencedor dos itens: 01 e 04

Valor: R\$ 159.000,00 (cento e cinquenta e nove mil e reais).

TRANSTEB TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA

Vencedor do item: 02

Valor: R\$ 58.900,00 (cinquenta e oito mil e novecentos reais).

RENATO TOMELIN EPP

Vencedor do item: 05

Valor: R\$ 95.800,00 (noventa e cinco mil e oitocentos reais).

Vigência: Início: 06/12/2012 Término: 05/12/2013

Guaramirim-SC, 06 de dezembro de 2012.

NILSON BYLAARDT
Prefeito Municipal

Extrato de Ata de Registro de Preço 101/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL N.º 101/2012

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de areia e seixos para diversas Secretarias deste Município.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial n.º 101/2012.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC.

Fornecedores:

PARISI TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA EPP

Vencedor dos itens: 01, 02, 03 e 04

Valor: R\$ 256.290,00 (duzentos e cinquenta e seis mil e duzentos e noventa reais).

Vigência: Início: 07/12/2012 Término: 06/12/2013

Guaramirim-SC, 07 de dezembro de 2012.

NILSON BYLAARDT
Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Portaria Nº 1140/2012

PORTARIA Nº 1140/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 391/2009, a qual concedia Função de Confiança de Chefe de Setor - FC-01, à Servidora LEILA BOTTEGA DE COL (Matr. 1776), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível/Referência - 8/C, anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, a partir de 03 de Dezembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 03 de Dezembro de 2012.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 1141/2012

PORTARIA Nº 1141/2012

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

FAZER CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 1026/2011, a qual concedia Função Gratificada de Responsável por Atividade - FG-04, à Servidora JANAINA COUSSOU LARROSA (Matr. 2869), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível/Referência - 9/A, anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, a partir de 03 de Dezembro de 2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 03 de Dezembro de 2012.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Ibiam

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria 030/12

PORTARIA Nº 030/2012

(NOMEIA COMISSÃO DE SINDICANCIA DISCIPLINAR PARA APURAR FATO DETERMINADO)

SELMO LUIZ LAIDNES, Presidente da Câmara Municipal de Ibiam - SC, no uso de suas atribuições e competências que lhe confere o Regimento Interno e a Lei Orgânica Municipal

RESOLVE:

ART. 1º - Nomear os vereadores Jocimar de Oliveira, Antonio Souza do Amaral e o assessor jurídico Altair Sebastião Muchalski para comporem a Comissão de Sindicância para apurar fato determinado.

Art. 2º - Fica estabelecido o prazo de 30 dias para a comissão apresentar o relatório final.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Ibiam, 06 de dezembro de 2012.

SELMO LUIZ LAIDNES
PRESIDENTE

Imbituba

PREFEITURA

Portaria DGP/SEAGP N.º 322/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 322, de 06 de dezembro de 2012.

Dispõe sobre a demissão de Técnica em Enfermagem, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Público Edital - 01/2007, admitida em 27/11/2012, contrato nº 6423, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.



**Prêmio FECAM
de Fotografia**

Retratos das riquezas de Santa Catarina
Vida, Paisagem, Gente e Cultura.



Nome	Cargo	CPF	Demissão
Ana Regina Lopes	Técnica em Enfermagem	036.295.239-60	26/11/2012

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de novembro 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 06 de dezembro de 2012.
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Diretora de Gestão de Pessoas

Portaria DGP/SEAGP N.º 323/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 323, de 06 de dezembro de 2012.
Dispõe sobre a demissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 02/2009, admitida em 12/04/2010, contrato nº 5414, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Aline de Oliveira Vieira	Professora II - 40h	032.489.449-00	05/11/2012

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de novembro 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 06 de dezembro de 2012.
DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Diretora de Gestão de Pessoas

Publicação de Extrato de Pregão Presencial 59/2012 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 129/2012
PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2012

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 20 de dezembro de 2012, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Contratação de empresa especializada na promoção de eventos, para a realização da Festa

de Fim de Ano "Reveillon" do Município de Imbituba, englobando a apresentação de shows artísticos, a organização e o gerenciamento da mesma. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 10 de dezembro de 2012.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Pregoeiro Oficial

Publicação de Extrato de Pregão Presencial Nº 60/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 130/2012
PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2012

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 16:00 horas do dia 20 de dezembro de 2012, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Contratação de pessoa jurídica para Prestação de serviços de organização e controle dos bens móveis do ativo permanente, compreendendo o levantamento e registro de inventário físico e financeiro e elaboração de manual de procedimentos para controle patrimonial da Prefeitura Municipal de Imbituba. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 10 de dezembro de 2012.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Pregoeiro Oficial

CÂMARA MUNICIPAL

Ato da Presidência Nº 48/12

Ato da Presidência nº 48/12

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 42ª Sessão Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa, da 13ª Legislatura, a realizar-se no dia 10 de dezembro de 2012 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
058	PLC nº 262/2012	09/07/12	Executivo Municipal	José Roberto Martins	Cria vaga de emprego público de Assistente Social no Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Público Municipal e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
059	PLC nº 263/2012	07/07/12	Executivo Municipal	José Roberto Martins	Cria vaga de "Auxiliar de Enfermagem – DST e AIDS" no Programa de DST e AIDS.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PELOM nº 002/2012	26/11/12	Legislativo Municipal	Mesa Diretora	Dá nova redação ao Art. 59 da Lei Orgânica Municipal.	Ordinário	1ª	1ª
	Moção nº 013/2012	03/12/12	Legislativo Municipal	Luiz Cláudio Carvalho de Souza	Moção de Congratulação aos policiais militares Aguinaldo da Silva Mendonça e Humberto de Almeida Vicente.	Ordinário	Única	Única

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imerê (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 06 de dezembro de 2012.

ELÍSIO SGROTT Presidente	JAISON CARDOSO DE SOUZA Vice-Presidente
LUÍS ANTÔNIO DUTRA Primeiro-Secretário	ZELI PIRES Segundo-Secretário

Imerê

PREFEITURA

Lei 708/2012

LEI Nº. 708, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2012

DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IOMERÊ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONINHO BALDISSERA, Prefeito do Município de Imerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, III, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

CAPÍTULO I

Da organização Administrativa Básica e Finalidades.

Art. 1º. A organização administrativa da Câmara Municipal de Imerê, expressa no organograma constante em Anexo I desta Lei Complementar, passa a ter com a seguinte estrutura básica:

I- ÓRGÃO DE DIREÇÃO SUPERIOR

Mesa Diretora

II- ÓRGÃOS DE DIREÇÃO EXECUTIVA

a) DIRETORIA LEGISLATIVA

Grupo de Apoio Parlamentar, Técnico e Legislativo.

b) DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Grupo de Apoio Administrativo, Financeiro e Contábil.

III- GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Apoio Institucional

IV- SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Controladoria Interna

Parágrafo Único: Integram também a estrutura administrativa da Câmara Municipal de Imerê os cargos de provimento efetivo, mediante o competente concurso público, bem como os cargos de chefia, direção e assessoramento do Poder Legislativo, de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração, e ainda as funções gratificadas, criados pela presente lei.

CAPÍTULO II

Dos Cargos em Comissão

SESSÃO ÚNICA

Da Criação de Cargos em Comissão.

Art.2º. Fica criada, na estrutura organizacional da Câmara Municipal de Imerê, a Diretoria Legislativa, com o respectivo cargo de provimento em comissão de Diretor legislativo, símbolo CC-I, e os seguintes cargos de provimento efetivo, com requisitos de provimento, vencimentos e atribuições discriminadas no Anexo I que faz desta Lei:

I- 1 (um) cargo de Assessor Jurídico de provimento efetivo, símbolo CE-II;

II- 1 (um) cargo de auxiliar legislativo, símbolo CC-III

Art.3º. Fica criada, na estrutura organizacional da Câmara Municipal de Imerê, a Diretoria Administrativa, com respectivo cargo de provimento em comissão de Diretor Legislativo, símbolo CC-I, e os seguintes cargos de provimento efetivo, com requisitos de provimento, vencimentos e atribuições discriminadas no Anexo II que faz desta Lei:

I- 1(um) cargo de Contador, símbolo CE-II;

II- 1(um) cargo de Auxiliar Administrativo, símbolo CC-III;

III- 1(um) cargo de auxiliar de serviços gerais, de provimento em comissão, símbolo CE-IV;

Art.4º. Fica criado, na estrutura organizacional da Câmara Municipal de Imerê, o cargo de Assistente do Presidente de provimento em comissão, a ela vinculado, símbolo CC-II, com requisitos de provimento, vencimentos e atribuições discriminadas no Anexo II, que passa a fazer parte integrante desta Lei.

Parágrafo Único – Os cargos de provimento em comissão criados pela presente lei ficam expressamente declarados como sendo de livre nomeação e exoneração.

Art.5º. Ficam criadas, na estrutura organizacional da Câmara Municipal de Imerê, as seguintes funções gratificadas, com requisitos de provimento, vencimentos e atribuições discriminadas no Anexo III, que faz parte integrante desta Lei:

I 1 (uma) Função gratificada de Presidente da Comissão Permanente de Licitação, símbolo FG-01;

II 1 (uma) Função gratificada de Chefe de Compras, símbolo

FG-02;

III 1 (uma) Função gratificada de Membro da Comissão Permanente de Licitação, símbolo FG-02;

Parágrafo Único. A função gratificada é a vantagem pecuniária, de caráter transitório, criada para remunerar encargos, em nível de chefia, direção e assessoramento, atribuída exclusivamente a servidores públicos ocupantes de cargo efetivo da Câmara Municipal de Iomerê.

Art.6º. O provimento dos cargos criados por esta Lei fica condicionado à comprovação da existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, assim como à existência de autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme determina o § 1 do art. 169 da Constituição Federal.

CAPÍTULO III

Da Extinção dos cargos comissionados de Assessor Jurídico e Coordenador de Serviços Legislativos.

Art.7º. Ficam extintos da estrutura organizacional da Câmara Municipal de Iomerê, os cargos comissionados de Assessor Jurídico e de Coordenador de Serviços Legislativos criados pela Lei nº 509/2009.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETORIAS E DO APOIO INSTITUCIONAL

SEÇÃO I

DAS DIRETORIAS

Art.8º. A Diretoria Legislativa é responsável pelo planejamento, coordenação, orientação e supervisão das atividades inerentes ao Grupo de Apoio Parlamentar, Técnico e Legislativo, relacionadas no artigo 10 desta Lei Complementar.

Art.9º. A Diretoria Administrativa é responsável pelo planejamento, organização, orientação, supervisão e manutenção das atividades administrativa, financeira, contábil da Câmara, inerentes ao Grupo de Apoio Administrativo, Financeiro e Contábil, relacionadas no artigo 11 desta Lei Complementar.

SEÇÃO II

Do Grupo de Apoio Parlamentar, Técnico e Legislativo

Art.10. O Grupo de Apoio Parlamentar, Técnico e Legislativo tem por objetivo a execução das atividades relativas ao processo legislativo; a assistência ao Plenário; ao assessoramento técnico e jurídico aos vereadores; ao apoio às Comissões; a sinopse; atas; documentação e arquivo histórico da Câmara Municipal, sejam por meio físico ou digital; a assistência aos gabinetes parlamentares e as de atendimento legislativo aos cidadãos.

SEÇÃO III

Do Grupo de Apoio Administrativo, Financeiro e Contábil

Art.11. O Grupo de Apoio Administrativo, Financeiro e Contábil tem por objetivo o planejamento, a execução das atividades relativas ao recrutamento, seleção, treinamento, regime jurídico, controles funcionais e demais atividades de administração de pessoal; à coordenação, à execução dos trabalhos de elaboração orçamentária, bem como de acompanhamento e controle de sua execução e de supervisão, análise e certificação da exatidão, integridade e autenticidade dos atos e fatos administrativos e seus registros; ao controle e escrituração contábil, recebimento, pagamento, guarda e movimentação de dinheiros e valores; à padronização, aquisição, recebimento, guarda, distribuição e controle de material; ao tombamento, registro, inventário, conservação e manutenção do patrimônio municipal utilizado pela Câmara; ao controle de utilização dos veículos da Câmara; aos serviços de reprodução de papéis e documentos, fax e telefonias, e ao serviço de vigilância, portaria, copa, zeladoria, protocolo e expediente, bem como aos serviços operacionais relacionados ao sistema de informação, TV/ Câmara, Web-TV, rádio-web, rádio, jornal, informática, internet e atendimento ao público em geral.

CAPÍTULO V

Do Apoio Institucional

Art.12. A Assistência da Presidência é órgão de apoio e cooperação imediata e direta da Presidência da Câmara em suas relações institucionais com outros poderes e órgãos públicos e privados,

com a Mesa Diretora, com os Vereadores, com as organizações sociais, com a sociedade civil e com a população em geral, sobre os assuntos inerentes à função e às atividades da Presidência da Câmara.

CAPÍTULO VI

Do Sistema de Controle Interno

Art.13. O Sistema de Controle Interno é o responsável pela fiscalização da gestão administrativa da Câmara, sob os aspectos da legalidade, moralidade, economicidade, eficácia e eficiência, os procedimentos e atos administrativos relacionados com a gestão financeira; o controle operacional; o controle de pessoal; o controle de bens patrimoniais e de almoxarifado e a gestão de procedimentos contábeis para fins de registros e gerenciais.

CAPÍTULO VII

Dos Cargos e Funções

Art.14. Os cargos em comissão e as funções gratificadas da Câmara Municipal de Iomerê, acompanhados de seus respectivos símbolos são os estabelecidos nos artigos 2º, 3º, 4º e 5º desta Lei.

Art.15. Ficam reservados aos servidores titulares de cargos efetivos, 30% (trinta por cento) dos cargos de provimento em comissão, previstos no artigo anterior.

Art.16. O servidor efetivo da Câmara Municipal de Iomerê, ocupante de cargo de provimento em comissão, optará pela percepção da remuneração de somente um desses cargos.

Art.17. Optando o servidor pela remuneração do seu cargo efetivo terá direito a percepção de 10% (dez por cento) sobre o valor do cargo em comissão por ele ocupado.

Art.18. As funções de confiança, estabelecidas no Anexo III desta Lei Complementar, não constituem situação permanente e sim vantagem transitória pelo efetivo exercício de atividade de chefia ou atividade similar não atribuída a nenhum cargo existente.

Art. 19. Somente serão designados para exercício de função de confiança os servidores efetivos da Câmara Municipal.

Art.20. Os cargos de provimento em comissão são de livre nomeação e exoneração, e seus ocupantes serão nomeados pela Mesa da Câmara, através de portaria do Presidente da Câmara.

Art.21. Os Diretores, o Assistente da Presidência e o Controlar Interno, reportar-se-ão diretamente ao Presidente da Câmara.

CAPÍTULO VIII

Das Diretrizes Gerais de Delegação e Exercício de Autoridade

Art.22. Os membros da Mesa Diretora, salvo hipótese expressamente contemplada no Regimento Interno da Câmara, permanecerão livres de funções meramente executórias e da prática de atos relativos ao procedimento administrativo.

Parágrafo Único: O encaminhamento de processos e outros expedientes às autoridades mencionadas neste artigo, apenas se dará quando:

I- O assunto se relacione com o ato praticado pessoalmente pelas citadas autoridades;

II- O assunto incida no campo das relações do Poder Legislativo com o Executivo Municipal ou com outras esferas de Governo;

III- O processo implique o reexame de atos manifestamente ilegais ou contrários ao interesse público.

Art.23. Com o objetivo de reservar aos membros da Mesa Diretora, as funções de coordenação do processo legislativo e com a finalidade de acelerar as comunicações administrativas serão observadas, no estabelecimento das rotinas de trabalho e das exigências processuais, os seguintes princípios racionalizadores:

todo pedido de informação deverá ser encaminhado ao órgão ou autoridade capaz de fornecê-la ou esclarecer o assunto;

os contatos entre os órgãos que compõe a estrutura organizacional da Câmara Municipal de Iomerê, para fins de instrução de processos, serão feitos diretamente de órgão para órgão, quando a eles couber informar ou decidir o assunto em análise.

Os assuntos rotineiros que envolvam decisões ou informações de várias unidade ou autoridades deverão ter sua tramitação em formulários ou impressos padronizados.

Os Diretores Administrativo e Legislativo, no que concerne às atividades de expediente, encaminharão diretamente à autoridade

capaz de proferir a decisão ou fornecer a informação solicitada, todos os processos ou documentos que lhe forem remetidos, bem como farão com que seja encaminhado diretamente, ao destinatário, toda a correspondência expedida.

Parágrafo Único - Todo e qualquer expediente, antes de ser encaminhado, deverá ser protocolado.

CAPÍTULO IX

Disposições Finais.

Art.24. A estrutura administrativa e funcional da Câmara Municipal, estabelecida na presente Lei, entrará em funcionamento gradativamente, à medida que os órgãos que a compõem forem sendo implantados, segundo as conveniências da Administração da Casa e a disponibilidades de recursos.

Art.25. Os órgãos da Câmara Municipal devem funcionar perfeitamente articulados entre si, em regime de mútua colaboração.

Art.26. Para os efeitos desta Lei, o exercício de função na condição de substituto eventual, somente se efetivará, gerando direitos e obrigações, nos afastamentos dos titulares por motivo de férias, licenças ou outras ausências prolongadas, cessando automaticamente com o retorno do titular ao exercício de sua função de origem.

Art.27. As designações de substitutos processar-se-ão sempre por ato expresso do Presidente da Câmara.

Parágrafo Único – Em hipótese alguma poderá ocorrer o afastamento do titular de um órgão, sem a correspondente indicação de seu substituto.

Art.28. A jornada de trabalho dos servidores da Câmara, incluindo os comissionados, é de duração diferenciada, em horas semanais conforme consta no anexo nº III, IV e V, e caso seja majorada por decisão da Presidência ou da Mesa, terá aumento proporcional na remuneração.

Parágrafo Único – O horário de trabalho dos servidores da Câmara Municipal será fixado pelo Presidente, atendendo às necessidades da população e a natureza das funções, devendo ser comprovado através de registro eletrônico de ponto, à exceção dos ocupantes de cargos comissionados.

Art. 29. Cumprir aos servidores, cujas atribuições não estejam especificadas nesta Lei, observar as prescrições legais e regulamentares, executar com zelo e presteza as tarefas que lhes forem cometidas, cumprir as ordens e determinações superiores e formular sugestões ao aperfeiçoamento do trabalho.

Art. 30. As despesas decorrente da implantação da presente Lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 31. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo de Iomerê – SC, 05 de dezembro de 2012.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

ANEXO I

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA BÁSICA

- Mesa Diretora

ÓRGÃO DE EXECUÇÃO SUPERIOR:

- Presidente

- Assistente do presidente – Com apoio, colaboração e cooperação ao desempenho das funções da competência do Presidente da Câmara.

GRUPO DE APOIO PARLAMENTAR, TÉCNICO E LEGISLATIVO – Com os seguintes campos de atuação: Secretaria Legislativa, Atas, Arquivo Histórico, Assessoria Jurídica, Assessoria Técnica de Comissões, Assessoria Legislativa, Atas, Arquivo Histórico, Memorial Legislativo, Arquivo Morto:

- Diretor Legislativo

- Assessor Jurídico

- Auxiliar Legislativo

GRUPO DE APOIO ADMINISTRATIVO – Com os seguintes campos de atuação: Recepção/Protocolo, Recursos Humanos, Tesouraria/

Contabilidade, Compras/Licitações, Contratos, Patrimônio/Almoxarifado, Informática/Internet, Serviços Multimídia, Imprensa/Comunicação, Estagiários:

- Diretor Administrativo

- Contador

- Auxiliar Administrativo

-Agente de Serviços Gerais

ANEXO II

DESCRIÇÃO DOS CARGOS

A)- DESCRIÇÃO DOS CARGOS COMMISSIONADOS

01. DIRETOR LEGISLATIVO

a) – Atribuições típicas: Promover os serviços de apoio à Mesa Diretora, necessários ao bom andamento e controle dos trabalhos legislativos; auxiliar tecnicamente o Presidente da Câmara nas atividades legislativas durante as reuniões no Plenário; Coordenar e superintender os trabalhos da secretaria legislativa, responsabilizando-se pela tramitação dos projetos e outras proposições; manter-se em permanente contato com os órgãos semelhantes de outras Câmaras, objetivando estabelecer intercâmbio de técnicas e informações sobre o seu campo de atuação; coordenar e executar trabalhos de acompanhamento e análise das atividades dos servidores lotados na Diretoria Legislativa; objetivando o aperfeiçoamento da organização parlamentar e o estabelecimento e a racionalização de procedimentos legislativos sob sua responsabilidade; planejar e supervisionar a execução dos trabalhos de elaboração de proposições, com o auxílio do assessor jurídico, que visem a colaboração e o assessoramento aos Vereadores.

b) - Carga Horária: 40 (quarenta) horas semanais

c) – Requisitos para provimento: ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos; estar no gozo dos direitos políticos; estar em dia com as obrigações eleitorais e militares, se de sexo masculino, ter escolaridade de segundo grau ou superior.

02. DIRETOR ADMINISTRATIVO

a) – Atribuições típicas: Promover e supervisionar todas as atividades relativas à administração de pessoal da Câmara: promover e supervisionar as atividades de padronização, aquisição, recebimento, guarda, distribuição e controle de material utilizado na Câmara; promover e acompanhar as atividades de recebimento dos papéis e documentos de teor administrativo da Câmara; orientar as unidades da Câmara para a elaboração do orçamento anual da instituição, promovendo a organização de um efetivo sistema de acompanhamento e controle orçamentário; coordenar o programa de estágio curricular para estudantes na Câmara Municipal de Iomerê.

b) – Carga Horária: 30 (trinta) horas semanais.

c) – Requisitos para provimento: ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos; estar no gozo dos direitos políticos; estar em dia com as obrigações eleitorais e militares, se de sexo masculino; ter escolaridade de segundo grau ou superior.

03. ASSISTENTE DO PRESIDENTE

a) – Atribuições típicas: Assistir, assessorar e auxiliar o Presidente da Câmara em todos os assuntos de sua competência institucional; atender as pessoas que lhe forem encaminhadas pelo Presidente, orientando-as ou marcando-lhes audiência; conferir, receber, guardar e utilizar corretamente os equipamentos e materiais de escritório colocados à disposição do Presidente; entregar e distribuir material aos Vereadores, por determinação do Presidente; organizar e manter atualizado cadastro contendo nomes, telefones e endereços de autoridades e instituições de interesse do Presidente; agendar os compromissos do Presidente e mantê-lo informado sobre o seu pontual cumprimento; providenciar, em conjunto com o Diretor Legislativo, quanto à organização da pauta das sessões da Câmara; receber e preparar a correspondência do Presidente; elaborar as proposições com a participação do Diretor Legislativo; exercer outras atividades correlatas às acima descritas ou determinadas pelo Presidente.

b) – Carga Horária: 40 (quarenta) horas semanais.

c) – Requisitos para provimento: ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos; estar no gozo dos direitos políticos; estar em dia com as obrigações eleitorais e militares, se de sexo masculino; ter escolaridade de segundo grau ou superior.

B)- DESCRIÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS

01. ASSESSOR JURÍDICO

a) – Atribuições Típicas: prestar assessoria jurídica ao Presidente, à Mesa Diretora, às Comissões, aos Vereadores e aos demais órgãos administrativos da Câmara, opinando sobre a constitucionalidade e legalidade de seus atos e ações; examinar previamente a legalidade dos contratos que a Câmara interesse, fiscalizando sua execução e recomendando ao Presidente da Mesa Diretora sua rescisão, anulação ou declaração de caducidade, por via administrativa ou judicial; elaborar minutas de convênios e contratos e representar a Câmara em Juízo, quando para isso for credenciado.

b) – Carga Horária: 20 (vinte) horas semanais

c) – Requisitos para Provimento: ter sido previamente aprovado em concurso público de provas e títulos; ter idade mínima de 18 (dezoito) anos; estar em dia com as obrigações eleitorais e militares, se de sexo masculino; ser bacharel em direito e ter inscrição na OAB.

02. AUXILIAR LEGISLATIVO

a) – Atribuições típicas: Art. 5º São atribuições do cargo de Auxiliar Legislativo exercer, sob a supervisão e orientação da Diretoria Legislativa da Câmara, todas as atividades administrativas e logísticas relativas ao exercício das competências constitucionais e legais dos órgãos legislativos da Câmara de Vereadores, fazendo uso de todos os equipamentos e recursos disponíveis para a consecução dessas atividades, em especial as de atender ao público interno e externo, prestando informações, recebendo recados e correspondência; - atender às chamadas telefônicas, anotando e enviando recados; - redigir e datilografar e/ou operar microcomputadores para elaborar textos de documentos, avisos, ofícios, indicações, requerimentos, proposições legislativas, tabelas e formulários; - preparar, receber e expedir toda a correspondência, bem como, dar entrada nos processos protocolando e registrando em fichas próprias; - distribuir material, quando solicitado pelas unidades; - fazer inscrições para Concursos e Cursos, conforme instruções recebidas; - fazer cálculos simples e escrituração contábil rotineira e simples; - catalogar documentos, livros, periódicos e etc; - controlar os empréstimos e a devolução de obras do acervo da Biblioteca da Câmara; - orientar leitores nas consultas bibliográficas; - operar máquinas copiadoras, fax, telex e sistemas internos de comunicação telefônica; - cuidar dos materiais, máquinas, equipamentos, instrumentos e ferramentas sob sua responsabilidade; - exercer outras atividades semelhantes e compatíveis do mesmo grau de dificuldade/ responsabilidade.

b) – Carga Horária: 20 (vinte) horas semanais.

c) – Requisitos para provimento: ter sido previamente aprovado em concurso público de provas e títulos; ter idade mínima de 18 (dezoito) anos; estar em dia com as obrigações eleitorais e militares, se de sexo masculino; ter nível de escolaridade de segundo grau ou superior.

03. CONTADOR

a) – Atribuições típicas: Promover a execução orçamentária da Câmara de Vereadores e dos registros contábeis das receitas e das despesas; acompanhar e controlar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Câmara de Vereadores; participa na elaboração de proposta orçamentária; classificar receitas; emitir empenho e estorno emitidos no mês, com as somatórias para fechar com as despesas orçamentárias; efetuar balanços e balancetes; registrar todos os bens e valores existentes na Câmara de Vereadores; controlar os serviços de execução orçamentária e suas alterações; providenciar a guarda de toda a documentação para posterior análise dos órgãos competentes; elaborar registros contábeis da execução orçamentária; elaborar mapas demonstrativos com elementos tirados o livro razão de toda a movimentação financeira e contábil; manter atualizadas as fichas de despesas e arquivos de registros contábeis; conferir

boletins de caixa; controlar a execução orçamentária; relacionar restos a pagar; repassar recursos financeiros; relacionar e classificar a despesa os empenhos de pessoal e dos recursos recebidos a qualquer título; analisar os balanços gerias e os balancetes das despesas, objetivando o fornecimento de índices contábeis, para orientação; coordenar e controlar as prestações de contas de responsáveis por valores de dinheiro, fiscalizar, controlar e codificar as entradas e saídas de materiais permanentes do almoxarifado, bem como os bens adquiridos ou baixados por doação, permuta ou transferências; inventariar anualmente o matérias e os bens móveis permanentes da Câmara de Vereadores; expedir termos de responsabilidade referente a bens móveis e imóveis de caráter permanente; organizar e manter atualizado o cadastro de bens imóveis e móveis da Câmara de Vereadores; controlar as receitas, bem como conferir diariamente os extratos contábeis; relar pelo compromisso financeiro no âmbito da Câmara de Vereadores; controlar os recursos extra orçamentários provenientes de convênios, assinar balanços e balancetes; desempenhar outras tarefas semelhantes correlatas às funções do cargo.

b) – Carga Horária: 20 (vinte) horas semanais.

c) – Requisitos para provimento: ter sido previamente aprovado em concurso público de prova e títulos, ter idade mínima de 18 (dezoito) anos; estar em dia com as obrigações eleitorais e militares, se de sexo masculino; ter nível de escolaridade superior; inscrição no CRC.

04. AUXILIAR ADMINISTRATIVO

a) – Atribuições típicas: EMPREGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO I Realizar, sob a supervisão e orientação da Diretoria Administrativa da Câmara, as funções rotineiras de pequena responsabilidade e complexidade, de suporte administrativo burocrático em todos os órgãos administrativos da Câmara de Vereadores, como por exemplo: - Atender ao público interno e externo, prestando informações, recebendo recados e correspondências; - atender às chamadas telefônicas, anotando e enviando recados; - redigir e datilografar e/ou operar microcomputadores para elaborar textos de documentos, avisos, ofícios, indicações, requerimentos, proposições legislativas, tabelas e formulários; - preparar, receber e expedir toda a correspondência, bem como, dar entrada nos processos protocolando e registrando em fichas próprias; - distribuir material, quando solicitado pelas unidades; - fazer inscrições para Concursos e Cursos, conforme instruções recebidas; - fazer cálculos simples e escrituração contábil rotineira e simples; - catalogar documentos, livros, periódicos e etc; - controlar os empréstimos e a devolução de obras de acervo da Biblioteca da Câmara; - orientar leitores nas consultas bibliográficas; - operar máquinas copiadoras, fax, telex e sistemas internos de comunicação telefônica; - cuidar dos materiais, máquinas, equipamentos, instrumentos e ferramentas sob sua responsabilidade; - exercer outras atividades semelhantes e compatíveis do mesmo grau de dificuldade/ responsabilidade.

b) Carga Horária – 40 (quarenta) horas semanais.

c) – Requisitos para provimento: ter sido previamente aprovado em concurso público de provas e títulos; ter idade mínima de 18 (dezoito) anos; estar em dia com as obrigações eleitorais e militares, se de sexo masculino; ter nível de escolaridade de primeiro grau ou superior.

ANEXO III

TABELA DE VALORES, EM SALÁRIOS MÍNIMOS MUNICIPAIS, DOS VENCIMENTOS dos cargos comissionados (CC)

Nome do cargo	Horas Semanais	Nível	Nº de Cargos	Vencimentos
Diretor Legislativo	40	CC 1	01	5,30 smm
Diretor Administrativo	40	CC 1	01	5,30 smm
Assistente do Presidente	30	CC 1	02	4,30 smm

ANEXO IV**TABELA DE VALORES, EM SALÁRIOS MÍNIMOS MUNICIPAIS, DOS VENCIMENTOS dos cargos efetivos (CE)**

Nome do Cargo	Horas Semanais	Nível	Nº de Cargos	Vencimentos
Assessor Jurídico	20	CE 1	1	5,19 smm
Contador	20	CE 1	1	5,19 smm
Auxiliar Administrativo	40	CE 2	1	3,20 smm
Agente de Serviços Gerais	40	CE 3	1	1,80 smm

ANEXO V**TABELA DE VALORES, EM SALÁRIOS MÍNIMOS MUNICIPAIS, DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS.**

Nome da Função gratificada	Símbolo	Quant.	Valor Mensal
Presidente da Com. Permanente de Licitação	FG 1	1	1,20 smm
Membro da Com. Permanente de Licitação	FG 2	1	1,0 smm
Chefe de compras	FG 2	1	1,0 smm
Controlador Interno	FG 2	1	1,0 smm

Ipumirim

PREFEITURA

Portaria Nº. 11/2012 de 06 de Dezembro de 2012.

EXONERA SERVIDORA NOMEADA POR CONCURSO PUBLICO POR JUSTA CAUSA.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO, Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SERVIÇOS DE ALTA COMPLEXIDADE - CASA LAR PEQUENO PRINCIPE, no uso de suas atribuições e de acordo com a LEI.

E X O N E R A

BRUNA POTTRATZ COUSSEAU, com domicílio na Cidade de Arbutã, portadora da cédula de Identidade nº.3.857.670-8 e do CPF sob o nº. 039.263.949-19 no cargo de Monitara Social,

Revogadas as disposições em contrario a presente portaria produzira efeitos a partir de 06 de Dezembro de 2012.

Ipumirim - SC, 03 de Novembro de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO

Presidente Consórcio



**VISÃO ESTRATÉGICA E
INTEGRAÇÃO GOVERNAMENTAL,
INOVAÇÃO DOS MODELOS DE GESTÃO**

**CENTROSUL – FLORIANÓPOLIS – SANTA CATARINA
28, 29 E 30 DE JANEIRO DE 2013**

Inscrições através do site:
www.egem.org.br

Joaçaba

PREFEITURA

Decreto Nº 4.212 de 03 de Dezembro de 2012.

DECRETO Nº 4.212 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2012.

"AUTORIZA O USO DE BANDEIRA II EM PERÍODO, QUE ESPECIFICA".

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), usando de atribuições que lhe são conferidas por lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o uso de BANDEIRA II, para os serviços de táxi no Município de Joaçaba durante o período de 10 de dezembro de 2012 à 15 de janeiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 03 de Dezembro de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Decreto Nº 4.211 de 03 de Dezembro de 2012.

DECRETO Nº 4.211 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2012.

INSERE PARÁGRAFOS NO ART. 15, DO DECRETO N. 2920/2007, QUE DISPÕE SOBRE AS PERÍCIAS MÉDICAS DOS SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba, SC, usando das atribuições que são conferidas por Lei, e

DECRETA:

Art. 1º. Ficam inseridos os parágrafos 1º e 2º, no Decreto n.º 2920, de 09 de fevereiro de 2007, que Dispõe sobre as Perícias Médicas dos Servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 15.

§ 1º. O atestado médico deverá ser entregue até o segundo dia de afastamento do servidor, no Setor de Recursos Humanos.

§ 2º. Em caso de não observância do prazo para apresentação do atestado, os dias em que o servidor não comparecer ao trabalho serão considerados como faltas não justificadas.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, 03 de dezembro de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Portaria N.º 5.541

PORTARIA Nº 5.541 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2012

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. NOMEAR, o(a) Sr.(a) ROBERTO MINATI, Secretario Municipal de Gestão Financeira, com lotação na Secretaria Municipal de Gestão Financeira, para responder cumulativamente o cargo de Administrador do Terminal Rodoviário e Cemitério Municipal,

sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, Lei Complementar n.º 173 de 11 de março de 2009 e alterações.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 03 de dezembro de 2012

RAFAEL LASKE

Portaria N.º 5.542

PORTARIA Nº 5.542 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2012.

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

1º INSTAURAR "Processo Administrativo Disciplinar", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure os fatos apontados a respeito do Servidor AJONIELSEN BENITES, conforme parecer jurídico de 30 de novembro de 2012 e Boletim de Ocorrência de Acidente de Trânsito n.º 582/2012, bem como documentos anexos ao processo, nos termos do Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

2º DESIGNAR os servidores, FABIANO GRANDO POLETTO, FABIANO COLOMBO E LUCIA SANTINI SARTORI MANTOVANI, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 06 de dezembro de 2012.

RAFAEL LASKE

Portaria N.º 5.543

PORTARIA Nº 5.543 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2012

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

1º INSTAURAR "Sindicância", no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure os fatos dando conta de suposto abandono de patrimônio público em via pública da cidade.

2º DESIGNAR os servidores, NELIA MARIA FIN, LURDES CORREIA DE AVILA e FABIO AUGUSTO CONTE, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 06 de dezembro de 2012

RAFAEL LASKE

Extrato Homologação PL 95 PP 40/2012 PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 95/2012/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

- 1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 95/2012/PMJ,
- Modalidade: PP 40/2012/PMJ.

Objeto: Contratação de empresa especializada para dar publicidade aos autos de infrações de trânsito emitidos pela Gerência de Trânsito do Município de Joaçaba, em órgão de imprensa escrita (jornal de circulação no Município e região onde ocorreu a infração), conforme determinação do CETRAN/SC (Resolução nº 008/2004 - Parecer nº 099/2010).

- Empresa Vencedora:

RAÍZES DIÁRIO, JORNAL, GRÁFICA E EDITORA LTDA.

VALOR: R\$ 4,10 cm/col.

VALOR TOTAL: R\$ 11.808,00

- 2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 06 de dezembro de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Aditivo Contrato 190/2009 PMJ TA 03

CONTRATO Nº 190/2009 - TA 03

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.725.725/0001-35, estabelecida na Rua 220, nº 200, Centro, no Município de Itapema (SC), doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. CARLITO MELLO DE LIZ, portador da Carteira de Identidade nº 220.562/SC e CPF nº 181.488.089-53, residente e domiciliado na Rua 288, nº350, Bairro Meia Praia na cidade de Itapema (SC), resolvem de comum acordo e obedecendo às normas da Lei nº 8.666/93, celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 190/2009, celebrado em 14 de maio de 2009, proveniente do Processo de Licitação nº 51/2009, instaurado através do Edital PP nº 34/2009, homologado no dia 14 de maio de 2009, que tem como objeto o fornecimento pela CONTRATADA, sob a forma de cessão de uso de software, de sistema que permita à geração e à disponibilização no site da Prefeitura de Joaçaba, da base de dados contendo a legislação do Município de Joaçaba, incluindo o texto integral das leis, mecanismos de busca e de remissão (referências entre as normas incluídas), bem como a consolidação por dentro do texto, onde se adita a CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO e a CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO**

O valor mensal do contrato original fica reajustado em 17,6077%, a partir de 01 de janeiro de 2013, relativo à variação do INPC no período de maio de 2009 a abril de 2012, passando o referido valor de R\$ 711,00 para R\$ 836,19 (oitocentos e trinta e seis reais e dezenove centavos), em atendimento ao inciso 4 da cláusula terceira do referido contrato.

Diante da prorrogação constante na cláusula segunda deste Termo

Aditivo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 3.707,11 (três mil setecentos e sete reais e onze centavos)

CLÁUSULA SEGUNDA**CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO**

A vigência do contrato fica prorrogada para 13 de maio de 2013, a contar de 01 de janeiro de 2013, em conformidade ao disposto no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 06 de dezembro de 2012.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA

CARLITO MELLO DE LIZ

Aditivo Contrato 44/2009 PMJ TA 02

CONTRATO Nº 44/2009/PMJ - TA 02

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa RBS ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.821.701/0002-90, estabelecida na Rua Desembargador Pedro Silva, 2958, no Município de Florianópolis-SC, neste ato representada pela senhora LUCIANA LUZ APRIGLIANO, portadora do CPF nº 804.259.509-30, doravante denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo e obedecendo às normas da Lei nº 8.666/93, celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 44/2009, celebrado em 06/02/2009, proveniente do Processo de Licitação nº 11/2009, instaurado através do Edital de Pregão Presencial PP nº 05/2009, que tem como objeto prestação de serviços de publicidade pela CONTRATADA aos atos oficiais exarados pela Administração Pública Municipal em órgão de imprensa escrita (jornal de circulação estadual), com circulação diária, onde se ADITA CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, DA FORMA DE EXECUÇÃO E DO VALOR e a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, DA FORMA DE EXECUÇÃO E DO VALOR.**

Diante da prorrogação constante na cláusula segunda deste Termo Aditivo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 22.275,00 (vinte e dois mil duzentos e setenta e cinco reais).

CLÁUSULA SEGUNDA**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

O prazo do contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2013, a contar a partir de 01 de janeiro de 2013, em conformidade ao disposto no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 06 de dezembro de 2012.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE
Prefeito

RBS ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S/A
LUCIANA LUZ APRIGLIANO

Aditivo Contrato 841/2008 PMJ TA 03
CONTRATO Nº 841/2008 - TA 03

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa/Profissional Autônomo ALEXANDRE RITTER VOLKMANN, brasileiro, casado, Engenheiro de Minas, CIC 315.853.290/53, cédula de identidade 1004146989, expedida pelo SSP/RS registrado no CREA/SC sob o nº 53792-2, residente e domiciliado à Rua Oswaldo Cruz 73, apto 31, Centro, Lages/SC, doravante denominado CONTRATADO, resolvem de comum acordo e obedecendo às normas da Lei nº 8.666/93, celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 841/2008, celebrado em 05/03/2008, proveniente do Processo de Licitação nº 12/2008, instaurado através do Convite nº 2/2008, cujo objeto é a assessoria pelo CONTRATADO, na orientação dos trabalhos efetuados na pedreira do Município de Joaçaba (SC), prestando todas as informações necessárias à extração funcional e econômica de pedra basalto, bem como, responsabilizando-se perante o CREA, DNPM e FATMA, onde se adita a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA e a CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA
CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

A vigência do contrato fica prorrogada para 04 de março de 2013, a contar de 01 de janeiro de 2013, em conformidade ao disposto no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA
CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO.

Diante da prorrogação constante da cláusula primeira deste Termo Aditivo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 2.797,08 (dois mil setecentos e noventa e sete reais e oito centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para

todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 06 de dezembro de 2012.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE
Prefeito

ALEXANDRE RITTER VOLKMANN

Aditivo Contrato 871/2011 PMJ TA 01
CONTRATO Nº 871/2011/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, LASKE com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa ORBENK SADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 79.283.065/0001-41, estabelecida na RUA DONA LEOPOLDINA, 26, Bairro CENTRO, no Município de JOINVILLE/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. ALCIDES BENKENDORF, portador da Carteira de Identidade nº 2/R 176.318 e CPF nº 098.412.969-34, residente e domiciliado na RUA INDAIAL, 817, Bairro SAGUAÇU, na cidade de JOINVILLE/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 871/2011/PMJ, firmado em 12/12/2011, proveniente do Processo de Licitação 116/2011/PMJ, instaurado através do Edital PP nº 56/2011/PMJ, cujo objeto é a prestação pela CONTRATADA de serviços de portaria junto ao prédio da Escola Municipal Rotary Fritz Lucht, neste Município, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO e a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA
CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 meses, a contar de 12 de dezembro de 2012, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 24 (vinte e quatro) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA
CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO.

Diante da prorrogação da vigência constante na cláusula primeira deste Termo Aditivo, agregar-se-á ao contrato o valor de 48.840,00 (quarenta e oito mil oitocentos e quarenta reais), passando o valor global contratado para R\$ 97.680,00 (noventa e sete mil seiscentos e oitenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), 06 de dezembro de 2012.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA

ALCIDES BENKENDORF

Aditivo Contrato 912/2008 PMJ TA 04

CONTRATO Nº 912/2008 - TA 04

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa LIMGER EMPRESA DE LIMPEZAS GERAIS E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 84.590.900/0001-26, estabelecida na Rua Getúlio Vargas, 331, nesta cidade de Joaçaba (SC), representada neste ato pelo Sr. TADEU MARGARIDA, brasileiro, casado, portador do CPF Nº 021.839.789-53, residente e domiciliado na Rua Salgado Filho, 131, nesta cidade de Joaçaba(SC), que apresentou os documentos exigidos por lei, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem de comum acordo e obedecendo às normas da Lei nº 8.666/93, celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 912/2008, celebrado em 16/04/2008, proveniente do Processo de Licitação nº 32/2008, instaurado através do Edital PP nº 23/2008, que tem como objeto a prestação, pela CONTRATADA, de serviços de limpeza e de conservação, bem como serviços de merendeira, nas dependências do Corpo de Bombeiros de Joaçaba, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

A vigência do contrato fica prorrogada para 15 de abril de 2013, a contar de 01 de janeiro de 2013, em conformidade ao disposto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO.

Diante da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo Aditivo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 8.062,77 (oito mil sessenta e dois reais e setenta e sete centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 06 de dezembro de 2012.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA / FUNREBOM

RAFAEL LASKE

Prefeito

LIMGER EMPRESA DE LIMPEZAS GERAIS E SERVIÇOS LTDA

TADEU MARGARIDA

Aditivo Contrato 914/2008 PMJ TA 03

CONTRATO Nº 914/2008 - TA 02

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa REALMAC MAQ. EQUIP. PARA ESCRITORIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 79.231.890/0001-00, estabelecido na Av. Licínio de Cordova, 411-D, no Município de Chapecó-SC, neste ato representado pelo Sr. ANTELMO JOSÉ CAZALLI, portador da Carteira de Identidade nº 12R 1.614.029 e CPF nº 492.136.959-34, residente e domiciliado na cidade de Chapecó-SC, doravante denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo e obedecendo às normas da Lei nº 8.666/93, celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 914/2008, celebrado em 22 de abril de 2008, proveniente do Processo de Licitação nº 37/2008, instaurado através do Edital PP nº 26/2008, homologado no dia 22 de abril de 2008, que tem como objeto a locação de copiadoras de propriedade da CONTRATADA, destinadas à manutenção das atividades das Secretarias de Administração, Finanças, Planejamento, Educação e da 11ª CIRETRAN, onde se adita a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA e a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

A vigência do contrato original fica prorrogada até 31 de dezembro de 2012, a contar de 01 de janeiro de 2012, em conformidade ao disposto no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer foro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 19 de dezembro de 2011.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

REALMAC MAQUINAS EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA
ANTELMO JOSÉ CAZALLI

Lages

PREFEITURA

Contrato 60/2012 - SEMASA

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL N.º 60/2012

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob nº 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: MICROLAGES INFORMATICA LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 06.040.884/0001-94, estabelecida à Rua Manuel

Thiago Castro n.º 57 - Lages, SC - cep: 88.501-020.

O Município de Lages, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, neste ato representado pelo Sr. Jonas Alberto Ferreira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa MICROLAGES INFORMATICA LTDA, representada neste ato por seu Proprietário, que assina ao final, o Sr. Vinicius Mecabo, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório n.º 20/2012, correlato ao Pregão Presencial n.º 08/2012, aberto em 10/05/2012 e homologado em 21/06/2012, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para fornecimento de moveis e equipamentos para execução do Projeto Social da Obra de Serviços Urbanos de Água e Esgoto nos Bairros Caroba e Araucária, em conformidade com o Termo de Referência do edital e autorização de fornecimento n. 63/2012 em apenso.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 10 (dez) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Bairro Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2012;

2.4 Do Contrato, fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012. A sua vigência será da data da sua assinatura, até 31/12/2012.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS E PAGAMENTOS

O preço Global certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 1.340,00 (Um mil e trezentos e quarenta reais).

DOS PAGAMENTOS;

3.1 Serão efetuados em até 30 (trinta) dias das entregas, à vista das Notas Fiscais, decorrentes;

3.2 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo;

3.3 Não serão permitidos adiantamentos de pagamentos.

CLÁUSULA QUARTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

Os valores negociados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificadas e aprovadas pela contratante e, nos termos previstos na letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O objeto desta licitação será adquirido com recursos provisionados na conta: Manutenção e Operação do Sistema de Água e Esgoto, ano base 2012.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

7.3 Entregar o produto na qualidade e quantidade solicitada.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO RECEBIMENTO

Os produtos objeto deste contrato serão recebidos em caráter provisório nos termos do art.73 da lei 8.666/93, o produto que não for de qualidade, após notificação, será, prontamente colocado à

disposição do fornecedor;

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

10.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 10520/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 7014/2003, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo edital correlato, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e Alterações posteriores e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 21 de junho de 2012.

Secretaria Municipal de Águas e Saneamento - SEMASA
JONAS ALBERTO FERREIRA

MICROLAGES INFORMATICA LTDA

Representante

VINICIUS MECABO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

Rerratificação PP 18/2012 SEMASA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Licitação

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2012 -SEMASA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA HUMANA PARA O POSTO DE VIGIA DA



SEMASA.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a solicitação do Conselho de Administração - CRA/SC, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento:

- No Item 16.3 - Qualificação Técnica, incluir o subitem 16.3.3: Prova de registro cadastral junto ao Conselho Regional de Administração - CRA/SC.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 06 de dezembro de 2012.

JONAS ALBERTO FERREIRA

Secretário da Semasa

Sustação CC 17/2012 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Licitação

SUSTAÇÃO DE EDITAL

ASSUNTO: EDITAL DA CONCORRÊNCIA Nº 17/2012 PML

OBJETO: CONCESSÃO DA PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS.

O Município de Lages, em observância aos termos do despacho de autoria do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina sob nº OF TCE/SEG Nº 23.663/12, datado, transmitido e recebido em 05/12/2012, presente a supremacia do interesse público, faz saber aos interessados a "SUSTAÇÃO" do processo licitatório em comento, até manifestação ulterior proferida pelo órgão competente, revogando a decisão.

Cumpra-se, comunique-se e publique-se.

Lages, 06 de dezembro de 2012.

ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA

Secretário de Administração

Contrato 61/2012 - SEMASA

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL N.º 61/2012

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob nº 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: ORLEANS INFORMATICA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 02.315.593/0001-00, estabelecida à Rua Barão do Rio Branco nº 312, Orleans/SC - cep: 88.870-000.

O Município de Lages, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, neste ato representado pelo Sr. Jonas Alberto Ferreira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa ORLEANS INFORMATICA LTDA - EPP, representado neste ato pelo Sr. Vaguinho Rosseti, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 20/2012, correlato ao Pregão Presencial nº 08/2012, aberto em 10/05/2012 e homologado em 21/06/2012, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para fornecimento de moveis e equipamentos para execução do Projeto Social da Obra de Serviços Urbanos de Água e Esgoto nos Bairros Caroba e Araucária, em

conformidade com o Termo de Referência do edital e autorização de fornecimento n. 64/2012 em apenso.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 10 (dez) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Bairro Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2012;

2.4 Do Contrato, fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012. A sua vigência será da data da sua assinatura, até 31/12/2012.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS E PAGAMENTOS

O preço Global certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 1.100,00 (Um mil e cem reais).

DOS PAGAMENTOS;

3.1 Serão efetuados em até 30 (trinta) dias das entregas, à vista das Notas Fiscais, decorrentes;

3.2 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo;

3.3 Não serão permitidos adiantamentos de pagamentos.

CLÁUSULA QUARTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

Os valores negociados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificadas e aprovadas pela contratante e, nos termos previstos na letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O objeto desta licitação será adquirido com recursos provisionados na conta: Manutenção e Operação do Sistema de Água e Esgoto, ano base 2012.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

7.3 Entregar o produto na qualidade e quantidade solicitada.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO RECEBIMENTO

Os produtos objeto deste contrato serão recebidos em caráter provisório nos termos do art.73 da lei 8.666/93, o produto que não for de qualidade, após notificação, será, prontamente colocado à disposição do fornecedor;

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

10.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE, quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 10520/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 7014/2003, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo edital correlato, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e Alterações posteriores e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 21 de junho de 2012.

Secretaria Municipal de Águas e Saneamento - SEMASA
JONAS ALBERTO FERREIRA

ORLEANS INFORMATICA LTDA - EPP
Representante
VAGUINHO ROSSETI

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

Contrato 62/2012 - SEMASA

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL N.º 62/2012

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob nº 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: SANDRO VILMAR PIRES - ME, inscrita no CNPJ sob nº 09.253.952/0001-91, estabelecida à Rua João Teófilo Deucher nº 29, Bom Retiro/SC - cep: 88.680-000.

O Município de Lages, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, neste ato representado pelo Sr. Jonas Alberto Ferreira, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa SANDRO VILMAR PIRES - ME, representado neste ato pelo Sr. Sandro Vilmar Pires, que assina ao final, de ora em diante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 20/2012, correlato ao Pregão Presencial nº 08/2012, aberto em 10/05/2012 e homologado em 21/06/2012, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para fornecimento de moveis e equipamentos para execução do Projeto Social da Obra de Serviços Urbanos de Água e Esgoto nos Bairros Caroba e Araucária, em conformidade com o Termo de Referência do edital e autorização de fornecimento n. 65/2012 em apenso.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 10 (dez) dias da(s) solicitação(ões), na Secretaria Municipal de Assistência Social, à Rua Monte Castelo nº 209, Bairro Centro, nesta cidade;

2.3 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2012;

2.4 Do Contrato, fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2012. A sua vigência será da data da sua assinatura, até 31/12/2012.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS E PAGAMENTOS

O preço Global certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 10.600,00 (dez mil e seiscentos reais).

DOS PAGAMENTOS;

3.1 Serão efetuados em até 30 (trinta) dias das entregas, à vista das Notas Fiscais, decorrentes;

3.2 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no Contrato, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo;

3.3 Não serão permitidos adiantamentos de pagamentos.

CLÁUSULA QUARTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

Os valores negociados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificadas e aprovadas pela contratante e, nos termos previstos na letra "d" do Inciso II do Art. 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O objeto desta licitação será adquirido com recursos provisionados na conta: Manutenção e Operação do Sistema de Água e Esgoto, ano base 2012.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital e deste Contrato;

7.2 Assinar o Contrato no prazo de 05 dias úteis após notificação;

7.3 Entregar o produto na qualidade e quantidade solicitada.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO RECEBIMENTO

Os produtos objeto deste contrato serão recebidos em caráter provisório nos termos do art.73 da lei 8.666/93, o produto que não for de qualidade, após notificação, será, prontamente colocado à disposição do fornecedor;

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Efetuar os pagamentos de acordo com o ora contratado.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, pela CONTRATADA, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em até 10% (dez por cento) do valor contratado, além das medidas legais cabíveis;

10.2 O Licitante vencedor que se recusar a assinar o contrato ou não devolvê-lo devidamente assinado, sem justificativa consubstanciada ficará suspenso a participar de qualquer Processo Licitatório efetuado pelo Município de Lages, pelo período de 02 (dois) anos da data da notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido mediante prévio e mútuo acordo entre as partes ou unilateralmente pela CONTRATANTE,

quando ocorrer quaisquer dos motivos enumerados no artigo 78, seus parágrafos e incisos da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

O presente contrato reger-se-á pela Lei nº 10520/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 7014/2003, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo edital correlato, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e Alterações posteriores e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

12.1 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Lages, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da CONTRATADA.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES, SC, em 21 de junho de 2012.

Secretaria Municipal de Águas e Saneamento - SEMASA
JONAS ALBERTO FERREIRA

SANDRO VILMAR PIRES - ME

Representante

SANDRO VILMAR PIRES

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

Lebon Régis

PREFEITURA

Portaria Nº 218/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0218 /2012 de 06 de Dezembro de 2012.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979, Lei No. 065/2010 de 03/11/2010.

RESOLVE:

ART. 1º - PRORROGAR o prazo para vencimento do Edital de Teste Seletivo para Contratação Temporária No. 01/2011 de 11/11/2011.

ART. 2º. - A prorrogação de prazo se estenderá para 28 de Fevereiro de 2013, conforme preceitua o Item 8.2 do referido Edital.

ART 3º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio,
em 06 de Dezembro de 2012.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

Extratos

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 79/2012.
Processo Licitatório nº 59/2012 - Dispensa de Licitação nº 7/2012

Contratante: Município de Lebon Régis-SC, por intermédio da Secretaria de Agricultura.

Contratado: CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO-CINCO

Objeto: O presente termo aditivo ao contrato n.59, tem por finalidade aumento de 40 horas máquinas, acrescentando valor de R\$: 3.120,00 (três mil, cento e vinte reais) e prorrogação de prazo até 31/12/2012.

Amparo Legal

O amparo legal do presente Termo Aditivo, encontra-se consubstanciado no art. 57, inciso IV e art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei n. 8.666/93, bem como no Processo em epigrafe.

Da Ratificação: Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato ora aditados. Publicação com efeitos retroativos prorrogação de prazo em 09 de novembro de 2012.

Lebon Régis, 07 de dezembro de 2012.

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES.

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 59/2012.
Processo Licitatório nº 32/2012 - Tomada de Preços nº 13/2012

Contratante: Município de Lebon Régis-SC, por intermédio da Secretaria de Educação.

Contratado: CONSTRULACER COM. E CONSTRUÇÃO LACERDOPO-LIS LTDA.

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto à prorrogação do prazo de vigência estabelecido na Cláusula Terceira do Contrato em tela celebrado entre as partes em 01/06/2012, para até 14 de dezembro de 2012 e Cláusula Segunda visando acréscimo quantitativo e qualitativo no valor de R\$: 2.684,00 (Dois mil seiscentos e oitenta e quatro reais). Amparo Legal: encontra-se consubstanciado no art. 57, inciso V e art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei n. 8.666/93, bem como no Processo em epigrafe. Da Ratificação: Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato ora aditados. Publicação com efeitos retroativos de prorrogação de prazo em 04 de novembro de 2012.

Lebon Régis, 07 de dezembro de 2012.

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 98/2012.
Processo Licitatório nº 63/2012 - Tomada de Preços nº 20/2012

Contratante: Município de Lebon Régis-SC, por intermédio do Departamento de Esportes.

Contratado: TRES AMIGOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-ME.

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto alteração da Cláusula Segunda do Contrato n. 98/2012, visando acréscimo quantitativo e qualitativo nos lotes 01 e 02, no valor de R\$: 7.292,43 (Sete mil duzentos e noventa e dois reais, noventa e três centavos). Amparo Legal: Lei n. 8.666/93, bem como no Processo em epigrafe. Da Ratificação: Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato ora aditados.

Lebon Régis, 07 de dezembro de 2012.

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS-SC
EXTRATO DECISÃO DE REVOGAÇÃO

Processo Licitatório nº 37/2012 - Tomada de Preços nº 12/2012

O Prefeito Municipal de Lebon Régis-SC, Sr. Ludovino Labas, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista que foram cumpridas todas as formalidades da Lei nº 8.666/93, Art. 38, inciso IX, com as modificações introduzidas pelas Leis n.º 10.520/02, Através Processo do Administrativo nº 37/2012 na Modalidade de Licitação Tomada de Preços n. 12/2012, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para implantação de Programa de Inclusão Digital no Município, criado pela Lei Municipal n.1.370/2011, incluindo o fornecimento de equipamentos e a instalação destes, avoca os autos nesta data em face do interesse público, com a finalidade de REVOGAR o processo licitatório supracitado e todos os seus atos tendo como princípio o interesse da Administração e a conveniência administrativa, com fundamento no teor do art. 49, caput, da Lei Federal 8.666/93, por acolher parecer jurídico n.166/2012/LIC. Publique-se na imprensa oficial, nos termos do artigo 109, § 1.º da lei 8.666/93.

Lebon Régis, 07 de dezembro de 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS-SC
AVISO DE REVOGAÇÃO

Processo Licitatório nº 37/2012 - Tomada de Preços nº 12/2012
O Setor de Compras e Licitações comunica às empresas HD COMUNICAÇÕES LTDA e PLUGNET INFORMÁTICA LTDA, empresas já qualificada no processo em tela que o Processo supracitado foi Revogado. No início de 2013, será instaurado novo procedimento licitatório. Demais informações poderão ser obtidas através do fone: 49 3247 0188 ou diretamente no Setor.

Lebon Régis-SC, 07 dezembro de 2012.

Leoberto Leal

PREFEITURA

Lei N.º 933/2012

LEI N.º 933, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2012

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Leoberto Leal para o Exercício de 2013.

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º. O orçamento geral do Município de Leoberto Leal para o exercício de 2013 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 15.907.150,00 (quinze milhões novecentos e sete mil cento e cinquenta reais), sendo R\$ 10.961.440,00 (dez milhões novecentos e sessenta e um mil quatrocentos e quarenta reais) do Orçamento Fiscal e R\$ 4.945.710,00 (quatro milhões novecentos e quarenta e cinco mil setecentos e dez reais) do Orçamento da Seguridade Social.

DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 2º. O Orçamento do Poder Executivo para o exercício de 2013 estima a Receita em R\$ 15.907.150,00 (quinze milhões novecentos e sete mil cento e cinquenta reais), fixa as Despesas do Poder

Legislativo em R\$ 618.000,00 (seiscentos e dezoito mil reais) e do Poder Executivo, abrangendo os órgãos da administração direta e indireta, em R\$ 15.289.150,00 (quinze milhões duzentos e oitenta e nove mil cento e cinquenta reais).

§ 1º. A Receita da Unidade Gestora, Prefeitura, será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	9.542.100,00
1.1 Receita Tributária	352.700,00
1.2 Receita de Contribuições	48.000,00
1.3 Receita Patrimonial	32.000,00
1.4 Receita Agropecuária	0,00
1.5 Receita de Serviços	6.500,00
1.6 Transferências Correntes	10.869.100,00
(-) Dedução da Receita para formação do FUNDEB	(1.788.300,00)
1.7 Outras Receitas Correntes	22.100,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	3.980.000,00
2.1 Operações de Crédito	0,00
2.2 Alienação de Bens	0,00
2.3 Transferências de Capital	3.980.000,00
TOTAL	13.522.100,00

§ 2º. As Despesas dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
02. Gabinete do Prefeito	470.000,00
03. Secretaria Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças	1.089.500,00
04. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	4.647.377,00
05. Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social	529.600
05.02 Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA	36.000,00
05.03 Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS	493.600,00
06. Secretaria Municipal Transportes, Obras e Serviços Urbanos	3.046.983,00
07. Secretaria Municipal Agropecuária e Meio Ambiente	1.085.580,00
99. Reserva de Contingência	4.000,00
TOTAL	10.873.040,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04. ADMINISTRAÇÃO	1.428.500,00
08. ASSISTÊNCIA SOCIAL	529.600,00
12. EDUCAÇÃO	3.480.377,00
13. CULTURA	80.000,00
15. URBANISMO	852.060,00
17. SANEAMENTO	0,00



20. AGRICULTURA	1.085.580,00
26. TRANSPORTE	2.194.923,00
27. DESPORTO E LAZER	1.087.000,00
28. ENCARGOS ESPECIAIS	131.000,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.000,00
TOTAL	10.873.040,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0000. ENCARGOS ESPECIAIS	131.000,00
0002. GESTÃO COM EXCELÊNCIA	470.000,00
0003. GESTÃO GERAL E ADMINISTRATIVA	843.500,00
0004. EDUCAÇÃO É TUDO	3.480.377,00
0005. CULTURA, ESPORTE E TURISMO	1.167.000,00
0007. VIVENDO COM AMOR	403.900,00
0008. ASSISTÊNCIA AO MENOR COM RESPONSABILIDADE	125.700,00
0009. REVITALIZAÇÃO DAS ESTRADAS	2.091.923,00
0010. REVITALIZAÇÃO URBANA	955.060,00
0011. REVITALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR	1.085.580,00
0012. FORTALECIMENTO DO MUNICIPALISMO	115.000,00
0099. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.000,00
TOTAL	10.873.040,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	6.647.980,00
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	3.371.025,00
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	3.276.955,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	4.221.060,00
4.4.00.00 – Investimentos	4.221.060,00
4.5.00.00 – Inversões Financeiras	0,00
4.6.00.00 – Amortização da Dívida	0,00
9.0.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.000,00
9.9.00.00 – Reserva de Contingência	4.000,00
TOTAL	10.873.040,00

DO ORÇAMENTO DO IPRELL

Art. 3º. O Orçamento do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Leoberto Leal – IPRELL, para o exercício de 2013, estima a Receita em R\$ 1.538.000,00 (um milhão quinhentos e trinta e oito mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 572.000,00 (quinhentos e setenta e dois mil reais) apresentando superávit de R\$ 1.148.000,00 (um milhão cento e quarenta e oito mil reais) alocado a título de Reserva de Contingência.

§ 1º. A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas e contribuições recebidas, discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	988.000,00
1.1. Receitas de Contribuições	287.000,00
1.2. Receita Patrimonial	700.000,00

1.3. Outras Receitas Correntes	1.000,00
2. RECEITAS INTRAGOVERNAMENTAIS CORRENTES	550.000,00
2.1. Receita de Contribuições	550.000,00
3. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	182.000,00
3.1. Transferências Financeiras Recebidas da Prefeitura	182.000,00
TOTAL	1.720.000,00

§ 2º. A Despesa do Instituto de Previdência – IPRELL será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
10. Instituto de Previdência - IPRELL	572.000,00
09. Reserva de Contingência	1.148.000,00
TOTAL	1.720.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
09. PREVIDÊNCIA SOCIAL	572.000,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.148.000,00
TOTAL	1.720.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0013. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	572.000,00
0099. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.148.000,00
TOTAL	1.720.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	568.000,00
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	208.000,00
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	360.000,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	4.000,00

4.4.00.00 – Investimentos	4.000,00
9.9.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.148.000,00
TOTAL	1.720.000,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 4º. O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2013, estima a Receita em R\$ 847.050,00 (oitocentos e quarenta e sete mil e cinquenta reais) e fixa a Despesa em R\$ 2.696.110,00 (dois milhão seiscentos e noventa e seis mil cento e dez reais).

Parágrafo Único – Para suportar o orçamento da despesa a Prefeitura aportará a título de transferências financeiras, o valor de R\$ 1.849.060,00 (um milhão oitocentos e quarenta e nove mil e sessenta reais).

§ 1º. A Receita será realizada mediante arrecadação conforme, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	647.050,00
1.1. Receita Patrimonial	8.050,00
1.2. Transferências Correntes	639.000,00
2. RECEITAS CORRENTES	200.000,00
2.1. Transferências de Capital	200.000,00
3. TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	1.849.060,00
3.1. Transferências Financeiras	1.849.060,00
TOTAL	2.696.110,00

§ 2º. A Despesa do Fundo Municipal de Saúde será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
05.01. Fundo Municipal de Saúde	2.696.110,00
TOTAL	2.696.110,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
10 – Saúde	2.693.110,00
99 – Reserva de Contingência	3.000,00
TOTAL	2.696.110,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0006. SAÚDE COM EXCELÊNCIA	2.693.110,00
0099. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.000,00
TOTAL	2.432.720,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	2.453.110,00
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	1.496.200,00
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	956.910,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	240.000,00
4.4.00.00 – Investimentos	240.000,00
9.9.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.000,00
TOTAL	2.696.110,00

DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 5º. A Câmara Municipal de Vereadores têm sua despesa fixada para 2013 em R\$ 618.000,00 (seiscentos e dezoito mil reais).

§ 1º. A despesa de que trata o caput será suportada pela transferência financeira mensal de 1/12 do valor, a ser realizada até o dia 20 de cada mês, pelo Poder Executivo:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	618.000,00
1.1. Transferências Financeiras	618.000,00
TOTAL	618.000,00

§ 2º. A Despesa da Câmara Municipal será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. Câmara Municipal de Vereadores	618.000,00
TOTAL	618.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. LEGISLATIVA	618.000,00
TOTAL	618.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001. PROCESSO LEGISLATIVO	618.000,00
TOTAL	618.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	548.000,00
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	488.000,00
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	60.000,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	70.000,00
4.4.00.00 – Investimentos	70.000,00
TOTAL	618.000,00

Art. 6º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de riscos fiscais previstos no anexo de Riscos Fiscais previstos na Lei Diretrizes Orçamentárias, conforme discriminado abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. Riscos Fiscais	4.000,00
1.1 Passivos contingentes, outros riscos fiscais, como intempéries, frustração da cobrança de dívida ativa e despesas não orçadas ou orçadas a menor.	4.000,00
TOTAL	4.000,00

UNIDADE GESTORA: IPRELL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2. Riscos Fiscais	1.148.000,00
2.1 Reserva financeira do Instituto de Previdência para cobertura e pagamento de benefícios futuros.	1.148.000,00
TOTAL	1.148.000,00

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3. Riscos Fiscais	3.000,00

3.1 Passivos contingentes, outros riscos fiscais, como intempéries, frustração da cobrança de dívida ativa e despesas não orçadas ou orçadas a menor.	3.000,00
TOTAL	3.000,00

§ 1º. A utilização dos recursos da Reserva de Contingência ocorrerá por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§ 2º. Não se efetivando até o dia 10/12/2013 os riscos fiscais relacionados aos eventos: intempéries climáticas; despesas não orçadas ou orçadas a menor; fatos não previstos em execução de obras; campanha emergencial de saúde e serviços e aposentadorias e pensões precoces, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento para 2014 tenha reservado recursos para riscos fiscais.

§ 3º. Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento "Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor" serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art. 7º. Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 8º. O Executivo fica autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% da Receita estimada para cada uma das unidades gestoras, utilizando como fonte de recursos, desde que não comprometidos:

I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II – a anulação de saldos de dotações orçamentárias.

III – superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único – Fica excluído desse limite os créditos adicionais suplementares decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 9º. Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos vinculados a destinações oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º. A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/1964 será realizado por destinação de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

§ 2º. O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das destinações de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF.

Art. 10º. Durante o exercício de 2013 o Executivo Municipal poderá

realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 11º. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2013, a partir de 1º de janeiro.

Leoberto Leal, 06 de dezembro de 2012.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Lei N.º 934/2012

LEI N.º 934, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2012.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a suplementar dotações do Orçamento Fiscal Vigente, com a seguinte classificação, até o Limite de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	19.000,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	19.000,00
Função	08	Assistência Social	19.000,00
Sub-Função	244	Assistência Comunitária	19.000,00
Programa	7	Vivendo com Amor	19.000,00
Projeto/ Atividade	1.021	Construção de Casas Populares	19.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	19.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	19.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicação Direta	19.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	19.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			19.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na dotações com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	19.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	19.000,00
Função	04	Administrativa	19.000,00
Sub-Função	122	Administração Geral	19.000,00
Programa	12	Fortalecimento do Município	19.000,00

Projeto/ Atividade	2.032	Contribuição a Entidades Municipais	19.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	19.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	19.000,00
Modalidade de Aplicação	50	Contribuição a Entidades Privadas sem Fins Lucrativos	19.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	19.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			19.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 06 de Dezembro de 2012.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Lei N.º 935/2012

LEI N.º 935, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2012.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a suplementar dotações do Orçamento Fiscal Vigente, com a seguinte classificação, até o Limite de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	289,62
Unidade Orçamentária	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	289,62
Função	01	Legislativa	289,62
Sub-Função	31	Ação Legislativa	289,62
Programa	1	Processo Legislativo	289,62
Projeto/ Atividade	1.001	Construção da Sede do Poder Legislativo	289,62
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	289,62
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	289,62
Modalidade de Aplicação	90	Aplicação Direta	289,62
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	289,62
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			289,62

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, nas dotações com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	289,62

Unidade Orçamentária	01	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	289,62
Função	01	Legislativa	289,62
Sub-Função	31	Ação Legislativa	289,62
Programa	1	Processo Legislativo	289,62
Projeto/ Atividade	2.001	Funcionamento e Manutenção da Câmara de Vereadores	289,62
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	289,62
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	289,62
Modalidade de Aplicação	90	Aplicação Direta	289,62
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	289,62
TOTAL DA ANULAÇÃO			289,62

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 06 de Dezembro de 2012.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Inexigibilidade de Licitação Nº 003/2012 PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

RESUMO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2012, com data de 06 de dezembro de 2012, onde O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, Estado de Santa Catarina, torna PÚBLICO, para conhecimento dos interessados que está contratando a empresa TOP BANNDATA LTDA ME, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 09.333.957/0001-24, com sede Rua Antônio Antunes dos Santos, 40 - Bairro Morrotes, Município de Tubarão, Estado de Santa Catarina, com fulcro no artigo 25, caput da Lei Federal nº 8.666/93, de 21/06/93, representante do GRUPO MUSICAL TOP BANNDATA, consagrado pela crítica e pelo público para animar o Show/baile em Comemoração ao 50º Aniversário de Emancipação Política Administrativa do Município de Leoberto Leal, que será realizado no dia 16 de dezembro de 2012, às 21:00 horas, com duração de 04 (quatro) horas, no Centro Comunitário Independente de Leoberto Leal/SC, no valor estipulado de R\$ 11.000,00 (onze mil reais). Leoberto Leal/SC, 06 de dezembro de 2012. GUILHERME RANGEL DE SOUZA-Presidente da Comissão Permanente de Licitações. Ratifico, nos termos art. 26 da Lei 8.666, de 21/06/93 a justificativa de Inexigibilidade de Licitação e ordeno a sua publicação no prazo legal.

Leoberto Leal/SC, 06 de dezembro de 2012.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal.

Processo Licitatório Nº 027/2012 Pregão Presencial Nº 023/2012 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2012

TIPO: Menor Preço (por item). OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de pneus para manutenção da frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto

Leal, de acordo com as especificações do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 023/2012-FMS. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 17h30min (dezessete horas e trinta minutos), do dia 21 de dezembro de 2012. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 06/12/2012.

VITOR NORBERTO ALVES
Secretário Municipal da Saúde.

Processo Licitatório Nº 087/2012 Pregão Presencial Nº 074/2012 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
Divisão de Licitações e Compras
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 087/2012
PREGÃO PRESENCIAL Nº 074/2012

TIPO: Menor Preço (por item) OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para eventuais aquisições parceladas de pneus, câmara e protetores para manutenção da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, de acordo com as especificações constantes do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 074/2012. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 13:30 (treze horas e trinta minutos), do dia 21 de dezembro de 2012. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 06/12/2012.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Edital Pregão 07/2012 FMS

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL
Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Saúde
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2012 FMS

GENIR LOLI - Secretário de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para aquisição de veículo tipo mini van 07 lugares, as 08:30 horas, do dia 21 de dezembro de 2012, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 07 de dezembro de 2012.

GENIR LOLI
Secretário de Saúde e Ação Social

Extrato PR 08-2012 FMS

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Fundo Municipal de Saúde

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2012 FMS

GENIR LOLI - Secretário de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para aquisição de móveis sob medida, as 08:30 horas, do dia 26 de dezembro de 2012, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 07 de dezembro de 2012.

GENIR LOLI
Secretário de Saúde e Ação Social

Ratificação de Inexigibilidade de Licitação 01/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2012

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que ratificou o ato do responsável pelas Licitações e Contratos, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, "caput", da Lei nº 8.666/93, para aquisição de mobiliário escolar da educação básica, programa PAR - Pregão Eletrônico - FNDE 23/2011.

FORNECEDOR: INDÚSTRIA DE MÓVEIS CEQUIPEL PARANÁ LTDA

VALOR: R\$ 18.649,00 (dezoito mil seiscentos e quarenta e nove reais).

PRAZO DE ENTREGA: : 180 dias

VIGÊNCIA: 04 de julho de 2013.

Lindóia do Sul, SC, 06 de dezembro de 2012.

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO
Prefeito Municipal

Massaranduba

PREFEITURA

Lei Nº. 1473 de 04 de Dezembro de 2012

LEI Nº. 1473 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito em Exercício do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.970,00 (Dois mil novecentos e setenta reais) , conforme programa e verba abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0402 - GERÊNCIA DE COORDENAÇÃO URBANA

0402 .006.181.0060.2012 - Manter a Segurança

0402- 44900000 - Aplicações Diretas

0402 - 15601 - Convênio Trânsito PREF. R\$ 2.970,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 2.970,00 (Dois mil novecentos e setenta reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0402 - GERÊNCIA DE COORDENAÇÃO URBANA

0402 .006.181.0060.2016 - Sinalização de Vias

0402- 33900000 - Aplicações Diretas

0402 - 15601 - Convênio Trânsito PREF. R\$ 2.970,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,

EM 04 DE DEZEMBRO DE 2012

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

Decreto Nº. 2611 de 03 de Dezembro de 2012

DECRETO Nº. 2611 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito em exercício do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0200 - Gabinete do Prefeito

0201 - Gabinete do Prefeito

0201.004.122.0040.2004 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

0201 - 33900000 - Aplicações Diretas

0201 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 3.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0201 - Gabinete do Prefeito

0201 - Gabinete do Prefeito

0201.004.122.0040.2004 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

0201 - 31900000 - Aplicações Diretas

0201 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 3.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,

EM 03 DE DEZEMBRO DE 2012

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal em exercício

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

Decreto Nº. 2612 de 03 de Dezembro de 2012

DECRETO Nº. 2612 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito em exercício do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 - GERENCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.365.0122.2054 - Manutenção da Educação Infantil

0501 - 33900000 - Aplicações Diretas

0501 - 15801 - Transferências do Salário Educação R\$ 30.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 - GERENCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.365.0122.2054 - Manutenção da Educação Infantil

0501 - 44900000 - Aplicações Diretas

0501 - 15801 - Transferências do Salário Educação R\$ 30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,

EM 03 DE DEZEMBRO DE 2012

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal em exercício

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

Decreto Nº. 2613 de 03 de Dezembro de 2012

DECRETO Nº. 2613 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2012

Abre Créditos Adicionais Suplementares

O Prefeito em exercício do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1370 de 17 de Novembro de 2011, DECRETA:

Art.1º. Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 47.000,00 (Quarenta e sete mil reais), conforme programa e verbas abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 - GERENCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0120.2044 - Manutenção do Ensino Fundamental

0501 - 31900000 - Aplicações Diretas

0501 - 12218 - Transferências Municipal. Fundeb 60% R\$ 30.000,00

0501 - 31900000 - Aplicações Diretas

0501 - 12219 - Transferências Municipal. Fundeb 40% R\$ 5.000,00

0501 - 33900000 - Aplicações Diretas

0501 - 12219 - Transferências Municipal. Fundeb 40% R\$ 10.000,00

0501 - 44900000 - Aplicações Diretas

0501 - 12219 - Transferências Municipal. Fundeb 40% R\$ 2.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão do Excesso de Arrecadação verificado no presente exercício.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,
EM 03 DE DEZEMBRO DE 2012
ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal em exercício

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Decreto Nº. 2614 de 04 de Dezembro de 2012

DECRETO Nº. 2614 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito em exercício do Município de Massaranduba (SC) no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1473 de 04 de Dezembro de 2012, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.970,00 (Dois mil novecentos e setenta reais) , conforme programa e verba abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0402 - GERÊNCIA DE COORDENAÇÃO URBANA

0402 .006.181.0060.2015 - Manter a Segurança

0402- 44900000 - Aplicações Diretas

0402 - 15601 - Convênio Trânsito PREF. R\$ 2.970,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 2. 970,00 (Dois mil novecentos e setenta reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0402 - GERÊNCIA DE COORDENAÇÃO URBANA

0402 .006.181.0060.2016 - Sinalização de Vias

0402- 33900000 - Aplicações Diretas

0402 - 15601 - Convênio Trânsito PREF. R\$ 2.970,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA,
EM 04 DE DEZEMBRO DE 2012
ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 32/2012

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 32/2012, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA E A EMPRESA _ PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8666 DE 21/06/1993.

Pelo presente contrato, que entre si celebram a PREFEITURA

MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, com sede na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, Município de Massaranduba (SC), inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, CFP Nº. 399.964.099-53, RG nº. 488.606-2, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a Empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, com sede na Rua Anélio Nicocceli, 1720, Figueirinha, Município de Guarimir, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº. 03.620.927/0001-12, Inscrição Estadual nº. 253.992.443, neste ato representada pelo Sr. MAURICIO VOGELSANGER, inscrito no CPF sob o nº. 638.924.309-00 e RG nº. 2/R-2.191.067, emitida pela SSP/SC doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo Licitatório nº 30/2012 - Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº. 04/2012, homologado em data de 26/04/2012, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei Nº. 8666 de 21/06/1993, as partes de comum acordo tem justo e acordado as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO

1.1. O prazo de vigência do presente contrato, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA EXECUTAR A OBRA DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO COM CBUQ E SINALIZAÇÃO DE TRECHO DAS RUAS BUTUCA E R. 049, EM CONFORMIDADE COM O MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO QUANTITATIVO, CRONOGRAMA E PROJETOS, fica prorrogado pelo período de 60 (sessenta) dias, tendo como início da vigência o dia 24 de dezembro de 2012, findando em 20 de fevereiro de 2013, conforme a liberalidade do contrato original.

1.2. Este aditamento de prazo se faz necessário pelas seguintes razões apresentadas pela Secretaria de Planejamento Municipal: devido as alterações efetuadas no projeto original, atrasando o cronograma de execução das obras, bem como pelas intempéries climáticas ocorridas no período.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA BASE LEGAL:

2.1. A assinatura do presente termo está amparada no Parágrafo Primeiro, Incisos I e IV, do Art. 57 da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, alterada pela Lei nº. 8.883/94.

Massaranduba (SC), 10 de dezembro de 2012.

PREFEITURA DE MASSARANDUBA

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito em Exercício

CONTRATANTE

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

MAURICIO VOGELSANGER

CONTRATADA

Testemunhas:

Maurício Prawutzki
CPF: 312.922.249-91

Fabiano Spézia
CPF: 950.720.129-72

Segundo Termo Aditivo ao Contrato 24/2012 - FMS

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 24/2012 - FMS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA E A EMPRESA SERRANA ENGENHARIA LTDA, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8666 DE 21/06/0193.

Pelo presente contrato, que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, com sede na Rua 11 de Novembro, nº. 3025, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº. 11.231.203/0001-05, neste ato representado pela Gestora dos Fundos Municipais - Sra.

ANNA KARINE REINKE FRANZ, CPF nº. 005.246.769-41, Cédula de Identidade nº. 1.988.597-3, brasileira, solteira, residente e domiciliada neste Município, e pelo Prefeito Municipal - Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, brasileiro, casado, CPF nº. 399.964.099-53, Cédula de Identidade nº. 488.606-2, doravante denominados simplesmente de CONTRATANTES, e a Empresa SERRANA ENGENHARIA LTDA, com sede na Rua Ottokar Doerffel, 899 - Bairro Atiradores, Joinville - SC, inscrita no CNPJ sob nº. 83.073.536/0001-64, Inscrição Estadual nº. 4220142503.8 neste ato representada pelo Sr. SALOMÃO PERUZZO inscrito no CPF sob o nº. 484.391.349-91 e RG nº. 1.175.607, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo Licitatório nº 17/2012 - Convite para Obras e Serviços de Engenharia nº. 02/2012, homologado em 10/08/2012, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei Nº. 8.666 de 21/06/0193, as partes de comum acordo tem justo e acordado as seguintes cláusulas contratuais:

I - DA ALTERAÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA:

1.1. O prazo de vigência do presente contrato, que tem como objeto a Contratação de empresa especializada para executar a Reforma da ETA e reservatório, melhoria instalações elétricas, fornecimento de equipamentos e serviços complementares, CONFORME PROJETO, fica prorrogado pelo período de 48 (quarenta e oito) dias, tendo como início da vigência o dia 12 de dezembro de 2012, findando em 28 de fevereiro de 2013, conforme a liberalidade do contrato original.

1.2. Este aditamento de prazo se faz necessário pelas seguintes razões apresentadas pela Secretaria de Planejamento Municipal: devido as alterações efetuadas no projeto original, atrasando o cronograma de execução das obras.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA BASE LEGAL:

2.1. A assinatura do presente termo está amparada no Parágrafo Primeiro, Incisos I e IV, do Art. 57 da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, alterada pela Lei nº. 8.883/94.

Massaranduba (SC), 05 de dezembro de 2012.
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA
ANNA KARINE REINKE FRANZ
CONTRATANTE

MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

SERRANA ENGENHARIA LTDA
SALOMÃO PERUZZO
CONTRATADA

Testemunhas:

1) Nome: FABIANO SPÉZIA
CPF: 950.720.129-72

2) Nome: ELAINE CRISTINA GUMS VICK
CPF: 019.781.789

CÂMARA MUNICIPAL

Lei Nº1471/2012 "Altera Artigo 1º da Lei 1390/2012 de 17 de Fevereiro de 2012"

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
Rua Paulo Cardoso - 166 - Centro - Fone Fax: (0XX 47) 3379-1571
e-mail: cvm@netuno.com.br CEP: 89.108-000 - Massaranduba - SC 83.539.668/0001-39 - Site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br

LEI Nº1474/2012

06/12/2012

Altera artigo 1º e 4º da Lei 1390/2012 de 17 de fevereiro de 2012

SILVIO MAINKA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele Promulga a seguinte LEI:

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º e 4º da Lei 1390/2012 de 17 de fevereiro de 2012, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Ficam as agências bancárias do Município de Massaranduba obrigados a instalar divisórias individuais entre os caixas e o espaço reservado para clientes que aguardam atendimento, proporcionando privacidade às operações financeiras"

"Art. 4º As agências bancárias referidas no art. 1º terão o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da regulamentação desta Lei, para proceder à devida adaptação às suas disposições.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, devendo o prazo de 90 (noventa dias) previsto no art. 4º ser contado a partir da data da publicação da Lei 1441, em 03 de setembro de 2012.

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC),
EM 06 DE DEZEMBRO DE 2012

SILVIO MAINKA

Presidente

PUBLICADO NO EXPEDIENTE DA DATA SUPRA

JAIR MICHELUZZI
Assistente Legislativo

Meleiro

PREFEITURA

Portaria N.º 396/2012

PORTARIA n.º 396/2012
TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora ADRIANA ZANETTE MAGAGNIN, ocupante do cargo de Professora ACT, nível de referência conforme tabela salarial do anexo I da Lei nº 1547/2012 - 1A - 100%, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini, em virtude do término das aulas.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 07/12/2012.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Portarias nº 098/2012 e 195/2012.

Meleiro, 04 de Dezembro de 2012.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

Portaria N.º 397/2012

PORTARIA n.º 397/2012

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 1408/2009 e suas alterações, Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhorita ANDRESSA VENSON DAL PONT, ocupante do cargo de Professora ACT, nível de referência conforme tabela salarial do anexo I da Lei n.º 1547/2012 - 4A - 100%, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini, em virtude do término das aulas.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 07/12/2012.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Portarias n.º 052/2012 e 193/2012.

Meleiro, 04 de Dezembro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

Portaria N.º 398/2012

PORTARIA n.º 398/2012

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSOR.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 1408/2009 e suas alterações, Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º O Senhor ANTONIO LUIZ CORAL, ocupante do cargo de Professor ACT, nível de referência conforme tabela salarial do anexo I da Lei n.º 1547/2012 - 4A - 100%, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Toneli Nápoli, em virtude do término das aulas.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 07/12/2012.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 045/2012.

Meleiro, 04 de Dezembro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

Portaria N.º 399/2012

PORTARIA n.º 399/2012

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 1408/2009 e suas

alterações, Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora ÉDNA APARECIDA STRADIOTO SILVÉRIO, ocupante do cargo de Professora ACT, nível de referência conforme tabela salarial do anexo I da Lei n.º 1547/2012 - 4A - 100%, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em virtude do término das aulas.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 07/12/2012.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 059/2012.

Meleiro, 04 de Dezembro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

Portaria N.º 400/2012

PORTARIA n.º 400/2012

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA POR ALTERAÇÃO TEMPORÁRIA TRANSITÓRIA DE CARGA HORÁRIA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 1408/2009 e suas alterações, Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora ELIANE ALEXANDRE COSTA PIROLA, ocupante do cargo de Professora, nível de referência conforme tabela salarial do anexo I da Lei n.º 1547/2012 - 08 - H, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em virtude do término das aulas.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 07/12/2012.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 065/2012.

Meleiro, 04 de Dezembro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

Portaria N.º 401/2012

PORTARIA n.º 401/2012

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 1408/2009 e suas alterações, Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhorita FLÁVIA VENSON BÚRIGO, ocupante do cargo de Professora ACT, nível de referência conforme tabela salarial do anexo I da Lei n.º 1547/2012 - 4A - 100%, com carga horária de 30

(trinta) horas semanais, sendo 10 (dez) horas na Escola de Educação Básica Municipal Jerônimo Paulino Neto e 20 (vinte) horas na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini, em virtude do término das aulas.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 07/12/2012.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Portarias nº 049/2012, nº 071/2012 e nº 192/2012.

Meleiro, 04 de Dezembro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

Portaria N.º 402/2012

PORTARIA n.º 402/2012

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhorita SISLEY OSTETTO BILHAN, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil ACT, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, nível de referência conforme tabela salarial do anexo I da Lei nº 1547/2012 - 1 A - 100%, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em virtude do término das aulas.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 14/12/2012.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 021/2012.

Meleiro, 04 de Dezembro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

Portaria N.º 403/2012

PORTARIA n.º 403/2012

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora VERIDIANA DA SILVA HERMENEGILDO, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil ACT, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, nível de referência conforme tabela salarial do anexo I da Lei nº 1547/2012 - 1 A - 80%, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em virtude do término das aulas.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 14/12/2012.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 040/2012.

Meleiro, 04 de Dezembro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

Portaria N.º 404/2012

PORTARIA n.º 404/2012

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhorita HORTÊNCIA GOMES, ocupante do cargo de Professora ACT, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, nível de referência conforme tabela salarial do anexo I da Lei nº 1547/2012 - 4 A - 100%, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini, em virtude do término das aulas.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 07/12/2012.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Portarias nº 041/2012 e nº 191/2012.

Meleiro, 04 de Dezembro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

Portaria N.º 405/2012

PORTARIA n.º 405/2012

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora JANAINA PIAZZA, ocupante do cargo de Professora ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, nível de referência conforme tabela salarial do anexo I da Lei nº 1547/2012 - 4 A - 100%, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini, em virtude do término das aulas.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 07/12/2012.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 072/2012.

Meleiro, 04 de Dezembro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

Portaria N.º 406/2012

PORTARIA n.º 406/2012

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSOR.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 1408/2009 e suas alterações, Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º O Senhor JORGE LUIZ CARVALHO CORAL, ocupante do cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, nível de referência conforme tabela salarial do anexo I da Lei n.º 1547/2012 - 4 A - 100%, na Escola de Educação Básica Municipal Jerônimo Paulino Neto, em virtude do término das aulas.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 07/12/2012.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 037/2012.

Meleiro, 04 de Dezembro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

Portaria N.º 407/2012

PORTARIA n.º 407/2012

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 1408/2009 e suas alterações, Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora JOSEMERI PERUCHI MEZARI, ocupante do cargo de Professora ACT, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, nível de referência conforme tabela salarial do anexo I da Lei n.º 1547/2012 - 4 A - 100%, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Toneli Nápoli, em virtude do término das aulas.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 07/12/2012.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 046/2012.

Meleiro, 04 de Dezembro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

Portaria N.º 409/2012

PORTARIA n.º 409/2012

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA POR ALTERAÇÃO TEMPORÁRIA TRANSITÓRIA DE CARGA HORÁRIA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 1408/2009 e suas

alterações, Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A senhora MICHÉLIA FABRIS FERNANDES, ocupante do cargo de Professora, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, nível de referência conforme tabela salarial do anexo I da Lei n.º 1547/2012 - 7 - J, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Luiz de Pelegrini, em virtude do término das aulas.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 07/12/2012.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 070/2012.

Meleiro, 04 de Dezembro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

Portaria N.º 410/2012

PORTARIA n.º 410/2012

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 1408/2009 e suas alterações, Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora RENATA TRAMONTIN TONETTO, ocupante do cargo de Professora ACT, nível de referência conforme tabela salarial do anexo I da Lei n.º 1547/2012 - 4 A - 100%, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Toneli Nápoli, em virtude do término das aulas.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 07/12/2012.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 061/2012.

Meleiro, 04 de Dezembro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

Portaria N.º 411/2012

PORTARIA n.º 411/2012

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSOR.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 1408/2009 e suas alterações, Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º O Senhor RODOLFO ROCHA PIROLA, ocupante do cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, nível de referência conforme tabela anexo I da Lei n.º 1547/2012 - 4 A - 100%, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em virtude do término das aulas.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 14/12/2012.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Portarias nº 025/2012 e nº 260/2012.

Meleiro, 04 de Dezembro de 2012.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

Portaria N.º 412/2012

PORTARIA n.º 412/2012

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA POR ALTERAÇÃO TEMPORÁRIA TRANSITÓRIA DE CARGA HORÁRIA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora ROSANE BRISTOT PIAZZA, ocupante do cargo de Professora, nível de referência conforme tabela salarial do anexo I da Lei nº 1547/2012 - 08 - F, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Toneli Nápoli, em virtude do término das aulas.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 07/12/2012.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 063/2012.

Meleiro, 04 de Dezembro de 2012.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

Portaria N.º 413/2012

PORTARIA n.º 413/2012

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A senhorita SABRINA SILVEIRA, ocupante do cargo de Professora ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, nível de referência conforme tabela salarial do anexo I da Lei nº 1547/2012 - 4 A - 100%, na Escola de Educação Básica Municipal Jerônimo Paulino Neto, em virtude do término das aulas.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 07/12/2012.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 048/2012.

Meleiro, 04 de Dezembro de 2012.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

Portaria N.º 414/2012

PORTARIA n.º 414/2012

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora SANTINA MANOEL FERNANDES, ocupante do cargo de Professora ACT, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, nível de referência conforme tabela salarial do anexo I da Lei nº 1547/2012 - 4 A - 100%, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em virtude do término das aulas.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 07/12/2012.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 029/2012.

Meleiro, 04 de Dezembro de 2012.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

Portaria N.º 415/2012

PORTARIA n.º 415/2012

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA POR ALTERAÇÃO TEMPORÁRIA TRANSITÓRIA DE CARGA HORÁRIA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora VANESSA DELAIR TORETI SCARABELOT, ocupante do cargo de Professora, nível de referência conforme tabela salarial do anexo I da Lei nº 1547/2012 - 08 - I, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em virtude do término das aulas.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 14/12/2012.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 064/2012.

Meleiro, 04 de Dezembro de 2012.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

Portaria N.º 416/2012

PORTARIA n.º 416/2012

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 1408/2009 e suas alterações, Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora ANA PAULA CARDOSO VIEIRA VITORINO, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil ACT, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, nível de referência conforme tabela salarial do anexo I da Lei n.º 1547/2012 - 1 A - 80%, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em virtude do término das aulas.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 14/12/2012.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 030/2012.

Meleiro, 04 de Dezembro de 2012.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

Portaria N.º 417/2012

PORTARIA n.º 417/2012

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 1408/2009 e suas alterações, Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora DEISE MOTA DA BOIT, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil ACT, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, nível de referência conforme tabela salarial do anexo I da Lei n.º 1547/2012 - 1 A - 80%, no Centro Municipal de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho, em virtude do término das aulas.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 14/12/2012.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 028/2012.

Meleiro, 04 de Dezembro de 2012.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

Portaria N.º 418/2012

PORTARIA n.º 418/2012

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 1408/2009 e suas alterações, Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora JUCIANE MARTINS FREZZA, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil ACT, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, nível de referência conforme tabela salarial do anexo I da Lei n.º 1547/2012 - 1 A - 100%, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em virtude do término das aulas.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 14/12/2012.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 027/2012.

Meleiro, 04 de Dezembro de 2012.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

Portaria N.º 419/2012

PORTARIA n.º 419/2012

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 1408/2009 e suas alterações, Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora JULIANA ANTUNES, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil ACT, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, nível de referência conforme tabela salarial do anexo I da Lei n.º 1547/2012 - 1 A - 80%, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em virtude do término das aulas.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 14/12/2012.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 033/2012.

Meleiro, 04 de Dezembro de 2012.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

Portaria N.º 420/2012

PORTARIA n.º 420/2012

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 1408/2009 e suas alterações, Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhorita MARIA DE FÁTIMA DA SILVA ANSELMO, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil ACT, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, nível de referência conforme tabela salarial do anexo I da Lei n.º 1547/2012 - 1 A - 80%, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em virtude do término das aulas.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 14/12/2012.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 019/2012.

Meleiro, 04 de Dezembro de 2012.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

Portaria N.º 421/2012

PORTARIA n.º 421/2012

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 1408/2009 e suas alterações, Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhorita PRISCILA PRESA RONSANI, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil ACT, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, nível de referência conforme tabela salarial do anexo I da Lei n.º 1547/2012 - 1 A - 80%, no Centro Municipal de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho, em virtude do término das aulas.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 14/12/2012.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 073/2012.

Meleiro, 04 de Dezembro de 2012.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

Portaria N.º 422/2012

PORTARIA n.º 422/2012

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 1408/2009 e suas alterações, Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhorita RAIZA MILIOLI, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil ACT, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, nível de referência conforme tabela salarial do anexo I da Lei n.º 1547/2012 - 1 A - 80%, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em virtude do término das aulas.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 14/12/2012.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 020/2012.

Meleiro, 04 de Dezembro de 2012.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

Portaria N.º 423/2012

PORTARIA n.º 423/2012

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 1408/2009 e suas alterações, Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora ROSEMERI SCARPARI PRESA RONZANI, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, nível de referência conforme tabela salarial do anexo I da Lei n.º 1547/2012 - 1 A - 100%, no Centro Municipal de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho, em virtude do término das aulas.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 14/12/2012.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Portarias n.º 024/2012 e n.º 104/2012.

Meleiro, 04 de Dezembro de 2012.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

Portaria N.º 424/2012

PORTARIA n.º 424/2012

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 1408/2009 e suas alterações, Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhorita SABRINA SALVALAIO, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil ACT, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, nível de referência conforme tabela salarial do anexo I da Lei n.º 1547/2012 - 1 A - 80%, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em virtude do término das aulas.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir 14/12/2012.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 039/2012.

Meleiro, 04 de Dezembro de 2012.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

Portaria N.º 425/2012

PORTARIA n.º 425/2012

TRATA DA EXONERAÇÃO DE AUXILIAR DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 1408/2009 e suas alterações, Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora SAMIRA BRISTOT DE FREITAS, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil ACT, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, nível de referência conforme tabela salarial do anexo I da Lei n.º 1547/2012 - 1 A - 80%, no Centro Municipal de Educação Infantil Escadinha do Tempo, em virtude do término das aulas.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 14/12/2012.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 259/2012.

Meleiro, 04 de Dezembro de 2012.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

Portaria N.º 426/2012

PORTARIA n.º 426/2012

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSOR.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 1408/2009 e suas alterações, Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º O Senhor ANDERSON VENSON DAL PONT, ocupante do cargo de Professor ACT, nível de referência conforme tabela salarial do anexo I da Lei n.º 1547/2012 - 4 A - 100%, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Escolinha de Treinamento - Futsal, em virtude do término das aulas .

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 10/12/2012.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 044/2012.

Meleiro, 04 de Dezembro de 2012.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

Portaria N.º 427/2012

PORTARIA n.º 427/2012

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSOR.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 1408/2009 e suas alterações, Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º O Senhor GILIARDI DA SILVA HERMENEGILDO, ocupante do cargo de Professor ACT, nível de referência conforme tabela salarial do anexo I da Lei n.º 1547/2012 - 4 A - 100%, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Escolinha de Treinamento - Futebol de Campo, em virtude do término das aulas.

Art. 2.º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 10/12/2012.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 043/2012.

Meleiro, 04 de Dezembro de 2012.

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

Portaria N.º 428/2012

PORTARIA n.º 428/2012

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de

2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, ao servidor CLÁUDIO JOSÉ TOMAZI, ocupante do cargo de Vice-prefeito, conforme atestado médico, por um período de até 15 (quinze) dias.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 05/12/2012.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 07 de Dezembro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

Portaria Nº 408/2012

PORTARIA nº 408/2012

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 910/2002, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhorita KARINELE RONCHI, ocupante do cargo de Professora ACT, nível de referência conforme tabela salarial do anexo I da Lei nº 1547/2012 - 1 A - 80%, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Toneli Nápoli, em virtude do término das aulas.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 07/12/2012.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 245/2012.

Meleiro, 04 de Dezembro de 2012.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

Extrato Contratual - Contrato Nº. 007/2012

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 007/2012

Contratante: SAMAE - SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO.

Contratado: HIDRO POÇOS PERFURAÇÃO LTDA ME

Objeto: Prestação de serviço com equipamento especializado na perfuração de um poço artesianos com fornecimento de bomba submersa, para a Estação de Tratamento de Água - ETA.

Valor: R\$ 13.100,00

Vigência: Início: 29/11/2012 Término: 31/12/2012.

Data da assinatura: 29 de novembro de 2012.

Extrato Contratual - Contrato Nº. 120/2012

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 120/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: PREMEL MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (mangueiras decorativas) PARA DECORAÇÃO NATALINA DE PRÉDIOS E PRAÇAS MUNICIPAIS.

Valor: R\$ 12.410,00

Vigência: Início: 21/11/2012 Término: 31/12/2012.

Data da assinatura: 21 de novembro de 2012.

Extrato Contratual - Contrato Nº. 121/2012

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 121/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: SANTOS BORGES GENUÍNO

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA DECORAÇÃO NATALINA DE PRÉDIOS E PRAÇAS MUNICIPAIS.

Valor: R\$ 4.500,00

Vigência: Início: 21/11/2012 Término: 31/12/2012.

Data da assinatura: 21 de novembro de 2012.

Monte Carlo

PREFEITURA

Edital do Pregão Presencial Nº 29/2012

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 47/2012

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2012

REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇO para contratações futuras do objeto abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município - Rodovia SC 456 Km 15, Centro, Monte Carlo, SC. Os envelopes deverão ser entregues até as 13:45 horas do dia 20/12/2012 ou do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

1 - DO OBJETO

1.1 - O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS

DE VALOR DE SERVIÇO DE LAVAÇÃO, ENGRAXE, CONserto E MONTAGENS DE PNEUS, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA PARA FROTA DE VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE PROPRIEDADE DO MUNICIPIO E DE SEUS FUNDOS, COM A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA SEDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO.

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Prefeitura Municipal de Monte Carlo, sala de Licitações da Secretaria de Administração e Finanças, situada na Rodovia SC 456 km 15. HORÁRIO: Das 12:00 às 17:00 .TELEFONE/FAX: (0**49) 546- 0194, e ainda na pagina www.montecarlo.sc.gov.br.

MONTE CARLO, 06/12/2012.
ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Errata de Extrato de Edital Pregão 27/2012

ERRATA DE EXTRATO DE EDITAL PREGÃO 27/2012

PROCESSO DE LICITAÇÃO 45/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2012

A Prefeitura Municipal de Monte Carlo-SC, com sede na Rodovia SC 456, KM 15 - Centro, fone (49) 3546 0194, e-mail compras@montecarlo.sc.gov.br, torna público que realizará licitação sob a modalidade de pregão presencial do tipo empreitada por preço global, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislação pertinente, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital. Os envelopes contendo propostas e documentos de habilitação, bem como a documentação para o credenciamento das empresas serão recebidos no Setor de Compras e Licitações do órgão licitante, sito no endereço mencionado no preâmbulo, até a data de 18/12/2012, até as 13:45 hs, para protocolo dos envelopes, e início da sessão pública de abertura dos envelopes e processamento do pregão às 14:00 hs do mesmo dia, podendo haver remessa por via postal, sob conta e risco das proponentes interessadas, às quais descaberão reclamações por atrasos de entrega, ainda que por motivo de força maior.

Onde se ler:

1 - DO OBJETO

1.1 - O presente pregão tem como objeto A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA ADMINISTRATIVA NA ÁREA DE IMPRENSA, BEM COMO SERVIÇOS DE EDIÇÃO E VINCULAÇÃO DE NOTÍCIAS DA MUNICIPALIDADE NA IMPRENSA FALADA NO AMBITO MUNICIPAL, PARA SECRETARIAS E FUNDOS do Município de Monte Carlo, POR VALOR MENSAL.

LEIA-SE:

1 - DO OBJETO

1.1 - O presente pregão tem como objeto A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAR A CONTRATANTE SISTEMAS DE INFORMÁTICA PARA SECRETARIAS E FUNDOS do Município de Monte Carlo, POR VALOR MENSAL.

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Prefeitura Municipal de Monte Carlo, sala de Licitações da Secretaria de Administração e Finanças, situada na Rodovia SC 456 km 15. HORÁRIO: Das 08:00 às 17:00 .TELEFONE/FAX: (0**49) 546- 0194, e ainda na pagina www.montecarlo.sc.gov.br.

MONTE CARLO, 06/12/2012.
ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº 188/2012 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 188/2012 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (LEITE, BEBIDA LÁCTEA E SUCOS) DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A MERENDA ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (FUNDAMENTAL, EDUCAÇÃO INFANTIL E CRECHES) DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC PARA O ANO DE 2013. Data da entrega dos envelopes: até às 08:30 hs do dia 21/12/2012. Abertura envelopes: às 08:40 hs do dia 21/12/2012. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 07 de dezembro de 2012.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Resultado

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

Navegantes - SC, 4 de dezembro de 2012

EDITAL nº 008/2012- 02/SMEN

Defere e homologa o Resultado Final do Processo de Habilitação para Alteração de Carga Horária dos ocupantes do cargo efetivo de Professor do quadro do Magistério Público Municipal de Navegantes.

A Secretaria de Educação defere e homologa o Resultado Final do Processo de Habilitação para Alteração de Carga Horária dos ocupantes do cargo efetivo de Professor do quadro do Magistério Público Municipal de Navegantes de acordo com a Lei Complementar nº 072 de 08 de janeiro de 2010 que trata do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Navegantes.

1. Do Deferimento

1.1. Pelo presente Edital, ficam Deferido e homologado a Classificação e o Quadro de Vagas destinados a Habilitação para Processo de Alteração de Carga Horária dos Anexos I, II, III, IV, V e IV indicadas nos termos do Edital nº. 008/2012/SMEN de 09 de novembro de 2012.

1.2. Os servidores relacionados no item 1.1 deste edital, atenderam as indicações do Edital nº. 008/2012/SMEN de 09 de novembro de 2012.

1.3. À Secretaria Municipal de Educação cabe atender aos subitens do Edital nº. 008/2012/SMEN de 09 de novembro de 2012.

2. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria de Educação de comum acordo com seu Departamento Administrativo.

Navegantes (SC), 04 de dezembro de 2012

ANTÔNIO CARLOS ROMÃO CARMONA

Secretário de Educação

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DA SEC. EDUCAÇÃO

CNPJ Nº 83.102.855/0001-50

CLASSIFICAÇÃO DOS INSCRITOS NO PROCESSO DE HABILITAÇÃO DESTINADO A ALTERAÇÃO DA CARGA HORARIA - PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTOS
1º	JOICE DA SILVA POPOVISK	345
2º	ROSA MARIA DUARTE AMORIM	290
3º	NEUSETTE MADALENA SLOMSKI CATARINA	186
4º	IRENE CATANEO	181
5º	GISELI ZIMMERMANN	167
6º	ELOISA FERNANDES	146
7º	ADENISE APARECIDA MAFRA SOARES	144
8º	SALETE DE FATIMA DA LUZ AGLIARDI	130
9º	ELISANDRA PEREIRA BENTO	110
10º	SABRINA GRACIELA APARECIDA DE SOUZA CARTURANO	110
11º	JANILCE ORTENCIA RAULINO	60

QUADRO DE VAGAS DISPONIVEIS PARA O PROCESSO DE HABILITAÇÃO PARA ALTERAÇÃO - PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Nº.	UNIDADE ESCOLAR	TURNO	C.H.
01	C.M.E.I. PROFª. ELVIRA PIERRE DA SILVA	VESPERTINO	20
02	C.M.E.I. PROFª. SOLANGE PASCUALI DE SOUZA	MATUTINO	20
03	C.M.E.I. PROFª. SOLANGE PASCUALI DE SOUZA	VESPERTINO	20
04	C.M.E.I. PROFª. MARLENE DE SOUZA COUTO	MATUTINO	20
05	C.M.E.I. PROFª. MARLENE DE SOUZA COUTO	MATUTINO	20
06	C.M.E.I. PROFª. MARLENE DE SOUZA COUTO	VESPERTINO	20
07	C.M.E.I. PROFª. MARLENE DE SOUZA COUTO	VESPERTINO	20
08	C.M.E.I. PROFª. MARLENE DE SOUZA COUTO	VESPERTINO	20
09	C.M.E.I. PROFª. MARLENE DE SOUZA COUTO	VESPERTINO	20
10	C.M.E.I. PROFª. MARLENE DE SOUZA COUTO	VESPERTINO	20
11	C.M.E.I. PEDACINHO DO CEU	MATUTINO	20
12	C.M.E.I. PEDACINHO DO CEU	VESPERTINO	20
13	C.M.E.I. PROFª. MARTINHA CORREA DA SILVA	VESPERTINO	20
14	C.E. PROFª. BERNARDETE MARIA SEDREZ DA SILVA	VESPERTINO	20
15	C.M.E.I. PROFª. DIDYMEA LAZZARES DE OLIVEIRA	MATUTINO	20
16	C.M.E.I. PROFª. LEONORA SCHIMITZ	VESPERTINO	20
17	C.M.E.I. PROFª. SILVETE COUTO DE MIRANDA	MATUTINO	20
18	C.M.E.I. PROFª. SILVETE COUTO DE MIRANDA	VESPERTINO	20

19	C.M.E.I. PROFª. SILVETE COUTO DE MIRANDA	VESPERTINO	20
20	C.M.E.I. PROFª. SILVETE COUTO DE MIRANDA	VESPERTINO	20
21	EXT. - C.M.E.I. PROFª. SILVETE COUTO DE MIRANDA	VESPERTINO	20
22	EXT. - C.M.E.I. PROFª. SILVETE COUTO DE MIRANDA	VESPERTINO	20
23	C.M.E.I. PROFª. MARIA DAS NEVES EMILIO	MATUTINO	20
24	C.M.E.I. PROFª. MARIA DAS NEVES EMILIO	MATUTINO	20
25	C.M.E.I. PROFª. NEROZILDA PINHEIRO FERREIRA	MATUTINO	20
26	C.M.E.I. PROFª. NEROZILDA PINHEIRO FERREIRA	VESPERTINO	20
27	C.M.E.I. PROFª. NEROZILDA PINHEIRO FERREIRA	VESPERTINO	20
28	C.M.E.I. PROFª. ROSANA DE FATIMA GAYA BARRETO	MATUTINO	20
29	C.M.E.I. PROFª. ROSANA DE FATIMA GAYA BARRETO	MATUTINO	20
30	C.M.E.I. PROFª. ROSANA DE FATIMA GAYA BARRETO	MATUTINO	20
31	C.M.E.I. PROFª. ROSANA DE FATIMA GAYA BARRETO	VESPERTINO	20
32	C.M.E.I. PROFª. ROSANA DE FATIMA GAYA BARRETO	VESPERTINO	20
33	C.M.E.I. PROFª. REGINA MARLY DA COSTA	MATUTINO	20
34	C.M.E.I. PROFª. REGINA MARLY DA COSTA	MATUTINO	20
35	C.M.E.I. PROFª. REGINA MARLY DA COSTA	VESPERTINO	20
36	C.M.E.I. PROFª. REGINA MARLY DA COSTA	VESPERTINO	20
37	C.M.E.I. PROFª. REGINA MARLY DA COSTA	VESPERTINO	20
38	CRECHE - CAIC - C.E. PROFª. Mª. DE LOURDES C. CABRAL	MATUTINO	20
39	CRECHE - CAIC - C.E. PROFª. Mª. DE LOURDES C. CABRAL	VESPERTINO	20
40	C.M.E.I. PROFª. MARIA CARLOTA VIEIRA	MATUTINO	20
41	C.M.E.I. PROFª. MARIA CARLOTA VIEIRA	MATUTINO	20

CLASSIFICAÇÃO DOS INSCRITOS NO PROCESSO DE HABILITAÇÃO DESTINADO A ALTERAÇÃO DA CARGA HORARIA - PROFESSORES DE ANOS INICIAIS

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
1º	ELIANE CIDRAL DA SILVA	272
2º	ELIETE AMARO	226
3º	RITA DE CASSIA DA CUNHA BITTENCOURT	208
4º	MARIA FATIMA DA SILVA RIBEIRO	200
5º	MARISA CORREA	190
6º	ANA MARIA ANGIOLETTI	190
7º	MIRIAM VIEIRA	176
8º	JOCELENE LEAL DE SOUZA	175
9º	MARCIA SACAVEM MIRANDA	165
10º	CLAUDIANE PIERRE	140
11º	JOANA MARIA DA SILVA WALKER	139
12º	ANDREIA STEFAN	115

13º	SAMANTHA GABRIELA FARIA DA SILVA	75
14º	VANI FRANCISCA INACIO	68
15º	CRISTIANI MARIA AMORIM	64
16º	RITA ROSE KORMANN	60

QUADRO DE VAGAS DISPONIVEIS PARA O PROCESSO DE HABILITAÇÃO PARA ALTERAÇÃO DE CARGA HORARIA - PROFESSORES DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Nº. DE VAGAS	UNIDADE ESCOLAR	PERIODO
01	E.M. PROFª. ILKA MULLER DE MELLO	VESPERTINO
01	E.M. PROFª. MARIA IVONE MULLER DOS SANTOS	VESPERTINO
01	C.E.M. PROFª. GIOVANA SOARES DA CUNHA	VESPERTINO

CLASSIFICAÇÃO DOS INSCRITOS NO PROCESSO DE HABILITAÇÃO DESTINADO A ALTERAÇÃO DA CARGA HORARIA - PROFESSORES DE ENSINO FUNDAMENTAL II

DISCIPLINA: LINGUA PORTUGUESA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
1º	MAIRA PALUMBO PACHECO	384
2º	ZILDA SANTOS DE LIRA	217
3º	JULIANA DA SILVA JUTTEL	98

DISCIPLINA : MATEMATICA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
1º	GISELENE RODRIGUES	46

DISCIPLINA: HISTORIA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
1º	SCHEILA ADRIANA DO CARMO	147
2º	ANDRÉ LUIZ TAMANINI	66
3º	ROSMEIRE PEREIRA F. DE SOUZA	65

DISCIPLINA: LINGUA INGLESA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
1º	MARILUCIA DE OLIVEIRA SAID	215
2º	VOLMAR ADRIANO JUNIOR	168

QUADRO DE VAGAS DISPONIVEIS PARA O PROCESSO DE HABILITAÇÃO PARA ALTERAÇÃO DE CARGA HORARIA - PROFESSORES DE ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL II

DISCIPLINA: LINGUA PORTUGUESA

Nº	UNIDADE ESCOLAR	CARGA HORARIA	PERIODO
1	E.M. PROFª. MARIA HOSTIM DA COSTA	10	VESPERTINO
2	E.M. PROFª. MARIA IVONE MULLER DOS SANTOS	10	MATUTINO
3	E.M. PROFª. MARIA IVONE MULLER DOS SANTOS	10	VESPERTINO

DISCIPLINA: MATEMATICA

Nº	UNIDADE ESCOLAR	CARGA HORARIA	PERIODO
1.	E.M. PROFª. VILNA CORREA PRETTI	20	MATUTINO

2.	E.M. PROFª. ROSA MARIA XAVIER DE ARAUJO	20	VESPERTINO
3.	E.M. PROFª. MARIA HOSTIM DA COSTA	20	MAT/VES
4.	E.M. PROFª. NEUSA MARIA REBELLO VIEIRA	20	MATUTINO
5.	E.M. PROFª. NEUSA MARIA REBELLO VEIRA	20	MAT/VES
6.	E.M. PROFª. MARIA IVONE MULLER DOS SANTOS	20	MATUTINO
7.	E.M. PROFª. MARIA IVONE MULLER DOS SANTOS	10	VESPERTINO

DISCIPLINA: CIENCIAS

Nº	UNIDADE ESOLAR	CARGA HORARIA	PERIODO
1.	E.M. PROFª. VILNA CORREA PRETTI	10	VESPERTINO
2.	E.M. PROFª. MARIA HOSTIM DA COSTA	10	VESPERTINO
3.	E.M. PROFª. BADIA DE FARIA	10	MATUTINO
4.	E.M. PROFª. NEUSA MARIA REBELLO VIEIRA	20	MAT/VES
5.	E.M. PROFª. MARIA IVONE MULLER DOS SANTOS	20	MATUTINO
6.	E.M. PROFª. MARIA IVONE MULLER DOS SANTOS	20	MAT/VES
7.	E.M. PROFª. MARIA IVONE MULLER DOS SANTOS	20	VESPERTINO

DISCIPLINA: HISTORIA

Nº	UNIDADE ESOLAR	CARGA HORARIA	PERIODO
1.	E.M. PROFª. MARIA TEREZA LEAL	20	MATUTINO
2.	E.M. PROFª. MARIA HOSTIM DA COSTA	10	VESPERTINO
3.	E.M. PROFª. ILKA MULLER DE MELLO	20	MATUTINO
4.	E.M. PROFª. MARIA IVONE MULLER DOS SANTOS	20	MATUTINO
5.	E.M. PROFª. MARIA IVONE MULLER DOS SANTOS	10	VESPERTINO

DISCIPLINA: GEOGRAFIA

Nº	UNIDADE ESOLAR	CARGA HORARIA	PERIODO
1.	E.M. PROFª. ROSA MARIA XAVIER DE ARAUJO	10	VESPERTINO
2.	E.M. PROFª. NEUSA MARIA REBELLO VIEIRA	20	MAT/VES
3.	E.M. PROFª. MARIA IVONE MULLER DOS SANTOS	20	MATUTINO
4.	E.M. PROFª. MARIA IVONE MULLER DOS SANTOS	20	MAT/VES
5.	CAIC	10	VESPERTINO

DISCIPLINA: LINGUA INGLESA

Nº	UNIDADE ESOLAR	CARGA HORARIA	PERIODO
1.	E.M. PROFª. VILNA CORREA PRETTI	10	VESPERTINO
2.	E.M. PROFª. MARIA HOSTIM DA COSTA	10	MAT/VES

DISCIPLINA: ARTES

Nº	UNIDADE ESOLAR	CARGA HORARIA	PERIODO
1.	E.M. PROFª. ROSA MARIA XAVIER DE ARAUJO	10	VESPERTINO
2.	E.M. PROFª. MARIA HOS-TIM DA COSTA	20	MAT/VES
3.	E.M. PROFª. NEUSA MARIA REBELLO VIEIRA	10	MAT/VES
4.	CAIC	20	MATUTINO

DISCIPLINA: ENSINO RELIGIOSO

Nº	UNIDADE ESOLAR	CARGA HORARIA	PERIODO
1.	E.M. PROFª. ROSA MARIA XAVIER DE ARAUJO	10	MAT/VES
2.	E.M. PROFª. MARIA HOS-TIM DA COSTA	10	MAT/VES
3.	E.M. PROFª. ILKA MULLER DE MELLO	10	MATUTINO
4.	E.M. PROFª. ELSIR BERNARDETE GAYA MULLER	10	MAT/VES
5.	E.M. PROFª. NEUSA MARIA REBELLO VIEIRA	10	MATUTINO
6.	E.M. PROFª. MARIA IVONE MULLER DOS SANTOS	20	MAT/VES
7.	CAIC	20	MAT/VES

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO FÍSICA

Nº	UNIDADE ESOLAR	CARGA HORARIA	PERIODO
1.	E.M. PROFª. VILNA CORREA PRETTI	10	MATUTINO
2.	E.M. PROFª. MARIA HOSTIM DA COSTA	10	MATUTINO
3.	E.M. PROFª. MARIA HOSTIM DA COSTA	20	MATUTINO
4.	E.M. PROFª. MARIA HOSTIM DA COSTA	20	VESPERTINO
5.	E.M. PROFª. IZILDA REISER MAFRA	10	VESPERTINO
6.	E.M. PROFª. MARIA IVONE MULLER DOS SANTOS	10	MATUTINO
7.	E.M. PROFª. MARIA IVONE MULLER DOS SANTOS	20	MATUTINO
8.	CAIC	20	VESPERTINO
9.	CAIC	20	VESPERTINO
10.	E.M. PROFª MARIA REGINA GAZANIGA DA COSTA	20	MATUTINO
11.	E.M. PROFª MARIA REGINA GAZANIGA DA COSTA	20	VESPERTINO

ANTÔNIO CARLOS ROMÃO CARMONA
Secretário de Educação

Nova Trento

PREFEITURA

Contrato Nº 152/2012
CONTRATO Nº 152/2012

Origem: Processo Licitatório Nº 088/2012, Carta Convite Nº 002/2012. Homologação: 04/12/2012. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratada: ANDRADE & AMORIM PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM LTDA. ME., estabelecida a Rua Dr. Almir Zunino, nº 564, Jardim São Paulo, cidade de São João Batista/SC, CNPJ/MF nº 07.258.202/0001-87. Objeto do Contrato: Execução de serviços, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários, para Construção de Muros de divisa da Escola de Ensino Fundamental Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, localizado na Rua Francisco Dalsenter, 32, bairro Trinta Réis, Nova Trento/SC, conforme especificações do Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Convite e seus anexos. O valor global é de R\$ 105.065,56 (Cento e cinco mil, sessenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos).

Nova Trento, 04 de dezembro de 2012.
ORIVAN JARBAS ORSI
Prefeito Municipal

Palhoça

PREFEITURA

Errata 01 Pregão 195-2012
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
ERRATA 01
PREGÃO Nº. 195/2012

O Município de Palhoça torna público que houve alteração no edital convocatório PREGÃO nº. 195/2012, ficando apazado entrega dos envelopes e abertura da proposta para dia 20/12/2012 às 08:30 e sessão de lances dia 09/01/2013 às 08:30. Os interessados poderão obter as alterações, na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Ilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC., na Sala da Comissão Permanente de Licitação ou site www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 07 de dezembro de 2012
RONÉRIO HERDESCHEIDT
Prefeito Municipal.



PEGASO
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;

www.ciga.sc.gov.br

Paulo Lopes

PREFEITURA

Lei Nº. 1539 de 06 de Dezembro de 2012

LEI Nº. 1539 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2012

Autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, no orçamento fiscal vigente, suplementar as dotações abaixo, no limite de R\$ 292.000,00 (duzentos e noventa e dois mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

0501 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 105.900,00
 12.361.0018.1.008 - Construção e Ampliação de Escolas R\$ 3.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00
 12.365.0018.2010 - Manutenção da Educação Infantil R\$ 4.900,00
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 400,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 500,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
 12.361.0018.2011 - Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 78.000,00
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas R\$ 45.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas R\$ 18.000,00
 12.365.0018.2012 - Manutenção da Merenda Escolar R\$ 5.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 12.361.0018.2013 - Manutenção da Merenda Escolar R\$ 5.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 12.361.0018.2015 - Manutenção do Transporte Escolar R\$ 10.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

0801 - SEC. DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$ 15.000,00
 26.782.0031.1.029 - Manutenção da Secretaria de Obras R\$ 10.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 17.511.0034.2.036 - Manutenção da Rede de Tratamento de Água R\$ 5.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

1101 - SEC. CULTURA, TURISMO E MEIO AMBIENTE R\$ 3.000,00
 13.392.0051.2.049 - Manut. da Sec. de Cultura, Turismo e Meio Ambiente R\$ 3.000,00
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

1301 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 168.100,00
 10.301.0025.2.056 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

R\$ 118.100,00
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 107.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.0.2.14.002000 - Aplicações Diretas R\$ 1.100,00
 10.301.0025.2.057 - Manutenção do Programa Saúde da Família R\$ 50.000,00
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º desta Lei será atendido pela anulação das dotações abaixo identificadas no valor de R\$ 292.000,00 (duzentos e noventa e dois mil reais):

0201 - GABINETE DO PREFEITO R\$ 15.000,00
 04.122.0009.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito R\$ 15.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 16.600,00
 04.122.0009.2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 16.600,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 6.600,00

0401 - SECRETARIA DE FINANÇAS R\$ 900,00
 04.123.0012.2.005 - Manutenção da Secretaria de Finanças R\$ 900,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 900,00

0501 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 40.100,00
 12.361.0018.1.006 - Aquisição de Veículo Escolar R\$ 33.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas R\$ 33.000,00
 12.365.0018.2010 - Manutenção da Educação Infantil R\$ 6.600,00
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.600,00
 12.361.0018.2011 - Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 500,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas R\$ 500,00

0601 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER R\$ 1.000,00
 27.812.0021.2.019 - Apoio ao Esporte Amador R\$ 1.000,00
 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

0701 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE R\$ 10.700,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 7.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 3.700,00

0702 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL R\$ 9.000,00
 08.244.0028.2.022 - Atendimento as Famílias Carentes R\$ 7.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 7.000,00
 08.244.0028.2.023 - Integração dos Idosos R\$ 2.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00



0801 - SEC. DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$ 103.100,00
 26.782.0031.1.031 - Pavimentação de Ruas R\$ 96.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 96.000,00
 26.782.0031.1.032 - Aquisição de Equipamentos R\$ 5.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 26.782.0031.1.067 - Construção de Pontes R\$ 1.100,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.100,00
 17.511.0034.2.036 - Manutenção da Rede de Tratamento de Água R\$ 1.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

0901 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO E FAMÍLIA R\$ 8.600,00
 16.482.0040.2.040 - Manutenção da Secretaria de Habitação e Família R\$ 8.600,00
 3.1.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 6.100,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

1101 - SEC. CULTURA, TURISMO E MEIO AMBIENTE R\$ 6.000,00
 13.392.0051.2.049 - Manut. da Sec. de Cultura, Turismo e Meio Ambiente R\$ 6.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

1201 - ENCARGOS GERAIS R\$ 30.000,00
 28.843.0000.0.053 - Amortização da Dívida Interna R\$ 30.000,00
 4.6.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

1301 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 51.000,00
 10.301.0025.1.055 - Construção e Ampliação de Unidades de Saúde R\$ 2.300,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 2.300,00
 10.301.0025.1.065 - Aquisição de Veículos e Equipamentos R\$ 200,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 200,00
 10.301.0025.2.056 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde R\$ 41.300,00
 3.1.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 27.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.200,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.2.14.002000 - Aplicações Diretas R\$ 1.100,00
 10.301.0025.2.057 - Manutenção do Programa Saúde da Família R\$ 4.400,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 4.400,00
 10.301.0025.2.059 - Manutenção do Programa Saúde Bucal R\$ 1.800,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 800,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
 10.301.0025.2.057 - Manutenção da Assistência Farmacêutica R\$ 1.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes, em 07 de dezembro de 2012.
 EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
 Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 10 de dezembro de 2012.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
 Sec. Mun. de Administração

Decreto Nº 56 /2012.

DECRETO Nº 56 /2012.

Autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

Art. 1º - Fica suplementado, no orçamento fiscal vigente, as dotações abaixo, no limite de R\$ 292.000,00 (duzentos e noventa e dois mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

0501 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 105.900,00
 12.361.0018.1.008 - Construção e Ampliação de Escolas R\$ 3.000,00
 4.4.90.00.00.00.00.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00
 12.365.0018.2010 - Manutenção da Educação Infantil R\$ 4.900,00
 3.1.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 400,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 500,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00
 12.361.0018.2011 - Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 78.000,00
 3.1.90.00.00.00.00.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas R\$ 45.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas R\$ 18.000,00
 12.365.0018.2012 - Manutenção da Merenda Escolar R\$ 5.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 12.361.0018.2013 - Manutenção da Merenda Escolar R\$ 5.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
 12.361.0018.2015 - Manutenção do Transporte Escolar R\$ 10.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

0801 - SEC. DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$ 15.000,00
 26.782.0031.1.029 - Manutenção da Secretaria de Obras R\$ 10.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 17.511.0034.2.036 - Manutenção da Rede de Tratamento de Água R\$ 5.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

1101 - SEC. CULTURA, TURISMO E MEIO AMBIENTE R\$ 3.000,00
 13.392.0051.2.049 - Manut. da Sec. de Cultura, Turismo e Meio



Ambiente R\$ 3.000,00

3.1.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

1301 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 168.100,00

10.301.0025.2.056 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde R\$ 118.100,00

3.1.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 107.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.2.14.002000 - Aplicações Diretas R\$ 1.100,00

10.301.0025.2.057 - Manutenção do Programa Saúde da Família R\$ 50.000,00

3.1.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste decreto será atendido pela anulação das dotações abaixo identificadas no valor de R\$ 292.000,00 (duzentos e noventa e dois mil reais):

0201 - GABINETE DO PREFEITO R\$ 15.000,00

04.122.0009.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito R\$ 15.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

0301 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO R\$ 16.600,00

04.122.0009.2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração R\$ 16.600,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 6.600,00

0401 - SECRETARIA DE FINANÇAS R\$ 900,00

04.123.0012.2.005 - Manutenção da Secretaria de Finanças R\$ 900,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 900,00

0501 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO R\$ 40.100,00

12.361.0018.1.006 - Aquisição de Veículo Escolar R\$ 33.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.19.000000 - Aplicações Diretas R\$ 33.000,00

12.365.0018.2010 - Manutenção da Educação Infantil R\$ 6.600,00

3.1.90.00.00.00.00.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.600,00

12.361.0018.2011 - Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 500,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas R\$ 500,00

0601 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER R\$ 1.000,00

27.812.0021.2.019 - Apoio ao Esporte Amador R\$ 1.000,00

3.1.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

0701 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE R\$ 10.700,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 3.700,00

0702 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL R\$ 9.000,00

08.244.0028.2.022 - Atendimento as Famílias Carentes R\$ 7.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

08.244.0028.2.023 - Integração dos Idosos R\$ 2.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

0801 - SEC. DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS R\$ 103.100,00

26.782.0031.1.031 - Pavimentação de Ruas R\$ 96.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 96.000,00

26.782.0031.1.032 - Aquisição de Equipamentos R\$ 5.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

26.782.0031.1.067 - Construção de Pontes R\$ 1.100,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.100,00

17.511.0034.2.036 - Manutenção da Rede de Tratamento de Água R\$ 1.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

0901 - SECRETARIA DE HABITAÇÃO E FAMÍLIA R\$ 8.600,00

16.482.0040.2.040 - Manutenção da Secretaria de Habitação e Família R\$ 8.600,00

3.1.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 6.100,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

1101 - SEC. CULTURA, TURISMO E MEIO AMBIENTE R\$ 6.000,00

13.392.0051.2.049 - Manut. da Sec. de Cultura, Turismo e Meio Ambiente R\$ 6.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

1201 - ENCARGOS GERAIS R\$ 30.000,00

28.843.0000.0.053 - Amortização da Dívida Interna R\$ 30.000,00

4.6.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

1301 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 51.000,00

10.301.0025.1.055 - Construção e Ampliação de Unidades de Saúde R\$ 2.300,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 2.300,00

10.301.0025.1.065 - Aquisição de Veículos e Equipamentos R\$ 200,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 200,00

10.301.0025.2.056 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde R\$ 41.300,00

3.1.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 27.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.200,00

4.4.90.00.00.00.00.0.2.14.002000 - Aplicações Diretas R\$ 1.100,00

10.301.0025.2.057 - Manutenção do Programa Saúde da Família R\$ 4.400,00

4.4.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 4.400,00

10.301.0025.2.059 - Manutenção do Programa Saúde Bucal R\$ 1.800,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 800,00



4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
10.301.0025.2.057 - Manutenção da Assistência Farmacêutica R\$ 1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paulo Lopes, em 07 de dezembro de 2012.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 10 de dezembro de 2012.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Sec. Mun. de Administração

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Decreto Nº 3.713, de 05 de Dezembro de 2012.

DECRETO Nº 3.713, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2012.
DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.546 de 05 de outubro de 2011:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação no valor de R\$ 3.980,00 (Três mil, novecentos e oitenta reais) na Dotação Orçamentária a seguir discriminada:

02 CHEFIA DO EXECUTIVO

0204 Secretaria da Saúde e do bem estar social

0204.10 Saúde

0204.10.306 Alimentação e Nutrição

0204.10.306.1002 Alimentação Escolar

0204.10.306.1002.4030 Programa Supl. De alimentação escolar

3390-0000 Aplicações Diretas R\$ 3.980,00

Fonte 0160

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais, fica utilizado o valor de R\$ 3.980,00 (Três mil novecentos e oitenta reais), por conta do Excesso de Arrecadação apurado até 05 de dezembro de 2012 na fonte de recursos da alimentação escolar.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC,
05 DE DEZEMBRO DE 2012.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 374, de 29 de Outubro de 2012.

PORTARIA Nº 374, DE 29 DE OUTUBRO DE 2012.

EXONERA, A PEDIDO, MARINÊZ BEAL PARTYKA DA FUNÇÃO PÚBLICA DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- EXONERAR, a pedido, MARINÊZ BEAL PARTYKA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 437.589.409-15, da função em caráter temporário de Professora de Educação Infantil e ensino fundamental, nível ACT IV, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimento previsto em lei, a partir desta data.

Art. 2º - esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 29 de outubro de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 29 de outubro de 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 375, de 01 de Novembro de 2012.

PORTARIA Nº 375, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

EXONERA, A PEDIDO, ESTELA MARI DE COSTA DENARDI DO CARGO EFETIVO DE TÉCNICO EM RECURSOS HUMANOS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- EXONERAR, a pedido, ESTELA MARI DE COSTA DENARDI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 799.944.239-91, do cargo efetivo de Técnico em Recursos Humanos, Lotada na Secretaria de Administração, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimento previsto em lei, a partir desta data.

Art. 2º - esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de novembro de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 01 de novembro de 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 376, de 01 de Novembro de 2012.

PORTARIA Nº 376, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012.

EXONERA, A PEDIDO, GUIDO PEDRO ANTES DO CARGO EFETIVO DE OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- EXONERAR, a pedido, GUIDO PEDRO ANTES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº. 501.900.089-20, do cargo efetivo de Operador de Trator Agrícola, Lotado na Secretaria de Transportes e Obras, com carga horária de 40 horas semanais, e vencimento previsto em lei, a partir desta data.

Art. 2º - esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de novembro de 2012.

Centro Administrativo Municipal, 01 de novembro de 2012.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Editais de Licitação Nº 060/2012 Modalidade Pregão Presencial**AVISO DE LICITAÇÃO**

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 060/2012

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 21/12/2012, licitação modalidade Pregão Presencial n. 060/2012, tendo como objeto, a contratação de serviço de transporte escolar - CURSO SUPERIOR E ESPECIALIZAÇÃO GRAU SUPERIOR -período matutino do município de Pinheiro Preto, ano letivo de 2013.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 21/12/2012, até às 09:15 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 09:30 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-35622000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC,
05 DE DEZEMBRO DE 2012

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Porto Belo**PREFEITURA****Decreto Nº 1050/2012**

DECRETO Nº 1050/2012

"Decreta ponto facultativo e estabelece horário de funcionamento conforme menciona."

OSVALDO CLAUDINO RAMOS FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo nos dias 24, 26, 27, 28 e 31 de dezembro do ano em curso nos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Nos dias 26, 27 e 28 de dezembro de 2012 o Departamento de Tributação prestará atendimento ao público no horário compreendido das 08 horas às 12 horas.

Art. 3º O disposto neste Decreto não abrange os serviços considerados de natureza essencial.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo - SC, aos 7 dias do mês de dezembro de 2012.

OSVALDO CLAUDINO RAMOS FILHO

Prefeito

Decreto Nº 1051/2012

DECRETO Nº 1051/2012

"Fixa calendário de vencimento dos Tributos Municipais para o Exercício de 2013".

Osvaldo Claudino Ramos Filho, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, bem como a Lei Municipal nº 1.071/98 - Código Tributário Municipal,

Decreta:

Art. 1º O calendário de vencimentos dos tributos municipais para o exercício de 2013, nos termos do artigo 243 e parágrafos da Lei Municipal nº 1.071/98, será o que segue:

I - Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU:

- a) 1ª parcela única - 31 de janeiro, com o desconto de 10%;
- b) 2ª parcela única - 28 de fevereiro, com o desconto de 5%;
- c) Pagamento parcelado: em até 10 parcelas, com vencimento da primeira parcela em 31 de janeiro de 2013, e as demais no último dia de cada mês subsequente;
- d) Desconto adicional: Ao contribuinte que no ano de 2012, efetuou o pagamento com desconto, na 1ª ou na 2ª cota única, até o vencimento, será concedido o desconto adicional de 5%, desde que o imposto seja pago, novamente, em cota única, até os vencimentos previstos acima.

II - Impostos sobre Serviços de qualquer natureza - ISS:

- a) Vencimento dia 10 de cada mês.

III - Taxa de licença de localização:

- a) Vencimento até 28 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho", em Porto Belo - SC, aos 7 dias do mês de dezembro de 2012.

OSVALDO CLAUDINO RAMOS FILHO

Prefeito

Dispensa de Licitação Nº 029/2012

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2012

Objeto: Contratação, em caráter emergencial, de empresa para a prestação serviços de atendimento à saúde, sendo 02 (dois) pontos de atendimento médico, independentes, 40 (quarenta) horas semanais, distribuídos no período de segunda a sexta-feira, em conformidade com as especificações constantes do termo de referência, que integra o presente documento.

Contratado: INSTITUTO DAXA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.715.891/0001-89, estabelecida na Rua João Manoel, nº 243, conjunto 05, São Francisco, Curitiba (PR).

VALOR GLOBAL: O valor global é de R\$ 23.560,00 (vinte e três mil e quinhentos e sessenta reais).

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho", em Porto Belo - SC, aos 7 dias do mês de dezembro de 2012.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Porto União

PREFEITURA

Portaria Nº 083/2012

PORTARIA Nº 083, de 26 de novembro de 2012.
Nomeia Comissão de Inquérito Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "f" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento no artigo 239 da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994, no que tange ao Processo Administrativo, determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar e constituir a respectiva Comissão Disciplinar encarregada de apurar as faltas constantes ao trabalho, cometidas pelo Servidor JOSÉ CARLOS BALDINI, com fulcro nos Incisos II e X, do Art. 213, da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 2012, a fim de que seja realizado o respectivo inquérito e julgamento com aplicação da justa e legal sanção, caso comprovado, pelo fato acima mencionado.

Art. 2º Em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, mandar cientificar/citar, desde logo, o Servidor JOSÉ CARLOS BALDINI, para que, acompanhe todos os atos do presente processo, bem como para que, se assim desejar, constitua advogado para acompanhá-lo durante todo o processo.

Art. 3º Designar, como membros da Comissão:
I- Deividson Luiz Okopnik - Presidente;
II- Arlene Alves Daubermann Padilha - Secretária;
III- Roseli Maria Costa Curta de Bona - Membro;
IV- Sandra Mara Pfleger Sass - Membro;
V- Dirlene Klabunde - Membro.

Art. 4º O prazo para a conclusão dos trabalhos é de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Portaria, prorrogáveis na forma da Lei, por igual período.

Parágrafo único. Caso seja necessária a prorrogação desta Portaria, a mesma será sem ônus para os membros da Comissão.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 26 de novembro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria Nº 084/2012

PORTARIA Nº 084, de 26 de novembro de 2012.
Nomeia Comissão de Inquérito Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "f" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento no artigo 239 da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994, no que tange ao Processo Administrativo, bem como considerando o Ofício n. 0192/2012/02PJ/POR, do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar e constituir a respectiva Comissão Disciplinar encarregada de apurar a prática de infração penal prevista no artigo 319 do Código Penal, cometidas pelo Servidor JOSÉ CARLOS BALDINI, a fim de que seja realizado o respectivo inquérito e julgamento com aplicação da justa e legal sanção, caso comprovado, pelo fato acima mencionado.

Art. 2º Em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, mandar cientificar/citar, desde logo, o Servidor JOSÉ CARLOS BALDINI, para que, acompanhe todos os atos do presente processo, bem como para que, se assim desejar, constitua advogado para acompanhá-lo durante todo o processo.

Art. 3º Designar, como membros da Comissão:
I- Lubina Oleinik - Presidente;
II- Cecília Clarete K. Tidre - Secretária;
III- Sandra Mara Pfleger Sass - Membro.

Art. 4º O prazo para a conclusão dos trabalhos é de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Portaria, prorrogáveis na forma da Lei, por igual período.

Parágrafo único. Caso seja necessária a prorrogação desta Portaria, a mesma será sem ônus para os membros da Comissão.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 26 de novembro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Extrato de Edital de Pregão Presencial 024/2012 - FAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 036/2012
Extrato de Edital de Pregão presencial 024/2012 - FAS

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item do tipo presencial, para aquisição de jogos e brinquedos para atendimento de pessoas em situação de violação de direitos, através do programa CREAS - PPMC. O recebimento dos envelopes se dará até as 14:00 do dia 20 de Dezembro de 2012, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14:15 horas, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 07 de Dezembro de 2012.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Extrato de Edital de Pregão Presencial 025/2012 - FAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 037/2012

Extrato de Edital de Pregão presencial 025/2012 - FAS

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item do tipo presencial, para aquisição de material de higiene e limpeza, gêneros alimentícios e material de expediente para atendimento do programa Projovem. O recebimento dos envelopes se dará até as 14:00 do dia 21 de Dezembro de 2012, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14:15 horas, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 07 de Dezembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Extrato de Edital de Pregão Presencial 026/2012 - FAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 038/2012

Extrato de Edital de Pregão presencial 026/2012 - FAS

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item do tipo presencial, para aquisição de gêneros alimentícios, material de higiene, vestuário, artesanato, expediente e didático, para manutenção do CRAS VOLANTE. O recebimento dos envelopes se dará até as 14:00 do dia 26 de Dezembro de 2012, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14:15 horas, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 07 de Dezembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Resolução Nº 032 de 26 de Novembro de 2012

RESOLUÇÃO Nº 032 DE 26 de Novembro de 2012

HOMOLOGA PEDIDO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO Sra. "SALETE CARDOSO"

A Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões - FAP, no uso de suas atribuições especificadas no artigo 55, inciso VIII da Lei Complementar nº 073 de 20 de Novembro de 2001 e Decreto nº 119 de 21 de março de 2002, artigo 79, inciso II, artigo 80, inciso VIII;

RESOLVE:

Art.1º- Homologa o pedido de aposentadoria voluntária por tempo

de contribuição a servidora Sra. Salete Cardoso, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 1.427.989 e CPF nº 498.405.259-72, matrícula nº 17108/01, domiciliado e residente na Rua Clemente Demarchi, 50 - Beco sem denominação - Bairro Barra do Trombudo, em Rio do Sul - SC, no cargo de Auxiliar de Enfermagem, nível D-1, com proventos integrais e adicional de 29%, com paridade a partir de 1º de Dezembro de 2012.

Art. 2º - A aposentadoria foi concedida de conformidade com o disposto no artigo 240 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010; letra "c" inciso I do artigo 3º e seguintes da Lei Complementar nº 073/01 de 20/11/2001; letra "c" inciso I do Artigo 19 e seguintes do Decreto nº 119/02 de 21/03/2002 e artigo 6º da E.C. nº 41/2003.

Art.3º - A aprovação de que trata o artigo 1º desta resolução e decorrente da deliberação do Conselho de Administração do FAP, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2012 e após análise do pedido de aposentadoria em questão os Conselheiros em sua unanimidade foram de parecer favorável ao mesmo.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de Novembro de 2012.

MÁRCIA ELIANA CHIQUETTI

PRESIDENTE DO FAP

Resolução Nº 033 de 26 de Novembro de 2012

RESOLUÇÃO Nº 033 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2012

"DESIGNA MEMBROS PARA ANALISAR E INSTRUIR PEDIDOS DE PENSÃO".

A Presidente do Fundo de Aposentadoria e Pensões - FAP, no uso de suas atribuições especificadas e, tendo em vista o disposto no artigo 54 da Lei Complementar nº 073 de 20 de Novembro de 2001,

RESOLVE:

Art.1º- Ficam designados os Conselheiros Fernando Guedes, Rubia Cristina Mohr, Altair Guilherme Becker e a servidora do FAP Cleonira Cecília Thiesen do Nascimento e Assessora Jurídica do FAP Dra Vanessa Cristina Bauer, para em comissão promoverem a análise exarada através do protocolo nº 136617/2012 do pedido de Pensão formulado pelo Sr. Anito de Souza, com relação à servidora Senhora ANA FRANKENBERGER DE SOUZA, que veio a Óbito no dia 17/04/2012.

Art.2º- Fica estabelecido o prazo de 60 dias contados a partir da presente data, para a conclusão dos trabalhos mencionados no artigo 1º desta Resolução.

Art. 3º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de Novembro de 2012.

MÁRCIA ELIANA CHIQUETTI

Presidente do FAP

Portaria N. 1271/RH

PORTARIA N. 1271/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 31, inciso XIV, da Lei Complementar n. 100/2003 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul e, considerando o Memorando AEDC n. 234/2012, emitido pela Assessoria Especial de Defesa do Cidadão e documentação inclusa,

RESOLVE:

Art.1º Instaurar a Sindicância Administrativa n. 024/2012, a fim de apurar a responsabilidade do servidor Gerson Pasqualini Schmidt, matrícula n. 3540201, ocupante do cargo de provimento efetivo Guarda Municipal, onde em tese, teria transgredido o artigo 157, incisos III, V e XI da Lei Complementar n. 207/2010.

Art.2º Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 1057/RH, de 28 de setembro de 2012, para apurar a suposta irregularidade.

Art.3º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de novembro de 2012.
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Lsos

Portaria N. 1299/RH
PORTARIA N. 1299/RH

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. Conceder ao servidor VICENTE GRANZA, matrícula 27715/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Operador de Equipamentos, a segunda Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2009 a 2012, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior, será devido a partir de 01 de outubro de 2012, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de dezembro de 2012.
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Lsos

Portaria N. 1300/RH
PORTARIA N. 1300/RH

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. Conceder ao servidor VALCIR JOSE DE SOUZA, matrícula 27782/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Pedreiro, a primeira Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2009 a 2012, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior, será devido a partir de 01 de outubro de 2012, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de dezembro de 2012.
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Lsos

Portaria N. 1301/RH
PORTARIA N. 1301/RH

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. Conceder ao servidor ALFONSO SPLITTER, matrícula 27421/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, a segunda Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2009 a 2012, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior, será devido a partir de 01 de outubro de 2012, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de dezembro de 2012.
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Lsos

Portaria N. 1302/RH
PORTARIA N. 1302/RH

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. Conceder ao servidor ARILSON FRANCO, matrícula 10057/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, a segunda Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2009 a 2012, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior, será devido a partir de 01 de outubro de 2012, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de dezembro de 2012.
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Lsos

Portaria N. 1303/RH
PORTARIA N. 1303/RH

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. Conceder ao servidor ALCIR JOSE SALVADOR, matrícula 27499/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, a segunda Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2009 a 2012, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior, será devido a partir de 01 de outubro de 2012, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de dezembro de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Lsos

Portaria N. 1304/RH

PORTARIA N. 1304/RH

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. Conceder ao servidor FLAVIO HAMILTON RAMOS, matrícula 9369/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Caminhão, a primeira Progressão Por Desempenho Profissional, referente ao período de 2009 a 2012, com fundamento ao Art. 26, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º O reflexo financeiro referente ao benefício previsto no artigo anterior, será devido a partir de 01 de outubro de 2012, com base nas disposições contidas no Art. 37 da Lei Complementar.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de dezembro de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Lsos

Portaria N. 1305/RH

PORTARIA N. 1305/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Horário Especial, de acordo com os Arts. 151 ao 153, da Lei Complementar n. 207 de 28/09/2010, à servidora municipal MANIOELA DE LEON NOBREGA RESES, matrícula 31771/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Cirurgião Dentista, para realização do Curso de Pós-graduação em nível de Doutorado em Saúde Coletiva, da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, de acordo com o requerimento efetuado pela servidora, através do Protocolo n. 137518/2012.

Art. 2º A compensação de horas devidamente autorizada pela Chefia imediata será realizada no local de sua lotação, devendo esta encaminhar mensalmente ao Departamento de Recursos Humanos o relatório de controle para os registros funcionais

competentes.

Art. 3º A servidora perderá o benefício de compensação se deixar de apresentar mensalmente o comprovante de frequência no curso e se não cumprir a compensação de horas, nos prazos e forma definidos pelo órgão competente.

Art. 4º No caso de desistência do curso autorizado, a servidora deverá compensar a totalidade das horas concedidas como horário especial e, no caso do não cumprimento da respectiva compensação de horas, será considerado como falta não justificada ao trabalho, estando sujeito à aplicação de penalidades administrativas.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de dezembro de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Lsos

Portaria Nº 1.274/2012

PORTARIA Nº. 1.274/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença para Casamento, de acordo com o Inciso III do Art. 150, da Lei Complementar nº. 207, de 28/09/2010, ao servidor público municipal, MARCIONEI ZUCATELLI, ocupante do cargo de provimento comissionado de Chefe do Gabinete do Prefeito, de 03/12/2012 até 07/12/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 30 de novembro de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Vf

Portaria Nº. 1.287/RH

PORTARIA Nº. 1.287/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, nos termos do Protocolo nº 137649/2012, Abono de Permanência ao servidor SALETE CARDOSO, ocupante do cargo de provimento efetivo AUXILIAR DE ENFERMAGEM em virtude de ter direito a aposentadoria voluntária a partir de 04/09/2012, de acordo com o Art. 40º, § 1º, III, "a", da Constituição Federal e ainda permanecendo em atividade.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos financeiros a partir de 04/09/2012.

Rio do Sul, 04 de dezembro de 2012.

RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Jhc

Portaria Nº. 1.298/RH
PORTARIA Nº. 1.298/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar ao percentual da gratificação paga a servidora SILVANA TOMEDI, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor (40h), designada para atuar como Diretora da Unidade Escolar Padre Ângelo Moser, em face da quantidade de alunos atualmente matriculados no Centro Educacional sendo tipificado como "Pequeno Porte", fazendo jus além da remuneração de seu cargo efetivo, a uma gratificação mensal no percentual de 30% do seu vencimento base, em cumprimento ao Art. 4º da Lei Complementar Nº 194/2009.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de dezembro de 2012.
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Jhc

Portaria Nº. 1286/RH
PORTARIA Nº. 1286/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar vago, nos termos do inciso V do Art. 38 da Lei Complementar 207 de 28/09/2010, a partir de 01/12/2012, o cargo de provimento efetivo AUXILIAR DE ENFERMAGEM ocupado pelo(a) servidor(a) SALETE CARDOSO, matrícula nº 1710801, em virtude de sua Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, conforme Decreto nº 2.988 de 28 de novembro de 2012.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de dezembro de 2012.
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI
Secretário Municipal de Administração
Jhc

Salto Veloso**PREFEITURA****Decreto Municipal Nº 109/2012**

Decreto Municipal nº 109/2012
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 39.264,83

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 001445/2011 07/12/2011;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 39.264,83 (trinta e nove mil

e duzentos e sessenta e quatro reais e oitenta e três centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0204 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Função: 12 EDUCAÇÃO

Sub-Função: 365 EDUCAÇÃO INFANTIL

Programa: 1201 ENSINO PARA TODOS

Projeto/Atividade: 4028 MANUT. DAS ATIV. DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES

Grupo de Natureza de Despesa: 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 9.676,93

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0208 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

Função: 28 ENCARGOS ESPECIAIS

Sub-Função: 846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS

Programa: 2800 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA MUNICIPAL

Projeto/Atividade: 4052 AMORTIZAÇÃO DE ENCARGOS GERAIS

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES

Grupo de Natureza de Despesa: 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 21.000,00

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0207 SECRET. DE TRANSP. OBRAS E URBANISMO

Função: 15 URBANISMO

Sub-Função: 452 SERVIÇOS URBANOS

Programa: 1502 SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA

Projeto/Atividade: 4035 MANUT. DOS SERVIÇOS URBANOS

Categoria Econômica: 4 DESPESAS DE CAPITAL

Grupo de Natureza de Despesa: 4 INVESTIMENTOS

Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 6.227,90

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0202 SECRETARIA DE ADMINISTR. E FINANÇAS

Função: 04 ADMINISTRAÇÃO

Sub-Função: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 0402 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Projeto/Atividade: 4005 MANUT. DAS ATIV. ADMINISTR. E FINANCEIRAS

Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES

Grupo de Natureza de Despesa: 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Modalidade de Aplicação: 71 TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS

Elemento de Despesa: 00 TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS

Sub-Elemento de Despesa: 00 TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS

Valor: R\$ 2.360,00

Art. 2º - Servirão de recursos para cobertura do crédito aberto pelo artigo 1º, a redução orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0204 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Função: 12 EDUCAÇÃO

Sub-Função: 365 EDUCAÇÃO INFANTIL

Programa: 1201 ENSINO PARA TODOS
 Projeto/Atividade: 4028 MANUT. DAS ATIV. DA EDUCAÇÃO INFANTIL
 Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES
 Grupo de Natureza de Despesa: 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS
 Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS
 Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS
 Valor: R\$ 9.676,93

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
 Unidade: 0208 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
 Função: 28 ENCARGOS ESPECIAIS
 Sub-Função: 846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS
 Programa: 2800 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA MUNICIPAL
 Projeto/Atividade: 4052 AMORTIZAÇÃO DE ENCARGOS GERAIS
 Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES
 Grupo de Natureza de Despesa: 2 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA
 Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS
 Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS
 Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS
 Valor: R\$ 21.000,00

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
 Unidade: 0207 SECRET. DE TRANSP. OBRAS E URBANISMO
 Função: 15 URBANISMO
 Sub-Função: 452 SERVIÇOS URBANOS
 Programa: 1502 SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA
 Projeto/Atividade: 4035 MANUT. DOS SERVIÇOS URBANOS
 Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES
 Grupo de Natureza de Despesa: 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
 Modalidade de Aplicação: 91 APLICAÇÕES DIRETAS - OPER. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS
 Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS - OPER. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS
 Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS - OPER. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS
 Valor: R\$ 6.227,90

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
 Unidade: 0202 SECRETARIA DE ADMINISTR. E FINANÇAS
 Função: 04 ADMINISTRAÇÃO
 Sub-Função: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL
 Programa: 0402 ADMINISTRAÇÃO GERAL
 Projeto/Atividade: 4005 MANUT. DAS ATIV. ADMINISTR. E FINANCEIRAS
 Categoria Econômica: 4 DESPESAS DE CAPITAL
 Grupo de Natureza de Despesa: 4 INVESTIMENTOS
 Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS
 Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS
 Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS
 Valor: R\$ 2.360,00

Art. 3º - Este(a) Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 3 de dezembro de 2012.
 Prefeito Municipal Contador CRC - SC-15.177/0
 PEDRINHO ANSILIERO ALVARO ANTÔNIO BISCARO

Decreto Municipal Nº 110/2012

Decreto Municipal nº 110/2012
 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 5.910,00

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 001445/2011 07/12/2011;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 5.910,00 (cinco mil e novecentos e dez reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
 Unidade: 0204 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
 Função: 12 EDUCAÇÃO
 Sub-Função: 361 ENSINO FUNDAMENTAL
 Programa: 1201 ENSINO PARA TODOS
 Projeto/Atividade: 4026 MANUT. DO TRANSPORTE ESCOLAR
 Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES
 Grupo de Natureza de Despesa: 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS
 Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS
 Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS
 Valor: R\$ 5.910,00

Art. 2º - Servirão de recursos para cobertura do crédito aberto pelo artigo 1º: Excesso de Arrecadação
 Art. 3º - Este(a) Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 3 de dezembro de 2012.
 Prefeito Municipal Contador CRC - SC-15.177/0
 PEDRINHO ANSILIERO ALVARO ANTÔNIO

Decreto Municipal Nº 111/2012

Decreto Municipal nº 111/2012
 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 246.000,00

PEDRINHO ANSILIERO, Prefeito Municipal de SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 001469/2012 05/12/2012;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 246.000,00 (duzentos e quarenta e seis mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
 Unidade: 0202 SECRETARIA DE ADMINISTR. E FINANÇAS
 Função: 04 ADMINISTRAÇÃO
 Sub-Função: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL
 Programa: 0402 ADMINISTRAÇÃO GERAL
 Projeto/Atividade: 4005 MANUT. DAS ATIV. ADMINISTR. E FINANCEIRAS
 Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES
 Grupo de Natureza de Despesa: 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
 Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS
 Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS
 Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS
 Valor: R\$ 76.000,00

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
 Unidade: 0204 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
 Função: 12 EDUCAÇÃO
 Sub-Função: 365 EDUCAÇÃO INFANTIL
 Programa: 1201 ENSINO PARA TODOS
 Projeto/Atividade: 4028 MANUT. DAS ATIV. DA EDUCAÇÃO INFANTIL
 Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES
 Grupo de Natureza de Despesa: 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
 Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS
 Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS
 Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS
 Valor: R\$ 95.000,00

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade: 0206 SECRET. DE AGROPEC. E MEIO AMBIENTE
Função: 20 AGRICULTURA
Sub-Função: 606 EXTENÇÃO RURAL
Programa: 2001 ASSISTENCIA AO PRODUTOR RURAL
Projeto/Atividade: 4039 MANUT. SECRET. AGRICULTURA E MEIO AMB.
Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES
Grupo de Natureza de Despesa: 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS
Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS
Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 75.000,00

Art. 2º - Servirão de recursos para cobertura do crédito aberto pelo artigo 1º, a redução orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade: 0201 Gabinete do Prefeito
Função: 04 ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0401 GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR
Projeto/Atividade: 4004 MANUT. DO Gabinete do Prefeito
Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES
Grupo de Natureza de Despesa: 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS
Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS
Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 12.000,00

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade: 0201 Gabinete do Prefeito
Função: 04 ADMINISTRAÇÃO
Sub-Função: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0401 GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR
Projeto/Atividade: 4004 MANUT. DO Gabinete do Prefeito
Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES
Grupo de Natureza de Despesa: 3 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS
Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS
Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 45.000,00

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade: 0203 SECRET. DE PLANEJ. ESPORTE, LAZER E CULTURA
Função: 27 DESPORTO E LAZER
Sub-Função: 812 DESPORTO COMUNITÁRIO
Programa: 2701 ESPORTE É VIDA
Projeto/Atividade: 4046 MANUT. DAS ATIV. ESPORTIVAS
Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES
Grupo de Natureza de Despesa: 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS
Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS
Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 70.000,00

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade: 0204 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Função: 12 EDUCAÇÃO
Sub-Função: 361 ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 1201 ENSINO PARA TODOS
Projeto/Atividade: 4025 MANUT. DAS ATIV. ENSINO FUNDAMENTAL
Categoria Econômica: 3 DESPESAS CORRENTES
Grupo de Natureza de Despesa: 1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
Modalidade de Aplicação: 91 APLICAÇÕES DIRETAS - OPER. INTRA-ORÇAMENTARIAS
Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS - OPER.

INTRA-ORÇAMENTARIAS
Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS - OPER. INTRA-ORÇAMENTARIAS
Valor: R\$ 95.000,00

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade: 0207 SECRET. DE TRANSP. OBRAS E URBANISMO
Função: 15 URBANISMO
Sub-Função: 451 INFRA-ESTRUTURA URBANA
Programa: 1501 URBANIZAÇÃO DE VIAS
Projeto/Atividade: 3033 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E PASSEIOS
Categoria Econômica: 4 DESPESAS DE CAPITAL
Grupo de Natureza de Despesa: 4 INVESTIMENTOS
Modalidade de Aplicação: 90 APLICAÇÕES DIRETAS
Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS
Sub-Elemento de Despesa: 00 APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 24.000,00

Art. 3º - Este(a) Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 5 de dezembro de 2012.
Prefeito Municipal Contador CRC - SC-15.177/0
PEDRINHO ANSILIERO ALVARO ANTÔNIO BISCARO

São Bento do Sul

PREFEITURA

Decreto Nº 1335/12

DECRETO Nº 1335, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2012
DECLARA PONTO FACULTATIVO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais, ressalvadas as necessidades de serviço de cada Secretaria, nos dias 24, 26 e 31 de dezembro de 2012, por ocasião das festividades de Natal e fim de ano.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 07 de dezembro de 2012.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

Termo Aditivo Nº 083/2012 - Sexto Termo Aditivo Firmado com Sociedade Mãe da Divina Providência/Hospital e Maternidade Sagrada Família

TERMO ADITIVO Nº 083/2012

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO/CONVÊNIO Nº 001/2011 FIRMADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO BENTO DO SUL E A SOCIEDADE MÃE DA DIVINA PROVIDÊNCIA/HOSPITAL E MATERNIDADE SAGRADA FAMÍLIA, CNES Nº 2521792.

Pelo presente instrumento, de um lado o Fundo Municipal de Saúde, conforme já qualificado, CNPJ n.º 08.281.643/0001-62 com sede à rua Largo Hugo Fischer, 25 – Bairro Centro, na cidade de São Bento do Sul – SC, neste ato representada pelo Secretário Municipal da Saúde Sr. Marcus Maluf, brasileiro, portador do CPF nº 940.318.008-00, daqui por diante denominada doravante denominado CONVENIENTE e de outro lado, a SOCIEDADE MÃE DA DIVINA PROVIDÊNCIA/HOSPITAL E MATERNIDADE SAGRADA



FAMÍLIA, CNES Nº 2521792 - FILANTRÓPICO, conforme já qualificado, doravante denominado CONVENIADA, com anuência dos médicos que integram o Corpo Clínico que atuam na CONVENIADA, representados, neste ato, por seu diretor clínico, Dr. MARCO AURÉLIO TAUCCI DE CASTRO JUNIOR, CRM 9865, conforme já qualificado resolvem, de comum acordo, aditar as condições do referido Contrato/Convênio, com a seguinte redação:

ALTERA O ÍTEM 3.3 DO PLANO OPERATIVO, ANEXO DO CONTRATO 01/2011:

I - Incluir ao Contrato Termo de Compromisso de Adesão ao Projeto Estadual de Cirurgias Eletivas Portaria GM/MS 1.340 de 29/06/2012.

INCLUI AO CONTRATO 01/2011:

I - Procedimento de busca ativa e retirada múltiplos órgãos e tecidos em âmbito estadual conforme Portaria SAS/MS n.º 118 de 11/03/2010, com início dos procedimentos na competência de outubro de 2012.

ALTERA O INCENTIVO FINANCEIRO DA ATENÇÃO À URGÊNCIA E EMERGÊNCIA:

I - Altera valores financeiro da Rede de Atenção as Urgências e Emergências conforme Portaria GM/MS n.º 2.541 de 08/11/2012, sendo que esses valores serão retroativos a competência de julho/2012, repassados conforme transferência ao Fundo Municipal de Saúde pelo Ministério da Saúde.

ALTERA VALOR DA HORA PLANTÃO NO PERÍODO DE FÉRIAS (Obstetrícia, Emergência, Cirurgia, Ortopedia, Anestesia):

R\$ 105,00 (Cento e cinco reais) hora presencial (22/12 a 02/01)				
Total Horas:				
1440 plantão 24 horas				
192 plantão 12 horas				
1632 total				
HORA/SUBVENÇÃO R\$ 65,00 SENDO R\$ 171.360,00 - R\$ 106.080,00 = R\$ 65.280,00				
Emergência	864 horas	12 dias	R\$ 90.720,00	R\$ 34.560,00
Emerg Clínico 1	288 horas			
Emerg Clínico 2	288 horas			
Emerg Ped	288 horas			
Obstetrícia	288 horas	12 dias	R\$ 30.240,00	R\$ 11.520,00
Cirurgia	288 horas	12 dias	R\$ 30.240,00	R\$ 11.520,00
Ortopedia	96 horas	8 dias	R\$ 10.080,00	R\$ 3.840,00
Anestesia	96 horas	8 dias	R\$ 10.080,00	R\$ 3.840,00
	1632 horas		R\$ 171.360,00	
	hora/subvenção		-R\$ 106.080,00	TOTAL R\$ 65.280,00

OBS.:

Este valor será dividido entre a Secretaria de Saúde e Hospital ficando o valor de R\$ 32.640,00 (Trinta e dois mil, seiscentos e quarenta reais) para cada um.

O presente TERMO ADITIVO tem como vigência o período de

01/11/2012 a 31/12/2012.

As demais cláusulas e condições previstas permanecem inalteradas.

Revoga-se todas as disposições em contrário.

E, por estarem às partes justas e CONVENIADAS, firmam o presente CONVÊNIO em 03 (três) vias de igual teor e forma para um único efeito, abaixo assinadas.

São Bento do Sul, 20 de novembro de 2012.

MARCUS MALUF

CPF nº 940.318.008-00

Secretário Municipal de Saúde

NELSA HACKBARTH

CPF nº 154.393.729-20

Hospital e Maternidade Sagrada Família

Testemunhas:

UWE STORTZ

Secretário de Finanças

ALEXANDRE VINICIUS WEISS

Procurador Municipal

MARCO RODRIGO REDLICH

Secretário de Administração

FUNDAÇÕES

Termo de Rescisão do Contrato Nº001/2012

ESPÉCIE: Fica rescindido a partir de 10 de novembro de 2012, o Contrato de locação parcial de imóvel que abrigava a Fundação Municipal de Desportos do Município de São Bento do Sul, conforme previsto na Cláusula Sétima - Da Rescisão, em virtude de mudança da mesma para a Sede própria.

São Bento do Sul, 10 de novembro de 2012.

Ass: MÁRCIO VANDERLEI WEILLER, pela Fundação.

IVO INGO BRAND, pela Empresa Contratada.

IPRESBS

Portaria IPRESBS Nº 526/2012

PORTARIA IPRESBS Nº 526/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, concedido pela Portaria IPRESBS nº 384/2012, à servidora TATIANE CARNEIRO KNOP, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 26/11/2012, em virtude de concessão de Licença Maternidade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 26/11/2012.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

São Bento do Sul, 05/12/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 527/2012

PORTARIA IPRESBS Nº 527/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, concedido pela Portaria IPRESBS nº 464/2012, ao servidor GEOLIVIO FERREIRA DE FRANCA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico de Segurança do Trabalho, lotado na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 09/12/2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 09/12/2012.

São Bento do Sul, 05/12/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 528/2012

PORTARIA IPRESBS Nº 528/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 04/12/2012 a 16/02/2013, ao servidor LANDIVO DRECHSLER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquina I, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 19/11/2012 a 03/12/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 04/12/2012.

São Bento do Sul, 05/12/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 529/2012

PORTARIA IPRESBS Nº 529/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 13/12/2012 a 19/12/2012, ao servidor ANTONIO FILISBINO SIQUEIRA FILHO, ocupante do cargo de provimento efetivo

de Auxiliar de Operações, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 28/11/2012 a 12/12/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 13/12/2012.

São Bento do Sul, 05/12/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 530/2012

PORTARIA IPRESBS Nº 530/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 12/12/2012 a 19/01/2013, à servidora LENI LIRES DREVEK DAL BO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 27/11/2012 a 11/12/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12/12/2012.

São Bento do Sul, 05/12/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 531/2012

PORTARIA IPRESBS Nº 531/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 04/12/2012 a 20/12/2012, ao servidor ANDRE LUIZ MEDEIROS DE MORAES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 19/11/2012 a 03/12/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 04/12/2012.

São Bento do Sul, 05/12/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 532/2012
PORTARIA IPRESBS Nº 532/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 05/12/2012 a 19/12/2012, à servidora ROSELI TE-REZINHA KONEFAL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 20/11/2012 a 04/12/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 05/12/2012.

São Bento do Sul, 05/12/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 533/2012
PORTARIA IPRESBS Nº 533/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 04/12/2012 a 28/02/2013, ao servidor ALÍRIO MORAES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Operacionais, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 19/11/2012 a 03/12/2012, compete ao SAMAÉ.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 04/12/2012.

São Bento do Sul, 05/12/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 534/2012
PORTARIA IPRESBS Nº 534/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 06/12/2012 a 06/03/2013, à servidora ROSELAINE MATYKEVICZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor

Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 21/11/2012 a 05/12/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 06/12/2012.

São Bento do Sul, 05/12/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 544/2012
PORTARIA IPRESBS Nº 544/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 12/12/2012 a 26/01/2013, à servidora MARIA ENEIR CORREA SCHPAK, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, lotada na Secretaria Municipal de Administração, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 27/11/2012 a 11/12/2012, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12/12/2012.

São Bento do Sul, 05/12/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 535/2012
PORTARIA IPRESBS Nº. 535/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 25/11/2012 a 24/12/2012, concedido à servidora ZELIA DO CARMO DE PAULA DRECHSLER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 375/2012, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 25/11/2012.

São Bento do Sul, 05/12/2012.
MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 536/2012
PORTARIA IPRESBS Nº. 536/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 26/11/2012 a 25/12/2012, concedido à servidora DEYSE MARGARETH PEREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, através da Portaria IPRESBS nº. 360/2012, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 26/11/2012.

São Bento do Sul, 05/12/2012.

MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 537/2012
PORTARIA IPRESBS Nº. 537/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 26/11/2012 a 09/12/2012, concedido à servidora LUCIANE DUMS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 406/2012, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 26/11/2012.

São Bento do Sul, 05/12/2012.

MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 538/2012
PORTARIA IPRESBS Nº. 538/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 30/11/2012 a 28/02/2013, concedido à servidora DORALICE MROSKOWSKI DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, através da Portaria IPRESBS nº. 096/2010, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

produzindo efeitos a partir de 30/11/2012.

São Bento do Sul, 05/12/2012.

MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 539/2012
PORTARIA IPRESBS Nº. 539/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/12/2012 a 20/01/2013, concedido à servidora SANDRA ELIETE SANT ANNA PINHEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 027/2009, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/12/2012.

São Bento do Sul, 05/12/2012.

MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 540/2012
PORTARIA IPRESBS Nº. 540/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 15/11/2012 a 20/01/2013, concedido ao servidor MAIKEL DO PRADO LUZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, através da Portaria IPRESBS nº. 440/2012, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 15/11/2012.

São Bento do Sul, 05/12/2012.

MÁRCIO MALLON
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 541/2012
PORTARIA IPRESBS Nº. 541/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/12/2012 a 28/02/2013, concedido ao servidor

LINO MACHOWSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, através da Portaria IPRESBS nº. 482/2012, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/12/2012.

São Bento do Sul, 05/12/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 542/2012

PORTARIA IPRESBS Nº. 542/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/12/2012 a 31/03/2013, concedido ao servidor JOAO FALKIEVICZ PRIMO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista II, lotado na Secretaria Municipal de Administração, através da Portaria IPRESBS nº. 040/2012, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/12/2012.

São Bento do Sul, 06/12/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 543/2012

PORTARIA IPRESBS Nº. 543/2012

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 02/12/2012 a 31/03/2013, concedido à servidora ISOLDE SCHTIGLER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 039/2008, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02/12/2012.

São Bento do Sul, 06/12/2012.

MÁRCIO MALLON

Diretor Presidente

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 405, de 22 de Setembro de 2011.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 405, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 405, de 22 de setembro de 2011, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393KT4S, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7448, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso 405, de 22 de setembro de 2011.

Data da assinatura: 06 de Dezembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 419, de 22 de Setembro de 2011.

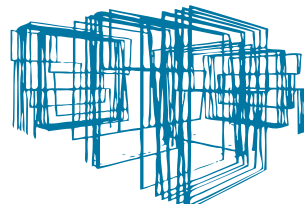
EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 419, DE 22 DE SETEMBRO DE 2011.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 419, de 22 de setembro de 2011, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A393GL8W, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7462, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo Cessão de Uso 419, de 22 de setembro de 2011.

Data da assinatura: 06 de Dezembro de 2012.

Signatários: Tomé Francisco Etges - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.



Programa de
Gestão de Obras



Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - 06/12/2012**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO LOURENCO DO OESTE**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 06/12/2012 até 06/12/2012

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		23.500,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	23.500,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	23.500,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00	Serviços de Atendimento Móvel as Urgências - SAMU	12.500,00
4.1.7.2.1.33.11.00.00	Outros Recursos SUS MAC - CEO	11.000,00

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 07/12/2012

ROBERTO ZOLET
CONTADOR CRC 025778/O-9

NORIVAL JOÃO CENCI
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO



Sistema de
Indicadores de
Desenvolvimento
Municipal
Sustentável

Informações municipais para a promoção do
desenvolvimento sustentável em Santa Catarina

indicadores.fecam.org.br

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Decreto Nº155/2012

DECRETO Nº155/2012

ANULA E SUPLEMENTA VERBAS NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCANTARA E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei 720/2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 160.000,00 (Cento e Sessenta mil reais) na dotação abaixo identificada:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO

03.01.4.122.3.1.001 - Reforma e Ampliação do Prédio Municipal R\$ 15.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.4.2006 - Func. e Manutenção do Ensino Fund. R\$ 43.800,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0081.0 - Aplicações Diretas R\$ 38.200,00

3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0081.0 - Aplicações Diretas R\$ 5.600,00

04.01.12.361.4.2005 - Func. e Manutenção do Transporte Escolar R\$ 17.200,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0081.0 - Aplicações Diretas R\$ 17.200,00

05 - SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.02.8.243.9.2011 - Func. e Manutenção da Assistência Social R\$ 2.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.26.782.22.2016 - Func. e Manutenção da Coord. Obras R\$ 25.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.1.0.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.1.0.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 22.000,00

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.12.2.051 - Func. e Manutenção da Coord. Saúde R\$ 39.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.1.0.002.0 - Aplicações Diretas R\$ 24.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.1.0.002.0 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.1.0.002.0 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

11.01.10.301.12.2054 - Func. e Manut. do PSF R\$ 13.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.1.0.002.0 - Aplicações Diretas R\$ 13.000,00

08 - ENCARGOS GERAIS

08.01.28.843.24.2020 - Amortização e Encargos da Dívida R\$ 5.000,00

4.6.90.00.00.00.00.00.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º deste decreto fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 160.000,00 (Cento e Sessenta mil reais) nas dotações abaixo identificada:

02 - GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

02.01.4.122.2.2.002 - Func. e Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito R\$ 2.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

04 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.27.812.7.1.006 - Construção de Praças Esportivas R\$ 20.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

04.01.12.366.4.2009 - Educação de Jovens e Adultos R\$ 7.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

05 - SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.02.8.241.9.2012 - Apoio ao Idoso R\$ 11.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

05.02.8.243.9.2013 - Manutenção das Creches R\$ 2.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.451.22.1.011 - Construção de Praças e Parques R\$ 50.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

07.01.15.452.22.2.018 - Func. e Manutenção da Iluminação Pública R\$ 5.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

07.01.6.182.22.2.019 - SEGURANÇA NO TRÂNSITO R\$ 8.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

10.01.18.541.10.2025 - Func. e Manutenção do Meio Ambiente R\$ 20.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 16.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.17.512.12.1.018 - Saneamento Básico R\$ 10.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

11.01.10.301.12.2052 - Func. e Manut. Coord. Saúde - Vig. Saúde R\$ 5.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0 - Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

11.01.10.301.12.2.056 - Func. e Manutenção do PACS R\$ 2.000,00



3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.002.0 - Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

11.01.10.301.12.2.057 - Func. e Manutenção da Saúde Bucal R\$3.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

11.01.10.301.12.1.060 - Reforma ou Ampliação das Unidades De Saúde R\$ 6.800,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0 - Aplicações Diretas R\$ 6.800,00

11.01.10.301.12.2034 - Aquisição de Mobiliário - Saude R\$ 5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

06 - SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

06.02.23.695.19.2015 - Func. e manutenção do Turismo R\$ 3.200,00
3.3.90.00.00.00.00.00.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 3.200,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 05 de dezembro de 2012.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

Termo Aditivo Nº. A90/2012 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A90/2012 - PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 210/2011 - PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt.

CONTRATADA: INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.094.645/0001-29, estabelecida na Rua Eugênio Moreira, nº. 187, salas 06, 07 e 09, Bairro Anita Garibaldi, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.202-100, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Jaime Barbosa Soares Filho, inscrito no CPF sob o nº. 573.039.677-53, portador do CREA/SC042.860-2.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 210/2011-PMS, celebrado em 08 de dezembro de 2011, proveniente do Processo de licitação nº. 146/2011 - PMS, Modalidade Tomada de Preços nº. 10/2011 - PMS, para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), da pavimentação asfáltica das Ruas Marechal Castelo Branco, 03 de outubro e Florianópolis, no município de Schroeder/SC, totalizando extensão a de 1.707,90 metros, conforme projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante do Instrumento convocatório, bem como de acordo com a Lei Municipal nº 1861/2011, de 25 de outubro de 2011, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas e

conforme proposta apresentada.

Considerando o disposto no Artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e também de acordo com o parecer da Engenheira Civil, a Senhora Fabieli Pilatti, CREA-SC 093.485-5, da Administração Pública, conforme anexo a este processo, o referido aditivo será no valor de R\$ 39.301,32 (trinta e nove mil, trezentos e um reais e trinta e dois centavos).

Os recursos para atender as despesas do objeto do presente aditivo provirão da dotação orçamentária 232 e 462 do exercício.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica a partir deste alterada a Cláusula Quarta "do Valor do Contrato", no item 4.1, aditivado a quantia em R\$ 39.301,32 (trinta e nove mil, trezentos e um reais e trinta e dois centavos), passando a vigor com o valor de R\$ 767.316,30 (setecentos e sessenta e sete mil, trezentos e dezesseis reais e trinta centavos).

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 210/2011-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 06 de dezembro de 2012.

CONTRATADA:

INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA
JAIME BARBOSA SOARES FILHO
CPF: 573.039.677-53

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

2ª Nome: Marilene Busch

CPF nº. 037.813.699-27

Edital 03 _2012 _Contribuição Melhoria - Ruas Marechal Castelo Branco - Florianópolis e 03 de Outubro

EDITAL DE PRAÇA Nº 03/2012

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 001/95, Código Tributário Municipal de Schroeder e demais legislações pertinentes, especialmente o decreto Lei nº. 195/67, através do presente edital, torna público, e notifica os senhores proprietários, que executará o lançamento legal da Contribuição de Melhoria, para ressarcimento ao erário, dos valores referentes a de Pavimentação Asfáltica das Ruas 01-Marechal Castelo Branco (Trecho entre as Ruas Júlio Bauer e Paraná), 67-Florianópolis e 04-03 de Outubro, perfazendo o total de 1.707,90 metros, localizadas no Centro Norte, do Município de Schroeder/SC, ficando assim determinado.

I – DELIMITAÇÕES DOS TRECHOS BENEFICIADOS:

Estão sendo beneficiados:

Imóveis localizados na Rua 01-Marechal Castelo Branco – 1.612,90 m.

Imóveis localizados na Rua 67-Florianópolis – 44,00 m.

Imóveis localizados na Rua 04-03 de Outubro – 51,00 m.

Diante da constatação da ocorrência do fato gerador da Contribuição de Melhoria será cobrado dos proprietários de imóveis lindeiros, situados na área diretamente beneficiada pela obra, ou seja, será cobrada contribuição dos imóveis confrontantes com a rua que foram valorizados.

É importante esclarecer que também foram considerados lindeiros os imóveis que tenham acesso à via ou logradouro beneficiado pela pavimentação, por ruas de passagens particulares, entradas de vila, servidores de passagens e outros do gênero.

Todos imóveis estão localizados no Centro Norte, do Município de Schroeder/SC, conforme projetos, memoriais descritivos, e relação dos imóveis nas tabelas seguintes.

RUA 01 - MARECHAL CASTELO BRANCO

IMÓVEL	MATRÍCULA	PROPRIETÁRIO	ÁREA
1.018	*	NEOCIR DAL-RI	2.400,00
8.591	24.665	MARILU CORREA	1.322,40
8.589	24.667	REINALDO KANZLER	1.694,20
6.194	22.626	FISIOCORPUS CLINICA DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO LTDA	682,00
971	13.308	SALETE WALZ	500,00
975	22.850	GERSON DILMAR ZOZ	716,60
946	33.907	ILDEMAR MASKE	10.508,35
947	17.394	JÉSSICA MERABE STREIT	1.909,65
952	657	OLÁRIO PFLEGER	1.110,00
921	22.505	HERBERT WEISS	1.455,55
934	3.578 T	ILZA WEISS RICHTER	22.644,50
4.471	17.140	MARCIA WALZ HOBEL	636,50
3.566	13.126	CLELIO NEVIO BAGGENSTOSS	2.283,75
916	17.175	ERICO BORINELLI	4.746,55
917	*	ERICO BORINELLI	750,00
9.091	25.232	EDEGAR ROBERTO RUDEGER	731,00
6.153	23.565	DABLIUVE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	1.562,88
854	11.633	FERNANDO FAUSTINO DA COSTA	2.500,00
9.152	25.894	RONALDO VOLLES	628,35
868	7.932	COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO JUNIOR LTDA	781,25

699	22.147	MARISOL INDUSTRIA DO VESTUÁRIO LTDA	26.910,58
719	7.903	SEMAR ADMINISTRADORA DE BENS LTDA EPP	1.190,00
670	14.686	SEMAR ADMINISTRADORA DE BENS LTDA EPP	1.900,00
3.531	13.445	AILTON JOSÉ METZNER	940,50
3.534	3.362	VANI VOGEL	951,00
1.268	17.976	HEINZ GERMANO FISCHER	1.262,25
1.261	17.978	URSULA STEILEIN BRANDENBURG	1.026,00
1.259	*	ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E ESPORTIVA VITÓRIA	2.670,00
1.258	4.734	DARLI HEDORN	36.450,00
1.255	9.785	RUDIBERT HEUCHLING	900,00
9.843	25.589	PETRONIA INOCENCIO	27.812,25
1.254	*	SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA SCHROEDER III	2.746,45
1.281	18.484	GATI BAUER BORCHARDT	695,80
1.280	6.143	NAIRA LUISA GNEIPEL STEINMACHER	450,00
1.301	6.128	JAIME JOHN STEINMACHER	474,00
1.332	6.135	ERASI JALITA GNEIPEL	474,00
1.331	*	JAIME JOHN STEINMACHER	450,00
1.340	17.324	SUPERMERCADO LANGE LTDA - EPP	1.320,60
9.574	25.830	MARIO ENDER	1.703,25
9.571	25.829	MARIO ENDER	689,00
1.373	3.256	EDINO BRUCH	1.248,00
1.367	2.302 - T	REINALDO STREIT	1.206,00
1.366	3.860	ORESTE BUZZI	460,00
1.365	16.713	ADRIANO OSNIR MILBRATZ	1.049,60
1.227	4.177	LUCIANE MARIZA SERAFIN	5.000,00
6.071	22.618	DABLIUVE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	10.601,65
1.225	8.089	JOÃO BARBA NETO	14.530,50
1.224	8.090	MAX POMMERENING JUNIOR	16.532,50
1.051	25.822	DIONIZIO AGOSTINHO BERNARDI	41.096,25

1.050	17.842	SEMAR ADMINISTRADORA DE BENS LTDA EPP	1.205,00
3.678	13.403	MARIO ENDER	434,00
1.091	2.866	SILDA LOHSE	1.125,00
1.200	3.281	ROSITA DOGE ENDER	540,00
1.201	23.601	OSMAR AMERICO EICHSTADT	600,00
RUA 04 - 03 DE OUTUBRO			
IMÓVEL	MATRÍCULA	PROPRIETÁRIO	ÁREA
670	14.686	SEMAR ADMINISTRADORA DE BENS LTDA EPP	1.634,00

II - MEMORIAL DESCRITIVO PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS MARECHAL CASTELO BRANCO (TRECHO ENTRE AS RUAS JÚLIO BAUER E PARANÁ), FLORIANÓPOLIS E 03 DE OUTUBRO

APRESENTAÇÃO

O presente memorial poderá ser encontrado na sua íntegra no Setor de Recursos Materiais, junto ao Processo de Licitação nº 146/2011-PMS, Tomada de Preço nº10/2011-PMS.

O presente caderno tem o objetivo de fornecer os elementos técnicos, especificações de serviços e outros documentos necessários à execução de serviços e obras de SERVIÇOS PRELIMINARES, DRENAGEM, TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO, E SINALIZAÇÃO VIÁRIA na RUA MARECHAL CASTELO BRANCO; RUA 03 DE OUTUBRO E RUA FLORIANÓPOLIS, pertencente ao Município de SCHROEDER, Santa Catarina.

NORMAS GERAIS DE TRABALHO

GENERALIDADES

ABREVIATÓES

Onde na documentação contratual forem empregados os termos e abreviações abaixo, deverão ser interpretados como a seguir indicado.

PMS - Prefeitura Municipal de SCHROEDER.

DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.

DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – em extinção

DER/SC - Departamento de Estradas de Rodagem de SC.

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

NBR – Norma Brasileira

EB - Especificação Brasileira.

TERMOS

CONTRATADA: A sociedade mercantil adjudicatária do objeto da Licitação, com a qual será celebrado o contrato de execução.

CONTRATO: O contrato de execução de obras e serviços de serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, pavimentação, e sinalização, em vias urbanas no município de SCHROEDER, nos termos definidos no Edital.

LICITANTE: A pessoa jurídica que participe desta Licitação.

MUNICÍPIO: O município de SCHROEDER.

PODER PÚBLICO MUNICIPAL: O município, nos termos previstas na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

FISCALIZAÇÃO: A Prefeitura Municipal de SCHROEDER através da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

CONSIDERAÇÕES

A empresa CONTRATADA vencedora da licitação deverá submeter-se à FISCALIZAÇÃO e aos projetos apresentados.

Os serviços deverão obedecer ao traçado, cotas, seções transversais, dimensões, tolerância e exigências de qualidade dos materiais indicados pela FISCALIZAÇÃO nos Projetos e nas Especificações de Serviços. Embora as medições, amostragem e ensaios possam ser considerados como evidência dessa observação, ficará a exclusivo critério da FISCALIZAÇÃO, julgar se os serviços e materiais apresentam desvio em relação ao projeto e às especificações de serviços. Sua decisão, quanto aos desvios permissíveis dos mesmos, deverá ser final.

A CONTRATADA será considerada responsável pelos danos por ela causados nos serviços.

A CONTRATADA deverá, durante todo o tempo, proporcionar supervisão adequada, mão-de-obra e equipamentos suficientes para executar os serviços até a sua conclusão, dentro do prazo requerido no contrato.

Todo o pessoal da CONTRATADA e ou das empresas sub-contratadas deverão possuir habilitação e experiência para executar adequadamente os serviços que lhe forem atribuídos.

Qualquer encarregado, operário ou empregado da CONTRATADA ou de qualquer sub-contratante que na opinião da FISCALIZAÇÃO não executar o seu trabalho de maneira correta e adequada, ou seja, desrespeitoso, temperamental, desordenado ou indesejável por outros motivos deverá, mediante solicitação por escrito da FISCALIZAÇÃO, ser afastado imediatamente pela CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá fornecer equipamentos do tipo, tamanho e quantidade que venham a ser necessários para executar satisfatoriamente os serviços. Todos os equipamentos usados deverão ser adequados de modo a atender as exigências dos serviços e produzir qualidade e quantidade satisfatória dos mesmos. A FISCALIZAÇÃO poderá ordenar a remoção e exigir a substituição de qualquer equipamento não satisfatório.

Todos os materiais utilizados devem estar de acordo com as especificações. Caso a FISCALIZAÇÃO julgue necessário, poderá solicitar da CONTRATADA a apresentação de informações, por escrito, dos locais de origem dos materiais acompanhados, quando necessário, dos ensaios de laboratório.

A CONTRATADA deverá efetuar todos os controles necessários para assegurar que a qualidade dos materiais empregados estão de conformidade com as especificações. Os ensaios e verificação a seu cargo serão executados pelo laboratório designado pela CONTRATADA ou, quando necessário e justificado, pelo laboratório designado pela FISCALIZAÇÃO.

SEGURANÇA E CONVENIÊNCIA PÚBLICA

A CONTRATADA deverá durante a obra tomar o necessário cuidado em todas as operações de uso de equipamentos para proteger o público e para facilitar o tráfego. Nos locais onde os projetos exigirem que qualquer base, revestimento ou pavimento sejam construídos, deverão ser feitos numa faixa de cada vez e a faixa que não estiver sendo utilizada pelas obras deverá ser aberta ao tráfego público, sob controle e direção única alternadamente, visando tão somente facilitar o tráfego.

Se a CONTRATADA julgar conveniente poderá, com a prévia aprovação da FISCALIZAÇÃO, e sem remuneração extra, utilizar e conservar variantes para desviar o tráfego do local das obras e serviço. Deverá, ainda, conservar em perfeitas condições de segurança, pontes provisórias de desvios, acessos provisórios, cruzamentos com ferrovias ou outras vias, etc.

Quando a FISCALIZAÇÃO exigir, a CONTRATADA deverá fornecer

sinalizadores, a fim de possibilitar passagem do tráfego, sob os controles de direção única. Essa exigência também não gerará nenhum tipo de remuneração extra.

Só será permitida a circulação de qualquer equipamento carregado durante o tempo de realização das obras, com no máximo 25 toneladas brutas. Passagens isoladas de equipamentos, com peso superior ao permitido, só serão autorizadas com a prévia anuência da FISCALIZAÇÃO.

Não será permitido o derramamento de materiais resultantes de operação de transporte ao longo das vias públicas. Acontecendo tal infração, os mesmos deverão ser imediatamente removidos pela e as expensas da CONTRATADA.

As operações de construção e ou serviço deverão ser executadas de tal forma que causem o mínimo possível de transtornos e incômodo às propriedades vizinhas as obras ou serviços.

A CONTRATADA deverá prontamente instalar e manter as barreiras necessárias, sinais vermelhos, sinais de alerta e perigo, sinalização de desvios e outros, em número suficiente, bem como tomar todas as demais precauções necessárias para a proteção do seu trabalho e segurança do público. Toda sinalização deverá rigorosamente seguir os padrões da legislação vigente e o seu pagamento não será feito diretamente, mas sim através da inclusão de seus custos nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

A sinalização poderá compor-se de:

Placas informativas ou indicativas (60 x 80 cm, 80 cm x 80 cm, 150 x 80 cm, 30 cm x 150 cm) executadas sobre painel metálico, plástico ou de madeira, com fundo na cor amarela com letras e sinais refletivos.

Cavaletes de madeira pintados com fundo amarelo e letras e faixas na cor preta;

Guias ("gelo baiano") de concreto pintados na cor amarelo;

Cones refletivos de plástico

Cones refletivos de plástico com sinalizador (tipo giroflex) alimentado por bateria;

Faixas plásticas delimitadoras na cor amarela, letras e símbolos na cor preta. Largura mínima da faixa = 10 cm.

Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pela PMS.

Na eventualidade do uso de explosivo para a execução dos trabalhos, os cuidados deverão ser redobrados, afim de não pôr em perigo vidas ou propriedades, e a responsabilidade por quaisquer danos de inteira responsabilidade da CONTRATADA, desta forma, previamente deverá fornecer e implantar sinais especiais para aviso ao público das operações de explosão. Essa sinalização especial também não gerará qualquer tipo de remuneração extra, e, portanto deverá estar inclusa nos preços propostos para os itens de serviços do contrato.

Todos os explosivos deverão ser armazenados de maneira segura, recebendo em todos os locais de armazenamento o letreiro "Perigo Explosivo". Os locais de armazenamento deverão ficar localizados sempre numa distância superior a 350m da via pública, prédios ou áreas de acampamento.

A CONTRATADA será responsável pela proteção de toda propriedade pública e privada, linhas de transmissão de energia elétrica, telefones, redes de água, TV a cabo e outros serviços, ao longo ou adjacentes ao trecho em serviços ou obras. O ônus será exclusivo da CONTRATADA.

MANEJO AMBIENTAL

Quando houver excesso de material de cortes e for impossível incorporá-los ao corpo dos aterros, serão constituídos bota-foras, devidamente compactados e os taludes deverão ter inclinação suficiente para evitar escorregamentos.

Os bota-foras deverão ser executados de forma a evitar que o escoamento das águas pluviais possam carrear o material depositado, causando assoreamentos.

Deverá ser feito revestimento vegetal dos bota-foras, inclusive os de 3ª categoria, após conformação final, a fim de incorporá-los à

paisagem local.

O trânsito dos equipamentos e veículos de serviço fora das áreas de trabalho deverá ser evitado tanto quanto possível, principalmente onde houver alguma área com relevante interesse paisagístico ou ecológico.

O revestimento vegetal dos taludes, quando previsto, deverá ser executado imediatamente após o corte.

É proibido o tráfego desordenado dos equipamentos fora do corpo estradal, para evitar danos desnecessários à vegetação e interferências na drenagem natural.

As áreas destinadas ao estacionamento e aos serviços de manutenção dos equipamentos devem ser localizadas de forma que, resíduos de lubrificantes e/ou combustíveis, não sejam levados até cursos d'água.

RESPONSABILIDADE PELOS SERVIÇOS E OBRAS

A FISCALIZAÇÃO deverá decidir as questões que venham surgir quanto à qualidade e aceitabilidade dos materiais usados na obra/serviço, do andamento, da interpretação dos projetos e especificações e ao cumprimento satisfatório das cláusulas do Contrato.

É vedado o início de qualquer operação de relevância sem o consentimento por escrito da FISCALIZAÇÃO ou sem a notificação por escrito da empresa CONTRATADA, apresentada com antecedência suficiente para que a FISCALIZAÇÃO tome as providências de inspeção antes do início das operações. Os serviços/obras iniciados sem a observância destas exigências poderão ser rejeitados pela FISCALIZAÇÃO.

A FISCALIZAÇÃO terá livre acesso aos trabalhos durante a execução do serviço/obra, e deverá ter todas as facilidades razoáveis para poder determinar se os materiais e mão de obra empregada são compatíveis com as especificações.

A inspeção dos serviços/obra não isentará a CONTRATADA de quaisquer das suas obrigações prescritas no Contrato.

Até que a FISCALIZAÇÃO não seja notificada por escrito sobre a aceitação e entrega final dos serviços/obras, a CONTRATADA será responsável pela conservação dos mesmos e deverá tomar as precauções contra prejuízos ou danos que possam ser causados por qualquer tipo de ação proposital, e os danos deverão reparados ou restaurados pela CONTRATADA, exceto os involuntários ou imprevisíveis fora de controle humano.

A empresa CONTRATADA só poderá usar materiais previamente aprovados pela FISCALIZAÇÃO e não deverá executar qualquer serviço/obra antes que as cotas e alinhamentos tenham sido satisfatoriamente estabelecidos.

Os serviços/obras executados com materiais fora das especificações/normas/projetos deverão ser removidos, substituídos ou reparados, obedecendo às instruções e a maneira que a FISCALIZAÇÃO determinar, tudo por conta da CONTRATADA.

A CONTRATADA não deverá realizar qualquer serviço/obra de remoção, desvio ou reconstrução de serviços de utilidade pública, antes de consultar a FISCALIZAÇÃO, companhias de serviços públicos, autoridades e proprietários, a fim de determinar a sua localização exata. A CONTRATADA deverá notificar por escrito as entidades acima mencionadas, da natureza de qualquer serviço que possa afetar suas instalações, serviços ou propriedades.

Quando o desvio ou substituição dos serviços de utilidade pública não for essencial para prosseguimento dos serviços/obras como projetados, mas for feita por única conveniência da CONTRATADA, a mesma responderá por todos os custos incidentes no desvio ou substituição. Quando relocação ou substituição dos serviços de utilidade pública for essencial para o prosseguimento dos serviços/obras como projetado, a PMS ou a Companhia de Serviços Públicos, responderá pelos custos decorrentes da substituição.

Antes do recebimento final dos serviços a via urbana deverá ser limpa. Todas as obras de arte, valetas, dispositivos de drenagem superficial, deverão ser limpos e conservados de quaisquer depósitos resultantes do serviço até que a inspeção final tenha sido feita.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**SERVIÇOS PRELIMINARES****DRENAGEM****OBJETIVO**

Estabelecer os procedimentos para construção de dispositivos de drenagem urbana envolvendo limpeza e desobstrução de tubulação de rede de drenagem pluvial existente, galerias, bocas-de-lobo, poços de visita, e caixas de ligação destinados a coleta de águas superficiais e condução subterrânea para locais de descarga mais favorável.

Para os efeitos desta Norma, são adotadas as definições seguintes:

Galerias/Tubos - dispositivos destinados à condução dos deflúvios que se desenvolvem na plataforma da via para os coletores de drenagem, através de canalizações subterrâneas, integrando o sistema de drenagem da via ao sistema urbano, de modo a permitir a livre circulação de veículos.

Bocas-de-lobo - dispositivos de captação, localizados junto aos bordos dos acostamentos ou meios-fios da malha viária urbana que, através de ramais, transferem os deflúvios para as galerias ou outros coletores. Por se situarem em área urbana, por razões de segurança, são capeados por grelhas metálicas ou placas de concreto.

Caixa de Ligação - caixas intermediárias que se localizam ao longo da rede para permitir modificações de alinhamento, dimensões, declividade ou alterações de quedas.

MATERIAL**TUBOS DE CONCRETO**

Os tubos de concreto deverão ser do tipo e dimensões indicados no projeto e serão de encaixe tipo ponta e bolsa, devendo obedecer às exigências da EB-6, MB-227, EB-103 e MB-228 da ABNT, consolidadas pela ABNT NBR-9794.

Qualificação da tubulação com relação à resistência à compressão diametral e adoção de tubos e tipos de berço e reaterro das valas.

MATERIAL DE REJUNTAMENTO**Geotêxtil**

Geotêxtil não-tecido fabricado a partir de filamentos contínuos 100% poliéster, sendo resistente à tração, ao rasgo, à punção e ao estouro, além de ser isotrópico e permeável, cumprindo assim as funções de filtração, separação, drenagem transversal, proteção e reforço. Tendo densidade superficial igual a 300 g/m².

Argamassa de rejuntamento

Caso não seja possível a utilização de geotêxtil, poderá ser executado o rejunte interno e externo com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.

MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE BOCAS-DE-LOBO, CAIXAS DE VISITA, CAIXAS DE LIGAÇÃO E SAÍDAS

Os materiais a serem empregados na construção das caixas, berços, bocas e demais dispositivos de captação e transferência de deflúvios, deverão atender às prescrições e exigências previstas pelas normas da ABNT.

EQUIPAMENTO

Os equipamentos necessários à execução dos serviços são os mesmos utilizados para obras com materiais utilizados nas obras de arte correntes, estabelecidos nas especificações antes mencionadas.

Recomenda-se, no mínimo, os seguintes equipamentos:

Caminhão basculante;

Caminhão de carroceria fixa;

Betoneira ou caminhão betoneira;

Motoniveladora;

Pá carregadeira;

Rolo compactador metálico;

Retroescavadeira ou valetadeira;

Guincho ou caminhão com grua ou Munck;

Serra elétrica para formas;

Vibradores de placa ou imersão.

EXECUÇÃO**GALERIAS**

Em geral, os coletores urbanos são constituídos por galerias com tubos de concreto, exigindo para a sua execução o atendimento à DNER- ES 284/97.

Os tubos deverão satisfazer às especificações da ABNT NBR-9794. No caso de galerias celulares, em geral de forma retangular, serão atendidas as prescrições da DNER-ES 286/97.

As escavações deverão ser executadas de acordo com as cotas e alinhamentos indicados no projeto e com a largura superando o diâmetro da canalização, no mínimo, em 60cm.

O fundo das cavas deverá ser compactado mecanicamente até atingir a resistência prevista no projeto.

O assentamento dos tubos poderá ser feito sobre berço de areia, lançado sobre o terreno natural, quando este apresentar condições de resistência adequadas.

No caso de execução de bases em concreto armado, ou berços de concreto simples, deverá ser adotado concreto com resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa.

Quando o material local for de baixa resistência deverá ser prevista sua substituição ou a execução de camada de reforço com colocação de seixo.

As juntas dos tubos:

Serão envoltas por um retalho de geotêxtil com largura mínima de 30 cm e transpasse em volta do tubo de no mínimo 30 cm, essas juntas deverão ser empregadas nas tubulações de ponta e bolsa.

Os tubos terão suas bolsas assentadas no lado de montante para captar os deflúvios no sentido descendente das águas.

O assentamento dos tubos deverá obedecer às cotas e alinhamentos indicados no projeto.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATADA só poderá reaterrar as valas após o assentamento da tubulação ter sido vistoriada e liberada pela FISCALIZAÇÃO.

BOCAS-DE-LOBO

As bocas-de-lobo, as caixas de visita, as de ligação e as de saídas deverão obedecer às indicações do projeto.

As escavações deverão ser feitas de modo a permitir a instalação dos dispositivos previstos, adotando-se uma sobre largura conveniente nas cavas de assentamento.

Concluída a escavação e preparada a superfície do fundo será feita a compactação para fundação da boca-de-lobo.

As bocas-de-lobo serão assentes sobre base de concreto dosada para a resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15 MPa.

As paredes serão executadas com alvenaria de tijolo maciço recocado ou tijolo de concreto (em conformidade com a NBR 6136-94), assentes com argamassa de cimento-areia no traço 1:3, sendo internamente revestidas com a mesma argamassa, desempenada e alisada à colher.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta (9 x 10cm) de concreto armado com armadura longitudinal 6,3mm e

estribos de 5.0mm (conforme detalhado no projeto), dosado para uma resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixado o quadro para assentada a tampa.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

CAIXA DE LIGAÇÃO

As caixas de ligação destinam-se a estabelecer ligações entre duas ou mais linhas de tubo, proporcionando mudança de diâmetro, sentido e declividade. Deverão proporcionar condições de acesso para remoção dos materiais carregados pelas águas pluviais e depositados nos seus interiores.

As caixas de ligação deverão ser executadas de acordo com os detalhes de projeto.

Onde houver necessidade, as cavas deverão ser esgotadas e devidamente escoradas.

Os caixas serão assentes sobre a superfície resultante da escavação regularizada e compactada, executando-se o lastro com concreto magro dosado para resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 11MPa.

Em seguida procede-se à colocação das armaduras e a concretagem do fundo da caixa, com a conseqüente vibração, utilizando-se concreto com (fckmin), aos 28 dias de 15 MPa.

As paredes serão executadas com alvenaria de tijolo maciço cozido ou tijolo de concreto (em conformidade com a NBR 6136-94), assentes com argamassa de cimento-areia no traço 1:3, sendo internamente revestidas com a mesma argamassa, desempenada e alisada à colher.

A parte superior da alvenaria será fechada com uma cinta (9 x 10cm) de concreto armado com armadura longitudinal 6,3mm e estribos de 5.0mm (conforme detalhado no projeto), dosado para uma resistência à compressão (fckmin), aos 28 dias de 15MPa, sobre a qual será fixado o quadro para assentamento da tampa de concreto.

A instalação da caixa de ligação será concluída com a colocação do tampão especificado no projeto.

O reaterro somente será autorizado depois de fixadas as tubulações e deverá ser feito com areia ou outro material aprovado pela FISCALIZAÇÃO, em camadas com espessura máxima de 15cm, sendo compactado com equipamento manual até uma altura de 60cm acima da geratriz superior da tubulação.

Somente após esta altura será permitida a compactação mecânica, que deverá ser cuidadosa de modo a não danificar a canalização. Não será permitida a utilização do resultante da própria escavação para o reaterro das galerias, salvo autorização por escrito da FISCALIZAÇÃO.

INSPEÇÃO

CONTROLE DA EXECUÇÃO

O controle qualitativo dos dispositivos será feito de forma visual avaliando-se as características de acabamento das obras executadas, acrescentando-se outros processos de controle, para garantir que não ocorra prejuízo à operação hidráulica da canalização.

Da mesma forma, será feito o acompanhamento das camadas de embasamento dos dispositivos, acabamento das obras e enchimento das valas.

CONTROLE GEOMÉTRICO

O controle geométrico da execução das obras será feito através de levantamentos topográficos, auxiliados por gabaritos para

execução das canalizações e acessórios.

Os elementos geométricos característicos serão estabelecidos em Notas de Serviço com as quais será feito o acompanhamento da execução.

As dimensões das seções transversais avaliadas não difiram das de projeto de mais do que 1%, em pontos isolados.

Todas as medidas de espessuras efetuadas encontrem-se situadas no intervalo de $\pm 10\%$ em relação à espessura de projeto.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

As tubulações de drenagem serão medidas por metro linear efetivamente executado, incluindo o fornecimento e colocação de materiais, bem como a mão-de-obra e respectivos encargos, equipamentos, ferramentas e eventuais necessários à sua execução.

No caso de utilização de dispositivos pontuais acessórios, como caixas de ligação, bocas de lobo, as obras serão medidas por unidade, cujas quantidades foram estabelecidas nos projetos específicos.

PAVIMENTAÇÃO

BASE ESTABILIZADA GRANULOMETRICAMENTE NOS EMBOQUES

OBJETIVO

Esta especificação se aplica à execução de bases granulares, constituídas de camadas de solos, misturas de solos, misturas de solo e materiais britados, ou produtos totais de britagem.

As bases constituídas de solo e material britado são comumente designadas de "solo-brita", e as constituídas exclusivamente de produto de britagem, bases de brita granulada.

MATERIAIS

A base será executada com materiais que preencham os seguintes requisitos :

Deverão possuir composição granulométrica enquadrada em uma das faixas do quadro abaixo

PENEIRAS	F A I X A				
	Mm	A	B	C	D
2"	50,8	100	100	-	-
1"	25,4	-	-	100	100
3/8"	9,5	30 - 65	40 - 75	50 - 85	60 - 100
Nº 4	4,8	25 - 55	30 - 60	35 - 65	50 - 85
Nº 10	2,0	15 - 40	20 - 45	25 - 50	40 - 70
Nº 40	0,42	8 - 20	15 - 30	15 - 30	25 - 45
Nº 200	0,074	15 - 40	2 - 8	5 - 15	5 - 20

a fração que passa na peneira Nº 40 deverá apresentar limite de liquidez inferior ou igual a 25% e índice de plasticidade inferior ou igual a 6%; quando esses limites forem ultrapassados, o equivalente de areia deverá ser maior que 30%;

a porcentagem do material que passa na peneira nº 200 não deve ultrapassar 2/3 da porcentagem que passa na peneira Nº 40;

o índice de suporte Califórnia não deverá ser inferior a 60% e a expansão máxima será de 0,5%, determinadas segundo o método do DNER-ME 49-64 e com a energia do método DNER-ME 48-64.

O limite de liquidez deverá ser inferior ou igual a 35% e o índice de plasticidade inferior a 10%.

Deverão ser obedecidas todas as demais características exigidas para a base.

Para qualquer tráfego, a fração retida na peneira n.º 10 constituída de pedregulho laterítico, deverá apresentar no ensaio Los Angeles um desgaste máximo de 65%.

Para os fins desta especificação, entende-se como solo laterítico o solo cuja a fração coloidal (abaixo de 2 micra) apresenta relação molecular sílica/sesquióxidos menor que 2 e, em conjunto, as

seguintes características : presença apreciável de sesquióxidos de ferro, tendência para o concretamento e endurecimento sob exposição ao sol, baixa expansibilidade e fraco teor de matéria orgânica.

EQUIPAMENTO

São indicados os seguintes tipos de equipamento para execução da base :

motoniveladora pesada, com escarificador;
carro-tanque distribuidor de água;
rolos compactadores tipos pé-de-carneiro, liso-vibratório e pneumático;
grade de discos;
pulvi-misturador
central de mistura.

Além desses, poderão ser usados outros equipamentos aceitos pela Fiscalização.

EXECUÇÃO

Compreende as operações de espalhamento, mistura e pulverização, umedecimento ou secagem, compactação e acabamento dos materiais importados, realizadas na pista, devidamente preparada na largura desejada, nas quantidades que permitam, após a compactação, atingir a espessura projetada.

Os materiais de base serão explorados, preparados e espalhados de acordo com Especificações Complementares.

Quando houver necessidade de executar camadas de base com espessura final superior a 20 cm, estas serão subdivididas em camadas parciais, nenhuma delas excedendo a espessura de 20 cm. A espessura mínima de qualquer camada de base será de 10 cm, após a compactação.

O grau de compactação deverá ser, no mínimo, 100%, em relação à massa específica aparente, seca, máxima, obtida no ensaio DNER-ME 48-64, e o teor de umidade deverá ser a umidade ótima do ensaio citado $\pm 2\%$.

CONTROLE

CONTROLE GEOMÉTRICO

Após a execução do reforço do subleito, proceder-se-á à relocação e ao nivelamento do eixo e dos bordos, permitindo-se as seguintes tolerâncias :

± 10 cm, quanto à largura da plataforma;
até 20%, em excesso, para a flecha de abaulamento, não se tolerando falta. Na verificação do desempenho longitudinal da superfície não se tolerarão flechas maiores que 1,5 cm, quando determinadas por meio de régua de 3,00 m.

Não deve ser menor do que a espessura do projeto menos 1 cm. Na determinação de X serão utilizados pelo menos 9 valores de espessuras individuais X, obtidas por nivelamento do eixo e bordos, de 20 em 20 m, antes e depois das operações de espalhamento e compactação.

Não se tolerará nenhum valor individual de espessura fora do intervalo de ± 2 cm, em relação à espessura do projeto.

No caso de se aceitar, dentro das tolerâncias estabelecidas, uma camada de base com espessura média inferior à de projeto, o revestimento será aumentado de uma espessura estruturalmente equivalente à diferença encontrada.

No caso da aceitação de camada de base, dentro das tolerâncias, com espessura média superior à do projeto, a diferença não será deduzida da espessura do revestimento.

MEDIÇÃO

A camada de base será medida por metro cúbico de material compactado, na pista, e segundo a seção transversal do projeto.

IMPRIMAÇÃO

OBJETIVO

Esta especificação se aplica à execução da imprimação com material betuminoso.

Consiste a imprimação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base concluída, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando : aumentar a coesão da superfície da base, pela penetração do material betuminoso empregado;

promover condições de aderência entre a base e o revestimento; impermeabilizar a base.

MATERIAIS

Deve ser empregado asfalto diluído tipo CM-30.

A taxa de aplicação é aquela que pode ser absorvida pela base em 24 horas, devendo ser determinada experimentalmente, no canteiro da obra. A taxa de aplicação varia de 0,8 a 1,6 l/m², conforme o tipo e textura da base do material betuminoso escolhido.

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela FISCALIZAÇÃO, devendo estar de acordo com esta especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da base, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existentes.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são de 20 a 60 segundos. Saybolt-Furol, para asfaltos diluídos, e de 6 a 20 graus, Engler, para alcatrões.

Deve-se imprimir a pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixa-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia pista, fazendo a imprimação da adjacente, assim que a primeira for permitida a sua abertura ao trânsito. O tempo de exposição da base imprimida ao trânsito será condicionado pelo comportamento da primeira, não devendo ultrapassar a 30 dias.

A fim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais

serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida. Na ocasião da aplicação do material betuminoso, a base deve se encontrar levemente úmida.

MEDIÇÃO

A imprimação será medida através da área executada, em metros quadrados.

PINTURA DE LIGAÇÃO

OBJETIVO

Consiste a pintura de ligação na aplicação de uma camada de material betuminoso sobre a superfície de uma base ou de um pavimento, antes da execução de um revestimento betuminoso qualquer, objetivando promover a aderência entre este revestimento e a camada subjacente.

MATERIAIS

Todos os materiais devem satisfazer às especificações aprovadas pelo DNER. Deve ser empregado o seguinte material betuminoso: emulsões asfálticas, tipos RR-1, RR-2, RR-1C e RR-2C. A taxa de aplicação será função do tipo de material betuminoso empregado, devendo-se situar-se em torno de 0,5 l/m².

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado pela Fiscalização, devendo estar de acordo com esta Especificação, sem o que não será dada a ordem para o início do serviço.

Para a varredura da superfície da base, usam-se, de preferência, vassouras mecânicas rotativas, podendo entretanto, ser manual esta operação. O jato de ar comprimido poderá, também ser usado.

A distribuição do ligante deve ser feita por carros equipados com bomba reguladora de pressão e sistema completo de aquecimento, que permitam a aplicação do material betuminoso em quantidade uniforme.

As barras de distribuição devem ser do tipo de circulação plena, com dispositivo que possibilite ajustamentos verticais e larguras variáveis de espalhamento do ligante.

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros, em locais de fácil observação e, ainda, de um espargidor manual, para tratamento de pequenas superfícies e correções localizadas.

O depósito de material betuminoso, quando necessário, deve ser equipado com dispositivo que permita o aquecimento adequado e uniforme do conteúdo do recipiente. O depósito deve ter uma capacidade tal que possa armazenar a quantidade de material betuminoso a ser aplicado em, pelo menos, um dia de trabalho.

EXECUÇÃO

Após a perfeita conformação geométrica da camada que irá receber a pintura de ligação, procede-se à varredura da sua superfície, de modo a eliminar o pó e o material solto existente.

Aplica-se, a seguir, o material betuminoso adequado, na temperatura compatível com o seu tipo, na quantidade certa e de maneira mais uniforme. O material betuminoso não deve ser distribuído quando a temperatura ambiente estiver abaixo de 10°C, ou em dias de chuva, ou, quando estiver iminente. A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento. As faixas de viscosidade recomendadas para espalhamento são as seguintes :

para emulsões asfálticas : 25 a 100 segundos, Saybolt-Furol.

Deve-se executar a pintura de ligação na pista inteira em um mesmo turno de trabalho e deixá-la, sempre que possível, fechada ao trânsito. Quando isto não for possível, trabalhar-se-á em meia

pista, fazendo a pintura de ligação da adjacente, logo que a pintura permita sua abertura ao trânsito.

Afim de evitar a superposição, ou excesso, nos pontos inicial e final das aplicações, devem-se colocar faixas de papel transversalmente, na pista, de modo que o início e o término da aplicação do material betuminoso situem-se sobre essas faixas, as quais serão, a seguir, retiradas. Qualquer falha na aplicação do material betuminoso deve ser, imediatamente, corrigida.

Antes da aplicação do material betuminoso, no caso de bases de solo-cimento ou concreto magro, a superfície da base deve ser irrigada, afim de saturar os vazios existentes, não se admitindo excesso de água sobre a superfície. Essa operação não é aplicável quando se empregam materiais betuminosos, com temperaturas de aplicação superior a 100 °C.

CONTROLE

Quantidade de material consumido.

MEDIÇÃO

A pintura de ligação será medida através da área executada, em metros quadrados.

CONCRETO BETUMINOSO – FAIXA “C”

UTILIZAR ESPESSURAS DE 5,0 CM PARA PISTAS E ACOSTAMENTOS DOS EMBOQUES E 8,0 CM PARA PAVIMENTAÇÃO SOBRE PARALELEPIPEDOS, SENDO 4,0 CM DE CAMADA ABERTA, COM AREGADOS MAIORES E 4,0 CM COM CAMADA FECHADA COM AREGADOS CONFORME DESCRITO A SEGUIR.

OBJETIVO

Estabelecer a sistemática a ser empregada na fabricação e execução de misturas betuminosas para a construção de camadas do pavimento de acordo com os alinhamentos, greide e seção transversal de projeto.

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Concreto betuminoso - mistura executada em usina apropriada, com características específicas composta de agregado mineral graduado, material de enchimento (filer) e ligante betuminoso espalhada e comprimida à quente.

MATERIAL

Os materiais constituintes de concreto betuminoso são agregados graúdo, agregado miúdo, material de enchimento filer e ligante betuminoso.

LIGANTE BETUMINOSO

Podem ser empregados os seguintes ligantes betuminosos: cimento asfáltico de petróleo, CAP-30/45, CAP-50/60, CAP-85/100, CAP-150/200 (classificação por penetração), CAP-7, CAP-20 e CAP-40 (classificação por viscosidade);

AGREGADO GRAÚDO

O agregado graúdo pode ser pedra, escória, seixo rolado, ou outro material indicado nas Especificações Complementares. O agregado graúdo deve se constituir de fragmentos sãos, duráveis, livres de torrões de argila, e substâncias nocivas e apresentar as características seguintes:

desgaste Los Angeles igual ou inferior a 40% (DNER-ME 035); admitindo-se agregados com valores maiores, no caso de terem apresentado desempenho satisfatório em utilização anterior;

índice de forma superior a 0,5 (DNER-ME 086);

durabilidade, perda inferior a 12% (DNER-ME 89);

AGREGADO MIÚDO

O agregado miúdo pode ser areia, pó-de-pedra ou mistura de ambos. Suas partículas individuais deverão ser resistentes, apresentar moderada angulosidade, estando livres de torrões de argila e de substâncias nocivas. Deverá apresentar equivalente de areia

igual ou superior a 55%. (DNER-ME 054).

MATERIAL DE ENCHIMENTO (FILER)

Deve ser constituído por materiais minerais finamente divididos, tais como cimento Portland, cal extinta, pós calcários, cinza volante, etc., e que atendam a seguinte granulometria (DNER-ME 083):

Peneira	% mínima, passando
Nº 40	100
Nº 80	95
Nº 200	65

Quando da aplicação deverá estar seco e isento de grumos.

MELHORADOR DE ADESIVIDADE

Não havendo boa adesividade entre o ligante betuminoso e os agregados (DNER-ME 078, DNER-ME 079), poderá ser empregado melhorador de adesividade na quantidade fixada no projeto.

COMPOSIÇÃO DA MISTURA

A composição de concreto betuminoso deve satisfazer os requisitos do quadro seguinte com as respectivas tolerâncias no que diz respeito a granulometria e aos percentuais do ligante betuminoso.

Peneira de malha quadrada		% passando, em peso das faixas			
Discriminação	Abertura (mm)	A	B	C	Tolerâncias fixas de projeto
2"	50,8	100	-	-	-
1 1/2"	38,1	95-100	100	-	± 7%
1"	25,4	75-100	95-100	-	± 7%
3/4"	19,1	60-90	80-100	100	± 7%
1/2"	12,7	-	-	85-100	± 7%
3/8"	9,5	35-65	45-80	75-100	± 7%
Nº 4	4,8	25-50	28-60	50-85	± 5%
Nº 10	2,0	20-40	20-45	30-75	± 5%
Nº 40	0,42	10-30	10-32	15-40	± 5%
Nº 80	0,18	5-20	8-20	8-30	± 2%
Nº 200	0,074	1-8	3-8	5-10	± 2%
		4,0 - 7,0	4,5 - 7,5	4,5 - 9,0	± 0,3%
Betume solúvel no CS2 (+) %		Camada de ligação	Camada de ligação e rolamento	Camadas de rolamento	

A faixa usada deve ser aquela, cujo diâmetro máximo é igual ou inferior a 2/3 da espessura da camada de revestimento.

Na escolha da curva granulométrica, para camada de rolamento, deverá ser considerada a segurança do usuário,

As porcentagens de betume se referem a mistura de agregados, considerada como 100%. Para todos os tipos, a fração retida entre duas peneiras consecutivas não deverá ser inferior a 4% do total. deverá ser adotado o Ensaio Marshall (DNER-ME 043) para verificação das condições de vazios, estabilidade e fluência da mistura betuminosa, segundo os valores seguintes:

Discriminação	Camada de rolamento	Camada de ligação (Binder)
Porcentagem de vazios	3 a 5	4 a 6
Relação betume/vazios	75-82	65-72
Estabilidade, mínima	350 kgf (75 golpes)	350 kgf (75 golpes)
Fluência	250 kgf (50 golpes)	250 kgf (50 golpes)
	2,0 - 4,5	2,0 - 4,5

as Especificações Complementares fixarão a energia de compactação;

as misturas devem atender as especificações da relação betume/

vazios ou aos mínimos de vazios do agregado mineral, dados pela linha inclinada do seguinte ábaco:

EQUIPAMENTO

Todo equipamento, antes do início da execução da obra, deverá ser examinado, devendo estar de acordo com esta especificação. Os equipamentos requeridos são os seguintes:

DEPÓSITO PARA LIGANTE BETUMINOSO

Os depósitos para o ligante betuminoso deverão possuir dispositivos capazes de aquecer o ligante nas temperaturas fixadas nesta Especificação. Estes dispositivos também deverão evitar qualquer superaquecimento localizado. Deverá ser instalado um sistema de recirculação para o ligante betuminoso, de modo a garantir a circulação, desembaraçada e contínua, do depósito ao misturador, durante todo o período de operação. A capacidade dos depósitos deverá ser suficiente para, no mínimo, três dias de serviço.

DEPÓSITO PARA AGREGADOS

Os silos deverão ter capacidade total de, no mínimo, três vezes a capacidade do misturador e serão divididos em compartimentos, dispostos de modo a separar e estocar, adequadamente, as frações apropriadas do agregado. Cada compartimento deverá possuir dispositivos adequados de descarga. Haverá um silo adequado para o filer, conjugado com dispositivos para a sua dosagem.

USINA PARA MISTURAS BETUMINOSAS

A usina deverá estar equipada com uma unidade classificadora de agregados, após o secador, dispor de misturador capaz de produzir uma mistura uniforme. Um termômetro, com proteção metálica e escala de 90° a 210 °C (precisão ± 1 °C), deverá ser fixado no dosador de ligante ou na linha de alimentação do asfalto, em local adequado, próximo a descarga do misturador. A usina deverá ser equipada além disto, com pirômetro elétrico, ou outros instrumentos termométricos aprovados, colocados na descarga do secador, com dispositivos para registrar a temperatura dos agregados, com precisão de ± 5 °C.

Poderá, também, ser utilizada uma usina do tipo tambor/secador/misturador, provida de coletor de pó, alimentador de filer sistema de descarga da mistura betuminosa com comporta, ou alternativamente, em silos de estocagem. A usina deverá possuir silos de agregados múltiplos, com pesagem dinâmica (precisão de ± 5%) e assegurar a homogeneidade das granulometrias dos diferentes agregados.

CAMINHÕES PARA TRANSPORTE DA MISTURA

Os caminhões, tipo basculante, para o transporte do concreto betuminoso, deverão ter caçambas metálicas robustas, limpas e lisas, ligeiramente lubrificadas com água e sabão, óleo cru fino, óleo parafínico, ou solução de cal, de modo a evitar a aderência da mistura às chapas. A utilização de produtos susceptíveis de dissolver o ligante betuminoso (óleo diesel, gasolina, etc.) não serão permitidos.

EQUIPAMENTO PARA ESPALHAMENTO

O equipamento para espalhamento e acabamento deverá ser constituído de pavimentadoras automotrizas, capazes de espalhar e conformar a mistura no alinhamento, cotas e abaulamento requeridos. As acabadoras deverão ser equipadas com parafusos sem fim, para colocar a mistura exatamente nas faixas, e possuir dispositivos rápidos e eficientes de direção, além de marchas para frente e para trás. As acabadoras deverão ser equipadas com alisadores e dispositivos para aquecimento, à temperatura requerida, para a colocação da mistura sem irregularidade.

EQUIPAMENTO PARA A COMPRESSÃO

O equipamento para a compressão será constituído por rolo pneumático e rolo metálico liso, tipo tandem ou rolo vibratório. Os rolos pneumáticos, autopropelesores, devem ser dotados de dispositivos

que permitam a calibragem de variação da pressão dos pneus de 2,5kgf/cm² a 8,4kgf/cm² (35 a 120 psi).

O equipamento em operação deve ser suficiente para comprimir a mistura à densidade requerida, enquanto esta se encontrar em condições de operacionalidade.

EXECUÇÃO

Sendo decorridos mais de sete dias entre a execução da imprimação e a do revestimento, ou no caso de ter havido trânsito sobre a superfície imprimada, ou, ainda ter sido a imprimação recoberta com areia, pó-de-pedra, etc., deverá ser feita uma pintura de ligação.

A temperatura de aplicação do cimento asfáltico deve ser determinada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura-viscosidade. A temperatura conveniente é aquela na qual o asfalto apresenta uma viscosidade situada dentro da faixa de 75 e 150 segundos, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), indicando-se, preferencialmente, a viscosidade de 85 a 95 segundos. Entretanto, a temperatura do ligante não deve ser inferior a 107 °C e nem exceder a 177 °C.

A temperatura de aplicação do alcatrão será aquela na qual a viscosidade "Engler" (ASTM D 1665) situa-se em uma faixa de 25 ± 3. A mistura, neste caso, não deve deixar a usina com temperatura superior a 106 °C.

Os agregados devem ser aquecidos a temperaturas de 10 °C a 15 °C, acima da temperatura do ligante betuminoso.

PRODUÇÃO DO CONCRETO BETUMINOSO

A produção do concreto betuminoso é efetuada em usinas apropriadas, conforme anteriormente especificado.

TRANSPORTE DO CONCRETO BETUMINOSO

O concreto betuminoso produzido deverá ser transportado, da usina ao ponto de aplicação, nos veículos basculantes especificados. Quando necessário, para que a mistura seja colocada na pista à temperatura especificada, cada carregamento deverá ser coberto com lona ou outro material aceitável, com tamanho suficiente para proteger a mistura.

DISTRIBUIÇÃO E COMPRESSÃO DA MISTURA

A distribuição do concreto betuminoso deve ser feita por máquinas acabadoras.

Caso ocorram irregularidades na superfície da camada, estas deverão ser sanadas pela adição manual de concreto betuminoso, sendo esse espalhamento efetuado por meio de ancinhos e rodos metálicos.

Após a distribuição do concreto betuminoso, tem início a rolagem. Como norma geral, a temperatura de rolagem é a mais elevada que a mistura betuminosa possa suportar, temperatura essa fixada, experimentalmente, para cada caso.

A temperatura recomendável para a compressão da mistura é aquela na qual o ligante apresenta uma viscosidade, "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004), de 140 ± 15 segundos, para o cimento asfáltico ou uma viscosidade específica, "Engler" (ASTM-D 1665), de 40 ± 5, para o alcatrão.

Caso sejam empregados rolos de pneus, de pressão variável, inicia-se a rolagem com baixa pressão, a qual será aumentada à medida que a mistura vai sendo compactada, e, conseqüentemente, suportando pressões mais elevadas.

A compressão será iniciada pelos bordos, longitudinalmente, continuando em direção ao eixo da pista. Nas curvas, de acordo com a superelevação, a compressão deve começar sempre do ponto mais baixo para o mais alto. Cada passada do rolo deve ser recoberta na seguinte de, pelo menos, metade da largura rolada. Em qualquer caso, a operação de rolagem perdurará até o momento em que seja atingida a compactação especificada.

Durante a rolagem não serão permitidas mudanças de direção e inversões bruscas de marcha, nem estacionamento do equipamento sobre o revestimento recém-rolado. As rodas do rolo deverão

ser umedecidas adequadamente, de modo a evitar a aderência da mistura.

ABERTURA AO TRÁFEGO

Os revestimentos recém-acabados deverão ser mantidos sem tráfego, até o seu completo resfriamento.

INSPEÇÃO

LIGANTE BETUMINOSO

O controle de qualidade do ligante betuminoso poderá constar de::

para cimento asfálticos:

01 ensaio de viscosidade absoluta a 60 °C (ABNT MB-827) quando o asfalto for classificado por viscosidade ou 01 ensaio de penetração a 25° (DNER-ME 003) quando o asfalto for especificado por penetração para todo carregamento que chegar a obra;

01 ensaio de ponto de fulgor, para todo carregamento que chegar a obra (DNER-ME 148);

01 índice de susceptibilidade térmica para cada 100t determinado pelos ensaios DNER-ME 003 e ABNT NBR 6560;

01 ensaio de espuma, para todo carregamento que chegar à obra;

01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) para todo carregamento que chegar à obra

01 ensaio de viscosidade "Saybolt-Furol" (DNER-ME 004) a diferentes temperaturas para o estabelecimento da curva viscosidade x temperatura, para cada 100t.

AGREGADOS

O controle de qualidade dos agregados poderá constar de:

02 ensaios de granulometria do agregado, de cada silo quente, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 083);

01 ensaio de desgaste Los Angeles, por mês, ou quando houver variação da natureza do material (DNER-ME 035);

01 ensaio de índice de fôrma, para cada 900m³ (DNER-ME 086);

01 ensaio de equivalente de areia do agregado miúdo, por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 054);

01 ensaio de granulometria do material de enchimento (filer), por jornada de 8 horas de trabalho (DNER-ME 083).

CONTROLE DA EXECUÇÃO

O controle da execução será exercido através de coleta de amostras, ensaios e determinações feitas de maneira aleatória.

CONTROLE DA QUANTIDADE DE LIGANTE NA MISTURA

Devem ser efetuadas extrações de betume, de amostras coletadas na saída do misturador (DNER-ME 053). A porcentagem de ligante poderá variar, no máximo, ± 0,3%, da fixada no projeto.

CONTROLE DA GRADUAÇÃO DA MISTURA DE AGREGADOS

Será procedido o ensaio de granulometria (DNER-ME 083) da mistura dos agregados resultantes das extrações citadas no item anterior. A curva granulométrica deve manter-se contínua, enquadrando-se dentro das tolerâncias, especificadas no projeto.

CONTROLE DE TEMPERATURA

Serão efetuadas medidas de temperatura, durante a jornada de 8 horas de trabalho, em cada um dos itens abaixo discriminados:

do agregado, no silo quente da usina;

do ligante, na usina;

da mistura, no momento, da saída do misturador.

As temperaturas devem apresentar valores de ± 5 °C das temperaturas especificadas.

TEMPERATURA DE COMPRESSÃO

Deverão ser efetuadas medidas de temperatura durante o espalhamento da massa imediatamente, antes de iniciada a compressão.

Estas temperaturas deverão ser as indicadas para compressão, com uma tolerância de 5 °C.

CONTROLE DO GRAU DE COMPRESSÃO

O controle do grau de compressão - GC da mistura betuminosa deverá ser feito, preferencialmente, medindo-se a densidade aparente de corpos-de-prova extraídos da mistura espalhada e comprimida na pista, por meio de brocas rotativas.

Poderão ser empregados outros métodos para determinação da densidade aparente na pista, desde que indicada no projeto.

Devem ser realizadas determinações em locais escolhidos aleatoriamente durante a jornada de trabalho, não sendo permitidos - GC inferiores a 97%.

O controle do grau de compressão poderá, também, ser feito medindo-se as densidades aparentes dos corpos-de-prova extraídos da pista e comparando-se com as densidades aparentes de corpos-de-prova moldados no local. As amostras para a moldagem destes corpos-de-prova deverão ser colhidas bem próximas ao local onde serão realizados os furos e antes da sua compactação.

O número de determinações das temperaturas de compressão do grau de compactação - GC é definido em função do risco de rejeição de um serviço de boa qualidade a ser assumido pelo Executante.

ESPESSURA DA CAMADA

Será medida a espessura por ocasião da extração dos corpos-de-prova na pista, ou pelo nivelamento, do eixo e dos bordos, antes e depois do espalhamento e compressão da mistura. Admiti-se a variação de $\pm 5\%$ em relação as espessuras de projeto.

ALINHAMENTOS

A verificação do eixo e bordos é feita durante os trabalhos de locação e nivelamento nas diversas seções correspondentes às estacas da locação. Poderá também ser a trena. Os desvios verificados não deverão exceder ± 5 cm.

ACABAMENTO DA SUPERFÍCIE

Durante a execução deverá ser feito em cada estaca da locação o controle de acabamento da superfície do revestimento, com o auxílio de duas réguas, uma de 3,00m e outra de 1,20m, colocadas em ângulo reto e paralelamente ao eixo da estrada, respectivamente. A variação da superfície, entre dois pontos quaisquer de contato, não deve exceder a 0,5cm, quando verificada com qualquer das réguas.

O acabamento da superfície deverá, ser verificado por "aparelhos medidor de irregularidade tipo resposta" devidamente calibrado (DNER-PRO 164 e DNER-PRO 182). Neste caso o acabamento ao Quociente de Irregularidade - QI deverá apresentar valor inferior a 35 contagens/km.

CONDIÇÕES DE SEGURANÇA

O revestimento acabado deverá apresentar VRD, Valor de Resistência a Derrapagem, superior a 55, medido com auxílio do Pêndulo Britânico SRT (Método HD 15/87 e HD 36/87 British Standard), ou outros similares.

O projeto da mistura deverá ser verificado experimentalmente através de trecho experimental como extensão da ordem de 100m. Poderá, também, ser empregado outro processo para avaliação da resistência à derrapagem, quando indicado no projeto. Os ensaios de controle da execução serão realizados para cada 200m de pista, em locais escolhidos de maneira aleatória.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

O concreto betuminoso será medido, em m^3 através da mistura efetivamente aplicada na pista.

PAVIMENTO INTERTRAVADO EM PAVER

As baias dos pontos de ônibus serão executadas em Paver com $fck = 35$ MPa e espessura de 8 cm sobre colchão de areia com espessura de 10 cm.

Serão empregados blocos nas dimensões 10x20x8cm, cor cinza. As peças devem ser os mais uniformes possíveis, suas medidas não podem ultrapassar 3mm na espessura e comprimento e 2 mm na largura. Sua superfície deve ter cor uniforme e sem lascas ou trincas, e suas arestas devem ter cantos vivos e sem distorções. O transporte deve ser feito de maneira organizada e o manuseio semelhante a dos tijolos de barro, para evitar quebras ou fissuras. As camadas de pavimentação deverão estar concluídas antes do início de construção do pavimento.

A base será constituída por camada de areia com espessura de 10,0 cm, compactada com placa vibratória. A areia deverá ser constituída de partículas limpas, duras e duráveis, isentas de matéria orgânica, torrões de argila ou outros materiais deletérios.

O assentamento será executado partindo-se de um meio-fio lateral. A pavimentação estará condicionada a uma inclinação em direção à rua, como forma de evitar o confinamento e infiltração da água, a qual possui elevado poder erosivo.

Para evitar irregularidades na superfície, não se deve transitar, após a compactação, sobre a base de areia. Durante a colocação e antes que os blocos sejam compactados, é preciso proteger o piso com tábuas ou chapas grossas de madeira para a circulação dos operários e transporte dos materiais.

As peças deverão ser colocadas sobre a camada de areia, acertadas no ato do assentamento de cada peça, de modo que sua face superior fique pouco acima do cordel. Para tanto, o calceteiro deve pressionar a peça contra a areia, ao mesmo tempo em que acerta a sua posição. Assentada a primeira peça, a segunda será encaixada da mesma forma que a primeira. Imediatamente após o assentamento da peça, processar o acerto das juntas com o auxílio da alavanca de ferro própria, igualando-se a distância entre elas. Esta operação deve ser feita antes da distribuição da areia para o rejuntamento, pois o acomodamento desta nas juntas prejudicará o acerto.

Na colocação das peças, o calceteiro deverá de preferência trabalhar de frente para a fileira que está assentando, ou seja, de frente para a área pavimentada. O nivelamento, bem como o alinhamento do pavimento, poderá ser controlado por meio de sistema de nivelamento/alinhamento a laser. O cuidado na colocação permite que se tenha a junta com abertura mínima: em média de 2,5mm. Como os blocos são colocados à mão, o colocador deverá usar apenas luvas de proteção.

As atividades de compactação são realizadas com o uso de placas vibratórias. Na primeira etapa de compactação, a placa vibratória deverá passar sobre o piso pelo menos duas vezes e em direções opostas: primeiro completa-se o circuito num sentido e depois no sentido contrário, com sobreposição dos percursos para evitar a formação de degraus. Caso haja quebra de peças na primeira etapa de compactação, será preciso retirá-las com duas colheres de pedreiro ou chaves de fenda e substituí-las antes das fases de rejunte e compactação final.

A areia fina funciona como agente do intertravamento entre os pavers ao penetrar pelas juntas entre suas faces laterais. O rejunte exige areia fina - com grãos menores que 2,5 mm - do tipo utilizado para preparar cal-fino de paredes. O uso de peneira de malha quadrada permite retirar os grãos maiores que 2,5 mm, contaminantes e corpos estranhos, além de soltar a areia para que seque mais facilmente. Na hora da colocação, a areia precisa estar seca, sem cimento ou cal: nunca se utiliza argamassa porque isso tornaria o rejunte quebradiço.

Quando a areia estiver muito molhada, pode-se estendê-la em camadas finas para secar ao sol ou em área coberta. Deve-se evitar o contato da areia com o solo e remexê-la com frequência.

Em média, é preciso utilizar em torno de 3,5 litros de areia por m^2 , ou seja, 1 m^3 serve para selar 285 m^2 de pavimento. A areia é posta sobre os pavers em camadas finas para evitar que sejam totalmente cobertos. O espalhamento é feito com vassoura até que as juntas sejam completamente preenchidas. A varrição poderá ser alternada com a compactação final. Pequenos espaços existentes entre os blocos de arremate e as bordas de acabamento

do pavimento, tais como a sarjeta, devem ser completados com areia, ou argamassa de cimento e areia, se forem frestas mais largas do que 1 centímetro.

A compactação final tem a função de dar firmeza ao pavimento, devendo ser executada da mesma forma que o indicado para primeira etapa dessa atividade. Deve-se evitar o acúmulo de areia fina, para que ela não grude na superfície dos pavers, nem forme saliências que afundem os blocos quando da passagem da placa vibratória. É preciso fazer pelo menos quatro passadas da placa vibratória em diversas direções, numa atividade que se desenvolve por trechos de percursos sucessivos.

É recomendável deixar o excesso da areia fina do rejunte sobre o piso por cerca de duas semanas, fazendo com que o tráfego contribua para completar o selado das juntas. Isto quando não houver chuvas ou a poeira não incomodar. Em caso de chuva deverá ser feita a varrição final e a abertura da via para o tráfego. Uma ou duas semanas depois o empreiteiro volta à obra para refazer a selagem e nova varrição. Não se deve jogar água sobre o piso antes de completar um mês de assentamento.

O pavimento com paver, após sua compactação, deverá ter forma definida pelos alinhamentos, perfis, dimensões e seção transversal estabelecida em projeto, com as seguintes tolerâncias: Acabamento da superfície: A face do calçamento não deverá apresentar, sob uma régua de 3 metros de comprimento, disposta em qualquer direção, qualquer depressão superior a 10 mm.

Tolerância de espessura: A altura da base de areia mais a do paver depois de compactado, medida por sondagens diretas, não poderá deferir em mais de 5% da espessura fixada pelo projeto. Tolerância das dimensões das juntas: A abertura das juntas deverá estar compreendida entre 5 a 10 mm, salvo nos arremates, a critério da fiscalização. Não serão tolerados desníveis superiores a 5 mm entre os bordos das juntas.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

O pavimento em paver será medido, em m² através da área efetivamente aplicada na pista.

SINALIZAÇÃO VIÁRIA

SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

OBJETIVO

Este item destina-se a apresentação da sistemática utilizada na implantação da sinalização horizontal, abrangendo o recebimento dos materiais, execução, inspeção, critério de medição e pagamento.

DEFINIÇÃO

Para os efeitos desta Norma é adotada a definição seguinte:

Sinalização horizontal - conjunto de marcas, símbolos e legendas aplicados sobre o revestimento de uma rodovia, obedecendo a um projeto desenvolvido para atender às condições de segurança e conforto do usuário.

CONDIÇÕES GERAIS

Todos os materiais devem previamente satisfazer às exigências das especificações aprovadas pela PMG.

No projeto de sinalização deverão estar definidos os seguintes elementos:

Local da aplicação, extensão e largura;

Dimensões das faixas;

Espessura úmida da tinta a ser aplicada, em uma só passada 0,4mm ou 0,6mm;

Outras espessuras poderão ser aplicadas, desde que o projeto assim o determine.

Podem ser aplicadas nas cores branca e amarela:

a) amarelas: destinadas à regulamentação de fluxos de sentidos

opostos e aos controles de estacionamentos e paradas;

b) brancas - usadas para a regulamentação de fluxos de mesmo sentido, para a delimitação das pistas destinadas à circulação de veículos, além de regular movimentos de pedestres, pinturas de símbolos, legendas e outros.

MATERIAL

A tinta consiste em uma mistura bem proporcionada de resina, pigmentos e cargas, solvente e aditivos, formando um produto líquido com características termoplásticas, de secagem física, sem reações prejudiciais ao revestimento.

Microesferas de vidro para sinalização rodoviária - elementos esféricos de vidro incolor com características fixadas nesta Norma, com diâmetro máximo de 0,6mm, para serem adicionadas a materiais de sinalização viária a fim de produzir retrorefletorização da luz incidente.

A tinta deve ser fornecida para uso em superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

A tinta, logo após a abertura do recipiente, não deve apresentar sedimentos, nata e grumos, que não possam ser facilmente redispersos por agitação manual, após a qual deve apresentar aspecto homogêneo.

A tinta deve ser apresentada nas cores branco-neve e amarelo-médio, de acordo com o especificado na Tabela 2.

A tinta deve ter condições para ser aplicada, nas seguintes condições de ambiente:

a) temperatura entre 10°C e 40°C;

b) umidade relativa do ar até 90%.

A tinta deve ter condições para ser aplicada por máquinas apropriadas e vir na consistência especificada, sem adição de aditivos. No caso de adição de micro esfera de vidro tipo "premix" (I B) pode ser adicionado, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente sobre a tinta, compatível com a mesma, para acerto da consistência.

O material deve estar apto ou suscetível à adição de microesferas de vidro tipo "premix" (I B).

No caso de serem exigidas microesferas de vidro, a sua aplicação deve ser feita na proporção de:

tipo premix (IA) - 200g/l a 250g/l;

tipo "drop-on" - mínimo de 200g/m².

No caso de serem exigidas microesferas de vidro tipo "drop-on" (II) a sua aplicação deve ser feita mecânica e simultaneamente com a tinta, na proporção especificada.

A espessura úmida de material a ser aplicado deve estar entre 0,4mm a 0,6mm, a ser obtida de uma só passada da máquina sobre o pavimento.

A tinta deve recobrir perfeitamente o pavimento e permitir a liberação do tráfego a partir de 30 minutos após aplicação.

A tinta deve manter integralmente a sua coesão e cor, após sua aplicação sobre superfície betuminosa ou de concreto de cimento Portland.

As microesferas de vidro devem satisfazer a especificação de microesferas de vidro para sinalização rodoviária horizontal - DNER-EM 373/97.

Após secagem física total, deve apresentar plasticidade e características de adesividade às microesferas de vidro e ao revestimento, produzir película seca, fosca, de aspecto uniforme, sem apresentar fissuras, gretas ou descascamento durante o período de vida útil que deve ser, no mínimo, de dois anos.

A tinta, quando aplicada sob superfície betuminosa, não deve apresentar sangramento, nem exercer qualquer ação que danifique o revestimento.

A tinta não deve modificar as suas características, ou deteriorar-se, quando estocada por um período mínimo de 6 meses, após a data de entrega do material.

Podem ser empregados aditivos à tinta, em quantidades suficientes para produzir uma perfeita dispersão e suspensão dos componentes sólidos no líquido; o agente ligante (resina sólida) deve se enquadrar nas características da resina acrílica (isenta de estireno)

e/ou vinílica.

A tinta deve ser suscetível de rejuvenescimento mediante aplicação de nova camada.

A tinta, após aplicada, deve apresentar ótimas condições de aparência durante o dia, visibilidade noturna e durabilidade.

A unidade de compra é o litro.

Salvo combinação em contrário, entre o DNER e o fornecedor, a tinta deve ser fornecida embalada em recipientes metálicos, cilíndricos, possuindo tampa removível com diâmetro igual ao da embalagem.

Os recipientes devem trazer no seu corpo, bem legível, as seguintes identificações:

a) nome do produto: "Tinta para Sinalização Rodoviária Horizontal";

b) nome comercial e/ou numeração;

c) cor da tinta : branca ou amarela;

d) referência quanto a natureza química da resina;

e) data da fabricação;

f) prazo de validade;

g) identificação da partida de fabricação;

h) nome e endereço do fabricante;

i) quantidade contida no recipiente, em litros.

Os recipientes devem encontrar-se em bom estado de conservação.

Tintas

Os tipos de tintas empregadas na sinalização horizontal, podem ser:

Tinta estireno acrilato ou estireno butadieno e alquídica borracha clorada;

Acrílica;

Vinílica.

Devem atender às exigências das Especificações DNER-EM 368/97 e DNER-EM 372/97

Quando utilizadas microesferas de vidro as tintas adquirem retrorrefletorização.

Materiais Termoplásticos

Os materiais termoplásticos podem ser aplicados por aspersão ("spray") ou por extrusão.

Deve obedecer a Especificação DNER-EM 372/97.

Como partes constituintes dos materiais termoplásticos são utilizadas microesferas do tipo "innermix" para fornecimento de retrorrefletorização ao longo da vida útil da sinalização.

As espessuras de aplicação dos materiais termoplásticos, em função do seu tipo, são as seguintes:

1,5mm de espessura - aplicado por "spray";

3,0mm de espessura - aplicado por extrusão.

Microesferas de Vidro

As microesferas de vidro são constituídas de partículas esféricas, de vidro de alta qualidade, do tipo soda-cal e devem obedecer à Especificação DNER-EM 373/97.

Classificam-se quanto ao seu tipo em:

"innermix" - as incorporadas aos materiais termoplásticos, durante sua fabricação, fornecendo retrorrefletorização somente após o desgaste da superfície da película aplicada, quando se tornam expostas;

"Premix" - as incorporadas às tintas antes da sua aplicação, fornecendo retrorrefletorização somente após o desgaste da superfície aplicada, quando se tornam expostas;

"Drop-on" - aplicadas por aspersão, concomitantemente com a tinta ou com material termoplástico, de modo a permanecer na superfície da película aplicada, fornecendo retrorrefletorização imediata.

As microesferas deverão atender aos seguintes requisitos:

Resistência à solução de cloreto de cálcio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 011, não devem apresentar superfície embaçada.

Resistência ao ácido clorídrico - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 014, não devem apresentar superfície embaçada.

Resistência à umidade - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 015, devem fluir ou escoar livremente, sem interrupção, no funil

do ensaio.

Resistência à água - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 023, não devem apresentar superfície embaçada, e não devem gastar mais do que 4,5ml de HCl 0,10 N para neutralização da solução.

Resistência à solução de sulfeto de sódio - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 022, não devem apresentar superfície embaçada.

Teor de sílica - Quando ensaiadas conforme DNER-ME 057, não devem apresentar teor de sílica menor do que 65%.

Aparência e defeitos - Devem ser limpas, claras, redondas, incolores e isentas de defeitos e de matérias estranhas. No máximo 3% em peso podem ser quebradas ou conter partículas de vidro não fundido e elementos estranhos, no máximo 30% em peso, pode ser fragmentos ovóides, deformados, geminados ou com bolhas gasosas.

Índice de refração - Não devem ter índice de refração menor de que 1,50, quando ensaiadas conforme DNER-ME 110.

Massa específica - Devem ter massa específica entre 2,3g/cm³ e 2,6g/cm³, quando ensaiadas conforme DNER-ME 013.

Granulometria - As microesferas, conforme sua classificação deve apresentar as faixas granulométricas da tabela, quando ensaiada conforme DNER-ME 058.

EQUIPAMENTO

Os equipamentos de aplicação dos materiais de sinalização devem possuir todas as condições necessárias para uma boa aplicação, tais como: reservatório para o material e para as microesferas ("drop-on"), pistolas que possibilitem a pintura simultânea ou sucessiva de faixas contínuas e/ou interrompidas, compressor de ar, sistema de homogeneização, direção do tipo automático para alinhamento preciso da máquina, lança-guia com pontas finais ajustáveis, sistema de controle para o espaçamento das faixas, luzes traseiras, sinaleiro rotativo, pisca-pisca e reguladores de pressão. Além disto, para a aplicação dos materiais termoplásticos, os equipamentos devem possuir reservatórios com aquecimento, do tipo caldeira com controle de aquecimento.

EXECUÇÃO

A fase de aplicação engloba as etapas de pré-marcação e pintura. A pré-marcação consiste no alinhamento dos pontos, locados pela topografia, pelo qual o operador da máquina irá se guiar para a aplicação do material. A locação topográfica tem por base o projeto da sinalização, que norteará a aplicação de todas as faixas, símbolos, legendas.

A pintura consiste na aplicação do material por equipamentos adequados de acordo com o alinhamento fornecido pela pré-marcação e pelo projeto de sinalização.

No caso de adição de microesferas de vidro tipo "pré-mix", pode ser adicionado à tinta, no máximo, 5% (cinco por cento) em volume de solvente compatível com a mesma, para ajustagem da viscosidade.

INSPEÇÃO

Controle da Execução

A aplicação dos materiais só deve ser realizada após as seguintes observações:

A superfície a ser demarcada deve estar limpa, seca e isenta de detritos, óleos, etc.;

A pré-marcação deve estar perfeitamente de acordo com o projeto;

A pré-marcação deve estar perfeitamente reta nas tangentes, e acompanhando o ângulo nas curvas.

O controle de qualidade da aplicação é realizado, no decorrer da implantação da sinalização, quando devem ser verificados e anotados os parâmetros listados a seguir:

Consumo dos materiais;

Espessura do material aplicado;

Tempo de secagem, para a liberação ao tráfego;

Dimensões das faixas e sinais (largura e comprimento);

Linearidade das faixas;

Temperatura de aquecimento do material termoplástico;
Sinalização para o serviço de obras;
Atendimento ao projeto de sinalização;
Retrorefletorização integral das faixas, sinais, etc.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

Os serviços de sinalização horizontal serão medidos pela área efetivamente aplicada expressa em m².

III- ORÇAMENTO TOTAL DA OBRA:

A obra compreende os seguintes serviços técnicos e com os custos abaixo especificados, conforme Proposta Vencedora e demais aditivos necessários para a execução total da referida obra:

PLANILHA CUSTO - RUAS 1 – MARECHAL CASTELO BRANCO, 67 – FLORIANÓPOLIS E 4 – 03 DE OUTUBRO

CONTRATO Nº 210/2011 - PMS

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT. R\$	CUSTO TOTAL R\$
1	SERVIÇOS PRELIMINARES				
1.1	Placa de obra pintada e fixada em estrutura de madeira	m²	9,00	175,00	1.575,00
SUBTOTAL					1.575,00
2	SERVIÇOS PRELIMINARES				
2.1	Elevação de caixa de captação pluvial, tipo grelha de ferro fundido - nivelamento, incluindo limpeza interna da caixa	unid	39,00	170,00	6.630,00
2.2	elevação de poço de visita - nivelamento	unid	3,00	170,00	510,00
2.3	Limpeza e desobstrução de tubulação pluvial com hidrojato e alto vácuo (diâmetros: 400mm e 600mm), incluindo remoção do material - DMT < 5,0km	h	24,00	300,00	7.200,00
2.4	Escavação, carga e transporte de solo 1ª categoria, para bota fora - DMT < 5,0km	m³	558,40	8,00	4.467,20
2.5	Fornecimento e assentamento de tubulação de drenagem urbana, diâmetro=600mm, em concreto, assentado em berço de areia e=10cm, incluindo rejunte com argamassa de cimento e areia	m	10,00	70,00	700,00
2.6	Assentamento de tubulação de concreto - drenagem urbana, diâmetro=1000mm - PA-2, assentado em berço de areia e=10cm, incluindo rejunte com argamassa de cimento e areia	m	175,00	70,00	12.250,00
2.7	Transporte, espalhamento e compactação de seixo fino "in natura", para preenchimento de vala de sub-base - DMT < 5,0km	m³	341,50	16,00	5.464,00
2.8	Caixa de captação pluvial com grelha de ferro fundido e abertura na guia (meio-fio), incluindo remoção e transporte de paralelepípedo - DMT < 5,0km, escavação e reaterro com areia em volta da caixa	unid	61,00	600,00	36.600,00
2.9	Caixa de captação pluvial com grelha de ferro fundido e abertura na guia (meio-fio), para tubulação com diâmetro=600mm	unid	2,00	1.500,00	3.000,00
2.10	Caixa de ligação e passagem, com fundo e tampa em concreto armado, parede dupla, para tubulação de concreto armado - diâmetro=1000mm - PA-2	unid	3,00	2.000,00	6.000,00
2.11	Caixa de ligação e passagem, com fundo e tampa em concreto armado, parede dupla, para tubulação de concreto armado - diâmetro=1500mm - PA-2	unid	1,00	2.500,00	2.500,00
SUBTOTAL					85.321,20
3	TERRAPLENAGEM				
3.1	Escavação, carga e transporte de solo 1ª categoria, para bota fora - DMT < 5,0km (emboques, borrachudo e baias de pontos de ônibus)	m³	454,20	8,00	3.633,60



3.2	Transporte, espalhamento e compactação de seixo "in natura", para preenchimento das remoções - DMT <5,0km (emboques, borrachudo e baias de pontos de ônibus)	m³	454,20	16,00	7.267,20
SUBTOTAL					10.900,80
4	PAVIMENTAÇÃO				
4.1	Compactação de sub-base a 100% PN (emboques, borrachudo e baias de pontos de ônibus)	m²	974,86	2,24	2.183,69
4.2	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento e compactação de base de brita graduada e=15cm	m³	133,80	80,00	10.704,00
4.3	Fornecimento, carga, transporte, espalhamento de colchão de areia, e=10cm (baias de pontos de ônibus)	m³	8,29	70,00	580,30
4.4	Imprimação CM-30	m²	892,00	2,40	2.140,80
4.5	Pintura de ligação RR-2C	m²	35.736,00	0,95	33.949,20
4.6	Revestimento em C.B.Q.U "faixa C" DNER				
4.6.1	Fornecimento e execução (concreto betuminoso usinado a quente) e usinagem, e=5,0 cm em todos os emboques sem paralelepípedo	m³	24,30	408,00	9.914,40
4.6.2	Fornecimento e execução (Pré misturado a quente e usinagem, e=4,0cm	m³	705,00	360,00	253.800,00
4.6.3	Fornecimento e execução (concreto betuminoso usinado a quente) e usinagem, e=4,0cm	m³	705,00	408,00	287.640,00
4.7	Remoção e recolocação de meio-fio, junto as novas caixas de captação pluvial	m	61,00	8,34	508,74
4.8	Remoção mecanizada de paralelepípedo, inclusive carga, transporte e descarga - DMT < 5,0km	m²	350,00	2,50	875,00
4.9	Remoção mecanizada de lajotas sextavadas de concreto 25x25x08 existentes nas baias dos pontos de ônibus, inclusive carga, transporte e descarga - DMT < 5,0 km	m²	82,86	2,50	207,15
4.10	Fornecimento e execução de pavimento intertravado em concreto - Fck-35Mpa - paver cinza (esp. 8cm), para tráfego de veículos, sobre sub-base de seixo e colchão de areia, inclusive preparação de caixa - (baias de pontos de ônibus)	m²	82,86	65,00	5.385,90
SUBTOTAL					607.889,18
5	SINALIZAÇÃO VIÁRIA				
5.1	Sinalização horizontal				
5.1.1	Pintura de faixas, setas, zebrados com tinta a base de acrilatos e durabilidade de 2 anos	m²	1.395,55	16,00	22.328,80
SUBTOTAL					22.328,80
BDI ADOTADO = 25,00%					
TOTAL GERAL CONTRATO					728.014,98
TERMO ADITIVO A-90/2012 - PMS					
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNIT. R\$	CUSTO TOTAL R\$
2	SERVIÇOS PRELIMINARES				
2.12	Execução de meio fio extrusado	m	100,00	25,00	2.500,00
SUBTOTAL					2.500,00
4	PAVIMENTAÇÃO				
4.5	Pintura de ligação RR-2C	m²	165,75	0,95	157,43
4.6	Revestimento em C.B.Q.U "faixa C" DNER				
4.6.1	Fornecimento e execução (concreto betuminoso usinado a quente) e usinagem, e=5,0 cm em todos os emboques sem paralelepípedo	m³	4,14	408,29	1.690,34
4.6.2	Fornecimento e execução (Pré misturado a quente e usinagem, e=4,0cm	m³	99,06	360,00	35.661,60
4.8	Remoção mecanizada de paralelepípedo, inclusive carga, transporte e descarga - DMT < 5,0km	m²	(350,00)	2,50	(875,00)

4.9	Remoção mecanizada de lajotas sextavadas de concreto 25x25x08 existentes nas baias dos pontos de ônibus, inclusive carga, transporte e descarga - DMT < 5,0 km	m²	(82,86)	2,50	(207,15)
4.10	Fornecimento e execução de pavimento intertravado em concreto - Fck-35Mpa - paver cinza (esp. 8cm), para tráfego de veículos, sobre sub-base de seixo e colchão de areia, inclusive preparação de caixa - (baias de pontos de ônibus)	m²	(82,86)	65,00	(5.385,90)
4.12	Lombadas Físicas em CBUQ 3m x 0,1 m no centro (incluindo MO e Material)	unid.	4,00	1.440,00	5.760,00
SUBTOTAL					36.801,32
TOTAL GERAL ADITIVO					39.301,32
DOCUMENTO					VALOR R\$
CONTRATO Nº 210/2011 - PMS					728.014,98
TERMO ADITIVO A-90/2012 - PMS					39.301,32
TOTAL GERAL DA OBRA					767.316,30

RELAÇÃO DOS IMÓVEIS, DOS PROPRIETÁRIOS E DOS VALORES VENAIIS DOS IMOVEIS DAS RUAS 01-MARECHAL CASTELO BRANCO, 67 – FLORIANÓPOLIS E 04 – 03 DE OUTUBRO

IV - FATOR DE ABSORÇÃO:

Para a presente obra, a municipalidade absorverá 28,37% do valor do benefício constado em cada imóvel. Essa absorção corresponderá à 70% do valor total da obra.

Absorção em relação a valorização auferida:

Valorização da zona beneficiada	VALOR R\$
Total valorizado	989.552,27
Valorização absorvida (78,00%)	771.850,77
Valorização lançada (22,00%)	217.701,50

Valor lançado em relação ao custo da obra

Valorização da zona beneficiada	VALOR R\$
Valor total da obra	767.316,30
Valor pago pelo regime de parceria	201.600,75
Valor lançado (28,37%)	217.701,50
Valor absorvido pelo Município (45,35%)	348.014,05

V - PARCELA TRIBUTARIA DEVIDA PELOS CONTRIBUINTES

O valor cobrado a título de Contribuição de Melhoria dos imóveis beneficiados, conforme Artigo 242, inciso IV, da LC 001/95 (Código Tributário Municipal), DEVIDA pelos Lindeiros, corresponde à valorização do imóvel decorrente da obra pública apurado por meio de Parecer Técnico de Engenheiro da Prefeitura Municipal de Schroeder, em anexo.

Da valorização apurada pelo laudo técnico foi obtida a valorização tributável considerando para tanto dois critérios: O primeiro em relação a padronização dos imóveis considerando todos com uma área útil de 30 metros de profundidade. Dessa padronização foi obtida área 1 tributável e sobre ela foi aplicado o valor da valorização por metro quadrado obtida do laudo supramencionado.

Depois disso subtraiu-se da área total, a área acima mencionada decorrente da padronização em relação à área útil. Sobre o resultado dessa operação foi aplicada 5% da valorização aferida. Somados os dois critérios obteve-se a valorização tributável que,

aplicado o fator de absorção do município, chegou-se ao valor lançado.

Os valores a serem despendidos pelos lindeiros em favor do Município, por conta da valorização do imóvel decorrente da obra pública são os seguintes:

Imóvel	Matrícula	Proprietário	Valor Anterior ao Recape	Valor Posterior ao Recape	Valorização	Valorização Padrão (30m profundidade)	Valorização Remanescente (5%)	Total Valorização Tributável (padrão + Rema)	Valor Absorvido Município	Parcela Devida Lindeiros 22%
			VA	VP						
1018	*	NEOCIR DAL-RI	538.686,72	589.248,00	50.561,28	25.280,64	1.264,03	26.544,67	20.704,84	5.839,83
8591	24.665	MARILU CORREA	252.293,93	275.974,30	23.680,38	2.686,07	1.049,72	3.735,78	2.913,91	821,87
8589	24.667	REINALDO KANZLER	380.267,93	415.959,98	35.692,05	12.640,32	1.152,59	13.792,91	10.758,47	3.034,44
6194	22.626	FISIOCORPUS CLINICA DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO LTDA	176.038,33	192.561,34	16.523,00	15.990,00	26,65	16.016,65	12.492,99	3.523,66
971	13.308	SALETE WALZ	112.226,40	122.760,00	10.533,60	10.533,60	-	10.533,60	8.216,21	2.317,39
975	22.850	GERSON DILMAR ZOZ	160.842,88	175.939,63	15.096,76	12.735,12	118,08	12.853,20	10.025,50	2.827,70
946	33.907	ILDEMAR MASKE	1.768.971,44	1.935.007,57	166.036,13	23.700,60	7.116,78	30.817,38	24.037,55	6.779,82
947	17.394	JÉSSICA MERABE STREIT	428.626,29	468.857,27	40.230,98	21.488,54	937,12	22.425,67	17.492,02	4.933,65
952	657	OLÁRIO PFLEGER	286.514,00	313.406,28	26.892,28	13.809,55	654,14	14.463,69	11.281,68	3.182,01
921	22.505	HERBERT WEISS	375.707,61	410.971,63	35.264,02	26.528,87	436,76	26.965,63	21.033,19	5.932,44
934	3.578 T	ILZA WEISS RICHTER	3.507.008,79	3.836.177,57	329.168,79	33.579,01	14.779,49	48.358,50	37.719,63	10.638,87
4471	17.140	MARCIA WALZ HOBEL	142.864,21	156.273,48	13.409,27	10.554,67	142,73	10.697,40	8.343,97	2.353,43
3566	13.126	CLELIO NEVIO BAGGENSTOSS	512.594,08	560.706,30	48.112,22	16.748,42	1.568,19	18.316,61	14.286,96	4.029,66
916	17.175	ERICO BORINELLI	1.041.405,47	1.139.152,06	97.746,60	6.486,85	4.562,99	11.049,84	8.618,88	2.430,97
917	*	ERICO BORINELLI	168.339,60	184.140,00	15.800,40	15.800,40	-	15.800,40	12.324,31	3.476,09
9091	25.232	EDEGAR ROBERTO RUDEGER	164.075,00	179.475,12	15.400,12	10.744,27	232,79	10.977,06	8.562,11	2.414,95
6153	23.565	DABLIUE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	350.792,79	383.718,30	32.925,51	13.904,35	951,06	14.855,41	11.587,22	3.268,19
854	11.633	FERNANDO FAUSTINO DA COSTA	561.132,00	613.800,00	52.668,00	12.640,32	2.001,38	14.641,70	11.420,53	3.221,17
9152	25.894	RONALDO VOLLES	162.190,15	177.413,37	15.223,21	15.223,21	-	15.223,21	11.874,10	3.349,11
868	7.932	COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO JUNIOR LTDA	201.656,81	220.584,38	18.927,56	18.927,56	-	18.927,56	14.763,50	4.164,06
699	22.147	MARISOL INDUSTRIA DO VESTUÁRIO LTDA	4.167.706,97	4.558.889,07	391.182,09	41.297,82	17.494,21	58.792,04	45.857,79	12.934,25
719	7.903	SEMAR ADMINISTRADORA DE BENS LTDA EPP	267.098,83	292.168,80	25.069,97	12.640,32	621,48	13.261,80	10.344,21	2.917,60

670	14.686	SEMAR ADMINISTRA- TRADORA DE BENS LTDA EPP	490.429,37	536.461,20	46.031,83	27.619,10	920,64	28.539,74	22.260,99	6.278,74
3531	13.445	AILTON JOSÉ METZNER	191.907,14	209.919,60	18.012,46	9.480,24	426,61	9.906,85	7.727,34	2.179,51
3534	3.362	VANI VOGEL	194.049,65	212.263,20	18.213,55	9.480,24	436,67	9.916,91	7.735,19	2.181,72
1268	17.976	HEINZ GERMANO FISCHER	325.812,88	356.393,76	30.580,88	21.804,55	438,82	22.243,37	17.349,83	4.893,54
1261	17.978	URSULA STEILEIN BRANDEN- BURG	264.831,86	289.689,05	24.857,19	24.857,19	-	24.857,19	19.388,61	5.468,58
1259	*	ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E ESPORTIVA VITÓRIA	599.288,98	655.538,40	56.249,42	-	-	-	-	-
1258	4.734	DARLI HE- DORN	4.172.465,33	4.564.094,04	391.628,71	11.603,81	19.001,25	30.605,06	23.871,95	6.733,11
1255	9.785	RUDIBERT HEUCHLING	232.308,65	254.113,20	21.804,55	11.629,09	508,77	12.137,87	9.467,54	2.670,33
9843	25.589	PETRONIA INOCENCIO	3.661.248,18	4.004.893,91	343.645,74	5.986,44	16.882,96	22.869,40	17.838,14	5.031,27
1254	*	SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA SCHROEDER III	708.915,65	775.454,66	66.539,01	-	-	-	-	-
1281	18.484	GATI BAUER BORCHARDT	179.600,40	196.457,74	16.857,34	16.857,34	-	16.857,34	13.148,73	3.708,62
1280	6.143	NAIRA LUISA GNEIPEL STEINMA- CHER	101.003,76	110.484,00	9.480,24	9.480,24	-	9.480,24	7.394,59	2.085,65
1301	6.128	JAIME JOHN STEINMA- CHER	122.349,22	133.832,95	11.483,73	11.483,73	-	11.483,73	8.957,31	2.526,42
1332	6.135	ERASI JALITA GNEIPEL	122.349,22	133.832,95	11.483,73	11.483,73	-	11.483,73	8.957,31	2.526,42
1331	*	JAIME JOHN STEINMA- CHER	101.003,76	110.484,00	9.480,24	9.480,24	-	9.480,24	7.394,59	2.085,65
1340	17.324	SUPERMER- CADO LANGE LTDA - EPP	296.412,37	324.233,71	27.821,34	18.960,48	443,04	19.403,52	15.134,75	4.268,78
9574	25.830	MARIO EN- DER	439.644,12	480.909,23	41.265,11	10.902,28	1.518,14	12.420,42	9.687,93	2.732,49
9571	25.829	MARIO EN- DER	154.647,98	169.163,28	14.515,30	11.376,29	156,95	11.533,24	8.995,93	2.537,31
1373	3.256	EDINO BRUCH	280.117,09	306.408,96	26.291,87	16.432,42	492,97	16.925,39	13.201,80	3.723,59
1367	2.302 - T	REINALDO STREIT	270.690,08	296.097,12	25.407,04	12.577,12	641,50	13.218,61	10.310,52	2.908,10
1366	3.860	ORESTE BUZZI	103.248,29	112.939,20	9.690,91	9.690,91	-	9.690,91	7.558,91	2.132,00
1365	16.713	ADRIANO OSNIR MIL- BRATZ	270.923,51	296.352,46	25.428,95	10.793,25	731,78	11.525,04	8.989,53	2.535,51
1227	4.177	LUCIANE MARIZA SERAFIN	810.835,74	886.941,00	76.105,26	9.132,63	3.348,63	12.481,26	9.735,38	2.745,88
6071	22.618	DABLIUVE ADMINIS- TRADORA DE BENS LTDA	1.784.677,52	1.952.187,83	167.510,31	22.278,56	7.261,59	29.540,15	23.041,32	6.498,83

1225	8.089	JOÃO BARBA NETO	2.079.149,77	2.274.299,33	195.149,56	12.087,31	9.153,11	21.240,42	16.567,53	4.672,89
1224	8.090	MAX POM-MERENING JUNIOR	2.783.074,44	3.044.294,55	261.220,11	31.758,80	11.473,07	43.231,87	33.720,86	9.511,01
1051	25.822	DIONIZIO AGOSTINHO BERNARDI	5.534.501,03	6.053.970,78	519.469,75	35.835,31	24.181,72	60.017,03	46.813,28	13.203,75
1050	17.842	SEMAR ADMINISTRADORA DE BENS LTDA EPP	270.465,62	295.851,60	25.385,98	9.480,24	795,29	10.275,53	8.014,91	2.260,62
3678	13.403	MARIO ENDER	97.412,52	106.555,68	9.143,16	8.848,22	14,75	8.862,97	6.913,12	1.949,85
1091	2.866	SILDA LOHSE	290.385,81	317.641,50	27.255,69	10.902,28	817,67	11.719,95	9.141,56	2.578,39
1200	3.281	ROSITA DOGE ENDER	121.204,51	132.580,80	11.376,29	11.376,29	-	11.376,29	8.873,50	2.502,78
1201	23.601	OSMAR AMERICO EICHSTADT	134.671,68	147.312,00	12.640,32	12.640,32	-	12.640,32	9.859,45	2.780,87
670	14.686	SEMAR ADMINISTRADORA DE BENS LTDA EPP	366.755,88	401.179,68	34.423,80	24.016,61	520,36	24.536,97	19.138,83	5.398,13
					4.062.593,62			989.552,27	771.850,77	217.701,50

VI – DO PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

O prazo para contestação dos itens deste edital é de 30 (trinta) dias, contados a partir da última publicação do presente Edital, através de petição dirigida ao Prefeito Municipal, nos termos do Art. 246 e parágrafos, da Lei Complementar n.º 001/95 e alterações.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração competente, através de petição.

Os requerimentos de impugnação de reclamação, como também quaisquer recursos administrativos não suspendem o início ou prosseguimento das obras e nem terão efeito de obstar a administração a prática dos atos necessários ao lançamento e cobrança da contribuição de melhoria. (Redação dada pela Lei Complementar n.º 74/2009)

VII – DA ARRECADAÇÃO

A arrecadação da contribuição far-se-á nos seguintes prazos:

Em parcela única, com prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular notificação do débito, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total;

Em até 03 (três) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, com 15% (quinze por cento) de abatimento sobre o valor total, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular notificação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;

Em até 24 (vinte e quatro) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 1,0% (um por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular notificação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas;

Em até 36 (trinta e seis) parcelas de igual valor e sucessivo pagamento, corrigidas pela UFM, com juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, tendo a primeira parcela prazo de vencimento não superior a 30 (trinta) dias da regular notificação do débito, e interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre as parcelas, quando tratar-se de condição especial referente à renda familiar do contribuinte, a ser analisada por comissão designada especialmente para tal fim, pela Administração Municipal, composta por no mínimo 05 (cinco)

membros, sendo necessariamente um deles Assistente Social.

VIII - TEMPO DE VIDA ÚTIL DA OBRA

O Tempo de vida útil da obra será de no mínimo 5 (cinco) anos.

IX - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada por propriedade, levando-se em conta a valorização do imóvel diretamente beneficiado em virtude da obra pública realizada.

O laudo que apurou a valorização auferida por cada imóvel está no processo administrativo que teve o acompanhamento da comissão de acompanhamento do lançamento da contribuição instituída pela portaria n.º 4.755/2012 de 11 de setembro de 2012. O laudo faz parte do presente edital (anexo I)

Cientificamos aos proprietários beneficiados pela obra pública que a distribuição tributária devida por cada proprietário está exposta no Mural da Prefeitura Municipal, publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e no site www.schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 10 de dezembro de 2012.

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

MILTON TRAPP JUNIOR
Fiscal de Tributos Municipais
Matrícula 1.559

ANEXO I

Laudo de Avaliação 03
Rua Marechal Castelo Branco
Sumário

1. Preliminares 3
- a. Objetivo 3
- b. Do Avaliador 3
- c. Do solicitante 3
- d. Do Logradouro 3

- e. Do levantamento fotográfico 3
- 2. Avaliação 7
 - a. Critérios 7
 - b. Metodologia 8
 - d. Dos Conceitos 8
 - e. Pesquisa de valores 9
 - f. Construções existentes 9
 - g. Índice de Desvalorização/Valorização 11
 - h. Dados coletados 17
- 3. Apresentação dos dados dos Imóveis pesquisados 25
- 4. Dos Imóveis em serem Avaliados 82
- 5. Notações, simbologia e convenções 83
- 6. Bibliografia 84
- 7. Anexos 85

Preliminares

a. Objetivo

Esta avaliação tem como objetivo analisar os imóveis localizados na Rua Marechal Castelo Branco, no Município de Schroeder, a fim de verificar a valorização após a execução dos serviços de pavimentação asfáltica (recape sobre pavimentação tipo paralelepípedo).

b. Do Avaliador

Walter Egidio Mukai

Engenheiro Civil – CREA 065.488-5 SC

Município de Schroeder/SC

c. Do solicitante

A Prefeitura Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, situado na Rua Marechal Castelo Branco, 3.201, CNPJ: 83.102.491/0001-09, representada para todos os fins de direito pelo seu Prefeito Municipal, senhor Felipe Voigt, CPF: 352.318.319-72, solicita este laudo de avaliação de bem tangível.

d. Do Logradouro

Os logradouros foram denominados pela Lei Nº 63/1969 (Anexo I), e contemplado pelo processo de pavimentação asfáltica (Recape) conforme Tomada de Preços Nº 10/2011 PMS.

e. Do levantamento fotográfico

Anterior a Pavimentação

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DISPONÍVEL NA VERSÃO IMPRESSA DO PRESENTE EDITAL

Após a Pavimentação

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DISPONÍVEL NA VERSÃO IMPRESSA DO PRESENTE EDITAL

Avaliação

f. Critérios

Foram utilizados para a produção deste a ABNT NBR 5676/89 Avaliação de Imóveis Urbanos, NBR 14653-1:2001 Versão Corrigida 2:2005 Avaliação de bens Parte 1: Procedimentos gerais, e ABNT NBR 14653-2:2011 Avaliação de bens Parte 2: Imóveis urbanos, de onde procederão aos quesitos para elaboração deste laudo, a matrícula do imóvel e na falta dela as informações contidas no Cadastro Imobiliário do Município, de onde procederão as dimensões do imóvel, e avaliações de corretoras de imóveis e anúncios particulares de imóveis a venda no período de 30/08/2012 a 19/10/2012 (conforme Anexo II) e das transações imobiliárias registradas junto ao município através da emissão das guias para o pagamento do ITBI no período de 01/01/2012 a 30/11/2012, de onde se obterá o Valor Genérico Unitário (VGU) do metro quadrado de terreno, e dele resultarão os valores do imóvel anterior e posterior, utilizando-se os fatores na fórmula de cálculo:

$$V_{\text{Ant}} = \text{VGU} \times A_t \times F_l \times F_{lv} \times F_p \times C_e \times C_f \times F_g \times F_t \times F_{ped}$$

$$V_{\text{Pos}} = \text{VGU} \times A_t \times F_l \times F_{lv} \times F_p \times C_e \times C_f \times F_g \times F_t \times F_{ped}$$

onde

V_{Ant} – Valor do imóvel anterior

V_{Pos} – Valor do imóvel posterior

VGU – Valor Genérico Unitário do m2 do terreno, (R\$/m2)

A_t – Área do lote (terreno), (m2)

F_l – Fator de localização ao longo da Rua Marechal Castelo Branco

F_{lv} – Fator de localização junto a região central

F_p – Fator de pavimentação

F_{ped} – Fator pedologia

F_g – Fator Gleba

F_t – Fator topografia

C_e – Fator numero de frentes

C_f – Coeficiente de frente

g. Metodologia

No intuito de contemplar o maior número de amostras, utilizou-se o Método Comparativo de Custo de Reprodução e o Método Direto de Comparação, onde o valor do imóvel é obtido através de comparação de dados de mercado relativos a outros de características similares, contemplados ou não com a pavimentação asfáltica.

h. Nível de Rigor da Avaliação

A avaliação adotada foi a de Nível Normal, contemplando algum grau de subjetividade, com fontes de dados idôneas, atuais e assemelhados aos imóveis avaliados. Com os dados homogeneizados através de fatores ou ponderações empíricas, assim como estatística descritiva que leva a convicção de valor.

i. Dos Conceitos

i Valor

Corresponde a relação da quantidade de bens disponíveis para satisfazer as necessidades econômicas do homem, que é a expressão monetária do bem.

Na engenharia de avaliações, seguimos a escola monovalente, em que o valor determinado pelo avaliador é único, não existindo diferença de avaliação para quem quer que seja, vendedor ou comprador.

ii Preço

Representa a quantidade de moeda (dinheiro) pela qual se efetua uma transação.

Seu valor nem sempre representa um perfeito equilíbrio entre fatores sociais e econômicos, devido a necessidades e desejos pessoais, desta forma seu valor poderá ser menor ou maior que o valor de mercado.

iii Valorização

Resultante da diferença do valor anterior e posterior do imóvel após um benefício, que nessa situação é a pavimentação da via. Conforme significado da língua portuguesa: v.t. Aumentar o valor ou preço de: a abertura de estradas valoriza grandes regiões.

Representado por:

$$\text{Valorização} = V_{\text{pos}} - V_{\text{ant}}$$

j. Pesquisa de valores

A Determinação do Valor Genérico Unitário (VGU) por metro quadrado dos terrenos objeto da avaliação é oriundo da amostragem realizada no Município de Schroeder. Amostras consideradas:

I. 8 (oito) ofertas de imobiliárias (anuncio em mídia impressa e eletrônica).

II. 10 (dez) ofertas particulares (coleta a campo).

III. 222 (duzentas e vinte e duas) informações oriundas do Banco de Dados do Município de Schroeder através das guias de ITBI. Com os dados das amostragens foram aplicadas variáveis considerando vários elementos que influenciam na composição da avaliação a fim de se aferir a real valorização dos imóveis avaliados.

k. Construções existentes

A fim de identificar a valorização dos imóveis em função da pavimentação (melhoria), foram consideradas todas as pesquisas de mercado contendo ou não construções para atingirmos um índice satisfatório de pesquisas, sendo que as pesquisas oriundas das Guias de ITBI foi subtraído automaticamente via sistema de cálculo do município a parcela referente a construção existente, ficando assim apenas a parcela referente a avaliação do terreno.

Para a avaliação foi necessário estimar o valor da construção para os imóveis que neles existissem edificações, desta forma, adotou-se o índice CUB (Custo Unitário Básico) para o Estado de Santa Catarina (Anexo 4) – link: http://www.sinduscon-fpolis.org.br/MyFiles/CUB2006_2008/2012/CUB2006_Agosto2012.pdf, utilizando-se a classificação quanto a ocupação, padrão de construção e obsolescência, conforme segue abaixo:

i. Ocupação/Padrão de Construção

Entenda-se ocupação do imóvel, o regime de utilização, podendo ele ser:

- + Residencial Unifamiliar(R);
- + Prédio Popular (PP);
- + Projeto Interesse Social (PIS);
- + Residencial Multifamiliar até 8 pavimentos (R8);
- + Residencial Multifamiliar até 16 pavimentos (R16);
- + Comercial/salas/serviços;
- + Galpão (CSL), conforme quadro a seguir:

CUB Santa Catarina - Agosto/2012 - R\$/m²

Tabela 1: PROJETOS - PADRÃO RESIDENCIAIS

R (Residência Unifamiliar); PP (Prédio Popular) e PIS (Projeto De Interesse Social)

PADRÃO BAIXO	PADRÃO NORMAL	PADRÃO ALTO			
R-1 1.067,99	R-1 1.272,11	R - 1	1.542,46		
PP-4 1.001,35	PP-4 1.200,14	R - 8	1.254,16		
R-8 954,93	R-8 1.064,18	R 1 6	1.345,21		
PIS 756,10	R-16 1.029,28				

Tabela 2: PROJETOS - PADRÃO COMERCIAIS

CAL (Comercial Andares Livres) e CSL (Comercial Salas e Lojas)

PADRÃO NORMAL	PADRÃO ALTO
CAL - 8 1.224,58	CAL - 8 1.296,99
CSL - 8 1.070,90	CSL - 8 1.167,71
CSL - 16 1.167,71	CSL - 16 1.554,97

Tabela 3: PROJETOS - PADRÃO RESIDÊNCIA POPULAR (RP1Q) E GALPÃO INDUSTRIAL (GI)

RP1Q	1.137,03
GI	604,30

Legenda:

R1(Residencial 1 pavimento)
R8(8 pavimentos)
R16(16 pavimentos)
PP4(Projeto padrão)
B(Baixo) - N(Normal) - A(Alto Padrão)
PIS(Projeto de interesse social)
RP1Q(Residencial popular de 1 quarto)

Legenda:

CCAL(Comercial andar livre)
CSL(Comercial salas e lojas)
GI(Galpão Industrial)

Fonte: Sindicon Santa Catarina

ii. Conservação

Entenda-se como estado de conservação/manutenção, a situação da edificação quanto a sua possibilidade de ocupação e conservação conforme o método de Ross-Heidecke e o método da idade (vida útil), assim classificado:

1. Em Construção

Considera-se imóvel em construção aquele que está em construção propriamente dito, sem condições de habitação.

2. Ruim

Considera-se imóvel em estado de conservação ruim aquele que é passível de uso (ocupação), porem necessitando de reforma.

3. Normal

Considera-se imóvel em estado de conservação normal, aquele que é passível de uso (ocupação) e não necessitando de reforma.

4. Ótimo

Considera-se imóvel em estado de conservação ótimo, aquele que é passível de uso (ocupação), não necessitando de reformas e com e padrão de acabamento e conservação em perfeita qualidade.

Para a classificação, adotou-se índice (fator) de conservação (Fc), em função do estado de conservação, como se observa na Tabela 4 abaixo

Tabela 4: Estado de Conservação do imóvel:

Estado de Conservação	Fc(%)
Em Construção	50
Ruim	65
Normal	85
Ótimo	100

I. Índice de Desvalorização/Valorização

Ao se avaliar as características dos imóveis de uma cidade, procura-se identificar a normalidade de uma situação, que no caso do objeto é o terreno.

Notoriamente entende-se que a comercialização de imóveis de características distintas segue por caminhos diferenciados. Com o objetivo de posicionar por igual os imóveis, foram adotados critérios de homogeneização de informações, assim foram adotados os índices que seguem:

i. Localização

Entenda-se como fator de localização do imóvel, a posição geográfica do imóvel em relação a via principal ou região central do município, sendo a característica do ordenamento territorial do Município de Schroeder a linear onde se tem uma via principal de acesso (tornando-se via principal de comercio) irradiando para suas laterais. Por esse motivo adotou-se os seguintes fatores de localização:

1. Ao longo (longitudinalmente) da Rua Marechal Castelo Branco (FI), ou seja na sua distribuição horizontal (paralela a via) ao plano da planta do município conforme anexo III:

a. De primeira grandeza

Imóveis fazendo frente para a rua Marechal Castelo Branco

b. De segunda grandeza

Imóveis localizados a menos de 200m. da rua Marechal Castelo Branco.

c. De terceira grandeza

Imóveis localizados entre 200 e 500m. da rua Marechal Castelo Branco.

d. De quarta grandeza

Imóveis localizados entre 500 e 1.000m. da rua Marechal Castelo Branco.

e. De quinta grandeza

Imóveis localizados acima de 1.000m. da rua Marechal Castelo Branco.

Para a classificação, adotou-se índice (fator) de localização (FI), em função da localização, como se observa na tabela 5, abaixo:

Tabela 5: Localização do Imóvel:

Localização Longitudinal	FI
1ª Grandeza (1G)	1,20
2ª Grandeza (2G)	1,12
3ª Grandeza (3G)	1,00
4ª Grandeza (4G)	0,85
5ª Grandeza (4G)	0,70

2. Transversalmente a Rua Marechal Castelo Branco, tendo como área central o entorno do prédio da Prefeitura Municipal, erradiando para as laterais em função da distancia a área central, conforme segue no anexo IV:

a. Primeira Transversal

Região iniciando na altura da Rua Valentin Zoz seguindo até a ponte sobre o Rio São José.

b. Segunda Transversal

Região iniciando após a ponte sobre o Rio São José até a altura da Rua 03 de Outubro. E a região iniciando na altura da Rua Valentin Zoz até a altura da Rua Jaraguá.

c. Terceira Transversal

Região iniciando na altura da Rua 03 de Outubro até a altura da Rua Germano Oberhir. E a região iniciando na altura da Rua Antonio Meier até a altura da Rua Guilherme Daren.

d. Quarta Transversal

Região iniciando na altura da Rua Germano Oberhir até a altura da Rua de acesso a Ponte Trindade que dá acesso ao Município de Jaraguá do Sul. E a região iniciando na altura da Rua Jaraguá até a altura da Rua Antonio Meier.

e. Quinta Transversal

Região iniciando na altura da rua que dá acesso a Ponte Trindade que dá acesso ao Município de Jaraguá do Sul, até o bairro Itoupava-açu. E a região iniciando na Rua Guilherme Daren até a divisa com o Município de Guaramirim.

Para a classificação, adotou-se índice (fator) de localização transversal(Flv), em função da localização, como se observa na tabela 6, abaixo:

Tabela 6: Localização do Imóvel:

Localização Transversal	Flv
1ª Grandeza (1G)	1,20
2ª Grandeza (2G)	1,10
3ª Grandeza (3G)	1,00
4ª Grandeza (4G)	0,90
5ª Grandeza (4G)	0,80

ii. Numero de Frentes (Ce)

O numero de frentes, pode interferir na sua valorização, sendo um fator ligado diretamente a sua localização, onde um imóvel comercial certamente será mais valorizado do que um imóvel residencial, e em função do padrão de desenvolvimento da zona onde se localiza o imóvel, conforme (Soller,2000), adotou-se o fator de interferência como segue na tabela 7 :

Tabela 7: Fator numero de frentes em função da sua localização

	Reduzida	Média	Elevada
Zona Residencial ou de Comércio Incipiente	1,03	1,05	1,08
Zona Comercial ou de Incorporação imobiliária	1,12	1,15	1,18

iii. Fator Gleba (Área)

O Fator Gleba ou Fator de Dimensionamento busca equivalência entre terrenos e glebas urbanas a partir da constatação que o valor da gleba tende a ser, proporcionalmente, menor que o do lote padrão, desta forma adota-se índices que buscam a equivalência, conforme segue:

Tabela 8: Fator de Gleba

Limite de área	Fator Gleba (Fg)
Menor que 4999,99m ²	1,00
de 5000,00 a 9.999,99m ²	0,85
De 10.000,00 a 19.999,99m ²	0,75
De 20.000,00 a 49.999,99m ²	0,60
De 50.000,00 a 99.999,99m ²	0,50
Acima de 100.000m ²	0,40

iv. Pavimentação

Ao se comparar um lote com melhoramentos públicos com outro sem os mesmos melhoramentos. Conforme tabela de pesos de melhoramentos públicos sugerida pelo Eng. Ruy Canteiro e seguida por Norberto Hochheim (IBAPE/SC – Apostila Curso de Engenharia de Avaliações), adotou-se o peso de 20% de valorização em função da característica do município não contemplar via não calçada com meio fio, assim reduziu-se o índice indicado de 30% para 20%, assim como para vias pavimentadas tipo paralelepípedo/lajota/paver/bloco sextavado que em virtude do seu custo ser aproximadamente 15% inferior a execução em pavimento asfáltico, assim adotou-se os índices como segue abaixo:

Tabela 9: Fator de pavimentação

Pavimentação	Fator pavimentação (Fp)
Não pavimentado	1,00
Pavimentado – Lajota e outros	1,09
Pavimentação asfáltica	1,20

v. Frente Irregular

Para situações oriundas da configuração de testada fora da legislação, em que a testada mínima é de 12,00 metros, empiricamente adotou-se o Coeficiente de Frente Irregular (Ce), visando corrigir as pesquisas e posteriormente chegar ao valor do imóvel, através da verificação da relação existente entre testada/profundidade, conforme tabela 10:

Tabela 10: Frente Irregular

Testada/Profundidade	Fator Irregular (Ce)
Menor ou igual a 0,15	0,85
Maior que 0,15	1,00

vi. Topografia

Em virtude dos imóveis utilizados como amostragem e aqueles em avaliação possuírem características distintas quanto a topografia, adotou-se o fator de topografia (Ft), conforme segue na tabela 11:

Tabela 11: Topografia

Topografia	Fator Topografia (Ft)
Active/Declive	0,50
Normal	1,00

vii. Pedologia

. Da mesma forma que a topografia, cada imóvel possui particularidades no que tange a informações quanto a alagamento, inundação, área de morro e ou preservação, desta forma, adotou-se o fator de pedologia (Fped), conforme segue na tabela 12:

Tabela 12: Pedologia

Pedologia	Fator Pedologia (Fped)
Inundável/Alagável/Morro	0,50
Normal	1,00

m. Dados coletados

Conforme pesquisas efetuadas pela equipe técnica do município, considerando apenas as ofertas incluídas no raio de 1km (conforme Anexo I - Mapa com o raio da área considerada) e levantamento fotográfico (Anexo II – Levantamento fotográfico das ofertas), agrupou-se as informações, para melhor entendimento e análise de informações, como segue na tabela 13:

Tabela 13: Estado de Conservação do imóvel:

	Data	Anuncio	Contato	Cod. Insc.	Logradouro	Proprietário	Valor (R\$)	Ocupação
1	6/6/2012	ITBI	ITBI	10492	Estrada DUAS MAMAS	OSNILDO KO-NELL	25.000,00	Agrícola
2	2/8/2012	ITBI	ITBI	10565	Rua OTTO CARLOS DOEGE	ADALIBIO MUNDL,	35.000,00	Agrícola
3	11/7/2012	ITBI	ITBI	6695	Rua 23 DE MARÇO	HAIDE HERTEL,	100.000,00	Terreno sem Uso
4	30/5/2012	ITBI	ITBI	2797	Rua OSVALDO LENZI	QUADRA ADMINISTRADORA DE BENS LTDA ME	330.000,00	Residencial
5	29/3/2012	ITBI	ITBI	3319	Rua PRESIDENTE COSTA E SILVA	WILSON ANTONIO REBELO	12.000,00	Terreno sem Uso
6	6/3/2012	ITBI	ITBI	9530	Estrada ESTRADA BRAÇO DO SUL	DIC PLASTICOS LTDA	171.175,00	Rural
7	29/8/2012	ITBI	ITBI	10660	Estrada ESTRADA RANCHO BOM	ARLINDO MACHADO MEURER	120.000,00	Agrícola
8	29/8/2012	ITBI	ITBI	3051	Rua MARECHAL CASTELO BRANCO	TERRANOVA IMÓVEIS LTDA,	600.000,00	Unidade
9	27/7/2012	ITBI	ITBI	2350	Rua ERICH FROEHNER	VAVASSORI ADMINISTRADORA DE BENS LTDA ME	450.000,00	Terreno sem Uso
10	12/4/2012	ITBI	ITBI	8099	Rua CÂNDIDO TOMASELLI	IVALDO TOMASELLI	78.000,00	Terreno sem Uso
11	23/10/2012	ITBI	ITBI	3974	Rua ALBERTO ZANELLA	JUAN KARLO ROSÁ	80.000,00	Terreno sem Uso
12	23/10/2012	ITBI	ITBI	3973	Rua ALBERTO ZANELLA	JUAN KARLO ROSÁ	80.000,00	Terreno sem Uso
13	23/10/2012	ITBI	ITBI	3972	Rua ALBERTO ZANELLA	JUAN KARLO ROSÁ	80.000,00	Terreno sem Uso
14	23/10/2012	ITBI	ITBI	3971	Rua ALBERTO ZANELLA	JUAN KARLO ROSÁ	80.000,00	Residencial
15	6/6/2012	ITBI	ITBI	3592	Rua FRANCISCO WEISS	ERNA TRIBESS KONELL	13.000,00	Terreno sem Uso
16	10/9/2012	ITBI	ITBI	2881	Rua 03 DE OUTUBRO	EDSON LINDNER	45.000,00	Residencial
17	2/8/2012	ITBI	ITBI	2888	Rua 03 DE OUTUBRO	PLATANO BRASIL DISTRIB, E EXPORTADORA LTDA EPP,	300.000,00	Comercial
18	24/1/2012	ITBI	ITBI	10410	Rua SANTA CATARINA	VERNER PRUST	5.000,00	Terreno sem Uso
19	30/5/2012	ITBI	ITBI	1896	Rua GOIÁS	ERICA KRUEGER	70.000,00	Residencial
20	29/10/2012	ITBI	ITBI	6052	Rua DA CANELA	VALMIR ADAMS	60.000,00	Terreno sem Uso
21	29/3/2012	ITBI	ITBI	9062	Rua PRESIDENTE COSTA E SILVA	AGER ADMINISTRADORA DE BENS LTDA EPP,	12.000,00	Terreno sem Uso
22	3/5/2012	ITBI	ITBI	9506	Rua 21 DE ABRIL	ESTELA DA COSTA CAMPOS	4.348,97	Residencial
23	16/2/2012	ITBI	ITBI	2318	Rua ERICH FROEHNER	LEONOR JACOBI	55.000,00	Residencial
24	6/6/2012	ITBI	ITBI	3591	Rua FRANCISCO WEISS	ERNA TRIBESS KONELL	76.000,00	Terreno sem Uso
25	5/6/2012	ITBI	ITBI	10490	Rua MARECHAL CASTELO BRANCO	OSVIN JURCK	80.000,00	Residencial
26	29/8/2012	ITBI	ITBI	10574	Rua JORGE LACERDA	CONSTRUREAL EMPREENDIMENTOS E INCORP, LTDA,	10.000,00	Residencial

27	13/2/2012	ITBI	ITBI	8626	Rua SANTA CATARINA	CASA AZUL IMÓ-VEIS LTDA EPP,	76.000,00	Terreno sem Uso
28	9/5/2012	ITBI	ITBI	938	Rua FRANCISCO WEISS	ALIDO LANGE (espólio)	45.000,00	Residencial
29	6/6/2012	ITBI	ITBI	3920	Rua WILLY ZIEBELL	WILSON HILARIO TRIBESS	46.000,00	Terreno sem Uso
30	18/7/2012	ITBI	ITBI	293	Rua BRUNO HENRIQUE ZOZ	ADEMIR ANTONIO DE MORAES	60.000,00	Residencial
31	14/2/2012	ITBI	ITBI	3585	Rua DUQUE DE CAXIAS	ADRENICE MUNDT	18.500,00	Residencial
32	22/10/2012	ITBI	ITBI	9446	Rua SANTA CATARINA	ILAINE TERESINHA SERAFIN	120.000,00	Residencial
33	13/2/2012	ITBI	ITBI	9561	Rua GUILHERME ZERBIN	NESTOR AGOSTINHO STALTER,	100.000,00	Terreno sem Uso
34	24/7/2012	ITBI	ITBI	4458	Rua KURT HANSEN CLAUS	BRASIL SUL EMBALAGENS LTDA	400.000,00	Comercial
35	12/4/2012	ITBI	ITBI	2269	Rua DELFINO DEMARCHI	ADEMIR LUIZ LENZ	25.000,00	Residencial
36	5/3/2012	ITBI	ITBI	1780	Rua JACÓ ALVISE	RAFAEL CORRÊA	40.000,00	Terreno sem Uso
37	11/7/2012	ITBI	ITBI	3894	Rua PRESIDENTE COSTA E SILVA	MARCIO BIER	60.000,00	Residencial
38	17/2/2012	ITBI	ITBI	5750	Rua HILÁRIO GUCKERT	CHRISTINE REBELO LEHMERT	45.000,00	Terreno sem Uso
39	4/7/2012	ITBI	ITBI	4368	Rua EMILIO RECK	ALVINA NEUMANN	45.000,00	Residencial
40	4/6/2012	ITBI	ITBI	4872	Rua EMÍLIO MUNDT	SILVANA HONNICK PRUST	60.000,00	Residencial
41	12/11/2012	ITBI	ITBI	1128	Rua ADOLFO BORCHARDT	DIEGO LINDNER	65.000,00	Residencial
42	21/2/2012	ITBI	ITBI	9681	Rua GUSTAVO STREIT	RUDIBERT RUDIRUBIN	40.000,00	Terreno sem Uso
43	7/8/2012	ITBI	ITBI	8552	Rua ALFONSO ZILS	ROGERIO DARMORIS	40.000,00	Residencial
44	6/6/2012	ITBI	ITBI	771	Rua 14 DE ABRIL	NOCILIA TRIBESS KREUTZFELDT	26.000,00	Terreno sem Uso
45	13/2/2012	ITBI	ITBI	2071	Rua XV DE NOVEMBRO	MARIA APARECIDA WALZ OECHSLER	40.000,00	Residencial
46	12/7/2012	ITBI	ITBI	3593	Rua FRANCISCO WEISS	EMANOEL BRITO DE FREITAS	60.000,00	Residencial
47	17/7/2012	ITBI	ITBI	5770	Rua 17 DE FEVEREIRO	ÂNGELO MENEZES DE CARVALHO,	55.000,00	Residencial
48	25/9/2012	ITBI	ITBI	1628	Rua DOM PEDRO	BORRAX TECNOLOGIA DA BORRACHA LTDA,	150.000,00	Terreno sem Uso
49	13/3/2012	ITBI	ITBI	4874	Rua GUSTAVO STREIT	ALINE VOIGT MACHADO	45.000,00	Residencial
50	13/2/2012	ITBI	ITBI	4966	Rua GUILHERME ZERBIN	NESTOR AGOSTINHO STALTER,	40.000,00	Terreno sem Uso
51	19/4/2012	ITBI	ITBI	3746	Rua GUILHERME BAUER	ERNADE LANZARIN	50.000,00	Residencial
52	22/8/2012	ITBI	ITBI	10072	Rua MARECHAL CASTELO BRANCO	MIRIAM EDELBURG SCHEFFLER	30.000,00	Residencial
53	30/3/2012	ITBI	ITBI	2055	Rua ALPHONS MARIA SCHMALZ	MARCOS LUIS TOMASELLI	45.000,00	Residencial
54	19/11/2012	ITBI	ITBI	4020	Rua ALAGOAS	JAISON BORINELLI	60.000,00	Residencial
55	18/6/2012	ITBI	ITBI	10546	Rua EMILIO RECK	ARROJO IMÓ-VEIS LTDA ME,	45.000,00	Residencial

56	12/9/2012	ITBI	ITBI	3921	Rua WILLY ZIEBELL	ADILSON ZILS	65.000,00	Residencial
57	6/9/2012	ITBI	ITBI	4366	Rua EMILIO RECK	ALLYSON SILVA ALVES	65.000,00	Terreno sem Uso
58	2/2/2012	ITBI	ITBI	3434	Rua IDA LUIZA BERTHA JACOB WULF	SERGIO SATO DE SOUZA	50.000,00	Residencial
59	24/1/2012	ITBI	ITBI	9935	Rua REINOLDO VOLLES	ALEX SANDRO BOLIGON	50.000,00	Residencial
60	11/5/2012	ITBI	ITBI	5534	Rua GABRIEL VARGAS	DANILO PEDRO MARCON	45.000,00	Residencial
61	1/8/2012	ITBI	ITBI	10412	Rua RICARDO GORL	ROSAMIRA KARSTEN	50.000,00	Residencial
62	13/2/2012	ITBI	ITBI	4965	Rua GUILHERME ZERBIN	NESTOR AGOSTINHO STALTER,	40.000,00	Terreno sem Uso
63	31/8/2012	ITBI	ITBI	5785	Rua 17 DE FEVEREIRO	HELIO JAIR AREND DIEHL	50.000,00	Terreno sem Uso
64	31/8/2012	ITBI	ITBI	5786	Rua 17 DE FEVEREIRO	HELIO JAIR AREND DIEHL	50.000,00	Terreno sem Uso
65	13/2/2012	ITBI	ITBI	2072	Rua XV DE NOVEMBRO	LAERCIO GAEDKE	60.000,00	Residencial
66	10/8/2012	ITBI	ITBI	10609	Rua SÃO LUIS	RENILDO JOÃO TOMASELLI	60.000,00	Terreno sem Uso
67	28/8/2012	ITBI	ITBI	4629	Rua DORA POMMERENING	LEOMAR DIEHL	50.000,00	Terreno sem Uso
68	30/7/2012	ITBI	ITBI	5603	Rua ALBERTO ZANELLA	CLAUDIMAR DE MERA	60.000,00	Residencial
69	19/9/2012	ITBI	ITBI	3653	Rua GUILHERME BAUER	ALDEMIR LANGE	65.000,00	Terreno sem Uso
70	16/10/2012	ITBI	ITBI	3563	Rua JORGE LACERDA	LUCIA KLAUMANN PANSTEIN	65.000,00	Residencial
71	30/4/2012	ITBI	ITBI	9564	Rua MOISÉS RABELLO	VILMAR DOS SANTOS	45.000,00	Residencial
72	1/6/2012	ITBI	ITBI	5769	Rua ALPHONS MARIA SCHMALZ	WALLACY VINICIUS FERREIRA DE LIMA	50.000,00	Residencial
73	7/2/2012	ITBI	ITBI	10426	Rua GUILHERME BAUER	TINGICOLOR RESINAS SINTÉTICAS DO SUL LTDA,	60.000,00	Terreno sem Uso
74	16/7/2012	ITBI	ITBI	2267	Rua DELFINO DEMARCHI	MARIO ORZECZOWICZ	55.000,00	Residencial
75	15/3/2012	ITBI	ITBI	891	Rua DUQUE DE CAXIAS	JANDIRA LANGE LEU	90.000,00	Terreno sem Uso
76	15/3/2012	ITBI	ITBI	890	Rua DUQUE DE CAXIAS	JANDIRA LANGE LEU	90.000,00	Terreno sem Uso
77	19/6/2012	ITBI	ITBI	3737	Rua GUILHERME BAUER	CLAUCINEIA CRISTINA WOLLMANN	55.000,00	Residencial
78	6/2/2012	ITBI	ITBI	4863	Rua MARECHAL CASTELO BRANCO	CESAR LUIS TOMASELLI	60.000,00	Terreno sem Uso
79	25/1/2012	ITBI	ITBI	10411	Rua MARIO BAGATOLLI	JULIO CEZAR SANTOS	45.000,00	Terreno sem Uso
80	23/11/2012	ITBI	ITBI	3886	Rua CARLOS ZERBIN	LAERCIO KROHNKE,	80.000,00	Residencial
81	3/7/2012	ITBI	ITBI	4481	Rua AMAZONAS	DILVA DALLAGNOL PICCOLI	50.000,00	Terreno sem Uso
82	27/2/2012	ITBI	ITBI	6179	Rua ERNESTO KROGEL	FREDERICO SAMUEL DE OLIVEIRA VAZ	63.708,91	Terreno sem Uso
83	20/9/2012	ITBI	ITBI	5767	Rua 17 DE FEVEREIRO	OLAVIO GRANDE	65.000,00	Residencial
84	14/5/2012	ITBI	ITBI	513	Rua VALENTIN ZOZ	RENILDO KONNELL,	90.000,00	Terreno sem Uso

85	28/2/2012	ITBI	ITBI	10052	Rua ALFONSO ZILS	HELENA BEATRIZ DE OLIVEIRA	60.000,00	Residencial
86	2/8/2012	ITBI	ITBI	1197	Rua ÚRSULA SIEVERS	ÉDIO TOMASELLI	65.000,00	Residencial
87	8/5/2012	ITBI	ITBI	789	Rua MINAS GERAIS	MAICON RODRIGO BOFF,	55.000,00	Terreno sem Uso
88	31/5/2012	ITBI	ITBI	3754	Rua HELMUTH KANZLER	MIGUEL DIAS CORA	55.000,00	Residencial
89	11/9/2012	ITBI	ITBI	8480	Rua ALVINA POMMERENING	GERMANO PAVARIN	70.000,00	Residencial
90	2/2/2012	ITBI	ITBI	8088	Rua ITROUPAVA	LUIZ MARCOS STAHELIN	50.000,00	Residencial
91	15/5/2012	ITBI	ITBI	7949	Rua BANDEIRANTES	FLAVIO ZOZ	50.000,00	Residencial
92	24/4/2012	ITBI	ITBI	10464	Rua MARECHAL CASTELO BRANCO	MEIGUIANE MICHELI KROGEL	80.000,00	Comercial
93	7/8/2012	ITBI	ITBI	2981	Rua SANTA CATARINA	GILBERTO BORSATTO	65.000,00	Terreno sem Uso
94	4/6/2012	ITBI	ITBI	5604	Rua ALBERTO ZANELLA	HAIDE HERTEL,	60.000,00	Residencial
95	15/8/2012	ITBI	ITBI	9857	Rua DORA POMMERENING	RENATO RISTAU	60.000,00	Residencial
96	6/3/2012	ITBI	ITBI	10448	Rua PONTE PÊNSIL	ILMAR BEHLING	60.000,00	Residencial
97	6/3/2012	ITBI	ITBI	10449	Rua PONTE PÊNSIL	MARCIA BEHLING	60.000,00	Residencial
98	27/8/2012	ITBI	ITBI	3450	Rua WILLY WULF	CASA AZUL IMÓVEIS LTDA EPP,	65.000,00	Residencial
99	12/3/2012	ITBI	ITBI	9084	Rua BENHAMINO CONZATTI	CRISTIANO FRANCISCO RIECHEL	50.000,00	Terreno sem Uso
100	13/4/2012	ITBI	ITBI	8605	Rua RODOLFO VIEBRANTZ	LEANDRO LINZMEYER	62.000,00	Residencial
101	5/3/2012	ITBI	ITBI	983	Rua ALEMANHA	MARILUCIA PORFIRIO KUHN	55.000,00	Residencial
102	15/8/2012	ITBI	ITBI	4021	Rua CARLOS EGGERT	ALIRIO MARCILIO	60.000,00	Residencial
103	30/3/2012	ITBI	ITBI	8817	Rua LEOPOLDO GORGES	JANESSA FERNANDA SOARES DOS SANTOS	50.000,00	Residencial
104	10/7/2012	ITBI	ITBI	6241	Rua PEDRO HANG	MATEUS MORAELLI	50.000,00	Terreno sem Uso
105	27/7/2012	ITBI	ITBI	3558	Rua 14 DE ABRIL	OLEGARIO SOARES MARTIM,	60.000,00	Residencial
106	24/7/2012	ITBI	ITBI	1659	Rua PRESIDENTE COSTA E SILVA	ANTONIO OKARANSKI	60.000,00	Residencial
107	3/9/2012	ITBI	ITBI	10531	Rua EMILIO RECK	RAUL BUTZKE	55.000,00	Terreno sem Uso
108	5/9/2012	ITBI	ITBI	10527	Rua EMILIO RECK	ADRIANA JAHN	55.000,00	Terreno sem Uso
109	24/10/2012	ITBI	ITBI	10508	Rua EMILIO RECK	ALMIR BORTOLOSO	55.000,00	Terreno sem Uso
110	25/6/2012	ITBI	ITBI	4595	Rua BRUNA WALKINIR MOREIRA	DENISON CARLOS LADANIUSKI	62.000,00	Residencial
111	6/2/2012	ITBI	ITBI	4613	Rua BRUNA WALKINIR MOREIRA	FERNANDO RAFAEL MAAS	65.000,00	Residencial
112	5/10/2012	ITBI	ITBI	4842	Rua MARILETE NEUMANN	LENOIR SCHMITZ ISRAEL,	60.000,00	Residencial
113	11/10/2012	ITBI	ITBI	4327	Rua OTTOLI PESCHKE	DANIEL BORGES PINTO	65.000,00	Terreno sem Uso

114	8/5/2012	ITBI	ITBI	873	Rua GUILHERME ZASTROW	ADEMIR BRUCH	55.000,00	Terreno sem Uso
115	17/5/2012	ITBI	ITBI	3433	Rua IDA LUIZA BERTHA JACOB WULF	GEFERSON BARNABE	65.000,00	Terreno sem Uso
116	2/7/2012	ITBI	ITBI	3368	Rua IDA LUIZA BERTHA JACOB WULF	LEONICE BACHMANN	65.000,00	Terreno sem Uso
117	25/9/2012	ITBI	ITBI	1630	Rua DOM PEDRO	BORRAX TECNOLOGIA DA BORRACHA LTDA,	60.000,00	Residencial
118	8/3/2012	ITBI	ITBI	9937	Rua MATHILDE VOLLES	ROSAURIO STOLF	50.000,00	Terreno sem Uso
119	11/5/2012	ITBI	ITBI	4173	Rua ANTONIO ZOZ	GILMAR DOS SANTOS	55.000,00	Residencial
120	24/1/2012	ITBI	ITBI	6092	Rua BARTIRA HERTEL	ADRIANO MATHIAS DOS REIS	55.000,00	Residencial
121	16/7/2012	ITBI	ITBI	698	Rua CARLOS EGGERT	ERNA INES JACINTO DA CUNHA ADRIANO	70.000,00	Residencial
122	24/1/2012	ITBI	ITBI	8550	Rua 03 DE OUTUBRO	ELINES DA SILVA PEREIRA	55.000,00	Residencial
123	15/3/2012	ITBI	ITBI	8163	Rua DUQUE DE CAXIAS	JANDIRA LANGE LEU	70.000,00	Residencial
124	13/2/2012	ITBI	ITBI	9941	Rua MATHILDE VOLLES	GLADIS REJANE PORTOLAN	50.000,00	Terreno sem Uso
125	13/4/2012	ITBI	ITBI	3327	Rua MARECHAL CASTELO BRANCO	JOSÉ MORAIS	90.000,00	Terreno sem Uso
126	21/3/2012	ITBI	ITBI	2186	Rua DAS FLORES	RAZINI ADMINISTRADORA DE BENS LTDA EPP	80.000,00	Residencial
127	16/2/2012	ITBI	ITBI	908	Rua MARECHAL CASTELO BRANCO	FARMÁCIA ANJO-FARMA LTDA - ME,	80.000,00	Residencial
128	5/11/2012	ITBI	ITBI	3037	Rua ERNESTO KROGEL	VALMOR VICENTE NICHOLETTI	70.000,00	Terreno sem Uso
129	28/6/2012	ITBI	ITBI	9934	Rua PRESIDENTE COSTA E SILVA	MILDO BECK	60.000,00	Terreno sem Uso
130	19/11/2012	ITBI	ITBI	10758	Rua ERICH FROEHNER	ADIR LUIZ TURRA,	55.000,00	Terreno sem Uso
131	6/9/2012	ITBI	ITBI	3499	Rua FREDERICO TRAPP	TIAGO MENSOR	68.000,00	Terreno sem Uso
132	2/9/2012	Proprietário	8819-2571	1954	Carlos Eggert	Rivael dos Santos Castilhos	185.000,00	Residencia
133	31/10/2012	ITBI	ITBI	8816	Rua LEOPOLDO GORGES	PAULO SERGIO MARTINELLI	60.000,00	Terreno sem Uso
134	26/4/2012	ITBI	ITBI	9484	Rua 21 DE ABRIL	ERAMIS KLOCK	55.000,00	Residencial
135	24/1/2012	ITBI	ITBI	9954	Rua EDMUNDO VOLLES	ENGELBERTO FRITZKE	50.000,00	Residencial
136	26/1/2012	ITBI	ITBI	9955	Rua EDMUNDO VOLLES	NOELI PRAXEDES NUNES	50.000,00	Terreno sem Uso
137	11/5/2012	ITBI	ITBI	9989	Rua OTTO VOLLES	CARLOS VALDIR BORTOLOTTI	50.000,00	Terreno sem Uso
138	4/4/2012	ITBI	ITBI	3626	Rua CRISTINA BAUER	PAULO KREHNKE	60.000,00	Residencial
139	26/3/2012	ITBI	ITBI	8110	Rua MARIO BAGATOLLI	GILSON FERNANDES	60.000,00	Residencial
140	2/9/2012	MG Imóveis	3374-0096	1989	Guilherme Zastron	Dirceu Lenhard	200.000,00	Residencia
141	6/2/2012	ITBI	ITBI	9504	Rua 21 DE ABRIL	RENATO DE SOUZA PROESCHOLDT	55.000,00	Residencial

142	25/1/2012	ITBI	ITBI	8588	Rua ADOLFO BORCHARDT	CLAUDINEI DE CAMPOS	65.000,00	Terreno sem Uso
143	6/9/2012	ITBI	ITBI	8065	Rua ADOLFO BORCHARDT	FRANCIE NE FAGUNDES ALVES	65.000,00	Residencial
144	5/3/2012	ITBI	ITBI	8136	Rua AMAZONAS	ARI JOSE PIERMANN	60.000,00	Residencial
145	4/6/2012	ITBI	ITBI	5041	Rua TEODORO WEISS	MARIA PACHEWSKI	60.000,00	Residencial
146	24/2/2012	ITBI	ITBI	9153	Rua ACRE	LENOIR LUIZ HENRICH	55.000,00	Terreno sem Uso
147	5/3/2012	ITBI	ITBI	5805	Rua ALEMANHA	AVELINO PEDRO MITTMANN	55.000,00	Terreno sem Uso
148	14/3/2012	ITBI	ITBI	5813	Rua LUIZA MASKE	MARCELO FERNANDES DA SILVA	55.000,00	Residencial
149	19/9/2012	ITBI	ITBI	9919	Rua REINOLDO VOLLES	JESSICA VOLLES	65.000,00	Terreno sem Uso
150	1/3/2012	ITBI	ITBI	276	Rua BERNARDO ZOZ	ODAIR KURCESZKI	60.000,00	Residencial
151	18/5/2012	ITBI	ITBI	9921	Rua MATHILDE VOLLES	JUCÉLIA RODRIGUES PEPES	60.000,00	Terreno sem Uso
152	2/8/2012	ITBI	ITBI	5711	Rua BARTIRA HERTEL	ANTONIO ROQUE ALVES DE GOSS	65.000,00	Residencial
153	29/8/2012	ITBI	ITBI	9957	Rua EDMUNDO VOLLES	IVO ROSÁ	55.000,00	Terreno sem Uso
154	23/10/2012	ITBI	ITBI	9959	Rua EDMUNDO VOLLES	NOVO LAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA EPP	55.000,00	Terreno sem Uso
155	26/10/2012	ITBI	ITBI	9962	Rua EDMUNDO VOLLES	GREICY KELLY VOLLES	55.000,00	Terreno sem Uso
156	23/7/2012	ITBI	ITBI	10028	Rua OTTO VOLLES	GEISON DUTRA BONATTI	55.000,00	Residencial
157	16/8/2012	ITBI	ITBI	10033	Rua OTTO VOLLES	OSMAIR CARLOS JUNCES	55.000,00	Terreno sem Uso
158	22/8/2012	ITBI	ITBI	10006	Rua OTTO VOLLES	ANTONIO ROQUE ALVES DE GOSS	55.000,00	Terreno sem Uso
159	11/10/2012	ITBI	ITBI	9988	Rua OTTO VOLLES	ANDREA AKEMI TOYOMA	55.000,00	Terreno sem Uso
160	3/2/2012	ITBI	ITBI	9565	Rua MOISÉS RABELLO	DANJORGE ADAMCESKI	64.000,00	Residencial
161	2/9/2012	Proprietário	3374-0449	1992	XV de Novembro	Pedro Paulo Adriano	280.000,00	Residencia
162	18/7/2012	ITBI	ITBI	4886	Rua GUILHERME ZASTROW	ELIZEU SOUTO DOS SANTOS	80.000,00	Terreno sem Uso
163	2/9/2012	Proprietário	3374--0760	4327	Ottoli Peschke	José Fossile	85.000,00	Terreno
164	15/8/2012	ITBI	ITBI	8168	Rua RIO DE JANEIRO	CLERIO ROQUE BOESING	60.000,00	Unidade
165	26/9/2012	ITBI	ITBI	2126	Rua CARLOS KROGEL	ROCHELLE VON DEN BYLAARDT	60.000,00	Residencial
166	12/4/2012	ITBI	ITBI	9516	Rua SANTA CATARINA	SUZANA MELATO	65.000,00	Residencial
167	18/5/2012	ITBI	ITBI	9911	Rua REINOLDO VOLLES	ADENILSON TIBES DOS SANTOS	60.000,00	Residencial
168	15/8/2012	ITBI	ITBI	8169	Rua RIO DE JANEIRO	CLERIO ROQUE BOESING	60.000,00	Residencial
169	6/8/2012	ITBI	ITBI	3495	Rua FREDERICO TRAPP	ROGERIO SCHMITT	175.000,00	Residencial
170	2/9/2012	Proprietário	3275-0455	3845	XV de Novembro	Adelar Antonio Herbert	115.000,00	Residencia
171	29/6/2012	ITBI	ITBI	10069	Rua MARECHAL CASTELO BRANCO	ROCHELI VIERGUTZ,	60.000,00	Residencial

172	29/6/2012	ITBI	ITBI	10071	Rua MARE- CHAL CASTELO BRANCO	VERNER PRUST	60.000,00	Residencial
173	15/2/2012	ITBI	ITBI	9971	Rua EDMUNDO VOLLES	GEOVANI ROCHA DO NAS- CIMENTO	60.000,00	Residencial
174	1/11/2012	ITBI	ITBI	9482	Rua 21 DE ABRIL	MARISTELA PAULA ZOZ	65.000,00	Residencial
175	23/8/2012	ITBI	ITBI	2245	Rua GUARAMI- RIM	ADILAR ERTAL	65.000,00	Residencial
176	5/3/2012	ITBI	ITBI	9952	Rua EDMUNDO VOLLES	JAISON CAVAL- LERI	60.000,00	Residencial
177	13/3/2012	ITBI	ITBI	9973	Rua EDMUNDO VOLLES	MAURICIO SCH- MITZ CARDOSO	60.000,00	Residencial
178	17/4/2012	ITBI	ITBI	9974	Rua EDMUNDO VOLLES	MARIO REI- CHARDT	60.000,00	Residencial
179	22/5/2012	ITBI	ITBI	10015	Rua EDMUNDO VOLLES	LINDAMIRA TRIZOTI FELIX MELNINSKI	60.000,00	Residencial
180	24/1/2012	ITBI	ITBI	10028	Rua OTTO VOLLES	GEISON DUTRA BONATTI	60.000,00	Residencial
181	28/2/2012	ITBI	ITBI	10003	Rua OTTO VOLLES	JOSE ALOISIO DIAS	60.000,00	Residencial
182	17/4/2012	ITBI	ITBI	9985	Rua OTTO VOLLES	ANDERSON DA CUNHA	60.000,00	Residencial
183	18/4/2012	ITBI	ITBI	10004	Rua OTTO VOLLES	PATRIC TRA- MONTIN	60.000,00	Residencial
184	20/4/2012	ITBI	ITBI	10010	Rua OTTO VOLLES	VALDIR SEBAS- TIÃO MACHADO	60.000,00	Residencial
185	22/6/2012	ITBI	ITBI	10008	Rua OTTO VOLLES	PAULO ROGÉRIO RIBEIRO	60.000,00	Terreno sem Uso
186	24/2/2012	ITBI	ITBI	7953	Rua BANDEI- RANTES	ANDERSON COSTA	63.590,00	Residencial
187	10/5/2012	ITBI	ITBI	3400	Rua LEOPOLDO FIEDLER	NATAN BARNABÉ	65.000,00	Residencial
188	8/10/2012	Engetec Imóveis	3374-2135	2963	Santa Catarina	Noemia Muller Mascke	225.000,00	Residencia
189	8/10/2012	Proprietário	9973-3489	7906	Otoli Peschke	Ervin Zils	95.000,00	Terreno
190	16/10/2012	ITBI	ITBI	4726	Rua XV DE NOVEMBRO	RAFAEL BENE- DET	71.000,00	Terreno sem Uso
191	16/7/2012	ITBI	ITBI	10046	Rua DOM PEDRO	ENIO FELTRIN	55.000,00	Terreno sem Uso
192	25/10/2012	ITBI	ITBI	9784	Rua GERMANO MULLER	ELI DA ROSA	75.000,00	Terreno sem Uso
193	23/7/2012	ITBI	ITBI	10039	Rua VEREADOR IGGON CRISTIA- NO VOLLES	JOAO PAULO VOLLES	65.000,00	Terreno sem Uso
194	21/6/2012	ITBI	ITBI	9986	Rua OTTO VOLLES	EZEQUIEL RODRIGO DO NASCIMENTO	62.000,00	Residencial
195	12/11/2012	ITBI	ITBI	6244	Rua PEDRO HANG	DORIVAL VASEL	75.000,00	Terreno sem Uso
196	13/6/2012	ITBI	ITBI	9943	Rua MATHILDE VOLLES	VALDECIR ER- THAL	67.000,00	Residencial
197	30/8/2012	ITBI	ITBI	9949	Rua MATHILDE VOLLES	EDUARDO GIA- COMOZZI	67.000,00	Terreno sem Uso
198	24/1/2012	ITBI	ITBI	9984	Rua OTTO VOLLES	MARI CLEIDE DE CASTRO	63.000,00	Residencial
199	4/7/2012	ITBI	ITBI	9916	Rua REINOLDO VOLLES	IVERSON JUNIOR DOS SANTOS RODRI- GUES	65.000,00	Residencial
200	20/9/2012	ITBI	ITBI	3436	Rua WILLY WULF	SILMARIA NAIBO	69.000,00	Terreno sem Uso
201	27/4/2012	ITBI	ITBI	5806	Rua ALEMANHA	ELLEN DEISE DA SILVA GEISLER	65.000,00	Terreno sem Uso

202	2/9/2012	Proprietário	9973-3489	6118	Ottoli Peschke	Ervin Zils	95.000,00	Terreno
203	25/9/2012	ITBI	ITBI	9915	Rua REINOLDO VOLLES	PAULO TAVARES DE BRITO	67.000,00	Terreno sem Uso
204	25/9/2012	ITBI	ITBI	9918	Rua REINOLDO VOLLES	LUCAS PFLEGER	66.000,00	Terreno sem Uso
205	6/2/2012	ITBI	ITBI	10021	Rua EDMUNDO VOLLES	MARCELO FRANCISCO MAFRA	65.000,00	Residencial
206	6/2/2012	ITBI	ITBI	9963	Rua EDMUNDO VOLLES	ANTONIO MARCOS BATISTA DOS SANTOS	65.000,00	Terreno sem Uso
207	12/6/2012	ITBI	ITBI	9977	Rua EDMUNDO VOLLES	WALTER HENRIQUE DAS MERCES JUNIOR	65.000,00	Residencial
208	12/6/2012	ITBI	ITBI	9978	Rua EDMUNDO VOLLES	ENEIAS EBERHART	65.000,00	Residencial
209	14/6/2012	ITBI	ITBI	9956	Rua EDMUNDO VOLLES	SUELI MARCHI	65.000,00	Terreno sem Uso
210	29/6/2012	ITBI	ITBI	9976	Rua EDMUNDO VOLLES	DANMILES DA SILVA SANTOS	65.000,00	Residencial
211	12/9/2012	ITBI	ITBI	9979	Rua EDMUNDO VOLLES	DAIANE CRISTINA ANDRES	65.000,00	Terreno sem Uso
212	22/10/2012	ITBI	ITBI	9975	Rua EDMUNDO VOLLES	DANIEL SALVA	65.000,00	Terreno sem Uso
213	9/2/2012	ITBI	ITBI	9987	Rua OTTO VOLLES	JEISON MARIO ENGELMANN	65.000,00	Residencial
214	20/4/2012	ITBI	ITBI	10031	Rua OTTO VOLLES	BISMARCK MACHADO DOS SANTOS	65.000,00	Residencial
215	30/7/2012	ITBI	ITBI	9984	Rua OTTO VOLLES	MARI CLEIDE DE CASTRO	65.000,00	Residencial
216	28/6/2012	ITBI	ITBI	9497	Rua 21 DE ABRIL	MAURICIO VIEIRA DOS SANTOS	70.000,00	Terreno sem Uso
217	3/9/2012	ITBI	ITBI	3458	Rua LEOPOLDO FIEDLER	FERNANDO GONÇALVES MARTINS	70.000,00	Residencial
218	8/10/2012	Forte Imóveis	3273-7966	1350	Antonio Zoz	Daniel Volles	200.000,00	Residencia
219	2/9/2012	Proprietário	9973-3489	6122	Ottoli Peschke	Ervin Zils	95.000,00	Terreno
220	23/8/2012	ITBI	ITBI	9999	Rua OTTO VOLLES	LEANDRO ZUNDT	65.000,00	Terreno sem Uso
221	8/10/2012	ITBI	ITBI	9914	Rua REINOLDO VOLLES	JUARES RIBAS	70.000,00	Terreno sem Uso
222	8/10/2012	Proprietário	3374-0354	4023	Carlos Eggert	Odair Antonio Domingues	120.000,00	Residencia
223	25/9/2012	ITBI	ITBI	3150	Rua GUILHERME ZERBIN	LEOPOLDO JURCK FILHO	70.000,00	Residencial
224	26/10/2012	ITBI	ITBI	9953	Rua EDMUNDO VOLLES	WALDECIR STOKSCHNEIDER	68.000,00	Terreno sem Uso
225	18/9/2012	ITBI	ITBI	9958	Rua EDMUNDO VOLLES	RODRIGO RODOLFO GROSSL	68.500,00	Terreno sem Uso
226	8/10/2012	Proprietário	9186-9249	10645	03 de Outubro	Jose da Cruz	80.000,00	Terreno
227	30/10/2012	ITBI	ITBI	10032	Rua OTTO VOLLES	NATASHA CRISTINA DE SOUZA	70.000,00	Terreno sem Uso
228	15/3/2012	ITBI	ITBI	9997	Rua OTTO VOLLES	EMILIANO PICOLOTTO	70.000,00	Residencial
229	10/10/2012	Jaraguá Imóveis	3370-9849	6016	Luiza Mascke	Hilbert Mascke	85.000,00	Terreno
230	10/10/2012	Eliane Corretora	9998--4404	956	01 de Maio	Adi Vogel Klitzke	112.000,00	Terreno
231	13/3/2012	ITBI	ITBI	5808	Rua ALEMANHA	ANDRE ALEXANDRE BANASZESKI	77.000,00	Residencial
232	9/2/2012	ITBI	ITBI	3155	Rua MARECHAL CASTELO BRANCO	ENGETEC E CORRETORES ASSOCIADOS LTDA,	75.000,00	Terreno sem Uso

233	14/11/2012	ITBI	ITBI	4190	Rua WENDELIN REINER	LUIS APARICIO RIBAS	100.000,00	Residencial
234	2/9/2012	Engetec Imóveis	3374-2135	4750	Guilherme Zastron	Claudemir Lucas Alves	240.000,00	Residencia
235	25/5/2012	ITBI	ITBI	1261	Rua JULIO BAUER	URSULA STEI-LEIN BRANDENBURG	250.000,00	Terreno sem Uso
236	27/6/2012	ITBI	ITBI	9058	Rua BARÃO DO RIO BRANCO	NEOZETE DOS SANTOS MILL-NITZ	65.000,00	Terreno sem Uso
237	10/10/2012	Leier Imóveis	2107-0500	682	03 de Outubro	Pedro Dellagius-tina	213.000,00	Residencia
238	2/9/2012	Engetec Imóveis	3374-2135	846	Jorge Lacerda	Roselia Flohr Pasquali	270.000,00	Residencia
239	8/5/2012	ITBI	ITBI	2169	Rua MARE-CHAL CASTELO BRANCO	BRICON SA-NEAMENTO E INFRAESTRUTURA LTDA,	150.000,00	Unidade
240	2/9/2012	Proprietário	8809-4508	8029	Florianópolis	Domingos da Silva	110.000,00	Terreno

2. Apresentação dos dados dos Imóveis pesquisados

a. Apresentação dos dados pesquisados

Através das pesquisas de campo e cruzamento das informações do Cadastro Imobiliário do Município, incluiu-se demais dados necessários, como segue na tabela 14:

Tabela 14: Informações adicionais dos imóveis

Oferta	Logradouro	Valor (R\$)	Ocupação	Pavimentação	Testada (m)	Área Terreno (At) (m2)	Área Construída (Ac) (m2)	Numero de Frentes	Topografia	Pedologia
1	Estrada DUAS MAMAS	25.000,00	Agrícola	Não	288,00	250.300,00	1	1	Active	Firme
2	Rua OTTO CARLOS DOEGE	35.000,00	Agrícola	Não	135,50	75.000,00	1	1	Plano	Firme
3	Rua 23 DE MARÇO	100.000,00	Terreno sem Uso	Não	122,60	49.682,30	1	1	Declive	Inundável
4	Rua OSVALDO LENZI	330.000,00	Residencial	Não	5,00	152.469,96	1	1	Plano	Alagado/Arroz-zeira
5	Rua PRESIDENTE COSTA E SILVA	12.000,00	Terreno sem Uso	Não	101,00	21.532,33	1	1	Plano	Firme
6	Estrada ESTRADA BRAÇO DO SUL	171.175,00	Rural	Não	250,00	75.000,00	1	1	Irregular	Firme
7	Estrada ESTRADA RANCHO BOM	120.000,00	Agrícola	Não	1,00	52.455,00	1	1	Active	Firme
8	Rua MARECHAL CASTELO BRANCO	600.000,00	Unidade	Sim	162,00	223.864,00	2	1	Irregular	Firme
9	Rua ERICH FROEHNER	450.000,00	Terreno sem Uso	Não	85,70	138.008,25	1	1	Irregular	Firme
10	Rua CÂNDIDO TOMASELLI	78.000,00	Terreno sem Uso	Não	115,00	15.717,00	1	1	Plano	Firme
11	Rua ALBERTO ZANELLA	80.000,00	Terreno sem Uso	Não	1,00	9.750,00	1	1	Irregular	Firme
12	Rua ALBERTO ZANELLA	80.000,00	Terreno sem Uso	Não	1,00	9.750,00	1	1	Irregular	Firme
13	Rua ALBERTO ZANELLA	80.000,00	Terreno sem Uso	Não	15,00	9.750,00	1	1	Irregular	Firme

14	Rua ALBERTO ZANELLA	80.000,00	Residencial	Não	1,00	9.750,00		1	Irregular	Firme
15	Rua FRANCISCO WEISS	13.000,00	Terreno sem Uso	Não	1,00	3.656,00		1	Plano	Firme
16	Rua 03 DE OUTUBRO	45.000,00	Residencial	Não	50,00	5.000,00		1	Irregular	Firme
17	Rua 03 DE OUTUBRO	300.000,00	Comercial	Sim	100,00	22.300,00		1	Irregular	Firme
18	Rua SANTA CATARINA	5.000,00	Terreno sem Uso	Não	14,00	938,00		1	Plano	Firme
19	Rua GOIÁS	70.000,00	Residencial	Não	55,00	4.173,00		1	Irregular	Firme
20	Rua DA CANELA	60.000,00	Terreno sem Uso	Não	45,00	5.396,07		1	Plano	Firme
21	Rua PRESIDENTE COSTA E SILVA	12.000,00	Terreno sem Uso	Não	38,40	1.454,60		1	Plano	Firme
22	Rua 21 DE ABRIL	4.348,97	Residencial	Não	16,00	448,00		1	Plano	Firme
23	Rua ERICH FROEHNER	55.000,00	Residencial	Não	39,00	5.670,00		1	Plano	Firme
24	Rua FRANCISCO WEISS	76.000,00	Terreno sem Uso	Não	80,00	6.000,00		1	Plano	Firme
25	Rua MARECHAL CASTELO BRANCO	80.000,00	Residencial	Sim	57,95	9.642,84		2	Plano	Firme
26	Rua JORGE LACERDA	10.000,00	Residencial	Não	23,00	724,50		2	Plano	Firme
27	Rua SANTA CATARINA	76.000,00	Terreno sem Uso	Não	14,00	3.850,00		1	Plano	Firme
28	Rua FRANCISCO WEISS	45.000,00	Residencial	Não	51,80	2.587,50		2	Plano	Firme
29	Rua WILLY ZIEBELL	46.000,00	Terreno sem Uso	Não	40,00	1.720,00		1	Plano	Firme
30	Rua BRUNO HENRIQUE ZOZ	60.000,00	Residencial	Não	57,04	985,92		1	Active	Firme
31	Rua DUQUE DE CAXIAS	18.500,00	Residencial	Não	16,75	456,60		1	Plano	Firme
32	Rua SANTA CATARINA	120.000,00	Residencial	Não	25,00	2.325,00		1	Plano	Firme
33	Rua GUILLERME ZERBIN	100.000,00	Terreno sem Uso	Não	66,40	2.324,00		1	Plano	Firme
34	Rua KURT HANS CLAUSS	400.000,00	Comercial	Não	150,00	7.971,42		2	Plano	Firme
35	Rua DELFINO DEMARCHI	25.000,00	Residencial	Não	15,00	450,00		1	Plano	Firme
36	Rua JACÓ ALVISE	40.000,00	Terreno sem Uso	Não	16,00	480,00		1	Plano	Firme
37	Rua PRESIDENTE COSTA E SILVA	60.000,00	Residencial	Não	16,50	1.108,00		1	Plano	Firme
38	Rua HILÁRIO GUCKERT	45.000,00	Terreno sem Uso	Não	15,00	471,00		1	Plano	Firme
39	Rua EMILIO RECK	45.000,00	Residencial	Não	15,00	450,00		1	Plano	Firme
40	Rua EMÍLIO MUNDT	60.000,00	Residencial	Não	18,00	756,00		1	Plano	Firme
41	Rua ADOLFO BORCHARDT	65.000,00	Residencial	Não	36,50	917,00		1	Plano	Firme
42	Rua GUSTAVO STREIT	40.000,00	Terreno sem Uso	Sim	15,00	420,00		1	Plano	Firme

43	Rua ALFONSO ZILS	40.000,00	Residencial	Não	27,06	555,50		1	Plano	Firme
44	Rua 14 DE ABRIL	26.000,00	Terreno sem Uso	Sim	20,00	432,00		1	Plano	Firme
45	Rua XV DE NOVENBRO	40.000,00	Residencial	Não	16,40	492,00		1	Plano	Firme
46	Rua FRANCISCO WEISS	60.000,00	Residencial	Não	16,35	735,75		1	Plano	Firme
47	Rua 17 DE FEVEREIRO	55.000,00	Residencial	Não	21,50	608,45		2	Plano	Firme
48	Rua DOM PEDRO	150.000,00	Terreno sem Uso	Não	45,00	2.002,50		1	Plano	Firme
49	Rua GUSTAVO STREIT	45.000,00	Residencial	Sim	15,00	450,00		1	Plano	Firme
50	Rua GUI-LHERME ZERBIN	40.000,00	Terreno sem Uso	Não	15,00	525,00		1	Plano	Firme
51	Rua GUI-LHERME BAUER	50.000,00	Residencial	Não	15,00	556,95		1	Plano	Firme
52	Rua MARECHAL CASTELO BRANCO	30.000,00	Residencial	Sim	17,05	468,54		1	Plano	Firme
53	Rua ALPHONS MARIA SCHMALZ	45.000,00	Residencial	Não	15,00	546,00		1	Plano	Firme
54	Rua ALAGOAS	60.000,00	Residencial	Não	15,00	450,00		1	Plano	Firme
55	Rua EMILIO RECK	45.000,00	Residencial	Sim	14,00	392,00		1	Plano	Firme
56	Rua WILLY ZIEBELL	65.000,00	Residencial	Não	15,00	645,00		1	Plano	Firme
57	Rua EMILIO RECK	65.000,00	Terreno sem Uso	Não	15,00	450,00		1	Plano	Firme
58	Rua IDA LUIZA BERTHA JACOB WULF	50.000,00	Residencial	Não	20,00	493,42		1	Plano	Firme
59	Rua REINOLDO VOLLES	50.000,00	Residencial	Sim	29,67	532,76		1	Plano	Firme
60	Rua GABRIEL VARGAS	45.000,00	Residencial	Não	15,00	495,00		1	Plano	Firme
61	Rua RICARDO GORL	50.000,00	Residencial	Não	20,00	490,00		1	Plano	Firme
62	Rua GUI-LHERME ZERBIN	40.000,00	Terreno sem Uso	Sim	15,00	525,00		1	Plano	Firme
63	Rua 17 DE FEVEREIRO	50.000,00	Terreno sem Uso	Não	17,50	437,50		1	Plano	Firme
64	Rua 17 DE FEVEREIRO	50.000,00	Terreno sem Uso	Não	17,50	437,50		1	Plano	Firme
65	Rua XV DE NOVENBRO	60.000,00	Residencial	Não	20,00	600,00		2	Plano	Firme
66	Rua SÃO LUIS	60.000,00	Terreno sem Uso	Não	20,00	666,00		2	Plano	Firme
67	Rua DORA POMMERE-NING	50.000,00	Terreno sem Uso	Não	15,00	466,58		1	Plano	Firme
68	Rua ALBERTO ZANELLA	60.000,00	Residencial	Não	18,50	518,00		2	Plano	Firme
69	Rua GUI-LHERME BAUER	65.000,00	Terreno sem Uso	Não	20,00	622,50		2	Plano	Firme
70	Rua JORGE LACERDA	65.000,00	Residencial	Não	25,00	620,00		2	Plano	Firme
71	Rua MOISÉS RABELLO	45.000,00	Residencial	Não	26,90	414,60		1	Plano	Firme

72	Rua AL- PHONS MA- RIA SCHMALZ	50.000,00	Residencial	Não	18,58	513,73	1	Plano	Firme
73	Rua GUI- LHERME BAUER	60.000,00	Terreno sem Uso	Não	10,00	546,00	1	Plano	Firme
74	Rua DELFI- NO DEMAR- CHI	55.000,00	Residencial	Não	15,00	450,00	1	Plano	Firme
75	Rua DUQUE DE CAXIAS	90.000,00	Terreno sem Uso	Não	15,00	915,00	1	Plano	Firme
76	Rua DUQUE DE CAXIAS	90.000,00	Terreno sem Uso	Não	15,00	915,00	1	Plano	Firme
77	Rua GUI- LHERME BAUER	55.000,00	Residencial	Não	15,00	493,50	1	Plano	Firme
78	Rua MARE- CHAL CASTE- LO BRANCO	60.000,00	Terreno sem Uso	Sim	23,25	770,50	1	Plano	Firme
79	Rua MARIO BAGATOLLI	45.000,00	Terreno sem Uso	Não	12,00	360,00	1	Plano	Firme
80	Rua CARLOS ZERBIN	80.000,00	Residencial	Não	20,00	700,00	1	Plano	Firme
81	Rua AMAZO- NAS	50.000,00	Terreno sem Uso	Sim	15,00	575,48	1	Plano	Firme
82	Rua ERNES- TO KROGEL	63.708,91	Terreno sem Uso	Não	16,00	600,00	1	Plano	Firme
83	Rua 17 DE FEVEREIRO	65.000,00	Residencial	Não	27,65	505,44	2	Plano	Firme
84	Rua VALEN- TIN ZOZ	90.000,00	Terreno sem Uso	Sim	20,00	1.000,00	1	Plano	Firme
85	Rua ALFON- SO ZILS	60.000,00	Residencial	Não	27,06	555,50	1	Plano	Firme
86	Rua ÚRSULA SIEVERS	65.000,00	Residencial	Não	15,00	600,00	1	Plano	Firme
87	Rua MINAS GERAIS	55.000,00	Terreno sem Uso	Não	16,00	452,80	1	Plano	Firme
88	Rua HELMU- TH KANZLER	55.000,00	Residencial	Não	15,00	448,80	1	Plano	Firme
89	Rua ALVINA POMMERE- NING	70.000,00	Residencial	Não	19,00	583,30	2	Plano	Firme
90	Rua ITOU- PAVA	50.000,00	Residencial	Não	15,00	450,00	1	Plano	Firme
91	Rua BANDEI- RANTES	50.000,00	Residencial	Não	17,20	412,80	2	Plano	Firme
92	Rua MARE- CHAL CASTE- LO BRANCO	80.000,00	Comercial	Sim	18,10	903,57	1	Plano	Firme
93	Rua SANTA CATARINA	65.000,00	Terreno sem Uso	Não	16,00	456,00	1	Plano	Firme
94	Rua ALBER- TO ZANELLA	60.000,00	Residencial	Não	15,00	420,00	1	Plano	Firme
95	Rua DORA POMMERE- NING	60.000,00	Residencial	Não	15,00	465,53	1	Plano	Firme
96	Rua PONTE PÊNSIL	60.000,00	Residencial	Sim	25,00	625,00	1	Plano	Firme
97	Rua PONTE PÊNSIL	60.000,00	Residencial	Sim	25,00	625,00	1	Plano	Firme
98	Rua WILLY WULF	65.000,00	Residencial	Não	20,00	560,00	1	Plano	Firme
99	Rua BE- NHAMINO CONZATTI	50.000,00	Terreno sem Uso	Não	13,00	429,00	1	Plano	Firme

100	Rua RODOLFO VIEBRANTZ	62.000,00	Residencial	Não	21,45	529,20	1	Plano	Firme
101	Rua ALEMANHA	55.000,00	Residencial	Sim	18,00	559,50	1	Plano	Firme
102	Rua CARLOS EGGERT	60.000,00	Residencial	Não	19,10	451,72	1	Plano	Firme
103	Rua LEOPOLDO GORGES	50.000,00	Residencial	Não	13,40	375,20	1	Plano	Firme
104	Rua PEDRO HANG	50.000,00	Terreno sem Uso	Não	15,00	420,00	1	Plano	Firme
105	Rua 14 DE ABRIL	60.000,00	Residencial	Sim	24,80	620,00	2	Plano	Firme
106	Rua PRESIDENTE COSTA E SILVA	60.000,00	Residencial	Sim	15,00	600,00	1	Plano	Firme
107	Rua EMILIO RECK	55.000,00	Terreno sem Uso	Sim	12,00	336,00	1	Plano	Firme
108	Rua EMILIO RECK	55.000,00	Terreno sem Uso	Sim	12,00	336,00	1	Plano	Firme
109	Rua EMILIO RECK	55.000,00	Terreno sem Uso	Sim	12,00	336,00	1	Plano	Firme
110	Rua BRUNA WALKINIR MOREIRA	62.000,00	Residencial	Não	15,00	450,00	1	Plano	Firme
111	Rua BRUNA WALKINIR MOREIRA	65.000,00	Residencial	Não	15,00	466,58	1	Plano	Firme
112	Rua MARILETE NEUMANN	60.000,00	Residencial	Não	16,00	472,56	1	Plano	Firme
113	Rua OTTOLI PESCHKE	65.000,00	Terreno sem Uso	Não	16,00	452,80	1	Plano	Firme
114	Rua GUI-LHERME ZASTROW	55.000,00	Terreno sem Uso	Sim	15,00	459,63	1	Plano	Firme
115	Rua IDA LUIZA BERTHA JACOB WULF	65.000,00	Terreno sem Uso	Não	16,70	450,90	1	Plano	Firme
116	Rua IDA LUIZA BERTHA JACOB WULF	65.000,00	Terreno sem Uso	Não	15,00	450,00	1	Plano	Firme
117	Rua DOM PEDRO	60.000,00	Residencial	Não	20,00	460,00	1	Plano	Firme
118	Rua MATHILDE VOLLES	50.000,00	Terreno sem Uso	Sim	15,00	369,41	1	Plano	Firme
119	Rua ANTONIO ZOZ	55.000,00	Residencial	Não	30,00	420,00	1	Plano	Firme
120	Rua BARTIRA HERTEL	55.000,00	Residencial	Não	12,00	336,00	1	Plano	Firme
121	Rua CARLOS EGGERT	70.000,00	Residencial	Não	15,00	472,50	1	Plano	Firme
122	Rua 03 DE OUTUBRO	55.000,00	Residencial	Sim	16,00	444,60	1	Plano	Firme
123	Rua DUQUE DE CAXIAS	70.000,00	Residencial	Não	15,00	525,00	1	Plano	Firme
124	Rua MATHILDE VOLLES	50.000,00	Terreno sem Uso	Sim	14,45	361,25	1	Plano	Firme
125	Rua MARECHAL CASTELO BRANCO	90.000,00	Terreno sem Uso	Sim	30,00	847,50	1	Plano	Firme
126	Rua DAS FLORES	80.000,00	Residencial	Não	30,00	600,00	2	Plano	Firme
127	Rua MARECHAL CASTELO BRANCO	80.000,00	Residencial	Sim	26,70	857,40	2	Plano	Firme

128	Rua ERNESTO KROGEL	70.000,00	Terreno sem Uso	Não	25,00	500,00		1	Plano	Firme
129	Rua PRESIDENTE COSTA E SILVA	60.000,00	Terreno sem Uso	Não	16,59	449,05		2	Plano	Firme
130	Rua ERICH FROEHNER	55.000,00	Terreno sem Uso	Não	15,00	420,00		1	Plano	Firme
131	Rua FREDERICO TRAPP	68.000,00	Terreno sem Uso	Não	15,40	481,01		1	Plano	Firme
132	Carlos Eggert	185.000,00	Residencia	Não	17,00	494,00	156,00	2	Plano	Firme
133	Rua LEOPOLDO GORGES	60.000,00	Terreno sem Uso	Não	13,45	376,60		1	Plano	Firme
134	Rua 21 DE ABRIL	55.000,00	Residencial	Não	15,00	345,00		1	Plano	Firme
135	Rua EDMUNDO VOLLES	50.000,00	Residencial	Sim	13,50	337,50		1	Plano	Firme
136	Rua EDMUNDO VOLLES	50.000,00	Terreno sem Uso	Sim	13,50	337,50		1	Plano	Firme
137	Rua OTTO VOLLES	50.000,00	Terreno sem Uso	Sim	13,50	337,50		1	Plano	Firme
138	Rua CRISTINA BAUER	60.000,00	Residencial	Não	15,00	420,00		1	Plano	Firme
139	Rua MARIO BAGATOLLI	60.000,00	Residencial	Não	28,00	336,00		1	Plano	Firme
140	Guilherme Zastron	200.000,00	Residencia	Não	18,00	531,00	128,00	2	Plano	Firme
141	Rua 21 DE ABRIL	55.000,00	Residencial	Não	12,00	336,00		1	Plano	Firme
142	Rua ADOLFO BORCHARDT	65.000,00	Terreno sem Uso	Não	17,00	442,00		1	Plano	Firme
143	Rua ADOLFO BORCHARDT	65.000,00	Residencial	Não	17,00	442,00		1	Plano	Firme
144	Rua AMAZONAS	60.000,00	Residencial	Sim	15,00	428,48		1	Plano	Firme
145	Rua TEODORO WEISS	60.000,00	Residencial	Não	12,00	396,00		1	Plano	Firme
146	Rua ACRE	55.000,00	Terreno sem Uso	Não	14,00	360,30		1	Plano	Firme
147	Rua ALEMANHA	55.000,00	Terreno sem Uso	Não	12,00	360,00		1	Plano	Firme
148	Rua LUIZA MASKE	55.000,00	Residencial	Não	12,00	360,00		1	Plano	Firme
149	Rua REINOLDO VOLLES	65.000,00	Terreno sem Uso	Sim	20,42	420,37		2	Plano	Firme
150	Rua BERNARDO ZOZ	60.000,00	Residencial	Sim	16,00	468,80		1	Plano	Firme
151	Rua MATHILDE VOLLES	60.000,00	Terreno sem Uso	Sim	15,00	375,00		1	Plano	Firme
152	Rua BARTIRA HERTEL	65.000,00	Residencial	Não	12,00	336,00		1	Plano	Firme
153	Rua EDMUNDO VOLLES	55.000,00	Terreno sem Uso	Sim	13,50	337,50		1	Plano	Firme
154	Rua EDMUNDO VOLLES	55.000,00	Terreno sem Uso	Sim	13,50	337,50		1	Plano	Firme
155	Rua EDMUNDO VOLLES	55.000,00	Terreno sem Uso	Sim	13,50	337,50		1	Plano	Firme
156	Rua OTTO VOLLES	55.000,00	Residencial	Sim	13,50	337,50		1	Plano	Firme
157	Rua OTTO VOLLES	55.000,00	Terreno sem Uso	Sim	13,50	337,50		1	Plano	Firme
158	Rua OTTO VOLLES	55.000,00	Terreno sem Uso	Sim	13,50	337,50		1	Plano	Firme
159	Rua OTTO VOLLES	55.000,00	Terreno sem Uso	Sim	13,50	337,50		1	Plano	Firme

160	Rua MOISÉS RABELLO	64.000,00	Residencial	Não	13,50	363,00		1	Plano	Firme
161	XV de Novembro	280.000,00	Residencia	Não	16,00	666,00	304,00	1	Plano	Firme
162	Rua GUI-LHERME ZASTROW	80.000,00	Terreno sem Uso	Não	16,00	452,80		1	Plano	Firme
163	Ottoli Peschke	85.000,00	Terreno	Não	16,00	480,00		1	Plano	Firme
164	Rua RIO DE JANEIRO	60.000,00	Unidade	Sim	15,50	453,75		1	Plano	Firme
165	Rua CARLOS KROGEL	60.000,00	Residencial	Sim	25,00	450,00		1	Plano	Firme
166	Rua SANTA CATARINA	65.000,00	Residencial	Não	12,00	336,00		2	Plano	Firme
167	Rua REINOLDO VOLLES	60.000,00	Residencial	Sim	13,50	361,16		1	Plano	Firme
168	Rua RIO DE JANEIRO	60.000,00	Residencial	Sim	15,00	446,25		1	Plano	Firme
169	Rua FREDE-RICO TRAPP	175.000,00	Residencial	Não	15,00	1.078,98		1	Plano	Firme
170	XV de Novembro	115.000,00	Residencia	Não	15,00	440,00	70,00	1	Plano	Firme
171	Rua MARE-CHAL CASTELO BRANCO	60.000,00	Residencial	Sim	17,05	468,54		1	Plano	Firme
172	Rua MARE-CHAL CASTELO BRANCO	60.000,00	Residencial	Sim	17,05	468,54		1	Plano	Firme
173	Rua EDMUNDO VOLLES	60.000,00	Residencial	Sim	15,00	350,07		1	Plano	Firme
174	Rua 21 DE ABRIL	65.000,00	Residencial	Não	15,00	345,00		1	Plano	Firme
175	Rua GUARAMIRIM	65.000,00	Residencial	Sim	11,87	458,20		1	Plano	Firme
176	Rua EDMUNDO VOLLES	60.000,00	Residencial	Sim	13,50	337,50		1	Plano	Firme
177	Rua EDMUNDO VOLLES	60.000,00	Residencial	Sim	13,50	337,50		1	Plano	Firme
178	Rua EDMUNDO VOLLES	60.000,00	Residencial	Sim	13,50	337,50		1	Plano	Firme
179	Rua EDMUNDO VOLLES	60.000,00	Residencial	Sim	13,50	337,50		1	Plano	Firme
180	Rua OTTO VOLLES	60.000,00	Residencial	Sim	13,50	337,50		1	Plano	Firme
181	Rua OTTO VOLLES	60.000,00	Residencial	Sim	13,50	337,50		1	Plano	Firme
182	Rua OTTO VOLLES	60.000,00	Residencial	Sim	13,50	337,50		1	Plano	Firme
183	Rua OTTO VOLLES	60.000,00	Residencial	Sim	13,50	337,50		1	Plano	Firme
184	Rua OTTO VOLLES	60.000,00	Residencial	Sim	13,50	337,50		1	Plano	Firme
185	Rua OTTO VOLLES	60.000,00	Terreno sem Uso	Sim	13,50	337,50		1	Plano	Firme
186	Rua BANDEIRANTES	63.590,00	Residencial	Não	13,75	330,00		1	Plano	Firme
187	Rua LEOPOLDO FIEDLER	65.000,00	Residencial	Sim	17,40	452,40		1	Plano	Firme
188	Santa Catarina	225.000,00	Residencia	Não	20,00	512,00	130,00	2	Plano	Firme
189	Ottoli Peschke	95.000,00	Terreno	Não	16,00	488,00		1	Plano	Firme
190	Rua XV DE NOVENBRO	71.000,00	Terreno sem Uso	Não	13,00	364,00		1	Plano	Firme

191	Rua DOM PEDRO	55.000,00	Terreno sem Uso	Sim	15,00	378,64		1	Plano	Firme
192	Rua GERMA-NO MULLER	75.000,00	Terreno sem Uso	Não	15,35	429,80		1	Plano	Firme
193	Rua VERA-DOR IGGON CRISTIANO VOLLES	65.000,00	Terreno sem Uso	Sim	14,00	357,00		1	Plano	Firme
194	Rua OTTO VOLLES	62.000,00	Residencial	Sim	13,50	337,50		1	Plano	Firme
195	Rua PEDRO HANG	75.000,00	Terreno sem Uso	Não	15,00	420,00		1	Plano	Firme
196	Rua MATHIL-DE VOLLES	67.000,00	Residencial	Sim	14,45	361,25		1	Plano	Firme
197	Rua MATHIL-DE VOLLES	67.000,00	Terreno sem Uso	Sim	14,45	361,25		1	Plano	Firme
198	Rua OTTO VOLLES	63.000,00	Residencial	Sim	13,50	337,50		1	Plano	Firme
199	Rua REINOL-DO VOLLES	65.000,00	Residencial	Sim	13,50	348,12		1	Plano	Firme
200	Rua WILLY WULF	69.000,00	Terreno sem Uso	Sim	16,70	459,75		1	Plano	Firme
201	Rua ALEMA-NHA	65.000,00	Terreno sem Uso	Não	12,00	360,00		1	Plano	Firme
202	Ottoli Peschke	95.000,00	Terreno	Não	16,00	461,00		1	Plano	Firme
203	Rua REINOL-DO VOLLES	67.000,00	Terreno sem Uso	Sim	13,50	350,73		1	Plano	Firme
204	Rua REINOL-DO VOLLES	66.000,00	Terreno sem Uso	Sim	13,50	342,90		1	Plano	Firme
205	Rua EDMUN-DO VOLLES	65.000,00	Residencial	Sim	13,50	337,50		1	Plano	Firme
206	Rua EDMUN-DO VOLLES	65.000,00	Terreno sem Uso	Sim	13,50	337,50		1	Plano	Firme
207	Rua EDMUN-DO VOLLES	65.000,00	Residencial	Sim	13,50	337,50		1	Plano	Firme
208	Rua EDMUN-DO VOLLES	65.000,00	Residencial	Sim	13,50	337,50		1	Plano	Firme
209	Rua EDMUN-DO VOLLES	65.000,00	Terreno sem Uso	Sim	13,50	337,50		1	Plano	Firme
210	Rua EDMUN-DO VOLLES	65.000,00	Residencial	Sim	13,50	337,50		1	Plano	Firme
211	Rua EDMUN-DO VOLLES	65.000,00	Terreno sem Uso	Sim	13,50	337,50		1	Plano	Firme
212	Rua EDMUN-DO VOLLES	65.000,00	Terreno sem Uso	Sim	13,50	337,50		1	Plano	Firme
213	Rua OTTO VOLLES	65.000,00	Residencial	Sim	13,50	337,50		1	Plano	Firme
214	Rua OTTO VOLLES	65.000,00	Residencial	Sim	13,50	337,50		1	Plano	Firme
215	Rua OTTO VOLLES	65.000,00	Residencial	Sim	13,50	337,50		1	Plano	Firme
216	Rua 21 DE ABRIL	70.000,00	Terreno sem Uso	Não	12,00	336,00		1	Plano	Firme
217	Rua LEOPOL-DO FIEDLER	70.000,00	Residencial	Sim	18,64	450,94		1	Plano	Firme
218	Antonio Zoz	200.000,00	Residencia	Não	16,00	625,00	100,00	1	Plano	Firme
219	Ottoli Peschke	95.000,00	Terreno	Não	16,00	449,00		1	Plano	Firme
220	Rua OTTO VOLLES	65.000,00	Terreno sem Uso	Sim	13,20	330,00		1	Plano	Firme
221	Rua REINOL-DO VOLLES	70.000,00	Terreno sem Uso	Sim	13,50	354,64		1	Plano	Firme
222	Carlos Eggert	120.000,00	Residencia	Não	19,00	400,00	50,00	1	Plano	Firme

223	Rua GUI- LHERME ZERBIN	70.000,00	Residencial	Sim	15,00	435,00		1	Plano	Firme
224	Rua EDMUN- DO VOLLES	68.000,00	Terreno sem Uso	Sim	13,50	337,50		1	Plano	Firme
225	Rua EDMUN- DO VOLLES	68.500,00	Terreno sem Uso	Sim	13,50	337,50		1	Plano	Firme
226	03 de Outu- bro	80.000,00	Terreno	Sim	13,00	408,00		2	Plano	Firme
227	Rua OTTO VOLLES	70.000,00	Terreno sem Uso	Sim	13,50	337,50		1	Plano	Firme
228	Rua OTTO VOLLES	70.000,00	Residencial	Sim	13,20	330,00		1	Plano	Firme
229	Luiza Mascke	85.000,00	Terreno	Não	12,00	371,00		1	Plano	Firme
230	01 de Maio	112.000,00	Terreno	Não	20,00	600,00		1	Plano	Firme
231	Rua ALEMA- NHA	77.000,00	Residencial	Não	12,00	360,00		1	Plano	Firme
232	Rua MARE- CHAL CASTE- LO BRANCO	75.000,00	Terreno sem Uso	Sim	15,00	450,00		1	Plano	Firme
233	Rua WENDE- LIN REINER	100.000,00	Residencial	Sim	20,00	560,00		1	Plano	Firme
234	Guilherme Zastron	240.000,00	Residencia	Não	16,00	422,00	131,00	2	Plano	Firme
235	Rua JULIO BAUER	250.000,00	Terreno sem Uso	Não	39,00	1.026,00		2	Plano	Firme
236	Rua BARÃO DO RIO BRANCO	65.000,00	Terreno sem Uso	Sim	12,00	336,00		1	Plano	Firme
237	03 de Outu- bro	213.000,00	Residencia	Sim	15,00	450,00	159,00	1	Plano	Firme
238	Jorge Lacerda	270.000,00	Residencia	Sim	15,00	430,00	250,00	1	Plano	Firme
239	Rua MARE- CHAL CASTE- LO BRANCO	150.000,00	Unidade	Sim	20,00	680,00		1	Plano	Firme
240	Florianópolis	110.000,00	Terreno	Sim	15,00	450,00		2	Plano	Firme

b. Homogeneização das informações quanto à ocupação/conser-
vação

Conforme descrito anteriormente no item 2 – Avaliação (f) Avalia-
ção das construções, valores referentes às áreas construídas fo-
ram levantados e suprimidos da amostragem, resultando assim o
valor referente a parcela do terreno sem benfeitorias (Vsc), abaixo
indicado na tabela 15:

Tabela 15: Valor do m2 do terreno sem a construção (Vsc)

	Logradouro	Valor (V)	Ocupação	Área Terreno (m ²) = (At)	Área Cons- truída (m ²) - (Ab)	Classificação 08/2012	CUB SC	Fator Con- servação - (Fc)	Valor Terreno sem Cons- trução (Rs) (Vsc)	Valor do m2 Terreno sem construção - (Vsc)
1	Estrada DUAS MAMAS	25.000,00	Agrícola	250.300,00						25.000,00
2	Rua OTTO CARLOS DOEGE	35.000,00	Agrícola	75.000,00						35.000,00
3	Rua 23 DE MARÇO	100.000,00	Terreno sem Uso	49.682,30						100.000,00
4	Rua OSVAL- DO LENZI	330.000,00	Residencial	152.469,96						330.000,00

5	Rua PRESIDENTE COSTA E SILVA	12.000,00	Terreno sem Uso	21.532,33						12.000,00
6	Estrada ESTRADA BRAÇO DO SUL	171.175,00	Rural	75.000,00						171.175,00
7	Estrada ESTRADA RANCHO BOM	120.000,00	Agrícola	52.455,00						120.000,00
8	Rua MARECHAL CASTELO BRANCO	600.000,00	Unidade	223.864,00						600.000,00
9	Rua ERICH FROEHNER	450.000,00	Terreno sem Uso	138.008,25						450.000,00
10	Rua CÂNDIDO TOMASELLI	78.000,00	Terreno sem Uso	15.717,00						78.000,00
11	Rua ALBERTO ZANELLA	80.000,00	Terreno sem Uso	9.750,00						80.000,00
12	Rua ALBERTO ZANELLA	80.000,00	Terreno sem Uso	9.750,00						80.000,00
13	Rua ALBERTO ZANELLA	80.000,00	Terreno sem Uso	9.750,00						80.000,00
14	Rua ALBERTO ZANELLA	80.000,00	Residencial	9.750,00						80.000,00
15	Rua FRANCISCO WEISS	13.000,00	Terreno sem Uso	3.656,00						13.000,00
16	Rua 03 DE OUTUBRO	45.000,00	Residencial	5.000,00						45.000,00
17	Rua 03 DE OUTUBRO	300.000,00	Comercial	22.300,00						300.000,00
18	Rua SANTA CATARINA	5.000,00	Terreno sem Uso	938,00						5.000,00
19	Rua GOIÁS	70.000,00	Residencial	4.173,00						70.000,00
20	Rua DA CANELA	60.000,00	Terreno sem Uso	5.396,07						60.000,00
21	Rua PRESIDENTE COSTA E SILVA	12.000,00	Terreno sem Uso	1.454,60						12.000,00
22	Rua 21 DE ABRIL	4.348,97	Residencial	448,00						4.348,97
23	Rua ERICH FROEHNER	55.000,00	Residencial	5.670,00						55.000,00
24	Rua FRANCISCO WEISS	76.000,00	Terreno sem Uso	6.000,00						76.000,00
25	Rua MARECHAL CASTELO BRANCO	80.000,00	Residencial	9.642,84						80.000,00
26	Rua JORGE LACERDA	10.000,00	Residencial	724,50						10.000,00
27	Rua SANTA CATARINA	76.000,00	Terreno sem Uso	3.850,00						76.000,00
28	Rua FRANCISCO WEISS	45.000,00	Residencial	2.587,50						45.000,00
29	Rua WILLY ZIEBELL	46.000,00	Terreno sem Uso	1.720,00						46.000,00
30	Rua BRUNO HENRIQUE ZOZ	60.000,00	Residencial	985,92						60.000,00
31	Rua DUQUE DE CAXIAS	18.500,00	Residencial	456,60						18.500,00
32	Rua SANTA CATARINA	120.000,00	Residencial	2.325,00						120.000,00

33	Rua GUI- LHERME ZERBIN	100.000,00	Terreno sem Uso	2.324,00						100.000,00
34	Rua KURT HANS CLAUSS	400.000,00	Comercial	7.971,42						400.000,00
35	Rua DELFI- NO DEMAR- CHI	25.000,00	Residencial	450,00						25.000,00
36	Rua JACÓ ALVISE	40.000,00	Terreno sem Uso	480,00						40.000,00
37	Rua PRESI- DENTE COS- TA E SILVA	60.000,00	Residencial	1.108,00						60.000,00
38	Rua HILÁRIO GUCKERT	45.000,00	Terreno sem Uso	471,00						45.000,00
39	Rua EMÍLIO RECK	45.000,00	Residencial	450,00						45.000,00
40	Rua EMÍLIO MUNDT	60.000,00	Residencial	756,00						60.000,00
41	Rua ADOLFO BORCHARDT	65.000,00	Residencial	917,00						65.000,00
42	Rua GUSTA- VO STREIT	40.000,00	Terreno sem Uso	420,00						40.000,00
43	Rua ALFON- SO ZILS	40.000,00	Residencial	555,50						40.000,00
44	Rua 14 DE ABRIL	26.000,00	Terreno sem Uso	432,00						26.000,00
45	Rua XV DE NOVEMBRO	40.000,00	Residencial	492,00						40.000,00
46	Rua FRAN- CISCO WEISS	60.000,00	Residencial	735,75						60.000,00
47	Rua 17 DE FEVEREIRO	55.000,00	Residencial	608,45						55.000,00
48	Rua DOM PEDRO	150.000,00	Terreno sem Uso	2.002,50						150.000,00
49	Rua GUSTA- VO STREIT	45.000,00	Residencial	450,00						45.000,00
50	Rua GUI- LHERME ZERBIN	40.000,00	Terreno sem Uso	525,00						40.000,00
51	Rua GUI- LHERME BAUER	50.000,00	Residencial	556,95						50.000,00
52	Rua MARE- CHAL CASTE- LO BRANCO	30.000,00	Residencial	468,54						30.000,00
53	Rua AL- PHONS MA- RIA SCHMALZ	45.000,00	Residencial	546,00						45.000,00
54	Rua ALA- GOAS	60.000,00	Residencial	450,00						60.000,00
55	Rua EMÍLIO RECK	45.000,00	Residencial	392,00						45.000,00
56	Rua WILLY ZIEBELL	65.000,00	Residencial	645,00						65.000,00
57	Rua EMÍLIO RECK	65.000,00	Terreno sem Uso	450,00						65.000,00
58	Rua IDA LUI- ZA BERTHA JACOB WULF	50.000,00	Residencial	493,42						50.000,00
59	Rua REINOL- DO VOLLES	50.000,00	Residencial	532,76						50.000,00
60	Rua GABRIEL VARGAS	45.000,00	Residencial	495,00						45.000,00
61	Rua RICAR- DO GORL	50.000,00	Residencial	490,00						50.000,00

62	Rua GUI- LHERME ZERBIN	40.000,00	Terreno sem Uso	525,00						40.000,00
63	Rua 17 DE FEVEREIRO	50.000,00	Terreno sem Uso	437,50						50.000,00
64	Rua 17 DE FEVEREIRO	50.000,00	Terreno sem Uso	437,50						50.000,00
65	Rua XV DE NOVEMBRO	60.000,00	Residencial	600,00						60.000,00
66	Rua SÃO LUIS	60.000,00	Terreno sem Uso	666,00						60.000,00
67	Rua DORA POMMERE- NING	50.000,00	Terreno sem Uso	466,58						50.000,00
68	Rua ALBER- TO ZANELLA	60.000,00	Residencial	518,00						60.000,00
69	Rua GUI- LHERME BAUER	65.000,00	Terreno sem Uso	622,50						65.000,00
70	Rua JORGE LACERDA	65.000,00	Residencial	620,00						65.000,00
71	Rua MOISÉS RABELLO	45.000,00	Residencial	414,60						45.000,00
72	Rua AL- PHONS MA- RIA SCHMALZ	50.000,00	Residencial	513,73						50.000,00
73	Rua GUI- LHERME BAUER	60.000,00	Terreno sem Uso	546,00						60.000,00
74	Rua DELFI- NO DEMAR- CHI	55.000,00	Residencial	450,00						55.000,00
75	Rua DUQUE DE CAXIAS	90.000,00	Terreno sem Uso	915,00						90.000,00
76	Rua DUQUE DE CAXIAS	90.000,00	Terreno sem Uso	915,00						90.000,00
77	Rua GUI- LHERME BAUER	55.000,00	Residencial	493,50						55.000,00
78	Rua MARE- CHAL CASTE- LO BRANCO	60.000,00	Terreno sem Uso	770,50						60.000,00
79	Rua MARIO BAGATOLLI	45.000,00	Terreno sem Uso	360,00						45.000,00
80	Rua CARLOS ZERBIN	80.000,00	Residencial	700,00						80.000,00
81	Rua AMAZO- NAS	50.000,00	Terreno sem Uso	575,48						50.000,00
82	Rua ERNES- TO KROGEL	63.708,91	Terreno sem Uso	600,00						63.708,91
83	Rua 17 DE FEVEREIRO	65.000,00	Residencial	505,44						65.000,00
84	Rua VALEN- TIN ZOZ	90.000,00	Terreno sem Uso	1.000,00						90.000,00
85	Rua ALFON- SO ZILS	60.000,00	Residencial	555,50						60.000,00
86	Rua ÚRSULA SIEVERS	65.000,00	Residencial	600,00						65.000,00
87	Rua MINAS GERAIS	55.000,00	Terreno sem Uso	452,80						55.000,00
88	Rua HELMU- TH KANZLER	55.000,00	Residencial	448,80						55.000,00
89	Rua ALVINA POMMERE- NING	70.000,00	Residencial	583,30						70.000,00

90	Rua ITOU-PAVA	50.000,00	Residencial	450,00						50.000,00
91	Rua BANDEIRANTES	50.000,00	Residencial	412,80						50.000,00
92	Rua MARECHAL CASTELO BRANCO	80.000,00	Comercial	903,57						80.000,00
93	Rua SANTA CATARINA	65.000,00	Terreno sem Uso	456,00						65.000,00
94	Rua ALBERTO ZANELLA	60.000,00	Residencial	420,00						60.000,00
95	Rua DORA POMMERE-NING	60.000,00	Residencial	465,53						60.000,00
96	Rua PONTE PÊNSIL	60.000,00	Residencial	625,00						60.000,00
97	Rua PONTE PÊNSIL	60.000,00	Residencial	625,00						60.000,00
98	Rua WILLY WULF	65.000,00	Residencial	560,00						65.000,00
99	Rua BE-NHAMINO CONZATTI	50.000,00	Terreno sem Uso	429,00						50.000,00
100	Rua RODOLFO VIEBRANTZ	62.000,00	Residencial	529,20						62.000,00
101	Rua ALEMANHA	55.000,00	Residencial	559,50						55.000,00
102	Rua CARLOS EGGERT	60.000,00	Residencial	451,72						60.000,00
103	Rua LEOPOLDO GORGES	50.000,00	Residencial	375,20						50.000,00
104	Rua PEDRO HANG	50.000,00	Terreno sem Uso	420,00						50.000,00
105	Rua 14 DE ABRIL	60.000,00	Residencial	620,00						60.000,00
106	Rua PRESIDENTE COSTA E SILVA	60.000,00	Residencial	600,00						60.000,00
107	Rua EMILIO RECK	55.000,00	Terreno sem Uso	336,00						55.000,00
108	Rua EMILIO RECK	55.000,00	Terreno sem Uso	336,00						55.000,00
109	Rua EMILIO RECK	55.000,00	Terreno sem Uso	336,00						55.000,00
110	Rua BRUNA WALKINIR MOREIRA	62.000,00	Residencial	450,00						62.000,00
111	Rua BRUNA WALKINIR MOREIRA	65.000,00	Residencial	466,58						65.000,00
112	Rua MARILETE NEUMANN	60.000,00	Residencial	472,56						60.000,00
113	Rua OTTOLI PESCHKE	65.000,00	Terreno sem Uso	452,80						65.000,00
114	Rua GUI-LHERME ZASTROW	55.000,00	Terreno sem Uso	459,63						55.000,00
115	Rua IDA LUIZA BERTHA JACOB WULF	65.000,00	Terreno sem Uso	450,90						65.000,00
116	Rua IDA LUIZA BERTHA JACOB WULF	65.000,00	Terreno sem Uso	450,00						65.000,00
117	Rua DOM PEDRO	60.000,00	Residencial	460,00						60.000,00

118	Rua MATHIL-DE VOLLES	50.000,00	Terreno sem Uso	369,41						50.000,00
119	Rua ANTONIO ZOZ	55.000,00	Residencial	420,00						55.000,00
120	Rua BARTIRA HERTEL	55.000,00	Residencial	336,00						55.000,00
121	Rua CARLOS EGGERT	70.000,00	Residencial	472,50						70.000,00
122	Rua 03 DE OUTUBRO	55.000,00	Residencial	444,60						55.000,00
123	Rua DUQUE DE CAXIAS	70.000,00	Residencial	525,00						70.000,00
124	Rua MATHIL-DE VOLLES	50.000,00	Terreno sem Uso	361,25						50.000,00
125	Rua MARECHAL CASTELO BRANCO	90.000,00	Terreno sem Uso	847,50						90.000,00
126	Rua DAS FLORES	80.000,00	Residencial	600,00						80.000,00
127	Rua MARECHAL CASTELO BRANCO	80.000,00	Residencial	857,40						80.000,00
128	Rua ERNESTO KROGEL	70.000,00	Terreno sem Uso	500,00						70.000,00
129	Rua PRESIDENTE COSTA E SILVA	60.000,00	Terreno sem Uso	449,05						60.000,00
130	Rua ERICH FROEHNER	55.000,00	Terreno sem Uso	420,00						55.000,00
131	Rua FREDERICO TRAPP	68.000,00	Terreno sem Uso	481,01						68.000,00
132	Carlos Eggert	185.000,00	Residencia	494,00	156,00	PIS	756,10	85%	100.258,86	84.741,14
133	Rua LEOPOLDO GORGES	60.000,00	Terreno sem Uso	376,60						60.000,00
134	Rua 21 DE ABRIL	55.000,00	Residencial	345,00						55.000,00
135	Rua EDMUNDO VOLLES	50.000,00	Residencial	337,50						50.000,00
136	Rua EDMUNDO VOLLES	50.000,00	Terreno sem Uso	337,50						50.000,00
137	Rua OTTO VOLLES	50.000,00	Terreno sem Uso	337,50						50.000,00
138	Rua CRISTINA BAUER	60.000,00	Residencial	420,00						60.000,00
139	Rua MARIO BAGATOLLI	60.000,00	Residencial	336,00						60.000,00
140	Guilherme Zastron	200.000,00	Residencia	531,00	128,00	R1A	1.067,99	85%	116.197,31	83.802,69
141	Rua 21 DE ABRIL	55.000,00	Residencial	336,00						55.000,00
142	Rua ADOLFO BORCHARDT	65.000,00	Terreno sem Uso	442,00						65.000,00
143	Rua ADOLFO BORCHARDT	65.000,00	Residencial	442,00						65.000,00
144	Rua AMAZONAS	60.000,00	Residencial	428,48						60.000,00
145	Rua TEODORO WEISS	60.000,00	Residencial	396,00						60.000,00
146	Rua ACRE	55.000,00	Terreno sem Uso	360,30						55.000,00
147	Rua ALEMANHA	55.000,00	Terreno sem Uso	360,00						55.000,00
148	Rua LUIZA MASKE	55.000,00	Residencial	360,00						55.000,00

149	Rua REINOLDO VOLLES	65.000,00	Terreno sem Uso	420,37						65.000,00
150	Rua BERNARDO ZOZ	60.000,00	Residencial	468,80						60.000,00
151	Rua MATHILDE VOLLES	60.000,00	Terreno sem Uso	375,00						60.000,00
152	Rua BARTIRA HERTEL	65.000,00	Residencial	336,00						65.000,00
153	Rua EDMUNDO VOLLES	55.000,00	Terreno sem Uso	337,50						55.000,00
154	Rua EDMUNDO VOLLES	55.000,00	Terreno sem Uso	337,50						55.000,00
155	Rua EDMUNDO VOLLES	55.000,00	Terreno sem Uso	337,50						55.000,00
156	Rua OTTO VOLLES	55.000,00	Residencial	337,50						55.000,00
157	Rua OTTO VOLLES	55.000,00	Terreno sem Uso	337,50						55.000,00
158	Rua OTTO VOLLES	55.000,00	Terreno sem Uso	337,50						55.000,00
159	Rua OTTO VOLLES	55.000,00	Terreno sem Uso	337,50						55.000,00
160	Rua MOISÉS RABELLO	64.000,00	Residencial	363,00						64.000,00
161	XV de Novembro	280.000,00	Residencia	666,00	304,00	PP4	756,10	65%	149.405,36	130.594,64
162	Rua GUI-LHERME ZASTROW	80.000,00	Terreno sem Uso	452,80						80.000,00
163	Ottoli Peschke	85.000,00	Terreno	480,00						85.000,00
164	Rua RIO DE JANEIRO	60.000,00	Unidade	453,75						60.000,00
165	Rua CARLOS KROGEL	60.000,00	Residencial	450,00						60.000,00
166	Rua SANTA CATARINA	65.000,00	Residencial	336,00						65.000,00
167	Rua REINOLDO VOLLES	60.000,00	Residencial	361,16						60.000,00
168	Rua RIO DE JANEIRO	60.000,00	Residencial	446,25						60.000,00
169	Rua FREDERICO TRAPP	175.000,00	Residencial	1.078,98						175.000,00
170	XV de Novembro	115.000,00	Residencia	440,00	70,00	PIS	756,10	65%	34.402,55	80.597,45
171	Rua MARECHAL CASTELO BRANCO	60.000,00	Residencial	468,54						60.000,00
172	Rua MARECHAL CASTELO BRANCO	60.000,00	Residencial	468,54						60.000,00
173	Rua EDMUNDO VOLLES	60.000,00	Residencial	350,07						60.000,00
174	Rua 21 DE ABRIL	65.000,00	Residencial	345,00						65.000,00
175	Rua GUARAMIRIM	65.000,00	Residencial	458,20						65.000,00
176	Rua EDMUNDO VOLLES	60.000,00	Residencial	337,50						60.000,00
177	Rua EDMUNDO VOLLES	60.000,00	Residencial	337,50						60.000,00
178	Rua EDMUNDO VOLLES	60.000,00	Residencial	337,50						60.000,00
179	Rua EDMUNDO VOLLES	60.000,00	Residencial	337,50						60.000,00

180	Rua OTTO VOLLES	60.000,00	Residencial	337,50						60.000,00
181	Rua OTTO VOLLES	60.000,00	Residencial	337,50						60.000,00
182	Rua OTTO VOLLES	60.000,00	Residencial	337,50						60.000,00
183	Rua OTTO VOLLES	60.000,00	Residencial	337,50						60.000,00
184	Rua OTTO VOLLES	60.000,00	Residencial	337,50						60.000,00
185	Rua OTTO VOLLES	60.000,00	Terreno sem Uso	337,50						60.000,00
186	Rua BANDEI- RANTES	63.590,00	Residencial	330,00						63.590,00
187	Rua LEOPOL- DO FIEDLER	65.000,00	Residencial	452,40						65.000,00
188	Santa Cata- rina	225.000,00	Residencia	512,00	130,00	PIS	1.067,00	85%	117.903,50	107.096,50
189	Ottoli Peschke	95.000,00	Terreno	488,00						95.000,00
190	Rua XV DE NOVEMBRO	71.000,00	Terreno sem Uso	364,00						71.000,00
191	Rua DOM PEDRO	55.000,00	Terreno sem Uso	378,64						55.000,00
192	Rua GERMA- NO MULLER	75.000,00	Terreno sem Uso	429,80						75.000,00
193	Rua VERA- DOR IGGON CRISTIANO VOLLES	65.000,00	Terreno sem Uso	357,00						65.000,00
194	Rua OTTO VOLLES	62.000,00	Residencial	337,50						62.000,00
195	Rua PEDRO HANG	75.000,00	Terreno sem Uso	420,00						75.000,00
196	Rua MATHIL- DE VOLLES	67.000,00	Residencial	361,25						67.000,00
197	Rua MATHIL- DE VOLLES	67.000,00	Terreno sem Uso	361,25						67.000,00
198	Rua OTTO VOLLES	63.000,00	Residencial	337,50						63.000,00
199	Rua REINOL- DO VOLLES	65.000,00	Residencial	348,12						65.000,00
200	Rua WILLY WULF	69.000,00	Terreno sem Uso	459,75						69.000,00
201	Rua ALEMA- NHA	65.000,00	Terreno sem Uso	360,00						65.000,00
202	Ottoli Peschke	95.000,00	Terreno	461,00						95.000,00
203	Rua REINOL- DO VOLLES	67.000,00	Terreno sem Uso	350,73						67.000,00
204	Rua REINOL- DO VOLLES	66.000,00	Terreno sem Uso	342,90						66.000,00
205	Rua EDMUN- DO VOLLES	65.000,00	Residencial	337,50						65.000,00
206	Rua EDMUN- DO VOLLES	65.000,00	Terreno sem Uso	337,50						65.000,00
207	Rua EDMUN- DO VOLLES	65.000,00	Residencial	337,50						65.000,00
208	Rua EDMUN- DO VOLLES	65.000,00	Residencial	337,50						65.000,00
209	Rua EDMUN- DO VOLLES	65.000,00	Terreno sem Uso	337,50						65.000,00
210	Rua EDMUN- DO VOLLES	65.000,00	Residencial	337,50						65.000,00
211	Rua EDMUN- DO VOLLES	65.000,00	Terreno sem Uso	337,50						65.000,00

212	Rua EDMUN- DO VOLLES	65.000,00	Terreno sem Uso	337,50						65.000,00
213	Rua OTTO VOLLES	65.000,00	Residencial	337,50						65.000,00
214	Rua OTTO VOLLES	65.000,00	Residencial	337,50						65.000,00
215	Rua OTTO VOLLES	65.000,00	Residencial	337,50						65.000,00
216	Rua 21 DE ABRIL	70.000,00	Terreno sem Uso	336,00						70.000,00
217	Rua LEOPOL- DO FIEDLER	70.000,00	Residencial	450,94						70.000,00
218	Antonio Zoz	200.000,00	Residencia	625,00	100,00	PIS	1.067,00	65%	69.355,00	130.645,00
219	Ottoli Peschke	95.000,00	Terreno	449,00						95.000,00
220	Rua OTTO VOLLES	65.000,00	Terreno sem Uso	330,00						65.000,00
221	Rua REINOL- DO VOLLES	70.000,00	Terreno sem Uso	354,64						70.000,00
222	Carlos Eggert	120.000,00	Residencia	400,00	50,00	PIS	756,10	65%	24.573,25	95.426,75
223	Rua GUI- LHERME ZERBIN	70.000,00	Residencial	435,00						70.000,00
224	Rua EDMUN- DO VOLLES	68.000,00	Terreno sem Uso	337,50						68.000,00
225	Rua EDMUN- DO VOLLES	68.500,00	Terreno sem Uso	337,50						68.500,00
226	03 de Outu- bro	80.000,00	Terreno	408,00						80.000,00
227	Rua OTTO VOLLES	70.000,00	Terreno sem Uso	337,50						70.000,00
228	Rua OTTO VOLLES	70.000,00	Residencial	330,00						70.000,00
229	Luiza Mascke	85.000,00	Terreno	371,00						85.000,00
230	01 de Maio	112.000,00	Terreno	600,00						112.000,00
231	Rua ALEMA- NHA	77.000,00	Residencial	360,00						77.000,00
232	Rua MARE- CHAL CASTE- LO BRANCO	75.000,00	Terreno sem Uso	450,00						75.000,00
233	Rua WENDE- LIN REINER	100.000,00	Residencial	560,00						100.000,00
234	Guilherme Zastron	240.000,00	Residencia	422,00	131,00	R1B	1.272,11	85%	141.649,45	98.350,55
235	Rua JULIO BAUER	250.000,00	Terreno sem Uso	1.026,00						250.000,00
236	Rua BARÃO DO RIO BRANCO	65.000,00	Terreno sem Uso	336,00						65.000,00
237	03 de Outu- bro	213.000,00	Residencia	450,00	159,00	PIS	756,10	85%	102.186,92	110.813,09
238	Jorge Lacerda	270.000,00	Residencia	430,00	250,00	R1A	1.067,99	65%	173.548,38	96.451,63
239	Rua MARE- CHAL CASTE- LO BRANCO	150.000,00	Unidade	680,00						150.000,00
240	Florianópolis	110.000,00	Terreno	450,00						110.000,00

Formula considerada para obter o Valor do m2 do terreno sem a construção (Vsc) para os imóveis na homogeneização quanto à ocupação:

Quando Edificado:
$$V_{sc} = V - \frac{(Ab \times CUB \times Fc)}{At}$$

Quando não edificado:
$$V_{sc} = \frac{V}{At}$$

c. Fator de localização (FI) e (FIV)

Conforme descrito, em função da localização do imóvel, foram atribuídos índices as amostras:

Tabela 16: Fator de localização do imóvel

Oferta	Logradouro	Localização – Distancia da via Principal (Rua Marechal Castelo Branco)		Localização – Distancia do centro (Entorno da Prefeitura)	
		Grandeza Longitudinal	FI	Grandeza Transversal	FIV
1	Estrada DUAS MAMAS	5	0,70	2	1,10
2	Rua OTTO CARLOS DOEGE	5	0,70	5	0,80
3	Rua 23 DE MARÇO	5	0,70	5	0,80
4	Rua OSVALDO LENZI	4	0,85	3	1,00
5	Rua PRESIDENTE COSTA E SILVA	2	1,12	2	1,10
6	Estrada ESTRADA BRANCO DO SUL	5	0,70	3	1,00
7	Estrada ESTRADA RANCHO BOM	5	0,70	2	1,10
8	Rua MARECHAL CASTELO BRANCO	1	1,20	1	1,20
9	Rua ERICH FROEHNER	1	1,20	4	0,90
10	Rua CÂNDIDO TOMASELLI	5	0,70	2	1,10
11	Rua ALBERTO ZANELLA	4	0,85	2	1,10
12	Rua ALBERTO ZANELLA	4	0,85	2	1,10
13	Rua ALBERTO ZANELLA	4	0,85	2	1,10
14	Rua ALBERTO ZANELLA	4	0,85	2	1,10
15	Rua FRANCISCO WEISS	3	1,00	2	1,10
16	Rua 03 DE OUTUBRO	3	1,00	2	1,10
17	Rua 03 DE OUTUBRO	4	0,85	2	1,10
18	Rua SANTA CATARINA	4	0,85	2	1,10
19	Rua GOIÁS	5	0,70	2	1,10
20	Rua DA CANELA	5	0,70	2	1,10
21	Rua PRESIDENTE COSTA E SILVA	2	1,12	2	1,10
22	Rua 21 DE ABRIL	3	1,00	2	1,10
23	Rua ERICH FROEHNER	1	1,20	4	0,90

24	Rua FRANCISCO WEISS	3	1,00	2	1,10
25	Rua MARECHAL CASTELO BRANCO	1	1,20	1	1,20
26	Rua JORGE LACERDA	3	1,00	2	1,10
27	Rua SANTA CATARINA	4	0,85	2	1,10
28	Rua FRANCISCO WEISS	3	1,00	2	1,10
29	Rua WILLY ZIEBELL	3	1,00	2	1,10
30	Rua BRUNO HENRIQUE ZOZ	2	1,12	4	0,90
31	Rua DUQUE DE CAXIAS	2	1,12	2	1,10
32	Rua SANTA CATARINA	4	0,85	2	1,10
33	Rua GUILHERME ZERBIN	2	1,12	1	1,20
34	Rua KURT HANS CLAUSS	2	1,12	3	1,00
35	Rua DELFINO DEMARCHI	4	0,85	3	1,00
36	Rua JACÓ ALVISE	5	0,70	2	1,10
37	Rua PRESIDENTE COSTA E SILVA	2	1,12	2	1,10
38	Rua HILÁRIO GUCKERT	5	0,70	2	1,10
39	Rua EMILIO RECK	5	0,70	3	1,00
40	Rua EMÍLIO MUNDT	3	1,00	4	0,90
41	Rua ADOLFO BORCHARDT	2	1,12	2	1,10
42	Rua GUSTAVO STREIT	5	0,70	2	1,10
43	Rua ALFONSO ZILS	2	1,12	3	1,00
44	Rua 14 DE ABRIL	2	1,12	2	1,10
45	Rua XV DE NOVEMBRO	3	1,00	2	1,10
46	Rua FRANCISCO WEISS	3	1,00	2	1,10
47	Rua 17 DE FEVEREIRO	4	0,85	2	1,10
48	Rua DOM PEDRO	2	1,12	2	1,10
49	Rua GUSTAVO STREIT	5	0,70	2	1,10
50	Rua GUILHERME ZERBIN	2	1,12	1	1,20
51	Rua GUILHERME BAUER	3	1,00	3	1,00
52	Rua MARECHAL CASTELO BRANCO	1	1,20	1	1,20
53	Rua ALPHONS MARIA SCHMALZ	2	1,12	2	1,10
54	Rua ALAGOAS	5	0,70	2	1,10
55	Rua EMILIO RECK	5	0,70	3	1,00
56	Rua WILLY ZIEBELL	3	1,00	2	1,10

57	Rua EMILIO RECK	5	0,70	3	1,00
58	Rua IDA LUIZA BERTHA JACOB WULF	3	1,00	1	1,20
59	Rua REINOLDO VOLLES	4	0,85	2	1,10
60	Rua GABRIEL VARGAS	2	1,12	3	1,00
61	Rua RICARDO GORL	3	1,00	4	0,90
62	Rua GUILHERME ZERBIN	2	1,12	1	1,20
63	Rua 17 DE FEVEREIRO	4	0,85	2	1,10
64	Rua 17 DE FEVEREIRO	4	0,85	2	1,10
65	Rua XV DE NOVEMBRO	3	1,00	2	1,10
66	Rua SÃO LUIS	2	1,12	1	1,20
67	Rua DORA POMMERE-NING	3	1,00	4	0,90
68	Rua ALBERTO ZANELLA	4	0,85	2	1,10
69	Rua GUILHERME BAUER	3	1,00	3	1,00
70	Rua JORGE LACERDA	3	1,00	2	1,10
71	Rua MOISÉS RABELLO	3	1,00	3	1,00
72	Rua ALPHONS MARIA SCHMALZ	2	1,12	2	1,10
73	Rua GUILHERME BAUER	3	1,00	3	1,00
74	Rua DELFINO DEMAR-CHI	4	0,85	3	1,00
75	Rua DUQUE DE CAXIAS	2	1,12	2	1,10
76	Rua DUQUE DE CAXIAS	2	1,12	2	1,10
77	Rua GUILHERME BAUER	3	1,00	3	1,00
78	Rua MARECHAL CASTELO BRANCO	1	1,20	1	1,20
79	Rua MARIO BAGATOLLI	4	0,85	4	0,90
80	Rua CARLOS ZERBIN	3	1,00	2	1,10
81	Rua AMAZONAS	2	1,12	1	1,20
82	Rua ERNESTO KROGEL	2	1,12	1	1,20
83	Rua 17 DE FEVEREIRO	4	0,85	2	1,10
84	Rua VALENTIN ZOZ	2	1,12	1	1,20
85	Rua ALFONSO ZILS	2	1,12	3	1,00
86	Rua ÚRSULA SIEVERS	2	1,12	3	1,00
87	Rua MINAS GERAIS	3	1,00	2	1,10
88	Rua HELMUTH KANZLER	3	1,00	3	1,00
89	Rua ALVINA POMMERE-NING	3	1,00	4	0,90

90	Rua ITOUPAVA	2	1,12	3	1,00
91	Rua BANDEIRANTES	3	1,00	4	0,90
92	Rua MARECHAL CASTELO BRANCO	1	1,20	1	1,20
93	Rua SANTA CATARINA	4	0,85	2	1,10
94	Rua ALBERTO ZANELLA	4	0,85	2	1,10
95	Rua DORA POMMERENING	3	1,00	4	0,90
96	Rua PONTE PÊNSIL	2	1,12	1	1,20
97	Rua PONTE PÊNSIL	2	1,12	1	1,20
98	Rua WILLY WULF	2	1,12	1	1,20
99	Rua BENHAMINO CONZATTI	2	1,12	3	1,00
100	Rua RODOLFO VIEBRANTZ	2	1,12	3	1,00
101	Rua ALEMANHA	2	1,12	2	1,10
102	Rua CARLOS EGGERT	3	1,00	2	1,10
103	Rua LEOPOLDO GORGES	3	1,00	3	1,00
104	Rua PEDRO HANG	2	1,12	1	1,20
105	Rua 14 DE ABRIL	2	1,12	2	1,10
106	Rua PRESIDENTE COSTA E SILVA	2	1,12	2	1,10
107	Rua EMILIO RECK	5	0,70	3	1,00
108	Rua EMILIO RECK	5	0,70	3	1,00
109	Rua EMILIO RECK	5	0,70	3	1,00
110	Rua BRUNA WALKINIR MOREIRA	3	1,00	4	0,90
111	Rua BRUNA WALKINIR MOREIRA	3	1,00	4	0,90
112	Rua MARILETE NEUMANN	2	1,12	1	1,20
113	Rua OTTOLI PESCHKE	3	1,00	2	1,10
114	Rua GUILHERME ZASTROW	3	1,00	2	1,10
115	Rua IDA LUIZA BERTHA JACOB WULF	3	1,00	1	1,20
116	Rua IDA LUIZA BERTHA JACOB WULF	3	1,00	1	1,20
117	Rua DOM PEDRO	2	1,12	2	1,10
118	Rua MATHILDE VOLLES	4	0,85	2	1,10
119	Rua ANTONIO ZOZ	2	1,12	2	1,10
120	Rua BARTIRA HERTEL	4	0,85	2	1,10
121	Rua CARLOS EGGERT	3	1,00	2	1,10
122	Rua 03 DE OUTUBRO	3	1,00	2	1,10

123	Rua DUQUE DE CAXIAS	2	1,12	2	1,10
124	Rua MATHILDE VOLLES	4	0,85	2	1,10
125	Rua MARECHAL CASTE- LO BRANCO	1	1,20	1	1,20
126	Rua DAS FLORES	2	1,12	1	1,20
127	Rua MARECHAL CASTE- LO BRANCO	1	1,20	1	1,20
128	Rua ERNESTO KROGEL	2	1,12	1	1,20
129	Rua PRESIDENTE COSTA E SILVA	2	1,12	2	1,10
130	Rua ERICH FROEHNER	1	1,20	4	0,90
131	Rua FREDERICO TRAPP	2	1,12	1	1,20
132	Carlos Eggert	4	0,85	2	1,10
133	Rua LEOPOLDO GORGES	3	1,00	3	1,00
134	Rua 21 DE ABRIL	3	1,00	2	1,10
135	Rua EDMUNDO VOLLES	4	0,85	2	1,10
136	Rua EDMUNDO VOLLES	4	0,85	2	1,10
137	Rua OTTO VOLLES	4	0,85	2	1,10
138	Rua CRISTINA BAUER	2	1,12	1	1,20
139	Rua MARIO BAGATOLLI	4	0,85	4	0,90
140	Guilherme Zastron	3	1,00	2	1,10
141	Rua 21 DE ABRIL	3	1,00	2	1,10
142	Rua ADOLFO BORCHAR- DT	2	1,12	2	1,10
143	Rua ADOLFO BORCHAR- DT	2	1,12	2	1,10
144	Rua AMAZONAS	3	1,00	1	1,20
145	Rua TEODORO WEISS	2	1,12	3	1,00
146	Rua ACRE	2	1,12	2	1,10
147	Rua ALEMANHA	2	1,12	2	1,10
148	Rua LUIZA MASKE	2	1,12	2	1,10
149	Rua REINOLDO VOLLES	4	0,85	2	1,10
150	Rua BERNARDO ZOZ	2	1,12	1	1,20
151	Rua MATHILDE VOLLES	4	0,85	2	1,10
152	Rua BARTIRA HERTEL	4	0,85	2	1,10
153	Rua EDMUNDO VOLLES	4	0,85	2	1,10
154	Rua EDMUNDO VOLLES	4	0,85	2	1,10
155	Rua EDMUNDO VOLLES	4	0,85	2	1,10

156	Rua OTTO VOLLES	4	0,85	2	1,10
157	Rua OTTO VOLLES	4	0,85	2	1,10
158	Rua OTTO VOLLES	4	0,85	2	1,10
159	Rua OTTO VOLLES	4	0,85	2	1,10
160	Rua MOISÉS RABELLO	3	1,00	3	1,00
161	XV de Novembro	4	0,85	2	1,10
162	Rua GUILHERME ZASTROW	3	1,00	2	1,10
163	Ottoli Peschke	3	1,00	2	1,10
164	Rua RIO DE JANEIRO	2	1,12	4	0,90
165	Rua CARLOS KROGEL	2	1,12	2	1,10
166	Rua SANTA CATARINA	4	0,85	2	1,10
167	Rua REINOLDO VOLLES	4	0,85	2	1,10
168	Rua RIO DE JANEIRO	2	1,12	4	0,90
169	Rua FREDERICO TRAPP	2	1,12	1	1,20
170	XV de Novembro	3	1,00	2	1,10
171	Rua MARECHAL CASTELO BRANCO	1	1,20	1	1,20
172	Rua MARECHAL CASTELO BRANCO	1	1,20	1	1,20
173	Rua EDMUNDO VOLLES	4	0,85	2	1,10
174	Rua 21 DE ABRIL	3	1,00	2	1,10
175	Rua GUARAMIRIM	2	1,12	3	1,00
176	Rua EDMUNDO VOLLES	4	0,85	2	1,10
177	Rua EDMUNDO VOLLES	4	0,85	2	1,10
178	Rua EDMUNDO VOLLES	4	0,85	2	1,10
179	Rua EDMUNDO VOLLES	4	0,85	2	1,10
180	Rua OTTO VOLLES	4	0,85	2	1,10
181	Rua OTTO VOLLES	4	0,85	2	1,10
182	Rua OTTO VOLLES	4	0,85	2	1,10
183	Rua OTTO VOLLES	4	0,85	2	1,10
184	Rua OTTO VOLLES	4	0,85	2	1,10
185	Rua OTTO VOLLES	4	0,85	2	1,10
186	Rua BANDEIRANTES	3	1,00	4	0,90
187	Rua LEOPOLDO FIEDLER	2	1,12	1	1,20
188	Santa Catarina	4	0,85	2	1,10

189	Ottoli Peschke	3	1,00	2	1,10
190	Rua XV DE NOVENBRO	3	1,00	2	1,10
191	Rua DOM PEDRO	2	1,12	2	1,10
192	Rua GERMANO MULLER	2	1,12	2	1,10
193	Rua VEREADOR IGGON CRISTIANO VOLLES	4	0,85	2	1,10
194	Rua OTTO VOLLES	4	0,85	2	1,10
195	Rua PEDRO HANG	2	1,12	1	1,20
196	Rua MATHILDE VOLLES	4	0,85	2	1,10
197	Rua MATHILDE VOLLES	4	0,85	2	1,10
198	Rua OTTO VOLLES	4	0,85	2	1,10
199	Rua REINOLDO VOLLES	4	0,85	2	1,10
200	Rua WILLY WULF	2	1,12	1	1,20
201	Rua ALEMANHA	2	1,12	2	1,10
202	Ottoli Peschke	3	1,00	2	1,10
203	Rua REINOLDO VOLLES	4	0,85	2	1,10
204	Rua REINOLDO VOLLES	4	0,85	2	1,10
205	Rua EDMUNDO VOLLES	4	0,85	2	1,10
206	Rua EDMUNDO VOLLES	4	0,85	2	1,10
207	Rua EDMUNDO VOLLES	4	0,85	2	1,10
208	Rua EDMUNDO VOLLES	4	0,85	2	1,10
209	Rua EDMUNDO VOLLES	4	0,85	2	1,10
210	Rua EDMUNDO VOLLES	4	0,85	2	1,10
211	Rua EDMUNDO VOLLES	4	0,85	2	1,10
212	Rua EDMUNDO VOLLES	4	0,85	2	1,10
213	Rua OTTO VOLLES	4	0,85	2	1,10
214	Rua OTTO VOLLES	4	0,85	2	1,10
215	Rua OTTO VOLLES	4	0,85	2	1,10
216	Rua 21 DE ABRIL	3	1,00	2	1,10
217	Rua LEOPOLDO FIEDLER	2	1,12	1	1,20
218	Antonio Zoz	3	1,00	2	1,10
219	Ottoli Peschke	3	1,00	2	1,10
220	Rua OTTO VOLLES	4	0,85	2	1,10

221	Rua REINOLDO VOLLES	4	0,85	2	1,10
222	Carlos Eggert	4	0,85	2	1,10
223	Rua GUILHERME ZERBIN	2	1,12	1	1,20
224	Rua EDMUNDO VOLLES	4	0,85	2	1,10
225	Rua EDMUNDO VOLLES	4	0,85	2	1,10
226	03 de Outubro	4	0,85	2	1,10
227	Rua OTTO VOLLES	4	0,85	2	1,10
228	Rua OTTO VOLLES	4	0,85	2	1,10
229	Luiza Mascke	3	1,00	2	1,10
230	01 de Maio	2	1,12	2	1,10
231	Rua ALEMANHA	2	1,12	2	1,10
232	Rua MARECHAL CASTELO BRANCO	1	1,20	1	1,20
233	Rua WENDELIN REINER	2	1,12	1	1,20
234	Guilherme Zastron	3	1,00	2	1,10
235	Rua JULIO BAUER	3	1,00	2	1,10
236	Rua BARÃO DO RIO BRANCO	2	1,12	1	1,20
237	03 de Outubro	3	1,00	2	1,10
238	Jorge Lacerda	2	1,12	2	1,10
239	Rua MARECHAL CASTELO BRANCO	1	1,20	1	1,20
240	Florianópolis	2	1,12	2	1,10

d. Fator de Pavimentação (Fp), Fator Gleba (Fg) e Fator Frente Irregular (Ce), Numero de frentes (Cf), conforme descrito anteriormente, em função da pavimentação, da área do Imóvel e da frente (configuração) onde está localizado o imóvel, foram atribuídos índices as amostras:

Tabela 17: Fator de pavimentação, gleba e frente irregular

Oferta	Logradouro	Pavimentação	Testada	Área Terreno	Numero de Frentes	Fator Numero de Frentes (Cf)	Fator Gleba (Fg)	Fator Frente Irregular	Fator Pavimentação (Fp)
1	Estrada DUAS MAMAS	Não	288,00	250.300,00	1	1,00	0,40	1,0000	1,00
2	Rua OTTO CARLOS DO-EGE	Não	135,50	75.000,00	1	1,00	0,50	1,0000	1,00
3	Rua 23 DE MARÇO	Não	122,60	49.682,30	1	1,00	0,60	1,0000	1,00
4	Rua OSVALDO LENZI	Não	5,00	152.469,96	1	1,00	0,40	0,8500	1,00
5	Rua PRESIDENTE COSTA E SILVA	Não	101,00	21.532,33	1	1,00	0,60	1,0000	1,00
6	Estrada ESTRADA BRAÇO DO SUL	Não	250,00	75.000,00	1	1,00	0,50	1,0000	1,00

7	Estrada ESTRADA RAN- CHO BOM	Não	1,00	52.455,00	1	1,00	0,50	1,0000	1,00
8	Rua MARE- CHAL CASTELO BRANCO	Sim	162,00	223.864,00	2	1,15	0,40	0,8500	1,20
9	Rua ERICH FROEHNER	Não	85,70	138.008,25	1	1,00	0,40	1,0000	1,00
10	Rua CÂNDIDO TOMASELLI	Não	115,00	15.717,00	1	1,00	0,75	1,0000	1,00
11	Rua ALBERTO ZANELLA	Não	1,00	9.750,00	1	1,00	0,85	0,8500	1,00
12	Rua ALBERTO ZANELLA	Não	1,00	9.750,00	1	1,00	0,85	0,8500	1,00
13	Rua ALBERTO ZANELLA	Não	15,00	9.750,00	1	1,00	0,85	0,8500	1,00
14	Rua ALBERTO ZANELLA	Não	1,00	9.750,00	1	1,00	0,85	0,8500	1,00
15	Rua FRANCIS- CO WEISS	Não	1,00	3.656,00	1	1,00	1,00	0,8500	1,00
16	Rua 03 DE OUTUBRO	Não	50,00	5.000,00	1	1,00	0,85	1,0000	1,00
17	Rua 03 DE OUTUBRO	Sim	100,00	22.300,00	1	1,00	0,60	1,0000	1,20
18	Rua SANTA CATARINA	Não	14,00	938,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
19	Rua GOIÁS	Não	55,00	4.173,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
20	Rua DA CA- NELA	Não	45,00	5.396,07	1	1,00	0,85	1,0000	1,00
21	Rua PRESI- DENTE COSTA E SILVA	Não	38,40	1.454,60	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
22	Rua 21 DE ABRIL	Não	16,00	448,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
23	Rua ERICH FROEHNER	Não	39,00	5.670,00	1	1,00	0,85	1,0000	1,00
24	Rua FRANCIS- CO WEISS	Não	80,00	6.000,00	1	1,00	0,85	1,0000	1,00
25	Rua MARE- CHAL CASTELO BRANCO	Sim	57,95	9.642,84	2	1,15	0,85	1,0000	1,20
26	Rua JORGE LACERDA	Não	23,00	724,50	2	1,03	1,00	1,0000	1,00
27	Rua SANTA CATARINA	Não	14,00	3.850,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
28	Rua FRANCIS- CO WEISS	Não	51,80	2.587,50	2	1,03	1,00	1,0000	1,00
29	Rua WILLY ZIEBELL	Não	40,00	1.720,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
30	Rua BRUNO HENRIQUE ZOE	Não	57,04	985,92	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
31	Rua DUQUE DE CAXIAS	Não	16,75	456,60	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
32	Rua SANTA CATARINA	Não	25,00	2.325,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
33	Rua GUILHER- ME ZERBIN	Não	66,40	2.324,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
34	Rua KURT HANS CLAUS	Não	150,00	7.971,42	2	1,03	0,85	1,0000	1,00
35	Rua DELFINO DEMARCHI	Não	15,00	450,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
36	Rua JACÓ ALVISE	Não	16,00	480,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00

37	Rua PRESIDENTE COSTA E SILVA	Não	16,50	1.108,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
38	Rua HILÁRIO GUCKERT	Não	15,00	471,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
39	Rua EMILIO RECK	Não	15,00	450,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
40	Rua EMÍLIO MUNDT	Não	18,00	756,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
41	Rua ADOLFO BORCHARDT	Não	36,50	917,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
42	Rua GUSTAVO STREIT	Sim	15,00	420,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
43	Rua ALFONSO ZILS	Não	27,06	555,50	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
44	Rua 14 DE ABRIL	Sim	20,00	432,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
45	Rua XV DE NOVEMBRO	Não	16,40	492,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
46	Rua FRANCISCO WEISS	Não	16,35	735,75	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
47	Rua 17 DE FEVEREIRO	Não	21,50	608,45	2	1,03	1,00	1,0000	1,00
48	Rua DOM PEDRO	Não	45,00	2.002,50	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
49	Rua GUSTAVO STREIT	Sim	15,00	450,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
50	Rua GUILHERME ZERBIN	Não	15,00	525,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
51	Rua GUILHERME BAUER	Não	15,00	556,95	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
52	Rua MARECHAL CASTELO BRANCO	Sim	17,05	468,54	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
53	Rua ALPHONS MARIA SCHMALZ	Não	15,00	546,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
54	Rua ALAGOAS	Não	15,00	450,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
55	Rua EMILIO RECK	Sim	14,00	392,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
56	Rua WILLY ZIEBELL	Não	15,00	645,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
57	Rua EMILIO RECK	Não	15,00	450,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
58	Rua IDA LUIZA BERTHA JACOB WULF	Não	20,00	493,42	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
59	Rua REINOLDO VOLLES	Sim	29,67	532,76	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
60	Rua GABRIEL VARGAS	Não	15,00	495,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
61	Rua RICARDO GORL	Não	20,00	490,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
62	Rua GUILHERME ZERBIN	Sim	15,00	525,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
63	Rua 17 DE FEVEREIRO	Não	17,50	437,50	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
64	Rua 17 DE FEVEREIRO	Não	17,50	437,50	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
65	Rua XV DE NOVEMBRO	Não	20,00	600,00	2	1,03	1,00	1,0000	1,00
66	Rua SÃO LUIS	Não	20,00	666,00	2	1,03	1,00	1,0000	1,00

67	Rua DORA POMMERE-NING	Não	15,00	466,58	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
68	Rua ALBERTO ZANELLA	Não	18,50	518,00	2	1,03	1,00	1,0000	1,00
69	Rua GUILHERME BAUER	Não	20,00	622,50	2	1,03	1,00	1,0000	1,00
70	Rua JORGE LACERDA	Não	25,00	620,00	2	1,03	1,00	1,0000	1,00
71	Rua MOISÉS RABELLO	Não	26,90	414,60	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
72	Rua ALPHONS MARIA SCH-MALZ	Não	18,58	513,73	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
73	Rua GUILHERME BAUER	Não	10,00	546,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
74	Rua DELFINO DEMARCHI	Não	15,00	450,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
75	Rua DUQUE DE CAXIAS	Não	15,00	915,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
76	Rua DUQUE DE CAXIAS	Não	15,00	915,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
77	Rua GUILHERME BAUER	Não	15,00	493,50	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
78	Rua MARECHAL CASTELO BRANCO	Sim	23,25	770,50	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
79	Rua MARIO BAGATOLLI	Não	12,00	360,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
80	Rua CARLOS ZERBIN	Não	20,00	700,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
81	Rua AMAZONAS	Sim	15,00	575,48	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
82	Rua ERNESTO KROGEL	Não	16,00	600,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
83	Rua 17 DE FEVEREIRO	Não	27,65	505,44	2	1,03	1,00	1,0000	1,00
84	Rua VALENTIN ZOZ	Sim	20,00	1.000,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
85	Rua ALFONSO ZILS	Não	27,06	555,50	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
86	Rua ÚRSULA SIEVERS	Não	15,00	600,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
87	Rua MINAS GERAIS	Não	16,00	452,80	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
88	Rua HELMUTH KANZLER	Não	15,00	448,80	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
89	Rua ALVINA POMMERE-NING	Não	19,00	583,30	2	1,03	1,00	1,0000	1,00
90	Rua ITOU-PAVA	Não	15,00	450,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
91	Rua BANDEIRANTES	Não	17,20	412,80	2	1,03	1,00	1,0000	1,00
92	Rua MARECHAL CASTELO BRANCO	Sim	18,10	903,57	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
93	Rua SANTA CATARINA	Não	16,00	456,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
94	Rua ALBERTO ZANELLA	Não	15,00	420,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
95	Rua DORA POMMERE-NING	Não	15,00	465,53	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
96	Rua PONTE PÊNSIL	Sim	25,00	625,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,20

97	Rua PONTE PÊNSIL	Sim	25,00	625,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
98	Rua WILLY WULF	Não	20,00	560,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
99	Rua BENHAMINO CONZATTI	Não	13,00	429,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
100	Rua RODOLFO VIEBRANTZ	Não	21,45	529,20	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
101	Rua ALEMANHA	Sim	18,00	559,50	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
102	Rua CARLOS EGGERT	Não	19,10	451,72	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
103	Rua LEOPOLDO GORGES	Não	13,40	375,20	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
104	Rua PEDRO HANG	Não	15,00	420,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
105	Rua 14 DE ABRIL	Sim	24,80	620,00	2	1,03	1,00	1,0000	1,20
106	Rua PRESIDENTE COSTA E SILVA	Sim	15,00	600,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
107	Rua EMILIO RECK	Sim	12,00	336,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
108	Rua EMILIO RECK	Sim	12,00	336,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
109	Rua EMILIO RECK	Sim	12,00	336,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
110	Rua BRUNA WALKINIR MOREIRA	Não	15,00	450,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
111	Rua BRUNA WALKINIR MOREIRA	Não	15,00	466,58	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
112	Rua MARILETE NEUMANN	Não	16,00	472,56	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
113	Rua OTTOLI PESCHKE	Não	16,00	452,80	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
114	Rua GUILHERME ZASTROW	Sim	15,00	459,63	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
115	Rua IDA LUIZA BERTHA JACOB WULF	Não	16,70	450,90	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
116	Rua IDA LUIZA BERTHA JACOB WULF	Não	15,00	450,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
117	Rua DOM PEDRO	Não	20,00	460,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
118	Rua MATHILDE VOLLES	Sim	15,00	369,41	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
119	Rua ANTONIO ZOZ	Não	30,00	420,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
120	Rua BARTIRA HERTEL	Não	12,00	336,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
121	Rua CARLOS EGGERT	Não	15,00	472,50	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
122	Rua 03 DE OUTUBRO	Sim	16,00	444,60	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
123	Rua DUQUE DE CAXIAS	Não	15,00	525,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
124	Rua MATHILDE VOLLES	Sim	14,45	361,25	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
125	Rua MARECHAL CASTELO BRANCO	Sim	30,00	847,50	1	1,00	1,00	1,0000	1,20

126	Rua DAS FLORES	Não	30,00	600,00	2	1,03	1,00	1,0000	1,00
127	Rua MARE-CHAL CASTELO BRANCO	Sim	26,70	857,40	2	1,15	1,00	1,0000	1,20
128	Rua ERNESTO KROGEL	Não	25,00	500,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
129	Rua PRESIDENTE COSTA E SILVA	Não	16,59	449,05	2	1,05	1,00	1,0000	1,00
130	Rua ERICH FROEHNER	Não	15,00	420,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
131	Rua FREDERICO TRAPP	Não	15,40	481,01	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
132	Carlos Eggert	Não	17,00	494,00	2	1,03	1,00	1,00	1,00
133	Rua LEOPOLDO GORGES	Não	13,45	376,60	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
134	Rua 21 DE ABRIL	Não	15,00	345,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
135	Rua EDMUNDO VOLLES	Sim	13,50	337,50	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
136	Rua EDMUNDO VOLLES	Sim	13,50	337,50	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
137	Rua OTTO VOLLES	Sim	13,50	337,50	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
138	Rua CRISTINA BAUER	Não	15,00	420,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
139	Rua MARIO BAGATOLLI	Não	28,00	336,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
140	Guilherme Zastron	Não	18,00	531,00	2	1,03	1,00	1,00	1,00
141	Rua 21 DE ABRIL	Não	12,00	336,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
142	Rua ADOLFO BORCHARDT	Não	17,00	442,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
143	Rua ADOLFO BORCHARDT	Não	17,00	442,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
144	Rua AMAZONAS	Sim	15,00	428,48	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
145	Rua TEODORO WEISS	Não	12,00	396,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
146	Rua ACRE	Não	14,00	360,30	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
147	Rua ALEMANHA	Não	12,00	360,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
148	Rua LUIZA MASKE	Não	12,00	360,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
149	Rua REINOLDO VOLLES	Sim	20,42	420,37	2	1,03	1,00	1,0000	1,20
150	Rua BERNARDO ZOZ	Sim	16,00	468,80	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
151	Rua MATHILDE VOLLES	Sim	15,00	375,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
152	Rua BARTIRA HERTEL	Não	12,00	336,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
153	Rua EDMUNDO VOLLES	Sim	13,50	337,50	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
154	Rua EDMUNDO VOLLES	Sim	13,50	337,50	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
155	Rua EDMUNDO VOLLES	Sim	13,50	337,50	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
156	Rua OTTO VOLLES	Sim	13,50	337,50	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
157	Rua OTTO VOLLES	Sim	13,50	337,50	1	1,00	1,00	1,0000	1,20

158	Rua OTTO VOLLES	Sim	13,50	337,50	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
159	Rua OTTO VOLLES	Sim	13,50	337,50	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
160	Rua MOISÉS RABELLO	Não	13,50	363,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
161	XV de Novembro	Não	16,00	666,00	1	1,00	1,00	1,00	1,00
162	Rua GUILHERME ZASTROW	Não	16,00	452,80	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
163	Ottoli Peschke	Não	16,00	480,00	1	1,00	1,00	1,00	1,00
164	Rua RIO DE JANEIRO	Sim	15,50	453,75	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
165	Rua CARLOS KROGEL	Sim	25,00	450,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
166	Rua SANTA CATARINA	Não	12,00	336,00	2	1,03	1,00	1,0000	1,00
167	Rua REINOLDO VOLLES	Sim	13,50	361,16	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
168	Rua RIO DE JANEIRO	Sim	15,00	446,25	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
169	Rua FREDERICO TRAPP	Não	15,00	1.078,98	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
170	XV de Novembro	Não	15,00	440,00	1	1,00	1,00	1,00	1,00
171	Rua MARECHAL CASTELO BRANCO	Sim	17,05	468,54	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
172	Rua MARECHAL CASTELO BRANCO	Sim	17,05	468,54	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
173	Rua EDMUNDO VOLLES	Sim	15,00	350,07	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
174	Rua 21 DE ABRIL	Não	15,00	345,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
175	Rua GUARAIMIRIM	Sim	11,87	458,20	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
176	Rua EDMUNDO VOLLES	Sim	13,50	337,50	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
177	Rua EDMUNDO VOLLES	Sim	13,50	337,50	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
178	Rua EDMUNDO VOLLES	Sim	13,50	337,50	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
179	Rua EDMUNDO VOLLES	Sim	13,50	337,50	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
180	Rua OTTO VOLLES	Sim	13,50	337,50	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
181	Rua OTTO VOLLES	Sim	13,50	337,50	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
182	Rua OTTO VOLLES	Sim	13,50	337,50	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
183	Rua OTTO VOLLES	Sim	13,50	337,50	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
184	Rua OTTO VOLLES	Sim	13,50	337,50	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
185	Rua OTTO VOLLES	Sim	13,50	337,50	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
186	Rua BANDEIRANTES	Não	13,75	330,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
187	Rua LEOPOLDO FIEDLER	Sim	17,40	452,40	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
188	Santa Catarina	Não	20,00	512,00	2	1,03	1,00	1,00	1,00
189	Ottoli Peschke	Não	16,00	488,00	1	1,00	1,00	1,00	1,00

190	Rua XV DE NOVENBRO	Não	13,00	364,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
191	Rua DOM PEDRO	Sim	15,00	378,64	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
192	Rua GERMA-NO MULLER	Não	15,35	429,80	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
193	Rua VEEA-DOR IGGON CRISTIANO VOLLES	Sim	14,00	357,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
194	Rua OTTO VOLLES	Sim	13,50	337,50	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
195	Rua PEDRO HANG	Não	15,00	420,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
196	Rua MATHIL-DE VOLLES	Sim	14,45	361,25	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
197	Rua MATHIL-DE VOLLES	Sim	14,45	361,25	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
198	Rua OTTO VOLLES	Sim	13,50	337,50	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
199	Rua REINOL-DO VOLLES	Sim	13,50	348,12	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
200	Rua WILLY WULF	Sim	16,70	459,75	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
201	Rua ALEMA-NHA	Não	12,00	360,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
202	Ottoli Peschke	Não	16,00	461,00	1	1,00	1,00	1,00	1,00
203	Rua REINOL-DO VOLLES	Sim	13,50	350,73	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
204	Rua REINOL-DO VOLLES	Sim	13,50	342,90	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
205	Rua EDMUN-DO VOLLES	Sim	13,50	337,50	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
206	Rua EDMUN-DO VOLLES	Sim	13,50	337,50	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
207	Rua EDMUN-DO VOLLES	Sim	13,50	337,50	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
208	Rua EDMUN-DO VOLLES	Sim	13,50	337,50	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
209	Rua EDMUN-DO VOLLES	Sim	13,50	337,50	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
210	Rua EDMUN-DO VOLLES	Sim	13,50	337,50	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
211	Rua EDMUN-DO VOLLES	Sim	13,50	337,50	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
212	Rua EDMUN-DO VOLLES	Sim	13,50	337,50	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
213	Rua OTTO VOLLES	Sim	13,50	337,50	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
214	Rua OTTO VOLLES	Sim	13,50	337,50	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
215	Rua OTTO VOLLES	Sim	13,50	337,50	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
216	Rua 21 DE ABRIL	Não	12,00	336,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
217	Rua LEOPOL-DO FIEDLER	Sim	18,64	450,94	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
218	Antonio Zoz	Não	16,00	625,00	1	1,00	1,00	1,00	1,00
219	Ottoli Peschke	Não	16,00	449,00	1	1,00	1,00	1,00	1,00
220	Rua OTTO VOLLES	Sim	13,20	330,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
221	Rua REINOL-DO VOLLES	Sim	13,50	354,64	1	1,00	1,00	1,0000	1,20

222	Carlos Eggert	Não	19,00	400,00	1	1,00	1,00	1,00	1,00
223	Rua GUILHERME ZERBIN	Sim	15,00	435,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
224	Rua EDMUNDO VOLLES	Sim	13,50	337,50	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
225	Rua EDMUNDO VOLLES	Sim	13,50	337,50	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
226	03 de Outubro	Sim	13,00	408,00	2	1,05	1,00	1,00	1,20
227	Rua OTTO VOLLES	Sim	13,50	337,50	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
228	Rua OTTO VOLLES	Sim	13,20	330,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
229	Luiza Mascke	Não	12,00	371,00	1	1,00	1,00	1,00	1,00
230	01 de Maio	Não	20,00	600,00	1	1,00	1,00	1,00	1,00
231	Rua ALEMANHA	Não	12,00	360,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,00
232	Rua MARECHAL CASTELO BRANCO	Sim	15,00	450,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
233	Rua WENDELIN REINER	Sim	20,00	560,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
234	Guilherme Zastron	Não	16,00	422,00	2	1,03	1,00	1,00	1,00
235	Rua JULIO BAUER	Não	39,00	1.026,00	2	1,03	1,00	1,0000	1,00
236	Rua BARÃO DO RIO BRANCO	Sim	12,00	336,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
237	03 de Outubro	Sim	15,00	450,00	1	1,00	1,00	1,00	1,20
238	Jorge Lacerda	Sim	15,00	430,00	1	1,00	1,00	1,00	1,20
239	Rua MARECHAL CASTELO BRANCO	Sim	20,00	680,00	1	1,00	1,00	1,0000	1,20
240	Florianópolis	Sim	15,00	450,00	2	1,03	1,00	1,00	1,20

e. Fator de topografia (Ft), e Pedologia (FPed)
Tabela 18: Fator de topografia e pedologia

Oferta	Logradouro	Topografia	Ft	Pedologia	FPed
1	Estrada DUAS MAMAS	Active	0,50	Firme	1,00
2	Rua OTTO CARLOS DOEGE	Plano	1,00	Firme	1,00
3	Rua 23 DE MARÇO	Declive	0,50	Inundável	0,50
4	Rua OSVALDO LENZI	Plano	1,00	Alagado/Arrozeira	0,50
5	Rua PRESIDENTE COSTA E SILVA	Plano	1,00	Firme	1,00
6	Estrada ESTRADA BRANÇO DO SUL	Irregular	0,50	Firme	1,00
7	Estrada ESTRADA RANCHO BOM	Active	0,50	Firme	1,00
8	Rua MARECHAL CASTELO BRANCO	Irregular	0,50	Firme	1,00
9	Rua ERICH FROEHNER	Irregular	0,50	Firme	1,00
10	Rua CÂNDIDO TOMASELLI	Plano	1,00	Firme	1,00
11	Rua ALBERTO ZANELLA	Irregular	0,50	Firme	1,00
12	Rua ALBERTO ZANELLA	Irregular	0,50	Firme	1,00

13	Rua ALBERTO ZANELLA	Irregular	0,50	Firme	1,00
14	Rua ALBERTO ZANELLA	Irregular	0,50	Firme	1,00
15	Rua FRANCISCO WEISS	Plano	1,00	Firme	1,00
16	Rua 03 DE OUTUBRO	Irregular	0,50	Firme	1,00
17	Rua 03 DE OUTUBRO	Irregular	0,50	Firme	1,00
18	Rua SANTA CATARINA	Plano	1,00	Firme	1,00
19	Rua GOIÁS	Irregular	0,50	Firme	1,00
20	Rua DA CANELA	Plano	1,00	Firme	1,00
21	Rua PRESIDENTE COSTA E SILVA	Plano	1,00	Firme	1,00
22	Rua 21 DE ABRIL	Plano	1,00	Firme	1,00
23	Rua ERICH FROEHNER	Plano	1,00	Firme	1,00
24	Rua FRANCISCO WEISS	Plano	1,00	Firme	1,00
25	Rua MARECHAL CASTELO BRANCO	Plano	1,00	Firme	1,00
26	Rua JORGE LACERDA	Plano	1,00	Firme	1,00
27	Rua SANTA CATARINA	Plano	1,00	Firme	1,00
28	Rua FRANCISCO WEISS	Plano	1,00	Firme	1,00
29	Rua WILLY ZIEBELL	Plano	1,00	Firme	1,00
30	Rua BRUNO HENRIQUE ZOZ	Active	0,50	Firme	1,00
31	Rua DUQUE DE CAXIAS	Plano	1,00	Firme	1,00
32	Rua SANTA CATARINA	Plano	1,00	Firme	1,00
33	Rua GUILHERME ZERBIN	Plano	1,00	Firme	1,00
34	Rua KURT HANS CLAUS	Plano	1,00	Firme	1,00
35	Rua DELFINO DEMARCHI	Plano	1,00	Firme	1,00
36	Rua JACÓ ALVISE	Plano	1,00	Firme	1,00
37	Rua PRESIDENTE COSTA E SILVA	Plano	1,00	Firme	1,00
38	Rua HILÁRIO GUCKERT	Plano	1,00	Firme	1,00
39	Rua EMILIO RECK	Plano	1,00	Firme	1,00
40	Rua EMÍLIO MUNDT	Plano	1,00	Firme	1,00
41	Rua ADOLFO BORCHARDT	Plano	1,00	Firme	1,00
42	Rua GUSTAVO STREIT	Plano	1,00	Firme	1,00
43	Rua ALFONSO ZILS	Plano	1,00	Firme	1,00
44	Rua 14 DE ABRIL	Plano	1,00	Firme	1,00
45	Rua XV DE NOVEMBRO	Plano	1,00	Firme	1,00
46	Rua FRANCISCO WEISS	Plano	1,00	Firme	1,00
47	Rua 17 DE FEVEREIRO	Plano	1,00	Firme	1,00
48	Rua DOM PEDRO	Plano	1,00	Firme	1,00
49	Rua GUSTAVO STREIT	Plano	1,00	Firme	1,00
50	Rua GUILHERME ZERBIN	Plano	1,00	Firme	1,00
51	Rua GUILHERME BAUER	Plano	1,00	Firme	1,00
52	Rua MARECHAL CASTELO BRANCO	Plano	1,00	Firme	1,00
53	Rua ALPHONS MARIA SCHMALZ	Plano	1,00	Firme	1,00
54	Rua ALAGOAS	Plano	1,00	Firme	1,00
55	Rua EMILIO RECK	Plano	1,00	Firme	1,00
56	Rua WILLY ZIEBELL	Plano	1,00	Firme	1,00
57	Rua EMILIO RECK	Plano	1,00	Firme	1,00

58	Rua IDA LUIZA BERTHA JACOB WULF	Plano	1,00	Firme	1,00
59	Rua REINOLDO VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
60	Rua GABRIEL VARGAS	Plano	1,00	Firme	1,00
61	Rua RICARDO GORL	Plano	1,00	Firme	1,00
62	Rua GUILHERME ZERBIN	Plano	1,00	Firme	1,00
63	Rua 17 DE FEVEREIRO	Plano	1,00	Firme	1,00
64	Rua 17 DE FEVEREIRO	Plano	1,00	Firme	1,00
65	Rua XV DE NOVEMBRO	Plano	1,00	Firme	1,00
66	Rua SÃO LUIS	Plano	1,00	Firme	1,00
67	Rua DORA POMMERE-NING	Plano	1,00	Firme	1,00
68	Rua ALBERTO ZANELLA	Plano	1,00	Firme	1,00
69	Rua GUILHERME BAUER	Plano	1,00	Firme	1,00
70	Rua JORGE LACERDA	Plano	1,00	Firme	1,00
71	Rua MOISÉS RABELLO	Plano	1,00	Firme	1,00
72	Rua ALPHONS MARIA SCHMALZ	Plano	1,00	Firme	1,00
73	Rua GUILHERME BAUER	Plano	1,00	Firme	1,00
74	Rua DELFINO DEMAR-CHI	Plano	1,00	Firme	1,00
75	Rua DUQUE DE CAXIAS	Plano	1,00	Firme	1,00
76	Rua DUQUE DE CAXIAS	Plano	1,00	Firme	1,00
77	Rua GUILHERME BAUER	Plano	1,00	Firme	1,00
78	Rua MARECHAL CASTELO BRANCO	Plano	1,00	Firme	1,00
79	Rua MARIO BAGATOLLI	Plano	1,00	Firme	1,00
80	Rua CARLOS ZERBIN	Plano	1,00	Firme	1,00
81	Rua AMAZONAS	Plano	1,00	Firme	1,00
82	Rua ERNESTO KROGEL	Plano	1,00	Firme	1,00
83	Rua 17 DE FEVEREIRO	Plano	1,00	Firme	1,00
84	Rua VALENTIN ZOZ	Plano	1,00	Firme	1,00
85	Rua ALFONSO ZILS	Plano	1,00	Firme	1,00
86	Rua ÚRSULA SIEVERS	Plano	1,00	Firme	1,00
87	Rua MINAS GERAIS	Plano	1,00	Firme	1,00
88	Rua HELMUTH KANZLER	Plano	1,00	Firme	1,00
89	Rua ALVINA POMMERE-NING	Plano	1,00	Firme	1,00
90	Rua ITROUPAVA	Plano	1,00	Firme	1,00
91	Rua BANDEIRANTES	Plano	1,00	Firme	1,00
92	Rua MARECHAL CASTELO BRANCO	Plano	1,00	Firme	1,00
93	Rua SANTA CATARINA	Plano	1,00	Firme	1,00
94	Rua ALBERTO ZANELLA	Plano	1,00	Firme	1,00
95	Rua DORA POMMERE-NING	Plano	1,00	Firme	1,00
96	Rua PONTE PÊNSIL	Plano	1,00	Firme	1,00
97	Rua PONTE PÊNSIL	Plano	1,00	Firme	1,00
98	Rua WILLY WULF	Plano	1,00	Firme	1,00
99	Rua BENHAMINO CONZATTI	Plano	1,00	Firme	1,00
100	Rua RODOLFO VIEBRANTZ	Plano	1,00	Firme	1,00
101	Rua ALEMANHA	Plano	1,00	Firme	1,00
102	Rua CARLOS EGGERT	Plano	1,00	Firme	1,00

103	Rua LEOPOLDO GORGES	Plano	1,00	Firme	1,00
104	Rua PEDRO HANG	Plano	1,00	Firme	1,00
105	Rua 14 DE ABRIL	Plano	1,00	Firme	1,00
106	Rua PRESIDENTE COSTA E SILVA	Plano	1,00	Firme	1,00
107	Rua EMILIO RECK	Plano	1,00	Firme	1,00
108	Rua EMILIO RECK	Plano	1,00	Firme	1,00
109	Rua EMILIO RECK	Plano	1,00	Firme	1,00
110	Rua BRUNA WALKINIR MOREIRA	Plano	1,00	Firme	1,00
111	Rua BRUNA WALKINIR MOREIRA	Plano	1,00	Firme	1,00
112	Rua MARILETE NEU-MANN	Plano	1,00	Firme	1,00
113	Rua OTTOLI PESCHKE	Plano	1,00	Firme	1,00
114	Rua GUILHERME ZASTROW	Plano	1,00	Firme	1,00
115	Rua IDA LUIZA BERTHA JACOB WULF	Plano	1,00	Firme	1,00
116	Rua IDA LUIZA BERTHA JACOB WULF	Plano	1,00	Firme	1,00
117	Rua DOM PEDRO	Plano	1,00	Firme	1,00
118	Rua MATHILDE VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
119	Rua ANTONIO ZOZ	Plano	1,00	Firme	1,00
120	Rua BARTIRA HERTEL	Plano	1,00	Firme	1,00
121	Rua CARLOS EGGERT	Plano	1,00	Firme	1,00
122	Rua 03 DE OUTUBRO	Plano	1,00	Firme	1,00
123	Rua DUQUE DE CAXIAS	Plano	1,00	Firme	1,00
124	Rua MATHILDE VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
125	Rua MARECHAL CASTELO BRANCO	Plano	1,00	Firme	1,00
126	Rua DAS FLORES	Plano	1,00	Firme	1,00
127	Rua MARECHAL CASTELO BRANCO	Plano	1,00	Firme	1,00
128	Rua ERNESTO KROGEL	Plano	1,00	Firme	1,00
129	Rua PRESIDENTE COSTA E SILVA	Plano	1,00	Firme	1,00
130	Rua ERICH FROEHNER	Plano	1,00	Firme	1,00
131	Rua FREDERICO TRAPP	Plano	1,00	Firme	1,00
132	Carlos Eggert	Plano	1,00	Firme	1,00
133	Rua LEOPOLDO GORGES	Plano	1,00	Firme	1,00
134	Rua 21 DE ABRIL	Plano	1,00	Firme	1,00
135	Rua EDMUNDO VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
136	Rua EDMUNDO VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
137	Rua OTTO VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
138	Rua CRISTINA BAUER	Plano	1,00	Firme	1,00
139	Rua MARIO BAGATOLLI	Plano	1,00	Firme	1,00
140	Guilherme Zastron	Plano	1,00	Firme	1,00
141	Rua 21 DE ABRIL	Plano	1,00	Firme	1,00
142	Rua ADOLFO BORCHARDT	Plano	1,00	Firme	1,00
143	Rua ADOLFO BORCHARDT	Plano	1,00	Firme	1,00
144	Rua AMAZONAS	Plano	1,00	Firme	1,00
145	Rua TEODORO WEISS	Plano	1,00	Firme	1,00
146	Rua ACRE	Plano	1,00	Firme	1,00

147	Rua ALEMANHA	Plano	1,00	Firme	1,00
148	Rua LUIZA MASKE	Plano	1,00	Firme	1,00
149	Rua REINOLDO VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
150	Rua BERNARDO ZOZ	Plano	1,00	Firme	1,00
151	Rua MATHILDE VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
152	Rua BARTIRA HERTEL	Plano	1,00	Firme	1,00
153	Rua EDMUNDO VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
154	Rua EDMUNDO VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
155	Rua EDMUNDO VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
156	Rua OTTO VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
157	Rua OTTO VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
158	Rua OTTO VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
159	Rua OTTO VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
160	Rua MOISÉS RABELLO	Plano	1,00	Firme	1,00
161	XV de Novembro	Plano	1,00	Firme	1,00
162	Rua GUILHERME ZAS-TROW	Plano	1,00	Firme	1,00
163	Ottoli Peschke	Plano	1,00	Firme	1,00
164	Rua RIO DE JANEIRO	Plano	1,00	Firme	1,00
165	Rua CARLOS KROGEL	Plano	1,00	Firme	1,00
166	Rua SANTA CATARINA	Plano	1,00	Firme	1,00
167	Rua REINOLDO VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
168	Rua RIO DE JANEIRO	Plano	1,00	Firme	1,00
169	Rua FREDERICO TRAPP	Plano	1,00	Firme	1,00
170	XV de Novembro	Plano	1,00	Firme	1,00
171	Rua MARECHAL CASTE-LO BRANCO	Plano	1,00	Firme	1,00
172	Rua MARECHAL CASTE-LO BRANCO	Plano	1,00	Firme	1,00
173	Rua EDMUNDO VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
174	Rua 21 DE ABRIL	Plano	1,00	Firme	1,00
175	Rua GUARAMIRIM	Plano	1,00	Firme	1,00
176	Rua EDMUNDO VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
177	Rua EDMUNDO VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
178	Rua EDMUNDO VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
179	Rua EDMUNDO VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
180	Rua OTTO VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
181	Rua OTTO VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
182	Rua OTTO VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
183	Rua OTTO VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
184	Rua OTTO VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
185	Rua OTTO VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
186	Rua BANDEIRANTES	Plano	1,00	Firme	1,00
187	Rua LEOPOLDO FIEDLER	Plano	1,00	Firme	1,00
188	Santa Catarina	Plano	1,00	Firme	1,00
189	Ottoli Peschke	Plano	1,00	Firme	1,00
190	Rua XV DE NOVEMBRO	Plano	1,00	Firme	1,00
191	Rua DOM PEDRO	Plano	1,00	Firme	1,00
192	Rua GERMANO MULLER	Plano	1,00	Firme	1,00
193	Rua VEREADOR IGGON CRISTIANO VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
194	Rua OTTO VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00

195	Rua PEDRO HANG	Plano	1,00	Firme	1,00
196	Rua MATHILDE VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
197	Rua MATHILDE VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
198	Rua OTTO VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
199	Rua REINOLDO VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
200	Rua WILLY WULF	Plano	1,00	Firme	1,00
201	Rua ALEMANHA	Plano	1,00	Firme	1,00
202	Ottoli Peschke	Plano	1,00	Firme	1,00
203	Rua REINOLDO VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
204	Rua REINOLDO VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
205	Rua EDMUNDO VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
206	Rua EDMUNDO VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
207	Rua EDMUNDO VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
208	Rua EDMUNDO VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
209	Rua EDMUNDO VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
210	Rua EDMUNDO VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
211	Rua EDMUNDO VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
212	Rua EDMUNDO VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
213	Rua OTTO VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
214	Rua OTTO VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
215	Rua OTTO VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
216	Rua 21 DE ABRIL	Plano	1,00	Firme	1,00
217	Rua LEOPOLDO FIEDLER	Plano	1,00	Firme	1,00
218	Antonio Zoz	Plano	1,00	Firme	1,00
219	Ottoli Peschke	Plano	1,00	Firme	1,00
220	Rua OTTO VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
221	Rua REINOLDO VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
222	Carlos Eggert	Plano	1,00	Firme	1,00
223	Rua GUILHERME ZERBIN	Plano	1,00	Firme	1,00
224	Rua EDMUNDO VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
225	Rua EDMUNDO VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
226	03 de Outubro	Plano	1,00	Firme	1,00
227	Rua OTTO VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
228	Rua OTTO VOLLES	Plano	1,00	Firme	1,00
229	Luiza Mascke	Plano	1,00	Firme	1,00
230	01 de Maio	Plano	1,00	Firme	1,00
231	Rua ALEMANHA	Plano	1,00	Firme	1,00
232	Rua MARECHAL CASTE- LO BRANCO	Plano	1,00	Firme	1,00
233	Rua WENDELIN REINER	Plano	1,00	Firme	1,00
234	Guilherme Zastron	Plano	1,00	Firme	1,00
235	Rua JULIO BAUER	Plano	1,00	Firme	1,00
236	Rua BARÃO DO RIO BRANCO	Plano	1,00	Firme	1,00
237	03 de Outubro	Plano	1,00	Firme	1,00
238	Jorge Lacerda	Plano	1,00	Firme	1,00
239	Rua MARECHAL CASTE- LO BRANCO	Plano	1,00	Firme	1,00
240	Florianópolis	Plano	1,00	Firme	1,00

f. Valor do m2 do terreno homogeneizado
 Resultado e Fórmula de Cálculo do valor do m2 do terreno, utilizando a homogeneização de informações:
 Fórmula de Cálculo do Valor por M2 do terreno:

$$Vh (R\$/m^2) = Vsc \times Fl \times Flv \times Ce \times Cf \times Fp \times Fg \times Ft \times Fped$$

Tabela com os valores por metro quadrado (R\$/m2) das pesquisas homogeneizadas:

Tabela 19: Valor m2 do terreno homogeneizado

Oferta	Área do Terreno (m2)	Valor m2 terreno Sem Construção (Vsc)	Grandeza Longitudinal (Fl)	Grandeza Transversal (Flv)	Fator Numero de Frentes (Ce)	Fator Gleba (Fg)	Fator Frente Irregular (Cf)	Fator Pavimentação (Fp)	Fator Topografia (Ft)	Fator Pedologia (Fped)	Valor m2 Terreno (Vh)
1	250.300,00	0,10	0,70	1,10	1,00	0,40	1,00	1,00	0,50	1,00	0,02
2	75.000,00	0,47	0,70	0,80	1,00	0,50	1,00	1,00	1,00	1,00	0,13
3	49.682,30	2,01	0,70	0,80	1,00	0,60	1,00	1,00	0,50	0,50	0,17
4	152.469,96	2,16	0,85	1,00	1,00	0,40	0,85	1,00	1,00	0,50	0,31
5	21.532,33	0,56	1,12	1,10	1,00	0,60	1,00	1,00	1,00	1,00	0,41
6	75.000,00	2,28	0,70	1,00	1,00	0,50	1,00	1,00	0,50	1,00	0,40
7	52.455,00	2,29	0,70	1,10	1,00	0,50	1,00	1,00	0,50	1,00	0,44
8	223.864,00	2,68	1,20	1,20	1,15	0,40	0,85	1,20	0,50	1,00	0,91
9	138.008,25	3,26	1,20	0,90	1,00	0,40	1,00	1,00	0,50	1,00	0,70
10	15.717,00	4,96	0,70	1,10	1,00	0,75	1,00	1,00	1,00	1,00	2,87
11	9.750,00	8,21	0,85	1,10	1,00	0,85	0,85	1,00	0,50	1,00	2,77
12	9.750,00	8,21	0,85	1,10	1,00	0,85	0,85	1,00	0,50	1,00	2,77
13	9.750,00	8,21	0,85	1,10	1,00	0,85	0,85	1,00	0,50	1,00	2,77
14	9.750,00	8,21	0,85	1,10	1,00	0,85	0,85	1,00	0,50	1,00	2,77
15	3.656,00	3,56	1,00	1,10	1,00	1,00	0,85	1,00	1,00	1,00	3,32
16	5.000,00	9,00	1,00	1,10	1,00	0,85	1,00	1,00	0,50	1,00	4,21
17	22.300,00	13,45	0,85	1,10	1,00	0,60	1,00	1,20	0,50	1,00	4,53
18	938,00	5,33	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	4,98
19	4.173,00	16,77	0,70	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	0,50	1,00	6,46
20	5.396,07	11,12	0,70	1,10	1,00	0,85	1,00	1,00	1,00	1,00	7,28
21	1.454,60	8,25	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	10,16
22	448,00	9,71	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	10,68
23	5.670,00	9,70	1,20	0,90	1,00	0,85	1,00	1,00	1,00	1,00	8,90
24	6.000,00	12,67	1,00	1,10	1,00	0,85	1,00	1,00	1,00	1,00	11,84
25	9.642,84	8,30	1,20	1,20	1,15	0,85	1,00	1,20	1,00	1,00	14,01
26	724,50	13,80	1,00	1,10	1,03	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	15,64

27	3.850,00	19,74	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	18,46
28	2.587,50	17,39	1,00	1,10	1,03	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	19,70
29	1.720,00	26,74	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	29,42
30	985,92	60,86	1,12	0,90	1,00	1,00	1,00	1,00	0,50	1,00	30,67
31	456,60	40,52	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	49,92
32	2.325,00	51,61	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	48,26
33	2.324,00	43,03	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	57,83
34	7.971,42	50,18	1,12	1,00	1,03	0,85	1,00	1,00	1,00	1,00	49,20
35	450,00	55,56	0,85	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	47,22
36	480,00	83,33	0,70	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	64,17
37	1.108,00	54,15	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	66,71
38	471,00	95,54	0,70	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	73,57
39	450,00	100,00	0,70	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	70,00
40	756,00	79,37	1,00	0,90	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	71,43
41	917,00	70,88	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	87,33
42	420,00	95,24	0,70	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	88,00
43	555,50	72,01	1,12	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	80,65
44	432,00	60,19	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	88,98
45	492,00	81,30	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	89,43
46	735,75	81,55	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	89,70
47	608,45	90,39	0,85	1,10	1,03	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	87,05
48	2.002,50	74,91	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	92,28
49	450,00	100,00	0,70	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	92,40
50	525,00	76,19	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	102,40
51	556,95	89,77	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	89,77
52	468,54	64,03	1,20	1,20	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	110,64
53	546,00	82,42	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	101,54
54	450,00	133,33	0,70	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	102,67
55	392,00	114,80	0,70	1,00	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	96,43
56	645,00	100,78	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	110,85
57	450,00	144,44	0,70	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	101,11
58	493,42	101,33	1,00	1,20	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	121,60
59	532,76	93,85	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	105,30

60	495,00	90,91	1,12	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	101,82
61	490,00	102,04	1,00	0,90	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	91,84
62	525,00	76,19	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	122,88
63	437,50	114,29	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	106,86
64	437,50	114,29	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	106,86
65	600,00	100,00	1,00	1,10	1,03	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	113,30
66	666,00	90,09	1,12	1,20	1,03	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	124,71
67	466,58	107,16	1,00	0,90	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	96,45
68	518,00	115,83	0,85	1,10	1,03	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	111,55
69	622,50	104,42	1,00	1,00	1,03	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	107,55
70	620,00	104,84	1,00	1,10	1,03	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	118,78
71	414,60	108,54	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	108,54
72	513,73	97,33	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	119,91
73	546,00	109,89	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	109,89
74	450,00	122,22	0,85	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	103,89
75	915,00	98,36	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	121,18
76	915,00	98,36	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	121,18
77	493,50	111,45	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	111,45
78	770,50	77,87	1,20	1,20	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	134,56
79	360,00	125,00	0,85	0,90	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	95,63
80	700,00	114,29	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	125,71
81	575,48	86,88	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	140,13
82	600,00	106,18	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	142,71
83	505,44	128,60	0,85	1,10	1,03	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	123,85
84	1.000,00	90,00	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	145,15
85	555,50	108,01	1,12	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	120,97
86	600,00	108,33	1,12	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	121,33
87	452,80	121,47	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	133,61
88	448,80	122,55	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	122,55
89	583,30	120,01	1,00	0,90	1,03	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	111,25
90	450,00	111,11	1,12	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	124,44
91	412,80	121,12	1,00	0,90	1,03	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	112,28
92	903,57	88,54	1,20	1,20	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	152,99

93	456,00	142,54	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	133,28
94	420,00	142,86	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	133,57
95	465,53	128,89	1,00	0,90	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	116,00
96	625,00	96,00	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	154,83
97	625,00	96,00	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	154,83
98	560,00	116,07	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	156,00
99	429,00	116,55	1,12	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	130,54
100	529,20	117,16	1,12	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	131,22
101	559,50	98,30	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	145,33
102	451,72	132,83	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	146,11
103	375,20	133,26	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	133,26
104	420,00	119,05	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	160,00
105	620,00	96,77	1,12	1,10	1,03	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	147,36
106	600,00	100,00	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	147,84
107	336,00	163,69	0,70	1,00	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	137,50
108	336,00	163,69	0,70	1,00	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	137,50
109	336,00	163,69	0,70	1,00	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	137,50
110	450,00	137,78	1,00	0,90	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	124,00
111	466,58	139,31	1,00	0,90	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	125,38
112	472,56	126,97	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	170,64
113	452,80	143,55	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	157,91
114	459,63	119,66	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	157,95
115	450,90	144,16	1,00	1,20	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	172,99
116	450,00	144,44	1,00	1,20	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	173,33
117	460,00	130,43	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	160,70
118	369,41	135,35	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	151,86
119	420,00	130,95	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	161,33
120	336,00	163,69	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	153,05
121	472,50	148,15	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	162,96
122	444,60	123,71	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	163,29
123	525,00	133,33	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	164,27
124	361,25	138,41	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	155,29
125	847,50	106,19	1,20	1,20	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	183,50

126	600,00	133,33	1,12	1,20	1,03	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	184,58
127	857,40	93,31	1,20	1,20	1,15	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	185,42
128	500,00	140,00	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	188,16
129	449,05	133,62	1,12	1,10	1,05	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	172,84
130	420,00	130,95	1,20	0,90	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	141,43
131	481,01	141,37	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	190,00
132	494,00	171,54	0,85	1,10	1,03	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	165,20
133	376,60	159,32	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	159,32
134	345,00	159,42	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	175,36
135	337,50	148,15	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	166,22
136	337,50	148,15	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	166,22
137	337,50	148,15	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	166,22
138	420,00	142,86	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	192,00
139	336,00	178,57	0,85	0,90	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	136,61
140	531,00	157,82	1,00	1,10	1,03	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	178,81
141	336,00	163,69	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	180,06
142	442,00	147,06	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	181,18
143	442,00	147,06	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	181,18
144	428,48	140,03	1,00	1,20	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	201,64
145	396,00	151,52	1,12	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	169,70
146	360,30	152,65	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	188,07
147	360,00	152,78	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	188,22
148	360,00	152,78	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	188,22
149	420,37	154,63	0,85	1,10	1,03	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	178,69
150	468,80	127,99	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	206,42
151	375,00	160,00	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	179,52
152	336,00	193,45	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	180,88
153	337,50	162,96	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	182,84
154	337,50	162,96	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	182,84
155	337,50	162,96	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	182,84
156	337,50	162,96	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	182,84
157	337,50	162,96	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	182,84
158	337,50	162,96	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	182,84

159	337,50	162,96	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	182,84
160	363,00	176,31	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	176,31
161	666,00	196,09	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	183,34
162	452,80	176,68	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	194,35
163	480,00	177,08	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	194,79
164	453,75	132,23	1,12	0,90	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	159,95
165	450,00	133,33	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	197,12
166	336,00	193,45	0,85	1,10	1,03	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	186,30
167	361,16	166,13	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	186,40
168	446,25	134,45	1,12	0,90	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	162,64
169	1.078,98	162,19	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	217,98
170	440,00	183,18	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	201,49
171	468,54	128,06	1,20	1,20	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	221,28
172	468,54	128,06	1,20	1,20	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	221,28
173	350,07	171,39	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	192,30
174	345,00	188,41	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	207,25
175	458,20	141,86	1,12	1,00	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	190,66
176	337,50	177,78	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	199,47
177	337,50	177,78	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	199,47
178	337,50	177,78	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	199,47
179	337,50	177,78	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	199,47
180	337,50	177,78	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	199,47
181	337,50	177,78	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	199,47
182	337,50	177,78	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	199,47
183	337,50	177,78	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	199,47
184	337,50	177,78	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	199,47
185	337,50	177,78	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	199,47
186	330,00	192,70	1,00	0,90	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	173,43
187	452,40	143,68	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	231,72
188	512,00	209,17	0,85	1,10	1,03	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	201,44
189	488,00	194,67	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	214,14
190	364,00	195,05	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	214,56
191	378,64	145,26	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	214,75

192	429,80	174,50	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	214,98
193	357,00	182,07	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	204,29
194	337,50	183,70	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	206,12
195	420,00	178,57	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	240,00
196	361,25	185,47	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	208,09
197	361,25	185,47	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	208,09
198	337,50	186,67	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	209,44
199	348,12	186,72	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	209,50
200	459,75	150,08	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	242,05
201	360,00	180,56	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	222,44
202	461,00	206,07	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	226,68
203	350,73	191,03	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	214,34
204	342,90	192,48	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	215,96
205	337,50	192,59	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	216,09
206	337,50	192,59	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	216,09
207	337,50	192,59	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	216,09
208	337,50	192,59	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	216,09
209	337,50	192,59	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	216,09
210	337,50	192,59	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	216,09
211	337,50	192,59	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	216,09
212	337,50	192,59	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	216,09
213	337,50	192,59	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	216,09
214	337,50	192,59	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	216,09
215	337,50	192,59	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	216,09
216	336,00	208,33	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	229,17
217	450,94	155,23	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	250,36
218	625,00	209,03	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	229,94
219	449,00	211,58	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	232,74
220	330,00	196,97	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	221,00
221	354,64	197,38	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	221,46
222	400,00	238,57	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	223,06
223	435,00	160,92	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	259,53
224	337,50	201,48	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	226,06

225	337,50	202,96	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	227,72
226	408,00	196,08	0,85	1,10	1,05	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	231,00
227	337,50	207,41	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	232,71
228	330,00	212,12	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	238,00
229	371,00	229,11	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	252,02
230	600,00	186,67	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	229,97
231	360,00	213,89	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	263,51
232	450,00	166,67	1,20	1,20	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	288,00
233	560,00	178,57	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	288,00
234	422,00	233,06	1,00	1,10	1,03	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	264,05
235	1.026,00	243,66	1,00	1,10	1,03	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	276,07
236	336,00	193,45	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	312,00
237	450,00	246,25	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	325,05
238	430,00	224,31	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	331,61
239	680,00	220,59	1,20	1,20	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	381,18
240	450,00	244,44	1,12	1,10	1,03	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	372,23

g. Tratamento estatístico:

No trabalho estatístico para a avaliação de imóveis, busca-se o valor médio que seja válido (representativo) para toda a população de imóveis semelhantes a imóvel que buscamos avaliar, para isso utiliza-se normalmente uma amostra.

Após definida a população e a amostra, deve-se encontrar valores que possam representar a população e a amostra, Esses valores são representados são a média e o desvio padrão, definidos também como parâmetros populacionais e da amostra, representando assim a Estatística Descritiva.

i. Médias sem homogeneização

1. Média Aritmética da População – R\$ 128,20

ii. Médias homogeneizadas

1. Média Aritmética da População – R\$ 148,82

2. Mediana da População – R\$ 148,82

3. Dispersão

a. Amplitude Total – R\$ 372,81

b. Desvio Médio – R\$ 61,34

c. Variância da População – 5.846,00

d. Variância da Amostra – 6.047,59

e. Desvio Padrão da População – 76,46

f. Desvio Padrão da Amostra – 77,77

g. Coeficiente de variação – 52,26%

h. Exclusão de dados da amostra

O procedimento de exclusão de dados, tem por objetivo eliminar os elementos atípicos que não representam uma situação normal de mercado, pois sua presença pode distorcer a representatividade da amostra. Sua presença pode ser oriunda do fornecimento de valores falseados (fontes não confiáveis) ou ao erro de coleta.

i. Tipo do critério adotado: Critério da Dispersão média

Consiste em eliminar as amostras que estejam afastadas mais de um desvio médio da média da amostra, assim os dados que estiverem fora do intervalo serão eliminados.

1. Desvio Médio – R\$ 61,34/m²

2. Valor Médio – R\$ 148,82/m²

3. Limite inferior – R\$ 87,48/m²

4. Limite superior – R\$ 210,16/m²

5. Numero de dados fora do limite do intervalo: 93

6. Numero de dados no limite do intervalo: 147

iii. Novo cálculo para as amostras consideradas
Tabela 20: Tabela de Cálculo após 1ª Exclusão

Oferta	Área do Terreno (m2)	Valor m2 terreno Sem Construção (Vsc)	Grandeza Longitudinal (Fl)	Grandeza Transversal (Flv)	Fator Numero de Frentes (Ce)	Fator Gleba (Fg)	Fator Frente Irregular (Cf)	Fator Paving- mentação (Fp)	Fator Topo- grafia (Ft)	Fator Pede- logia (Fped)	Valor m2 Terreno (Vh)
42	420,00	95,24	0,70	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	88,00
44	432,00	60,19	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	88,98
45	492,00	81,30	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	89,43
46	735,75	81,55	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	89,70
51	556,95	89,77	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	89,77
61	490,00	102,04	1,00	0,90	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	91,84
48	2.002,50	74,91	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	92,28
49	450,00	100,00	0,70	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	92,40
79	360,00	125,00	0,85	0,90	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	95,63
55	392,00	114,80	0,70	1,00	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	96,43
67	466,58	107,16	1,00	0,90	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	96,45
57	450,00	144,44	0,70	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	101,11
53	546,00	82,42	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	101,54
60	495,00	90,91	1,12	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	101,82
50	525,00	76,19	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	102,40
54	450,00	133,33	0,70	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	102,67
74	450,00	122,22	0,85	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	103,89
59	532,76	93,85	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	105,30
63	437,50	114,29	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	106,86
64	437,50	114,29	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	106,86
69	622,50	104,42	1,00	1,00	1,03	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	107,55
71	414,60	108,54	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	108,54
73	546,00	109,89	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	109,89
52	468,54	64,03	1,20	1,20	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	110,64
56	645,00	100,78	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	110,85
89	583,30	120,01	1,00	0,90	1,03	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	111,25
77	493,50	111,45	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	111,45
68	518,00	115,83	0,85	1,10	1,03	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	111,55
91	412,80	121,12	1,00	0,90	1,03	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	112,28
65	600,00	100,00	1,00	1,10	1,03	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	113,30

95	465,53	128,89	1,00	0,90	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	116,00
70	620,00	104,84	1,00	1,10	1,03	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	118,78
72	513,73	97,33	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	119,91
85	555,50	108,01	1,12	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	120,97
75	915,00	98,36	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	121,18
76	915,00	98,36	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	121,18
86	600,00	108,33	1,12	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	121,33
58	493,42	101,33	1,00	1,20	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	121,60
88	448,80	122,55	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	122,55
62	525,00	76,19	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	122,88
83	505,44	128,60	0,85	1,10	1,03	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	123,85
110	450,00	137,78	1,00	0,90	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	124,00
90	450,00	111,11	1,12	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	124,44
66	666,00	90,09	1,12	1,20	1,03	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	124,71
111	466,58	139,31	1,00	0,90	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	125,38
80	700,00	114,29	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	125,71
99	429,00	116,55	1,12	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	130,54
100	529,20	117,16	1,12	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	131,22
103	375,20	133,26	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	133,26
93	456,00	142,54	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	133,28
94	420,00	142,86	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	133,57
87	452,80	121,47	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	133,61
78	770,50	77,87	1,20	1,20	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	134,56
139	336,00	178,57	0,85	0,90	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	136,61
107	336,00	163,69	0,70	1,00	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	137,50
108	336,00	163,69	0,70	1,00	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	137,50
109	336,00	163,69	0,70	1,00	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	137,50
81	575,48	86,88	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	140,13
130	420,00	130,95	1,20	0,90	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	141,43
82	600,00	106,18	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	142,71
84	1.000,00	90,00	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	145,15
101	559,50	98,30	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	145,33
102	451,72	132,83	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	146,11

105	620,00	96,77	1,12	1,10	1,03	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	147,36
106	600,00	100,00	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	147,84
118	369,41	135,35	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	151,86
92	903,57	88,54	1,20	1,20	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	152,99
120	336,00	163,69	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	153,05
96	625,00	96,00	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	154,83
97	625,00	96,00	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	154,83
124	361,25	138,41	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	155,29
98	560,00	116,07	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	156,00
113	452,80	143,55	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	157,91
114	459,63	119,66	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	157,95
133	376,60	159,32	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	159,32
164	453,75	132,23	1,12	0,90	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	159,95
104	420,00	119,05	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	160,00
117	460,00	130,43	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	160,70
119	420,00	130,95	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	161,33
168	446,25	134,45	1,12	0,90	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	162,64
121	472,50	148,15	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	162,96
122	444,60	123,71	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	163,29
123	525,00	133,33	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	164,27
132	494,00	171,54	0,85	1,10	1,03	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	165,20
135	337,50	148,15	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	166,22
136	337,50	148,15	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	166,22
137	337,50	148,15	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	166,22
145	396,00	151,52	1,12	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	169,70
112	472,56	126,97	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	170,64
129	449,05	133,62	1,12	1,10	1,05	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	172,84
115	450,90	144,16	1,00	1,20	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	172,99
116	450,00	144,44	1,00	1,20	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	173,33
186	330,00	192,70	1,00	0,90	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	173,43
134	345,00	159,42	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	175,36
160	363,00	176,31	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	176,31
149	420,37	154,63	0,85	1,10	1,03	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	178,69

140	531,00	157,82	1,00	1,10	1,03	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	178,81
151	375,00	160,00	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	179,52
141	336,00	163,69	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	180,06
152	336,00	193,45	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	180,88
142	442,00	147,06	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	181,18
143	442,00	147,06	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	181,18
153	337,50	162,96	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	182,84
154	337,50	162,96	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	182,84
155	337,50	162,96	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	182,84
156	337,50	162,96	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	182,84
157	337,50	162,96	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	182,84
158	337,50	162,96	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	182,84
159	337,50	162,96	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	182,84
161	666,00	196,09	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	183,34
125	847,50	106,19	1,20	1,20	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	183,50
126	600,00	133,33	1,12	1,20	1,03	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	184,58
127	857,40	93,31	1,20	1,20	1,15	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	185,42
166	336,00	193,45	0,85	1,10	1,03	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	186,30
167	361,16	166,13	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	186,40
146	360,30	152,65	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	188,07
128	500,00	140,00	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	188,16
147	360,00	152,78	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	188,22
148	360,00	152,78	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	188,22
131	481,01	141,37	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	190,00
175	458,20	141,86	1,12	1,00	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	190,66
138	420,00	142,86	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	192,00
173	350,07	171,39	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	192,30
162	452,80	176,68	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	194,35
163	480,00	177,08	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	194,79
165	450,00	133,33	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	197,12
176	337,50	177,78	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	199,47
177	337,50	177,78	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	199,47
178	337,50	177,78	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	199,47

179	337,50	177,78	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	199,47
180	337,50	177,78	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	199,47
181	337,50	177,78	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	199,47
182	337,50	177,78	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	199,47
183	337,50	177,78	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	199,47
184	337,50	177,78	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	199,47
185	337,50	177,78	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	199,47
188	512,00	209,17	0,85	1,10	1,03	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	201,44
170	440,00	183,18	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	201,49
144	428,48	140,03	1,00	1,20	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	201,64
193	357,00	182,07	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	204,29
194	337,50	183,70	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	206,12
150	468,80	127,99	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	206,42
174	345,00	188,41	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	207,25
196	361,25	185,47	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	208,09
197	361,25	185,47	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	208,09
198	337,50	186,67	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	209,44
199	348,12	186,72	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	209,50

i. Médias homogeneizadas

a. Média Aritmética – R\$ 153,40

b. Mediana – R\$ 157,95

ii. Dispersão

a. Amplitude Total – R\$ 121,50

b. Desvio Médio – R\$ 31,74

c. Variância da População – 1.303,10

d. Variância da Amostra – 1.378,10

e. Desvio Padrão da População – 36,10

f. Desvio Padrão da Amostra – 37,12

g. Coeficiente de variação – 24,20%

h. Exclusão de dados da amostra

Tipo do critério adotado: Critério da Dispersão média

1. Desvio Médio – R\$ 31,74/m2

2. Valor Médio – R\$ 153,40/m2

3. Limite inferior – R\$ 121,66/m2

4. Limite superior – R\$ 185,14/m2

5. Numero de dados fora do limite do intervalo: 73

6. Numero de dados no limite do intervalo: 74

iv. Novo cálculo para as amostras consideradas
Tabela 21: Tabela de Cálculo após 2ª Exclusão

Oferta	Área do Terreno (m2)	Valor m2 terreno Sem Construção (Vsc)	Grandeza Longitudinal (Fl)	Grandeza Transversal (Flv)	Fator Numero de Frentes (Ce)	Fator Gleba (Fg)	Fator Frente Irregular (Cf)	Fator Pavingentação (Fp)	Fator Topografia (Ft)	Fator Pedologia (Fped)	Valor m2 Terreno (Vh)
88	448,80	122,55	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	122,55
62	525,00	76,19	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	122,88
83	505,44	128,60	0,85	1,10	1,03	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	123,85
110	450,00	137,78	1,00	0,90	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	124,00
90	450,00	111,11	1,12	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	124,44
66	666,00	90,09	1,12	1,20	1,03	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	124,71
111	466,58	139,31	1,00	0,90	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	125,38
80	700,00	114,29	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	125,71
99	429,00	116,55	1,12	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	130,54
100	529,20	117,16	1,12	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	131,22
103	375,20	133,26	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	133,26
93	456,00	142,54	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	133,28
94	420,00	142,86	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	133,57
87	452,80	121,47	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	133,61
78	770,50	77,87	1,20	1,20	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	134,56
139	336,00	178,57	0,85	0,90	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	136,61
107	336,00	163,69	0,70	1,00	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	137,50
108	336,00	163,69	0,70	1,00	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	137,50
109	336,00	163,69	0,70	1,00	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	137,50
81	575,48	86,88	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	140,13
130	420,00	130,95	1,20	0,90	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	141,43
82	600,00	106,18	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	142,71
84	1.000,00	90,00	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	145,15
101	559,50	98,30	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	145,33
102	451,72	132,83	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	146,11
105	620,00	96,77	1,12	1,10	1,03	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	147,36
106	600,00	100,00	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	147,84
118	369,41	135,35	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	151,86
92	903,57	88,54	1,20	1,20	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	152,99
120	336,00	163,69	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	153,05

96	625,00	96,00	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	154,83
97	625,00	96,00	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	154,83
124	361,25	138,41	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	155,29
98	560,00	116,07	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	156,00
113	452,80	143,55	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	157,91
114	459,63	119,66	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	157,95
133	376,60	159,32	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	159,32
164	453,75	132,23	1,12	0,90	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	159,95
104	420,00	119,05	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	160,00
117	460,00	130,43	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	160,70
119	420,00	130,95	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	161,33
168	446,25	134,45	1,12	0,90	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	162,64
121	472,50	148,15	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	162,96
122	444,60	123,71	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	163,29
123	525,00	133,33	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	164,27
132	494,00	171,54	0,85	1,10	1,03	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	165,20
135	337,50	148,15	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	166,22
136	337,50	148,15	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	166,22
137	337,50	148,15	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	166,22
145	396,00	151,52	1,12	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	169,70
112	472,56	126,97	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	170,64
129	449,05	133,62	1,12	1,10	1,05	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	172,84
115	450,90	144,16	1,00	1,20	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	172,99
116	450,00	144,44	1,00	1,20	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	173,33
186	330,00	192,70	1,00	0,90	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	173,43
134	345,00	159,42	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	175,36
160	363,00	176,31	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	176,31
149	420,37	154,63	0,85	1,10	1,03	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	178,69
140	531,00	157,82	1,00	1,10	1,03	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	178,81
151	375,00	160,00	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	179,52
141	336,00	163,69	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	180,06
152	336,00	193,45	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	180,88
142	442,00	147,06	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	181,18

143	442,00	147,06	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	181,18
153	337,50	162,96	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	182,84
154	337,50	162,96	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	182,84
155	337,50	162,96	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	182,84
156	337,50	162,96	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	182,84
157	337,50	162,96	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	182,84
158	337,50	162,96	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	182,84
159	337,50	162,96	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	182,84
161	666,00	196,09	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	183,34
125	847,50	106,19	1,20	1,20	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	183,50
126	600,00	133,33	1,12	1,20	1,03	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	184,58

iii. Médias homogeneizadas

a. Média Aritmética – R\$ 157,00

b. Mediana – R\$ 159,95

iv. Dispersão

a. Amplitude Total – R\$ 62,03

b. Desvio Médio – R\$ 17,04

c. Variância da População – 389,71

d. Variância da Amostra – 436,95

e. Desvio Padrão da População – 19,74

f. Desvio Padrão da Amostra – 20,90

g. Coeficiente de variação – 13,31%

h. Exclusão de dados da amostra

Tipo do critério adotado: Critério da Dispersão média

1. Desvio Médio – R\$ 17,04/m2

2. Valor Médio – R\$ 157,00/m2

3. Limite inferior – R\$ 139,96/m2

4. Limite superior – R\$ 174,04/m2

5. Numero de dados fora do limite do intervalo: 38

6. Numero de dados no limite do intervalo: 36

v. Novo cálculo para as amostras consideradas
Tabela 22: Tabela de Cálculo após 3ª Exclusão

Oferta	Área do Terreno (m2)	Valor m2 terreno Sem Construção (Vsc)	Grandeza Longitudinal (Fl)	Grandeza Transversal (Flv)	Fator Numero de Frentes (Ce)	Fator Gleba (Fg)	Fator Frente Irregular (Cf)	Fator Pavimentação (Fp)	Fator Topografia (Ft)	Fator Pedologia (Fped)	Valor m2 Terreno (Vh)
81	575,48	86,88	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	140,13
130	420,00	130,95	1,20	0,90	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	141,43
82	600,00	106,18	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	142,71
84	1.000,00	90,00	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	145,15
101	559,50	98,30	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	145,33
102	451,72	132,83	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	146,11
105	620,00	96,77	1,12	1,10	1,03	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	147,36
106	600,00	100,00	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	147,84
118	369,41	135,35	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	151,86
92	903,57	88,54	1,20	1,20	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	152,99
120	336,00	163,69	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	153,05
96	625,00	96,00	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	154,83
97	625,00	96,00	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	154,83
124	361,25	138,41	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	155,29
98	560,00	116,07	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	156,00
113	452,80	143,55	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	157,91
114	459,63	119,66	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	157,95
133	376,60	159,32	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	159,32
164	453,75	132,23	1,12	0,90	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	159,95
104	420,00	119,05	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	160,00
117	460,00	130,43	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	160,70
119	420,00	130,95	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	161,33
168	446,25	134,45	1,12	0,90	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	162,64
121	472,50	148,15	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	162,96
122	444,60	123,71	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	163,29
123	525,00	133,33	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	164,27
132	494,00	171,54	0,85	1,10	1,03	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	165,20
135	337,50	148,15	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	166,22
136	337,50	148,15	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	166,22
137	337,50	148,15	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	166,22

145	396,00	151,52	1,12	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	169,70
112	472,56	126,97	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	170,64
129	449,05	133,62	1,12	1,10	1,05	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	172,84
115	450,90	144,16	1,00	1,20	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	172,99
116	450,00	144,44	1,00	1,20	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	173,33
186	330,00	192,70	1,00	0,90	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	173,43

v. Médias homogeneizadas

a. Média Aritmética – R\$ 158,39

b. Mediana– R\$ 158,39

vi. Dispersão

a. Amplitude Total – R\$ 33,30

b. Desvio Médio – R\$ 7,88

c. Variância da População – 89,87

d. Variância da Amostra – 115,55

e. Desvio Padrão da População – 9,48

f. Desvio Padrão da Amostra – 10,75

g. Coeficiente de variação – 6,79%

h. Exclusão de dados da amostra

Tipo do critério adotado: Critério da Dispersão média

1. Desvio Médio – R\$ 7,88/m2

2. Valor Médio – R\$ 158,39/m2

3. Limite inferior – R\$ 150,51/m2

4. Limite superior – R\$ 166,27/m2

5. Numero de dados fora do limite do intervalo: 14

6. Numero de dados no limite do intervalo: 22

Novo cálculo para as amostras consideradas
Tabela 23: Tabela de Cálculo após 4ª Exclusão

Oferta	Área do Terreno (m2)	Valor m2 terreno Sem Construção (Vsc)	Grandeza Longitudinal (Fl)	Grandeza Transversal (Flv)	Fator Numero de Frentes (Ce)	Fator Gleba (Fg)	Fator Frente Irregular (Cf)	Fator Paving- mentação (Fp)	Fator Topo- grafia (Ft)	Fator Pede- logia (Fped)	Valor m2 Terreno (Vh)
118	369,41	135,35	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	151,86
92	903,57	88,54	1,20	1,20	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	152,99
120	336,00	163,69	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	153,05
96	625,00	96,00	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	154,83
97	625,00	96,00	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	154,83
124	361,25	138,41	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	155,29
98	560,00	116,07	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	156,00
113	452,80	143,55	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	157,91
114	459,63	119,66	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	157,95
133	376,60	159,32	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	159,32
164	453,75	132,23	1,12	0,90	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	159,95
104	420,00	119,05	1,12	1,20	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	160,00
117	460,00	130,43	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	160,70
119	420,00	130,95	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	161,33
168	446,25	134,45	1,12	0,90	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	162,64
121	472,50	148,15	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	162,96
122	444,60	123,71	1,00	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	163,29
123	525,00	133,33	1,12	1,10	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	164,27
132	494,00	171,54	0,85	1,10	1,03	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	165,20
135	337,50	148,15	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	166,22
136	337,50	148,15	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	166,22
137	337,50	148,15	0,85	1,10	1,00	1,00	1,00	1,20	1,00	1,00	166,22

vii. Médias homogeneizadas

a. Média Aritmética – R\$ 159,68

b. Mediana– R\$ 159,68

viii. Dispersão

a. Amplitude Total – R\$ 14,36

b. Desvio Médio – R\$ 3,89

c. Variância da População – 20,56

d. Variância da Amostra – 32,31

e. Desvio Padrão da População – 4,53

f. Desvio Padrão da Amostra – 5,68

g. Coeficiente de variação – 3,56%

h. Exclusão de dados da amostra

Tipo do critério adotado: Critério da Dispersão média

1. Desvio Médio – R\$ 3,89/m2

2. Valor Médio – R\$ 159,68/m2

3. Limite inferior – R\$ 155,79/m2

4. Limite superior – R\$ 163,57/m2

5. Numero de dados fora do limite do intervalo: 11

6. Numero de dados no limite do intervalo: 11

vii. Intervalo de Confiança

O nível de confiança de uma amostra é possibilidade de se afirmar que determinado valor está contido num intervalo de valores, e a probabilidade do mesmo estar fora do intervalo é denominado significância.

Utilizando-se o intervalo de confiança a ser construído na distribuição student (t),

Limite inferior para o intervalo de confiança:

$$\text{Linf} = (\text{Média Aritmética}) - t \times (\text{Desvio Padrão}) / \sqrt{(n-\text{fatores})}$$

Limite superior para o intervalo de confiança:
 $L_{sup} = (\text{Média Aritmética}) + t \times (\text{Desvio Padrão}) / \sqrt{(n-\text{fatores})}$

Assim para um intervalo de confiança de 80% (com $t = 1,345$ conforme distribuição student teremos os valores (R\$/m2)
 $148,07 < I < 171,29$

*O perito tem liberdade para determinar o valor unitário dentro do campo de arbítrio. Sugere-se utilizar o critério da média dos valores dentro do campo de arbítrio.

h. Conclusões

Desta forma, conclui-se que o valor a ser adotado (VGU), deve estar dentro do intervalo de confiança fica entre R\$ 148,07 e R\$ 171,29.

Assim adota-se o em R\$ 150,00, e a equação para o cálculo do valor de um imóvel a ser avaliado localizado no raio de abrangência da pesquisa é dado por:

$$VI = VGU \times At \times FI \times Flv \times Fp \times Ce \times Cf \times Fg \times Ft \times Fped$$

Onde:

VGU – Valor Genérico Unitário do m2 do terreno, (R\$/m2)

At – Área do lote (terreno), (m2)

FI – Fator de localização longitudinal

Flv – Fator de localização transversal

Fp – Fator de pavimentação

Fg – Fator Gleba

Ce – Fator numero de frentes

Cf – Coeficiente de frente

Ft – Fator topografia

Fped – Fator pedologia

3. Dos Imóveis em serem Avaliados

Os imóveis em avaliação, conforme apresentado no prefácio, são aqueles beneficiados pelo recape asfáltico da Rua Marechal Castelo Branco, conforme segue a tabela geral de apresentação de cálculo, utilizando conceitos e conclusões citadas anteriormente (Conforme Anexo V)

Imóvel	Proprietário	Área Terreno (At)	Fator Numero de Frentes		Fator Frente Irregular				Fator de Localização	Fator Gleba	Fator de localização			Fator Pavimentação	Fator Pavimentação (para lelepi - >asfalto)	Fator Topografia	Fator Pedologia	Valor Anterior ao Recape	Valor Posterior ao Recape	Valorização R\$	Área Tributável 30m Fundos	Área Remanescente	Valorização por m² (Laudo) R\$
			F	Ce	Testada	Profundidade	Resultante	Cf	Grandeza	Fg	Longitudinal (FI)	Pavimentação	Transversal (FIV)	Fp-actual	Fp-avaliação	Ft	Fped	VA	VP				
1018	NEOCIR DAL-RI	2.400,00	1	1,00	40,00	60,00	0,6667	1,00	2	1,00	1,20	Sim	1,10	1,20	1,09	1,00	1,00	538.686,72	589.248,00	50.561,28	1.200,00	1.200,00	21,07
8591	MARILU CORREA	1.322,40	1	1,00	5,00	33,40	0,1497	0,85	2	1,00	1,20	Sim	1,10	1,20	1,09	1,00	1,00	252.293,93	275.974,30	23.680,38	150,00	1.172,40	17,91
8589	REINALDO KANZLER	1.694,20	1	1,00	20,00	85,25	0,2346	1,00	2	1,00	1,20	Sim	1,10	1,20	1,09	1,00	1,00	380.267,93	415.959,98	35.692,05	600,00	1.094,20	21,07
6194	FISIOCORPUS CLINICA DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO LTDA	682,00	2	1,15	22,00	31,00	0,7097	1,00	2	1,00	1,20	Sim	1,10	1,20	1,09	1,00	1,00	176.038,33	192.561,34	16.523,00	660,00	22,00	24,23
971	SALETE WALZ	500,00	1	1,00	20,00	25,00	0,8000	1,00	2	1,00	1,20	Sim	1,10	1,20	1,09	1,00	1,00	112.226,40	122.760,00	10.533,60	500,00	-	21,07
975	GERSON DILMAR ZOZ	716,60	1	1,00	20,15	31,00	0,6500	1,00	2	1,00	1,20	Sim	1,10	1,20	1,09	1,00	1,00	160.842,88	175.939,63	15.096,76	604,50	112,10	21,07
946	ILDEMAR MASKE	10.508,35	1	1,00	50,00	141,00	0,3546	1,00	2	0,75	1,20	Sim	1,10	1,20	1,09	1,00	1,00	1.768.971,44	1.935.007,57	166.036,13	1.500,00	9.008,35	15,80
947	JÉSSICA MERABE STREIT	1.909,65	1	1,00	34,00	58,00	0,5862	1,00	2	1,00	1,20	Sim	1,10	1,20	1,09	1,00	1,00	428.626,29	468.857,27	40.230,98	1.020,00	889,65	21,07

952	OLÁRIO PFLEGER	1.110,00	2	1,15	19,00	43,00	0,4419	1,00	2	1,0 0	1,20	Sim	1,1 0	1,20	1,09	1,00	1,0 0	286.514,00	313.406,28	26.892,28	570,00	540,00	24,23
921	HERBERT WEISS	1.455,55	2	1,15	36,50	53,35	0,6842	1,00	2	1,0 0	1,20	Sim	1,1 0	1,20	1,09	1,00	1,0 0	375.707,61	410.971,63	35.264,02	1.095,00	360,55	24,23
934	ILZA WEISS RICHTER	22.644,5 0	2	1,15	77,00	294,08	0,2618	1,00	2	0,6 0	1,20	Sim	1,1 0	1,20	1,09	1,00	1,0 0	3.507.008,7 9	3.836.177,5 7	329.168,7 9	2.310,00	20.334,50	14,54
4471	MARCIA WALZ HOBBEL	636,50	1	1,00	16,70	39,50	0,4228	1,00	2	1,0 0	1,20	Sim	1,1 0	1,20	1,09	1,00	1,0 0	142.864,21	156.273,48	13.409,27	501,00	135,50	21,07
3566	CLELIO NEVIO BAGGENSTOSS	2.283,75	1	1,00	26,50	86,17	0,3075	1,00	2	1,0 0	1,20	Sim	1,1 0	1,20	1,09	1,00	1,0 0	512.594,08	560.706,30	48.112,22	795,00	1.488,75	21,07
916	ERICO BORINELLI	4.746,55	2	1,15	10,50	104,63	0,1004	0,85	2	1,0 0	1,20	Sim	1,1 0	1,20	1,09	1,00	1,0 0	1.041.405,4 7	1.139.152,0 6	97.746,60	315,00	4.431,55	20,59
917	ERICO BORINELLI	750,00	1	1,00	25,00	30,00	0,8333	1,00	2	1,0 0	1,20	Sim	1,1 0	1,20	1,09	1,00	1,0 0	168.339,60	184.140,00	15.800,40	750,00	-	21,07
9091	EDEGAR ROBERTO RUDEGER	731,00	1	1,00	17,00	43,00	0,3953	1,00	2	1,0 0	1,20	Sim	1,1 0	1,20	1,09	1,00	1,0 0	164.075,00	179.475,12	15.400,12	510,00	221,00	21,07
6153	DABLIUVE ADMINISTRADO RA DE BENS LTDA	1.562,88	1	1,00	22,00	70,30	0,3129	1,00	2	1,0 0	1,20	Sim	1,1 0	1,20	1,09	1,00	1,0 0	350.792,79	383.718,30	32.925,51	660,00	902,88	21,07
854	FERNANDO FAUSTINO DA COSTA	2.500,00	1	1,00	20,00	76,90	0,2601	1,00	2	1,0 0	1,20	Sim	1,1 0	1,20	1,09	1,00	1,0 0	561.132,00	613.800,00	52.668,00	600,00	1.900,00	21,07
9152	RONALDO VOLLES	628,35	2	1,15	26,32	21,90	1,2018	1,00	2	1,0 0	1,20	Sim	1,1 0	1,20	1,09	1,00	1,0 0	162.190,15	177.413,37	15.223,21	628,35	-	24,23
868	COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO JUNIOR LTDA	781,25	2	1,15	34,00	29,00	1,1724	1,00		1,0 0	1,20	Sim	1,1 0	1,20	1,09	1,00	1,0 0	201.656,81	220.584,38	18.927,56	781,25	-	24,23
699	MARISOL INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO LTDA	26.910,5 8	2	1,15	94,70	99,70	0,9498	1,00	2	0,6 0	1,20	Sim	1,1 0	1,20	1,09	1,00	1,0 0	4.167.706,9 7	4.558.889,0 7	391.182,0 9	2.841,00	24.069,58	14,54
719	SEMAR ADMINISTRADO RA DE BENS LTDA EPP	1.190,00	1	1,00	20,00	52,70	0,3795	1,00	2	1,0 0	1,20	Sim	1,1 0	1,20	1,09	1,00	1,0 0	267.098,83	292.168,80	25.069,97	600,00	590,00	21,07

670	SEMAR ADMINISTRADO RA DE BENS LTDA EPP	1.900,00	2	1,15	38,00	43,00	0,8837	1,00	2	1,00	1,20	Sim	1,10	1,20	1,09	1,00	1,00	490.429,37	536.461,20	46.031,83	1.140,00	760,00	24,23
3531	AILTON JOSÉ METZNER	940,50	1	1,00	16,50	57,00	0,2895	1,00	2	1,00	1,20	Sim	1,00	1,20	1,09	1,00	1,00	191.907,14	209.919,60	18.012,46	495,00	445,50	19,15
3534	VANI VOGEL	951,00	1	1,00	16,50	55,45	0,2976	1,00	2	1,00	1,20	Sim	1,00	1,20	1,09	1,00	1,00	194.049,65	212.263,20	18.213,55	495,00	456,00	19,15
1268	HEINZ GERMANO FISCHER	1.262,25	2	1,15	30,00	44,00	0,6818	1,00	2	1,00	1,20	Sim	1,10	1,20	1,09	1,00	1,00	325.812,88	356.393,76	30.580,88	900,00	362,25	24,23
1261	URSULA STEILEIN BRANDENBURG	1.026,00	2	1,15	39,00	27,00	1,4444	1,00	2	1,00	1,20	Sim	1,10	1,20	1,09	1,00	1,00	264.831,86	289.689,05	24.857,19	1.026,00	-	24,23
1259	ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E ESPORTIVA VITÓRIA	2.670,00	1	1,00	30,00	89,00	0,3371	1,00	2	1,00	1,20	Sim	1,10	1,20	1,09	1,00	1,00	599.288,98	655.538,40	56.249,42	900,00	1.770,00	-
1258	DARLI HEDORN	36.450,00	1	1,00	36,00	1.122,50	0,0321	0,85	2	0,60	1,20	Sim	1,10	1,20	1,09	1,00	1,00	4.172.465,33	4.564.094,04	391.628,71	1.080,00	35.370,00	10,74
1255	RUDIBERT HEUCHLING	900,00	2	1,15	16,00	50,00	0,3200	1,00	2	1,00	1,20	Sim	1,10	1,20	1,09	1,00	1,00	232.308,65	254.113,20	21.804,55	480,00	420,00	24,23
9843	PETRONIA INOCENCIO	27.812,25	2	1,15	16,15	333,00	0,0485	0,85	2	0,60	1,20	Sim	1,10	1,20	1,09	1,00	1,00	3.661.248,18	4.004.893,91	343.645,74	484,50	27.327,75	12,36
1254	SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA SCHROEDER III	2.746,45	2	1,15	69,70	40,00	1,7425	1,00	2	1,00	1,20	Sim	1,10	1,20	1,09	1,00	1,00	708.915,65	775.454,66	66.539,01	2.091,00	655,45	-
1281	GATI BAUER BORCHARDT	695,80	2	1,15	28,00	25,50	1,0980	1,00	2	1,00	1,20	Sim	1,10	1,20	1,09	1,00	1,00	179.600,40	196.457,74	16.857,34	695,80	-	24,23
1280	NAIRA LUISA GNEIPEL STEINMACHER	450,00	1	1,00	15,00	30,00	0,5000	1,00	2	1,00	1,20	Sim	1,10	1,20	1,09	1,00	1,00	101.003,76	110.484,00	9.480,24	450,00	-	21,07
1301	JAIME JOHN STEINMACHER	474,00	2	1,15	15,00	28,00	0,5357	1,00	2	1,00	1,20	Sim	1,10	1,20	1,09	1,00	1,00	122.349,22	133.832,95	11.483,73	474,00	-	24,23
1332	ERASI JALITA GNEIPEL	474,00	2	1,15	16,00	26,00	0,6154	1,00	2	1,00	1,20	Sim	1,10	1,20	1,09	1,00	1,00	122.349,22	133.832,95	11.483,73	474,00	-	24,23

1331	JAIME JOHN STEINMACHER	450,00	1	1,00	15,00	30,00	0,5000	1,00	2	1,00	1,20	Sim	1,10	1,20	1,09	1,00	1,00	101.003,76	110.484,00	9.480,24	450,00	-	21,07
1340	SUPERMERCADO LANGE LTDA - EPP	1.320,60	1	1,00	30,00	46,50	0,6452	1,00	2	1,00	1,20	Sim	1,10	1,20	1,09	1,00	1,00	296.412,37	324.233,71	27.821,34	900,00	420,60	21,07
9574	MARIO ENDER	1.703,25	2	1,15	15,00	56,30	0,2664	1,00	2	1,00	1,20	Sim	1,10	1,20	1,09	1,00	1,00	439.644,12	480.909,23	41.265,11	450,00	1.253,25	24,23
9571	MARIO ENDER	689,00	1	1,00	18,00	32,00	0,5625	1,00	2	1,00	1,20	Sim	1,10	1,20	1,09	1,00	1,00	154.647,98	169.163,28	14.515,30	540,00	149,00	21,07
1373	EDINO BRUCH	1.248,00	1	1,00	26,00	48,00	0,5417	1,00	3	1,00	1,20	Sim	1,10	1,20	1,09	1,00	1,00	280.117,09	306.408,96	26.291,87	780,00	468,00	21,07
1367	REINALDO STREIT	1.206,00	1	1,00	19,90	51,30	0,3879	1,00		1,00	1,20	Sim	1,10	1,20	1,09	1,00	1,00	270.690,08	296.097,12	25.407,04	597,00	609,00	21,07
1366	ORESTE BUZZI	460,00	1	1,00	20,00	21,00	0,9524	1,00		1,00	1,20	Sim	1,10	1,20	1,09	1,00	1,00	103.248,29	112.939,20	9.690,91	460,00	-	21,07
1365	ADRIANO OSNIR MILBRATZ	1.049,60	2	1,15	14,85	66,20	0,2243	1,00		1,00	1,20	Sim	1,10	1,20	1,09	1,00	1,00	270.923,51	296.352,46	25.428,95	445,50	604,10	24,23
1227	LUCIANE MARIZA SERAFIN	5.000,00	1	1,00	20,00	250,00	0,0800	0,85		0,85	1,20	Sim	1,10	1,20	1,09	1,00	1,00	810.835,74	886.941,00	76.105,26	600,00	4.400,00	15,22
6071	DABLIUVE ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	10.601,65	1	1,00	47,00	199,10	0,2361	1,00		0,75	1,20	Sim	1,10	1,20	1,09	1,00	1,00	1.784.677,52	1.952.187,83	167.510,31	1.410,00	9.191,65	15,80
1225	JOÃO BARBA NETO	14.530,50	1	1,00	30,00	482,35	0,0622	0,85		0,75	1,20	Sim	1,10	1,20	1,09	1,00	1,00	2.079.149,77	2.274.299,33	195.149,56	900,00	13.630,50	13,43
1224	MAX POMMERENING JUNIOR	16.532,50	1	1,00	67,00	244,75	0,2737	1,00		0,75	1,20	Sim	1,10	1,20	1,09	1,00	1,00	2.783.074,44	3.044.294,55	261.220,11	2.010,00	14.522,50	15,80
1051	DIONIZIO AGOSTINHO BERNARDI	41.096,25	1	1,00	94,50	342,30	0,2761	1,00		0,60	1,20	Sim	1,10	1,20	1,09	1,00	1,00	5.534.501,03	6.053.970,78	519.469,75	2.835,00	38.261,25	12,64
1050	SEMAR ADMINISTRADORA DE BENS LTDA EPP	1.205,00	1	1,00	15,00	75,00	0,2000	1,00		1,00	1,20	Sim	1,10	1,20	1,09	1,00	1,00	270.465,62	295.851,60	25.385,98	450,00	755,00	21,07
3678	MARIO ENDER	434,00	1	1,00	14,00	31,00	0,4516	1,00		1,00	1,20	Sim	1,10	1,20	1,09	1,00	1,00	97.412,52	106.555,68	9.143,16	420,00	14,00	21,07

									0			0				0						
1091	SILDA LOHSE	1.125,00	2	1,15	15,00	38,50	0,3896	1,00	1,00	1,20	Sim	1,10	1,20	1,09	1,00	1,00	290.385,81	317.641,50	27.255,69	450,00	675,00	24,23
1200	ROSITA DOGE ENDER	540,00	1	1,00	20,00	27,00	0,7407	1,00	1,00	1,20	Sim	1,10	1,20	1,09	1,00	1,00	121.204,51	132.580,80	11.376,29	540,00	-	21,07
1201	OSMAR AMERICO EICHSTADT	600,00	1	1,00	20,00	28,00	0,7143	1,00	1,00	1,20	Sim	1,10	1,20	1,09	1,00	1,00	134.671,68	147.312,00	12.640,32	600,00	-	21,07
670	SEMAR ADMINISTRADO RA DE BENS LTDA EPP	1.634,00	2	1	38,00	32,00	1,1875	1,00	1,00	1,20	Sim	1,10	1,20	1,09	1,00	1,00	366.755,88	401.179,68	34.423,80	1.140,00	494,00	21,07

Notações, simbologia e convenções

Símbolo	Descrição	Unidade
Fc	Fator de Conservação	
Fg	Fator de Gleba	
Fl	Fator de Localização longitudinal	
Flv	Fator de Localização transversal	
Fg	Fator de Gleba	
Ft	Fator de Topografia	
Fped	Fator de Pedologia	
Ce	Coefficiente Numero de frentes	
VGU	Valor Genérico Unitário	R\$/m2
VI	Valor do Imóvel	R\$
VIant	Valor do Imóvel anterior	R\$
VIpos	Valor do Imóvel posterior	R\$
Ab	Área Construída (benfeitorias)	m2
At	Área Terreno	m2
Fp	Fator Pavimentação	
Cf	Coefficiente Frente Irregular	
Vsc	Valor do m2 sem benfeitorias	R\$/m2
Cf	Coefficiente Numero de Frentes	unitário
V	Valor da oferta	R\$
Vh	Valor do m2 homogeneizado	R\$/m2

Bibliografia

- Castro, C Moura – “A Prática da Pesquisa”, Mc Graw-Hill, 1977;
- Dantas, Rubens A. – “Engenharia de Avaliações – Uma Introdução à Metodologia Científica”;
- Fiker, José – “Manual de Redação de Laudos”, Editora Pini Ltda, 9ª Edição, 2006;
- Richardson, H.W., “Economia Urbana”, Interciencia, 1978;
- Soler, Andrés Nobell, Manual de Avaliação Imobiliária, Editora Pini, 2000;
- Wonnacott, R. e Wonnacott, T., “Fundamentos de Estatística”, Livros Técnicos e Científicos Editora, 1985;
- IBAPE/SC – Apostila Curso de Engenharia de Avaliações, Prof. Dr. Norberto Hochheim, 2002;
- IBAPE/SC – Apostila Curso de Engenharia de Avaliações Imobiliárias, Sérgio Alberto Pires da Silva, 2006;
- IBAPE/SP – Norma para Avaliação de Imóveis Urbanos, São Paulo, SP, 1995;
- Secretaria do Patrimônio da União, Manual de Avaliação Técnica de Imóveis da União, Brasília, SPU (Apostila), 1994;
- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
i. NBR 5676/89
ii. NBR 14653

Anexos

- Anexo I - LEI Nº 63/1969 - DENOMINA RUA.

LUDGERO TEPASSÉ, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada a rua geral, ou seja de onde começa o perímetro urbano desta cidade até o final do mesmo, de RUA MARECHAL CASTELO BRANCO.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER(SC),
22 de novembro de 1969.

LUDGERO TEPASSÉ
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na mesma data.

HELMUTH M.G. HERTEL
Encarregado do Expediente

Anexo II – Levantamento fotográfico das ofertas

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DISPONÍVEL NA VERSÃO IMPRESSA DO PRESENTE EDITAL

Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.



Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESAO AO PGT – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI – Gestão do imposto sobre transmissão “inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

www.ciga.sc.gov.br

Ata de Registro de Preço Pregão Presencial Nº86/2012-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 1/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 62/2012

Número do Registro de Preços: 62/2012 Data do Registro: 07/12/2012 Válido até: 07/12/2013 Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de produtos alimentícios destinados à merenda escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cu							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	ACHOCOLATADO EM PÓ - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 800 G. Instantâneo, isento de amido, sujidades e materiais estranhos. Enriquecido com vitaminas e/ou nutrientes essenciais, à base de cacau em pó lecitinado. Acondicionado em pacote de polietileno atóxico, íntegro. A embalagem deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	3,9300	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12073)		0	3,9500	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	5,9900	3
2	AÇÚCAR MASCAVO - EMBALAGEM COM 1 KG. Acondicionado em pacote de polietileno atóxico, íntegro. A embalagem deve ser de plástico atóxico, limpa e não violada. Deve conter dados de identificação e informação nutricional. Contendo no mínimo 90% de sacarose, obtido da concentração do caldo de cana natural. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	5,9500	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	5,9900	2
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	7,6500	3
3	AÇÚCAR REFINADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Obtido da cana-de-açúcar, tipo refinado, de 1ª qualidade, isento de sujidades. Acondicionado em pacote de polietileno atóxico, íntegro. A embalagem deve ser de plástico atóxico, limpa e não violada. Deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	1,7900	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	2,0200	2
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	2,0300	3
4	AÇÚCAR REFINADO - EMBALAGEM COM 5 KG. Obtido da cana-de-açúcar, tipo refinado, de 1ª qualidade, isento de sujidades. Acondicionado em pacote de polietileno atóxico, íntegro. A embalagem deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	8,7900	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	10,1000	2
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	10,1500	3
5	AMIDO DE MILHO - EMBALAGEM COM 1 KG. Próprio para alimentos. A embalagem deve ser limpa e não violada. Deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	3,0800	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	3,0900	2
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	3,3400	3
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	3,4200	4
6	ARROZ INTEGRAL - EMBALAGEM COM 1 KG. Tipo 1, classe longo fino, integral. A embalagem deve ser de plástico transparente e atóxico, limpa e não violada. Deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	2,9900	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	3,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 2/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 62/2012

Número do Registro de Preços: 62/2012

Data do Registro: 07/12/2012

Válido até: 07/12/2013

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de produtos alimentícios destinados à merenda escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cu

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	3,1800	3
7	ARROZ PARBOILIZADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Tipo 1, classe longo fino. A embalagem deve ser de plástico transparente e atóxico, limpa e não violada, e conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	1,8500	1
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	1,8900	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	2,0200	3
8	ARROZ PARBOILIZADO - EMBALAGEM COM 5 KG. Tipo 1, classe longo fino. A embalagem deve ser de plástico transparente e atóxico, limpa e não violada, e conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	9,4000	1
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	9,4400	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	9,7400	3
9	AVEIA FLOCOS MÉDIOS - EMBALAGEM COM 500 G. Resultante da moagem de grãos de aveia, 100% integral e natural. A embalagem deve ser limpa e não violada. Deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	2,1500	1
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	2,1700	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	4,6000	3
10	BISCOITO DOCE, DE LEITE - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Composição básica: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B 9), amido, gordura vegetal hidrogenada, água, sal, açúcar, soro de leite e demais substâncias permitidas. Com pacotes protetores internos. A embalagem deve ser limpa e não violada. Deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	2,1400	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	2,1500	2
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	2,5800	3
11	BISCOITO DOCE, TIPO MAISENA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Composição básica: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B 9), amido de milho, gordura vegetal hidrogenada, água, sal, açúcar e demais substâncias permitidas. Com pacotes protetores internos. A embalagem deve ser limpa e não violada. Deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	1,8800	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	2,1900	2
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	2,3900	3
12	BISCOITO DOCE, TIPO MARIA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Composição básica: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B9), amido, gordura vegetal hidrogenada, água, sal, açúcar e demais substâncias permitidas. Com pacotes protetores internos. A embalagem deve ser limpa e não violada. Deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	1,7800	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	2,1900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 3/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 62/2012

Número do Registro de Preços: 62/2012

Data do Registro: 07/12/2012

Válido até: 07/12/2013

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de produtos alimentícios destinados à merenda escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cu

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	2,4900	3
13	BISCOITO SALGADO, INTEGRAL - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Composição básica: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (vit. B9), farinha de trigo integral, gordura vegetal hidrogenada, água, sal, açúcar e demais substâncias permitidas. Com pacotes protetores internos. A embalagem deve ser limpa e não violada. Deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	2,6400	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	2,6500	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	3,8500	3
14	CAFÉ EM PÓ EXTRA FORTE - EMBALAGEM COM 500 G. Torrado, moído, de 1ª qualidade, alto vácuo, com selo de pureza ABIC. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	5,9000	1
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	5,9400	2
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	5,9600	3
15	CALDO PARA TEMPERO SABORES DIVERSOS - EMBALAGEM COM 57 GRAMAS. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	0,7700	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	0,9900	2
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	1,1000	3
16	CANELA EM PÓ - EMBALAGEM COM 25 G. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	0,7800	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	0,7900	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	1,1000	3
17	CEREAL A BASE DE ARROZ - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Para alimentação infantil, composto de farinha de arroz, açúcar, amido, sais minerais, vitaminas e probióticos. A embalagem deve ser limpa e não violada. Deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	8,2400	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	8,2500	2
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	9,5000	3
18	CEREAL A BASE DE MILHO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Para alimentação infantil, composto de farinha de milho enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, sais minerais, vitaminas e probióticos. A embalagem deve ser limpa e não violada. Deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	7,4900	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	8,5900	2
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	9,5000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 4/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 62/2012

Número do Registro de Preços: 62/2012

Data do Registro: 07/12/2012

Válido até: 07/12/2013

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de produtos alimentícios destinados à merenda escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cu

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
19	CEREAL A BASE DE ARROZ E AVEIA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 400 G. Para alimentação infantil, composto de farinha de arroz, açúcar, farinha de aveia, extrato de malte, sais minerais, vitaminas e probióticos. A embalagem deve ser limpa e não violada. Deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	8,2400	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	8,2500	2
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	9,5500	3
20	CEREAL TIPO FLOCOS DE MILHO (SUCRILHO) AÇUCARADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Enriquecido vitaminas e minerais. A embalagem deve ser limpa e não violada. Deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	5,4900	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	12,9000	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	14,9900	3
21	CEREAL TIPO FLOCOS DE MILHO (SUCRILHO) SEM AÇÚCAR - EMBALAGEM COM 1 KG. Enriquecido vitaminas e minerais. A embalagem deve ser limpa e não violada. Deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	14,9000	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	24,9900	2
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	25,0000	3
22	DOCE DE FRUTA CREMOSO - EMBALAGEM COM ATÉ 1 KG. Embalagem plástica, com tampa e lacre de proteção. Sabores diversos. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	2,9900	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	3,9900	2
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	4,3800	3
23	EXTRATO DE TOMATE - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 850 G. Concentrado, de polpa de tomate, sem corantes artificiais, isento de sujidades e fermentação. Embalagem sem estufamentos, sem vazamento e sem corrosão interna. A embalagem deve ser limpa e não violada. Deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	3,6500	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	3,6800	2
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	4,4600	3
24	FARINHA DE MANDIOCA - EMBALAGEM COM 1 KG. Subgrupo fina ou extra-fina, tipo 1, classe branca, 1ª qualidade. A embalagem deve ser limpa e não violada. Deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	2,2500	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	2,2600	2
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	2,2700	3
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	3,2500	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 5/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 62/2012

Número do Registro de Preços: 62/2012

Data do Registro: 07/12/2012

Válido até: 07/12/2013

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de produtos alimentícios destinados à merenda escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cu

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	FARINHA DE MILHO (FUBÁ) - EMBALAGEM COM 500 G. Farinha média ou grossa de milho, para polenta, composição 100% milho. A embalagem deve ser limpa e não violada. Deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	0,9500	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	0,9600	2
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	1,1200	3
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	1,1800	4
26	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL - EMBALAGEM COM 1 KG. Tipo 1, de 1ª qualidade. A embalagem deve ser limpa e não violada. Deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	1,4400	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	1,4500	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	1,5600	3
27	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL - EMBALAGEM COM 5 KG. Tipo 1, de 1ª qualidade. A embalagem deve ser limpa e não violada. Deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	6,9500	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	6,9700	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	7,0000	3
28	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL INTEGRAL - EMBALAGEM COM 1 KG. Obtida da moagem dos grãos inteiros do trigo. A embalagem deve ser limpa e não violada. Deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	2,2500	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	2,2800	2
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	2,3000	3
29	FARINHA DE TRIGO PARA QUIBE - EMBALAGEM COM 500 G. Própria para alimentos. A embalagem deve ser limpa e não violada. Deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	1,2100	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	1,5900	2
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	2,2500	3
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	2,2500	4
30	FARINHA LÁCTEA - EMBALAGEM COM 400 G. Cereal a base de farinha de trigo e leite em pó, adicionado de vitaminas e sais minerais, instantâneo. A embalagem deve ser limpa e não violada. Deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	7,6900	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	8,9000	2
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	9,0500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 6/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 62/2012

Número do Registro de Preços: 62/2012

Data do Registro: 07/12/2012

Válido até: 07/12/2013

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de produtos alimentícios destinados à merenda escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cu

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
31	FEIJÃO CARIOCA - EMBALAGEM COM 1 KG. Novo, de 1ª qualidade, sem presença de grãos mofados, carunchados e torrados. A embalagem deve ser limpa e não violada. Deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	4,1500	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	4,2000	2
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	4,2400	3
32	FEIJÃO PRETO - EMBALAGEM COM 1 KG. Classe preto, novo, de 1ª qualidade, sem presença de grãos mofados, carunchados e torrados. A embalagem deve ser limpa e não violada. Deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	3,0900	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	3,1000	2
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	3,4300	3
33	FEIJÃO VERMELHO - EMBALAGEM COM 1 KG. Classe cores, novo, de 1ª qualidade, sem presença de grãos mofados, carunchados e torrados. A embalagem deve ser limpa e não violada. Deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	4,9500	1
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	4,9800	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	5,4000	3
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	5,4000	4
34	FERMENTO BIOLÓGICO SECO PARA PÃO - EMBALAGEM COM 500 G. Instantâneo, embalado à vácuo. A embalagem deve ser limpa e não violada. Deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	8,1500	1
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	8,2000	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	10,2000	3
35	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO PARA BOLO - EMBALAGEM COM 100 G. Composto por amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monocalcico e bicarbonato de sódio. A embalagem deve ser limpa e não violada. Deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	1,5000	1
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	1,5400	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	1,5800	3
36	FIBRA DE TRIGO - EMBALAGEM COM 1 KG. Própria para alimentos. A embalagem deve ser limpa e não violada. Deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	3,8900	1
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	6,9900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 7/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 62/2012

Número do Registro de Preços: 62/2012

Data do Registro: 07/12/2012

Válido até: 07/12/2013

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de produtos alimentícios destinados à merenda escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cu

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	GELATINA EM PÓ SABORES DIVERSOS - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 30 G. Com açúcar cristal, gelatina em pó, aroma natural de fruta. Disponibilizar nos sabores ABACAXI, MORANGO, LIMÃO e UVA. A embalagem deve ser limpa e não violada. Deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	0,5200	1
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	0,5300	2
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	0,8500	3
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	0,8500	4
38	INFUSÃO DE CAMOMILA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Composição: capítulos florais de camomila. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	0,9300	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	1,6900	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	2,4000	3
39	INFUSÃO DE CAPIM CIDREIRA - EMBALAGEM NO MÍNIMO 10 G. Composição: folhas de capim cidreira. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	1,1800	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	1,6900	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	1,9500	3
40	INFUSÃO DE ERVA DOCE - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Composição: frutos de funcho, frutos de erva doce. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	1,2600	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	1,8900	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	2,2500	3
41	INFUSÃO DE HORTELÃ - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Composição: folhas e ramos de hortelã. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	1,1800	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	1,6900	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	1,9500	3
42	INFUSÃO DE MAÇÃ - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Composição: frutos de maçã, aroma idêntico ao natural de maçã. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	1,7900	1
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	1,9600	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	2,9500	3
43	INFUSÃO DE MELISSA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	1,8000	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	1,8200	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	2,9500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 8/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 62/2012

Número do Registro de Preços: 62/2012

Data do Registro: 07/12/2012

Válido até: 07/12/2013

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de produtos alimentícios destinados à merenda escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cu

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
44	INFUSÃO DE MORANGO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Composição: frutos de maçã, flores de hibisco, frutos de morango, aroma idêntico ao natural de morango. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	1,9900	1
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	2,5000	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	3,2000	3
45	INFUSÃO DE PÊSSEGO - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 10 G. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	1,7900	1
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	2,5000	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	3,2000	3
47	LEITE INTEGRAL HOMOGENEIZADO - EMBALAGEM COM 1 LITRO. Leite esterilizado integral. Embalagem Tetra pak, limpa e não violada. Deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 3 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	1,8000	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	1,8100	2
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	1,8800	3
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	2,0500	4
48	LENTILHA - EMBALAGEM COM 500 G. Tipo 1, nova, de 1ª qualidade, sem presença de grãos mofados, carunchados e torrados. A embalagem deve ser limpa e não violada. Deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	3,0900	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	3,1000	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	3,8500	3
49	MACARRÃO TIPO ALETRIA - EMBALAGEM COM 1 KG. Com ovos, farinha de trigo especial, glúten natural do trigo. Classe fio de cabelo de anjo. Acondicionado em pacote de polietileno atóxico, transparente, íntegro. A embalagem deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	3,6800	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	3,6900	2
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	3,7400	3
50	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE - EMBALAGEM COM 1 KG. Com ovos, farinha de trigo especial, glúten natural do trigo. Acondicionado em pacote de polietileno atóxico, transparente, íntegro. A embalagem deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	2,2400	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	2,2500	2
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	2,2700	3
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	3,9900	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 9/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 62/2012

Número do Registro de Preços: 62/2012

Data do Registro: 07/12/2012

Válido até: 07/12/2013

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de produtos alimentícios destinados à merenda escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cu

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
51	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE INTEGRAL - EMBALAGEM COM 500 G. De sêmola de trigo, enriquecido com ferro, ácido fólico e fibra de trigo. Acondicionado em pacote de polietileno atóxico, transparente, íntegro. A embalagem deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	3,4500	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	3,4800	2
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	3,6000	3
52	MACARRÃO TIPO PARAFUSO - EMBALAGEM COM 1 KG. Com ovos, farinha de trigo especial, glúten natural do trigo. Acondicionado em pacote de polietileno atóxico, transparente, íntegro. A embalagem deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	2,4500	1
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	2,4600	2
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	3,6900	3
53	MACARRÃO TIPO PENE - EMBALAGEM COM 1 KG. Com ovos, farinha de trigo especial, glúten natural do trigo. Acondicionado em pacote de polietileno atóxico, transparente, íntegro. A embalagem deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	2,5900	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	2,6100	2
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	2,8200	3
54	MARGARINA VEGETAL CREMOSA SEM SAL - EMBALAGEM COM 500 G. Contendo no mínimo 60% de lipídios. Embalagem de polietileno leitoso e resistente, com vedação adequada. A embalagem deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	2,7900	1
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	2,9900	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	3,6000	3
55	MILHO VERDE EM CONSERVA - EMBALAGEM COM 200 G. A embalagem deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	1,2000	1
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	1,3300	2
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	1,3900	3
56	ÓLEO DE GIRASSOL - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 900 ML. Refinado, aspecto oleoso, transparente e cor própria. A embalagem deve ser transparente, conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	4,8500	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	4,8800	2
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	6,0500	3
57	OVO DE GALINHA - EMBALAGEM COM 12 UNIDADES. Limpos, sem rachaduras. Peso mínimo de 720 g. A embalagem deve conter dados de identificação e prazo de validade. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	2,4900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 10/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 62/2012

Número do Registro de Preços: 62/2012

Data do Registro: 07/12/2012

Válido até: 07/12/2013

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de produtos alimentícios destinados à merenda escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cu

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	3,1000	2
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	3,1000	3
58	PÃO DE MEL - EMBALAGEM COM 200 G. A embalagem deve ser transparente, conter dados de identificação e informação nutricional, com prazo de validade. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	3,3000	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	3,3500	2
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	4,4500	3
59	PÃO INTEGRAL - UNIDADE DE 50 G. De farinha integral, em formato de pão francês.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	0,4900	1
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	0,5000	2
60	PÃO MASSINHA DE LEITE- UNIDADE DE 50 G. Em formato de pão francês.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	0,4400	1
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	0,4500	2
61	PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA MÉDIA - EMBALAGEM COM 500 G. Contendo corante natural de caramelo. Própria para alimentos. A embalagem deve ser transparente, conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	3,8400	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	3,8500	2
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	4,5500	3
62	PUDIM EM PÓ SABORES DIVERSOS - EMBALAGEM COM 85 G. Contendo açúcar, amido de milho e aroma artificial. Disponibilizar nos sabores BAUNILHA, CHOCOLATE, MORANGO e CÔCO. A embalagem deve ser limpa e não violada. Deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 4 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	0,6900	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	0,7000	2
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	1,0900	3
63	SAGU - EMBALAGEM COM 500 G. De mandioca, grupo tapioca, tipo 1, classe pérola. A embalagem deve ser transparente, conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	1,7600	1
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	2,1200	2
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	2,5500	3
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	2,5500	4
64	SAL REFINADO IODADO - EMBALAGEM COM 1 KG. A embalagem deve ser transparente, conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	0,7500	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	0,9900	2
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	1,0900	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 11/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 62/2012

Número do Registro de Preços: 62/2012 Data do Registro: 07/12/2012 Válido até: 07/12/2013 Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de produtos alimentícios destinados à merenda escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cu							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
65	SARDINHA ENLATADA - EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 250 G. Com óleo comestível e sal. Preparada com pescado fresco, limpo, eviscerado, cozido. A embalagem deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	3,8500	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	3,9000	2
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	5,9900	3
66	VINAGRE - EMBALAGEM COM 900 ML. Branco. A embalagem deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 6 meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	0,7400	1
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	0,7600	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	0,9900	3
67	ALMÔNDEGA BOVINA - EMBALAGEM COM 1 KG. Carne bovina, cozida, congelada, com peso médio de 15 a 20 g por unidade de almôndega. A embalagem deve ser limpa e não violada. Deve conter dados de identificação, informação nutricional, data de fabricação e prazo de validade. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	10,9500	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	10,9800	2
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	18,9000	3
68	BEBIDA LÁCTEA FERMENTADA COM POLPA DE FRUTAS - EMBALAGEM COM 1 LITRO. Sabores diversos. Com leite pasteurizado semidesnatado, soro de leite industrial e/ou soro de leite em pó reconstituído, açúcar e polpa de frutas. A embalagem deve ser limpa e não violada. Deve conter dados de identificação e informação nutricional. Prazo de validade mínimo de 15 dias. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	1,7900	1
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	2,2500	2
69	CALDO DE PEIXE TILÁPIA OU SIMILAR CONGELADO - EMBALAGEM COM 1 KG. Congelado e triturado, 100% natural. A embalagem deve ser limpa e não violada. Deve conter dados de identificação, informação nutricional, data de fabricação e prazo de validade. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	7,9000	1
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	8,9900	2
70	CARNE BOVINA MOÍDA DE 1ª QUALIDADE - EMBALAGEM COM 1 KG. Congelada, isenta de gordura, isenta de cartilagem, sem ossos. De boa qualidade. Tipo paleta ou acém dianteiros. A embalagem deve ser transparente, limpa e não violada. Deve conter dados de identificação, informação nutricional, data de fabricação e prazo de validade. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF. O transporte deverá ser feito obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	UN	FRIGORIFICO MENESTRINA LTDA (12491)		0	8,4000	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	8,4500	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	13,4400	3
71	CARNE SUÍNA PALETA DE 1ª QUALIDADE - EMBALAGEM COM 1 KG. Congelada, isenta de gordura, isenta de cartilagem, sem ossos. De boa qualidade. Tipo paleta, cortada em cubos. A embalagem deve ser transparente, limpa e não violada. Deve conter dados de identificação, informação nutricional, data de fabricação e prazo de validade. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF. O transporte deverá ser feito obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	8,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 12/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 62/2012

Número do Registro de Preços: 62/2012

Data do Registro: 07/12/2012

Válido até: 07/12/2013

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de produtos alimentícios destinados à merenda escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cu

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	10,8900	2
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	10,9000	3
72	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO DE 1ª QUALIDADE - EMBALAGEM COM 1 KG. Congelada, de boa qualidade. A embalagem deve ser transparente, limpa e não violada. Deve conter dados de identificação, informação nutricional, data de fabricação e prazo de validade. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF. O transporte deverá ser feito obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	4,9900	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	5,7800	2
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	5,7900	3
73	FÍGADO DE FRANGO DE 1ª QUALIDADE - EMBALAGEM COM 1 KG. Congelado, de boa qualidade. A embalagem deve ser transparente, limpa e não violada. Deve conter dados de identificação, informação nutricional, data de fabricação e prazo de validade. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF. O transporte deverá ser feito obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	2,9000	1
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	3,5000	2
74	FILÉ DE PEIXE TIPO CAÇÃO SEM ESPINHO - EMBALAGEM COM 1 KG. Filé de cação de 1ª qualidade, sem espinhos, congelado. A embalagem deve ser transparente, limpa e não violada. Deve conter dados de identificação, informação nutricional, data de fabricação e prazo de validade. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF. O transporte deverá ser feito obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	12,9000	1
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	16,5000	2
75	PALETA BOVINA DE 1ª QUALIDADE CUBOS MÉDIOS - EMBALAGEM COM 1 KG. Congelada, isenta de gordura, isenta de cartilagem, sem ossos. De boa qualidade. Tipo paleta, cortada em cubos médios. A embalagem deve ser transparente, limpa e não violada. Deve conter dados de identificação, informação nutricional, data de fabricação e prazo de validade. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF. O transporte deverá ser feito obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	UN	FRIGORIFICO MENESTRINA LTDA (12491)		0	9,0000	1
			SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	9,2500	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	12,4900	3
76	PEITO DE FRANGO FILÉ TIPO SASSAMI - EMBALAGEM COM 1 KG. Congelado, isento de gordura, isento de cartilagem, sem ossos. De boa qualidade. Corte tipo sassami. A embalagem deve ser transparente, limpa e não violada. Deve conter dados de identificação, informação nutricional, data de fabricação e prazo de validade. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF. O transporte deverá ser feito obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	7,9000	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	9,4900	2
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	9,5000	3
77	QUEIJO MUSSARELA FATIADO - EMBALAGEM COM 500 G. Espessura fina, resfriado, de 1ª qualidade. A embalagem deve ser transparente, limpa e não violada. Deve conter dados de identificação, informação nutricional, data de fabricação e prazo de validade. Validade mínima de 30 dias. Com registro no Ministério da Saúde ou SIF. O transporte deverá ser feito obedecendo as especificações do fabricante quanto à temperatura.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	7,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 13/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 62/2012

Número do Registro de Preços: 62/2012

Data do Registro: 07/12/2012

Válido até: 07/12/2013

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de produtos alimentícios destinados à merenda escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cu

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	8,5000	2
78	ABACATE.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	3,2000	1
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	3,2500	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	3,2500	3
79	ABACAXI,	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	2,4000	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	2,5000	2
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	4,0000	3
80	ABOBRINHA.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	1,9000	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	1,9900	2
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	2,5000	3
81	AGRIÃO - MAÇO.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	1,7900	1
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	1,8000	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	1,8000	3
82	AIPIM CONGELADO.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	3,4800	1
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	3,4900	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	3,4900	3
83	ALFACE.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	1,3000	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	1,4000	2
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	1,4000	3
84	ALHO - EMBALAGEM COM 150 G.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	2,3900	1
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	2,5000	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	2,5000	3
85	BANANA CATURRA.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	0,9500	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	0,9900	2
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	1,2000	3
86	BATATA INGLES.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	1,8000	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	1,8900	2
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	2,3000	3
87	BETERRABA.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	1,6800	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	1,6900	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 14/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 62/2012

Número do Registro de Preços: 62/2012

Data do Registro: 07/12/2012

Válido até: 07/12/2013

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de produtos alimentícios destinados à merenda escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cu

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	2,4000	3
88	BRÓCOLIS.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	2,4500	1
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	2,5000	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	2,5000	3
89	CAQUI.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	4,4000	1
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	4,5000	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	4,5000	3
90	CEBOLA.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	1,7000	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	1,8000	2
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	2,4000	3
91	CENOURA.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	1,7500	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	1,8000	2
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	2,4000	3
92	CHEIRO VERDE - MAÇO.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	0,9800	1
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	0,9900	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	0,9900	3
93	CHUCHU.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	1,7900	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	1,8000	2
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	2,4000	3
94	COUVE-FLOR.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	2,4900	1
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	2,6000	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	2,6000	3
95	COUVE FOLHA - MAÇO...	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	1,3000	1
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	1,4000	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	1,4000	3
96	MAÇÃ TIPO FUJI.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	3,2000	1
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	3,3000	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	3,3000	3
97	MAMÃO COMUM.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	2,6000	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	2,7000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 15/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 62/2012

Número do Registro de Preços: 62/2012

Data do Registro: 07/12/2012

Válido até: 07/12/2013

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de produtos alimentícios destinados à merenda escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cu

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	3,2000	3
98	MANGA.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	2,9900	1
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	3,0000	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	3,0000	3
99	MELÃO.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	2,4000	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	2,5000	2
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	3,4000	3
100	MELANCIA.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	1,2000	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	1,2500	2
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	1,4000	3
101	MORANGA.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	2,2000	1
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	2,2500	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	2,2500	3
102	PEPINO.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	1,8000	1
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	1,8500	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	1,8500	3
103	PÊRA TIPO WILLIAMS.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	7,6500	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	7,6900	2
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	8,9000	3
104	PIMENTÃO VERDE.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	2,7500	1
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	2,8000	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	2,8000	3
105	REPOLHO BRANCO.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	1,6000	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	1,6500	2
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	1,8000	3
106	REPOLHO ROXO.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	2,9000	1
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	2,9900	2
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	2,9900	3
107	RÚCULA - MAÇO.	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	2,4000	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	2,5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 16/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 62/2012

Número do Registro de Preços: 62/2012

Data do Registro: 07/12/2012

Válido até: 07/12/2013

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de produtos alimentícios destinados à merenda escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cu

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	2,5000	3
108	TANGERINA PONKAN.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	1,9500	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	1,9900	2
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	1,9900	3
109	TOMATE.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	3,9500	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	3,9900	2
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	4,7000	3
111	ESPINAFRE - MAÇO	UN	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	1,7900	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	1,8000	2
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	1,8000	3
112	LARANJA LIMA..	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	2,0500	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	2,1000	2
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	2,1000	3
113	LARANJA PÊRA..	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	1,3000	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	1,3500	2
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	1,3500	3
114	LIMÃO	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	2,4500	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	2,5000	2
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	3,8000	3
115	MAÇÃ ARGENTINA.	KG	SUPERMERCADO FRONTAL LTDA (12273)		0	3,9400	1
			DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA (11930)		0	3,9500	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 17/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 62/2012**Número do Registro de Preços: 62/2012****Data do Registro: 07/12/2012****Válido até: 07/12/2013**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de produtos alimentícios destinados à merenda escolar para as Unidades Escolares Municipais do Ensino Fundamental, Educação Infantil e Centros de Educação Infantil da Secretaria de Educação, Cu

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JOSE MARTINI NETO (10546)		0	9,5000	3

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2012****PROCESSO Nº 138/2012**

(10546) - JOSE MARTINI NETO

(11930) - DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA

(12049) - TAF DISTRIBUIDORA LTDA

(12273) - SUPERMERCADO FRONTAL LTDA

(12491) - FRIGORIFICO MENESTRINA LTDA

SCHROEDER, 7 de Dezembro de 2012.

Timbó

PREFEITURA

Lei Nº 2607, de 10 de Dezembro de 2012

LEI Nº 2607, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Timbó, para o exercício financeiro de 2013.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento Consolidado do Município de Timbó, compreendendo os Poderes Legislativo e Executivo, órgãos da Administração Direta e Indireta e a Seguridade Social, para o exercício de 2013, discriminado nos anexos integrantes desta lei, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 156.068.400,00 (cento e cinquenta e seis milhões, sessenta e oito mil e quatrocentos reais).

Art. 2º A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas, transferências e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	R\$ 102.231.400,00
Receitas Tributárias	R\$ 16.236.000,00
Receitas de Contribuições	R\$ 3.958.000,00
Receitas Patrimoniais	R\$ 4.968.600,00
Receitas Industriais	R\$ 200.000,00
Receitas de Serviços	R\$ 5.520.000,00
Transferências Correntes	R\$ 65.912.400,00
Outras Receitas Correntes	R\$ 5.436.400,00
RECEITA INTRA ORÇAMENTARIAS	R\$ 4.512.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 49.325.000,00
Alienação de Bens	R\$ 50.000,00
Amortização de Empréstimos	R\$ 5.000,00
Operações de Crédito	R\$ 24.890.000,00
Transferências de Capital	R\$ 24.380.000,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	(R\$ 9.468.400,00)
TOTAL	R\$ 146.600.000,00

§ 1º As Receitas do Município de Timbó serão realizadas, na forma da lei, conforme o desdobramento previsto nos Anexos, integrando a consolidação geral das Contas Públicas Municipais.

§ 2º As Receitas do Regime Próprio de Previdência e de Assistência a Saúde do Servidor serão realizadas, na forma da lei, conforme o desdobramento previsto no Anexo I, integrando a consolidação geral das Contas Públicas Municipais.

Art. 3º A despesa fixada consolidada será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídos da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	
02 – Secretaria da Articulação Política e Institucional	2.060.000,00
03 – Secretaria da Fazenda e Administração Municipal	7.462.000,00
04 – Secretaria de Educação	22.455.971,84
06 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico	2.947.000,00

07 – Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente	4.001.000,00
08 – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	28.576.000,00
09 – Procuradoria Geral do Município	580.000,00
10 – Fundo de Habitação de Timbó	20.000,00
99 – Reserva de Contingência	300.000,00
TOTAL DA DESPESA (PMT)	68.401.971,84
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	26.508.028,16
TOTAL GERAL (PMT)	94.910.000,00
01- Câmara de Vereadores	2.637.088,16
12- Fundo Municipal de Emergência de Defesa Civil de Timbó	55.000,00
13- Fundo Municipal do Meio Ambiente de Timbó - FMMA	244.000,00
15 - Fundo Municipal de Saúde - FMS	19.966.940,00
16 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS	1.756.000,00
17 - TimbóPrev	9.400.000,00
18 - Fundo Municipal de Assistência à Saúde - FASS	1.100.000,00
19 - Fundação Municipal de Esportes - FME	1.944.000,00
20 - Fundo Municipal de Atendimento da Criança e do Adolescente - FIA	186.000,00
21 - Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR	3.055.000,00
22 - Fundação Cultural de Timbó - FCT	2.940.000,00
23 - Fundo Municipal de Recuperação do Corpo de Bombeiros e de Melhoria da Polícia Militar - FUNRE-BOMPOM	552.000,00
24 - Fundo Municipal de Trânsito - FUMTRAN	2.522.000,00
25 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE	31.840.000,00
TOTAL DA DESPESA (CONSOLIDADO)	146.600.000,00
TOTAL DA DESPESA (EXECUTIVO)	143.962.911,84
TOTAL DA DESPESA (LEGISLATIVO)	2.637.088,16

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO	
01 - Legislativa	R\$ 2.637.088,16
04 - Administração	R\$ 7.462.000,00
06 - Segurança Pública	R\$ 796.000,00
08 - Assistência Social	R\$ 1.932.000,00
09 - Previdência Social	R\$ 7.693.000,00
10 - Saúde	R\$ 19.876.940,00
11 - Trabalho	R\$ 65.000,00
12 - Educação	R\$ 22.455.971,84
13 - Cultura	R\$ 2.919.000,00
14 - Direitos da Cidadania	R\$ 0,00
15 - Urbanismo	R\$ 11.617.000,00
16 - Habitação	R\$ 20.000,00
17 - Saneamento	R\$ 31.720.000,00
18 – Gestão Ambiental	R\$ 242.000,00
20 - Agricultura	R\$ 1.692.000,00
22 – Indústria	R\$ 1.190.000,00
23 – Comércio e Serviços	R\$ 3.051.500,00
26 - Transporte	R\$ 23.262.000,00
27 – Desporto e Lazer	R\$ 1.926.000,00



28 – Encargos Especiais	R\$ 2.832.000
99 – Reserva de Contingência	R\$ 3.210.500,00
TOTAL	R\$ 146.600.000,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0.001 PROCESSO LEGISLATIVO 2.637.088,16
0.005 OPERAÇÕES ESPECIAIS COM DÍVIDA E PRECATÓRIOS 1.750.000,00
0.006 ENCARGOS DO MUNICÍPIO COM O PASEP 1.082.000,00
0.010 GESTÃO DA ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS 1.045.000,00
0.012 GESTÃO DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO MUNICIPAL 1.015.000,00
0.013 DEFESA CIVIL 55.000,00
0.015 ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE MUNICIPAL 3.294.000,00
0.016 GESTÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO 1.010.000,00
0.017 QUALIDADE E PROFISSIONALISMO DO SERVIDOR 176.000,00
0.018 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 342.000,00
0.020 EDUCAÇÃO INFANTIL DE QUALIDADE 11.505.840,00
0.022 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DE QUALIDADE 10.950.131,84
0.025 GESTÃO DA ASSISTÊNCIA A SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL 1.093.000,00
0.027 GESTÃO DA PREVIDENCIA SOCIAL – REGIME PRÓPRIO 6.600.000,00
0.030 DESENVOLVIMENTO ECONOMICO COM GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA 1.190.000,00

0.032 PROFISSIONALIZANTE - QUALIFICAÇÃO DE MÃO DE OBRA 65.000,00
0.034 APOIO INCENTIVO AO AGRICULTOR 1.692.000,00
0.036 TURISMO COM PRODUTOS, ATRATIVOS E DIVULGAÇÃO 3.051.500,00
0.040 PLANEJAMENTO TERRITORIAL
0.032 PROFISSIONALIZANTE - QUALIFICAÇÃO DE MÃO DE OBRA 65.000,00 4.001.000,00
0.044 GESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 242.000,00
0.046 SISTEMA VIÁRIO E MOBILIDADE 2.502.000,00
0.048 GESTÕES DO FUMREBOMPOM 541.000,00
0.050 REESTRUTURAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS 7.546.000,00
0.052 OBRAS PÚBLICAS 21.030.000,00
0.060 GESTÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO 580.000,00
0.062 ATENÇÃO INTEGRAL A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE 184.000,00
0.066 HABITAÇÃO POPULAR DE TIMBÓ - FHT 20.000,00
0.070 GESTÃO DA ATENÇÃO BÁSICA 9.250.940,00
0.072 GESTÃO DA ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL 8.206.000,00

0.074
GESTÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE
855.000,00

0.076
ASSISTENCIA FARMACEUTICA E SUPORTE PROFILÁTICO
415.000,00

0.078
GESTÃO DO SUS
1.150.000,00

0.086
APRIMORAMENTO DA GESTÃO E MANUTENÇÃO DO DEP. E EQUIP. SOCIAIS
1.204.000,00

0.087
SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
317.000,00

0.088
SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
227.000,00

0.090
MANUTENÇÃO DO ESPORTE AMADOR, COMUNITÁRIO E DE RENDIMENTO
1.074.000,00

0.091
APOIO AS ENTIDADES ESPORTIVAS DO MUNICÍPIO
852.000,00

0.094
INCENTIVO A MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE
2.789.000,00

0.096
PRESERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO CULTURAL
130.000,00

0.100
ÁGUA POTÁVEL PARA TODOS
5.820.000,00

0.102
ESGOTAMENTO SANITARIO – VIVA CIDADE SUSTENTÁVEL
23.300.000,00

0.104
GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS
2.600.000,00

9.999
RESERVA DE CONTINGENCIA
3.210.500,00

TOTAL DOS PROGRAMAS
146.600.000,00

IV- CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	53,38%	R\$ 83.312.428,00
310000.00 – Pessoal e Encargos Sociais	29,9%	R\$ 46.811.980,00

320000.00 – Juros e Encargos da Dívida	0,19%	R\$ 300.000,00
330000.00 – Outras Despesas Correntes	23,20%	R\$ 36.200.448,00
DESPESAS DE CAPITAL	38,49%	R\$ 60.077.072,00
440000.00 – Investimentos	37,98%	R\$ 59.287.072,00
460000.00 – Amortização da Dívida	0,51%	R\$ 790.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2,06%	R\$ 3.210.000,00
DESPESA LÍQUIDA	93,93%	R\$ 146.600.000,00
DEDUÇÕES DO FUNDEB	6,07%	R\$ 9.468.400,00
TOTAL DESPESA	100,00%	R\$ 156.068.400,00

V – DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA DE RENUNCIA DE RECEITAS DE NATUREZA TRIBUTÁRIA.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA 2013

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)						R\$ 1,00
		SETORES/ PROGRA- MAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			
TRIBUTOS	MODALIDADE		2013	2014	2015	COMPENSAÇÃO
IPTU	Isenção		260.592,71	268.410,490	276.462,81	
IPTU e taxas	Descontos		649.216,72	714.017,49	784.442,62	
ISS e taxas	Descontos		189.750,51	215.213,08	250.945,04	
ISS	Isenção		233.646,67	198.599,67	158.879,74	
Dívida Ativa	Remissão de Débitos		108.334,16	111.584,19	114.931,71	
TOTAL			1.441.540,77	1.510.824,93	1.585.661,92	
FONTE: Divisão de Tributação - Agosto 2012						

VI – DEMONSTRATIVO DA COMPATIBILIZAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO DO ORÇAMENTO COM A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

0.001	PROCESSO LEGISLATIVO	2.637.088,16
0.005	OPERAÇÕES ESPECIAIS COM DÍVIDA E PRECATÓRIOS	1.750.000,00
0.006	ENCARGOS DO MUNICÍPIO COM O PASEP	1.082.000,00
0.010	GESTÃO DA ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	1.045.000,00
0.011	ADMINISTRANDO NOS BAIRROS	0,00
0.012	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E COMUNICACÃO MUNICIPAL	1.015.000,00
0.013	DEFESA CIVIL	55.000,00
0.015	ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE MUNICIPAL	3.294.000,00
0.016	GESTÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO	1.010.000,00
0.017	QUALIDADE E PROFISSIONALISMO DO SERVIDOR	176.000,00
0.018	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	342.000,00
0.020	EDUCAÇÃO INFANTIL DE QUALIDADE	11.505.840,00
0.022	EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DE QUALIDADE	10.950.131,84
0.025	GESTÃO DA ASSISTÊNCIA A SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL	1.093.000,00
0.027	FUNPREV - FUNDO DE PREV. DOS SERV. PUBL. MUN.	6.600.000,00
0.030	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO COM GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	1.190.000,00
0.032	PROFISSIONALIZANTE - QUALIFICAÇÃO DE MÃO DE OBRA	65.000,00
0.034	APOIO INCENTIVO AO AGRICULTOR	1.692.000,00
0.036	TURISMO COM PRODUTOS, ATRATIVOS E DIVULGAÇÃO	3.051.500,00
0.040	PLANEJAMENTO TERRITORIAL	4.001.000,00
0.044	GESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	242.000,00
0.046	SISTEMA VIÁRIO E MOBILIDADE	2.502.000,00
0.048	GESTÕES DO FUMREBOMPOM	541.000,00
0.050	REESTRUTURAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	7.546.000,00
0.052	OBRAS PÚBLICAS	21.030.000,00
0.060	GESTÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	580.000,00
0.062	ATENÇÃO INTEGRAL A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	184.000,00
0.066	HABITAÇÃO POPULAR DE TIMBÓ - FHT	20.000,00
0.070	GESTÃO DA ATENÇÃO BÁSICA	9.250.940,00

0.072	GESTÃO DA ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	8.206.000,00
0.074	GESTÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE	855.000,00
0.076	ASSISTENCIA FARMACEUTICA E SUPORTE PROFILÁTICO	415.000,00
0.078	GESTÃO DO SUS	1.150.000,00
0.086	APRIMORAMENTO DA GESTÃO E MANUTENÇÃO DO DEP. E EQUIP. SOCIAIS	1.204.000,00
0.087	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	317.000,00
0.088	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	227.000,00
0.090	MANUTENÇÃO DO ESPORTE AMADOR, COMUNITÁRIO E DE RENDIMENTO	1.074.000,00
0.091	APOIO AS ENTIDADES ESPORTIVAS DO MUNICÍPIO	852.000,00
0.094	INCENTIVO A MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE	2.789.000,00
0.096	PRESERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO CULTURAL	130.000,00
0.100	ÁGUA POTÁVEL PARA TODOS	5.820.000,00
0.102	ESGOTAMENTO SANITARIO – VIVA CIDADE SUSTENTÁVEL	23.300.000,00
0.104	GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	2.600.000,00
9.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	3.210.500,00
	TOTAL DOS PROGRAMAS	146.600.000,00

Art. 4º Os recursos da Reserva de Contingência consolidada são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme segue:

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS – LDO 2013 (ART. 4ª, PARAGRAFO 3º, DA LRF)

ARF (LRF, art 4o, § 3o)		R\$ 1,00	
PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Reserva Matemática	87,21%	Atender as demandas do FUNPREV	2.800.000,00
Demandas Judiciais			
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes	12,79%	Atender as demandas conf. Necessidade.	410.500,00

SUBTOTAL	100,00%	SUBTOTAL	3.210.500,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	0,00%	Atender as demandas conf. Necessidade.	0,000
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais	0,0%	Atender as demandas conf. Necessidade.	0,00
SUBTOTAL	0,0%	SUBTOTAL	0,00
TOTAL	100,00%	TOTAL	3.210.500,00

Art. 5º O orçamento da Seguridade Social do Município de Timbó apresenta-se consolidado ao Orçamento fiscal e pode ser demonstrado da seguinte forma:

I – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÓ - FMS

Demonstrativo de Receitas/Despesas

Período de Referência: Orçamento 2013

RECEITAS/DESPESAS	R\$
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	
Receitas Correntes	4.930.000,00
Receitas Tributárias	177.000,00
Receitas Patrimoniais	123.000,00
Transferências Correntes	4.620.000,00
Outras Receitas Correntes	10.000,00
Receitas de Capital	400.000,00
Total das Receitas	5.330.000,00
TRANSFERENCIA FINANCEIRA	14.636.940,00
TOTAL	19.966.940,00
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
Despesas Correntes	18.062.340,00
Pessoal e Encargos	12.461.754,33
Outras Despesas Correntes	5.600.585,67
Despesas de Capital	1.867.600,00
Investimentos	1.867.600,00
Reserva de Contingência	37.000,00
TOTAL	19.966.940,00

II – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TIMBÓ - FMAS

FMAS

Demonstrativo de Receitas/Despesas

Período de Referência: Orçamento 2013

RECEITAS/DESPESAS	R\$
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	
Receitas Correntes	310.000,00
Receitas Patrimoniais	45.600,00
Transferências Correntes	222.000,00
Outras Receitas Correntes	42.400,00
Receitas de Capital	200.000,00
Total das Receitas	510.000,00
TRANSFERENCIA FINANCEIRA	1.246.000,00
TOTAL	1.756.000,00
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
Despesas Correntes	1.481.900,00
Pessoal e Encargos	886.000,00
Outras Despesas Correntes	595.900,00
Despesas de Capital	271.100,00

Investimentos	271.100,00
Reserva de Contingência	3.000,00
TOTAL	1.756.000,00

III - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE TIMBÓ - FASS

Demonstrativo de Receitas/Despesas

Período de Referência: Orçamento 2013

RECEITAS/DESPESAS	R\$
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	
Receitas Correntes	488.000,00
Receitas de Contribuições	318.000,00
Receitas Patrimoniais	20.000,00
Outras Receitas Correntes	150.000,00
Receita Intra-Orçamentária	612.000,00
Total das Receitas	1.100.000,00
TOTAL	1.100.000,00
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
Despesas Correntes	1.093.000,00
Outras Despesas Correntes	1.093.000,00
Reserva de Contingência	7.000,00
TOTAL	1.100.000,00

IV – INSTITUTO PROVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBÓ TIMBOPREV

Demonstrativo de Receitas/Despesas

Período de Referência: Orçamento 2013

RECEITAS/DESPESAS	R\$
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	
Receitas Correntes	5.600.000,00
Receitas de Contribuições	2.040.000,00
Receitas Patrimoniais	3.450.000,00
Outras Receitas Correntes	110.000,00
Receita Intra-Orçamentária	3.800.000,00
Total das Receitas	9.400.000,00
TOTAL	9.400.000,00
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	
Despesas Correntes	6.600.000,00
Pessoal e Encargos	300.000,00
Outras Despesas Correntes	6.300.000,00
Reserva de Contingência	2.800.000,00
TOTAL	9.400.000,00

Art. 6º O orçamento para 2013 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias, Fundações e seus Fundos (Artigos 1º, §§ 1º e 4º, I, "a", e 48 da LRF). Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de uma Modalidade de Aplicação para outra, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, inclusive de uma Unidade Administrativa/Orçamentária para outra, bem como, desvincular as receitas e despesas para melhor aproveitamento dos recursos do município na captação de Convênios.

Parágrafo único. Aplica-se, ainda, o disposto no "caput" deste artigo, relativamente às dotações do Orçamento Consolidado do Executivo e Legislativo.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2013 autoriza o Executivo e o Legislativo Municipal a remanejar por Decreto, dentro de cada categoria de programação o saldo das dotações que o compõem.

§ 1º A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos dentro de uma categoria de programação será feita por Decreto do Executivo ou do Legislativo, conforme o caso.

§ 2º - A adequação das destinações de recursos, na receita, e as fontes de recursos, na despesa, serão adequadas conforme a realização da execução orçamentária, que poderá ser feita por Decreto do Executivo ou do Legislativo, conforme o caso.

§ 3º - No caso de excesso da arrecadação proveniente das receitas de impostos, o Poder Executivo deverá através de decreto executivo suplementar inicialmente as dotações e transferências financeiras destinadas à saúde e educação a fim de atingir os índices constitucionais (15% e 25%).

Art. 8º O Poder Executivo fica autorizado a tomar as medidas necessárias para ajustar o fluxo dos dispêndios ao efetivo comportamento da arrecadação, ao longo do exercício financeiro. Os Fundos, Fundações, Autarquias Municipais e Câmara de Vereadores, de forma consolidada, terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e essas, por sua vez, vinculadas a Despesas.

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal e Secretários Municipais, em que estiverem vinculados, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a outro servidor municipal, respeitando Lei específica de cada Fundo.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos, Fundações e Autarquias Municipais deverão ser demonstradas, também, em balancetes apartados da Unidade Gestora Central.

§ 3º A transferência de recursos monetários da Unidade Gestora Central aos Fundos, Fundações, Autarquias Municipais e Câmara de Vereadores deverão ser efetivadas por Transferência Financeira e a adequação da suplementação orçamentária efetuada por Decreto do Poder Executivo.

Art. 9º Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a:

I - designar órgãos centrais para movimentar dotações atribuídas às Unidades Orçamentárias e promover os ajustamentos orçamentários, financeiros e contábeis, decorrentes de reorganização administrativa;

II – suplementar, por conta do excesso de arrecadação por vínculo e fonte de recursos, as Modalidades de Aplicação de despesa e as Transferências Financeiras destinadas a atender dispêndios, apurados pela diferença entre o valor previsto e o valor recebido;

III - abrir créditos suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do total da despesa fixada em lei, à conta dos recursos de que trata o § 1º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de Março de 1964;

IV - apresentar déficit de execução orçamentária resultante da utilização do superávit financeiro do exercício anterior;

V - realizar operações de crédito, ainda que por antecipação da receita, limitado o valor das primeiras ao disposto no art. 167, III, da Constituição Federal.

Parágrafo único. No Orçamento-Programa das Fundações, da Autarquia e dos Fundos Municipais, o Poder Executivo fica autorizado a abrir créditos suplementares, à conta do excesso de arrecadação, sem prejuízo do disposto nos incisos II, III e IV do “caput”

deste artigo, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total da despesa fixada em lei.

Art. 10. O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a contribuir para o custeio de despesas de competência de outros órgãos da Federação, sem prejuízo de suas próprias atividades, mediante convênio, acordo, ajuste ou congênere.

Art. 11. Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Poder Executivo estabelecerá, por ato próprio, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, bem como destacará o órgão ou unidade responsável pelo controle e fiscalização do cumprimento das metas estabelecidas, conforme artigos 10 e 15 da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2.599 de 17 de outubro de 2.012.

Parágrafo único. Fica vedada a ocorrência de déficit de execução orçamentária, excetuando-se quando o déficit for resultante da utilização do superávit financeiro do exercício anterior, não implicando no comprometimento da execução orçamentária do exercício subsequente.

Art. 12. De acordo com o artigo 10 da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2.599 de 17 de outubro de 2.012, nas hipóteses previstas no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/2000, o Presidente da Câmara Municipal e o Prefeito Municipal, no âmbito dos respectivos poderes, promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, com centralização do ordenamento de despesas e autorização de pagamentos, observando-se o seguinte:

I – a limitação de empenho deverá atingir, inicialmente, pela ordem:

- a) as dotações destinadas à aquisição de imóveis, obras e instalações, e aquisição de equipamentos e materiais;
- b) projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias não recebidas;
- c) dotação para combustível destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;
- d) dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades;

II – durante o prazo de limitação de empenho, fica vedado o pagamento de sessões extraordinárias, abono de férias e adicional de hora extra;

III – a limitação de empenho não poderá inviabilizar a manutenção dos serviços considerados essenciais (saúde, educação, fornecimento de água, coleta de lixo e irrigação de ruas) ou o atendimento de situações de emergência ou de calamidades;

IV – o ato expedido deverá indicar expressamente o órgão, entidade ou unidade administrativa que centralizará o ordenamento de novas despesas, bem como seu responsável, e estabelecerá o cronograma de pagamento das despesas empenhadas até aquela data.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Art. 13. O Poder Executivo e Legislativo emitirão semestralmente os relatórios de gestão fiscal e os demonstrativos que acompanham os relatórios resumidos da execução orçamentária, em conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000.

Art. 14. Esta lei entrará em vigor no dia 1º de Janeiro de 2013.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de dezembro de 2012; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

ANEXOS

(arts. 2º, 3º e 5º da LOA/2013 Lei Orçamentária Anual e art. 5º e 6º da Lei nº 2.599 de 17 de outubro de 2.012, Lei de Diretrizes Orçamentárias 2013).

Aviso Pregão Presencial N.º 44 2012 SAMAE - Aquisição de Produtos Químicos e Para Tratamento de Água

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2012

OBJETO: Aquisição de reagentes e produtos para laboratório da Estação de Tratamento de Água e produtos químicos para tratamento de água. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h00min do dia 20 de dezembro de 2012. ABERTURA: dia 20 de dezembro de 2012 as 08h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações localizado na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

Timbo (SC), 04/12/2012.
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente SAMAE

Aviso Pregão Presencial Nº 145/2012 - Serviços Bancários Para Cobrança dos Tributos

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 145/2012

OBJETO: prestação de serviços bancários para cobrança dos tributos municipais a serem lançados no exercício de 2013. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 24 de janeiro de 2013. ABERTURA: dia 24 de janeiro de 2013 as 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações localizado na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

Timbo (SC), 07/12/2012.
THOMAZ H. N. CAMPREGHER
Diretor de Administração

Extrato de Contrato 2012/190

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/190
CONTRATANTE: Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.
CONTRATADO: Engecel Eletro Comercial Ltda.

OBJETO: Execução de projeto de extensão rede da Rua Inglaterra conforme projetos e demais anexos.
VALOR TOTAL: R\$ 57.128,00 (cinquenta e sete mil, cento e vinte

e oito reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 30 dias, contados a partir da assinatura da Ordem de Serviço.

Data da Assinatura: 07/12/2012.

ORLEI ADAZIR PEDRON
Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

Turvo

PREFEITURA

Decreto 70/2012

DECRETO Nº 070/12, de 30 de Novembro de 2012.
SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.108/11 (Lei Orçamentária Anual), de 13/12/2011. DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Turvo no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), assim classificados:
11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0046.2.051 - MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SF E ACS
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0002.0 (4) - Aplicações Diretas
R\$ 120.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação, da fonte 0002 no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), do exercício de 2012.

Art. 3º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais), assim classificados:
06.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
12.365.0032.2.008 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CRECHES
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0018.0 (49) - Aplicações Diretas
R\$ 25.000,00
12.365.0033.2.009 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE PRÉ-ESCOLARES
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0018.0 (53) - Aplicações Diretas
R\$ 20.000,00
12.361.0034.2.010 - MANUT. E FUNCIONAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0018.0 (33) - Aplicações Diretas
R\$ 100.000,00
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0019.0 (34) - Aplicações Diretas
R\$ 30.000,00

Art. 4º. A execução do disposto no art. 3º correrá à conta do excesso de arrecadação da fonte 0018 no valor de R\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais) e da fonte 0019 no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), do exercício de 2012.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 30 de Novembro de 2012.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data

supra.

CECÍLIA LINO FERREIRA CONTI -
Secretária de Adm. e Finanças - designada.

Videira

PREFEITURA

Lei Nº 2.821/12

LEI Nº 2.821/12, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2012

Altera a Lei nº 2.157/09, de 03 de junho de 2009, que Autoriza a outorga de permissão de uso de bens municipais que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica acrescido a alínea "I" ao artigo 1º da Lei 2.157/09, de 03 de junho de 2009, com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Prefeito Municipal autorizado a outorgar permissão de uso de parte do terreno do Município, com a área de 2.716,92, situado no Bairro das Torres, nesta cidade, matriculado sob nº 13.913 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira - SC, a título precário, com ou sem ônus para os cessionários abaixo relacionados, para fins de neles serem construídos e instalados equipamentos de captação e transmissão de sinais de som, imagens de televisão, rádio, telefonia celular, fixa e provedor de Internet:

()

I) ARENA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE COMUNICAÇÃO LTDA-ME." (NR)

()"

Art. 2º Em decorrência das alterações introduzidas pelo art. 1º desta Lei, o artigo 1º da Lei nº 2.157/09, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Prefeito Municipal autorizado a outorgar permissão de uso de parte do terreno do Município, com a área de 2.716,92, situado no Bairro das Torres, nesta cidade, matriculado sob nº 13.913 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira - SC, a título precário, com ou sem ônus para os cessionários abaixo relacionados, para fins de neles serem construídos e instalados equipamentos de captação e transmissão de sinais de som, imagens de televisão, rádio, telefonia celular, fixa e provedor de Internet:

a) TV JOAÇABA LTDA (RBS);

b) FIRENZE COMUNICAÇÃO E PRODUÇÃO LTDA (TVBV/BANDEIRANTES);

c) TV XANXERÊ LTDA (TV RECORD);

d) TV O ESTADO LTDA (TV RECORD);

e) TV LAGES LTDA (SBT);

f) VIVO S/A - FILIAL SC (Telefonia Celular);

g) BRASIL TELECOM S/A - FILIAL SC (Telefonia Fixa e Celular);

h) TIM - FILIAL SC (Telefonia Fixa e Celular);

i) CASAN (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento);

j) CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VIDEIRA - CBVV;

k) CLARO S.A;

l) ARENA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE COMUNICAÇÃO LTDA-ME. (NR)

§ 1º A permissão de uso de que trata a presente Lei, será feita sem exclusividade, a título precário e pelo prazo de até dois anos, podendo ser sucessivamente renovado enquanto houver interesse da administração.

§ 2º Somente será outorgada a cessão de uso a título gratuito se o cessionário for entidade sem fins lucrativos.

§ 3º Os valores dos preços públicos ou ônus das cessões de uso serão fixados, através de Decreto, pelo Prefeito Municipal.

§ 4º Em razão de as concessões de que trata a presente Lei não serem concedidas com exclusividade, não ficam obstadas outras outorgas em iguais ou semelhantes condições a outros interessados.

§ 5º A cessão de uso deverá ser formalizada através do competente termo ou instrumento escrito, firmado pelo Prefeito e o representante legal ou pessoa expressamente autorizada pelo cessionário.

§ 6º Caberá à Secretaria de Administração a fiscalização, o controle, bem como a renovação dos termos de permissão de uso de bem móvel público, objetos desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 31 de outubro de 2012, revogados as disposições em contrário.

Videira, 05 de dezembro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de dezembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 10.251/12

DECRETO Nº 10.251/12, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2012.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.826/12, de 05 de dezembro de 2012.

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Videira, com a seguinte dotação orçamentária:

11 - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

01 - Departamento de Turismo e Cultura

2.057 - Manutenção da Banda Municipal



3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 Aplicações Diretas 9.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 9.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação parcial da dotação orçamentária:

11 - Secretaria Municipal de Turismo e Cultura
01 - Departamento de Turismo e Cultura
2.054 - Manutenção da Secretaria de Turismo e Cultura
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 Aplicações Diretas 9.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 9.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de dezembro de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de dezembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretario de Administração

Decreto Nº 10.252/12

DECRETO Nº 10.252/12, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2012.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.827/12, de 05 de dezembro de 2012.

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 497.853,19 (quatrocentos e noventa e sete mil, oitocentos e cinquenta e três reais e dezenove centavos), no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Videira, com a seguinte dotação orçamentária:

07 - Secretaria Municipal de Educação
03 - Departamento de Ensino Infantil
2.035 - Manutenção do Ensino de 0 a 6 anos
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001.0 Aplicações Diretas 141.563,91
3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0001.0 Aplicações Diretas 356.289,28

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 497.853,19

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação parcial das dotações orçamentárias:

07 - Secretaria Municipal de Educação
02 - Departamento de Ensino Fundamental
2.031 - Merenda Escolar - PNAE
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 Aplicações Diretas
37.024,60
124.725,30
07 - Secretaria Municipal de Educação
03 - Departamento de Ensino Infantil
2.036 - Merenda Escolar - Creches PNAC
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas
3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 Aplicações Diretas
104.539,31
231.563,98

TOTAL DAS ANULAÇÕES 497.853,19

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de dezembro de 2012.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de dezembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretario de Administração



O Poder Legislativo
Municipal Acessível ao Cidadão

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Portaria Nº 1637/12

PORTARIA nº 1637/12

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 14533/12,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a APARECIDA SERAFINI, Professora, de 04 de fevereiro de 2013 até 04 de maio de 2013, referente ao quinquênio de 03 de março de 1993 até 02 de março de 1998.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2013

Videira, 05 de dezembro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de dezembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1637/12

PORTARIA nº 1637/12

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores Públicos e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 14533/12,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a APARECIDA SERAFINI, Professora, de 04 de fevereiro de 2013 até 04 de maio de 2013, referente ao quinquênio de 03 de março de 1993 até 02 de março de 1998.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2013

Videira, 05 de dezembro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de dezembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 1638/12

PORTARIA nº 1638/12

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 102 do Estatuto dos Servidores

Públicos e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 14533/12,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a APARECIDA SERAFINI, Professora, de 05 de maio de 2013 até 05 de agosto de 2013, referente ao quinquênio de 03 de março de 1998 até 02 de março de 2003.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 05 de maio de 2013.

Videira, 05 de dezembro de 2012.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de dezembro de 2012.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL

Secretário de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

Extrato Contrato Moacir N. Oliveira Eireli

Contrato N.: 18/2012 - CMV

Data de Assinatura: 06/12/2012

Fornecedor: MOACIR NUNES DE OLIVEIRA EIRELI

Valor: R\$ 200,00 (duzentos reais) por ¼ de página de jornal

Licitação: IL 03/2012 - CMV

Objeto: Contratação de empresa especializada (editora de jornal) para divulgação dos atos, programas educativos e campanhas institucionais do Poder Legislativo Municipal, na forma impressa em preto e branco, através de jornal com circulação no Município de Videira/SC, conforme Edital de Credenciamento nº 01/2012, a partir da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2012.

Extrato Inexigibilidade de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VIDEIRA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2012 - CMV

A Câmara Municipal de Vereadores de Videira (SC), neste ato representada por seu Presidente, torna público o processo de Inexigibilidade de Licitação nº 03/2012, nos termos do Edital de Credenciamento nº 01/2012, o qual credencia a empresa: MOACIR NUNES DE OLIVEIRA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n. 15.808.936/0001-10, para prestação de serviços de divulgação dos atos, programas educativos e campanhas institucionais do Poder Legislativo Municipal, na forma impressa em preto e branco, através de jornal com circulação no Município de Videira/SC. A presente inexigibilidade encontra respaldo no art. 25, caput, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Videira - SC, 06 de Dezembro de 2012.

LEONARDO BOM GUSE

Presidente

Vitor Meireles

PREFEITURA

Portaria Nº 232/2012

P O R T A R I A Nº. 232/2012

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve REVOGAR:

de acordo com o Artigo 27, da Lei Complementar Municipal nº 007, de 13 de maio de 2003,

Nome: TEILOR PETERSEN

Cargo: MOTORISTA

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, a Portaria nº 183/2012, que fixou o horário de trabalho do servidor, retornando ao seu expediente normal de trabalho.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 07 de dezembro de 2012, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 183/2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC),
07 DE DEZEMBRO DE 2012.

IVANOR BOING
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ___/___/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

Consórcios

ARIS

Decreto Nº 004/2012

DECRETO nº 004, de 04 de dezembro de 2012.

Estima a Receita e fixa as Despesas da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS para o exercício de 2013.

O Presidente da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, no uso das suas atribuições dispostas no artigo 18 e 20, VII, "b" e parágrafo único do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS, aprova, ad referendum da Assembleia Geral, o Orçamento Anual da ARIS para o exercício de 2013:

Art. 1º Fica aprovado, ad referendum da Assembleia Geral, o Orçamento Anual da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS para o exercício de 2013, estimando a Receita e fixando a Despesa em R\$ 3.695.862,00 (três milhões e seiscentos e noventa e cinco mil e oitocentos e sessenta e dois reais).

Art. 2º A Receita será realizada com o seguinte desdobramento:

§ 1º- Receitas Correntes R\$ 3.635.862,00

I - Taxa de Regulação de Abastecimento/Esgotamento R\$ 2.908.690,00

II - Taxa de Regulação de Resíduos Sólidos R\$ 727.172,00

§ 2º - Receitas Correntes Patrimoniais R\$ 60.000,00

I - Remuneração de Depósito Bancário R\$ 60.000,00

§ 3º - Total R\$ 3.695.862,00

Art. 3º A Despesa será realizada por órgãos, funções, sub-funções, programas, projetos, atividades e natureza da despesa, distribuídos da seguinte maneira:

§ 1º - Despesa por Órgão

I - ARIS R\$ 3.695.862,00

§ 2º - Despesa por Função

I - Administração R\$ 3.695.862,00

§ 3º - Despesa por Projeto Atividade

I - Projeto Manutenção das Atividades de Administração Geral R\$ 1.800.000,00

a) Despesas Correntes R\$ 1.300.000,00

a.1)Pessoal e Encargos Sociais (3.1.90.00.00) R\$ 800.000,00

a.2)Outras Despesas Correntes (3.3.90.00.00) R\$ 500.000,00

b) Despesas de Capital R\$ 500.000,00

b.1)Investimentos (4.4.90.00.00) R\$ 500.000,00

II - Projeto Administração e Manutenção das Atividades de Fiscalização R\$ 1.095.862,00

a) Despesas Correntes R\$ 900.000,00

a.1)Pessoal e Encargos Sociais (3.1.90.00.00) R\$ 600.000,00

a.2)Outras Despesas Correntes (3.3.90.00.00) R\$ 300.000,00

b) Despesas de Capital R\$ 195.862,00

b.1)Investimentos (4.4.90.00.00) R\$ 195.862,00

III - Projeto Administração e Manutenção das Atividades de Regulação R\$ 800.000,00

a)Despesas Correntes R\$ 700.000,00

a.1)Pessoal e Encargos Sociais (3.1.90.00.00) R\$ 300.000,00

a.2)Outras Despesas Correntes (3.3.90.00.00) R\$ 400.000,00

b) Despesas de Capital R\$ 100.000,00

b.1)Investimentos (4.4.90.00.00) R\$ 100.000,00

c) Total R\$ 3.695.862,00

Art. 4º O Presidente da ARIS fica autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, por conta do excesso de arrecadação, superávit financeiro ou convênios firmados com entidades públicas ou privadas.

Art. 5º O Presidente do ARIS fica autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro da mesma categoria de programação, em até 30% (trinta por cento) do Orçamento.

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor em 1º de janeiro de 2013.

Florianópolis, 04 de dezembro de 2012.

ANTONIO COELHO LOPES JUNIOR

Presidente da ARIS

Prefeito Municipal de Capão Alto.

CIGA

Convocação Para Nova Sessão Pública - Pregão Presencial Nº 01/2012

Convocação para Nova Sessão Pública

Processo de Licitação nº 23/2012

Pregão Presencial nº 01/2012

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DEDICADOS PARA LOCAÇÃO DE SERVIDORES DE REDE E ARMAZENAMENTO DE DADOS, POSSUINDO INFRAESTRUTURA PRÓPRIA (DATA CENTER), COM ALTA DISPONIBILIDADE DOS DADOS E INTEGRIDADE DAS INFORMAÇÕES.

O Pregoeiro, que abaixo assina, comunica aos interessados que a sessão pública para análise do resultado da visita/vistoria nas instalações do licitante vencedor será realizada no dia 12 de

dezembro de 2012 às 14 horas na sede do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) - Rua Santos Saraiva, nº 1546, bairro Estreito, Cidade de Florianópolis/SC, CEP 88.070-101. O presente comunicado deverá ser publicado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Florianópolis, 07 de dezembro de 2012.

JOÃO LUIZ AUGUSTO COBALCHINI

Pregoeiro - Resolução CIGA nº 32, de 07 de novembro de 2012

CINCO

Aviso do Chamamento Nº 0006/2012 - Pneus

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FABRICANTES E/OU FORNECEDORES PARA O CADASTRAMENTO DE PRODUTOS Nº 0006/2012.

O CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO, torna pública a realização de Chamamento Público solicitando o comparecimento de fabricantes e/ou fornecedores de Pneus, Câmeras de ar e protetores interessados em participar de futuras licitações a serem realizadas pelo Consórcio e Municípios consorciados, para que apresentem seus produtos em conformidade com as condições editalícias. Os fabricantes e/ou fornecedores interessados em obter o Atestado de Aprovação que poderá ser exigido nos certames licitatórios, deverão se dirigir a sede do consórcio, de segunda a sexta feira das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas, para solicitar a prévia aprovação do produto. Das marcas aprovadas será emitido pela comissão o Atestado de Aprovação, o qual será publicado no Diário Oficial dos Municípios DOM, bem como disponibilizado no site deste consórcio. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761. Fone (49) 3246 1206. Site: www.cinco.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 06 de dezembro de 2012.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO.

Aviso do Pregão Eletrônico Nº 0013/2012 - Pneus

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0013/2012

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0015/2012

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de pneus, câmaras de ar e protetores, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Municípios de Arroio Trinta, Caçador, Fraiburgo, Ibiam, Iomerê, Lebon Régis, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Videira, durante o período de 15 de janeiro a 30 de junho de 2013. JULGAMENTO: Menor Preço POR ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 do dia 10/12/2012 até às 09:00 horas do dia 09/01/2013. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 12:00 horas do dia 09/01/2013 INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13:30 horas do dia 09/01/2013. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: www.bll.org.br, Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01. Fone (49) 3246 1206. Site: www.cinco.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 06 de dezembro de 2012.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

Extrato das Atas de Registro de Preços do Pe 0011/2012 - Medicamentos

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATOS DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0011/2012

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras de Medicamentos, de forma parcelada, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Municípios de Arroio Trinta, Caçador, Calmon, Fraiburgo, Ibiam, Iomerê, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Pinheiro Preto, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Videira, Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis e Hospital Municipal Frei Rogério de Tangará, durante o período de 05 de dezembro de 2012 a 30 de abril de 2013

FORNECEDORES:

GRAMS & GRAMS LTDA ME - Ata nº AT12CINCO1309;
GRAMS & GRAMS LTDA ME - Ata nº AT12CINCO1310;
GRAMS & GRAMS LTDA ME - Ata nº AT12CINCO1311;
GRAMS & GRAMS LTDA ME - Ata nº AT12CINCO1312;
GRAMS & GRAMS LTDA ME - Ata nº AT12CINCO1313;
GRAMS & GRAMS LTDA ME - Ata nº AT12CINCO1314;
GRAMS & GRAMS LTDA ME - Ata nº AT12CINCO1315;
GRAMS & GRAMS LTDA ME - Ata nº AT12CINCO1316;
GRAMS & GRAMS LTDA ME - Ata nº AT12CINCO1317;
GRAMS & GRAMS LTDA ME - Ata nº AT12CINCO1318;
GRAMS & GRAMS LTDA ME - Ata nº AT12CINCO1319;
GRAMS & GRAMS LTDA ME - Ata nº AT12CINCO1320;
GRAMS & GRAMS LTDA ME - Ata nº AT12CINCO1321;
A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT12CINCO1322;
A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT12CINCO1323;
A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT12CINCO1324;
A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT12CINCO1325;
A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT12CINCO1326;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-12CINCO1327;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-12CINCO1328;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-12CINCO1329;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-12CINCO1330;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-12CINCO1331;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-12CINCO1332;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-12CINCO1333;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-12CINCO1334;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-12CINCO1335;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-12CINCO1336;
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT-12CINCO1337;
WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT12CINCO1338;
WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT12CINCO1339;
WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT12CINCO1340;
WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT12CINCO1341;
WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT12CINCO1342;
WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT12CINCO1343;
WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT12CINCO1344;

WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT12CINCO1345;
WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT12CINCO1346;
WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT12CINCO1347;
CENTERMEDI - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT12CINCO1348;
CENTERMEDI - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT12CINCO1349;
CENTERMEDI - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT12CINCO1350;
CENTERMEDI - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT12CINCO1351;
CENTERMEDI - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT12CINCO1352;
CENTERMEDI - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT12CINCO1353;
CENTERMEDI - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT12CINCO1354;
CENTERMEDI - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - Ata nº AT12CINCO1355;
EXCLUSIVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT12CINCO1356;
EXCLUSIVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT12CINCO1357;
EXCLUSIVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT12CINCO1358;
EXCLUSIVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT12CINCO1359;
EXCLUSIVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT12CINCO1360;
EXCLUSIVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT12CINCO1361;
EXCLUSIVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME - Ata nº AT12CINCO1362;
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT12CINCO1363;
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT12CINCO1364;
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT12CINCO1365;
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT12CINCO1366;
PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - Ata nº AT12CINCO1367;

Regidas pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010, Resolução nº 23, de 14 de abril de 2011 e suas alterações, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 05.12.2012 a 30.04.2013. PAL nº: 0014/2012 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0011. Registro de Preços nº: 0012.

Fraiburgo (SC), 06 de dezembro de 2012.
ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo do CINCO

CIS/AMUREL

Extrato de Edital de Licitação

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 001//2012
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2012

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMUREL - CIS/AMUREL, neste ato representado por seu Presidente, Senhor VALDIR ANTUNES, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei nº. 10.520/2005 e alterações, e das condições fixadas no respectivo Edital, aberto a todos os interessados que quiserem participar, nos termos da Lei, e que cumprirem as exigências editalícias. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

OBJETO: Aquisição de Medicamentos para a Farmácia Básica dos Municípios Consorciados, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I, que acompanha o Edital.

REGIMENTO: Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2.002 e alterações, Lei municipal nº. 11.107/05, e subsidiariamente a Lei Complementar nº. 123/2006 e a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item.

ENTREGA DOS ENVELOPES - PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO DOS LICITANTES: Até às 09h00min do dia 21/12/2012.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 21/12/2012, às 09h30min.

LOCAL: Os envelopes deverão ser entregues na sede do Consórcio, sito à Rua Rio Branco, n. 67, bairro Vila Moema, Tubarão (SC), até o horário referido. A sessão para julgamento das propostas e habilitação será realizada na sede do Consórcio.

A íntegra do edital e todos os seus anexos estão à disposição na sede do Consórcio, no endereço acima, e poderão ser solicitados pelo site: www.amurel.org.br.

Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone (48) 3626-5711, no horário das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min, de segunda à sexta-feira.

Tubarão (SC), 07 de dezembro de 2012.

VALDIR ANTUNES

Presidente do CISAMUREL



Programa de
Gestão Tributária



www.ciga.sc.gov.br